

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

NÍVEL MESTRADO

CARINA MARTINY

“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”

**Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local
(São Sebastião do Caí, 1875-1900)**

SÃO LEOPOLDO
2010

CARINA MARTINY

***“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à
prosperidade do município”***

**Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local
(São Sebastião do Caí, 1875-1900)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Orientadora: Dr^a. Eliane Cristina Deckmann Fleck

São Leopoldo

2010

M386s Martiny, Carina
“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município” Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900) / Carina Martiny. -- 2010.
364 f. : il. ; 30cm.

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2010.
Orientador: Dr^a. Eliane Cristina Deckmann Fleck, Ciências Humanas.

1. Elite política municipal - São Sebastião do Caí. 2. Câmara Municipal - História. 3. Prosopografia. I. Título. II. Fleck, Eliane Cristina Deckmann

CDU 352:981.652

Catálogo na Publicação:
Bibliotecário Eliete Mari Doncato Brasil - CRB 10/1184

Carina Martiny

***“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à
prosperidade do município”***

**Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local
(São Sebastião do Caí, 1875-1900)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Aprovada em 30 de abril de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Madureira Heinz – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Martin Norberto Dreher – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

À minha mãe Escolástica e ao meu pai Gilberto,

Por seu amor e exemplo.

AGRADECIMENTOS

Redigir os agradecimentos, depois de encerrado um longo trabalho, é tanto um exercício prazeroso, quanto temível. Prazeroso porque corresponde ao momento de deixar em algumas linhas – o que, por si só, é insuficiente – minha gratidão a todas aquelas pessoas que, de alguma maneira, colaboraram e fizeram parte da construção das histórias contadas nessas páginas. Temível porque sempre corremos o risco do esquecimento – próprio da memória, nós historiadores bem o sabemos. Assim, para compensar os possíveis esquecimentos, expresso meu agradecimento a todos os que de alguma forma fizeram a diferença nesse percurso.

A primeira pessoa a quem agradeço é, em grande medida, a responsável não somente por esta Dissertação, como também pela escolha que fiz em transformar a História em parte essencial da minha vida: professora, orientadora e amiga Dr^a. Eliane Fleck! São tantos motivos que me levam a te agradecer. E, vê só que ironia: nós historiadores somos tão afeitos à palavra escrita que agora, neste momento, elas parecem insuficientes para te expressar minha gratidão. Teu incentivo e carinho, tua imensa dedicação e as leituras criteriosas, somadas à preciosa amizade que me ofereceste estão presentes em cada linha desta Dissertação e não se bastam nela. Estás em meu coração.

Às direções e aos funcionários do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS) e do Arquivo Público do Estado (APERS) agradeço o sempre prestativo atendimento.

À Câmara Municipal de Vereadores de São Sebastião do Caí, por permitir a consulta à documentação guardada em seu acervo.

À Kátia Magalhães, que me abriu as portas do Museu Vale do Caí e me apresentou a documentação, e ao Caio Fernando Flores Coelho, que me facilitou o acesso e a pesquisa neste rico acervo. Ao Caio e à Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí, registro um agradecimento especial pelo trabalho que vêm realizando no Museu Vale do Caí e no Arquivo Histórico Municipal Bernardo Mateus. Sou testemunha da importância deste trabalho de resgate – e de divulgação da história do Vale do Caí – através da preservação da documentação existente. Se, no início desta Dissertação, São Sebastião do Caí possuía apenas um Museu, agora, ao final, é muito bom poder dizer que pesquisei no recém-criado Arquivo Histórico Municipal Bernardo Mateus.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES –, agradeço por ter me concedido a bolsa que me permitiu cursar o Mestrado em História.

A toda a equipe do Programa de Pós Graduação em História da UNISINOS, com quem convivi ao longo destes dois anos. À professora Dr^a. Marluza Marques Harres pelas oportunidades e pelo constante apoio. À Janaína, sempre prestativa e carinhosa, disposta a facilitar nossa “vida burocrática”.

Ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em História, meu agradecimento especial. Aos professores Dr^a. Ana Silvia Volpi Scott, Dr. Cláudio Pereira Elmir, Dr^a. Eloísa Capovila da Luz Ramos, Dr. Karl Monsma, Dr^a. Marluza Marques Harres, Dr. Martin Dreher e Dr. Paulo Moreira, pelas discussões dentro e fora da sala de aula, e que estão, de algum modo, presentes nesta Dissertação.

Ao Prof. Dr. Martin Dreher, um agradecimento especial por me socorrer sempre que eu buscava informações sobre a História da Imigração ou da Igreja no estado do Rio Grande do Sul.

Ao professor Dr. Cláudio Pereira Elmir, pelos ótimos e divertidos momentos compartilhados em terra estrangeira – nem tão estrangeira. Pois não é que até nos saímos bem entre os *hermanos*!

Aos meus colegas de Mestrado, agradeço pelas construtivas discussões, pelos intermináveis “cafés” nas horas de intervalo – que mais pareciam aulas – pelo companheirismo e amizade. Acho, realmente, que formamos uma bela “turma” nestes dois anos.

Júlio – colega de longa data – contigo tive importantes lições de seriedade e dedicação aos estudos desde os tempos da Graduação. Obrigada!

João, obrigada por me apresentar Bourdieu naquela tarde da seleção. Nem tu, nem eu sabíamos, mas veja só como fez a diferença!

Ianko, obrigada pelos questionamentos! Eles me fizeram pensar sobre as certezas – aquelas nas quais eu acreditava convictamente – e sobre as perguntas que ainda não havia feito.

Jônatas e Melina, obrigada pelas inúmeras dicas bibliográficas e documentais – próprias daqueles que conhecem tão bem o trabalho em arquivos – e pelos bons momentos que compartilhamos.

Carol, entre idas e vindas, de Feliz a São Leopoldo, “teus” presidiários e “meus” vereadores estiveram sempre presentes. Obrigada por esses momentos!

Querida Mariluci! E então, o que dizer de ti? Uma admirável colega, uma grande companheira de viagem e uma amiga “para sempre”. Foi muito bom poder dividir contigo os

maravilhosos momentos que vivemos na Argentina. E, claro, não poderia deixar de agradecer ao Marcus, pela companhia e pela gentileza que teve de dividir a Mari comigo.

À professora Andréa Reguera, meu carinho pela acolhida, pelas discussões – acompanhadas do “mate” – e pelas indicações bibliográficas. Sinto “saudades”! Agradeço, também, à professora Monica Blanco e a Yesica, Victória, Valeria, Juan e Luciano que tornaram a estada em Tandil maravilhosa.

Fora do ambiente acadêmico, algumas pessoas foram imprescindíveis. Agradeço, em especial, a duas famílias, por terem aberto as portas de suas casas sempre que eu necessitava: tio Protásio, Sênia e Samuel e tios Floribaldo e Hedwiges: obrigada por me acolherem. À Marga, registro minha gratidão por deixar que a sua casa fosse a “minha casa” por algumas noites.

À Fabiana, por aturar os livros espalhados pela casa e por me lembrar constantemente de que eu precisava me alimentar (sei que era necessário!).

Geni, amiga especial, obrigada por estar sempre presente, por me motivar, enfim, por ser uma amiga no sentido mais completo da palavra.

Agradeço também a todos os familiares e amigos que sempre manifestaram seu apoio e compreenderam minhas ausências.

Por fim, agradeço àqueles a quem devo simplesmente *tudo*: minha família. Diogo, obrigada por me socorrer quando a tecnologia resolvia dificultar meu trabalho. Patrícia, obrigada por dividir comigo tantos dias regados a chimarrão. Irmãos queridos, o apoio de vocês é sempre fundamental. Pai e mãe: obrigada pelas incontáveis demonstrações de carinho, pelos exemplos constantes de dedicação familiar, por acreditarem que é a educação que nos faz seres humanos melhores e nos possibilita o crescimento. Obrigada por terem possibilitado – com seu constante apoio – que eu cursasse o Mestrado em História. Tenho certeza de que é a união de nossa família que nos permite crescer.

RESUMO

A criação do município de São Sebastião do Caí, em 1875, implicou a estruturação de um aparelho burocrático-administrativo e a atuação política de uma elite local que passou a ocupar os postos de poder na Câmara Municipal recém-criada. Tomando como ponto de partida a primeira eleição municipal realizada em São Sebastião do Caí, a presente Dissertação apresenta, num primeiro momento, as condições que favoreceram a emancipação política de São Sebastião do Caí, destacando o dinamismo econômico decorrente da exportação de excedentes para a capital da Província, o crescimento demográfico derivado do processo imigratório – tanto de alemães, quanto de italianos – e o desejo de ampliação dos poderes de decisão por parte das lideranças locais. A análise destaca as disputas políticas entre facções locais, identificando a existência de uma elite local anterior à própria fundação do município, bem como o papel desempenhado pela Câmara Municipal na conjuntura de transição política do Império para a República. Em seguida, detém-se na caracterização da elite política municipal no último quartel do século XIX – privilegiando os ocupantes dos cargos camarários, os vereadores – e na identificação dos fatores que podem ter sido determinantes para o seu recrutamento e consolidação, tais como a questão étnica, a atividade profissional, a atuação militar, o local de moradia e sua condição econômica. Já a análise da atuação política desta elite considerou o exercício do cargo, buscando identificar quais os mecanismos por ela empregados para a consolidação de sua posição, a distribuição de vantagens aos seus aliados e a ampliação da rede de relações constituída mediante estratégias de reconhecimento, legitimação, manutenção e ampliação de seu poder. Fazendo uso da documentação produzida pela Câmara Municipal de São Sebastião do Caí – como atas e correspondências – e de registros de caráter particular – como Inventários *post-mortem* – a presente Dissertação revisita temáticas como imigração, elites e redes de poder, a partir de preceitos teórico-metodológicos do campo da prosopografia e da micro-história, conjugando, desta maneira, uma análise de caráter quantitativo com um enfoque qualitativo. A investigação revelou que a elite política de São Sebastião do Caí compunha-se de indivíduos ligados aos setores em expansão no município – notadamente aqueles ligados ao comércio e à agricultura de exportação – que fizeram uso de suas prerrogativas políticas e de sua privilegiada posição – econômica e social – para ascender e manter-se no poder municipal. Evidenciou, ainda, a importância que as redes sociais e políticas tiveram para o prestígio e os privilégios que a elite política de São Sebastião do Caí usufruiu durante o Império e para a manutenção desse poder – inclusive, sobrepondo-se às lealdades partidárias – nos anos que se seguiram à Proclamação da República.

Palavras-chave: Elite política municipal. Câmara Municipal. Prosopografia. Redes. São Sebastião do Caí.

ABSTRACT

The creation of the county of São Sebastião do Caí, in 1875, implied the structuration of a bureaucratic-administrative device and the political action of the local elite which began to take the places of power in the newly-founded City Council. Starting with the first county election that took place in São Sebastião do Caí, this Dissertation presents, firstly, the conditions that helped the political emancipation of São Sebastião do Caí, highlighting the economic dynamism developed from the exportation of the exceedance to the Province capital, the demographic growth derivated from the immigratory process – Germans as well as Italians – and the local leaderships' want to enlarge the decision powers. The analysis emphasizes the political disputes between local factions, identifying the existence of a local elite preceding the very foundation of the county, as well as the role played by the City Council in the juncture of political transition from the Empire to the Republic. Secondly, attention is paid to the characterization of the political elite of the city in the last quarter of the 19th century – giving advantage to the occupants of the council's offices, the city councilors – and to the identification of the factors that might have been determinant for their recruitment and consolidation, such as the matter of ethnicity, professional activity, military action, housing place and economical condition. The analysis of the political action of these elite took into account the office's practice, seeking to identify the mechanisms used by them to consolidate their position, to distribute advantages to their allies and to widen the relationship web built for strategies of acknowledgement, validation, maintenance and enlargement of their power. Using the documents produced by São Sebastião do Caí's City Council – such as minutes and mail – and registers of the personal kind – such as *post-mortem* Inventories – this Dissertation revisits themes like immigration, elites and power web, from theoretic-methodologic principles in the field of prosopography and micro-history, creating, this way, a quantitative analysis with a qualitative focus. The investigation revealed that the political elite in São Sebastião do Caí was composed of individuals who were tied to the expanding sector in the county – noticeably those tied to commerce and exporting agriculture – who used their political prerogatives and their privileged position – economic and social – to ascend and stay in the city power. It showed, also, the importance that the political and social webs had for the prestige and the privileges that the political elite of São Sebastião do Caí enjoyed during the Empire and for the maintenance of this power – also overlapping themselves to the party loyalties – in the years that followed the Proclamation of the Republic.

Keywords: County Political elite. City Council. Prosopography. Webs. São Sebastião do Caí.

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 – Relações parentais da família Trein.....	215
Diagrama 2 - Laços matrimoniais entre famílias da elite política.....	219
Diagrama 3 - Relações parentais da família Guimarães.....	221
Diagrama 4 - Relações parentais da família Franzen	224
Diagrama 5 - Relações familiares e econômicas dos irmãos Trein.....	260

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Região conhecida como “Praia”, junto ao rio Caí: porto em que ocorria o embarque e desembarque, no povoado de Porto do Guimarães.....	40
Figura 2 - Francisco Pedro Trein: imigrante, Juiz de Paz de São José do Hortêncio e presidente da mesa eleitoral em 1875.....	56
Figura 3 - Igreja Matriz da Paróquia de São José do Hortêncio: local de realização da eleição em 1875	61
Figura 4 - Planta da Vila de São Sebastião do Caí - 1892.....	101
Figura 5 - Região do cais do porto, junto à vila de São Sebastião do Caí, sede municipal....	123
Figura 6 - Henrique Ritter Filho	128
Figura 7 - Ponte de ferro, construída em 1900, junto ao passo em Picada Feliz.....	185
Figura 8 - Pedro Ely Filho, sócio da Sociedade Ely, Weber & Cia.....	188
Figura 9 - Sobrado de Frederico Arnoldo Engel na Vila de São Sebastião do Caí.....	197
Figura 10 - Solar da família Guimarães na Vila de São Sebastião do Caí	198
Figura 11 - Casa de Jorge Henrique Ritter em Linha Nova	199
Figura 12 - Edifício construído em 1883 para ser Casa da Câmara, Cadeia e Quartel de Polícia	210
Figura 13 - Armários e balcão da casa de negócios de Jorge Henrique Ritter em Linha Nova	239
Figura 14 - Vista lateral da casa de Jorge Henrique Ritter, em Linha Nova, com a entrada para o porão, onde funcionava a cervejaria	241
Figura 15 - Planta da Vila de São Sebastião do Caí com localização de algumas propriedades da elite municipal (1890).....	263
Figura 16 - Pastores e representantes comunitários por ocasião do Sínodo de 1886.....	275
Figura 17 – Apólice no valor de 100\$000 (100 mil-réis) emitida pela Câmara Municipal de São Sebastião do Caí em 1883 para arrecadar verba para a construção da Casa da Câmara, Quartel de Polícia e Cadeia.	288

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Origem dos vereadores por composição camarária (em %)	144
Gráfico 2 - Percentual de representação camarária – por profissão – no Império.....	154
Gráfico 3 Percentual de representação camarária – por profissão – na República.....	155
Gráfico - 4 - Composições camarárias por atividade ocupacional dos vereadores	160
Gráfico 5 - Representação na Câmara dos distritos municipais de São Sebastião do Caí (em %) %)	163
Gráfico 6 - Número total de vereadores e número de vereadores com patente da Guarda Nacional por Câmara Municipal (em nº).....	169
Gráfico 7 - Níveis de fortunas dos vereadores de acordo com o total de bens arrolados nos inventários <i>post-mortem</i> (em nº)	176
Gráfico 8 - Vereadores agrupados de acordo com a renda anual identificada em alistamentos eleitorais (em nº).....	179
Gráfico 9 - Participação de sete vereadores no quadro geral de exportação municipal em 1879 (em %)	252

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa do Rio Grande do Sul destacando o município de São Leopoldo - 1874	44
Mapa 2- Mapa do Rio Grande do Sul destacando o município de São Sebastião do Caí - 1875	44
Mapa 3 - Mapa do Rio Grande do Sul destacando o município de Caxias do Sul – 1890.....	45
Mapa 4 – Município de São Sebastião do Caí em início do século XX.....	46
Mapa 5 - Mapa do Rio Grande do Sul destacando o Rio Caí e sua ligação com Porto Alegre	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População votante em relação ao total da população municipal	81
Tabela 2 - Atividades ocupacionais dos eleitores de São Sebastião do Caí no final da década de 1870	83
Tabela 3 - Atividades ocupacionais dos eleitores de São Sebastião do Caí em 1890	84
Tabela 4 - Organização do Código de Posturas de São Sebastião do Caí de 1892	99
Tabela 5 - Quadro geral dos vereadores de São Sebastião do Caí (1877-1900)	132
Tabela 6 - Percentual de renovação por composição camarária.....	136
Tabela 7 - Distribuição dos vereadores por atividade ocupacional, distrito e origem étnica .	151
Tabela 8 - Vereadores por idade, origem étnica e patente militar	171
Tabela 9 -Soma dos bens arrolados nos inventários <i>post-mortem</i> de vereadores e/ou de suas esposas	174
Tabela 10 - Distribuição dos votantes de São Sebastião do Caí em função da renda anual...	180
Tabela 11 - Distribuição da fortuna dos vereadores de acordo com a natureza de seus bens (em %)	181
Tabela 12 - Distribuição de semoventes por tipo de rebanho nos inventários (em %)	190
Tabela 13 - Valor dos semoventes (menor e maior) de acordo com os inventários (em mil-réis)	194
Tabela 14 - Produtos exportados por nove vereadores nos anos de 1878 e 1879	249
Tabela 15 - Dívidas ativas da Casa Comercial Carlos Trein & Cia em 1899 (em mil-réis) ..	254
Tabela 16 - Arrematação dos impostos do município de São Sebastião do Caí	293
Tabela 17 - Arrematações do direito de cobrança de pedágio pelo serviço de travessia oferecido em passos do município de São Sebastião do Caí.....	295

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHCMPOA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

AHMBM – Arquivo Histórico Municipal Bernardo Mateus, de São Sebastião do Caí

AHRGS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CMVSSC – Camara Municipal de Vereadores de São Sebastião do Caí

MHVSL – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 UMA CÂMARA PARA UMA NOVA VILA: O ESPAÇO DE ATUAÇÃO DE UMA ELITE LOCAL.....	40
2.1 A criação do município: o porto, os imigrantes e a política.....	41
2.2 “pois que vendo sua causa perdida, pretende a todo transe impedir o livre pronunciamento do povo”: a primeira eleição para a Câmara e a Câmara que não foi.	54
2.3 “foi se recebendo e depositando na urna cédula de cada votante”: as eleições no século XIX	76
2.4 “A Camara Municipal desta Villa, [...] tem a honra de comunicar a V. Excia. que hoje as onze horas da manhã foi empossada [...]”: a primeira Câmara Municipal de São Sebastião do Caí.....	86
2.5 “em nome de seus habitantes”: o papel desempenhado pela Câmara Municipal	89
2.5.1 Uma legislação centralizadora e os espaços de autonomia	89
2.5.2 O Código de Posturas Municipais: um dispositivo de controle para a elite política	96
2.6 Uma elite que já era elite: a busca por espaço político em um novo contexto	113
3 A ELITE POLÍTICA LOCAL: A CARACTERIZAÇÃO DE UM GRUPO DE PODER	123
3.1 Ser elite	124
3.2 “presentes os Senhores vereadores”: um perfil da elite política de São Sebastião do Caí	129
3.3 Entre teutos e luso-brasileiros	142
3.4 “Afirmar que o major acumulava funções públicas e negócios particulares”.....	147
3.5 A presença de oficiais da Guarda Nacional na Câmara Municipal.....	164
3.6 Fortunas, Bens e Investimentos.....	173
3.6.1 Novas colônias, novas riquezas	186
3.6.2 Criação de animais: diversidade de investimentos e utilidade comercial	189
3.6.3 Entre o habitual e o diferencial: o modo de vida da elite caiense	195
4 CRIANDO, MANTENDO E AMPLIANDO RELAÇÕES: INVESTIMENTOS E ESTRATÉGIAS PARA A FORMAÇÃO DE REDES DE PODER	210
4.1 “Nesta família seguia-se a regra ‘um por todos, todos por um’”: o papel da família e seus laços.....	211

4.1.1. “[...] sem que houvesse impedimentos matrimoniais”:	uniões estratégicas	213
4.1.2 “Em São Sebastião era quaize proverbial a paternidade dos Franzen”:	desavenças familiares	223
4.1.3 “em atenção aos divellos e carinhos com que tem sido tractada por elle”:	para além da consangüinidade	228
4.2 Quando o ter se torna ser: ampliando relações a partir do campo econômico.....		233
4.2.1 Construindo relações a partir de <i>secos e molhados</i>		238
4.2.2 Trocando alianças: as casas comerciais Christian J. Trein & Cia e Carlos Trein & Cia		257
4.3 Uma elite entre dois espaços: o físico e o simbólico.....		261
4.3.1 Ser visto: a presença no Termo da Vila.....		262
4.3.2 Explorando espaços de sociabilidade		268
4.3.2.1 <i>Considerações introdutórias</i>		269
4.3.2.2 <i>Festas, clubes e bailes</i>		270
4.3.2.3 <i>Um clube republicano: entre a política e a sociabilidade</i>		275
4.4 As relações tecidas a partir do poder público: a Câmara Municipal como espaço relacional institucionalizado		281
4.4.1 Vantagens para usufruir e benesses a distribuir: práticas clientelistas na constituição de redes de poder.....		285
4.4.1.1 “ <i>por ser negócio de seu particular interesse</i> ”: <i>angariando vantagens</i>		285
4.4.1.2 “ <i>mediante retribuição razoável</i> ”: <i>o poder de nomear os empregados da Câmara</i> ..		289
4.4.1.3 “ <i>a quem melhores vantagens oferecesse</i> ”: <i>o sistema de arrematação</i>		292
4.4.2 A Proclamação como momento crucial: o saber negociar		298
4.4.2.1 De “ <i>membros e representantes do partido liberal</i> ” a “ <i>republicanos convictos</i> ”		300
4.4.2.2 <i>O simbolismo da adesão</i>		307
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		311
REFERÊNCIAS		320
FONTES PRIMÁRIAS		341
ANEXO A – SOBRADO DE FREDERICO ARNOLDO ENGEL EM SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ.....		362
ANEXO B – EDIFÍCIO CONSTRUÍDO EM 1883 PARA SER CASA DA CÂMARA, QUARTEL DE POLÍCIA E QUARTEL, APÓS 1889 TORNOU-SE PRÉDIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL E ATUALMENTE ABRIGA A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ.....		363

ANEXO C – CASA DE JORGE HENRIQUE RITTER EM LINHA NOVA	364
--	------------

1 INTRODUÇÃO

Corria o mês de julho de 1857. Após demorar-se por alguns dias em Porto Alegre, a belga Maria van Langendonck seguiu viagem – num lanchão – pelo rio Jacuí, rumo “à casa de um oficial de polícia, que acumulava a suas funções os ofícios de fazendeiro, comerciante e mercador de escravos, para de lá nos conduzir, por terra, à colônia de Santa Maria da Soledade” (LANGENDONCK, [1862] 2002, p. 32). De acordo com o relato de Langendonck, ela desembarcou do lanchão, num porto instalado junto ao povoado de Porto do Guimarães, tendo sido recebida por um membro da família que dava nome ao povoado:

Enfim, no décimo dia, fundeamos não longe da propriedade do major Guimarães. À margem, esperava-nos um sobrinho do major. Havíamos sido apresentados, em Porto Alegre, a esse sobrinho, alemão de nascimento, jornalista espirituoso, belo rapaz muito instruído e muito ativo. A família de sua mulher parecia estimá-lo muito. [...]

Afirmo que o major acumulava funções públicas e negócios particulares. Inicialmente fomos conduzidos a sua venda. Era uma vasta construção ainda não acabada: suas lojas estavam grandemente muito abastecidas de comestíveis, confecções, especiarias, ferragens, vinhos, licores, óleos, tecidos, remédios etc. Nós nos espantávamos ao ver este enorme sortimento de coisas em meio a um deserto, pois, exceto pela fazenda do major, não havia outras habitações em um raio de várias léguas. Mas, ao longo do dia, cavaleiros chegavam diante da porta, seus animais carregando, de cada lado, um grande saco de couro onde eles guardavam as compras que faziam: sua parada no balcão era às vezes assaz demorada; vários deles retornavam, a cabeça e a razão perturbadas pelas libações do vinho e da cachaça, obrigados a confiar na inteligência de seus cavalos para regressar a seus lares.

[...] Durante ainda dez dias ocupamos dois grandes quartos no prédio das lojas onde fomos, aliás, perfeitamente servidos por negros para os quais se esperavam compradores. (LANGENDONCK, [1862] 2002, p. 38-39)

Casamentos inter-étnicos e a existência de um intenso comércio de escravos e de mercadorias são apenas algumas das informações que podemos extrair da descrição que Maria van Langendonck fez do povoado durante sua curta estadia. De fato, a região que havia sido ocupada por luso-brasileiros no século XVIII, vinha passando por significativas alterações desde as primeiras décadas do século XIX, com chegada dos imigrantes alemães e o consequente crescimento demográfico.

O crescimento demográfico se fazia acompanhar – como observado pela nobre belga em 1857 – de um gradativo desenvolvimento econômico, fundamental para que, em 1875, menos de duas décadas após a chegada de Maria van Langendonck, uma Lei Provincial

alterasse a condição político-administrativa de Porto do Guimarães. O povoado, também conhecido como São Sebastião, em alusão ao padroeiro da capela, passaria, pela Lei nº 995 de 1º de maio de 1875, à condição de vila, sede do município então criado de São Sebastião do Caí. A partir de então, o povoado – transformado em vila – passaria a contar com um aparelho burocrático-administrativo próprio, que teria na Câmara Municipal o principal órgão de deliberação dos negócios públicos.

Junto à vila, que não mais tinha o aspecto de “deserto” que a viajante belga encontrara quase duas décadas antes, o porto apresentava intenso movimento. Dos barcos a vapor e lanchões que chegavam de Porto Alegre, desembarcavam mercadorias e imigrantes. Eram os italianos que, uma vez desembarcados no porto do povoado de Porto do Guimarães, alojavam-se em um barracão para, depois, seguir viagem até as terras devolutas do Império, localizadas na Encosta Superior do Planalto. Se os barcos que chegavam, vinham carregados, assim também estavam os que partiam. Sacos de feijão, milho, farinha de mandioca, além de banha, couros e outros produtos saíam do porto rumo à capital da província. Produzidos nas propriedades rurais localizadas nos mais diferentes distritos do município, esses produtos agrícolas e beneficiados eram comercializados pelos produtores. Alguns agricultores contavam com a mão de obra familiar – que extrapolando a família nuclear podia incorporar uma parentela maior – para produzir um excedente que pudesse ser destinado à comercialização, enquanto que outros, contavam com mão-de-obra escrava. Tanto os luso-brasileiros, quanto os alemães não se furtavam – se as condições financeiras assim o permitissem – de incrementar com escravos o corpo de trabalhadores em suas terras.

Nosso primeiro contato com este contexto de desenvolvimento econômico e de constituição de uma elite local que atuaria politicamente na região descrita por Maria van Langendonck se deu há cerca de três anos, quando visitamos, pela primeira vez, o Museu Histórico Vale do Caí, localizado no município de São Sebastião do Caí (RS), com o objetivo de obter informações sobre o primeiro Código de Posturas do município, com vistas à realização do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História.

Diferentemente de tantos historiadores que tomam um município ou uma região motivados por um sentimento de pertencimento ao lugar, não houve, em nosso caso, qualquer motivação afetiva ou pessoal. A escolha se deveu, sobretudo, à intenção de trabalharmos com o período final do século XIX, enfocando questões sócio-políticas – o que explicava a escolha pelo Código de Posturas como objeto de pesquisa – e, neste sentido, o município de São Sebastião do Caí apresentava duas grandes vantagens: ele foi criado exatamente no período

que mais despertava nosso interesse e se localiza em região de fácil acesso, permitindo as necessárias idas e vindas aos arquivos para a pesquisa.

Foi, pois, tentando localizar o primeiro Código de Posturas de São Sebastião do Caí – no que não tivemos sucesso¹ – que entramos em contato com as Atas da Câmara Municipal, documentação que nos aguçou a curiosidade e motivou a saber mais sobre aqueles indivíduos que, do posto que ocupavam, decidiam sobre tantas questões que eram do interesse de uma população espalhada por diversas regiões – algumas ainda pouco desbravadas – ao longo do rio Caí.

Num levantamento preliminar, pudemos constatar que existem poucos estudos sobre a região do Vale do rio Caí e que nenhum deles procurou analisar o funcionamento da política local ou atentar para a ação dos homens que detinham o poder e faziam da política um de seus campos de dominação local. É, portanto, em decorrência dessa constatação, que nos propomos a enfocar e analisar a dinâmica política em nível municipal, em São Sebastião do Caí, no século XIX, a partir da ação de um grupo específico: a elite política municipal. Nossa análise parte dos seguintes questionamentos: Quem detinha o poder em nível local? Como chegava e de que modo consolidava seu poder? Quais os mecanismos e estratégias por ela utilizadas para ter acesso e ampliar seu poder dentro e fora da instituição camarária? Que tipo de relações ela mantinha para garantir a predominância a nível político? E como legitimava seu poder? Estes questionamentos que orientaram a definição dos objetivos da investigação, nos levaram a analisar o processo de estruturação político-administrativa do município, levando em consideração o papel desempenhado pela Câmara Municipal como importante órgão de administração municipal. A Câmara foi tomada, então, como espaço de atuação de lideranças locais. A mudança de regime político no Brasil, ao final da década de 1880, deixaria marcas também na instituição que tem redefinido seu papel.

Com o objetivo de conceituar o que era uma elite municipal ao final do século XIX, realizamos uma revisão bibliográfica sobre a temática das elites que tem ganho importante visibilidade, sendo reabilitada no âmbito historiográfico nas duas últimas décadas. Christophe Charle observa que, embora a história social das elites e da burguesia, enquanto campo da historiografia, “tivesse permanecido por muito tempo abandonado”, a partir da década de 1970, sobretudo, deu-se a emergência de trabalhos sobre as elites (CHARLE, 2006b, p. 19;

¹ O Código mais antigo localizado foi o de 1892, que estava transcrito na Ata de Sessão do Conselho Municipal do dia 14 de novembro de 1892, na qual foi aprovado (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1892, f. 27-34v).

23).² No Brasil, as investidas no campo das elites deram-se, segundo Heinz, sob a influência da história social renovada, sobretudo nos anos 1980 e 1990, derivando deste interesse pelas elites “a preocupação com a composição social dos grupos de elite” (HEINZ, 2006b, p. 11).

Dentre os estudos que optam por conjugar como eixos temáticos a história política e das elites e investindo no campo da análise prosopográfica das elites políticas as obras de José Murilo de Carvalho – *A Construção da Ordem* (CARVALHO, 2007) – que analisa a elite brasileira imperial, e o trabalho de Joseph Love (1982) – *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937* (LOVE, 1982) – com enfoque mais regionalizado, abordando a elite de São Paulo na República Velha – tornaram-se referenciais para entender tanto o processo de constituição do Estado brasileiro neste período quanto as estratégias de formação de uma elite dirigente. Já para o caso sul-rio-grandense, pode-se afirmar que foi a Dissertação de Jonas Moreira Vargas, *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)* (VARGAS, 2007), que deu visibilidade às elites políticas imperiais gaúchas. Tais trabalhos, em conjunto, sugerem a validade de uma análise mais atenta aos mecanismos políticos e ao grupo reduzido que detém o poder de mando dentro da estrutura do Estado. Entretanto, dada a falta de estudos sobre frações mais locais da elite – atentando para o espaço municipal – e diante das possibilidades oferecidas pelo conjunto documental a que tivemos acesso, consideramos oportuna a análise da elite municipal de São Sebastião do Caí, ao final do século XIX.

Perpassando a análise da elite municipal, dadas as características de ocupação da região do vale do rio do Caí, uma incursão pela temática da imigração fez-se necessária. A consulta a obras clássicas, como os trabalhos de Jean Roche (1869) e Carlos Hunsche (1981), foi oportuna, porque elas apresentam importantes informações acerca da colonização alemã no Rio Grande do Sul e, em especial, nas regiões dos vales dos rios Sinos e Caí, servindo-nos, ainda, de contraponto para as análises mais recentes – produzidas no espaço acadêmico – que, a partir de intensas pesquisas a fontes documentais, e com base em novos pressupostos teórico-metodológicos – como é o caso da adoção de um conceito mais amplo de cultura política, não restrito à ação do Estado – têm valorizado a ação política de imigrantes teutos e seus descendentes. Importantes são, também, as análises de Martin Norberto Dreher, que

² A emergência de análises sobre elites coincide, segundo Charle, com o momento do declínio da influência de Ernest Labrousse, portanto da primazia dada ao econômico nas análises sociais, a partir da segunda metade dos anos 1960, e da emergência da noção de elite em história social em detrimento do conceito marxista de classe (CHARLE, 2006b, p. 20-21). Os primeiros trabalhos correspondiam, essencialmente, a pesquisas prosopográficas sobre elites políticas. Já na segunda geração de trabalhos sobre elites, são as elites ligadas ao corpo administrativo do Estado e as elites intelectuais que concentraram os esforços de pesquisadores (CHARLE, 2006b, p. 24-25).

visam destacar a dinâmica da organização social dos imigrantes a partir das picadas (DREHER, 2008a, 2008b, 1984, 1999) e a importância das relações afetivas no campo político (DREHER, 2006); de Marcos Justo Tramontini (2003), que demonstra a capacidade de organização dos imigrantes alemães, revelando assim sua ação política, a partir do estudo de caso da colônia de São Leopoldo no século XIX, e, de Marcos Antônio Witt (2008), que privilegia não somente a ação política, como também econômica e religiosa do que denomina de imigrantes “exponenciais”, ou seja, de destacados membros entre o grupo de imigrantes, que assumiram posições de liderança.

No que se refere à historiografia local, os trabalhos existentes sobre São Sebastião do Caí são poucos – e limitados em sua análise –, não propondo qualquer discussão acerca do funcionamento da política em nível municipal ou do perfil dos indivíduos que se ocuparam dos negócios públicos. A obra de Alceu Masson (1940) foi a primeira a debruçar-se sobre a história municipal e ainda hoje é utilizada como referência para o estudo do município, dada a inexistência de outros estudos. O trabalho realizado por Masson é rico em dados (algumas vezes, imprecisos), especialmente sobre a administração municipal, mas carece de um exercício de análise dos dados que apresenta, expostos como se tudo revelassem por si. O jesuíta Arthur Rabuske, em “*São Sebastião do Caí: fase jesuítica da paróquia*” (RABUSKE, 1985) atenta para a constituição de fatos que marcaram a vida religiosa do local, deixando implícitos, mesmo sem ser esta sua intenção, aspectos que revelam o papel social de liderança de determinados indivíduos.

No âmbito de pesquisas acadêmicas, mais recentemente, os trabalhos de Raul Róis Schefer Cardoso (2005) e de Dalva Neraci Reinheimer (1999, 2007), com distintas temáticas de pesquisa, trouxeram à luz discussões sobre aspectos econômicos e sociais do vale do rio Caí no final do século XIX e início do XX. A proposta de Cardoso, que têm por objeto de análise a escravidão rural na região, identifica, a partir dos Inventários *post-mortem* de membros da elite econômica da região, a utilização da mão-de-obra escrava por proprietários da região. Em função dos objetivos dessa Dissertação, o trabalho de Cardoso adquire importância, na medida em que se dedica a caracterizar aquela que seria a elite econômica local, proprietária de escravos e inserida na estrutura de poder imperial.

Já os trabalhos de Reinheimer (1999, 2007), ao analisarem a navegação no Rio Grande do Sul, remetem à importância do rio Caí para o transporte de produtos agrícolas da zona colonial para a capital. Tanto em sua Dissertação, quanto em sua Tese, a autora analisa o desenvolvimento da navegação no rio Caí, a partir da ação do governo provincial e imperial para o setor, destacando as dificuldades de aperfeiçoamento dos serviços hidroviários pela

falta de recursos aplicados naquela que, até então, era a principal via de escoamento da produção colonial para a província e, em alguns casos, para outras regiões do Brasil. Essa análise nos auxilia a compreender melhor a dinâmica econômica do município de São Sebastião do Caí no que se refere a sua inserção na economia provincial, fato que, então, abriu possibilidades de enriquecimento, de acumulação de prestígio e de possibilidades de extensão das redes relacionais.

Neste sentido, nossa Dissertação intenta analisar a ascensão de uma elite municipal, analisar o perfil desta assim como a rede relacional que esta construiu, em múltiplos espaços relacionais, como estratégia para legitimar e manter seu poder. Entendemos que esta investigação, sem dúvida, não poderá excluir uma contextualização história do período em que se deu o fim da Monarquia no Brasil, nem dos efeitos da estruturação do novo regime político, a partir da Proclamação da República, pois as consideramos questões subjacentes à análise pretendida, permitindo entender como, neste contexto de mudanças, operava a política em nível local.

A análise foca o último quartel do século XIX. O ano de 1875 constitui o marco inicial da pesquisa, por ser o ano de criação do município de São Sebastião do Caí, e da consequente estruturação de um aparelho administrativo próprio que se constituiria no *locus* privilegiado de uma elite política. A baliza final é o ano de 1900, não somente por representar o final do século XIX, mas, também, porque o último Livro de Atas das sessões do Conselho Municipal de São Sebastião do Caí – com o qual trabalhamos – tem como último registro a sessão do dia 10 de janeiro de 1900. Trabalhamos, assim, com um período que, não somente corresponde ao último quartel do século XIX, como compreende três Livros de Atas da Câmara Municipal – que, em determinados períodos recebeu a denominação de Junta e de Conselho – disponíveis no Acervo da Câmara de Vereadores de São Sebastião do Caí (CMVSSC) e no Arquivo Histórico Municipal Bernardo Mateus (AHMBM) de São Sebastião do Caí.³

Ressaltamos, no entanto, que este recorte temporal que propomos poderá, em função dos objetivos propostos, retroceder e avançar em alguns momentos da análise, recurso necessário para podermos acompanhar as trajetórias particulares, familiares e políticas dos membros da elite caiense. Além do mais, o recurso de recuo temporal se fez necessário uma

³ O Livro de Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí nº1, que compreende o registro das sessões realizadas de 25 de novembro de 1876 a 3 de abril de 1886, assim como o Livro de Atas do Conselho Municipal com as sessões realizadas entre 8 de julho de 1892 a 10 de janeiro de 1900 (no livro de atas consta 1899, mas parece-nos ser um erro, considerando a seqüência cronológica das atas) encontram-se no Arquivo Histórico Municipal Bernardo Mateus. Já o segundo livro de atas da Câmara Municipal, que compreende os registros das sessões de 1º de maio de 1886 a 28 de junho de 1890 está sob a guarda da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí. Chamamos a atenção para o fato de que os registros posteriores a junho de 1890 até julho de 1892 não foram localizados.

vez que pudemos constatar que a elite política municipal se formou muito antes de 1875, num período em que alguns membros de famílias importantes da região do vale do rio Caí – ainda pertencente ao município de São Leopoldo – já detinham cargos políticos.

Muitos dos trabalhos existentes sobre elites no século XIX detêm-se ou em uma análise da elite imperial – portanto circunscrevendo-se ao período pré-1889 – ou em uma análise da elite republicana – partindo, então, do momento da proclamação da República e adentrando pelo século XX. Nossa intenção, porém, é analisar a elite local num momento de mudanças conjunturais, como o foi o momento final do século XIX marcado pelo fim do Império e pela implantação do regime republicano. Assim, tratamos de uma elite imperial e republicana, buscando identificar possíveis transformações por que passou esta minoria da sociedade caiense com a imposição de uma nova conjuntura, mesmo que a natureza das relações de poder pouco tenha se modificado.

Na seqüência, apresentamos os conceitos e as elaborações teóricas que nos ajudam a pensar e analisar nosso objeto de estudo. Elegemos o que chamamos de conceitos operativos, ou seja, aqueles conceitos que são norteadores de toda análise, sem os quais não conseguimos pensar a dinâmica política municipal. Considerando a intenção de analisar o grupo específico constituído pela elite municipal, uma incursão em reflexões sobre o conceito de elite se fez necessária. O conceito, primeiramente trabalhado no campo da Ciência Política, e apropriado – sobretudo a partir da década de 1970 – pelos historiadores, é muito vago e amplo, podendo referir-se a diferentes grupos sociais, dependendo dos critérios estabelecidos pelo pesquisador. Neste sentido, Heinz, referindo-se à noção de elite, afirma que “não há consenso sobre o que se entende por elites, sobre quem são e sobre o que as caracteriza” (HEINZ, 2006b, p. 7).⁴ Assim, é possível falarmos em elite política, elite social, elite econômica sem, necessariamente, estarmos fazendo referência sempre ao mesmo grupo de indivíduos. Neste sentido, ser elite política não significa, por consequência, ser elite econômica, embora, muitas vezes, esta relação possa ser observada.

⁴ Tanto Heinz quanto Coradini destacam a dificuldade de definição intrínseca ao termo. Coradini destaca como um dos grandes problemas relacionado à definição do conceito o fato de que tanto as abordagens dos “neomaquiavélicos” [Mosca, Pareto e Michels] como os demais ‘clássicos’ [W. Mills, Dahl e Schumpeter] transformaram-se numa espécie de referência consagrada, como uma genealogia de formuladores reconhecidos” o que levou a “uma espécie de círculo vicioso, com deduções a partir de algumas premissas gerais e genéricas” (CORADINI, 2008, p. 8) tendo como resultado “a importação dos conflitos ou polêmicas político-ideológicas” próprias dos países de origem destas análises originais (CORADINI, 2008, p. 9). Heinz, porém, destaca que, apesar da imprecisão conceitual acerca do termo elite ter gerado muitos problemas – como, por exemplo, o falta de uma dada “consistência científica” – “esta mesma imprecisão tornou-se doravante cômoda e, de certa forma, *instrumental*”, já que permitiu o estudo de “grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros, ao mesmo tempo em que evitam a rigidez inerente às análises fundadas sobre as relações sociais de produção” (HEINZ, 2006b, p. 8, grifo do autor).

Conscientes da complexidade do termo, optamos por tomar a elite política a partir da caracterização proposta por José Murilo de Carvalho, para quem seus membros são aqueles que tomam as decisões políticas e que fazem escolhas entre alternativas (CARVALHO, 2007, p. 19-20). Ao justificar sua compreensão do termo “elite política”, Carvalho refere as deturpações de que ele tem sido alvo:

É com certo constrangimento que se pronuncia hoje no Brasil essa palavra. Lemos e ouvimos diariamente tantas diatribes contra o que diz ser (e muitas vezes é) uma deturpação elitista da explicação histórica, ignorante do papel das forças sociais, que quase nos sentimos forçados a pedir desculpas por falar de elites. Que fiquem, por isso, claros alguns pontos. Em primeiro lugar, quando falamos aqui de elites não nos referimos aos grandes homens e às teorias que, à moda de Carlyle, procuraram explicar os acontecimentos em função de sua atuação. Falamos de grupos especiais de elite, marcados por características que os distinguem tanto das massas como de outros grupos de elite. Em segundo lugar, em nenhum momento se dirá que esse elemento por si só pode dar conta da explicação de fenômenos tão complexos como os que se referem à formação de Estados nacionais (CARVALHO, 2007, p. 20).

Consideramos, pois, que a partir do momento em que o novo município passa a contar com uma Câmara Municipal própria para administrar seus negócios, delinea-se, claramente, um grupo especial de elite – os vereadores, ou seja, os indivíduos que ocuparam os postos da Câmara Municipal. Ressaltamos que, ao definirmos a elite como o grupo de vereadores, não deixaremos de considerar o papel desempenhado pelos juizes de paz, pelo Intendente municipal e por indivíduos que, mesmo antes da criação do município, detiveram cargos na estrutura de poder imperial, constituindo uma elite local, como será revelado pelo estudo de alguns casos, em particular. Assim, é importante esclarecer que, se, em alguns momentos da análise, estivermos restringindo aos vereadores o grupo que denominamos de elite política, em outros momentos, evidenciaremos a fragilidade desta delimitação, demonstrando que mesmo indivíduos que não exerceram tal cargo tomavam decisões políticas e faziam escolhas. Tal constatação nos remeterá, justamente, à problematização do próprio conceito de elite, o que significa que qualquer delimitação que faremos não será estanque.

A elite política municipal surge, em nosso estudo, como importante personagem da trama política tanto do Brasil imperial quanto republicano, detentora que era de importantes forças de controle e influência sobre o restante da população, sejam elas de força, dependência ou ideológicas. Era ela, afinal, quem ocupava os postos camarários e compunha as mesas eleitorais. Dela, portanto, dependiam instâncias maiores de poder para garantir a dominação e a estabilidade política da província/do estado e do país. Seria inviável, então,

realizar um estudo da sociedade e política do Oitocentos sem considerar o papel funcional de uma elite, que detém os meios de controle e de manutenção da ordem social. Muito válida é, neste sentido, a afirmação de Flávio Heinz de que “A *opção pelas elites* é, aqui, antes de tudo, uma *solução de escala*, uma chave metodológica para perscrutar a complexidade do social a partir do enfoque em universos de análise ao mesmo tempo reduzidos e abundantes em informações sociais.” (HEINZ, 2006b, p. 10). Assim, é através de um estudo da elite local e das relações de poder estabelecidas no âmbito municipal que buscamos analisar o próprio contexto político, econômico e social do último quartel do século XIX.

A análise da elite política remete, necessariamente, à questão do poder. O estabelecimento de estruturas político-administrativas no município, a disputa pela ocupação de cargos do poder local e a preocupação dos indivíduos em inserir-se no universo político, sugerem a centralidade do poder enquanto valor definidor dos lugares ocupados pelos indivíduos na sociedade Oitocentista. Este poder – como veremos – não se impõe simplesmente pela força, mas que é construído e necessita ser reconhecido. Pierre Bourdieu torna-se, assim, uma referência, quando buscamos entender como se dá a construção do poder, na medida em que o sociólogo nos chama a atenção para o fato de que o poder só adquire validade se consegue obter reconhecimento. É, em razão disso, que o status superior que a elite detém é por nós entendido/analísado a partir das relações que ela estabelece, uma vez que seu status advém do reconhecimento dado por outrem. Tendo por base a correspondência existente entre poder-reconhecimento, propomos pensar a elite a partir das relações que ela estabelece com o todo social, ou seja, com os demais setores da sociedade e com as outras instâncias de poder.

A necessidade de reconhecimento deve-se ao fato de o poder, segundo Bourdieu, ser sempre arbitrário, e então, ilegítimo. Neste sentido, só pode ser exercido “se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário”, de modo que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em si, mas se define na relação “entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos” (BOURDIEU, 1989, p. 14). Se, então, o poder da elite é garantido pelo reconhecimento que esta obtém tanto de outros segmentos da sociedade, quanto de instâncias superiores de poder, a pergunta que surge é a seguinte: como esta elite consegue manter o poder, ou o que pesa ou concorre para que, em um determinado momento, ela perca seu status dominante? Com base na teoria do reconhecimento proposta por Bourdieu, a eficácia do poder está baseada na crença de sua legitimidade, de modo que, a destruição do poder simbólico resulta na decorrência do fim dessa crença. Assim, a base para pensarmos o poder e seu reconhecimento está nas próprias relações entre os grupos. O sociólogo francês, neste

sentido, propõe pensarmos os grupos não como classes definidas, mas a partir de antagonismos. Sua proposta está exatamente em pensá-los a partir de “um espaço de relações”, ou seja, pensar relacionalmente (BOURDIEU, 1989, p. 28). É nesse sentido, então, que ele emprega o termo “campo de poder”, um campo de relações de forças, de lutas entre as partes para obter o “monopólio do poder” (BOURDIEU, 1989, p. 28-29).

Jaques Revel, ao prefaciar o livro de Giovanni Levi, *A Herança Imaterial* (2000), afirma que, para Levi, “o poder não é uma coisa”, pois “identifica-se a uma rede tradicional constantemente em movimento” (REVEL, 2000, p. 31), reiterando a constante necessidade de manutenção de relações que reafirmem a validade do reconhecimento do poder. Segundo Revel, “o poder (ou certas formas de poder) é a recompensa daqueles que sabem explorar os recursos de uma situação, tirar partido das ambigüidades e das tensões que caracterizam o jogo social” (REVEL, 2000, p. 33).

Por outro lado, o conceito de poder simbólico de Bourdieu faz-nos atentar também para as práticas que se dão no cotidiano, a partir das relações estabelecidas na sociedade, afinal, segundo ele mesmo define, o poder pode ser visto “por toda a parte”.⁵ Ele confere, assim, um caráter simbólico ao poder, caráter este, muitas vezes, invisível, mas determinante para o estabelecimento de uma “integração social”, de um “*consensus* acerca do sentido do mundo social”, fundamental para a “reprodução da ordem social” (BOURDIEU, 1989, p. 10). Assim, é o caráter simbólico do poder que faz com que ele seja aceito e crie um consenso que o legitime, garantindo a manutenção dos lugares de cada grupo nesta sociedade.

Trabalhamos com o conceito de poder simbólico tal qual o apresenta Bourdieu: um poder que necessita ser descoberto “onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7-8). O poder simbólico, nesta compreensão, é o poder capaz de obter o equivalente ao que é obtido pelo uso da força.

O acesso, o reconhecimento, a legitimação e a manutenção do poder passavam, pois, por estratégias de negociação. Como constatamos, a elite necessitava negociar constantemente sua posição com a população local e com as autoridades superiores. O contato com a historiografia brasileira do período colonial enriqueceu nossa análise, pois permitiu-nos pensar os espaços de poder como espaços baseados na negociação. Assim, mesmo que

⁵ Pierre Bourdieu preocupa-se em esclarecer que tomar o poder como presente em toda a parte não significa dissolvê-lo “em uma espécie de ‘círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma’ ” (BOURDIEU, 1989, p. 7).

houvesse uma estrutura centralizada de poder, em que elites locais estivessem dependentes e fossem subordinadas a instâncias mais elevadas, vislumbram-se espaços de autonomia, conquistados graças a intensas e constantes negociações. Nesse sentido, o contato com os trabalhos de João Fragoso (1993, 1998) sobre o período colonial, no qual o historiador pressupõe a existência, no interior da estrutura centralizadora de poder do Estado português, de espaços de negociação que tornam possível certa autonomia local⁶, levaram-nos a identificar, os possíveis espaços de autonomia utilizados pela elite municipal ao final do século XIX, mesmo que inserida em um contexto centralizador como o era o do Segundo Império e o da República castilhistas rio-grandense. Na medida em que nos apropriamos desta noção, ao supormos a existência de um espaço de autonomia local, buscamos repensar a estrutura centralizadora do Estado Monárquico nos quinze anos finais do Segundo Reinado, assim como nos anos iniciais do Estado republicano, então em formação.

A compreensão da existência de possíveis espaços de autonomia e da possibilidade de negociação, independentemente dos mecanismos de controle que do centro se estendiam ao âmbito municipal – sobretudo, após as medidas que buscaram reforçar o caráter centralista do governo durante as Regências – pressupõe levar em consideração a existência de espaços de ação, nos quais as elites locais podiam agir em defesa de seus interesses. A análise empreendida por Fragoso aponta para o fato de que o ideal de centralização da administração nem sempre garantiu um controle total. Para o autor, “a Monarquia não exercia uma autoridade plena e, portanto, as relações entre o poder central e as elites locais/regionais tinham de ser *negociadas*” (FRAGOSO, 2002b, p. 7). Se, desta noção de autonomia deriva a idéia da existência de espaços de negociação, não podemos deixar de levar em conta as redes de clientelismo de que nos fala Graham (1997), que ligaram o poder central ao poder local durante o Império e sustentaram, durante o período republicano, a prática coronelista.

Se, desde o princípio, as fontes consultadas nos indicavam que, para entender o papel da elite política, era imprescindível tratar das relações que esta mantinha – tanto intra-elite, quanto com os demais setores da sociedade e com as instâncias superiores de poder – foram as leituras realizadas por ocasião do intercâmbio com o Programa de Doutorado em História da Universidad Nacional del Centro de La Provincia de Buenos Aires (UNICEN), em Tandil (Argentina), que evidenciaram a importância do conceito de redes para compreensão da

⁶ Cumpre alertar o leitor de que muitos dos conceitos que utilizamos para analisar o período final do Império e o início da República são tributários de análises que vêm sendo realizadas pela historiografia de outros períodos da história do Brasil. Assim, nos reportaremos a um instrumental teórico fornecido por uma historiografia que vem se afirmando desde a década de 1990, engajada na revisão de consagradas leituras da história do Brasil, em especial, do período colonial.

dinâmica das relações estabelecidas pelos indivíduos estudados. A partir de considerações tecidas por Michel Bertrand (2000, 2002a, 2002b) acerca do conceito de redes, passamos a tomar este conceito como ferramenta teórica de análise, procurando estabelecer critérios que o tornassem um conceito realmente operativo, e não simplesmente retórico. Para melhor justificar a lógica de sua utilização em nossa investigação, consideramos oportuno apresentar a própria trajetória do conceito no âmbito da historiografia.

O surgimento do conceito de rede no campo historiográfico está diretamente vinculado à renovação por que passou a História Social na década de 1970, quando esta assumiu uma posição contrária ao estruturalismo e se propôs a questionar a pretensão de alcançar uma história global defendida pelos Annales.⁷ Naquele momento, paralelamente ao resgate da história política e aos posicionamentos mais críticos em relação à história dos Annales, surgia uma História Social que, mesmo não abandonando o ideal *annalista* de uma história global, propunha uma mudança dos meios para alcançá-la, mudança esta que se deu, sobretudo, no âmbito das escalas de observação adotadas pelo historiador. Partindo de um redescobrimto do indivíduo enquanto sujeito central, o enfoque historiográfico passou a atentar para as realidades vividas pelos próprios atores da história.⁸

Por sua vez, a chamada “nova história social”, concebida a partir do enfoque micro-histórico, consistiu numa resposta à crise do projeto historiográfico dos Annales, assim como uma reação ao enfoque nitidamente econômico que Labrousse conferiu à história social. Foi, pois, esta nova história social dos micro-historiadores que introduziu, no campo dos estudos

⁷ Numa proposta de ruptura com a história episódica até então dominante, surgiu a proposta da corrente dos Annales quanto à análise do campo social: promover a identificação dos grupos sociais com base em critérios sócio-econômicos e com base nas representações que os membros dos grupos faziam sobre si mesmos e sobre a sociedade da qual faziam parte, atentando, assim, para a identidade de ordem sócio-cultural e para os modos de sociabilidade.

⁸ Apesar da profunda diferença que há entre a história social de corte estruturalista e a proposta da nova história social, fundamentada na micro-história e mais atenta à dinâmica dos indivíduos, para Bertrand não é possível falar-se em uma ruptura historiográfica que seja capaz de opor os dois enfoques. Primeiramente por que este retorno do sujeito enquanto ator social e um maior interesse por grupos sociais têm uma raiz de longa data. Bertrand sinaliza para o fato de que desde o século XIX, com o nascimento da sociologia, o historiador tem se preocupado com a identificação dos grupos sociais (BERTRAND, 2000, p. 62). Segundo porque mesmo os annalistas já consideravam a necessidade de mudanças na escala de análise. E, por fim, porque os micro-historiadores não negam a estrutura e muito menos uma pretensão pela história global: a análise mais pontual, própria da micro-história, tem por intento apresentar os mecanismos do pontual com o fim de propor conclusões de ordem mais geral. Segundo Bertrand, é neste vai-e-vem permanente entre os distintos níveis de análise que se encontra a originalidade do método microanalítico (BERTRAND, 2000, p. 80). Sintetiza Bertrand em relação à proposta dos micro-historiadores: “En este sentido, lo que distingue a la historia global, concebida por los padres de los Annales, de la propuesta de los microhistoriadores, no es tanta el objetivo final perseguido, al fin y al cabo muy cercano cuando no idéntico, sino mas bien el rechazo de la identificación de la historia cuantitativa como medio exclusivo para alcançar esta globalidad” (BERTRAND, 2002b, p. 8). Entretanto não se pode considerar a micro-história como uma espécie de história local, da qual ela se diferencia pelo fato de que o micro-historiador analisa o nível micro pensando-o a partir de um jogo de escalas com a finalidade de alcançar, a partir da análise do pontual, um nível de globalização (BERTRAND, 2002b, p. 8).

históricos, o conceito de rede social.⁹ Tomado da microsociologia¹⁰, o conceito de rede social constitui uma estrutura formada por linhas e pontos que materializam, respectivamente, laços e contatos mantidos por um conjunto de indivíduos que estão em constante relação, pressupondo-se, então, a idéia de intercâmbios e trocas entre os indivíduos envolvidos. Tal sistema, constituído por uma transversalidade de laços pode ser mobilizado em função de uma dada finalidade. Estas são, basicamente, as idéias que o conceito envolve, e que podem ser encontradas na definição de redes sociais dada por Bertrand:

[...] complejo sistema relacional que permite la circulación de bienes y servicios, tanto materiales como inmateriales, dentro de un conjunto de relaciones establecidas entre sus miembros, que los afecta a todos, directa o indirectamente y mui desigualmente (BERTRAND, 2000, p. 74).¹¹

⁹ A análise a partir do conceito de redes sociais passou a ser utilizado em diversas áreas temáticas. No caso de estudos da imigração, por exemplo, Franco Ramella aponta que, opondo-se a uma historiografia da imigração que ignorava as vontades e ações dos imigrantes, uma nova historiografia da imigração passou a encarar os imigrantes como atores racionais que perseguiam seus objetivos e mobilizavam recursos para atingir seu fim. A partir desta nova perspectiva, Ramella conclui: “De aquí a la red social el paso há sido breve” (RAMELLA, 1995, p. 9). No caso dos estudos de imigração, Ramella identifica o início da utilização do conceito de rede social a um momento muito específico da historiografia da imigração: ao momento em que os historiadores deixaram de encarar o fenômeno da imigração como uma “acción de desesperados” frente a uma situação econômica catastrófica, nas palavras de Ramella (1995, p. 11), para passar a encarar o fenômeno como uma estratégia de superação dos indivíduos. Claramente, é o momento em que a estrutura deixa de ser o centro da análise, para o historiador atentar para a ação individual. Tal perspectiva rendeu novas análises também no Brasil. Maria Luiza Tucci Carneiro, tomando o conceito de rede social, a partir das análises de Ramella, passa a analisar a organização da sociedade judaica brasileira nos anos 1930-1940 (CARNEIRO, 2005, p. 356; 373; nota 50).

¹⁰ O conceito de redes sociais exemplifica o momento em que a disciplina histórica põe em prática a noção de interdisciplinaridade, reivindicada pelos *Annales*. Entretanto, Franco Ramella chama a atenção para um dos cuidados que os historiadores devem ter ao tomar de outras disciplinas conceitos e aplicá-los à análise histórica. Segundo o autor é preciso aplicar um filtro, repensá-los e adaptá-los às necessidades da disciplina histórica de maneira crítica, e não realizar uma simples transposição (RAMELLA, 1995, p. 12).

¹¹ Tanto Ramella, quanto Bertrand concordam que em muitos estudos o conceito de rede social é utilizado muito mais em termos metafóricos e retóricos do que operativos (enquanto instrumento de análise). O grande problema que tem se apresentado em relação ao conceito é seu uso indiscriminado e de forma errônea, “Un uso débil que corre el peligro de reducir un instrumento conceptual muy rico y sugestivo a una fórmula vaga y em última instancia ambigua, cuando no directamente desviante” (RAMELLA, 1995, p. 10). Muitos dos estudos que utilizam o conceito o reduzem a relações do tipo familiar, sem se preocupar com natureza, identidade e variabilidade da relação – deste modo, para Bertrand, o conceito de rede não constitui nenhum enriquecimento significativo em relação à análise que fazia a história familiar (BERTRAND, 2000, p. 76) – enquanto outros pecam na utilização do conceito ao supor que todo laço, por ser ritualizado, pressupõem existência de solidariedade (BERTRAND, 2000, p. 76). É então que o autor chama a atenção para a diferença entre laço e relação, pois se o primeiro remete à estrutura, ou seja, à dimensão morfológica da rede, o segundo remete à dinâmica que circula dentro da estrutura, o que significa que nem todo o laço se traduz em relação. Diante da complexidade do conceito, muitos historiadores têm optado por trabalhar com redes parciais – como no caso em que trabalham as redes formadas a partir da parentela - nas quais podem captar as lógicas relacionais e as trocas que ocorrem em seu interior. Neste sentido, o conceito de redes sociais se converte em uma ferramenta para a análise micro-histórica, através da qual se torna possível estudar os comportamentos individuais, as dinâmicas internas e os relacionamentos. Acreditamos, porém, que esta opção se torna, efetivamente, muito mais funcional do que realmente válida para compreender a complexidade de uma rede, na medida em que privilegia apenas um aspecto de uma teia muito maior, sendo que, muitas vezes, este aspecto privilegiado nem sequer corresponde ao mais importante.

Há, obviamente, grandes vantagens em analisar indivíduos a partir das posições que ocupam dentro de uma rede de relacionamento, uma vez que é, a partir de sua interação com outros indivíduos, “dentro de los fluxos recíprocos de comunicación y de intercâmbios” (RAMELLA, 1995, p. 15), que podemos compreendê-los em ação no cotidiano, dentro de determinados contextos. Bertrand encara contexto e indivíduo como peças fundamentais, que podem variar em intensidade e fins dentro de uma rede (BERTRAND, 2002b, p. 9). Assim, as redes estão em constante adaptação, dependentes dos vários contextos com os quais os atores sociais se defrontam. Neste sentido, a análise de redes sociais transforma o contexto de algo rígido e fixo em um elemento dinâmico, que intervém diretamente no desenvolvimento da história. Uma análise baseada na justaposição de vários contextos permite a visualização das diversas continuidades nos modos de funcionamento destas sociedades, eliminando as rupturas cronológicas em torno do político (BERTRAND, 2002b, p. 10).

O estudo das redes sociais trouxe, portanto, uma grande contribuição à historiografia, por complexificar o conjunto social e por atentar para a dinâmica em que este está envolto e para a capacidade dos atores individuais mobilizarem uma rede em torno de si. Vale lembrar que, ao atentar para a dinâmica, estes novos estudos trazem à cena os atores sociais, antes abandonados pela historiografia “annalista”, em favor das coletividades.

Franco Ramella, ao discutir o conceito de redes sociais, fez uma pergunta que, consideramos bastante pertinente a cada historiador que se propõe a utilizá-lo: “¿para qué sirve, al final de cuentas, el *concepto* de red?” (RAMELLA, 1995, p. 12). A pergunta é válida para nos questionarmos acerca das vantagens, dos perigos e das possibilidades de introduzir o conceito de rede social em uma análise histórica. Nossa proposta é, pois, utilizar o conceito de redes em caráter instrumental, tomando-o como apropriado para tratar de indivíduos e grupos: por um lado, ele permite tomarmos os indivíduos como ponto de referência, fios condutores das relações que são estabelecidas, mas, por outro lado, demonstra como estes indivíduos só podem ser compreendidos quando inseridos em uma coletividade, um grupo, de modo que consideramos centrais as relações que cada indivíduo estabelece, relações estas que pressupõem trocas, circulação e comunicação de idéias, valores, bens e interesses. Com tal propósito, a análise teria, obrigatoriamente, de levar em conta tanto a estrutura das redes, quanto a sua dinâmica.

A partir de uma aproximação com a discussão teórica e crítica relacionada ao conceito – sobretudo com obras da historiografia argentina - pudemos perceber que, em muitos casos, pode-se incorrer no erro de tomar todo e qualquer vínculo entre indivíduos como parte de uma rede, quando, na realidade, muitas das estruturas vinculares, muitos dos laços estabelecidos

por indivíduos não possuem o intento e nem se tornam efetivamente redes, sendo acionados somente em função de algum interesse específico em um dado contexto. Assim, foi necessário, a fim de tornar mais clara e precisa a utilização do conceito, acercar-me de uma discussão mais teórica, buscando diferenciar o conceito de rede social da idéia de laço, mostrando que o primeiro requer vinculações muito mais sólidas e dinâmicas que o segundo.

Uma das grandes vantagens da utilização do conceito de rede social está relacionada ao fato de que este permite abarcar uma série de fenômenos. Como bem apontaram Bertrand, Moutoukias e Poloni-Simard, o estudo das relações interpessoais constitui-se em resposta a várias dificuldades, permitindo tanto um estudo dos ramos da administração e do comportamento econômico dos setores dominantes, quanto das próprias relações entre grupos sociais (BERTRAND; MOUTOUKIAS; POLONI-SIMARD, 2000, p. 17). Mesmo considerando um período anterior da História do Brasil, Maria de Fátima Silva Gouvêa, Gabriel Almeida Frazão e Marília Nogueira dos Santos concluíram que

Deve-se também lembrar que redes de poder não pressupõem somente relações políticas. Pelo contrário, antes de estruturar a política, as redes organizavam o tecido social, além de interesses econômicos, visto que, em sociedades típicas de Antigo Regime, a economia estava intrinsecamente ligada à política, sendo mesmo regida por ela (GOUVÊA; FRAZÃO; SANTOS, 2004, p. 99).

Assim, a partir das redes pode-se estudar tanto o Estado, quanto a família e a sociabilidade, por exemplo. Se tomarmos o estudo das redes aplicado à análise dos indivíduos envolvidos na administração do Estado – em especial, dos indivíduos que se ocupam da administração municipal – este permite, por um lado, desenvolver a problemática relativa à história do próprio aparato administrativo, e, por outro, desenvolver a problemática das formas de sociabilidade da elite que mantém relações privilegiadas com o sistema de poder (BERTRAND, 2000, p. 79).¹²

Nesta perspectiva, a análise parte do processo de formação, manutenção e ampliação das redes de poder que se formaram a nível municipal – e transcenderam seus limites geográficos – permitindo compreender o processo de formação e consolidação de uma elite política local que deriva a análise da própria dinâmica de suas relações.

¹² Mas, se por um lado esta é uma grande vantagem, o fato de o conceito abarcar uma série de fenômenos pode levar a um uso ingênuo, vago, muito mais retórico que realmente operativo.

São, pois, os conceitos de elite, negociação, poder e redes que nos ajudam a compreender o papel desempenhado por uma elite local em um município sul-rio-grandense ao final do século XIX.¹³ Através destes é que analisamos um grande e distinto corpo documental.

Como apontamos no início desta Introdução, o tema desta Dissertação surgiu do contato com uma valiosa documentação sobre a vida política do município no século XIX – praticamente inédita – do Acervo Documental do Museu Histórico Vale do Cahy, documentação esta que, atualmente, encontra-se sob a guarda do recém-criado Arquivo Histórico Municipal Bernardo Mateus (AHMBM), também de São Sebastião do Caí (RS). Esta documentação estava, na ocasião, praticamente relegada ao esquecimento, depositada em uma minúscula sala do Museu Histórico Vale do Cahy, sem qualquer lógica de organização, aguardando por procedimentos que garantissem sua preservação. Conforme fomos descobrindo sobre o que cada livro ou documento avulso tratava, tomávamos ciência da riqueza das informações ali guardadas.¹⁴ Se tivemos boas surpresas ao manusear tais documentos, também destacamos que outras não foram tão boas. Muitos livros, ao serem abertos, revelavam uma triste realidade: a ação do tempo e as péssimas condições do ambiente em que estavam guardados levavam a um gradativo processo de deterioração.¹⁵

Neste ínterim, porém, muitas modificações ocorreram no Museu Histórico Vale do Cahy, quando então, o acervo documental passou a ser valorizado, através de um trabalho de organização e restauração promovido pela direção do Museu. Como consequência desta maior consciência de preservação, foi criado, em fins do ano de 2009, o Arquivo Histórico Municipal Bernardo Mateus, que hoje preserva e disponibiliza à consulta o acervo documental.

De todas as fontes do Arquivo Histórico Municipal Bernardo Mateus utilizamos aquelas que se relacionavam à Câmara, à Junta, aos Conselhos e à Intendência Municipais de São Sebastião do Caí. Assim, atas, registros de correspondência e listas de qualificação eleitoral nos revelavam detalhes da ação da administração municipal e dos indivíduos que dela se ocupavam. Algumas fontes relacionadas à ação da Câmara Municipal em fins do

¹³ Considerando que esta é apenas uma discussão introdutória, tais conceitos serão melhor aprofundados ao longo da Dissertação, quando, então, novos conceitos, a eles relacionados, também serão esclarecidos.

¹⁴ Assim, por exemplo, importantes registros – sobretudo políticos – da colonização da antiga colônia italiana de Santa Tereza de Caxias (atual Caxias do Sul) e da colônia alemã de Nova Petrópolis podiam ser ali encontrados, demonstrando que muitas análises, com diferentes enfoques, ainda poderiam ser realizadas acerca do processo migratório. Questões eleitorais, militares e institucionais são alguns dos possíveis vieses de análise oferecidos por aquele conjunto documental dos séculos XIX e XX.

¹⁵ Assim, aliada à leitura e análise da documentação – e contando com a colaboração da responsável pelo Museu – iniciamos, como medida urgente, a limpeza dos livros.

século XIX também foram localizadas no Acervo da Câmara Municipal de Vereadores de São Sebastião do Caí (CMVSSC). Complementando a pesquisa, importantes informações tanto a respeito da elite caiense quanto dos órgãos administrativos – Câmara, Junta e Conselho Municipal – foram localizadas nos Fundos documentais Autoridades Municipais – com correspondências enviadas pela municipalidade para o governo provincial/estadual –, Guarda Nacional, Polícia e no Arquivo Particular Júlio de Castilhos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS). Já no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), consultamos o Fundo dos Inventários, documentação que nos permitiu traçar tanto um perfil econômico, quanto relacional dos membros da elite política caiense.

É preciso ressaltar que estamos conscientes de que as fontes que levantamos e analisamos são oficiais, implicando, pois, no manejo teórico-metodológico adequado para a interpretação das informações nelas contidas.¹⁶ Optamos por analisá-las tanto quantitativamente, quanto de modo qualitativo, atentos à observação de Linhares de que “ao historiador cabe elaborar suas técnicas de forma criativa, de acordo com o universo histórico de sua análise e segundo as fontes de que dispõe” (LINHARES, 2001, p. 17).

Assim, além de tabelas e gráficos que sinalizam o intento de uma análise de caráter mais quantitativo – contemplando séries gerais e mapeando traços em comum – buscamos, também, estudar casos mais particulares, assim como atentar para o universo relacional da elite, o que – acreditamos – permitirá compreender a heterogeneidade do grupo em estudo. Sendo assim, recorreremos à prosopografia e à micro-história – tomadas como chaves metodológicas – para analisar a composição da elite local e as redes de poder que esta estabelece.

¹⁶ No artigo *Das presenças e ausências: as Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí (1875 a 1892) como fonte de pesquisa*, publicado no Anais do IX Encontro Estadual de História da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS) de 2008 apontamos esse caráter de documento oficial como característica das Atas da Câmara Municipal considerando que “As Atas camarárias, na condição de documentação produzida pela administração municipal, são fontes oficiais por excelência. Tal condição é incontestável. Isto determina, em grande medida, as muitas críticas a que estão sujeitos estudos que se utilizam exclusivamente de fontes escritas oficiais, sobretudo porque, por muito tempo, foram utilizadas com o intuito de propalar a objetividade e um suposto status de verdade que desejavam atribuir a sua produção. Certo é que, diante da nova concepção de fonte histórica herdada da *École des Annales*, houve, evidentemente, uma ampliação desse conceito, de modo que tudo o que fosse fruto da vivência humana passou a ser considerado fonte passível de ser utilizada para a reconstrução da história. Entretanto, diante dessa ampliação de fontes históricas, as fontes oficiais não deixam de ser encaradas como importante instrumento de pesquisa, que assim como as demais exigem do historiador alguns cuidados metodológicos, tais como o exercício de crítica de seu conteúdo, a consideração do contexto em que foram elaboradas, quem as elaborou e quais as intenções para tanto” (MARTINY, 2008a, p. 2).

O método prosopográfico foi o que nos pareceu o mais adequado para a análise do perfil da elite.¹⁷ A abordagem, já velha conhecida da historiografia, como apontado por Tânia Ferreira, foi resgatada por Lawrence Stone na década de 1970, tendo herdado de outras ciências sociais muitas premissas, como os métodos estatísticos e quantitativos (FERREIRA, 2002, p. 1-2). Segundo Charle (2006b), foram o declínio dos métodos estatísticos globais e da influência intelectual do marxismo – que privilegiavam os grandes contingentes – aliados à atenção sempre maior à experiência individual e à diversidade das trajetórias individuais – preocupações centrais da micro-história social ascendente, em especial, a partir da década de 1870 – fundamentais para a utilização da prosopografia como método de pesquisa. A estas condições somaram-se, ainda, os avanços na utilização da informática, no que concerne ao armazenamento e ao manejo de uma grande quantidade de dados.¹⁸ Segundo Heinz, a grande contribuição da prosopografia, sobretudo no campo do estudo das elites, fundamenta-se nas possibilidades por ela oferecida de

revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico. As biografias coletivas ajudam a elaborar perfis sociais de determinados grupos sociais, categorias profissionais ou coletividades históricas, dando destaque aos mecanismos coletivos – de recrutamento, seleção e de reprodução social – que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos. (HEINZ, 2006b, p. 9).

O método permite, então, contemplar os aspectos da vida dos indivíduos que ocupavam posições de mando para, através deles, entender seus interesses, suas posições político-econômicas e sociais:

¹⁷ Dentre os mais importantes – e bem sucedidos – exemplos do emprego do método prosopográfico, destacamos os trabalhos de José Murilo de Carvalho, no clássico estudo que o autor realiza sobre a elite política imperial brasileira e, ainda, os estudos – no campo econômico – de João Fragoso, que versam sobre a elite do Rio de Janeiro (HEINZ, 2006b, p.11). Referimo-nos, no caso de Carvalho, às obras: *A Construção da Ordem e Teatro de Sombra* (2007) e, no caso de Fragoso, a *Homens de Grossa Aventura* (1998).

¹⁸ Mas é preciso lembrar que tal método não esteve livre de críticas. As maiores críticas à metodologia centravam-se em sua limitação quanto às fontes e à aplicabilidade. Segundo Ferreira, críticas foram dirigidas ao fato de que o uso do método estaria restrito a grupos sociais privilegiados – que produziam e criaram seus próprios acervos documentais – e a algumas poucas parcelas das camadas populares (FERREIRA, 2002, p. 3). Já Charle, aponta que críticas foram dirigidas também à utilização estrita de fontes oficiais – que induziriam a uma visão parcial da realidade – e aos critérios arbitrários de delimitação das populações utilizados em muitos trabalhos que, então, conduziram “a uma visão elitista, cínica e conformista dos grupos dirigentes e de suas relações com a sociedade que os envolve” (CHARLE, 2006a, p. 45). Entretanto, é o próprio historiador francês quem realiza a “defesa” do método afirmando que “Essas críticas são válidas apenas se o historiador confunde o método com seu fim e esquece que ele sempre examina apenas uma fração da realidade, em função das fontes que escolheu e dos limites do seu próprio questionário biográfico” (CHARLE, 2006a, p. 45).

As biografias sociais permitem colocar à luz do dia as estratégias familiares de ascensão, de estagnação ou de reconversão que os diversos meios de elite ou da burguesia utilizam. A dinâmica dominante interna às elites, do pólo intelectual ao pólo econômico (pela ascensão), ou inversamente, do pólo econômico ao pólo cultural (pelo enobrecimento), dá conta de muitos processos anteriormente julgados em termos morais. (CHARLE, 2006b, p. 32).

Cientes de que as séries mais gerais e os padrões revelados pela análise quantitativa e prosopográfica podem revelar apenas algumas facetas da sociedade e de suas relações, buscamos através de um enfoque micro-analítico – proposto pelos italianos Levi, Ginzburg e Poni – estudar comportamentos individuais e os relacionamentos capazes de revelar a complexidade da realidade que pretendemos analisar. A prosopografia aliada ao método micro-histórico permite, então, uma análise dotada de uma dimensão mais qualitativa.¹⁹ Assim, o emprego de uma prosopografia inspirada em uma análise mais qualitativa, de influência micro-histórica, buscará evidenciar não somente características comuns, mas também diferenças entre os integrantes do grupo analisado. Neste sentido, a análise, apesar de não se constituir em um trabalho de micro-história – no sentido estrito do método – utiliza alguns dos recursos metodológicos propostos pelo grupo de historiadores italianos, para “buscar escalas variáveis de observação mais adequadas ao estudo de fenômenos relacionados entre si” (REVEL, 2000, p. 36).

Visando atender aos objetivos propostos, a Dissertação está estruturada em três capítulos. Cada qual, procurando dar possíveis respostas às indagações que suscitaram a pesquisa, com base na variada documentação pesquisada e nos pressupostos teórico-metodológicos que embasaram a análise documental. Juntos, os três capítulos buscam analisar a vida política em um pequeno município recém-criado – e que, mesmo subordinado a uma estrutura maior de poder, desenvolveu mecanismos e práticas políticas próprias – e o perfil da elite política local, suas ações e seu espaço relacional.

O primeiro capítulo se inicia com um episódio singular – a eleição da primeira Câmara Municipal, em 1875 – que nos remete a diversas questões, algumas de caráter mais geral acerca da criação do município de São Sebastião do Caí, e outras mais específicas, focando a estrutura de poder municipal ao final do século XIX. Em relação às questões de caráter mais

¹⁹ Michel Bertrand compreende esta integração de uma dimensão mais qualitativa à análise prosopográfica como uma evolução por que passou o método prosopográfico (BERTRAND, 1999, p. 109). Acerca desta “nova” prosopografia, afirma Bertrand: “Sin abandonar necesariamente la atención puesta em la identificación de los caracteres exteriores capaces de caracterizar a um grupo social, también aparece la necesidad de tomar em cuenta las ausências o la desigual aparición de algunos otros caracteres que vienen entonces a ser, por estas mismas razones, significativos” (BERTRAND, 1999, p. 110).

contextual, destacamos o incremento da economia e a formação da sociedade local, a partir do processo migratório ocorrido na região do vale do rio Caí – sobretudo na segunda metade do século XIX –, relacionando-os com a criação do município. É este contexto que nos servirá de pano de fundo para compreender a criação do município e a dinâmica política nele instalada. Quanto às questões mais específicas, abordamos o papel desempenhado pela Câmara Municipal, enquanto instância de poder local – considerando, para tanto, o específico momento de mudança de regime político no país – e daquele exercido pelo Juiz de Paz paroquial, tido como peça fundamental na condução dos destinos políticos municipais. Detemo-nos, ainda, no poder e na atuação de alguns indivíduos – nas disputas eleitorais – visando evidenciar a existência de uma elite política, antes mesmo da criação do município.

O segundo capítulo tem por objeto de estudo a elite política municipal que, da Câmara Municipal, tomava decisões que afetavam toda a população. Apresenta uma análise prosopográfica desta elite, identificando e analisando os padrões que a caracterizaram enquanto grupo, ao mesmo tempo em que discute a possibilidade de a encararmos como um grupo não-homogêneo. Através de tabelas e gráficos, traçaremos um perfil desta elite, perfil este que será constantemente comparado ao da elite brasileira e sul-rio-grandense. A origem étnica de seus integrantes revela o caráter heterogêneo de sua composição, já que identifica a ação política tanto de lusos, quanto de teuto-brasileiros. Assim, reforça o que uma vertente revisionista da imigração já vinha observando desde a década de 1990: que imigrantes e descendentes alemães participavam politicamente, ao contrário do que a historiografia clássica afirmava. A identificação da elite caiense demonstrará, inclusive, que a ocupação de cargos por teuto-brasileiros foi não só, possível, como também comum. A análise da atividade ocupacional revela, pois, a identificação da elite política com uma elite econômica ligada aos setores comerciantes e agro-exportadores do município. A análise do local de moradia da elite – concentrada, sobretudo, no termo-sede do município – e da posição por ela ocupada na hierarquia militar nos revela o simbolismo de algumas de suas características. Consideramos ainda, para fins de caracterização dessa elite, a ocupação de patentes militares junto à Guarda Nacional. Intentando uma caracterização da condição econômica dessa elite, fizemos uma incursão no seu modo de vida – possível graças à consulta aos Inventários *post-mortem* – delineando o uso simbólico de suas posses. A definição do perfil da elite caiense permitiu a identificação de algumas das estratégias de recrutamento dos indivíduos que assumiram os postos de mando na Câmara Municipal.

O capítulo final tem por mote as relações, de distinta natureza, estabelecidas pela elite municipal tanto cotidianamente, quanto a partir do exercício dos cargos camarários. Para

tanto, foram analisadas as relações que esta elite estabeleceu na sociedade em que esteve inserida e aquelas que manteve com instâncias superiores de poder. Privilegiam-se, portanto, nesse capítulo, tanto as relações horizontais – ou seja, as relações intra-elite – quanto as verticais para baixo, isto é, para com os setores que a ela estavam subordinados, e as verticais ascendentes, com as instâncias superiores de poder. Laços familiares, relações econômicas e formas de sociabilidade são analisadas como mecanismos de criação de redes clientelares, delineadoras de estratégias utilizadas por esta elite para alcançar e consolidar-se no poder. Assim, se, no segundo capítulo buscamos, através dos recursos da prosopografia, analisar um conjunto definido de indivíduos, neste capítulo final buscamos reconstruir a dinâmica social, política e econômica deste grupo, identificando a multiplicidade de laços que a interconectavam e que promoviam sua conexão com outros setores sociais e com outras instâncias de poder. Inicialmente, tomamos a sociedade local como espaço relacional a ser analisado. Buscamos, então, demonstrar o importante papel que a família adquiria para tais indivíduos, realizando um exercício crítico acerca das potencialidades e dos limites impostos pela história da família. Já a análise acerca da associação entre setor produtivo e comercial permitirá uma abordagem sobre as relações econômicas da elite, enquanto os espaços físicos e simbólicos de sociabilidade analisados demonstram a importância da acumulação de prestígio e do capital relacional constituído. Por fim, ainda no campo das relações, analisamos algumas das ações dessa elite municipal no desempenho de seus cargos junto à Câmara, tanto daquelas que visavam o reconhecimento de seu poder através da distribuição de benesses – como veremos na contratação dos funcionários da Câmara ou na arrematação de passos e impostos –, quanto daquelas que visavam, essencialmente, sua manutenção no poder, como pudemos constatar por ocasião da mudança de regime político do Império para a República.

Certamente, ao chegar ao final da leitura, o leitor observará que muitas questões ainda ficaram em aberto, merecendo uma análise mais detalhada, sobretudo, a partir das possibilidades oferecidas pela documentação. O tempo que tivemos para a realização da Dissertação – restrito a dois anos – não nos permitiu contemplar aspectos que, certamente, revelariam mais facetas da vida política e do perfil da elite local. Acreditamos, no entanto, que a análise que apresentamos confere uma maior visibilidade ao papel que a política local exerceu tanto no contexto da política imperial, quanto republicana, ao relativizarmos a visão que considera o Império e a República como dois momentos completamente distintos da política brasileira, e ao demonstrarmos que os rumos da política local dependiam, em grande parte, da capacidade da elite de relacionar-se e negociar. Temos, pois, uma elite que buscou, de diversas maneiras, legitimar seu poder e manter-se nos principais postos da administração

municipal, sendo que para ela, a mudança do regime político representou um momento de readequação às normas do jogo político. Mais do que lealdades partidárias, observa-se, por parte desta elite, o comprometimento com o intento de manutenção de seu status e dos privilégios que dele advinham.

Posto isto, convidamos o leitor a nos acompanhar, nas páginas que seguem, no desvendamento de aspectos da vida política em um município incrustado numa zona colonial ao sul do Brasil. O rio Caí, a chegada dos imigrantes e o dinamismo econômico são o pano de fundo de disputas eleitorais e mecanismos de dominação de uma elite que, querendo ser reconhecida como tal, utilizou-se da capacidade de negociar e de acionar estrategicamente suas redes de relações, a partir dos cargos políticos que exercia. Esperamos que, assim como o fez a viajante belga na década de sessenta do século XIX, o leitor também possa aventurar-se na história dessas terras coloniais ainda tão pouco exploradas pelos historiadores. Que esta Dissertação represente a retomada do desbravamento desta região e a produção de muitas outras histórias sobre os indivíduos que a ocuparam.

2 UMA CÂMARA PARA UMA NOVA VILA: O ESPAÇO DE ATUAÇÃO DE UMA ELITE LOCAL



Figura 1- Região conhecida como “Praia”, junto ao rio Caí: porto em que ocorria o embarque e desembarque, no povoado de Porto do Guimarães¹

Fonte: Acervo AHMBM.

O ano de 1875 representou um marco na história política de um pequeno povoado localizado na região colonial do estado do Rio Grande do Sul, à margem direita do rio Caí, que – emancipado de São Leopoldo – se tornaria o município de São Sebastião do Caí. Neste mesmo ano, em função das disputas entre as facções locais pelo controle dos postos de poder municipal recém-criados, ocorreu uma série de irregularidades durante a realização do primeiro processo eleitoral municipal, que veio a ser anulado. Questões ligadas à criação e ao processo de organização político-administrativa do município, assim como as ações de um determinado grupo que se constitui como elite política serão reveladas ao longo do capítulo.

¹ A foto remonta, provavelmente, à década de 1890.

2.1 A criação do município: o porto, os imigrantes e a política

O dia 24 de outubro de 1875, com certeza, não foi um dia qualquer para os moradores de São Sebastião do Caí ou Porto do Guimarães, denominação dada ao povoado em alusão ao pequeno porto que ali existia e a uma das mais importantes famílias que se assentaram no local no início do século XIX.² Desde o dia 1º de maio daquele ano, através da Lei nº 995, o povoado vivia uma nova realidade, decorrente, em grande medida, do desenvolvimento resultante da exportação da crescente produção de excedentes nas propriedades rurais através do pequeno porto. Elevado à condição de vila, o povoado deixava a posição até então secundária que ocupava junto ao povoado de São José do Hortêncio, para ser a sede do novo município, criado pela mesma lei.³ Com certeza, muita coisa mudaria a partir de então.

Afinal, a mudança estava começando naquele dia 24 de outubro: estava sendo eleita a primeira Câmara Municipal de São Sebastião do Caí. As eleições municipais realizadas anteriormente haviam definido a composição da Câmara que estava instalada na sede do município de São Leopoldo, ao qual a região pertencia desde 1846.⁴ Em 1875 a situação era outra. Seriam eleitos os primeiros vereadores da Câmara que se instalaria na vila de São Sebastião, sede do novo município, aproximando, assim, a administração municipal dos interesses daquela área ocupada desde o século XVIII por portugueses e que, ao longo do século XIX, vivenciara um considerável incremento populacional com a chegada de imigrantes alemães.

Ao analisarmos os mapas de população da região que, a partir de 1875, passou a formar o município de São Sebastião do Caí, torna-se evidente o peso dos imigrantes alemães na demografia local. Sobrenomes como Ely, Zirbes, Müller, Kraÿ, Kaiser, Veeck, Sauer,

² Segundo Rabuske (1985, p. 56), José Antônio Guimarães chegou a São Sebastião do Caí – então Porto Mateus – em 1808, na condição de capataz de uma viúva de posses, tornando-se dono das terras quando esta se retirou do local. Esta é a única informação que possuímos acerca da chegada de José Antônio Guimarães. Alceu Masson (1940, p. 9), por sua vez, informa que, por volta de 1850, um dos filhos de Guimarães, Antônio, adquiriu grande quantidade de terras de Bernardo Mateus. Este havia adquirido terras em regime de sesmaria na primeira metade do século XIX na margem esquerda do rio Caí.

³ O Artigo 1º da Lei nº 995 de 1º de maio de 1875 determinava: “Fica elevada á Cathegoria de Villa a povoação de São Sebastião, situada na margem esquerda do rio Cahy, séde da Freguezia do mesmo nome”. Já o Artigo 2º tratava da criação do município e dos territórios que iriam formá-lo: “O município da nova Villa comphenderá os territórios das Freguezias de S. Sebastião, S. José do Hortencio e Sant’Anna do Rio dos Sinos, os quaes ficam desligados do município de S. Leopoldo” (RIO GRANDE DO SUL, [1875] 1940, p. 194).

⁴ A Lei nº4 de 1º de abril de 1846 elevou São Leopoldo à condição de vila e sede do município, instalado a 24 de julho daquele ano (FORTES; WAGNER, 1963, p. 394).

Schwarz, Ludvig, Grebin, Spindler, Schneider, Rockenbach e tantos outros povoam tais listas nominativas.⁵

A ocupação da região do vale do Rio Caí por grupos de origem teuta deriva do processo de imigração que se iniciou em 1824, com a chegada das primeiras levas de imigrantes alemães a São Leopoldo, trazidos ao Brasil, com apoio do governo imperial brasileiro. A então Real Feitoria do Linho Cânhamo tornou-se, a partir de então, a colônia oficial de São Leopoldo, nome que homenageava a Imperatriz, de origem austríaca, esposa de D. Pedro, D. Leopoldina. Entre os motivos que levaram o governo Imperial do Brasil a empreender um projeto de imigração de estrangeiros estão a necessidade de povoar terras até então pouco habitadas com a finalidade de garantir a defesa do território – já que os conflitos com os vizinhos espanhóis não haviam cessado – e a intenção de aumentar a produção agrícola e manufatureira para munir as tropas em constante passagem pela província, assim como a necessidade de trazer mais soldados ao sul do Brasil. Detalhar as motivações de ordem econômica e de ordem política ou militar, não é nosso objetivo⁶, pois importa-nos, sobretudo, considerar que, a partir de 1824, levas de imigrantes alemães chegaram ao Rio Grande do Sul, passando a ocupar áreas que não se restringiam apenas à primeira colônia fundada, São Leopoldo. A esta ocupação seguir-se-ia a fundação da colônia de São João das Missões, em 1825, e de São Pedro das Torres, em 1826. Alguns imigrantes e seus descendentes também se instalariam em áreas mais próximas a São Leopoldo, sendo que, em 1827, seria fundada a colônia oficial de São José do Hortêncio e, em 1846, também na região do vale do rio Caí, a colônia oficial de Picada Feliz (ROCHE, 1969, p. 142, nota 2).

Assim, até 1875, essa região do vale do rio Caí, ocupada, inicialmente, por famílias luso-brasileiras, e que ao longo do século XIX, havia sofrido significativo incremento demográfico com o estabelecimento de imigrantes alemães e seus descendentes, pertencia ao município de São Leopoldo, criado em 1846. Quando a 1º de Maio de 1875, através da Lei nº 995, foi alterada a condição administrativa de São Sebastião do Caí, passaram a fazer parte do

⁵ Mantivemos, neste caso, a grafia dos nomes encontrados em dois mapas de população específicos: o do 5º Quarteirão de São José do Hortêncio, datado de 1870 (FUCHS, 1870) e o do 1º Quarteirão de Porto Guimarães (JUNG, 1868?). Observamos que a grafia dos nomes varia muito conforme a lista consultada. Tais Mapas de População eram elaborados pelos inspetores de quarteirão, de modo que, no caso de ser este um indivíduo de origem lusa, torna-se compreensível a variação da grafia dos sobrenomes de imigrantes alemães. No caso dos dois mapas utilizados no momento, os inspetores de quarteirão que os elaboraram eram de origem teuta, respectivamente, João Christiano Fuchs e Pedro Jung.

⁶ Diversos trabalhos, tanto da historiografia clássica quanto de estudos mais atuais, debruçam-se sobre a temática da imigração. Do primeiro grupo, que denominamos de historiografia clássica, destacamos o indispensável trabalho de Jean Roche (1969) sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul que continua a ser referência para um aprofundamento do tema. Do segundo grupo, apoiado em novos aportes tanto documentais quanto teóricos, destaca-se a tese de doutorado de Marcos Justo Tramontini (2003).

novo município, além do povoado de São Sebastião, as freguesias de São José do Hortêncio e Santana do Rio dos Sinos, compreendendo esta área a colônia oficial de Santa Catarina da Feliz e a colônia de Nova Petrópolis.⁷ Em 1877, por ato do presidente da Província de 19 de dezembro, o termo⁸ de São Sebastião do Caí seria dividido em 6 distritos⁹: 1º distrito- Vila de São Sebastião; 2º distrito- São José do Hortêncio; 3º distrito- Santo Inácio (Picada Feliz ou ainda Santa Catarina da Feliz); 4º distrito- Santana do Rio dos Sinos; 5º distrito- Colônia de Caxias; e 6º distrito- Nova Petrópolis, Pirajá e Nova Palmira (PICCOLO, 1989, p. 134). Assim, além de Picada Feliz e Nova Petrópolis, notadamente colônias alemãs, também a Colônia de Caxias, área em que se instalaram os italianos que chegaram nesse período, passou a integrar o novo município.

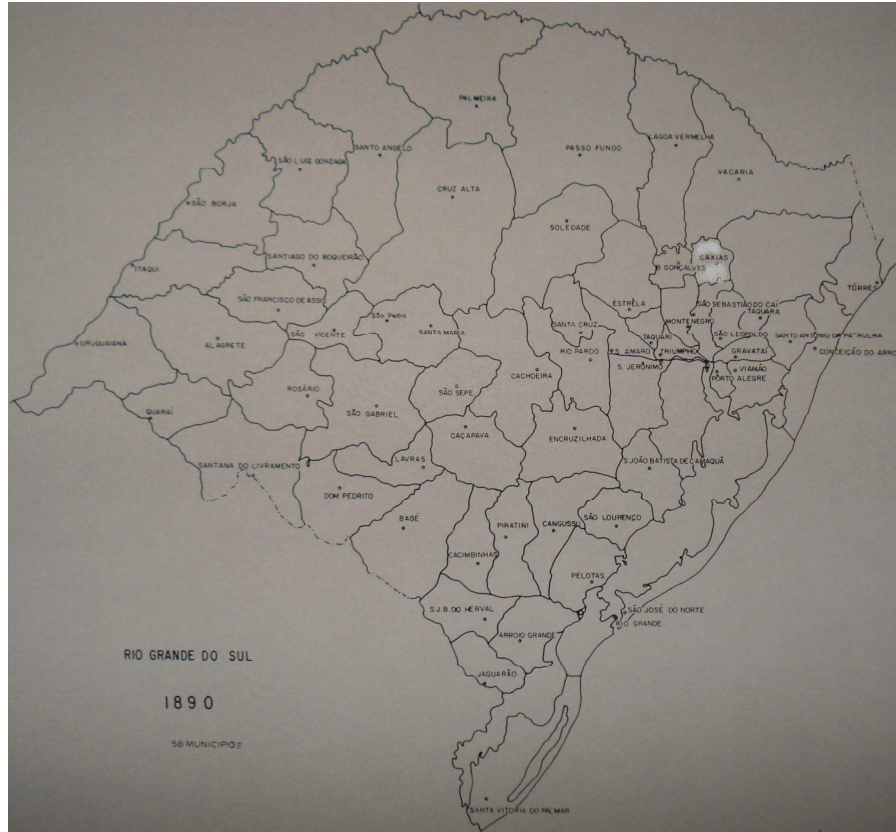
A sequência de mapas abaixo intenta evidenciar as transformações territoriais e administrativas por que passaram as regiões dos vales dos rios do Sinos e do Caí, de meados da década de 1870 à década de 1890, com a criação do município de São Sebastião do Caí e o posterior desmembramento de parte do seu território para a criação do município de Caxias do Sul. No mapa 1, destacamos o município de São Leopoldo em 1874 – portanto, incluindo o território que, em 1875, passaria a compor o município de São Sebastião do Caí. Já o mapa 2, destaca a área que a partir de 1875 constituiu o município de São Sebastião do Caí, enquanto que o mapa 3 destaca o território que, em 1890, foi desmembrado de São Sebastião do Caí, em função da emancipação da colônia de Caxias. Por fim, o mapa 4, apesar de ser posterior ao período em estudo, ilustra a situação territorial do município de São Sebastião do Caí no início do século XX, quando Caxias já não mais pertencia ao município¹⁰, podendo nos dar uma noção do amplo território que constituía o município de São Sebastião do Caí.

⁷ Em 15 de junho de 1814 foi criada a freguesia de Santana do Rio dos Sinos, pertencente ao município de Porto Alegre, passando em 1846 a fazer parte do então do município de São Leopoldo, criado pela lei nº4 de 1º de abril. Já a Lei 142, datada de 18 de julho de 1848, desmembrou da freguesia de Santana do Rio dos Sinos a Picada do Hortêncio, Picada Nova e Picada 14, que passaram a formar a freguesia de São José do Hortêncio, pertencente ao município de São Leopoldo. A colônia Nova Petrópolis, fundada em 7 de setembro de 1858, passaria a se integrar à freguesia de São José do Hortêncio (PICCOLO, 1989, p. 133).

⁸ Segundo Edmundo Zenha, termo corresponde ao “território sôbre o qual se exercia a jurisdição municipal” (ZENHA, 1948, p. 45).

⁹ Distrito, de acordo com a Lei de 1828, corresponde à divisão interna do município. Neste sentido determina o Artigo 55 que “Às Câmaras **compete repartir o termo, em distritos**, nomear os seus oficiais, e dar-lhes títulos, e dar título aos juizes de Paz, e fazer publicar por editais os nomes, e empregos destes funcionários” (BRASIL, [1828] 2002, p. 872, grifo nosso).

¹⁰ Por Ato nº 257, de 20 de junho de 1890, Caxias tornou-se vila e sede de novo município, sendo que a instalação deste data de 24 de agosto do mesmo ano (FORTES; WAGNER, 1963, p. 199).



Mapa 3 - Mapa do Rio Grande do Sul destacando o município de Caxias do Sul – 1890.
Adaptado de Felizardo (1865, p. 35)

A mudança de status político se iniciou antes mesmo da Lei nº 995, sendo que o processo não se deu de modo tranquilo. Em meados do século XIX, o núcleo colonial mais desenvolvido era São José do Hortêncio, por onde “a região escoava a sua produção por terra, via Bom Jardim, para São Leopoldo, e daí seguia para Porto Alegre” (PICCOLO, 1989, p. 133). Em meados do século, às margens do rio Caí, um pequeno povoado passou a fazer concorrência, em função da sua intensa atividade comercial, como constatou Helga Piccolo:

Ora, a Oeste de São José do Hortêncio corria o rio Caí que também levava para a capital da Província. Se aproveitado seria uma excelente e bem mais econômica via comercial, tanto para a importação quanto para a exportação. Às margens desse rio, mais ou menos a Sudoeste de São José do Hortêncio, existia um pequeno porto – do Guimarães – que passou a ser o embarcadouro da produção colonial das adjacências, visto que durante grande parte do ano o rio Caí, dali até desaguar no Jacuí, era francamente navegável. A preferência dos colonos em usar a via fluvial como escoadouro de seus produtos, fez surgir a estrada de rodagem que ligava o Porto do Guimarães a São José do Hortêncio (PICCOLO, 1989, p. 133).

Segundo a historiadora gaúcha, foi o “desenvolvimento extraordinário” gerado pelo porto que causou a remoção da sede da freguesia de São José do Hortêncio para a povoação de Porto do Guimarães (PICCOLO, 1989, p. 133-134).¹²

A Lei nº 870 da Assembléia Legislativa Provincial, datada de 15 de abril de 1873, removia a sede da freguesia de São José do Hortêncio para a povoação de São Sebastião do Caí.¹³ Os colonos de São José do Hortêncio, entretanto, não aceitaram a remoção. Reuniram uma comissão e, sob a chefia do padre Carlos Bless, foram a Porto Alegre pleitear a revogação da lei. Tanto Rabuske (1985), quanto Helga Piccolo (1989) e Alceu Masson (1940) narram o episódio de revolta dos moradores de São José do Hortêncio. A preponderância da nova paróquia sobre as demais havia sido conquistada, segundo os moradores de São José do Hortêncio, com a ajuda da antiga sede. Desde meados do século, os colonos de São José do Hortêncio, assim como de outros povoados do vale do rio Caí, passaram a utilizar o porto situado junto ao rio Caí no povoado de Porto do Guimarães, para exportar seus produtos para a capital da província, não mais fazendo o caminho por terra via São José do Hortêncio até São Leopoldo e então, via rio dos Sinos, até Porto Alegre.

¹² Lei nº870 de 15 de abril de 1873 (Apud PICCOLO, 1989, p. 133-134).

¹³ Lei nº 870 de 15 de Abril de 1873. Artigo 1º. “Fica removida a sede da Freguesia de São José do Hortêncio para a povoação do Porto do Guimarães, à margem esquerda do Rio Caí” (Apud RABUSKE, 1985, p. 32).

A revolta, possivelmente, se agravou pelo fato de o povoado de Porto do Guimarães não possuir, à época, sequer uma edificação que servisse de capela, atestando assim a superioridade da antiga sede.¹⁴ Em sua ida à capital, a comissão nada conseguiu, além da promessa de que São José do Hortêncio seria sede de uma nova paróquia, o que, efetivamente, se cumpriu no ano seguinte, quando a Lei nº 949 de 18 de maio de 1874 elevou a povoação de São José do Hortêncio à categoria de freguesia.

À parte do episódio ocorrido, cumpre indagar quais os motivos que estavam por trás da elevação de um povoado – antes subordinado a São José do Hortêncio – a município, levando-o a assumir posição mais elevada que aquele ao qual anteriormente se encontrava subordinado. Cabe a pergunta: o que fez com que o povoado de Porto do Guimarães se tornasse vila e São Sebastião do Caí um município independente de São Leopoldo?

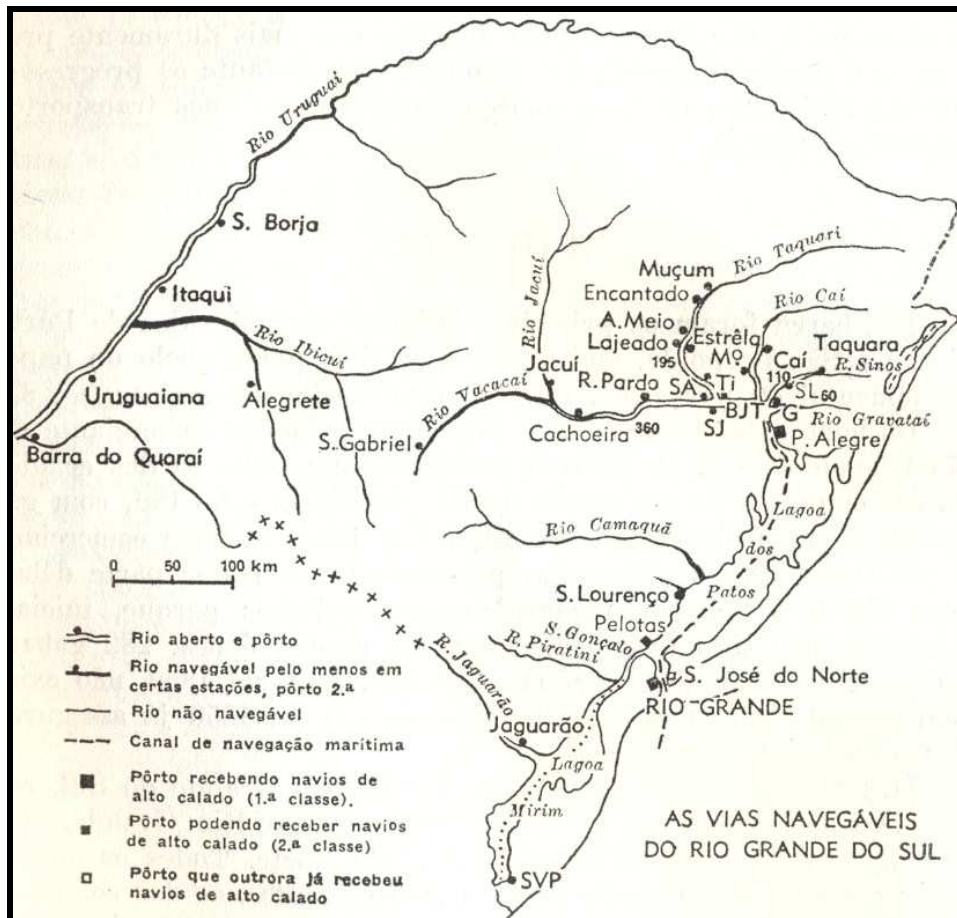
Na continuidade, apresentamos as reflexões feitas por outros historiadores acerca dos fatores e condicionantes envolvidos em uma tão importante mudança de status. Ao indagar-se sobre os motivos que levam à criação de uma vila, Comissoli destaca que, sem dúvida, fatores econômicos têm importante peso. Baseado em Bicalho, o historiador entende que, para o caso de Porto Alegre, que em 1773 é elevada à capital da capitania de Rio Grande de São Pedro,

¹⁴ A construção da Igreja Matriz de São Sebastião data da década de 1870. Em 1864, a Cúria Metropolitana havia concedido duas licenças a dois irmãos, filhos de José Antônio Guimarães, para a construção de capelas no povoado. A primeira licença, concedida a Quintino José da Silva Guimarães, data de 1º de julho. Essa capela seria edificada no terreno doado por Francisco Mateus, filho de Bernardo Mateus, um dos primeiros moradores do local, sob a invocação de São Bernardo, em homenagem ao primeiro proprietário do terreno. A segunda licença concedida pela Cúria ao Tenente Coronel Antônio da Silva Guimarães, data de 25 de julho. Esta capela seria erigida em terreno doado por ele, tendo por padroeiro Santo Antônio, uma alusão a seu próprio nome. Não sabemos ao certo quem doou o terreno para a construção da capela – Piccolo (1989, p. 134) afirma que foi Antônio Guimarães enquanto que em Rabuske (1985, p. 19-20, 59-61) encontramos outra informação. O que podemos afirmar é que o padroeiro tornou-se São Sebastião por proposição feita pelo então Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira. Se a bênção da pedra fundamental se deu em 1864, como afirma Rabuske, quando em 1873 ocorre a transferência da sede da freguesia de São José do Hortêncio para o Porto dos Guimarães, ainda não havia uma edificação própria para a capela e uma casa foi alugada para servir de capela, sendo ela depois comprada. Como o local se tornou pequeno, as missas passaram a ser novamente realizadas em casa de um particular, como sempre fora feito. A casa, na qual então passaram a ser realizadas as missas e ministérios sacerdotais, era a de Lino dos Santos, filho de Manoel dos Santos Borges, primeira família a se estabelecer na região, em 1806. Agora, como paróquia, a construção da Matriz era mais do que necessária. Rabuske supõe que a construção tenha ocorrido entre 1873 e 1879 com ajuda do governo provincial. Tal suposição é plausível, visto que em relatório enviado pela Câmara em 7 de março de 1878 consta, sob o título “Culto Público”, que a Igreja Matriz da Vila foi construída “A custa dos fiéis com bastante trabalhos e sacrifícios”, faltando ainda ser concluída (forro, assoalho e outros detalhes). Consta, também, que a Assembléia Provincial, pela lei nº 1110 de 14 de Maio de 1877, concedeu a renda de uma loteria em benefício da obra, reclamando a Câmara que até aquele momento o benefício não fora executado (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1878] 1878, f. 3-3v). Já em sessão da Câmara Municipal de 10 de abril de 1878, esta indicava à Presidência da Província os membros da comissão que seriam incumbidos de receber o valor da loteria extraída em benefício da Igreja da Vila (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1878] 1876-1886c, f. 24v). Segundo Rabuske (1985, p.61), a obra recebeu a bênção em 1879, estando em pleno funcionamento no ano seguinte.

datando, portanto, deste ano sua primeira Câmara,¹⁵ a ação política pode ter sido determinada por fatores econômicos. Afirma o autor: “Nossa interpretação é de que três fatores mostraram-se fundamentais na decisão da transferência da Câmara: o panorama político do Continente, a posição estratégica de Porto Alegre e sua condição portuária, (...)” (COMISSOLI, 2008, p. 43). Mariana Muaze, ao apresentar a criação da vila de Paty Alferes, no Vale do Paraíba, em São Paulo, em 1820, aponta como “condições ideais para a criação de uma vila”, a existência de “terreno plano e central, conjunção de várias estradas e vias de acesso, e algumas habitações estabelecidas formando um arraial” (MUAZE, 2006, p. 128). A condição estrutural do local, com casas, e a ligação deste com outros locais é considerado por Muaze, como fundamental para que uma vila pudesse surgir. As condições indicadas por Comissoli e Muaze correspondem aos elementos apontados por Murillo Marx como condicionantes ou necessários para promover a elevação de uma freguesia à vila – sede de um município: o seu crescimento populacional, econômico e em edificações (MARX, 1991, p. 52). Este parece ser o cenário possível de ser encontrado em São Sebastião do Caí na década de 1870. Levando em consideração que ambos os autores apontam para o fato de que vários fatores seriam determinantes, tanto as motivações apontadas por Marx, ao estudar o desenvolvimento do espaço urbano no Brasil, quanto as assinaladas por Comissoli, para o caso específico de Porto Alegre no século XVIII, e as apontadas por Mariana Muaze, na análise da criação da vila de Paty Alferes na primeira metade do século XIX, podem ser observadas em São Sebastião do Caí. Foi, portanto, uma conjuntura específica que determinou a criação do novo município e a instalação de sua sede no povoado de Porto do Guimarães.

O peso da função econômica do povoado, graças ao seu porto de embarque e desembarque de mercadorias, ao longo da segunda metade do século XIX foi determinante para a elevação do povoado à categoria de vila, como bem demonstraram Masson (1940), Rabuske (1985) e Piccolo (1989). Afinal, o trecho do rio Caí que se estendia do porto de embarque localizado na vila até o ponto em que deságua no rio Jacuí era navegável durante boa parte do ano, permitindo a exportação de produtos, assim como a importação de mercadorias. Deste modo, a mudança de rota do transporte da produção colonial concedeu ao povoado maior projeção e importância econômica. No mapa 5 é possível observar a ligação do rio Caí com Porto Alegre, a capital da província.

¹⁵ Apesar de 1773 corresponder ao ano em que a sede da capitania é transferida de Viamão para Porto Alegre, somente em 1810 Porto Alegre seria elevada à condição de vila. Conforme Comissoli, “apesar de na prática administrativa responder como vila, Porto Alegre não o era oficialmente” (COMISSOLI, 2008, p. 44).



Mapa 5 - Mapa do Rio Grande do Sul destacando o Rio Caí e sua ligação com Porto Alegre
 Fonte: ROCHE, Jean. Tradução de Emery Ruas. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 60.

Entretanto, apesar da historiografia existente evidenciar a motivação econômica como a propulsora da mudança de status de São Sebastião do Caí, seguindo as análises de Marx, Muaze e Comissoli, acreditamos que possam ter existido outras que atuaram fortemente, fazendo com que Porto do Guimarães fosse elevado administrativamente à categoria de vila e a região passasse a constituir em um novo município.¹⁶

Não pode ser ignorado o crescimento demográfico porque passou a região do vale do rio Caí ao longo do século XIX, ocasionado, principalmente, pelos efeitos da política imigrantista. São Leopoldo já não conseguia mais dar conta de gerir um tão amplo e povoado território. Na década de 1870, os vales dos rios Sinos e Caí não eram mais os mesmos de 1846, quando da criação do município de São Leopoldo. Tem-se, portanto, no crescimento

¹⁶ As motivações para a criação do município de São Sebastião do Caí foram apresentadas no artigo *Para além da política: considerações acerca do surgimento da Vila de São Sebastião do Caí (segunda metade do século XIX)*, no qual destacamos a importância da dinâmica econômica e do crescimento demográfico derivado do processo imigratório para a alteração de status político do povoado de Porto do Guimarães em 1875 (MARTINY, 2009c, p. 422-429).

populacional, que seria ainda maior com a chegada de inúmeras levas de imigrantes italianos no último quartel do século XIX, mais um dos motivos para a criação de um novo município.

Em 1875 se iniciaria a implantação dos primeiros núcleos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. As terras que haviam sido reservadas pelo governo para a instalação destes novos imigrantes eram terras devolutas¹⁷, localizadas na região serrana da província, que ficava logo ao norte do vale do rio Caí. Mal chegavam no Rio de Janeiro, os imigrantes se dirigiam à Porto Alegre, de onde seguiam em barcos que cruzavam o rio Caí para chegar ao pequeno porto de São Sebastião. De lá, rumavam a pé até as terras que lhes haviam sido reservadas. É o que contou Paulo Rossato, imigrante italiano, em carta a seus familiares:

Do Rio de Janeiro partimos em direção a Santa Catarina. Rumamos depois para Rio Grande onde ficamos um dia, seguindo depois para Pelotas, e enfim, para Porto Alegre. Detivemo-nos por um dia na casa de imigração, seguindo então com um vaporzinho e chegando a São Sebastião, por um rio que é 1/3 maior que o Agno. [...] (ROSSATO, 1883 apud DE BONI, 1977, p. 29-30).

Este trajeto feito pelos colonos, com passagem pelo porto da vila de São Sebastião do Caí, é referido também pelo segundo vice-presidente da Província, Rodrigo de Azambuja Villanova, em 27 de outubro de 1887. No tocante ao transporte dos imigrantes, afirmava o vice-presidente:

O transporte de immigrants para as colônias Conde d'Eu, D. Izabel e Alfredo Chaves sempre se fez por São João do Montenegro e S. Sebastião, no rio Cahy. O immigrant tem de percorrer do porto do Cahy a D. Izabel um trajecto de 13 léguas e de 20 até á colônia Alfredo Chaves, onde chega depois de andar vinte leguas, por caminhos penosos, atravessando a serra e o rio das Antas.

¹⁷ De acordo com Iotti, foi a Lei das Terras, de 1850, regulamentada através do Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854, que “definiu a significação de terras devolutas” (IOTTI, 2001, p. 24). Concordando com o já apontado por historiadores como Jean Roche, Iotti ressaltou que a Lei de 1850, ao regulamentar a aquisição de terras devolutas – estabelecendo que a aquisição destas pelos imigrantes somente poderia ser feita através de compra e não mais de concessões – não somente garantiu maior controle ao governo imperial sobre a legitimação e legalização da posse da terra (ROCHE, 1969, p.101; IOTTI, 2001, p. 21). A Lei Nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei das Terras estabelecia em seu Artigo 3º, o que eram terras devolutas, ficando implícita a idéia de serem estas terras públicas – pertencentes ao Estado – que não estavam sendo ocupadas: “Art. 3. São terras devolutas: §1º As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal. §2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura. §3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei. §4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei” (BRASIL, [1850] 2001, p. 112-113).

As suas bagagens são transportadas em cargueiros, porque a respetiva estrada subindo a serra por terreno extraordinariamente accidentado, com rampas continuadas e fatigantes, não dá lugar a transito regular de carretas. O colono quase sempre marcha a pé com a família (VILLANOVA, 1887, p. 81).¹⁸

Os imigrantes que desembarcavam no porto, antes de seguir caminho até as colônias que haviam sido criadas na Serra, ficavam alojados em barracões. Isso, evidentemente, não apenas conferia maior importância ao povoado, como também se tornava mais uma razão para que a situação do povoado se modificasse, visando a atender a política imigrantista do Império. Como fica evidente na Ata da sessão da Câmara Municipal, de 31 de março de 1882, o governo da Província delegava à Câmara a responsabilidade de organizar o alojamento das “grandes partidas de imigrantes” que chegavam:

Officio da Presidência da Província nº405, (5ª secção) de 24 deste mês lembrando a conveniência da criação de uma associação que se incumba, à expensas suas, de receber aqui os immigrants que se destinarem à colônia de Caxias e de se edificar no porto desta Villa um barracão que lhes sirva de abrigo em seu desembarque, prevenindo que consta estarem a chegar grandes partidas de imigrantes (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1882] 1876-1886c, f. 101v).

Para além deste, acreditamos que houve mais outro forte motivo, este de caráter político. Como veremos mais adiante, parte da elite política que passou a ocupar os cargos administrativos – ou seja, os indivíduos que, em algum momento, exerceram cargo camarário – já estava engajada na vida política quando Porto do Guimarães, São José do Hortêncio e Santana do Rio dos Sinos eram ainda freguesias de São Leopoldo. Isto nos faz crer que a segunda metade do século XIX tenha representado o momento em que tais indivíduos, suas famílias, clientela¹⁹ e grupos políticos aos quais pertenciam, passassem a requerer maior poder de mando local. O fato de não termos tido acesso à documentação sobre este momento específico de emancipação – não localizamos tal documentação no Acervo consultado - não

¹⁸ Relatório apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça, 3º vice-presidente da Província por S. Ex. o Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, 2º vice-presidente da Província, ao passar-lhe a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul em 27 de outubro de 1887.

¹⁹ Utilizamos o termo clientela na acepção de Richard Graham, isto é, entendemos que esta se constituía em um grupo de pessoas que mantinha entre si relações de lealdade e dependência baseadas na troca de favores: “A partir da família, parentes, agregados e outros dependentes, um senhor rural montava sua clientela. Os clientes dependiam do líder e ofereciam-lhe em troca lealdade. Não importava se o caso específico caísse na esfera pública ou econômica. Um patrão tanto oferecia emprego como protegia seus dependentes da autoridade de outros” (GRAHAM, 2003, p. 2-3).

nos permite levar tal afirmação às últimas consequências, mas o contexto político e econômico do momento sugere a possibilidade de tal inferência.²⁰

No próprio povoado de Porto do Guimarães parecia crescer o anseio de alguns moradores para que ele se tornasse o centro da freguesia. O episódio da transferência da sede da freguesia de São José do Hortêncio para o povoado de Porto do Guimarães acima narrado pode demonstrar o peso das disputas locais. O padre jesuíta Arthur Rabuske, baseado no Diário da Residência de São José do Hortêncio,²¹ afirma que o pedido de remoção da sede da freguesia teria partido da população do povoado de Porto do Guimarães, e nem a representação do Padre Bless e nem a comissão de São José do Hortêncio haviam conseguido reverter a situação. Rabuske sustenta que os habitantes de Porto do Guimarães saíram vencedores nesta disputa, por serem mais influentes e em função de sua condição de luso-brasileiros:

Em resumo, poderia concluir-se a partir do visto, que a política dos homens do Porto Guimarães, por mais influentes também desde sua condição de luso-brasileiros, tinha levado de vencido ou levado a melhor sobre a gente interiorana e teuta de S. José do Hortêncio. (RABUSKE, 1985, p. 42).

A posição que Rabuske assume está ligada a um momento bem específico da historiografia produzida sobre a imigração alemã, na qual os imigrantes e seus descendentes foram vistos como aliados do poder e de qualquer participação política. Entretanto, se por um lado, Rabuske sustenta que foi a condição étnica que garantiu êxito aos moradores de Porto Guimarães, sua visão pode ser contestada, já que, ao expor a versão do fato apresentada por

²⁰ O fato de ter havido uma mobilização tanto de moradores da paróquia de São José do Hortêncio, quanto de moradores do povoado de Porto do Guimarães, em defesa da posição central que pretendiam ocupar por si só parece revelar a postura assumida por alguns setores desta sociedade que requeriam maior autonomia política e maior envolvimento com a administração local. Aliado a isto, o crescimento econômico da região, que fez crescer sua importância dentro do município de São Leopoldo, pode ter levado a anseios de maior autonomia administrativa, bem como motivado alguns moradores locais a requerer maior espaço na política municipal.

²¹ Este Diário a que se refere o jesuíta Arthur Rabuske é o Diário da Residência da Companhia de Jesus instalada em São José do Hortêncio, no qual eram registradas informações sobre as paróquias assistidas por esta Residência. Originalmente redigido em latim, recebeu a denominação de “*Diarium Residentiae Sancti Josephi ab ano de 1870 ad annum 1908*”. A Residência, de acordo com a historiadora Beatriz Franzen, era “uma casa que reunia um pequeno grupo de jesuítas na qual era oferecido ensino de primeiras letras (ler, escrever, contar e cantar). Os inicianos, que nela habitavam, davam atendimento espiritual à população local e arredores” (FRANZEN, 1998, p. 31). Ainda de acordo com Franzen, durante o período colonial, as Residências jesuíticas viviam de esmolas, mas com o passar do tempo, passaram a contar com Obras para seu sustento, que, muitas vezes, eram os Colégios que os jesuítas mantinham e nos quais lecionavam. Esta informação nos leva a acreditar que a Residência de São José do Hortêncio possa ter sido mantida pela Escola comunitária, ligada à Igreja Católica Apostólica Romana, que existia no local desde 1845, como apontado por Dreher (2008a, p. 43).

Ambrósio Schupp, informa que a comissão que havia acompanhado o padre Bless a Porto Alegre, em 1873, era formada por “vários senhores de influência”, atestando a existência, neste núcleo colonial, de um importante grupo político (RABUSKE, 1985, p. 43).

Assim, acreditamos que o alvoroço causado pela decisão do Governo Provincial de transferir a sede da freguesia comprova a existência de grupos políticos com interesses antagônicos, que não se furtaram do direito de se representar, junto às instâncias maiores de poder, em defesa de seus interesses. Acreditamos que foram esses grupos políticos que, a partir de 1875, buscaram garantir o controle da administração municipal. Como bem apontado por Mariana Muaze, a criação de uma vila significava “O surgimento deste espaço privilegiado de negociação e disputa política entre as elites locais [...]” (MUAZE, 2006, p. 133), já que estas buscavam garantir lugar junto ao aparelho burocrático que passava a se estruturar, consequência da nova condição que o local ocupava. É isto, pois, que ocorre em São Sebastião do Caí em 1875. Uma vez elevada à condição de vila e, conseqüentemente, após a criação do município, tornava-se necessária a constituição de uma Câmara Municipal e todo um aparato de funcionários que a auxiliaria na administração da vila e dos demais distritos. Em outubro de 1875, reuniam-se, então, nas paróquias de Santana do Rio dos Sinos e São José do Hortêncio os eleitores do município para eleger aqueles que se ocupariam dos negócios da Câmara.

2.2 “pois que vendo sua causa perdida, pretende a todo transe impedir o livre pronunciamento do povo”: a primeira eleição para a Câmara e a Câmara que não foi

Voltemos, então, ao dia 24 de outubro. Como previa a legislação eleitoral do Império do Brasil²², às 9 horas da manhã daquele dia, nas Igrejas Matriz das freguesias de Santana do Rio dos Sinos e de São José do Hortêncio, reuniram-se aqueles que, pela legislação eleitoral, eram considerados cidadãos, ou seja, os indivíduos que atendiam aos requisitos para participar das eleições.

²² A Legislação que regia as eleições até 1875 era a Lei de 1846 observando as alterações realizadas pela lei de 1855 e pela de 1860. A Lei nº 387, de 19 de Agosto de 1846, que regulava a legislação imperial, foi substituída, em 1875, pela Lei nº 2675 de 20 de Outubro de 1875, conhecida como Lei do Terço. Como as eleições em São Sebastião do Caí ocorreram apenas quatro dias depois de sancionada a lei da reforma eleitoral, o pleito observa as disposições da lei anterior, tanto é que todas as referências que são feitas pela ata eleitoral, remetem à lei de 1846.

Em Santana do Rio dos Sinos, Jacintho Raymundo da Silva Flores, Juiz de Paz da paróquia, presidia a mesa de votação, acompanhado de João Virgínio da Silva, escrivão. Já na paróquia de São José do Hortêncio a mesa era presidida pelo Juiz de Paz Francisco Trein acompanhado do escrivão da subdelegacia de polícia, Narciso Pires Cerveira Filho. O Juiz de Paz²³ tinha papel fundamental no processo eleitoral, já que era ele quem presidia a mesa de qualificação de votantes, podendo decidir pela inclusão de aliados seus ou pela exclusão de opositores, assim como a ele competia ocupar a presidência da mesa eleitoral nos dias de votação. Como observado por Faoro, “A mesa eleitoral e paroquial foi o fundamento de toda a vida partidária, o eixo maior da compressão [...] reduto das manipulações, da fraude e da violência eleitoreiras” (FAORO, 1997, p. 367), o que parece dimensionar o poder de que estavam investidos Francisco Trein e Jacintho Raymundo da Silva Flores naquele dia 24 de outubro.

Para assumir um cargo investido de tão significativo poder político era necessário que o indivíduo portasse alguns requisitos indispensáveis, previstos na legislação eleitoral. Esta determinava que poderiam ser Juiz de Paz “todos os que podem ser eleitores, contanto que morem no distrito a que pertencer a eleição” (BRASIL, [1846] 2002, p. 164, Artigo 99), não existindo qualquer cláusula que proibisse estrangeiros naturalizados de serem classificados como Eleitor, o que parece explicar o fato do imigrante Francisco Trein exercer o papel de Juiz de Paz naquela eleição. Um dos requisitos básicos para ser Eleitor, e que já era previsto pelo Artigo 94 da Constituição do Império do Brasil, era a necessidade de comprovar uma

²³ Segundo Rodycz, foi a lei de 15 de outubro de 1827 que regulamentou a função do Juiz de Paz (RODYCZ, 2002, p. 42). Cada freguesia deveria possuir um Juiz de Paz e um Juiz de Paz suplente, que eram eleitos de tempos em tempos seguindo as normas da legislação para eleições de vereadores. Thomas Holloway aponta que a criação do cargo de Juiz de Paz se deu com objetivos policiaescolos: “Desde o início, os principais defensores da instituição consideraram a função policial do juiz local importante para seus objetivos”. Neste sentido, a lei de 15 de outubro de 1827, que aprovou a criação do cargo, “deu ao juiz eletivo local amplos poderes para exercer vigilância sobre sua jurisdição, desfazer reuniões ilegais, reunir provas de crimes e prender e julgar os infratores”. As funções do cargo seguiam a tradição colonial portuguesa ao concentrar as funções de agente de polícia e juiz nas mãos de funcionários locais. A diferença, no caso brasileiro, segundo Holloway, é que sua legitimidade e autoridade provinham do povo e não do monarca – “com a ressalva de que povo, neste caso, referia-se ao universo de cidadãos com direito ao voto” (HOLLOWAY, 1997, p. 61). De suas amplas funções iniciais, o Juiz de Paz teve suas competências diminuídas já em 1831, com a primeira lei aprovada pela Assembléia, a 6 de junho, após a abdicação do Imperador. Essa lei, que segundo Holloway “marcou o início da centralização conservadora, pelo menos no exercício do poder policial”, criou dispositivos para submeter o Juiz de Paz ao poder central, promovendo uma sobreposição de jurisdições coma criação dos cargos de intendente da polícia e juizes de crime, e dando o direito ao governo central de suspender o Juiz de Paz do cargo por mau procedimento (HOLLOWAY, 1997, p. 75-76). Mas, a maior perda de funções do Juiz de Paz deu-se com a Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841. De cunho conservador, com intento centralizador, a Reforma do Código do Processo Criminal reduziu as competências do Juiz de Paz, retirando-lhe as funções da justiça e polícia. Entretanto, apesar de todas as perdas de autoridade impostas ao Juiz de Paz desde o período das Regências, este parece ter conseguido manter importante poder em suas mãos: o de ser, nas palavras de Graham, “a chave da eleição” (GRAHAM, 1997, p. 146), já que era ele quem, em dia de eleição “entrava a passos largos na igreja de um vilarejo remoto e, destemido, ocupava seu lugar ‘no topo da mesa’, com dois membros da junta em cada lado” além do escrivão (GRAHAM, 1997, p. 150).

renda mínima anual de 200 mil-réis, valor este que, pela Lei eleitoral de 1846, foi elevado a 400 mil-réis.²⁴



Figura 2 - Francisco Pedro Trein: imigrante, Juiz de Paz de São José do Hortêncio e presidente da mesa eleitoral em 1875

Fonte: Hunsche (1981, p. 48).

Francisco Trein²⁵ era estrangeiro, tendo partido de Amsterdam em 25 de outubro de 1825, chegando a São Leopoldo a 31 de dezembro daquele mesmo ano. Já no Brasil, casou-se, em 1847, com Catarina Kessler, também imigrante. Passou a residir na Linha do Hortêncio,

²⁴ A renda mínima de 200 mil-réis estava prevista no Artigo 94, Capítulo 6º, Título 4º da Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824 (BRASIL, [1824] 2002, p. 209). Foi a Lei nº 387 de 19 de Agosto de 1846, no seu Artigo 53, Capítulo 2º, Título 2º que elevou a renda mínima para 200 mil-réis avaliados em prata, o equivalente a 400 mil-réis (BRASIL, [1846] 2002, p. 158). Segundo Graham a renda mínima prevista pela Constituição de 1824 era de 100 mil-réis para votante e 200 mil-réis para eleitor, compreendendo-se votante o cidadão com direito a voto nas eleições primárias e eleitor aquele com direito a voto nas eleições secundárias e, portanto, também elegível para cargos municipais, como vereador e Juiz de Paz. Aponta o autor que “A lei eleitoral de 1846 acrescentou gratuitamente a frase ‘em prata’” de modo que o governo determinou, através do Decreto 484 de 25 de novembro de 1846, que 100 mil-réis em prata deveriam equivaler a 200 mil réis em dinheiro, “quantia mantida até o final do Império” (GRAHAM, 1997, p. 414, cap.4, nota 6). Assim, para ser Eleitor a renda mínima exigida era de 400 mil-réis anuais. Cumpre lembrar que as eleições provinciais e gerais eram, até 1881, indiretas, ou seja, realizadas em dois turnos. Primeiramente os votantes da paróquia elegiam os eleitores da paróquia, que então deveriam eleger os deputados e senadores. Daí a distinção, especificada na legislação, entre votantes e eleitores. Ainda é importante fazer referência à forma de eleição dos senadores. As eleições para o cargo – que era vitalício – ocorria toda vez que um senador falecia. Os eleitores, então, elegiam uma lista tríplice, e era o Imperador que, desta lista, escolhia aquele que ocuparia a vaga.

²⁵ Carlos Hunsche refere-se a Francisco Trein como Francisco Pedro Trein. (HUNSCHE, 1975, p. 283)

onde abriu uma próspera casa de negócios. Vê-se, pelo exemplo de Trein, que a política não estava vedada a estrangeiros. A Lei de Organização dos Municípios de 1828 concedeu aos imigrantes a possibilidade de exercerem o cargo de vereador ao permitir o acesso a esta função a “todos os eleitores paroquiais que tivessem dois anos de domicílio nos respectivos termos, independente de serem estrangeiros naturalizados e acatólicos” (PESAVENTO, 1980, p. 160). Na própria legislação eleitoral de 1846 não existia qualquer cláusula que proibisse estrangeiros naturalizados de serem classificados como eleitor. Não é nossa intenção aprofundar a discussão sobre a participação política dos imigrantes, mas são pertinentes – e até necessários – alguns comentários.

Por muito tempo, como já referido anteriormente, a historiografia da imigração insistiu em afirmar que, aos alemães, as portas da política mantiveram-se fechadas, destacando assim o não envolvimento de imigrantes e seus descendentes na política. Tal interpretação baseou-se, fundamentalmente, em um conceito de política que esteve limitado ao Estado e suas instituições. Sandra Pesavento, em obra do início da década de 1980, afirmou que “os imigrantes colocaram-se como elementos subordinados dentro da política do Império e, particularmente, da Província sulina”, vendo sua participação política, então, como “quase nula” (PESAVENTO, 1980, p. 160). Interpretação semelhante pode-se encontrar em obras clássicas sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul, como é o caso dos estudos realizados por Aurélio Porto (1996)²⁶, Carlos Hunsche (1975; 1977) e Jean Roche (1969), nos quais ou são reafirmadas as idéias de isolamento e não envolvimento com a política ou pouca atenção é dada ao papel político que os imigrantes exerceram.

Por outro lado, não faltam estudos que, buscando contestar tal versão, demonstraram que alemães não somente ocuparam cargos provinciais e gerais²⁷, como também tiveram atuação marcante na política local, em nível municipal. Dreher ajuda-nos a compreender a posição assumida pelas diferentes interpretações historiográficas, a partir da concepção de política que cada uma adotou. Afirma o autor que “Se considerarmos política apenas a participação em partidos, teremos que dizer que, realmente, de início a participação dos imigrantes era numericamente baixa” (DREHER, 2008b, p. 58). Entretanto, novas interpretações historiográficas sobre a temática da imigração no estado do Rio Grande do Sul

²⁶ A primeira edição do livro *O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul*, de Aurélio Porto, data de 1934, publicado pela Est. Graf. S. Terezinha de Porto Alegre.

²⁷ Para o período que vai de 1849 a 1889, Martin Dreher localizou seis imigrantes alemães que atuaram na política provincial: Carlos von Koseritz (com grande destaque), Ernesto Frederico de Werna Bilstein, Frederico Guilherme Bartholomay, Frederico Haensel, Wilhelm Ter Brügggen e o Barão de Kahlden (DREHER, 2008b, p. 59).

vêm buscando evidenciar que os imigrantes “desde o início, valeram-se dos mecanismos existentes para reivindicar seus direitos” (DREHER, 2008b, p. 58).

Esse novo entendimento do papel político dos imigrantes está diretamente relacionado ao conceito de cultura política que permeia as novas análises, um conceito que, influenciado pela História Cultural e pela Nova História Política, vem desviando cada vez mais o foco de análise do Estado e suas instituições administrativas para centrar-se na organização política e cultural das sociedades, num movimento de politização das ações que antes eram destituídas desta dimensão. Marcos Antônio Witt, em um estudo que buscou demonstrar como imigrantes alemães e seus descendentes buscaram meios de participação política no século XIX, evidencia a adoção deste conceito ampliado de política: “Para se chegar a esta conclusão [de que os colonos alemães participaram politicamente mesmo que legalmente impedidos], foi preciso transcender o campo da política partidária e ampliar o conceito, pensando-o como política que permite inserção social [...]” (WITT, 2008, p. 16).

Ao revisitar o tema da imigração, atentando para algumas concepções consagradas pela historiografia, muitos trabalhos vêm apontando para o fato de que o imigrante não somente envolveu-se com questões políticas como ocupou efetivamente cargos políticos ao longo do século XIX. Dreher, neste sentido, argumenta que “Em todas as áreas de imigração, tão logo surgiam vilas, os imigrantes tiveram seus representantes a nível local” (DREHER, 2008b, p. 58). A análise prosopográfica, que realizaremos mais adiante, demonstrará como descendentes de alemães integraram – de forma bastante significativa – a elite local de São Sebastião do Caí. Francisco Trein constitui um caso exemplar de imigrante que ocupou importante cargo político, no caso, o de Juiz de Paz. Certo é que o caso de Trein não pode ser tomado como uma regra, mas, com certeza, não era ele uma exceção a nível local.

Mas, como Trein chegou a ocupar um posto com tal importância política? Acreditamos que grande parte de seu poder e influência derivava da posição que ocupava na sociedade. Assim, o caso de Trein demonstra que, mais do que critérios étnicos, os fatores que podiam determinar o acesso a cargos políticos eram a condição econômica e a inserção na sociedade local. Graham, referindo-se ao contexto brasileiro de um modo geral, aponta que o Juiz de Paz era, na grande maioria das vezes, um “fazendeiro, estancieiro ou homem de outras posses”, o que lhe garantia “fontes adicionais de autoridade” (GRAHAM, 1997, p. 150).²⁸

²⁸ Como a primeira legislação eleitoral do Brasil (Lei nº 387, de 19 de Agosto de 1846) determinava, em seu artigo 99, que “Podem ser juizes de paz todos os que podem ser eleitores, contanto que morem no distrito a que pertencer a eleição”, devendo comprovar uma renda mínima anual de 400 mil-réis, o número de cidadãos aptos a exercerem tal cargo era reduzido, restrito aos indivíduos de maior posse (BRASIL, [1846], 2002, p. 164). Tomando-se em conjunto os dados dos alistamentos eleitorais das paróquias de Santana do Rio dos Sinos e São

Esta caracterização, embora generalizante e não atenta às especificidades das inúmeras províncias brasileiras – ou mesmo das realidades municipais –, é válida na medida em que caracteriza o Juiz de Paz como um homem de posses, um membro diferenciado na estrutura social local, alguém que, dentro da hierarquia social vigente no século XIX, encontrava-se em posição privilegiada. Francisco Trein, o Juiz de Paz de São José do Hortêncio, era negociante, o que evidencia o pertencimento a um estrato superior da sociedade local. Sobre Trein, Hunsche e Astolfi (2004, p. 1614, nota 37) afirmam que este foi “grande comerciante de Porto dos Guimarães, hoje São Sebastião do Caí”, tendo atuado na Farroupilha.²⁹ Muito provavelmente, sua posição econômica e sua carreira militar foram fundamentais para fazer dele uma autoridade na comunidade em que estava inserido. Não se deve, no entanto, minimizar a importância das relações que estabeleceu com outros integrantes da sociedade caiense, sobretudo relações matrimoniais que garantiam a solidificação de vínculos com a elite política local, como analisaremos melhor no capítulo final da Dissertação.

Em relação ao Juiz de Paz de Santana do Rio dos Sinos, Jacintho Raymundo da Silva Flores, sabe-se, através do alistamento eleitoral da paróquia de Santana do Rio dos Sinos, que era lavrador, o que significava, à primeira vista, que pertencia ao estrato demograficamente mais numeroso e, talvez, de menos posses (SANTANA DO RIO DOS SINOS, [1878] 1876, f. 30v-31). Se levarmos em conta a renda constante no alistamento eleitoral da paróquia de Santana do Rio dos Sinos de 1878, constatamos que mesmo entre os lavradores havia uma estratificação, de modo que Jacintho e seus dois irmãos alistados possuíam renda maior ou igual a 400 mil réis – no caso de Jacintho, a renda apresentada era de 500 mil-réis –, o que é bastante significativo, uma vez que somente 23,4% dos lavradores possuíam tal renda. Assim, apesar de identificado como lavrador, o Juiz de Paz de Santana do Rio dos Sinos fazia parte de um estrato superior da sociedade caiense, pertencendo a uma família de tradicionais e abastados proprietários de terras.

Se, as eleições eram palco para fraudes, como o demonstrou Graham (1997) ao analisar episódios eleitorais de diversos municípios do Brasil, sendo os Juízes de Paz peça

José do Hortêncio dos anos de 1878 e 1879, respectivamente, de um total de 932 votantes, somente 24,68% (ou seja, 230 indivíduos) estavam aptos a serem eleitores, e, portanto, aptos a serem eleitos ao cargo de vereador ou juiz de paz.

²⁹ Referimo-nos aqui à Guerra Farroupilha, conflito que ocorreu durante o período Regencial, que durou uma década (1835 a 1845), e que colocou de lados opostos os rebeldes Farroupilhas, que pleiteavam diminuição dos impostos sobre o charque gaúcho e maior autonomia administrativa, e, de outro lado, os legalistas, que defendiam o poder Imperial. Diferentemente das outras revoltas ocorridas no período regencial, a Farroupilha foi uma revolta das elites provinciais, ricos estancieiros e charqueadores que lutavam por seus interesses políticos e econômicos. A revolta cessou somente em 1845, com a assinatura de um tratado de paz.

fundamental nas manobras eleitorais, em São Sebastião do Caí, os opositores políticos de Trein e Silva Flores estavam atentos as suas ações.

O ritual foi o mesmo nas duas paróquias: primeiramente formaram-se as mesas eleitorais. Jacintho Raymundo da Silva Flores, em Santana do Rio dos Sinos, realizou a chamada dos eleitores Tenente Coronel José Maria de Alencastro, Paulino Ignácio Teixeira e Tristão Rodrigues da Silva. Como o primeiro não compareceu, os demais elegeram os dois componentes da mesa: Frederico Adolpho Pereira e Luis Jacinto de Oliveira Flores. Tal procedimento observava as disposições do artigo 1º §1º da Lei nº 842 de 19 de setembro de 1855.³⁰ O mesmo fizeram os dois suplentes de eleitor convocados, Capitão Leandro Pires Cerveira e Antônio Maciel da Silva, já que o terceiro, Narcizo Pires Cerveira, também não compareceu. Os dois presentes escolheram, para membros da mesa, Abel dos Santos Machado e o Capitão João Álvares Ferras d'Eilly (SANTANA DO RIO DOS SINOS, [1875] 1873-1881a). Como Abel dos Santos Machado e Frederico Adolpho Pereira deixaram de comparecer, o Juiz de Paz nomeou como substitutos, respectivamente, Marciano Pedro Cabral dos Santos e Antônio Francisco Ivo.³¹

³⁰ A Lei nº 842 de 19 de setembro de 1855 alterava algumas disposições da Lei nº 387 de 19 de agosto de 1846, que regulava a maneira de proceder-se às eleições de senadores, deputados, membros das Assembleias Provinciais, Juizes de Paz e Câmaras Municipais. A modificação para o caso da formação das mesas eleitorais estava relacionada à própria eleição dos membros da mesa. Segundo a lei de 1846, caberia ao presidente da mesa, juiz de paz mais votado, escolher entre os eleitores convocados, dispostos em duas listas de acordo com a votação que obtiveram na eleição para eleitores, os que comporiam a mesa, fazendo o mesmo com a lista dos Suplentes. Já o §1º do artigo 1º da lei de 1855 modificava este processo, determinando que os membros da mesa seriam eleitos pelos Eleitores e pelos Suplentes podendo seus votos recair sobre “quaisquer cidadãos da paróquia que tenham as qualidades para eleitor” (BRASIL, [1855] 2002, p. 238).

³¹ A lei eleitoral de 1846 previa, no artigo 126, §5º, N°1 que a junta de qualificação deveria impor uma multa de 40 a 60 mil-réis aos membros da mesa que se ausentassem sem motivo justificado (BRASIL, [1846] 2002, p. 168). Ao que consta na ata Frederico Adolpho Pereira não compareceu por estar doente, mas nada é dito do motivo da ausência de Abel dos Santos Machado. Não há, entretanto, na ata, registro de nenhuma multa imposta a algum dos ausentes (SANTANA DO RIO DOS SINOS, [1875] 1873-1881a).



Figura 3 - Igreja Matriz da Paróquia de São José do Hortêncio: local de realização da eleição em 1875
 Fonte: Amstad (1981, p. 172).

Enquanto isso, em São José do Hortêncio, foram chamados a comparecer à mesa César José Centeno, como representante da turma de eleitores, e Manoel Joaquim Alves de Moraes, representando os suplentes. Moraes foi convocado por ser o quarto Juiz de Paz da paróquia, em lugar do representante da turma de suplentes que, por não estar qualificado e não atender às exigências do artigo 10 do decreto nº 1812 e aviso de 1º de julho de 1863, não poderia ser chamado. O eleitor presente escolheu, então, para compor a mesa, Lourenço de Alencastro Guimarães e Manoel Padilha. Já o quarto Juiz de Paz, Manoel Joaquim Alves de Moraes, escolheu para membros da mesa César Augusto Góes Pinto e Narciso Pires Cerveira Filho (SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO, [1875] 1873-1881a). Chama a atenção, na formação da mesa de São José do Hortêncio, que todos os mesários, com exceção do Juiz de Paz, eram de origem luso-brasileira. Se isto, por um lado, atesta a predominância de luso-brasileiros, por outro, demonstra – mais uma vez – que a origem étnica não era empecilho para que Trein ocupasse o cargo de maior importância das eleições.

Quando estavam para ser iniciados os trabalhos nesta paróquia, César Augusto Góes Pinto, que se encontrava na situação de secretário da mesa, por designação do Juiz de Paz, reclamou que a eleição estava sendo realizada pela qualificação de 1875 e não pela de 1872, que havia sido a utilizada para a convocação dos votantes. Segundo o secretário, se a eleição fosse feita pela qualificação de 1875 “não podia ella produzir seus efeitos, visto que não tinha

sido cumprido o disposto no artigo 41 do Título 2º da lei nº387 de 19 de Agosto de 1846”.³² Apresentava dois motivos para que a qualificação não fosse utilizada. O primeiro era de que esta ainda não estava aprovada e, o segundo, de que nela havia “abusos inqualificáveis, como repetições de nomes e outros vícios insanáveis”. Francisco Trein, presidente da mesa, entretanto, não deu causa ao protesto. Enquanto o mesário Narciso Pires Cerveira apoiava o questionamento que Góes Pinto fizera, os demais mesários, Lourenço de Alencastro Guimarães e Manoel Luiz Padilha apoiaram a decisão do Juiz de Paz, sendo que Guimarães argumentava que a eleição estava sendo realizada pela qualificação de 1875, pois assim estavam observando o que estava disposto nas instruções legais.

Além do desentendimento, que já se manifestara entre os membros da mesa, chegava a esta um protesto contra sua organização. Entretanto, o protesto, de autoria de João Daniel Collin, “posto em votação foi recusado pela maioria por não achar fundamento” (SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO, [1875] 1873-1881b). Interessante notar que o protesto fora recusado pela mesa depois de realizada uma votação e de a maioria decidir que deveria ser recusado. A posição que cada mesário havia assumido, por ocasião do protesto do secretário da mesa, revela que o Juiz de Paz contava com o apoio da maioria dos mesários, apoio este que parece ter sido fundamental para a recusa do protesto de Collin. Como a Ata revela que foi a “maioria” da mesa e não a totalidade que decidiu pela rejeição do protesto, fica evidenciado que nela estavam representados dois grupos que defendiam posições opostas.

Assim, iniciou-se o primeiro dia de votação nas duas paróquias. Seguindo o que previa a legislação, naquele dia foram realizadas duas chamadas de votantes, ficando a terceira para o dia seguinte. Consta em Ata, que a urna foi depositada, ao final do primeiro dia de trabalho, em um cofre “fechada á duas chaves”. Se em Santana do Rio dos Sinos os mesários preocuparam-se em registrar a guarda da urna em um cofre, na ata da mesa de São José do Hortêncio há ausência de informação similar (SANTANA DO RIO DOS SINOS, [1875] 1873-1881b; SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO, [1875] 1873-1881b).³³

³² O artigo 41 do Título 2º da Lei nº 387 de 19 de Agosto de 1846 referia-se à organização das mesas paroquiais, que determinava que um mês antes do dia marcado para as eleições o Presidente da Mesa Paroquial deveria convocar as pessoas mencionadas nos artigos 4º, 5º e 6º da mesma lei para proceder a organização da mesa paroquial e também convocar os Cidadãos qualificados para darem seus votos. César Augusto Góes Pinto muito provavelmente fazia a contestação porque a convocação não foi feita um mês antes como determinava a legislação (BRASIL, [1846] 2002, p. 155-156).

³³ Assinaram a ata de recebimento das cédulas na freguesia de Santana do Rio dos Sinos: João Álvares Ferraz d’Eilly, secretário; Jacintho Raymundo da Silva Flores, Juiz de Paz Presidente; Antônio Francisco Ivo; Marciano Pedro Cabral dos Santos; e Luis Jacintho da Silva Flores (SANTANA DO RIO DOS SINOS, [1875] 1873-1881b). Já a Acta Segunda da Mesa paroquial de São José do Hortêncio, do dia 24 de Outubro de 1875, foi assinada por César Augusto Góes Pinto, secretário; Francisco Trein, Juiz de Paz Presidente; Lourenço de Alencastro Guimarães; Manoel Luis Padilha; e Narciso Pires Cerveira Filho (SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO, [1875] 1873-1881b).

Assim, no dia seguinte, o ritual teve continuidade nas duas paróquias com a terceira chamada daqueles votantes que não haviam atendido às duas chamadas do dia anterior. Realizada a eleição, entretanto, nem tudo transcorreu sem problemas. Em São José do Hortêncio, antes mesmo de iniciados os trabalhos de recolhimento das cédulas, César Augusto Góes Pinto, secretário da mesa, apresentava ao presidente Francisco Trein um ofício no qual declarava estar doente, enquanto Narciso Pires Cerveira comunicava verbalmente estar doente e não poder participar da mesa. Diante do fato, o Juiz de Paz Presidente nomeou a José Ferreira Bastos e João Adão Martini “de conformidade com o Aviso de 18 de Fevereiro de 1865, paragrapho [sic] segundo” passando Lourenço de Alencastro Guimarães a ser o secretário (SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO, [1875] 1873-1881c).

Em Santana do Rio dos Sinos, os problemas também começaram a aparecer: Antônio José da Rocha Júnior apresentou um protesto à mesa, no que foi acompanhado por outros “cidadãos qualificados votantes d’esta paróquia de Sant’Anna do Rio dos Sinos” que protestavam contra a validade da eleição.³⁴ Dentre as justificativas para a contestação estava o procedimento adotado pelo Juiz de Paz que convocou os votantes pela lista de qualificação de 1873 – como ordenado pela Presidência da Província – e não pela lista de 1872. A situação teria se agravado ainda mais quando, às vésperas da eleição, o Juiz de Paz teria substituído a lista de 1873 pela de 1875, e a organização da mesa não teria seguido “as prescrições legais”, uma vez que a substituição dos mesários que não compareceram teria se dado por nomeação do Juiz de Paz e não por eleição da mesa. Por fim, os signatários do abaixo-assinado denunciaram que a lista de votantes continha alguns nomes “alterados e deferentes da copia authentica”, chegando a citar alguns exemplos. Acusavam, pois, que alguns nomes que constavam na lista autêntica não constavam na lista afixada, como seria o caso de Florentino Vieira Fernandes, que não teve seu nome lido nas chamadas (SANTANA DO RIO DOS SINOS, [1875] 1873-1881c).³⁵

O Juiz de Paz Jacintho Raymundo da Silva Flores, presidente da mesa e principal alvo das acusações, não se escusou da defesa. Deixemos que a própria Ata exponha sua declaração:

Pelo presidente da mesa foi dito que o protesto apresentado é por de mais impertinente por quanto é publico e notorio, que a lista de qualificação pela qual se

³⁴ Os que protestavam eram, além de Antônio da Rocha Júnior, Leandro Pires Cerveira, Abel dos Santos Machado, Bernardino Antônio Machado, José Pires de Almeida, João Antônio Vieira, Antônio Luís Nunes de Vargas, Sebastião Antônio Machado e Antônio Marcelino Nunes.

³⁵ A lista autêntica seria aquela elaborada pelos inspetores de quarteirão, da qual era feita uma cópia aprovada pela junta de qualificação eleitoral da paróquia e afixada em local público para a convocação dos votantes.

fez a chamada, foi afixada em tempo competente, e não nas vésperas da eleição como dizem os protestantes, assim como é fútil e menos exacto a allegação da falta de prescripções legais na formação da mesa, por isso que os respectivos membros della forão eleitos pelos membros substitutos e não pelo presidente, como declaram os protestantes; e se verifica se agora não constar da acta respectiva essa deliberação, é sem duvida devido a equívoco do Secretario, em o qual os membros da mesa reconhecendo sufficiente illustração, pratica e boa fé depositarão ampla confiança, razão porque não reconhecerão logo esse equívoco. Também é inexacta estar alterada a lista de qualificação de votantes, e de ter o presidente deixado de ler algum nome incluído na mesma lista (SANTANA DO RIO DOS SINOS, [1875] 1873-1881c).³⁶

Silva Flores não estava sozinho em sua defesa. Tanto é que outro grupo de cidadãos apresentou à mesa um contra-protesto. Segundo revela a Ata do dia 25 de outubro, este contra-protesto era assinado por “votantes e membros activos de um dos partidos que pleiteião a eleição municipal nesta parochia, usando do direito que lhes faculta a lei” para contra-protestar contra “o inepto, e infundado protesto apresentado à mesa contra validade da eleição”. Segundo afirmam, a troca da lista se deu a tempo e os substitutos dos mesários ausentes foram nomeados pela mesa, e não pelo Juiz de Paz, reiterando o que este já havia afirmado: que se não era isto que constava em ata era por equívoco do Secretário. Negam também que alguma alteração tenha sido feita na lista de votantes que fora afixada na porta da Matriz ou que o Juiz de Paz tenha deixado de chamar alguém. Quanto a esta última acusação, consta no contra-protesto que, “Ainda quando fosse veridica essa allegação ella não podia produzir a nullidade da eleição – porque não influe na decisão della” (SANTANA DO RIO DOS SINOS, [1875] 1873-1881c).³⁷

O mal-estar que possa ter sido causado por esta disputa não impediu a continuação dos trabalhos. Depois de finda a terceira chamada, nas duas paróquias foi realizada a apuração dos votos pela mesa paroquial. Se em São José do Hortêncio, os trabalhos foram encerrados naquele dia (SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO, [1875] 1873-1881d)³⁸, em Santana do Rio dos

³⁶ A Ata foi assinada por Jacinto Raymundo da Silva Flores, Juiz de Paz Presidente; Antônio Francisco Ivo; Luis Jacintho de Oliveira Flores; Marciano P. Cabral dos Santos; e J. A. Ferraz d’Eilly.

³⁷ Assinavam este contra-protesto Frederico Adolpho Pereira, Agostinho de Souza Loureiro, Antônio Fernandes Chaves, Paulino Ignácio Teixeira, Carlos Berto Círio, Felisberto Henrique Carvalho, Tristão Roiz (Rodrigues) da Silva, Bernardino Domingues Flores, Orestes José Lucas, Leandro Pires Cerveira Sobrinho, Luís Narciso Pires e Ignácio José de Alencastro.

³⁸ A Acta de apuração das cédulas, do dia 25 de Outubro de 1875, da Freguesia de São José do Hortêncio foi assinada por Lourenço de Alencastro Guimarães, na condição de secretário; Francisco Trein, como Juiz de Paz Presidente; além de João Adão Martini, Manoel Luis Padilha, José Ferreira Bastos e Francisco Coelho de Sousa, este último como secretário.

Sinos, dada a hora adiantada, a continuidade dos trabalhos de apuração ficou para o dia seguinte (SANTANA DO RIO DOS SINOS, [1875] 1873-1881d).³⁹

Alguns números decorrentes deste pleito merecem ser analisados mais detidamente, pois nos revelam aspectos sobre a dinâmica eleitoral. Em Santana do Rio dos Sinos compareceram 256 eleitores (SANTANA DO RIO DOS SINOS, [1875] 1873-1881e)⁴⁰, enquanto que em São José do Hortêncio o número foi menor: 196 eleitores, tendo deixado de comparecer à votação outros 233 (SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO, [1875] 1873-1881c).⁴¹ Os números chamam nossa atenção. Em São José do Hortêncio, compareceram para a votação 45,7% dos eleitores, faltando, conseqüentemente, mais da metade dos votantes. A própria mesa parece ter se dado conta do grande percentual de não comparecimento, razão pela qual fez constar, ao final da Ata de apuração, que havia deixado de multar os cidadãos que não haviam comparecido à votação – conforme exigia a lei – devido ao mau tempo que havia precedido a eleição. Considerando-se a situação que se criou, pode-se supor que o empenho da mesa em apresentar as razões pelas quais mais da metade dos cidadãos qualificados não havia comparecido, tenha decorrido da intenção de minimizar – ou até, desconsiderar – os efeitos da troca das listas de qualificação sobre a eleição.

Já para Santana do Rio dos Sinos, as atas não apontam o número de eleitores que não compareceram e como a lista de qualificação – com data mais próxima ao ocorrido – que temos é a de 1878, e que, muito provavelmente, sofreu modificações em função das alterações promovidas pela Lei do Terço de 1875⁴², não temos condições de aportar maiores informações sobre a participação no pleito. Entretanto, dado que a freguesia de Santana do Rio dos Sinos possuía menos habitantes que São José do Hortêncio, acreditamos que o percentual de participação tenha sido maior nesse caso. Calculamos que cerca de 70% do total de eleitores tenha tomado parte no pleito em Santana do Rio dos Sinos, alertando que esta cifra corresponde apenas a uma tentativa de mensurar, a partir de dados indicativos e não

³⁹ Conforme a Acta da Apuração das Cédulas de Vereadores, no dia 25 de Outubro de 1875 foram apenas abertas as cédulas, sendo em seguida encerrados os trabalhos. A contagem dos votos ocorreu somente na sessão do dia seguinte. Assinam a Acta de Apuração do dia 25 de outubro: Jacintho Raymundo da Silva Flores, Juiz de Paz Presidente; Mesários: Marciano P. Cabral dos Santos; Antônio Francisco Ivo; Luis Jacintho de Oliveira Flores; José Luis Vicente da Costa.

⁴⁰ Conforme aponta a Ata, das 256 cédulas quatro estavam inutilizadas, uma por estar assinada e as demais por estarem no mesmo invólucro.

⁴¹ Esta Ata foi assinada por Lourenço de Alencastro Guimarães, como secretário; Francisco Trein, como Juiz de Paz Presidente; além de João Adão Martini, Manoel Luis Padilha e José Ferreira Bastos.

⁴² A Lei do Terço de 1875 modificou alguns critérios a qualificação de votantes. Além do mais, durante o intervalo de tempo que separa as duas listas que comparamos – 1 ano – muito pode ter ocorrido que possa ter modificado em alguns aspectos a lista utilizada na votação: alguns votantes podem ter se mudado da paróquia, outros chegado, outros morrido e outros antes excluídos podem ter adquirido os requisitos para participar do processo.

precisos para a época.⁴³ O significativo grau de abstenção dos indivíduos aptos a participar do pleito nas paróquias de São Sebastião do Caí, em 1875, demonstra que o observado por José Murilo de Carvalho para o período republicano no Rio de Janeiro é, em boa medida, válido para outros municípios já no período imperial. Carvalho chama a atenção para o fato de que, na República, o grau de abstenção nas eleições era bastante elevado. Se a República, ao manter a exclusão dos analfabetos, não trouxe a ampliação da participação nos sufrágios – que alguns setores sociais tanto almejavam –, o novo regime instituído em 1889 parece ter conseguido aumentar o desinteresse pela participação nos pleitos por aqueles aptos a fazê-lo. Vejamos os números apontados por Carvalho para os anos iniciais da República no Rio de Janeiro:

Para a eleição da Constituinte em 1890, foram alistados 28585 eleitores, ou seja, 28% do eleitorado potencial, 9,5% da população adulta, 5,5% da população total. Nas primeiras eleições diretas para presidente, em 1894, votaram apenas 7857 pessoas, ou seja, 7% do eleitorado potencial, 1,3% da população. Em 1896 os alistados tinham subido para 42252, mas nas eleições deste ano para o Congresso votaram 13127 eleitores, o que correspondia a 31% dos alistados, 13% do eleitorado potencial, 2,5% da população total (CARVALHO, 1987, p. 85).

O mesmo autor apresenta duas motivações para tão diminuta participação ou, em suas palavras, “auto-exclusão” do processo eleitoral. A primeira é a fraude eleitoral, já existente no Império e intensificada na República graças, inclusive, à própria legislação eleitoral. O Regulamento Alvim, primeira legislação eleitoral da República, suprimiu os fiscais que atuavam nas eleições, concentrando assim grandes poderes e liberdade aos mesários, “delegados das intendências municipais”. Uma segunda motivação à abstinência do eleitorado potencial era a violência que marcava os dias de votação, com capangas a serviço dos candidatos para garantir a vitória, intimidando e até assassinando eleitores e adversários (CARVALHO, 1987, p. 86-88).

Como já apontamos, a mesa eleitoral de São José do Hortêncio atribuiu às más condições do tempo a causa para a grande abstenção eleitoral ocorrida. Certamente, tal justificativa pode ser tida como bastante pertinente, pois muitos eleitores tinham que percorrer

⁴³ Chegamos a cifra de 70% utilizando os alistamentos eleitorais de 1878 para Santana do Rio dos Sinos (SANTANA DO RIO DOS SINOS, 1878) e 1879 para São José do Hortêncio (SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO, 1879). Considerando que houve um crescimento dos votantes de São José do Hortêncio de 16,8% de 1875 a 1879, se aplicarmos esse mesmo aumento ao povoado de Sanatana do Rio dos Sinos, em 1875 teríamos um total de 369 votantes. Assim, os 256 votantes que participaram corresponderiam a cerca de 69,4% do total presumível de eleitores.

grande distância para chegar à Igreja Matriz de São José do Hortêncio. Lembremos que, à paróquia de São José do Hortêncio pertencia, por exemplo, o território da colônia de Nova Petrópolis, que como demonstra o Mapa 4, localizava-se a uma grande distância de São José do Hortêncio. Acrescente-se a isto o fato de que as condições das estradas que ligavam os povoados não eram boas e, em caso de um mês de outubro chuvoso, as cheias dos rios poderiam tornar inviável qualquer viagem.⁴⁴ Entretanto, a justificativa utilizada, acreditamos, pode ter servido para encobrir a causa real e maior de tal abstenção: a fraude que ocorreu com a troca, em tempo indevido, das listas de votantes.

Como neste terceiro dia de trabalho da mesa deixaram de comparecer à Igreja Matriz de Santana do Rio dos Sinos, por motivo de doença, os mesários João Álvares de Ferraz d'Eilly e Marciano P. Cabral dos Santos, estes foram substituídos “na forma da lei” por José Luis Vicente da Costa e Felisberto Henrique de Carvalho. Mas a confusão continuava na Igreja Matriz de Santana. Chegava à mesa eleitoral um novo protesto assinado por Antônio José da Rocha Júnior, Bernardino Antônio Machado e João Álvares Ferraz d'Eilly. A acusação: a urna não teria sido lacrada e fechada à chave como determinava a lei. Lembramos que o coronel Antônio José da Rocha Júnior já havia encabeçado o primeiro protesto, realizado no dia anterior. Vasco Lopes da Roza, Leandro Pires Cerveira Sobrinho, Paulino Ignacio Teixeira, Antônio Raymundo da Silva Flores, Agostinho de Souza Loureiro, Narciso Roiz da Roza, Francisco Marques de Lemos, Israel Alves de Moraes e Carlos Berto Círio afirmavam ser sem fundamento o protesto e que este só poderia ser de autoria de “homens que não tem coragem de arcar com a diversidade da sorte pois que vendo sua causa perdida, pretende a todo transe impedir o livre pronunciamento do povo, o que acaba de allegar os seus legítimos representantes” (SANTANA DO RIO DOS SINOS, [1875] 1873-1881e). João Álvares Ferraz d'Eilly, contestando este contra-protesto “apresentado por alguns membros do partido liberal” contra a legalidade da organização da mesa no dia 24 de outubro, afirmava que, enquanto secretário da mesa, registrou em ata a exatidão do ocorrido. João d'Eilly confirmava que dois mesários tinham se ausentado, o que fez com que o Juiz de Paz Jacintho Raymundo da Silva Flores nomeasse substitutos. Acusava também de contraditória e pouco exata a defesa que fora proferida pelo Juiz de Paz, confirmando ainda que a lista afixada na porta da Igreja Matriz era diferente da cópia autêntica, apresentando alterações e supressão de alguns nomes (SANTANA DO RIO DOS SINOS, [1875] 1873-1881e).

⁴⁴ Como se pode observar pelo Mapa 4, o município de São Sebastião do Caí possuía um rico sistema hidrográfico.

Nitidamente, a disputa política se acirrava. A essa altura, os documentos nos revelam que esta não foi uma eleição tranquila. O Juiz de Paz se defenderia, afirmando que devolvia a d'Eilly “a palavra Inepta com que veio enriquecida a sua contestação ao contra protesto que por alguns membros do partido Liberal foi presente a meza palavra esta que mais bem cabe a sua despeitada contestação”. O novo secretário afirmava, então, que depois de terminados os trabalhos no dia anterior, a urna foi fechada de acordo com a lei, e depositada em outra urna maior, que então foi fechada a chave, sendo que uma cópia da chave havia ficado com ele próprio, o secretário, e outra com o Juiz de Paz (SANTANA DO RIO DOS SINOS, [1875] 1873-1881e).⁴⁵

O ocorrido em Santana do Rio dos Sinos, nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 1875, atestava a existência de tensões políticas no município. Ainda mais porque, não só em Santana do Rio dos Sinos ocorreram problemas. Em São José do Hortêncio, o clima também não havia sido tranquilo. Nesta paróquia, os trabalhos de apuração se estenderam até 4 horas da tarde do dia 25 de outubro, tendo sido apresentado à mesa paroquial um novo protesto feito por “alguns cidadãos qualificados nesta Parochia”. Eram eles: Lino José dos Santos Machado, Joaquim Rodrigues Jacques, José Narciso Pires, Manoel Joaquim Alves de Moraes, João Antônio Dutra Filho, Ernesto José Pires e Pedro Franzen Filho. Entretanto, a mesa não o transcreveu em ata afirmando que tal não teria sido solicitado pelos autores do protesto. Além do mais, afirma que considerava “sem fundamento” as alegações do protesto. A mesa preocupou-se em afirmar que, segundo o aviso nº 23 de 25 de Fevereiro de 1847 §3º “e outras disposições em vigor”, os protestos só deveriam ser inseridos em ata quando assim fosse solicitado pelas partes. Por fim, ainda declarou que “não pode aproveitar-se os votos que obtiverão nesta Parochia” quatro indivíduos. Jacob Ely e Frederico Schutz, por terem se mudado da paróquia; João Simon, por ser estrangeiro; e João Daniel Collin, por ter sido eliminado na última qualificação, já que residia na cidade de Porto Alegre (SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO, [1875] 1873-1881d).⁴⁶ A mesa ainda justificava que a recusa ao protesto que Collin apresentara no primeiro dia das votações, se deu com base no que estava disposto no §1º do artigo 47 da lei de 19 de Agosto de 1846. Este parágrafo da Lei de 1846 afirmava que competia ao Presidente da Mesa garantir a ordem do local de votação, “chamando à ordem os

⁴⁵ Segundo consta na cópia, esta Acta de Apuração, datada de 26 de outubro de 1875, da freguesia de Santana do Rio dos Sinos, foi assinada por José Luis Vicente da Costa (secretário), Jacintho Raymundo da Silva Flores (Juiz de Paz Presidente), Antônio Francisco Ivo, Luiz Jacintho de Oliveira Flores, Felisberto Henrique de Carvalho e Francisco Coelho de Souza.

⁴⁶ De acordo com a cópia da Ata enviada ao governo provincial, a Ata foi assinada por Lourenço de Alencastro Guimarães, secretário; Francisco Trein, Juiz de Paz Presidente; João Adão Martini; Manoel Luiz Padilha; José Ferreira Bastos; Lourenço de Alencastro Guimarães e Francisco Coelho de Souza.

que dela se desviarem, impondo silêncio aos espectadores, fazendo sair os que se não aquietarem, e os que injuriarem os membros da mesa ou a qualquer dos votantes” (BRASIL, [1846] 2002, p. 156-157).

Mesmo que tal não seja dito claramente na Ata, a referência ao parágrafo 1º do artigo 47 da Lei eleitoral de 1846 nos leva a crer que Collin não somente apresentou um protesto, como reclamou verbalmente, podendo até ter ofendido os membros da mesa, o que os levou a ampararem-se na legislação para recusar o protesto. Ou, ao contrário, a mesa pode ter buscado na legislação algo que legitimasse sua atitude em não aceitar o protesto. Ainda ao final da reunião, o secretário da mesa, Lourenço de Alencastro Guimarães, pediu para que fosse declarado na ata que a nomeação dos membros José Ferreira Bastos e João Adão Martini fora feita pela mesa e não pelo Juiz de Paz como constava na ata antecedente “por equívoco”, concordando com isso todos os demais membros (SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO, [1875] 1873-1881d).

A mesa, de composição liberal – o que se infere das posições que seus membros assumiram face ao protesto –, buscou consertar a desatenção cometida, ciente de suas implicações. O episódio parece comprovar o que tantos outros estudos têm demonstrado sobre as eleições oitocentistas: que a manipulação das Atas eleitorais se constituía em meio utilizado – pela facção que controlava a mesa – para fraudar as eleições. Richard Graham aponta as atas como importante recurso para a fraude, já que nelas poderia ficar registrada “uma suposta desonestidade praticada pela maioria da mesa eleitoral” (GRAHAM, 1997, p. 179). Se alguma irregularidade havia sido realizada, o Juiz de Paz tratava de garantir que tal não ficasse registrado. Entretanto, o controle nem sempre era garantido, já que o mesário – que servia de secretário – quando não intimidado pela autoridade do Juiz de Paz, presidente da mesa, fazia constar na Ata o que bem entendia. Pelo que pudemos apurar, foi exatamente isto o que ocorreu em Santana do Rio dos Sinos. Diferentemente do ocorrido em São José do Hortêncio – onde o secretário corrigiu uma informação registrada em ata anterior para beneficiar o Juiz de Paz – em Santana do Rio dos Sinos, o Juiz de Paz não contava com a lealdade política do secretário João Álvares Ferraz d’Eilly. Este registrou em ata que, na falta de dois mesários, os substitutos teriam sido nomeados pelo Juiz de Paz, ao invés de a mesa ter feito a escolha, como determinava a legislação.

A atitude tomada pelo secretário d’Eilly – de registrar em ata a ação ilegal praticada pelo presidente da mesa – pode ter tido uma motivação puramente política. Por ser de uma facção política rival de Antônio Raymundo da Silva Flores, d’Eilly vislumbrou, através do registro da ação ilegal do presidente da mesa em ata, a possibilidade de desqualificá-lo como

homem político, abrindo “a possibilidade de indiciá-lo” por um crime (GRAHAM, 1997, p. 180). Assim, se, por um lado, as eleições constituíam o momento propício de afirmação do poder do Juiz de Paz que presidia a mesa, por outro, poderia representar um momento de risco para a manutenção do poder, já que o Juiz de Paz era, talvez, a personagem mais vulnerável ao ataque de opositores que, eventualmente, chegassem a compor a mesa. Assim, as disputas políticas poderiam se dar no âmbito da própria mesa, já que nem sempre uma facção política conseguia garantir unanimidade na composição.

Por ter sido a primeira eleição, a apuração geral dos votos do novo município foi realizada pela Câmara Municipal de São Leopoldo, o que ocorreu no dia 13 de novembro de 1875. A Câmara de São Leopoldo, a partir das Atas da eleição das mesas das freguesias de São José do Hortêncio e Santana do Rio dos Sinos, reconheceu terem sido eleitos Paulino Ignácio Teixeira com 323 votos, Antônio Fernandes Chaves com 319 votos, João Weissheimer, 302 votos, César José Centeno, 298 votos, João Jacob Schmidt, 295 votos, Agostinho de Souza Loureiro, 286 votos e Pedro Ely Filho com 167 votos (SÃO LEOPOLDO, [1875] 1873-1881a).⁴⁷

Após a apuração do resultado das eleições pela Câmara de São Leopoldo, o então vereador desta Câmara, João Daniel Collin, apresentou protesto em que relacionava irregularidades que haviam sido cometidas, dentre as quais destacava a troca da lista de chamada de votantes. Segundo Collin, por decisão da Presidência da Província de 18 de outubro daquele ano, a chamada dos votantes para aquela primeira eleição deveria ter sido realizada pela qualificação de 1873, mas que “no dia da eleição com surpresa geral foi feita a chamada pela lista de 1875, que a ultima hora foi affixada na Igreja. Por esta rasão absteve-se da eleição uma parcialidade inteira” (SÃO LEOPOLDO, [1875] 1873-1881a). A segunda irregularidade estaria no fato de que, apesar de sua condição de suplente de eleitor e de ter sido relacionado entre os votantes, ele próprio, Collin, teve seu direito de voto negado no dia da eleição, o que considerava incoerente, pois se não estivesse entre os qualificados, não poderia ter sido chamado a votar para a composição da mesa. Collin afirmava, ainda, que a mesa havia se recusado a receber seu protesto, através do qual “quis defender direitos próprios e os de sua parcialidade”. Ainda de acordo com Collin, teria havido “violação do artigo 48 das mesmas instruções de 22 de Agosto de 1860”, pois não fora feito o rol dos votantes que não compareceram à primeira chamada para então proceder à segunda e terceira chamadas. E, por

⁴⁷ Assinaram a Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de São Leopoldo do dia 13 de Novembro de 1875: Francisco Coelho de Souza; Manoel Bento Alves; João Schmitt, João Lourenço Torres, João Henrique Fischer; e Francisco Coelho de Souza, secretário.

fim, a última acusação foi a de que, no segundo dia das eleições, ao invés de terem sido eleitos os substitutos para os dois mesários faltantes, o Juiz de Paz de São José do Hortêncio os teria nomeado (SÃO LEOPOLDO, [1875] 1873-1881a). Se no dia das eleições, Collin teve seus protestos recusados pela mesa, na Câmara de Vereadores de São Leopoldo encontrou receptividade para expressar seu descontentamento.

Esta sessão extraordinária da Câmara de São Leopoldo foi, efetivamente, muito peculiar, uma vez que os trabalhos não transcorreram dentro da normalidade. Após a apresentação do protesto de Collin, José Ferreira Bastos apresentou um contra-protesto. Bastos era cidadão votante de São José do Hortêncio, freguesia à qual também pertencia João Daniel Collin. Afirmava Bastos, que Collin estava “allegando nullidades que não existem se não em sua imaginação exacerbada pela derrota que teve na mesma eleição da qual é candidato”. Rebatendo as acusações que fizera Collin, Bastos afirmava que as chamadas foram feitas pelas últimas qualificações “feitas e acabadas, sem que ellas tivesse havido reclamação alguma, como se pode ver pelas actas respectivas”, apontando que a eleição seguiu todas as formalidades conforme apontam as atas. Quanto à acusação das diferentes listas de qualificação, Bastos avaliou que tal acusação não “induz nulidade”, porque as chamadas para eleição foram feitas pelas listas em poder do Juiz de Paz “como a lei recommenda”. No tocante à acusação de que a mesa não havia recebido seu protesto, Bastos argumenta que Collin deveria tê-lo feito no momento da organização da mesa e do recebimento das cédulas, e não agora, quando se dava a apuração final. Segundo Bastos, o protesto estava sendo feito naquele momento porque Collin estava “interessado na nullidade da eleição”, sendo que os documentos que apresentava “não podem[iam] ser considerados autênticos” até porque o interessado havia sido candidato derrotado na eleição. A Câmara de São Leopoldo, então, resolveu oficiar ao Presidente da Província, relatando a situação, enviando-lhe cópias da Ata de apuração e das demais atas da eleição, acompanhadas de um ofício (SÃO LEOPOLDO, [1875] 1873-1881a). Se, na Ata de apuração da Sessão da Câmara, esta parece não ter tomado posição frente ao ocorrido, limitando-se a informar os fatos à Presidência da Província, no ofício que enviaria deixava evidenciado o julgamento que fazia do ocorrido. Assim constava no ofício:

A Camara julga de seu dever informar a V. Ex^a. que as eleições pre cedidas [sic] no dia 24 do mez de Outubro ultimo nas Freguesias de Sant'Anna do Rio dos Sinos e de São José do Hortêncio para Vereadores dessa nova villa, forão feitas com todas as

irregularidades, sem que fossem observadas as disposições da lei que as regula;[...] (ALVES et al., 1875).⁴⁸

Este parecer enviado pela Câmara ao Presidente da Província, José Antônio de Azevedo e Castro, juntamente com as cópias das Atas da eleição, mostram que a Câmara de São Leopoldo acolheu o protesto que Collin havia apresentado, e mais, informava ao Presidente da Província que as irregularidades podiam ser constatadas nas atas das eleições.

Francisco Trein, Juiz de Paz de São José do Hortêncio e presidente da mesa eleitoral daquela paróquia, muito provavelmente, sabia das complicações que poderiam decorrer das irregularidades ocorridas nas eleições em sua Paróquia, até porque João Daniel Collin, vereador de São Leopoldo, já mostrara interesse em contestar a eleição. Assim, não hesitou em fazer com que sua versão chegasse às autoridades. Tanto é que, no mesmo dia da apuração de votos em sua paróquia, 26 de outubro, ele remeteu ao Presidente da Província uma correspondência. Nesta, Trein afirmava que recebera no dia 18 de outubro ofício da presidência declarando que a chamada de votantes para a eleição deveria ser realizada pela qualificação de 1873, “visto constar à V. Ex^a. ser essa qualificação a ultima regularmente concluída,[...]”. Entretanto, como o apontou Trein, a eleição se fez pela qualificação daquele ano, 1875, ao constatar-se estar esta concluída. Além do mais, segundo afirmava Trein, não houve “reclamação alguma perante a Junta de revisão nem interposição de recurso para o Conselho Municipal, das decisões daquela Junta” (TREIN, [1875] 1873-1881).

João Antônio de Azevedo Castro, Presidente da Província, solicitou então, por Portaria do dia 24 de novembro, que a Câmara de São Leopoldo encaminhasse uma relação dos cidadãos que obtiveram voto para Juiz de Paz em São José do Hortêncio em 1873 (SCHMITT, [1875] 1873-1881).⁴⁹ Esta relação foi enviada pela Câmara de São Leopoldo em 30 de novembro (SÃO LEOPOLDO, [1875] 1873-1881b). Pela lista requerida, o Presidente da Província poderia confirmar se Francisco Trein convocou erroneamente o quinto e não o quarto Juiz de Paz, face à ausência do eleitor, por ocasião da formação da mesa eleitoral, descumprindo assim o previsto na legislação. Os documentos que encontramos sobre esta eleição, lamentavelmente, nada mais informam.

⁴⁸ Assinam a correspondência os vereadores de São Leopoldo Manoel Bento Alves, João Schmitt, João Lourenço Torres, João Daniel Collin e João Henrique Fischer. A correspondência chegou à presidência da província no dia 22 de novembro. Esta é a data que consta no carimbo de governo que está sobre a correspondência.

⁴⁹ A correspondência faz referência à portaria do Presidente da Província solicitando a relação dos cidadãos que obtiveram votos para Juiz de Paz na Paróquia de São José do Hortêncio.

Em 1876, referindo-se à primeira eleição para Câmara Municipal ocorrida no novo município, o Presidente da Província Dr. João Antônio de Azevedo e Castro, em fala proferida na Assembléia Legislativa da Província, afirmou que “A eleição de vereadores a que se mandou proceder na povoação de S. Sebastião, elevada á cathegoria de villa péla lei provincial n.º 935 de 1º de Maio de 1875 está dependendo de ulterior deliberação de Governo Imperial” (CASTRO, 1876, p. 12).⁵⁰ Sem mais informações, supomos, a partir de um parecer elaborado pela sessão eleitoral, que a eleição foi anulada. A partir das atas da mesa paroquial de São José do Hortêncio, a sessão constatou duas grandes irregularidades. A primeira dizia respeito ao fato de que, não estando presente o suplente de eleitor que deveria representar os suplentes e eleger dois membros da mesa, a mesa teria convocado o substituto errado, o que, segundo a sessão “é por si só sufficiente para nullificar os trabalhos eleitoraes desta parochia”. Mas, segundo a sessão, a irregularidade mais grave teria sido a recusa, por parte da mesa, do protesto de alguns cidadãos da paróquia, considerando que tal atitude estava em desacordo com a legislação (RIO GRANDE DO SUL, [1875] 1873-1881).

Já para o caso de Santana do Rio dos Sinos, a sessão considerou nula a eleição nesta paróquia. O fato de o Juiz de Paz ter nomeado os mesários substitutos, quando o aviso nº380 de 24 de outubro de 1873§2º previa que, na falta dos mesários eleitos a substituição deveria ocorrer pela mesma maneira com que foram escolhidos os primeiros, ou seja, eram os eleitores e suplentes os encarregados de escolher os substitutos, foi motivo suficiente para a anulação do pleito naquela paróquia (RIO GRANDE DO SUL, [1875] 1873-1881).

Depois de analisar as irregularidades constantes nas atas, a sessão se deteve na representação de João Daniel Collin contra a validade da eleição ocorrida nas duas freguesias, tendo acolhido quatro das sete irregularidades apontadas por ele. Quanto à acusação de que a chamada teria sido feita de forma indevida, a sessão considerou que o juiz agiu acertadamente, uma vez que a qualificação de 1875 estava concluída e sobre ela não havia recaído qualquer reclamação perante a junta de revisão ou ao Conselho Municipal. Da acusação feita por Collin – de que ele próprio fora convocado como suplente de eleitor para a organização da mesa, mas que teria sido impedido de participar da eleição para vereadores por não se encontrar qualificado na paróquia –, a sessão avaliou, mais uma vez, que o Juiz de Paz havia agido corretamente, pois a chamada para organização da mesa havia se dado pela qualificação de 1872 e, estando pronta a de 1875, esta havia servido para a chamada da eleição de vereadores. Como Colin deixara de residir na paróquia, deixara de constar na lista,

⁵⁰ A lei provincial a que se refere o Presidente da Província é a de nº 995 e não a de nº 935, como consta em sua fala.

de modo que sua reclamação era infundada. Quanto à acusação de que a mesa não havia aceitado seu protesto, a sessão avaliou que não sendo mais morador da paróquia, a mesa, baseada no artigo nº99 das Instruções de 1868, havia agido corretamente ao recusá-lo. Segundo a sessão, bastaria Colin ter provado que ainda era morador da paróquia, o que não fez (RIO GRANDE DO SUL, [1875] 1873-1881).

Acreditamos que o momento político pode ter atuado em favor dos membros do Partido Conservador que contestavam a eleição, já que este foi o período em que o poder central estava sob a direção de conservadores, o que garantia uma presidência da província identificada com o Partido Conservador, mesmo que a Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul, neste momento, fosse liberal (PICCOLO, 1974, p. 45 e 61). A anulação desta primeira eleição é confirmada pelo fato de que a primeira Câmara Municipal de São Sebastião do Caí só tomou posse a 25 de novembro do ano seguinte, com uma formação distinta daquela que havia sido eleita em outubro de 1875.

Constata-se, pelo ocorrido, que o que estava acontecendo, de fato, era um enfrentamento de duas facções políticas. O apoio que tanto Trein, quanto Collin tiveram – expresso, sobretudo, em abaixo-assinados, protestos e contraprotostos – parece revelar a existência destas facções políticas locais, ou aquilo que Collin denominou de “parcialidade[s]”. Como Graham observou, a partir da análise de um episódio ocorrido em Caçapava (SP), em nível local – e, também, nacional, apesar das tentativas de disciplinar os membros do Congresso, através da formação de partidos, que mais do que uma unidade ideológica visava o estabelecimento de “alianças firmes e contínuas” (GRAHAM, 1997, p. 212) – a divisão dos cidadãos em posições opostas na política dava-se “não por causa de lealdades partidárias, e muito menos por considerações ideológicas, mas por causa de laços pessoais, tornando as siglas dos partidos seriamente enganosas tanto em nível nacional quanto local” (GRAHAM, 1997, p. 198). Entendemos, então, que mesmo que Trein e Collin representassem os interesses de um ou outro partido – o Liberal e o Conservador, respectivamente – o que parece ter ocorrido na paróquia de São José do Hortêncio, naquele ano, foi uma disputa entre a facção de Trein e a facção ou grupo de Collin⁵¹. Neste sentido, vale

⁵¹ Refletindo sobre a denominação mais adequada para as facções ou grupos que se formaram, nos deparamos com o conceito de bando proposto por Fragoso, que o apresenta como resultado das teias de alianças entre famílias nobres e destas com outros grupos sociais com a finalidade de garantir a hegemonia política. Para o historiador carioca, que utiliza o conceito para entender a dinâmica política e econômica do Antigo Regime no Rio de Janeiro, a formação de bandos resultava dos embates que ocorriam entre as facções nobres e pressupunha a existência de reciprocidades destas facções com setores subalternos da sociedade, como garantia da legitimidade social do bando (FRAGOSO, 2003, p. 20). A transposição do termo para o período final do século XIX e para a realidade que analisamos é pertinente, na medida em que nos faz atentar tanto para a construção de redes de alianças que os membros da elite política local de São Sebastião do Caí estabeleciam, quanto para o embate e as disputas que se davam pelo controle do poder local. As eleições eram momentos centrais para que os diferentes bandos deixassem bem evidente seu antagonismo, acirrando as disputas entre si. Entretanto, preferimos utilizar os termos facções e parcialidades para

lembrar a observação feita por Graham sobre a pouca funcionalidade do partido a nível local, uma vez que a vitória se fazia a partir do sucesso que uma dada facção adquiria sobre a outra, ou seja, dependia da capacidade de arregimentação de seguidores, de modo que a importância dos partidos políticos se devia mais a sua natureza personalista do que a um programa político (GRAHAM, 1997, p. 205; 213).

Assim, mesmo que esta eleição representasse o início da estruturação administrativo-burocrática do novo município, deve-se levar em conta que este não representaria, por extensão, o início da vida política municipal. Como veremos mais adiante, muitos indivíduos moradores do que, a partir de 1875, será o município de São Sebastião do Caí, atuaram politicamente no período anterior, como vereadores em São Leopoldo, Juizes de Paz, subdelegados, enfim, pessoas que possuíam um envolvimento com a política local e já haviam tomado sua posição no jogo maior da política imperial, simpatizando ou atuando junto a um ou outro partido político. Neste sentido, acreditamos que o clima de tensão que se instalou em 1873, em São José do Hortêncio, com a transferência da sede da freguesia para o povoado de São Sebastião colaborou para extremar as posições assumidas pelos líderes locais no momento da primeira eleição municipal. Fraudes eleitorais; atas alteradas; disputas políticas; ausência e substituição ilegal de mesários; protestos e contraprotostos marcaram esta primeira e conturbada eleição municipal. Assim, o momento de eleição da primeira Câmara Municipal foi crucial para que destacados líderes locais buscassem garantir lugar na administração municipal. Deste modo, as distintas posições assumidas pelas lideranças locais no episódio analisado, mais do que evidenciar a defesa dos interesses de um ou outro partido, eram expressão da disputa entre parcialidades antagônicas. Só assim poderemos entender as atitudes de Francisco Trein e João Daniel Collin por ocasião da primeira eleição. Nem Trein, nem Collin queriam perder um espaço que já ocupavam na política local.

expressar essa divisão da elite e suas alianças, uma vez que a noção de bando, tal qual compreende Frago, pressupõe a existência de uma “nobreza da terra”, derivada do período colonial de conquista do território, análise esta que não é possível em nosso caso, que analisa a ação de facções locais não a partir de sua formação, mas quando estas já estão constituídas e lutando pela hegemonia.

2.3 “foi se recebendo e depositando na urna cédula de cada votante”: as eleições no século XIX

Os dias em que ocorriam eleições nos municípios eram dias especiais, pois neles os indivíduos que possuíam o status de cidadão político, concedido pela Constituição, compareciam à Igreja matriz de sua paróquia para votar. Foi exatamente isto que ocorreu, nas paróquias de São José do Hortêncio e Santana do Rio dos Sinos em 1875, como acima apresentamos. Nota-se, pois, através dos próprios sufrágios, a grande ligação existente entre Estado e Igreja ao longo do período imperial: as mesas eleitorais do município eram organizadas por paróquia⁵² e as eleições ocorriam dentro das igrejas. No período republicano, entretanto, tal condição modificou-se. Se a Constituição de 1824 previa, no seu Artigo 5º que “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império” (BRASIL, [1824] 2002, p. 200), permitindo a existência de outras religiões somente em cultos particulares – mantendo, assim, o regime do Padroado que já imperava no Brasil, assim como em todo o Império Português, no período colonial –, com a Constituição republicana de 1891 ficava estabelecido que “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto[...]” (Art. 72 §3º) e que “Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o governo da União, ou o dos estados” (Art. 72 §7º) (BRASIL, [1891] 2002, p. 542). Assim, se durante o Império a divisão das mesas eleitorais se dava por paróquias, denominação esta oriunda do âmbito eclesiástico, com a República as mesas eleitorais passaram a ser constituídas por distrito. Se a primeira lei eleitoral do Império determinava que as eleições deveriam ocorrer, em cada paróquia, “no consistório, e se este não for bastante espaçoso, no corpo da Igreja Matriz, ou em outro edifício por ele [presidente da mesa] designado, se não puder ser na Matriz” (BRASIL, [1846] 2002, p. 150), numa clara preferência pelo prédio religioso como o local para a realização do processo eleitoral, a partir da primeira legislação eleitoral republicana, esta preferência deixava de existir. De acordo com o Artigo 8º do Regulamento Alvim, era da incumbência dos presidentes das Câmaras ou Intendências Municipais fazer a divisão dos *distritos de paz*,

⁵² Paróquia é um termo do âmbito da organização eclesiástica que, na denominação de Rabuske é “uma circunscrição territorial, que tem uma igreja matriz ou central, um sacerdote (presbítero) que representa o bispo e age sob sua jurisdição, sendo ele chamado pároco, pastor espiritual ou cura de almas”. Ainda segundo Rabuske, “De acordo com o Direito Canônico 216, §3, paróquias são as partes da diocese, sendo que são aquelas de que fala o §1, dizendo: ‘Divida-se o território de cada diocese em partes territoriais distintas, assinalando-se a cada uma delas a sua própria igreja com a sua população determinada e colocando-se à frente dela um chefe especial, como pastor próprio da mesma para a necessária cúria espiritual’.” (RABUSKE, 1985, p. 31).

numerar as seções de votação e designar os edifícios nos quais ocorreriam as eleições. Especificava ainda que “Na falta de edifícios públicos, serão designados edifícios particulares, ficando franqueados ao público durante o processo eleitoral” (BRASIL, [1890] 2002, p. 238). Como fica evidente, a ligação Igreja-Estado, que se expressava tão fortemente durante o período imperial também no processo eleitoral, deixava de existir com a Proclamação da República.

A nossa intenção, neste momento, é analisar a importância dos pleitos eleitorais tanto no Império, quanto na República, destacando algumas características do processo eleitoral e identificando a parcela da população que dele tomava parte.

Se, por um lado, nem todos os indivíduos participavam do processo eleitoral no século XIX, dados os critérios de exclusão impostos pela legislação, por outro lado, as eleições certamente interferiam no cotidiano dos habitantes das paróquias em que ocorriam. Afinal, era um processo que normalmente durava mais de um dia e trazia à sede paroquial moradores de distintos e distantes povoados do município. Assim, por exemplo, nos dias 24 e 25 de outubro de 1875 dirigiram-se à Igreja Matriz da Paróquia de São José do Hortêncio, para participar do primeiro processo eleitoral do novo município, além dos residentes do povoado de São José do Hortêncio, moradores de Picada Feliz, Nova Petrópolis e da própria Sede municipal, a Vila de São Sebastião. As distâncias que separavam os povoados do local de votação eram, em alguns casos, muito grandes, obrigando o votante a realizar horas de viagem e muitas vezes fazendo-o pernoitar no lugar em que se dava a eleição. Assim, a paróquia tinha alterada sua rotina. Pelas ruas do povoado, votantes iam e vinham. As tabernas, muito provavelmente, incrementavam suas vendas.

E esta alteração da rotina ocorria com grande frequência. Richard Graham, ao debruçar-se sobre o processo eleitoral brasileiro no século XIX, observa que “Las elecciones bien pudieron ocupar la atención de las comunidades casi todo el tiempo” (GRAHAM, 1995, p. 357). A cada quatro anos elegiam-se os juizes de paz de cada paróquia e os vereadores para a Câmara. Também a cada quatro anos realizavam-se eleições para os cargos de deputados gerais. Para tanto, até 1881, realizavam-se eleições nas quais os votantes elegiam os eleitores que então formariam os Colégios Eleitorais, que então elegeriam os deputados. Como o Senado era um cargo vitalício, as eleições para tal ocorriam somente no caso de morte de um senador. Como avaliou Nunes, “Surgida a vaga, logo eram convocados os eleitores para a escolha do novo senador, e, por conseguinte, a ocorrência de mais de um pleito por ano não era incomum” (NUNES, 2003,

p. 316). Com a criação das Assembléias Legislativas Provinciais, mais um processo foi adicionado à vida política brasileira. E, após 1860, os pleitos tornaram-se ainda mais frequentes, pois, como a legislação determinava que não houvesse suplentes, nova eleição era realizada por ocasião do falecimento de algum deputado – geral ou provincial – ou vereador.⁵³ Afora esta intensa prática eleitoral, a população via-se envolvida, durante boa parte do ano, no processo de qualificação eleitoral que era realizado anualmente. Assim, “Las elecciones repetidas con tanta frecuencia, llegaron a convertirse en una preocupación constante de la vida local y pocos se mantenían al margen de este proceso” (GRAHAM, 1995, p. 358).

Entretanto, é importante lembrar que as eleições não estavam abertas à participação de toda a população, nem durante o Império, nem na República instalada em 1889. No final da década de 1870, São Sebastião do Caí contava com algo em torno de 932 votantes⁵⁴, o que correspondia a 8,9% da população total do município, considerando os levantamentos realizados pelo Censo de 1872. Já em 1890, após a implantação da República, este número subiu para 3436, o que, após duas décadas, representava 9,6% do total da população. Apesar de tais percentuais parecerem modestos, José Murilo de Carvalho nos lembra que “A legislação brasileira sobre eleições, na parte que se refere à amplitude do sufrágio, era das mais liberais da época se comparada à dos países europeus” (CARVALHO, 1996, p. 5). A Constituição francesa da época, por exemplo, além de exigir dos votantes o pagamento de uma contribuição de 300 francos, estabelecia a idade mínima de 30 anos, idade maior, portanto, que a exigida pela Constituição brasileira de 1824, que estabelecia como idade mínima a de 25 anos, exceto para casados, oficiais militares, bacharéis e clérigos, para os quais a exigência era de 21 anos.⁵⁵ José Murilo de Carvalho, ao analisar as mudanças

⁵³ A lei eleitoral nº 1.082 de 18 de Agosto de 1860, que alterava a Lei nº 387 de 19 de agosto de 1846 e o Decreto nº 842 de 19 de setembro de 1855, determinava no Artigo 1º §5º que “Não haverá suplentes de deputados à Assembléia Geral. No caso de morte do deputado, opção por outro distrito, ou perda do seu lugar por qualquer motivo, proceder-se-á à nova eleição no respectivo distrito”, valendo as mesmas disposições para os membros das Assembléias Provinciais (Artigo 1º§7º) (BRASIL, [1860] 2002, p. 242-243).

⁵⁴ Fica muito difícil determinar o número exato de eleitores em função da escassez de fontes que dispomos. Como não encontramos nenhum alistamento que reunisse os eleitores de todas as paróquias, que no caso são duas – Santana do Rio dos Sinos e São José do Hortêncio – tivemos que utilizar os alistamentos parciais, por paróquia. Assim, utilizamos o Alistamento da Paróquia de Santana do Rio dos Sinos de 1878 e o alistamento da Paróquia de São José do Hortêncio de 1879. Como nos anos de 1878 e 1879 não houve mudança na legislação eleitoral do Império, observando-se nestes anos para a qualificação o disposto na Lei nº 2675 de 20 de Outubro de 1875, conhecida como Lei do Terço, e observando, ao comparar com alistamentos anteriores que o número de eleitores não variava significativamente, acreditamos que o número total obtido possa ser considerado, com as devidas ressalvas, um tanto quanto fidedigno ao total de eleitores do município ao final da década de 1870 (SANTANA DO RIO DOS SINOS, 1878, f. 21v-37; SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO, 1879, f. 24v-44).

⁵⁵ Antonio Annino, ao debruçar-se sobre a temática das eleições na América Latina observa que, se nos demais países ocidentais, as elites tiveram que experimentar um gradativo aumento da participação eleitoral, com a difusão do voto e a expansão da cidadania, na América Latina o processo foi inverso, já que “desde el primer

ocorridas na legislação eleitoral, identificou o percurso inverso adotado pela elite política imperial no tocante à restrição da participação eleitoral. Segundo Carvalho, uma das preocupações centrais das reformas eleitorais do Império e das discussões da elite política brasileira esteve centrada na questão da cidadania, ou seja, na definição de quem teria ou não o direito de eleger e ser eleito. Neste sentido, concluiu que a legislação eleitoral vigente no século XIX buscou, de todas as maneiras, restringir o direito ao sufrágio. Isto pode ser constatado nas inúmeras leis que se sucederam ao longo do século XIX, e que buscaram impôr restrições, visando evitar uma ampla participação nos pleitos.⁵⁶ Uma das formas estabelecidas pela legislação para restringir o acesso da população foi a determinação de uma renda mínima. Entretanto, mesmo que teoricamente este tenha sido um critério central para a definição do eleitorado brasileiro ao longo do Império, na prática não representava tão grande empecilho para a participação eleitoral. Como mostram alguns estudos mais recentes, a comprovação de uma renda anual de 200 ou 400 mil-reis não era tão difícil. Tratando desta questão, Richard Graham corrobora a visão de Carvalho, afirmando que

Las elecciones movilizaban el interés de la mayoría de la población adulta masculina de los pueblos. No existían restricciones de raza o grado de alfabetización. El requisito de propiedad era bajo y, por efectos de la inflación, descendió aún más. [...] Um ensayista político expresaba que la ley excluía solo a ‘mujeres, niños y los idiotas del pueblo’ (GRAHAM, 1995, p. 358).

O intento de exclusão da população do processo eleitoral teve êxito com a lei Saraiva, de 1881, que, se, por um lado, estabeleceu as eleições diretas, por outro, criou critérios mais rigorosos para a comprovação da renda, excluindo grande parcela da população ao proibir o voto aos analfabetos.⁵⁷

Para termos uma idéia do impacto desta lei em São Sebastião do Caí, excluímos das listas de qualificação de votantes de São José do Hortêncio e Santana do Rio dos Sinos os indivíduos

momento el cuerpo electoral fue muy amplio”, levando-se em consideração as especificidades de cada país (ANNINO, 1995, p. 13).

⁵⁶ A Constituição brasileira de 1824 excluía do direito de voto os menores de 25 anos, os “criados de servir” e os “filhos-família” e estabelecia uma renda mínima anual de 100 mil-réis para os votantes das eleições de primeiro grau e de 200 mil-réis para os votantes de segundo grau (BRASIL, [1824] 2002, p. 209). O caráter restritivo desta legislação criada pelo Executivo, já que outorgada pelo Imperador, manteve-se nas posteriores legislações eleitorais votadas pelo Legislativo, como demonstra José Murilo de Carvalho. Assim, a primeira lei eleitoral, votada em 1846, por exemplo, determinava que a renda mínima deveria ser calculada em prata, o que significava dobrar seu valor. Em 1881, a Lei Saraiva aumentou ainda mais a dificuldade de ser qualificado, excluindo os analfabetos e estabelecendo rígidos critérios para a comprovação da renda. (CARVALHO, 2007, p. 393-394).

⁵⁷ Se levarmos em conta o censo de 1872, pouco mais de 21% da população da província do Rio Grande do Sul sabia ler e escrever (FEE, 1981, p. 80).

que não sabiam ler e escrever. Dos 501 votantes de São José do Hortêncio, de apenas dois não conseguimos ter informações sobre se eram alfabetizados ou não. Entretanto, dos demais 499, apenas 26 – por serem analfabetos – seriam excluídos de participação após a lei Saraiva. Neste caso, o impacto não teria sido tão grande. Entretanto, em Santana do Rio dos Sinos a situação era outra. Dos 431 votantes em 1878, seriam excluídos 155. As listas de qualificação de votantes das duas paróquias revelam a diferença existente em termos de alfabetização. Enquanto em São José do Hortêncio, dos 501 votantes, a elevada percentagem de 94,42% eram votantes alfabetizados, em Santana do Rio dos Sinos a percentagem de alfabetizados era bem menor – dos 431 votantes, 64,04% eram alfabetizados. Assim, constata-se que em termos municipais – somando-se os votantes e alfabetizados das duas paróquias, cuja relação correspondia a 80,36% de votantes alfabetizados dentre os 932 votantes do município – cerca de 20% da população votante acabaria excluída pela lei de 1881, em função do critério alfabetização.

Com a República, a realidade parece não ter se modificado. A Constituição republicana de 1891, por exemplo, manteve a cláusula imposta pela lei Saraiva de 1881 de proibir o voto a analfabetos, o que significou excluir uma grande parcela da população brasileira. Se em 1872, 10,8% da população brasileira era alistada como votante, e com a Lei Saraiva de 1881 tal percentagem diminuiu ainda mais, de modo que em 1886, apenas 0,8% da população estava qualificada para participar dos pleitos, com a República os números mudariam muito pouco: em 1894, apenas 2,2% da população brasileira votava (CARVALHO, 2007, p. 395). Com certeza, a exclusão de analfabetos – introduzida pela Lei de 1881 e mantida na República – concorreu para uma significativa diminuição da participação da população nas eleições. José Murilo de Carvalho observa que “a República conseguiu quase literalmente eliminar o eleitor e, portanto, o direito de participação política através do voto” (CARVALHO, 1987, p. 86).

Na tabela abaixo, apresentamos uma estimativa da população votante em São Sebastião do Caí no período final do século XIX, correlacionando os Censos de 1872 e 1890 com as listas de qualificação de votantes de 1878, para o caso de Santana do Rio dos Sinos, e 1879, para São José do Hortêncio, no primeiro caso; e o alistamento eleitoral de 1890 no segundo caso. Apesar de estas fontes não se referirem aos mesmos anos, acreditamos que elas nos permitem, ao menos traçar – de modo aproximado –, um quadro da participação eleitoral da população no município. Como até 20 de junho de 1890, o distrito de Santa Tereza de Caxias pertencia ao município de São Sebastião do Caí e, portanto, estava incluído no alistamento de 1890, apresentamos na tabela abaixo, tanto a percentagem de votantes incluindo Caxias⁵⁸ quanto aquela que resulta se a

⁵⁸ O Censo de 1890 não incluiu, para o município de São Sebastião do Caí, os habitantes de Caxias. Neste Censo, Caxias já aparecia como município. Diante disso, para possibilitar a relação que pretendíamos estabelecer

excluirmos, para termos uma ideia da situação eleitoral nos anos imediatamente posteriores a 1890.⁵⁹

Tabela 1 - População votante em relação ao total da população municipal

Ano do Censo/Ano da qualificação eleitoral ⁶⁰	População total	Ano da lista de qualificação	Nº de votantes	Votantes em %
1872/1878 e 1879	10532	1878/1879	932	8,85
1890/1890	35 753 com Caxias	1890	3 436	9,61
1890/1890	17 247 sem Caxias	1890	2 343	13,58

Elaborado pela autora com base em: Decon (2006);⁶¹ FEE (1981, p. 94-96);⁶² Santana do Rio dos Sinos (1878, f. 21v-39); São José do Hortêncio (1879, f. 24v-44); São Sebastião do Caí (1890).

Os números apresentados pela tabela para o período imperial não diferem muito do que já foi calculado, em termos de participação nas eleições, para todo o Brasil. Se em 1872, 10,8% da população brasileira era votante, a realidade de São Sebastião do Caí não diferia muito do cenário brasileiro. Neila Ferraz Moreira Nunes, ao analisar a inclusão eleitoral em Campos de Goytacazes (Rio de Janeiro), encontrou um percentual menor: apenas 6,9% da população total votava. A menor percentagem encontrada, segundo Nunes, pode ser justificada pela grande presença de população escrava na região (NUNES, 2003, p. 319). Já em Rio Pardo (Rio Grande do Sul), município também marcado pelo processo de imigração, a

entre Censo e Alistamento eleitoral, optamos por somar o número de habitantes de São Sebastião do Caí com os de Caxias para fins de elaboração da tabela.

⁵⁹ No Mapa 2 é possível observar a região compreendida pelo município de São Sebastião do Caí, incluindo a região da colônia de Caxias e, no Mapa 3, pode-se observar o que significou, em termos de extensão geográfica, a desanexação da Colônia de Caxias, em 1890.

⁶⁰ Para a análise dos dados dos Censos de 1872 e 1890 utilizamos duas fontes distintas. Para os relativos ao Censo de 1890, fazemos uso de uma publicação da Fundação de Economia e Estatística (FEE, 1981) enquanto que para o Censo de 1872 utilizamos dados que podem ser encontrados no endereço eletrônico do Departamento de Economia (DECON) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Esta distinção se faz porque na publicação da FEE não há a discriminação dos habitantes das paróquias por profissão, o que pode ser encontrado, na tabela, em formato Microsoft Excel organizada pelo DECON. Entretanto, cabe notar que há uma pequena diferença entre o total de população das paróquias de São José do Hortêncio e Santana do Rio dos Sinos na publicação da FEE e na tabela do DECON. A soma da população destas duas paróquias na publicação da FEE resulta em um total de 10 441 habitantes, mesmo número que o Presidente da Província, João Pedro Carvalho de Moraes, apresentou, no item “Recenseamento”, em fala à Assembléia Provincial a 1º de março de 1873 (MORAES, 1873, p. 36). Já na tabela elaborada pelo DECON, a soma das duas paróquias resulta em 10 532 habitantes. Como a diferença é relativamente pequena – 91 habitantes – não chegando a 1%, e considerando a maior riqueza de dados constantes na tabela elaborada pelo DECON, optamos por utilizá-la sempre que considerarmos o Censo de 1872.

⁶¹ Dados consultados na planilha em formato Microsoft Excel denominada *População considerada em relação às profissões - Paróquias de S. José do Hortêncio e de Sant’Anna do Rio dos Sinos* (DECON, 2006).

⁶² Dados consultados no Quadro 1.3.8. População recenseada, por sexo, segundo os municípios do Rio Grande do Sul – 1890 (FEE, 1981, p.94-96).

partir dos dados levantados por Miguel Ângelo Silva da Costa, ao cruzar o total de votantes do município com os dados do Censo de 1872, constata-se que cerca de 5,3% da população total tinha acesso ao sufrágio (COSTA, 2006, p. 159). Assim, a percentagem da população votante de São Sebastião do Caí aproxima-se mais da percentagem brasileira, apontada por Carvalho, podendo diferir da realidade encontrada em outros municípios, em função das especificidades das populações locais.

Já para o período republicano, a percentagem de votantes em São Sebastião do Caí é bastante distinta daquela apresentada por Carvalho em relação ao Brasil. Se em 1894, 2,2% da população brasileira votava, os 9,6% que encontramos em São Sebastião do Caí incluindo o distrito de Caxias, ou os 13,6% com a exclusão deste distrito, podem ser decorrentes do elevado índice de alfabetização, sobretudo nas áreas imigrantes. Ana Luiza Setti Reckziegel, baseada nos dados apontados por Joseph Love, aponta que o grau de analfabetismo era muito distinto, se compararmos as regiões da Serra e Litoral com a região da Campanha (RECKZIEGEL, 2007, p. 32).⁶³ Como zona de colonização, São Sebastião do Caí parece ter seguido tal tendência.

Mas afinal, quem eram os eleitores que participavam dos pleitos no município de São Sebastião do Caí? Qual era o perfil do eleitorado caiense? As tabelas a seguir traçam um panorama das atividades ocupacionais destes votantes. A primeira refere-se ao período imperial, tendo por base alistamentos eleitorais do final da década de 1870. A tabela 3 refere-se ao período republicano e tem por base o alistamento municipal de eleitores de 1890. Para facilitar a comparação entre as tabelas, optamos por desmembrar, na primeira tabela, a paróquia de São José do Hortêncio de acordo com os diferentes povoados que a compunham. Esclarecemos que, em razão do distrito de Santa Tereza de Caxias ter deixado de integrar o município de São Sebastião do Caí em 1890, na tabela 3 apontamos duas somas gerais de eleitores, uma incluindo este distrito e, outra, o excluindo.

⁶³ Segundo Reckziegel, com a República, mudou o cenário político do Rio Grande do Sul. O crescimento econômico e populacional – levando-se em conta o maior grau de alfabetismo, um dos critérios determinantes para ser eleitor – deram maior importância política a outras áreas, em detrimento da Campanha, como a região da Serra e do Litoral (RECKZIEGEL, 2007, p. 32).

Tabela 2 - Atividades ocupacionais⁶⁴ dos eleitores de São Sebastião do Caí no final da década de 1870

Atividades	Atividades agro-pastoris e proprietários ⁶⁵	Atividades comerciais	Atividades mecânicas ⁶⁶ e prestadores de serviços	Profissionais liberais	Não identificado	Total Nº	Total %
SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO	75,05	5,79	15,17	3,99	-	501	100,00
Vila	62,45	6,12	25,31	6,12	-	245	100,00
São José do Hortêncio	87,50	5,63	5,63	1,25	-	160	100,01
Santa Catarina da Feliz	91,14	5,06	3,80	-	-	79	100,00
Nova Petrópolis	64,71	5,88	11,76	17,65	-	17	100,00
SANTANA DO RIO DOS SINOS	87,94	3,94	6,73	1,16	0,23	431	100,00
TOTAL Nº	755	46	105	25	1	932	
TOTAL %	81,01	4,94	11,27	2,68	0,11		100,01

Elaborado pela autora com base em: Santana do Rio dos Sinos (1878, f. 21v-39); São José do Hortêncio (1879, f. 24v-44).

⁶⁴ Em virtude da grande diversidade de atividades profissionais dos votantes, realizamos um agrupamento por categorias, que procuraram enquadrar as profissões que localizamos na consulta às fontes: **Atividades agro-pastoris e proprietários*: criador, fazendeiro, lavrador e proprietário; **Atividades comerciais*: negociante e caixeiro; **Atividades mecânicas e prestadores de serviço*: capataz, carpinteiro, curtidor, jornaleiro, marítimo, ofícios, oleiro, pedreiro, sapateiro, trançador, açougueiro, agenciador, alfaiate, calafate, carroceiro, cervejeiro, chapeleiro, droguista, ferreiro, funileiro, maquinista, marceneiro, passageiro, seleiro, serrador, tamanqueiro e padeiro; **Profissionais Liberais*: boticário, médico, pároco, professor, advogado, coletor, escrivão, fiscal, militar, oficial de justiça, solicitador, tabelião e diretor da colônia.

⁶⁵ Agrupamos os proprietários aos indivíduos que exerciam atividades agropastoris por uma questão metodológica, já que consideramos que de todas as demais categorias era a que mais se aproximava. Entretanto, ressaltamos que os proprietários representavam uma minoria. Assim, por exemplo, 376 indivíduos constante no alistamento eleitoral de São José do Hortêncio de 1879 que se enquadravam nesta categoria, 371 eram lavradores e apenas 5 proprietários. Dos 379 indivíduos classificados nessa categoria a partir do alistamento eleitoral de Santana do Rio dos Sinos, 378 eram criador, fazendeiro ou lavrador e apenas 1 aparece como proprietário.

⁶⁶ Apesar de a definição de atividades mecânicas ser bastante controversa, entendemos que estas correspondem aos trabalhos manuais/artesanais executados. Maria Lucília Viveiros Araújo, em seu artigo *A capela-mor da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco* (2006), também estabelece tal correspondência entre atividades mecânicas e artesanais. Do mesmo modo, Roberto Guedes, no artigo *Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (Sécs. XVII-XIX)*, sustenta esta correspondência, pois refere-se a atividades mecânicas como atividades manuais, estabelecendo uma relação entre o denominado “defeito mecânico” e o estigma da valoração negativa dada ao trabalho manual já que ligado ao escravismo (GUEDES, 2006, p. 380; 414, nota 7). Ao elaborar o quadro *Ocupação dos Abonadores (1727-1728)*, o historiador agrupa as ocupações mecânicas na categoria Ocupações Artesanais (GUEDES, 2006, p. 391).

Tabela 3 - Atividades ocupacionais⁶⁷ dos eleitores de São Sebastião do Caí em 1890

Atividade Distritos	Atividades agro-pastoris e proprietários ⁶⁸	Atividades comerciais	Atividades mecânicas e prestadores de serviços	Profissionais liberais	Não identificado	Total Nº	Total %
Vila	63,20	7,67	23,68	5,45	-	587	100,00
São José do Hortêncio	84,68	3,49	10,22	1,61	-	372	100,00
Santa Catarina da Feliz	83,62	4,24	10,21	1,93	-	519	100,00
Nova Petrópolis	87,57	2,33	8,03	1,81	0,26	386	100,00
Santana do Rio dos Sinos	93,53	4,59	0,63	1,25	-	479	100,0
Santa Tereza de Caxias	68,34	7,23	21,87	2,56	-	1093	100,00
TOTAL com Caxias Nº	2653	190	503	89	1	3436	
TOTAL com Caxias Nº%	77,21	5,53	14,64	2,59	0,03		100,00
TOTAL sem Caxias Nº	1906	111	264	61	1	2343	
TOTAL sem Caxias %	81,35	4,74	11,27	2,60	0,04		100,00

Elaborado pela autora com base em São Sebastião do Caí (1890).

Como demonstram as duas tabelas, em todas as paróquias e distritos, os votantes eram, em sua maioria, ligados a atividades agro-pastoris, constando nos alistamentos sob a denominação “lavradores”. Na paróquia de São José do Hortêncio, percebemos uma maior participação eleitoral daqueles indivíduos que se dedicavam a atividades mecânicas e prestadoras de serviços, enquanto a participação destes profissionais era ínfima na paróquia de Santana do Rio dos Sinos, sobretudo no período republicano (Tabela 3). Entretanto, cumpre

⁶⁷ As categorias definidas para a elaboração da tabela procuraram contemplar as profissões referidas no Alistamento dos eleitores do município de 1890: Atividades agro-pastoris e proprietários: agricultor, criador, lavrador, fazendeiro e proprietário; *Atividades comerciais: caixeiro, mascate e negociante; *Atividades mecânicas e prestadores de serviço: açougueiro, agenciador, agrimensor, alfaiate, barbeiro, calafate, caldeireiro, canteiro, carpinteiro, carreteiro, cervejeiro, cesteiro, chapeleiro, charuteiro, cigareiro, confeitoiro, cordeiro, curtidor, encadernador, escultor, ferreiro, fotógrafo, funileiro, hoteleiro, industrialista, jardineiro, jornaleiro, lombilheiro, maquinista, marceneiro, marinho, moleiro, músico, oleiro, ourives, padeiro, pedreiro, pintor, relojoeiro, retratista, sapateiro, seleiro, serrador, tamanqueiro, tanoeiro, tecelão, trançador e tropeiro; *Profissionais Liberais: advogado, cirurgião, empregado público, engenheiro, escrivão de órfãos, escrivão de paz, farmacêutico, fiscal da Câmara, magistrado, oficial de justiça, pároco/sacerdote/vigário, pastor evangélico, porteiro da Câmara, promotor público e tabelião.

⁶⁸ A explicação para o agrupamento realizado nesta categoria, “Atividades agro-pastoris e proprietários”, é a mesma da já especificada na tabela 2. Para o caso do alistamento eleitoral municipal de 1890, base para a composição da tabela 3, dos 2653 eleitores classificados nesta categoria, somente 31 eram proprietários, pouco mais de 1% do total da categoria.

ressaltar que o que elevou a participação desse setor na paróquia de São José do Hortêncio, em 1879, foi o alto percentual desta categoria de votantes concentrado no povoado conhecido como Vila. Em 1879, 25,31% dos votantes habitantes da Vila dedicavam-se a atividades mecânicas ou de prestação de serviço. Como se pode perceber tanto na tabela 2 quanto na tabela 3, era o distrito da Vila que detinha ainda o maior percentual de votantes concentrado nessa categoria profissional. Para entender tal predominância é preciso levar em conta que, neste período, a Vila passava por um processo de urbanização, como veremos mais detalhadamente a seguir, justificando a presença, assim, de tais profissionais.⁶⁹

Se compararmos as duas tabelas, concluímos que, em termos de ocupação profissional, o perfil dos votantes de São Sebastião do Caí não se modificou com a mudança de regime político no Brasil. Lavradores e fazendeiros, juntamente com proprietários e criadores, representaram, nos dois momentos ilustrados nas tabelas, cerca de 80% do total dos votantes, seguidos por aqueles que se dedicavam ao setor mecânico e de serviços, que em ambos períodos representou 11,27% do total de votantes, isto desconsiderando para o período republicano o distrito de Caxias.

⁶⁹ Incluímos as ocupações artísticas, como pintores e escultores, na categoria “Atividades mecânicas e prestadores de serviços”, mas ressaltamos que a categorização destas atividades não é realizada de forma unânime nem pelos contemporâneos, nem pela historiografia. Araújo assevera que “Não existe consenso entre os historiadores da arte da América portuguesa se a atividade de pintor seria uma atividade liberal independente da fiscalização da câmara, ou se permanecia o pintor ligado aos estatutos das artes mecânicas e artesanais” (ARAÚJO, M., 2006, p. 3). Essa mesma dificuldade de definir, no âmbito das artes, se eram atividades liberais ou mecânicas é referida pela equipe do Arquivo Nacional em nota explicativa referente à transcrição documental do *Requerimento de Joaquim de Souza Negrão ao príncipe regente em que defende a necessidade e utilidade de criar uma cadeira de música nos lugares mais povoados da colônia, sustentando que na sua cidade mais antiga é admirável o abandono em que se encontra a música*, sem data. Nesta nota explicativa a equipe afirma que as “Belas-Artes”, como poesia, pintura e música, são referidas, no documento transcrito, como sendo “artes liberais” (ARQUIVO NACIONAL, 2003b, nota 3). Ao transcrever outro documento, agora o *Decreto por meio do qual o príncipe regente estabelece a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, e concede mercê de pensões a vários estrangeiros que seriam empregados na instituição*, de 1816, a equipe esclarece que “A concepção de artes vigente na época abarcava atividades distintas que podem ser agrupadas em belas artes e artes mecânicas, cujas fronteiras, no entanto, não podem ser traçadas com muita nitidez. Assim, o engenheiro podia tanto projetar chafarizes e outras obras públicas como também receber a incumbência de preparar as decorações nas ocasiões especiais, festas cívicas ou religiosas. Os escultores dedicavam-se a fabricar imagens de santos para as igrejas, mas também faziam armações para altares e andores. Os artistas especializavam-se em mais de uma atividade, e separar de forma escrita as artes do artesanato e dos ofícios mecânicos não é tarefa fácil. As atividades de ambos os campos imiscuíam-se com frequência, e os conhecimentos exigidos para a sua realização igualmente careciam de fronteiras explícitas. [...]” (ARQUIVO NACIONAL, 2003a, nota 2). Ainda em relação ao primeiro documento, outra nota explicativa refere-se à dificuldade de enquadramento de categorias de atividades artísticas, sobretudo, no período colonial: “[...] As atividades que eles [desenhistas e pintores] desenvolviam se enquadravam nas mais variadas atividades “mecânicas”, desde a elaboração de descrições topográficas na construção de fortalezas, até a pintura de tábuas das bocas das sepulturas, havendo portanto uma fronteira muito tênue entre o que chamaríamos arte (belas artes) e os ofícios mecânicos e artesanatos diversos. [...]” (ARQUIVO NACIONAL, 2003a, nota 1). Na transcrição do mesmo documento, em outra nota explicativa, encontramos a observação de que algumas atividades tidas como “mecânicas” eram muitas vezes encaradas como arte: “No início do século XIX as chamadas ‘artes mecânicas’ eram as mais difundidas entre a população colonial, e eram popularmente chamadas de ‘artes úteis’. Compreendiam atividades ligadas diretamente a ofícios mecânicos tais como marcenaria, ourivesaria, construção de maquinário para a produção de açúcar, entre outros.” (ARQUIVO NACIONAL, 2003a, nota 3).

Foi esta parcela da população, em grande parte alfabetizada, e formada, sobretudo, por indivíduos que trabalhavam na agricultura, que elegeram a primeira Câmara Municipal de São Sebastião do Caí.

2.4 “A Camara Municipal desta Villa, [...] tem a honra de comunicar a V. Excia. que hoje as onze horas da manhã foi empossada [...]”⁷⁰: a primeira Câmara Municipal de São Sebastião do Caí

Após a anulação da eleição ocorrida no município em outubro de 1875, uma nova eleição ocorreu. Infelizmente, a única informação relacionada a esta eleição de que dispomos é a data em que a primeira Câmara tomou posse: 25 de novembro do ano seguinte. Na ocasião, foram empossados os vereadores Pedro Ely Filho, João Weissheimer, João Jacob Schmidt, José Maria de Alencastro e Agostinho de Souza Loureiro. Em algumas reuniões compareceram também Felipe Carlos Trein e Conrado Hoerlle. Após as seis primeiras reuniões da Câmara, outras quatro deixaram de ser realizadas por falta de membros presentes. Na sessão marcada para o dia 15 de dezembro, por exemplo, estiveram presentes somente os vereadores Pedro Ely Filho, João Weissheimer, João Jacob Schmidt e José Maria de Alencastro, deixando de se realizar a reunião por não haver número legal para que a sessão ocorresse. Na sessão marcada para o dia seguinte, 16 de dezembro, compareceu somente o presidente, Pedro Ely Filho, nem sequer se fazendo presentes os três suplentes que haviam sido convocados no dia anterior: Antônio Pires Cerveira, Abel dos Santos Machado e Joaquim Rodrigues Jacques. Como em janeiro continuou faltando o número legal de vereadores para que a Câmara realizasse sessões, o presidente convocou, além dos três suplentes já citados, a Manoel Joaquim Alves de Moraes, para uma reunião que deveria ocorrer no dia seguinte, 9 de janeiro. Como no dia seguinte, ainda não havia número suficiente, já que faltaram também os suplentes, novos suplentes foram convocados, agora Conrado Hoerlle e Felipe Carlos Trein, que compareceram na sessão de 10 de janeiro.

A dificuldade em conseguir reunir os vereadores para uma reunião da Câmara está registrada no livro de Atas, no qual encontramos quatro declaratórias, informando que a

⁷⁰ Este trecho é transcrito de uma correspondência em que a Câmara Municipal de São Sebastião do Caí informa que, na data de 21 de abril de 1877 foram empossados, pela Câmara Municipal de São Leopoldo, município ao qual anteriormente pertenciam, os vereadores João Jacob Schmidt e Antônio José da Rocha Júnior, não tendo comparecido os demais vereadores (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1877] 1877).

reunião não pôde ser realizada por falta de membros, o que nos indica que as coisas não transcorriam dentro da normalidade. Enquanto líamos as declaratórias, nos indagamos sobre os motivos que teriam levado os vereadores eleitos, e também os seus suplentes, a não comparecerem às reuniões convocadas. Nenhuma justificativa é indicada nas Atas. Entretanto, a sessão ocorrida no dia 10 de janeiro pode ser bastante reveladora. Nela, o vereador José Maria de Alencastro propôs à Câmara, “a suspensão dos trabalhos da mesma por constar-se haverem sido anuladas as eleições d’este município pela Relação do Districto”, proposta que foi aceita pelos demais. Ao final da reunião, o presidente marcou novo encontro para o dia 30 daquele mês (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1877] 1876-1886b, f. 5).⁷¹ Esta nova reunião, entretanto, nunca ocorreu. Somente no dia 1º de maio, a Câmara de São Sebastião do Caí voltaria a se reunir, para dar posse aos novos vereadores, o que significa que a Câmara anterior havia sido realmente dissolvida em decorrência da anulação da eleição que a compôs.

A partir de 1º de maio de 1877, tomava posse, definitivamente, a primeira Câmara Municipal, composta pelos vereadores Felipe Carlos Trein, Justino Antônio da Silva, Antônio Pires Cerveira, João Jacob Schmidt, João Weissheimer, Antônio José da Rocha Júnior e Agostinho de Souza Loreiro (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1877] 1876-1886a, f. 6v-7). No decorrer dos trabalhos, entre os anos de 1877 e 1881, assumiram, na condição de suplentes, Pedro Franzen Filho, César José Centeno, Conrado Hoerlle e Christiano Sauer. Se compararmos com a formação anterior, veremos que cinco dos vereadores que assumiram em 1º de maio já constavam da composição da Câmara anterior, incluindo Conrado Hoerlle e Felipe Carlos Trein, que na primeira formação eram suplentes. Se a comparação for estendida aos eleitos em outubro de 1875, verificaremos que quatro dos eleitos na primeira eleição, foram novamente eleitos.

Considerando o marco final de nosso período de análise, além desta primeira composição camarária, mais seis outras seriam formadas, incluindo a Junta Municipal e os Conselhos. Ao integrarem a Câmara Municipal, estes indivíduos passaram a deliberar diretamente sobre os assuntos municipais, as necessidades da população, a organização espacial do município e os interesses nas mais diversas áreas, o que fez com que passassem a ser encarados como uma elite política municipal.

⁷¹ Masson afirma que a proposta de suspensão dos trabalhos da Câmara, por sugestão de José Maria de Alencastro, ocorreu na sessão extraordinária do dia 1º de janeiro de 1877 (MASSON, 1940, p. 92). Porém, ao consultarmos o primeiro livro de Atas da Câmara constatamos que tal proposta foi encaminhada na sessão ordinária realizada em 10 de janeiro daquele ano, não tendo sequer havido reunião da Câmara no dia 1º de janeiro (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1877] 1876-1886b, f. 5).

Todo este conturbado processo – transcorrido até que a primeira Câmara Municipal de São Sebastião do Caí iniciasse seus trabalhos – suscita algumas questões importantes. Primeiramente, demonstra que o processo eleitoral durante o Império era marcado por muitas disputas políticas entre indivíduos e facções que buscavam o domínio da administração municipal. Tal característica da prática eleitoral manteve-se ainda após a Proclamação da República. Richard Graham (1997) analisa aspectos das eleições imperiais nos capítulos 4 e 5 de seu clássico trabalho *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*, referindo-se ao processo eleitoral como o “teatro das eleições” e chamando a atenção para as disputas – e consequentes fraudes – que nelas ocorriam. Graham é, provavelmente, o autor que mais contribuiu para deixar a descoberto o que ocorria na política em nível municipal. Antes dele, entretanto, Faoro já havia destacado – em sua análise sobre as fraudes e disputas que caracterizavam as eleições imperiais nas paróquias – que, apesar do cumprimento das formalidades legais que orientavam os pleitos, era a mesa eleitoral quem “fazia” as eleições, dando a vitória a uma ou outra parcialidade local (FAORO, 1997, p. 367-368). Richard Graham amplia a discussão em torno das eleições, chamando a atenção para o fato de que “Um líder municipal lutava pela vitória eleitoral, não para se opor ao governo, mas para ser o governo” (GRAHAM, 1997, p. 164). É, exatamente, esta intenção de tornar-se “o governo” que parece ter motivado as disputas em São Sebastião do Caí por ocasião da eleição de 1875. Graham demonstra como, para integrar o governo, certo indivíduo ou grupo precisava desafiar a liderança de outro indivíduo ou grupo. Acreditamos, pois, que foi essa a intenção de Collin ao manifestar-se contrário à eleição ocorrida em outubro de 1875: ele estava desafiando a liderança de Francisco Trein, opositor político.

Collin não estava sozinho. Contava com o apoio de outros importantes líderes locais, como se percebe pelos protestos, já que Collin não foi o único a protestar. Além do mais, Collin contava com a simpatia de boa parte do eleitorado.⁷² A descrição que Graham faz das disputas eleitorais entre lideranças ajuda-nos a entender o que ocorreu naquele primeiro pleito municipal: “Exibir a dimensão de um tal grupo [o grupo alternativo àquele que ocupava a liderança] significava levantar publicamente acusações de fraude eleitoral ou, de um modo mais imediatamente efetivo, usar diretamente a força para derrubar o ocupante do cargo” (GRAHAM, 1997, p. 164). No caso que estamos analisando, ao que parece, esta segunda alternativa não precisou ser utilizada – o uso da força – já que o “grupo alternativo” – Collin

⁷² Na eleição para Juiz de Paz, ocorrida na paróquia, em 1873, Collin fora eleito segundo Juiz de Paz, ficando apenas 19 votos atrás de Francisco Trein (SÃO LEOPOLDO, [1875] 1873-1881b).

ou mesmo o Partido Conservador – atingiu seu objetivo através da acusação da fraude eleitoral.

2.5 “em nome de seus habitantes”: o papel desempenhado pela Câmara Municipal

A vigência de uma legislação centralizadora e de mecanismos de controle da Câmara Municipal por parte de instâncias superiores de poder, assim como a significativa dependência financeira desta em relação ao governo provincial/estadual são alguns dos mecanismos que buscaram limitar a ação deste órgão administrativo municipal em benefício dos postos centrais de poder, tanto no período imperial, quanto republicano. Mas qual seria a causa para que, mesmo diante de uma suposta falta de autonomia, a Câmara fosse alvo de tantas disputas políticas por facções locais? Para compreender essa situação que, de início, nos pareceu incoerente, procuramos – nos tópicos que seguem – demonstrar que, na prática, o órgão camarário encontrou espaços de autonomia para administrar o município e que a atuação política de membros da elite local foi determinante para garantir sua hegemonia na hierarquia social vigente.

2.5.1 Uma legislação centralizadora e os espaços de autonomia

Uma vez criado o novo município, cabia à população local, ou melhor, àqueles considerados cidadãos pela legislação imperial, eleger os membros da Câmara Municipal, o órgão de deliberação dos assuntos municipais. A Constituição do Império do Brasil de 1824 – o Título 7º, Capítulo 2º, os artigos 167 e 169 – definia as funções das Câmaras Municipais:

Art.167. Em todas as cidades e vilas ora existentes, e nas mais que para o futuro se criarem, haverá câmaras, às quais compete o governo econômico e municipal das mesmas cidades e vilas.

Art.169. O exercício de suas funções municipais, formação das posturas policiais, aplicação das suas rendas, e todas as suas particulares e úteis atribuições, serão decretados por uma lei regulamentar (BRASIL, [1824] 2002, p. 218).

Como bem especificava a Constituição, era às Câmaras Municipais que cabia a administração municipal, competência definida através de lei regulamentar decretada em 1º de outubro de 1828. A Lei de Organização das Câmaras Municipais regulava a forma como deveria se proceder a eleição das Câmaras e definia suas atribuições, o que ficava especificado no Título II, Artigo 66: “Terão a seu cargo tudo quanto diz respeito à polícia, e economia das povoações, e seus termos, pelo que tomarão deliberações, e proverão por suas posturas [...]” (BRASIL, [1828] 2002, p. 873).

Mas, leis posteriores promoveram um crescente esvaziamento dos poderes das Câmaras Municipais. Em pleno período de Regresso Conservador, durante a Regência, depois de um movimento inicial que visava a descentralização, a Lei de Interpretação do Ato Adicional, de 1840, além de restabelecer o Conselho de Estado, retirou das províncias várias das atribuições que o Ato Adicional, de 1834, lhes havia concedido, num claro esforço de centralização do poder. Retirou, por exemplo, das Assembleias Provinciais, a função de nomear e demitir funcionários públicos.⁷³ O historiador Marcos Tramontini aponta que, no que diz respeito às Câmaras Municipais, tanto a Lei de Interpretação de 1840, quanto a reforma do Código do Processo Criminal – a Lei de 3 de dezembro de 1841 – que regiam os mecanismos de criação das Câmaras Municipais, buscaram “evitar que essas se transformassem em instrumentos de oposição à disposição da Assembléia Provincial” (TRAMONTINI, 2003, p. 298).

Para o caso das Câmaras Municipais, o mesmo autor reafirma que o esvaziamento de seu poder se deu já com o Ato Adicional de 1834, ao subordinar política e economicamente as Câmaras Municipais às Assembleias Legislativas Provinciais. Com a Lei de Interpretação do Ato Adicional e a Reforma do Código do Processo Criminal, as Câmaras Municipais deixaram de estar submetidas à Assembleia Provincial para passar diretamente ao controle do poder central através do Presidente da Província, seu representante direto (TRAMONTINI, 2003, p. 299-300). Segundo Victor Nunes Leal, ao garantir a preeminência dos presidentes de

⁷³ O Ato Adicional de 1834 criou as Assembleias Provinciais. Até então a participação de representantes da província no governo provincial fazia-se pelo Conselho Administrativo e pelo Conselho-Geral da Província, instituído pela Constituição de 1824. O Ato Adicional de 1834, decretado pela lei de 12 de agosto, substituiu os Conselhos-Gerais das Províncias pelas Assembleias Legislativas. Decorrente do Ato Adicional a Assembléia Legislativa decretou a Lei nº38 de 3 de outubro de 1834 que dava à Assembleia Legislativa Provincial a incumbência de nomear o vice-presidente. Essa mesma lei extinguiu o Conselho da Presidência, ou Conselho Administrativo, de modo que a administração provincial, a partir de 1834 ficou a cargo do Presidente da Província e da Assembleia Legislativa. No Rio Grande do Sul a Assembleia Legislativa Provincial começou a funcionar em 1835 (PICCOLO, 1998, p. 18). Piccolo destaca que, apesar das medidas descentralizadoras, “o Ato Adicional não correspondeu aos anseios dos elementos liberais, uma vez que as províncias continuavam a não ter o direito de escolherem seus presidentes” (PICCOLO, 1998, p. 23). Sobre a administração provincial no Império ver Piccolo (1998, p. 19-25).

província, essa legislação de cunho conservador garantiu a consolidação do poder central (LEAL, 1975, p. 78). A Reforma do Código do Processo Criminal foi, em especial, um duro golpe para as elites locais, ao devolver o controle de todo aparato administrativo e judiciário ao governo central, resultando numa significativa diminuição das atribuições dos Juízes de Paz. Este cargo, apesar de continuar a ser eletivo, perdeu grande parte de suas funções – inclusive a função de julgar pequenas causas criminais – que então passaram a ser assumidas por delegados e subdelegados de polícia nos municípios e paróquias. Estes cargos, criados pela Reforma do Código, dependiam da nomeação do Ministro do Império. Somente em 1871, uma nova lei retirou dos delegados as atribuições judiciárias, permanecendo apenas as policiais.

Ao acompanhar a atuação da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí de 1877 a 1889 foi possível observar que, ao final do Segundo Reinado, a Câmara constituía um importante órgão a nível municipal. Se, em função da escassez de recursos a Câmara Municipal⁷⁴ estivesse em grande medida dependente da Assembléia Provincial⁷⁵ e era subordinada à Presidência da Província para a aprovação de suas ações⁷⁶, ainda assim, é possível afirmar que seu papel era fundamental na medida em que atuava como mediadora dos assuntos de interesse municipal junto ao governo provincial.

⁷⁴ Como demonstra Alceu Masson, em um quadro que resume a situação financeira do município, nos primeiros anos as receitas da Câmara eram bastante escassas. No ano de 1876 somavam 1:010\$600 réis; em 1877, 4:215\$400; em 1878, praticamente dobrou para 8:151\$432, mas da mesma maneira dobraram as despesas que em 1877 eram de 3:629\$072 e então passaram a 6:406\$876. Não é nossa intenção aqui analisar as despesas e receitas da Câmara Municipal, mas consideramos válido ressaltar que a quantia arrecadada pela Câmara Municipal em seus primeiros exercícios era muito pequena para prover as necessidades de uma área tão extensa como a compreendida pelo território municipal. Até 1882 os valores de receita não ultrapassaram os 20 contos de réis. Somente em 1883 é chegariam a 45:618\$419 (MASSON, 1940, p. 122). Tal quadro financeiro revela a grande dependência da Câmara em relação ao governo provincial para o provimento das necessidades municipais. Assim, não eram raros os ofícios enviados pela Câmara Municipal de São Sebastião do Caí ao governo provincial, solicitando o conserto de pontes e estradas e recursos para auxiliar habitantes próximos ao rio Caí atingidos pelas cheias dentre inúmeros pedidos da mais distinta natureza.

⁷⁵ Como aponta Helga Piccolo, a falta de recursos financeiros e as imposições políticas fizeram com que a Assembleia Legislativa exercesse forte influência nos assuntos municipais. Afirma a historiadora que “Se na relação Centro/Província era questionada a centralização, esta centralização (de fato e de direito) também era percebida na relação Assembléia Provincial/Câmaras Municipais” (PICCOLO, 1998, p. 48).

⁷⁶ Um caso emblemático da subordinação das decisões da Câmara Municipal à Presidência da Província foi o episódio da aprovação da arrematação dos impostos municipais do exercício 1879-1880. Realizada a concorrência para a arrematação dos impostos municipais, orçados em 11 contos e 50 mil-réis, saiu vencedora a proposta de Antônio Raymundo da Silva Flores, que oferecia 7: 430\$000. Aceita pela Câmara a proposta, foi entretanto recusada pela Presidência da Província que mandava colocar novamente em praça os impostos, e ainda determinava que, caso “não aparecerem licitantes que ofereçam maiores vantagens ao cofre desta municipalidade” tais impostos deveriam ser cobrados administrativamente, ou seja, por um funcionário da Câmara. Realizada nova concorrência em 25 de junho de 1879, com lances de 7:550\$000 de Antônio Raymundo da Silva Flores, e de 7:555\$000 de Luiz Manuel Veck, foi aceito pela Câmara o lance de Veck. Enviado novo ofício à Presidência da Província, esta acabou aceitando a arrematação dos impostos municipais por Luis Manuel Veck, que a 4 de setembro assinou o contrato de arrematação dos impostos municipais com a Câmara por 7:600\$000 (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1879a, f. 43-43v; SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1879b, f. 45v-46).

A grande modificação na administração municipal aconteceu com a mudança de regime político no país. Após a proclamação da República, as Câmaras Municipais foram dissolvidas, sendo então criadas as Juntas Municipais. Assim, na sessão de 5 de fevereiro de 1890, a Câmara Municipal de São Sebastião do Caí tomava ciência de um ofício do então governador do Estado, Visconde de Pelotas, comunicando que a Câmara deveria ser dissolvida para, naquela mesma data, ser instalada uma comissão, a Junta Municipal, “composta dos cidadãos Paulino Ignácio Teixeira, Capitão João Diehl Júnior e Lourenço Dexheimer para, sob a presidência de que entre si escolherem, administrar provisoriamente os negócios deste município, com as mesmas atribuições [sic] conferidas às Câmaras, [...]” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1890] 1886-1890b, f. 137v).⁷⁷

As Juntas eram, entretanto, um dispositivo provisório, utilizado pelo recém-instalado governo republicano, para prover a administração municipal. Para substituí-las, foram criados os Conselhos Municipais. A Constituição republicana, de 24 de fevereiro de 1891, previa que cada Estado poderia reger-se por sua própria Constituição, contanto que respeitasse os princípios constitucionais da União (BRASIL, [1891] 2002, p. 539). Assim, a Constituição do Rio Grande do Sul, de 14 de julho de 1891, que tinha por base o projeto de constituição de Júlio de Castilhos, determinava que, diferentemente do que ocorrera no Império, a administração municipal não cabia mais somente à Câmara, que então passou a denominar-se Conselho Municipal, sendo criados, em decorrência, os cargos de Intendente Municipal e de subintendentes.⁷⁸ Ficava determinado no Título III, Artigo 63: “O poder municipal será exercido, na sede de cada município, por um intendente, que dirigirá todos os serviços, e por um conselho, que votará os meios de serem eles criados e mantidos” (RIO GRANDE DO SUL, [1891] 2002, p. 624). A 28 de setembro de 1891 foi realizada a eleição para o primeiro Conselho Municipal de São Sebastião do Caí, sendo eleitos Pedro Michaelsen, Manoel Rodrigues da Fonseca, Pedro Filippesen, Jorge Pedro Jung, Jacob Simon, Pedro Wiltgen e

⁷⁷ A Ata não faz referência ao nome do remetente do ofício, afirmando apenas que “Foi presente um ofício do Sr. Governador do Estado” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1890a, f. 137v). Entretanto, como o ofício é datado de 3 de fevereiro de 1890, inferimos que o remetente era o Visconde de Pelotas, já que foi somente alguns dias depois, a 9 de fevereiro, que este deixava o cargo de Governador do Estado e que Júlio de Castilhos nomeava para a vaga o general Júlio Anacleto Falcão da Frota (RECKZIEGEL, 2007, v.3, p. 26).

⁷⁸ Gunter Axt chama a atenção para o caráter polêmico da Constituição promulgada por Júlio de Castilhos em 1891, dado o caráter eminentemente centralizador que esta apresentava, como ficava evidente no tocante “aos mecanismos de intervenção do poder estadual nos municípios, à elisão do conceito liberal de separação dos poderes e à possibilidade de reeleição indefinida do governante”. Acrescente-se ainda a redução de poderes da Assembléia: “a Assembléia foi esvaziada de suas prerrogativas legislativas, reduzida, na prática, a um conselho honorífico com a função precípua de homologar a peça orçamentária concebida pelo executivo” (AXT, 2007, p. 93).

Frederico Arnoldo Engel. Como suplentes, Christiano Jacob Trein, João Bade, José Bernardes Souto e Mathias Welter (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900b, f. 1).

Não sabemos ao certo se Intendentes e Conselheiros chegaram a tomar posse ainda em 1891, em função da inexistência do livro de atas referente ao período. Entretanto, a situação conturbada vivida pelo governo republicano a partir de 1891 fez-se sentir nos municípios. Quando em novembro de 1891, o marechal Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso Nacional, o apoio de Júlio de Castilhos ao presidente da República levou-o a deixar o cargo de presidente do Estado que recém havia assumido em 3 de novembro de 1891. Em seu lugar, assumiu o governo do Estado uma Junta governativa, alcunhada por Castilhos de “Governicho”, formada por Assis Brasil, Barros Cassal e pelo general Manoel Rocha Osório, que governou de 12 de novembro de 1891 a 17 de junho de 1892. Durante esse período, uma comissão foi nomeada em cada município para tratar dos assuntos municipais.

As informações que temos sobre este período são escassas, mas, segundo Alceu Masson, em São Sebastião do Caí, a comissão era composta por José Bernardes Souto, Henrique Henzel e Miguel Leão. Este mesmo autor, baseando-se na Acta da 1ª Sessão da Intendência Municipal de S. Sebastião do Cahy – depois, portanto, da restauração do Governo Legal do Estado do Rio Grande do Sul a 17 de junho de 1892 – informa que a direção municipal foi entregue a Paulino Ignácio Teixeira, Orestes José Lucas, Jorge Pedro Jung e Pedro Michaelsen. Chamou-nos a atenção a omissão – ou esquecimento – do Tenente Coronel Lourenço Dexheimer entre os relacionados, apesar de seu nome constar na ata que Masson transcreveu e que consta nos anexos que incluiu em sua obra, sob o título de *Documento n. 8*, sem indicação de maiores informações sobre a origem desta fonte (MASSON, 1940, p. 204-206). O autor equivocou-se, ainda, ao apontar que estes foram substituídos pelo Conselho eleito em 1896 (MASSON, 1940, p. 94-95), quando, como pudemos constatar através das atas do Conselho Municipal, foram os conselheiros eleitos em 28 de setembro de 1891 que tomaram posse a 8 de julho de 1892. Na sua primeira reunião, estavam presentes os conselheiros Frederico Arnoldo Engel, Pedro Michaelsen, Jorge Pedro Jung e Pedro Filippesen, faltando Pedro Wiltgen e Manoel Rodrigues da Fonseca, por encontrarem-se doentes e Jacob Simon por ter mudado de residência de São Sebastião do Caí. Frederico Arnoldo Engel assumiu a presidência do Conselho por ser o mais velho (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900b, f. 1).

Nesta mesma reunião, o Conselho recebeu da Intendência Municipal um projeto de Lei Orgânica para o Município. Por mais quatro reuniões, o Conselho teve por pauta a discussão da Lei Orgânica, de modo que, em 28 de julho de 1892, os membros do Conselho Municipal,

Pedro Filippesen, Jorge Pedro Jung e Pedro Michaelsen, sob a presidência de Frederico Arnoldo Engel, aprovaram a Lei Orgânica do Município⁷⁹ e decidiram comunicar ao Vice-presidente do Estado essa aprovação, para que ele então nomeasse o Intendente Municipal (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900a, f. 8v-9). Deste modo, na sessão de 8 de Agosto de 1892, o Conselho Municipal dava posse a Paulino Ignácio Teixeira no cargo de Intendente Municipal, já que fora nomeado pelo Presidente do Estado.

Na Lei Orgânica Municipal, de 11 de agosto de 1892, ficavam determinadas as atribuições do Intendente, assim como dos subintendentes, e do Conselho Municipal. Conforme especificado no Artigo 18, o Conselho seria composto de cinco membros, e entre suas principais funções estava “Fixar annualmente a despesa e orçar a receita do município, reclamando, para esse fim, do intendente, todos os dados e esclarecimentos de que carecer” (Art.32§1º), assim como criar impostos (Art.32§2º), fixar a remuneração do intendente e demais empregados municipais (Art.32§10) e “Votar todos os meios indispensáveis á manutenção dos serviços de utilidade municipal, creados por lei; sem intervir por qualquer fórma na respectiva organização e execução;” (Art.32§4º) (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900a, f. 5v-6). Assim, segundo Gunter Axt, o Conselho Municipal “tinha atribuições meramente orçamentárias e, na prática, homologatórias. Além do orçamento, os conselhos faziam a apuração das eleições municipais” (AXT, 2007, p. 113).

Se inicialmente, a idéia de autonomia administrativa esteve entre as preocupações dos constituintes de 1890, sendo o princípio da descentralização um desdobramento da idéia de federalismo, esta acabou não se estendendo à esfera municipal. Como a Constituição federal deixava aos Estados liberdade para regular acerca do assunto, muitas constituições estaduais implementaram práticas de controle e cerceamento dos direitos municipais (LEAL, 1975, p. 80-81). No caso do Rio Grande do Sul, a Constituição de 1891, aprovada com base no projeto de Júlio de Castilhos, caracterizou-se pelos mecanismos de intervenção do poder estadual nos municípios (AXT, 2007, p. 93).

Neste sentido, teoricamente, a autonomia da administração municipal não mudou muito em relação ao período imperial. Em termos práticos, entretanto, os mecanismos baseados num sistema de troca de favores garantiam certa autonomia ou, ao menos, uma margem de negociação à elite política municipal, de modo que mesmo que a intervenção central, assegurada pela Constituição Rio-Grandense, acarretasse um recuo da autonomia

⁷⁹ Esse processo seguia as instruções do artigo 64 da Constituição Rio-Grandense: “Na sua primeira sessão, o conselho elaborará a lei orgânica municipal, que promulgada pelo intendente, regerá o município, [...]” (RIO GRANDE DO SUL, [1891] 2002, p. 624).

local, o controle por parte do governo central sobre a política local nunca se fazia de modo absoluto. Apoiando-se no trabalho de Loiva Félix para a região serrana do Rio Grande do Sul, Axt afirma que “apesar de toda a estrutura institucional autoritária sul-rio-grandense, o poder privado local ainda tinha expressão” (AXT, 2007, p. 114).

Valendo-nos dos conceitos de autonomia e negociação que Fragoso tece para a relação colônia-metrópole no período colonial brasileiro, segundo os quais as relações entre poderes, mesmo que de grandezas distintas, estavam sujeitas a negociações, entendemos – transpondo esta proposição de análise – que, mesmo numa estrutura de forte centralização como a construída pelo PRR no Rio Grande do Sul, as negociações sempre pautaram as relações entre poderes. Assim, o Conselho Municipal, mesmo que diminuído em seus poderes, estava ciente da possibilidade de negociação e, por muitas vezes, dela se utilizou para garantir o atendimento de seus interesses. Afinal, não podemos esquecer que uma das atribuições do Conselho Municipal era fazer a apuração das eleições, o que lhes concedia grande poder de barganha.

Desfrutando de grande autonomia ou subordinada à Assembléia Provincial, dependente diretamente do governo central ou dividindo suas atribuições e poderes com o Intendente Municipal, entendemos que a Câmara Municipal foi alvo de disputa de facções locais ou de indivíduos interessados em eleger-se para o posto de vereador. Prestígio, reconhecimento, poder de conceder benesses e meios para construir e ampliar uma clientela figuram entre as vantagens que um homem poderia adquirir ao ser eleito vereador.

Como fica evidente, tanto ao longo do Segundo Reinado, quanto no período republicano, as Câmaras Municipais não gozavam de ampla autonomia para decidir acerca da administração e das finanças locais, pois havia sempre uma legislação maior que buscava controlar a ação deste órgão local. Entretanto, mesmo diante de uma legislação centralizadora, a Câmara constituía-se em importante *locus* de atuação para alguns indivíduos que, mesmo não recebendo remuneração para assumirem os papéis administrativos, ou não detendo grande autonomia, auferiam vantagens dos postos que ocupavam, seja garantindo posição mais elevada em relação aos demais membros da sociedade, seja constituindo boas relações ou mesmo negociando com esferas superiores, como analisaremos mais detalhadamente no capítulo final.

Acreditamos que, a exemplo do constatado por Fragoso para o papel da Câmara no período colonial, “Deter o controle sobre o governo da República significava pertencer ao grupo social com chances de dominar a sociedade” (FRAGOSO, 2003, p. 15). Neste sentido, estar na Câmara Municipal, participar dos mecanismos de administração a nível municipal

significava, ainda em fins do século XIX, deter importante poder sobre a economia e a sociedade local. Afinal, a Câmara determinava os impostos a serem pagos pelos diversos setores da economia local e, também, contratava serviços e empregados. Tais funções garantiam aos indivíduos que ocupassem o cargo de vereador grande poder de negociação com os vários setores da sociedade, assim como lhes permitia consolidar, no âmbito da administração pública, a presença de sua facção.⁸⁰ À Câmara também cabia elaborar o Código de Posturas Municipais, fiscalizar seu cumprimento e aplicar as penas previstas aos infratores. Essa atribuição demonstra que fazer parte da Câmara poderia ser, em grande medida, vantajoso, justificando, assim, as disputas ocorridas nas eleições.

2.5.2 O Código de Posturas Municipais: um dispositivo de controle para a elite política⁸¹

O Código de Posturas Municipais constituía não somente um importante dispositivo de controle da economia e da população, como também um importante mecanismo que a Câmara – entendendo-se aqui como o órgão composto por homens que ocupavam o posto de vereador – possuía para negociar com a população.

A Lei de 1º de Outubro de 1828, que determinou as atribuições da Câmara Municipal, previa em seu artigo 66, Título III, intitulado “Posturas Policiais”, como responsabilidade das Câmaras Municipais a garantia da observância das posturas municipais: “Terão a seu cargo tudo quanto diz respeito à polícia, e economia das povoações, e seus termos, pelo que tomarão deliberações, e **proverão por suas posturas [...]**” (BRASIL [1828] 2002, p. 873, grifo nosso). Essa lei do Império do Brasil, ao delegar às Câmaras Municipais a responsabilidade de elaborar e garantir a observância das posturas, nada mais fez do que referendar uma antiga tradição que chegou ao Brasil com todo o aparato administrativo montado pelo Império Ultramarino Português. As posturas municipais, herança da tradição portuguesa que previa o

⁸⁰ Lembramos que facção é aqui utilizada de acordo com o sentido que lhe atribui Graham, como um grupo político que se opõe a outro, dotado muitas vezes de uma liderança forte – daí Graham falar “natureza personalística dos partidos políticos” – cujo empenho se faz em angariar o maior número possível de seguidores que lhe sejam leais. Essa noção de facção, que segundo Graham se sobrepõe à noção de partido, enquanto unidade ideológica, é trabalhada pelo autor no capítulo 6 da obra *Clientelismo e política no Brasil do século XIX* (GRAHAM, 1997, p. 195-238).

⁸¹ Alguns dos aspectos tratados neste item, mesmo que com objetivos e enfoques distintos, já foram trabalhados no Trabalho de Conclusão de Curso de História, *Fazer-se Vila: São Sebastião do Caí (1875-1892)* (MARTINY, 2007) e no artigo *O ordenamento da Vila: o Código de Posturas de São Sebastião do Caí (final do século XIX)* publicado nos Anais “*Produzindo história a partir de fontes primárias*”, referente à VI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, realizada em Porto Alegre de 02 a 23 de agosto de 2008. (MARTINY, 2008b).

ordenamento do espaço urbano pelos almotacés⁸², tinham, no Brasil do século XIX, o intento de regulamentar o uso do espaço público e as atividades econômicas, de impor regras de urbanização ao termo da Vila, garantir a boa ocupação das terras nos distritos e, ainda, de regular o comportamento público da população.⁸³ O artigo 66 da Lei de 1828, acima citado, referia-se às Posturas Policiais como uma atribuição das Câmaras Municipais no sentido de elaboração, fiscalização e providências a serem tomadas diante de infrações cometidas. As preocupações das Posturas giravam, pois, em torno do asseio de locais públicos, da boa organização do espaço, da regulação da economia local, mas, também, da moral, bons costumes e ordenamento da população.

Uma vez constituída a primeira Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, esta passou a deliberar acerca da organização do município. A necessidade de adoção de um Código de Posturas Municipais para regular a vida, tanto do termo da Vila, área mais urbana, quanto dos distritos do interior, áreas mais rurais, foi uma das preocupações centrais dos vereadores. Ainda sem Código de Posturas elaborado, a Câmara Municipal adotaria provisoriamente, em 1878, e com autorização do Presidente da Província, as Posturas do município de São João do Monte Negro, município criado em 1873 e localizado à margem direita do rio Caí (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1878] 1876-1886f, f. 21).

Como tais posturas foram adotadas em caráter provisório, cabia à Câmara a elaboração de seu próprio Código. Menos de dois meses após ter aprovado o pedido de adoção provisória das posturas municipais da vila de São João do Monte Negro, a Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, em sessão de 15 de abril de 1878, resolvia “enviar a Assembléa Provincial por intermedio da Presidência da Provincia o projeto de seu Código de Posturas” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1878] 1876-1886d, f. 25v).⁸⁴ A resposta do governo da Província, no entanto, foi morosa. Em 17 de agosto do mesmo ano, a Câmara enviava nova correspondência ao Presidente da Província pedindo a aprovação do Código de Posturas que enviara em abril.

⁸² Ao analisar a almotaçaria como uma ação administrativa das cidades lusas durante a Idade Média, que se estendeu ao Brasil colonial enquanto responsabilidade das Câmaras Municipais, Pereira dá-nos indícios da origem dos Códigos de Posturas que determinaram o viver urbano nas cidades brasileiras no século XIX. Segundo o autor, “A almotaçaria expressa uma consciência específica da cidade (o urbano): trama em que estão inextricavelmente reunidos o sanitário, o construtivo e as relações de mercado” (PEREIRA, 2001, p. 390).

⁸³ Apesar da determinação de posturas ter tido uma longa tradição dentro da administração do Império luso, entendemos que o Segundo Reinado representou o momento propício de ingerência do público nas ações individuais, por ser este o momento em que as idéias de civilização chegavam da Europa, ocasião em que se constata uma maior preocupação da elite em garantir a observância da boa ordem e de hábitos civilizados. Para Moehlecke, “Normalmente os regulamentos e códigos são criados para consolidar uma tradição, permitir que procedimentos considerados ideais permaneçam e façam valer seus efeitos positivos”, representando, em última análise, o pensamento da época (MOEHLECKE, 2006, p. 39).

⁸⁴ A correspondência referida na ata da sessão da Câmara foi localizada no Acervo do AHRGS. Já o projeto do Código de Posturas do município que, segundo menção feita na mesma ata, foi enviado à Assembléa Provincial, não se encontrava anexado à correspondência (TREIN, 1878a, doc. n. 16).

Na mesma correspondência, levantava a possibilidade de, no caso da não aprovação imediata de seu projeto, adotar provisoriamente o Código de Posturas de São Leopoldo.⁸⁵ A justificativa apontada pela Câmara para a troca encontrava-se na própria correspondência: as posturas de São João do Monte Negro “não satisfasem as necessidades do município, principalmente na parte relativa a plantações e criação de gados e animais nas colonias agriculas, tendo ocorridos casos urgentes sem que a Camara tenha podido prover de remedio a respeito”. Já as posturas de São Leopoldo são apresentadas como as que “melhor status fasem as necessidades deste municipio, até que se possa obter novas e outras posturas devidamente aprovadas” (TREIN, 1878b, doc. n. 27). O pedido da Câmara foi aceito, de modo que, a partir de agosto de 1878, esta passou a guiar-se pelo Código de Posturas do município de São Leopoldo.⁸⁶

Foi, muito provavelmente, no início da década de 1880 que a Câmara passou a contar com posturas próprias. Em relatório aos novos camaristas, datado de 7 de janeiro de 1883, os vereadores que naquele ano deixavam o cargo, afirmavam, sob o título “Posturas”, que, “Ha pouco tempo a Camara conseguiu a aprovação do seu codigo de posturas [...]” (TEIXEIRA, 1883, doc. n. 1).⁸⁷ Infelizmente não foi possível localizar o primeiro Código de Posturas de São Sebastião do Caí. Entretanto, acreditamos que o Código de 1892, que localizamos, deva ter sido em boa medida similar ao código original (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 27-34v).⁸⁸

⁸⁵ A decisão da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí de pedir à Presidência da Província a substituição do Código de Monte Negro pelo de São Leopoldo foi pauta da sessão de 17 de agosto de 1878 (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1878] 1876-1886b, f. 31v).

⁸⁶ O ofício nº 1782 da Presidência da Província que autoriza a adoção do Código de São Leopoldo pela vila de São Sebastião do Caí é lido em sessão da Câmara Municipal de 9 de outubro de 1878 (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1878] 1876-1886e, f. 33).

⁸⁷ A informação bem demonstra que o processo de elaboração do Código de Posturas poderia ser bastante demorado, sobretudo porque dependia da aprovação do Governo Provincial, que nem sempre atendia com prontidão os pedidos das Câmaras Municipais, como fica evidente neste caso. Conseguimos apurar a existência do Código de Posturas de 15 de março de 1883 por uma referência a ele em correspondência constante no Livro “Offícios às Autoridades Superiores – Câmara Municipal” no qual consta que a Lei nº 1478 de 7 de novembro de 1885 e a Lei nº 1492 de 18 de novembro do mesmo ano aprovaram 14 artigos aditivos ao Código de Posturas de 15 de Março de 1883 (TEIXEIRA et al., 1886, f. 10v-11).

⁸⁸ Gouveia Neto, ao trabalhar com os Códigos de Posturas de 1866 e 1892 da cidade de São Luís (Maranhão), observou que, apesar dos 26 anos que separam a decretação de um e de outro código, “as preocupações das autoridades continuam as mesmas, sugerindo que a sociedade de São Luís não conseguia, ou não se submetia às regras e posturas contidas nos referidos códigos” (GOUVEIA NETO, 2008, p.9). Estamos cientes, contudo, de que o Código de Posturas de São Sebastião do Caí de 1892 apresenta importantes diferenças em relação ao primeiro, dadas as profundas transformações que se operaram no Brasil na década de 1880 e que, inevitavelmente, repercutiram também em São Sebastião do Caí, sendo as mais expressivas o fim da escravidão e a mudança do regime político no Brasil. Assim, os artigos que, por exemplo, regulavam o comportamento público de escravos, devem ter sido suprimidos após 1888.

A tabela 4 apresenta a estrutura do Código de Posturas de São Sebastião do Caí, do ano de 1892, identificando o assunto abordado em cada capítulo, o número de artigos que o compõem e a representatividade – em termos percentuais – que estes têm no texto do Código:

Tabela 4 - Organização do Código de Posturas de São Sebastião do Caí de 1892

Capítulo	Tema do Capítulo	Número de artigos que compõem o capítulo	% de artigos em relação ao total (%)
Capítulo 1º	Da vila, seu aformoseamento e das demais povoações do termo	16 artigos	17,02
Capítulo 2º	Polícia	37 artigos	39,36
Capítulo 3º	Comércio	8 artigos	8,51
Capítulo 4º	Lavoura-Estradas	12 artigos	12,77
Capítulo 5º	Porto, Cais e Pontes	3 artigos	3,19
Capítulo 6º	Açougues	4 artigos	4,26
Capítulo 7º	Armas Proibidas	2 artigos	2,13
Capítulo 8º	Arrecadação e fiscalização das rendas	7 artigos	7,45
Capítulo 9º	Dos empregados da Câmara	2 artigos	2,13
Capítulo 10º	Disposições Gerais	3 artigos	3,19
Total		94 artigos	100,01

Elaborado pela autora com base em: São Sebastião do Caí ([1892] 1892-1900d, f. 27-34v).

Como demonstra a tabela, o Código busca regulamentar as mais variadas situações, tanto as relacionadas aos aspectos econômicos, como também aos políticos e do âmbito dos comportamentos sociais. Rhoden observa que muitos dos artigos presentes nos Códigos de Posturas Municipais eram similares em Códigos de diferentes municípios, especialmente aqueles que diziam respeito a questões urbanísticas, como calçamento, nivelamento e limpeza de testadas (RHODEN, 2006, p. 269).⁸⁹ Tais questões eram estipuladas, no caso das posturas de São Sebastião do Caí, no Capítulo 1º do Código, intitulado “Da vila, seu aformoseamento e das demais povoações do termo”. Este capítulo, composto por 16 artigos, determinava o modo como deveria estar organizado o espaço público, ruas e edificações, estabelecendo normas e prazos para o cumprimento das posturas (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 27v-28v). O artigo 1º, por exemplo, determinava que as ruas deveriam possuir uma largura de 17 metros e 60 centímetros, dotando assim a sede municipal de traços característicos de uma

⁸⁹ Isto ocorreu em função do Artigo 66 da Lei de 1º de Outubro de 1828, que definiu quais as questões que deveriam ser previstas pelo Código de Posturas (BRASIL, [1828] 2002, p. 873-875).

arquitetura urbana (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 27v).⁹⁰ Os artigos 2º ao 6º, assim como o 10º referiam-se diretamente à construção de edifícios visando o perfeito alinhamento e nivelamento das construções (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 27v, 28). As disposições não se referiam apenas aos edifícios que eram então edificadas na vila, mas visavam consertar problemas de alinhamento de edifícios anteriormente construídos e que, portanto, não respeitavam as normas recém-criadas. Conforme o artigo 3º das posturas municipais, “Os edifícios que estiverem fora do alinhamento recuarão quando forem reedificados, assim como sahirão para frente se estiverem recuados” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 27v). Como demonstra Marx, a questão do alinhamento é fundamental para o desenho urbano da vila,

[...] por ser a definição do limite entre um lote e a rua, entre a terra concedida a alguém, ou a partir dessa época [1850 com a Lei das Terras] de propriedade de alguém, e a terra de domínio público. Esses alinhamentos vão precisando, e por vezes modificando e corrigindo discretamente o curso das ruas e o contorno dos largos, [...] (MARX, 1991, p. 104).

Tais medidas visavam dar à pequena “aldeia” o aspecto de centro urbano, mais compatível com o status econômico e político que então possuía, visando diferenciá-la das povoações do interior. Segundo observou Francisco Riopardense de Macedo, é no Código de Posturas que “vamos encontrar os princípios de construção cujo propósito era garantir o abrigo, segurança e certa unidade visual em espaço urbano que, certas vezes, eram chamados de estética da arquitetura” (MACEDO, 1983, p. 87). Eloísa Ramos, referindo-se ao caso de Cachoeira do Sul (RS), estabelece relação entre a observância das normas presentes no Código e o efetivo aspecto de ordenamento urbano, afirmando que foi “Só quando as medidas ordenadoras dos Códigos de Posturas começaram a ser efetivamente aplicadas é que a cidade adquiriu um aspecto de ordenamento até então inexistente” (RAMOS, 2006, p. 438). Assim, concordamos com Ramos, por acreditar que o Código de Posturas Municipais foi central para o processo de organização do espaço urbano, tendo sido a Câmara Municipal o agente coordenador por excelência deste processo. O Artigo 4º do Código de Posturas, por exemplo,

⁹⁰ Segundo Nestor Goulart Reis Filho, a intenção da municipalidade era dotar as ruas da vila de um aspecto uniforme, seguindo, assim, “antigas tradições urbanísticas de Portugal” (REIS FILHO, 1970, p. 22). O mesmo autor aponta que, se antes do século XVIII a regularidade do traçado urbano não foi preocupação central, sobretudo em centros urbanos menores, a partir de então, a política urbanizadora ganhou maior importância (REIS FILHO, 1968, p. 131).

determinava que a edificação na vila era dependente de uma licença concedida pela Câmara e do pagamento dos impostos devidos (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 27v).

Foi graças às determinações de observância das medidas das ruas, de nivelamento e alinhamento das propriedades urbanas que a municipalidade conseguiu dar à vila o aspecto quadriculado tão característico das vilas brasileiras, aspecto este que se tornou mais usual a partir do século XVIII. Este aspecto quadriculado do núcleo urbano pode ser constatado na planta da sede municipal que reproduzimos abaixo:



Figura 4 - Planta da Vila de São Sebastião do Caí - 1892

Fonte: Planta da Cidade de Caí - 1892. Acervo da Secretaria da Fazenda, Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí.

Pela planta, é possível verificar a distribuição paralela e ortogonal, com um aspecto geométrico quadriculado bastante acentuado. Note-se que à direita da planta, as quadras adquirem um corte diagonal, acompanhando o curso do rio Caí, representado na planta pelo traçado em azul.

Dada a primazia concedida à estética e à funcionalidade urbana, muitas eram impostas, por exemplo, a quem edificasse sem observar o nivelamento de soleiras e calçadas (Artigo 5º) ou deixasse de fazer calçada em frente à casa (Artigo 7º) (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 27v). O calçamento, inclusive, deveria atender às medidas determinadas no

Código, sendo que quem fizesse “calçada com menos de um metro e cinquenta e quatro centímetros de largura” estava sujeito ao pagamento de uma multa de 4 mil-réis (Artigo 8º) (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 28).

Entretanto, como revela o próprio Código de Posturas, a preocupação com a questão urbanística estava concentrada no Termo da Vila, sendo permitida apenas fora dos limites da vila a edificação de construções fora dos padrões estabelecidos pelas posturas (Artigo 14).⁹¹

Questões relativas ao correto ordenamento e uso do espaço urbano podem ser encontradas, ainda, no capítulo 2 do Código, intitulado “Policia” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 28v-30v). Neste capítulo, alguns artigos referiam-se à questão da salubridade na Vila, como a proibição de fazer fossos, escavar ou acumular materiais em ruas e praças impedindo ou incomodando o trânsito público (Artigo 17), a proibição de jogar animais mortos na rua (Artigo 18) e a necessidade de manter limpas as testadas das casas (Artigo 20) (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 28v). A presença de animais no espaço urbano também gerava preocupação para as autoridades, que proibiam a presença de gado vacum, de porcos e cabras soltos dentro da vila (Artigo 37 e 39), assim como possuir, no espaço da vila, porcos em chiqueiros (Artigo 40) (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 29v). Fica evidente que muitas das questões regulamentadas pelo código, sobretudo aquelas relativas à salubridade deviam-se à preocupação com a questão da saúde pública. Neste sentido, o Artigo 41 das Posturas proibia “Ter cortumes, fabricas, curraes ou mangueiras, ou chiqueiros sobre arroios, fontes ou aguados que corram naturalmente, e servir para o uso e consumo dos visinhos, ou moradores dos terrenos inferiores” (Artigo 41) (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 29v). Já o Artigo 53, multava em 4 mil-réis “o pae, tutor, amo [que não] vaccinar as creanças quando for exigido por ordem da municipalidade” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 30v). Esta mesma preocupação com a saúde pública aparece no Artigo 51 que proibia “medicos, cirurgião e boticários de exercerem suas profissões sem apresentarem seus títulos ou licença a Camara depois de convidados a isso” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 30v).⁹² Já

⁹¹ “Artigo 14- Nas ruas não principaes ou despovoadas ou lugares arredados do quadro da Villa e povoações é lícito aos que necessitarem edificar pequenas casas, sem ter altura e mais disposições consignadas por estas posturas conforme a Intendencia achar de justiça” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 28).

⁹² Apesar de não ser nosso objetivo discutir questões relacionadas ao regramento da medicina, o Artigo 51 do Código de Posturas de São Sebastião do Caí nos incita a tecer algumas considerações. Beatriz Weber, em “As Artes de Curar” (1999) demonstra como a regulamentação da profissão médica no Rio Grande do Sul se tornou tema central durante a Primeira República, sobretudo diante da implantação da concepção de liberdade profissional que era mantida pelo governo positivista do estado, diferentemente do que ocorria em outras regiões. Segundo esta autora, a República no Rio Grande do Sul correspondeu a um universo em que as práticas de empirismo próprias do período colonial, que conjugavam elementos indígenas, africanos e europeus, conviviam com práticas científicas (WEBER, 1999, p. 179). Apoiando-se em Beatriz Weber, Fleck e Korndörfer apontam

no Capítulo 1º esta preocupação com a saúde pública ficava patente quando o Código estabelecia uma altura mínima para as aberturas das residências, garantindo assim o maior arejamento do espaço privado e prevenindo a proliferação de doenças a partir destes espaços (Artigo 6º) (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 27v).⁹³

Essa preocupação com a questão do saneamento não era particularidade de São Sebastião do Caí. O Código caiense simplesmente refletia o espírito da época. Lúcia Maria Bastos Neves e Humberto Fernandes Machado observaram, para o caso do Rio de Janeiro, que na segunda metade do século XIX, o estado sanitário da capital do país se tornara “alarmante”, tal era a propagação de epidemias que dizimava, sobretudo, os setores mais humildes da população. Foi nessa segunda metade do século, segundo Neves, que, para conter a disseminação das doenças, “tomaram-se as primeiras medidas para o saneamento da cidade que previam a intervenção no espaço urbano”, com projetos para a eliminação de pântanos e morros (NEVES; MACHADO, 1999, p. 296). Nikelen Witter, ao tomar por objeto de estudo a epidemia de cólera de 1855, observou a singularidade da época,

um momento sobre o qual convergem diversas questões - urbanismo, sanitário, saúde pública, profissionalização das artes de curar - que, antes latentes, passam a figurar em primeiro plano e que serão o mote principal das ações de médicos, políticos e governantes ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX (WITTER, 2007, p. 35).

É este espírito que se fazia presente nas pessoas que integravam a elite de São Sebastião do Caí que elaborou o Código de Posturas do município. Mesmo distante da Corte, o perigo das epidemias estava sempre presente, como se pode constatar na leitura de atas da Câmara Municipal e pelas constantes correspondências enviadas à municipalidade pelo

que “Adotando uma perspectiva positivista, o governo do Estado estabeleceu, na área da saúde, uma postura distinta do restante do país, instituindo a liberdade profissional e religiosa (abertura para práticas alternativas de cura) e posicionando-se como contrário ao que chamava de terrorismo e autoritarismo sanitários (intervenção do estado em assuntos que consideravam como sendo questões pessoais, como, por exemplo, a saúde)” (FLECK; KORNDÖRFER, 2003, p. 6). Entretanto, é importante ressaltar que se a questão do regramento da profissão médica surge com força no período republicano, não foi relegada ao esquecimento durante o Império. Em janeiro de 1887, a Câmara Municipal de São Sebastião do Caí recebeu uma portaria do vice-presidente da Província que pedia a esta para que não consentisse com o exercício da medicina de indivíduos que não estivessem habilitados com título legal (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ [1887] 1886-1890g, f. 26v-27). E, como já apontamos, a própria Câmara Municipal, através das posturas municipais, buscou regramento o exercício das atividades médicas. Foi em função de tal regramento que Alberto Gremp, morador do distrito de Nova Petrópolis, foi multado em 100 mil-réis por exercer “a arte de curar como medico” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ [1888] 1886-1890e, f. 66; SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1888] 1886-1890d, f. 70).

⁹³ Depreende-se deste artigo, em especial, que se o Código de Posturas visava interferir, especialmente, no espaço público, também teve ingerência, mesmo que indireta, no espaço privado.

governo provincial alertando dos perigos à saúde da população. Em 23 de novembro de 1886, por exemplo, a presidência da Província enviava à Câmara Municipal um exemplar do jornal *Mercantil*, no qual estavam publicados “os conselhos hygienicos indicados pelo Dr. Jayme de Almeida Couto, a fim de preservar se a população deste município da epidemia de cholera morbus” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1886] 1886-1890, f. 21). Além da cólera, a varíola levava preocupação à municipalidade e seus funcionários. Em 22 de julho de 1888, o Dr. Mathias de Campos Velho, delegado de higiene e médico do município, pedia à Câmara a quantia de 500 mil-réis da verba total de 2 contos de réis para tratamento dos variolosos. No mesmo dia, o subdelegado de Nova Petrópolis pedia à Câmara que o médico daquele município atendesse aos variolosos existentes naquele distrito (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1888] 1886-1890b, f. 84). O envio destes ofícios revela não somente a existência de epidemias no município, como também algumas das medidas tomadas pelo poder público para evitar sua disseminação e para o tratamento dos doentes.

Se, por um lado, alguns dos artigos do Código de Posturas de São Sebastião eram muito similares aos fixados por outros municípios, por outro lado, as peculiaridades locais acabaram determinando a criação de artigos mais adequados à realidade local.⁹⁴ Acreditamos que dentre estas particularidades estivessem o porto que funcionava junto à Vila e o próprio rio Caí que banhava o município, mesmo porque estas condições levaram à criação de um capítulo próprio para tratar de questões relativas à manutenção da região do porto e para regulamentar o uso dos passos públicos, arrematados a particulares. Dos três artigos que compõem este capítulo, dois referiam-se ao uso dos passos públicos e um à manutenção do porto e dos passos. Este último determinava que cabia à Câmara ou Intendência tomar providências “para que os portos e passos publicos sejam desobstruidos, concertados e melhorados, afim de facilitar o mais possivel o transito de cargas, passageiros e viandantes” (Artigo 76) (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 32v). Esta situação singular do município, banhado por um rio, refletiu-se também nas posturas relativas ao comportamento da população. Neste sentido, o capítulo “Policia”, em seu artigo 34, determinava que era proibido “Lavar-se alguém de dia, nas praias do Rio d’esta Villa, ou em lugares públicos, sem estar vestido decentemente, de modo que ofenda a moral publica”, prevendo para tanto uma multa de 5 mil-réis (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 29v).

⁹⁴ Cabe lembrar que, em 1878, a Câmara pediu autorização para guiar-se pelo Código de Posturas de São Leopoldo, pois o de São João do Monte Negro, adotado provisoriamente, não mais atendia a todas as necessidades locais.

Mas o Código também permitia que a elite política exercesse um maior controle sobre os principais setores da economia local. Isto pode ser constatado na existência de três capítulos no Código de Posturas de São Sebastião do Caí que tratam, exclusivamente, dos dois setores da economia local que mais prosperavam à época: o comércio e a agricultura. Os capítulos “Comércio”, “Açougues” e “Lavoura-Estradas” concentram, juntos, mais de um quarto dos artigos que compunham o Código de Posturas. Quanto às posturas relativas ao comércio, os 8 artigos visavam a regulamentação das atividades comerciais, submetendo seu funcionamento à concessão de licença prévia da Câmara (Artigo 54)⁹⁵, incidindo também sobre a qualidade dos produtos comercializados – revelando a preocupação com questões de saúde pública (Artigo 55) – e determinando a necessidade de observância dos pesos e medidas do sistema métrico vigente (artigos 58 a 61) (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 30v-31).⁹⁶ Ainda referente ao setor comercial, havia um capítulo específico para tratar dos Açougues. Composto por quatro artigos, este capítulo visava garantir a boa qualidade da carne vendida e a limpeza dos locais em que esta era comercializada, aparecendo, deste modo, mais uma vez, o interesse da Câmara em conservar a saúde pública no município (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 32v-33).

⁹⁵ Além da concessão de licença para funcionamento, concedida pela Câmara, o comerciante estava sujeito ao pagamento anual do Imposto sobre Indústrias e Profissões. O valor do imposto a ser pago era definido pela Câmara Municipal. Um episódio envolvendo a concessão de licença para atividade comercial chamou-nos a atenção porque a exigência da cobrança sobre a atividade partia não da Câmara, mas de um grupo de negociantes, que exigiam que esta agisse contra um grupo de mascates que estava, segundo pode-se supor, agindo ilegalmente, sem licença e sem pagamento de impostos. Em fins de 1885, os negociantes da sede da freguesia de Caxias reclamaram à Câmara dos mascates que atuavam na feira daquela freguesia. A Câmara, em resposta, resolveu, então, que o procurador municipal deveria cobrar o devido imposto de todos os mascates que participassem da feira (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1885] 1876-1886a, f. 194). Não sabemos ao certo qual o montante do imposto devido por estes mascates, pois não tivemos acesso à Tabela de impostos referente àquele exercício. Mas, para fins de estimativa, informamos que a Tabela do ano de 1893 especificava que, naquele ano, “Botiquim, barraca e tablado por ocasião de carreiras ou festividades, de negociante de molhados” teriam de pagar 2\$500 mil-réis de imposto por dia (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900c, f. 24-24v).

⁹⁶ O fato de a metade dos artigos do capítulo relativo ao comércio dedicar-se a determinações sobre observância de pesos e medidas pode ser explicado pela dificuldade de adaptação ao novo sistema de pesos e medidas adotado no Brasil, em 1862. A Lei nº 1.157 de 26 de junho de 1862 estabelecia que o Império do Brasil deveria adotar, a partir de então, o sistema francês de pesos e medidas ou sistema métrico decimal. Como demonstra o caso específico de São Sebastião do Caí, a mudança para o novo sistema não foi imediata. E, segundo Souto Maior, essa também não era a intenção da nova legislação, alertando para que “Não se diga que a Lei brasileira foi precipitada e radical. Ao contrário, foi cautelosa, pois determinava que a substituição deveria ser feita gradualmente, de modo que somente em dez anos cessasse totalmente o uso legal das antigas medidas [...]” (SOUTO MAIOR, 1978, p. 117). O tempo de adaptação, entretanto, pelo que pudemos verificar na documentação, foi bem maior. A própria Câmara Municipal demorou para adotar os novos padrões. Nos registros de receita da Câmara de 1878, por exemplo, a quantidade de produtos exportados do município ainda era calculada em arrobas. É em 1879 que aparecem os primeiros registros em quilos. Em ata da sessão da Câmara Municipal, de 14 de dezembro de 1880, os vereadores tomavam ciência de um ofício da Presidência da Província que ordenava que a Câmara enviasse alguém à Alfândega da capital para receber os padrões de pesos e medidas métricas (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1880] 1876-1886b, f. 66v). Alguns meses depois a Câmara nomeava, a 28 de maio de 1881, um aferidor de pesos e medidas (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1881] 1876-1886c, f. 79).

Se o título do 4º capítulo, “Lavoura-Estradas” – que concentrava 12,77% do total de artigos do Código - revela que a municipalidade estava preocupada em regular as atividades agrícolas, também demonstra o caráter exportador que delegava a esta atividade, já que inclui em seus artigos questões relacionadas às vias de comunicação pelas quais seria escoada a produção. Dalva Reinheimer observou, através da pesquisa realizada em sua Tese, que o provimento por parte do governo das vias de transporte foi um dos problemas enfrentados pelos municípios no período imperial e que permaneceu ainda com o governo republicano. A morosidade do governo em atender aos inúmeros pedidos de consertos, melhoramentos ou construção de novas vias de transporte é um dos aspectos ressaltados pela historiadora (REINHEIMER, 2007). Encontramos, em São Sebastião do Caí, entre tantos outros casos exemplares, um episódio que demonstra esse descaso do governo provincial e as dificuldades enfrentadas pela Câmara.

Em fevereiro de 1887, Mathias Dresch, morador das margens do Arroio Kautenbach, em Picada Feliz, enviava à Câmara Municipal um requerimento no qual informava que

as ultimas chuvas torrenciais, não só destruirão aterros e pregões, como arrancarão de seu lugar vindo rio abaixo dar no porto desta Villa, á noite do dia 8 corrente, em que foi agarrada, a ponte de madeira que, á custa do Governo, o Engenheiro Barata Goes, quando chefe da Comissão de lotes – há pouco tempo fez construir no Arroio Kaudebach aquem do Sr. João Stoffels, na estrada do Visconde do Rio Branco, que da freguesia de Caxias segue para esta Villa; que ficando os carreteiros, tropeiros e imigrantes em desespero por falta de caminho por ter cahido a dita ponte, em massa e até a força armada, para passarem, invadirão e destruirão os matos, plantações, arvoredos e outras bemfeitorias de propriedade do suplicante, nas proximidades da referida ponte, sem que elle podesse de forma alguma impedir semelhantes prejuízos; [...] (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1887] 1886-1890b, f. 29)⁹⁷

Além de pedir que a Câmara providenciasse o conserto, requeria também o pagamento de 300 mil-réis, quantia que, segundo ele, correspondia à metade dos prejuízos que tivera. A Câmara, para solucionar o caso, enviou então requerimento à Presidência da Província

⁹⁷ Ao que conseguimos acompanhar através das atas da Câmara, semelhante incidente já havia acontecido dois anos antes, em abril de 1885, quando então o mesmo Mathias Dresch enviava à Câmara Municipal um requerimento no qual informava que a ponte que passa sobre o dito arroio havia desabado completamente, interrompendo o trânsito na estrada Visconde do Rio Branco. No requerimento Dresch pedia à Câmara para que esta providenciasse os consertos e que lhe pagasse os prejuízos causados, orçados por ele em 500 mil-réis, já que o incidente trazia prejuízos a sua lavoura, já que “transeutes, os tropeiros dos negociantes do Kromenthal, da Nova Palmyra, da Linha Sebastopol, da Colonia de Caxias e os tropeiros de Cima da Serra, a invadirem as roças do suplicante, onde procuram passar em todas as direcções, causando assim consideráveis destroços nas suas plantações, destroços que dão lugar a muito danno nas roças com destruição dos valos e cercas de arame [...]” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1885] 1876-1886b, f. 181-181v).

solicitando a reconstrução da ponte e o pagamento de indenização a Dresch. Entretanto, mais de um mês depois, em sessão da Câmara de 31 de março do mesmo ano, o assunto voltaria à pauta das discussões, com especial destaque para as dificuldades de transporte geradas pela ausência da ponte:

[...] depois de 7 de Fevereiro ultimo em que de seus pregões desprende se a ponte de madeira da estrada do Arroio Kaudebach, a qual veio parar no porto desta Villa, - tem sido muito difficil a passagem de carretas no passo do mesmo arroio, tanto que foi muitas vezes necessario descarregar ou desmanchar as cargas das carretas para effectuar se o transporte; 2º que alem daquella estrada não existe outra de carretas para a Freguesia de Caxias;[...] (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1887] 1886-1890c, f. 32).

O tema é tratado também na sessão de 4 de abril de 1887, na qual a Câmara resolve enviar à Presidência da Província uma segunda via do ofício encaminhado em fevereiro, pedindo para que uma nova ponte fosse construída (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1887] 1886-1890, f. 33v). Como em fins de maio nenhuma providência havia sido tomada, a Câmara resolveu oficiar, novamente, à Presidência da Província, ressaltando a necessidade urgente de reconstrução da dita ponte. Passado um ano, a Presidência da Província enviava à Câmara um comunicado, através do qual esclarecia que fora informada pelo Inspetor Especial de Terras e Colonização que o estado da ponte sobre o arroio Kautenbach era bom, revelando, então, que, apesar da demora, havia sido atendida a demanda municipal. A reação da Câmara ao comunicado foi imediata, tendo encaminhado ofício à Presidência, esclarecendo que “se dita posse (sic) existe foi porque a Camara a mandou reconstruir, visto a demora de solução a respeito” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1888] 1886-1890a, f. 72).⁹⁸

Através deste episódio, pode-se verificar a importância que a manutenção de boas vias de transporte tinha para a economia local. Era necessário garantir que estradas e pontes estivessem em boas condições para que a produção, vinda da região serrana e de outros

⁹⁸ Acreditamos que o contexto em que tais fatos ocorreram pode nos ajudar a explicar a demora na realização do conserto da ponte. É preciso lembrar que, em especial, os anos de 1887 a 1890, são marcados por uma crise na economia gaúcha, tendo ocorrido uma ligeira inflexão dos preços, causada, principalmente, pelo fechamento de alguns mercados na Europa e no centro e norte do país (ROCHE, 1969, v.2, p. 404). Em 1887, o deputado provincial von Koseritz apontava para as dificuldades que se abatiam sobre a economia do Rio Grande do Sul: “Não pode haver estado mais deplorável do que o atual da nossa lavoura. Este ano chegou-se a vender nesta capital o saco de milho a 500 réis, nas colônias não há hoje um real de dinheiro, o colono não tem tirado dos seus esforços mais do que o absolutamente necessário para o seu sustento; e o nosso comércio, já completamente arruinado pelo contrabando que existe na campanha, que lhe faz uma concorrência ilícita, mas esmagadora, vê-se estagnar a última e triste fonte para alimentá-lo com alguma seiva – o consumo das colônias” (KOSERITZ, 1887 Apud PICCOLO, 1998, p. 441).

povoados do interior, pudesse chegar até o porto da vila para então ser exportada. Assim, para garantir boas condições de transporte, as posturas determinavam larguras mínimas para as estradas – 17 metros e 60 centímetros (Artigo 67) –, proibiam qualquer morador de tapar estradas interrompendo o trânsito público (Artigo 68) e exigiam que de dois em dois anos os moradores que tivessem cercas a beira de estradas e caminhos as melhorassem para garantir o livre trânsito (Artigo 69) (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 31v-32).

No tocante às determinações relacionadas à atividade agro-pastoril, o Código estabelecia a obrigatoriedade de “conservar animais cavalariças, muaras, vacuns, suínos, ou cabrum, entre terras lavradas ou Colônias, ou abeirando as mesmas” em terrenos cercados, “de modo que não possam damnificar as lavouras dos moradores vizinhos” (Artigo 62) (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 31), do mesmo modo que obrigava a tapar ou cercar as frentes das testadas dos terrenos em que houvesse roça abeirando as estradas ou caminhos públicos “afim de evitarem invasão e estragos causados por gados e animais alheios” (Artigo 65) (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 31v).⁹⁹

Pode-se, também, através do Código de Posturas Municipais, verificar certa incidência do poder público – no caso, da Câmara e de seus empregados¹⁰⁰ – no cotidiano da população.

⁹⁹ Em artigo publicado no Anais *Produzindo História a partir de fontes primárias*, da VI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, já apontamos que entre as infrações mais recorrentes observadas nos registros camarários referentes aos anos de 1877 a 1892 estavam a não observância da largura mínima de estradas, o tapamento de estradas impedindo o livre trânsito público e a invasão de animais em terras alheias (MARTINY, 2008b, p. 312-313).

¹⁰⁰ A Câmara Municipal contava com o apoio de alguns funcionários para garantir que as determinações do Código de Posturas fossem observadas em todo o município. Pelo Artigo 85 do Regulamento das Câmaras Municipais de 1828, os fiscais eram os responsáveis pela observância das posturas, promovendo a sua execução (BRASIL, [1828] 2002, p. 877). Além do fiscal da Vila, cada distrito do município possuía um fiscal próprio. Assim, em ata da sessão de 31 de março de 1883, consta que a Câmara expediu portarias aos fiscais determinando, entre outras coisas, que estes “[...] leiam, estudem, observem e cumpram as posturas afim de que não sejam letra morta, como edificações, polícia, asseio das ruas públicas e quintaes, porcos em chiqueiros, commercio, cercas ou tapumes, gados e animaes, lavouras, estradas e caminhos, açougues e tudo mais que resam as mesmas posturas, percorrendo os districtos e advertindo a quem competir a respeito” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1883] 1876-1886b, f. 128v). Além destes, auxiliavam na fiscalização, os inspetores de quarteirão e o médico da Câmara. Os inspetores de quarteirão, por estarem muito próximos da população, encarregavam-se da fiscalização diária que ganhava especial importância nas povoações do interior, onde a ação dos fiscais era mais difícil, dada a grande extensão territorial e a escassez de agentes fiscalizadores. Já o médico, funcionário da Câmara, buscava garantir a observância das posturas referentes a questões de saúde pública, como se pode contatar pelos registros da Câmara Municipal. Em 5 de abril de 1884, o Dr. Stemkopf, médico da Câmara, acusou e pediu providências à Câmara para a prática de venda de leite misturado com água e polvilho (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1884] 1876-1886e, f. 153v). Alguns meses depois, a 18 de agosto de 1884, o mesmo médico acusaria a necessidade de remoção de água estagnada e pântanos, e pediria providências para os chiqueiros localizados na vila (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1884] 1876-1886d, f. 162). Dentre os outros cargos que auxiliavam na observância das posturas municipais estavam os Juizes de Paz. No tocante ao papel do Juiz de Paz em relação às posturas estava expresso no Artigo 88 do Regulamento das Câmaras de 1828 que “Os Juizes de Paz são os privativos para julgarem as multas por contravenções às posturas das Câmaras a requerimento dos Procuradores delas, ou das partes interessadas: e no processo seguirão o disposto nas leis, que regulam suas atribuições, dando em todos os casos apelação na forma das mesmas leis, se a parte o requerer, logo que se lhe intimar a sentença” (BRASIL, [1828] 2002, p. 878). É importante ressaltar que, mesmo que o Artigo 88

Se essa incidência fazia-se sentir no que diz respeito à organização do espaço físico, mais ainda poderia ser notada no que diz respeito ao controle do comportamento da população. Há, evidentemente, uma predominância de artigos regulando o comportamento da população. Se somarmos os 37 artigos do Capítulo 2º, denominado “Pólicia” com os dois artigos que compõem o Capítulo 7º, “Armas Proibidas”, teremos mais de 40% do Código destinado a regular o comportamento da população. Os artigos que abaixo transcrevemos são bem representativos da intenção da Câmara de manter o controle sobre o cotidiano da população:

Artigo 32. Dar sem urgente necessidade tiro de arma de fogo dentro da vila: - multa de 5000 rs.

Artigo 33. Rasgar ou sujar editaes de qualquer autoridade: - multa de 5000 rs.

[...]

Artigo 36. Faser alarido nas ruas e praças, tabernas, Hoteis, levantar tumulto ou assoadas, ou proferir palavras obsenas que ofendão a moral publica: - multa de 10\$000. Sendo de noite penas dobradas (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892-1900d, f. 29-29v).

Tais artigos não somente definiam o que era tido como comportamento público inadequado, como também quais os locais considerados como perigosos ou, então, mais propensos a gerar problemas. Ruas, praças, tabernas e hotéis – locais frequentados por tropeiros, viajantes e mascates de outras regiões – ofereciam especial perigo à ordem pública. O Código de Posturas apresentava-se, assim, como um meio à disposição da elite local para definir questões próprias do aspecto urbanístico, mas também para controlar aqueles que circulavam pelo espaço público. Como veremos no capítulo 2, grande parte dos vereadores residiam na vila e/ou tinham seus negócios no Termo-sede do município. O Termo da Vila era, portanto, o local ocupado por famílias abastadas e por muitos proprietários de casas comerciais. A tais setores, fundamentalmente, interessava garantir a modernização urbanística e o embelezamento do local, assegurar as normas de higiene e manter a ordem social e moral, para não prejudicar seus negócios. Assim, por detrás da intenção da elite local de garantir a saúde pública e ordenamento do espaço público – aspectos que não podem ser descartados, afinal, esse era um pensamento próprio da época, sobretudo, da elite brasileira – também

determinasse que os Juízes de Paz eram a instância maior para proceder ao julgamento das multas impostas pela Câmara, verificamos que em São Sebastião do Caí muitos dos problemas relacionados ao não cumprimento das posturas acabavam sendo resolvidos pela Câmara Municipal, sem que esta tivesse recorrido aos Juízes de Paz. O fato de que era a Câmara ou mesmo o Juiz de Paz que arbitravam acerca das diligências relacionadas às posturas concedia à elite local – presente na Câmara - amplo poder de manobra a favor de seus interesses (MARTINY, 2007, p. 100-132).

estava o interesse em garantir o atendimento de seus interesses. Como já demonstrado por Baddini, muitas das medidas tomadas pela Câmara e, então, defendidas como sendo de necessidade pública, visavam, antes de tudo, atender a interesses da elite local, sendo que, no caso por ela analisado, a Câmara “demonstrou ao longo de todo o período o uso dessas atribuições [elaboração de posturas e o orçamento municipal] em proveito próprio (BADDINI, 2005, p. 37).¹⁰¹ Para a historiadora, isto se deveu ao fato de que:

A concepção de ‘público’ no XIX esbarra na participação política limitada da população e no entendimento das Câmaras Municipais como órgãos de domínio local. Cabia à municipalidade cuidar dos bens e interesses públicos como seus. Assim sendo, eram escolhas dos grupos privilegiados, muitas vezes, assentadas em iniciativas particulares, que determinavam os benefícios públicos que a cidade deveria ter [...] (BADDINI, 2005, p. 38-39).

Desta forma, “o que era defendido pelo governo central como questão pública, na localidade assumia o caráter de interesses assegurados do grupo dominante” (BADDINI, 2005, p. 39).

O Código não deixava de prever penas e multas – que iam de 1\$000 a 30\$000 réis – para aqueles que infringissem as posturas. Mas, como pudemos constatar nas atas da Câmara Municipal, se muitas foram as ocasiões em que as posturas foram infringidas, nem sempre as penas previstas foram aplicadas. Entendemos que a aplicação – ou a não-aplicação – das penas aos infratores tenha sido um mecanismo de barganha e negociação utilizado pela elite política, ou simplesmente uma forma de reafirmar a hierarquia vigente. Ao não impor uma penalidade ao infrator, os vereadores demonstravam que detinham em suas mãos um dispositivo que os colocava acima de todos os demais. Nesse sentido, Richard Graham chamou a atenção para estratégia similar utilizada pelos membros da junta eleitoral, por ocasião de um pleito, como forma de distinguir os que tinham dos que não tinham poder. Para aqueles que constavam na lista de qualificação, o voto era obrigatório, de modo que a não participação acarretava, segundo a legislação vigente, a imposição de uma multa. Entretanto, como observou de modo muito pertinente o brasileiro, “a junta em geral desculpava e perdoava as multas de todos os que não compareciam, acrescentando assim mais um gesto de

¹⁰¹ Para Baddini, que analisa o caso de Sorocaba, grande parte das medidas em favor da higiene e ordenamento do espaço público pela Câmara local deveu-se mais pelos interesses do mercado local, “que deveria se apresentar livre de incômodos e riscos à afluência de pessoas à vila” do que propriamente por questões de salubridade (BADDINI, 2003, p. 37-38).

paternalismo magnânimo ao distinguir aqueles que tinham poder dos que não o tinham” (GRAHAM, 1997, p. 163). Por outro lado, o não-perdão, ou seja, a imposição da pena/multa também poderia referendar a posição de superioridade, sendo utilizada, inclusive, como instrumento a favor da luta contra uma facção rival. Mais uma vez é Graham quem explicita que, em contrapartida, “Eleitores que não apareciam para a organização da mesa eleitoral, contudo, podiam ser multados como ato de vingança política” (GRAHAM, 1997, p. 426, nota 53).

Neste sentido, o controle exercido pela Câmara sobre o Código de Posturas tornava possível a formação de clientelas e/ou facções assim como poderia ser tomado como instrumento a favor da luta contra uma facção rival.¹⁰²

Neste breve tópico sobre o Código de Posturas de São Sebastião do Caí não tivemos a intenção de esgotar a discussão a respeito de suas determinações, de sua observância ou mesmo de seu papel enquanto legislação. Buscamos demonstrar que a decisão sobre assuntos da mais diversa ordem – desde a regulamentação da ocupação do espaço público até o controle do comportamento da população – cabia à Câmara Municipal, ou, em outras palavras, concentrava-se nas mãos de uma elite política municipal, que fez uso desta prerrogativa para ampliar seu poder sobre a economia e sociedade locais. Para Murillo Marx, os Códigos de Posturas foram criados e sancionados pela elite brasileira, enquanto instrumento “de controle do espaço urbano” (MARX, 1991, p. 100). Mas, não só. Em seu estudo sobre São Paulo da segunda metade do século XIX, Campos constatou um contínuo

¹⁰² Ao considerarmos o Código de Posturas como um instrumento à disposição da elite política, não desconsideramos: a) que este também pode ser encarado como uma ideologia, no sentido que Thompson atribui à “lei”, ou seja, mais do que um instrumento de dominação este se constitui uma ideologia que garante a legitimação da dominação (THOMPSON, 1987, p. 353-354); b) que é exatamente este caráter legitimador de que está dotada a lei, no nosso caso, o Código de Posturas, que denota uma condição paradoxal. Por um lado, a lei é mediadora das relações de classe, sempre para o proveito dos dominantes; entretanto, como o “domínio da lei é apenas uma outra máscara do domínio de uma classe” (THOMPSON, 1987, p. 350), e então, para mascarar a dominação ela não pode ser parcial e injusta, ela acaba restringindo a própria elite em suas ações, já que seus dispositivos necessitam de uma aplicabilidade universal. Neste sentido, Thompson afirma que “A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça justa. Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes sendo realmente justa. E, ademais, não é freqüentemente que se pode descartar uma ideologia dominante como mera hipocrisia; mesmo os dominantes têm necessidade de legitimar seu poder, moralizar suas funções, sentir-se úteis e justos” (THOMPSON, 1987, p. 354). Assim, podemos entender a ordem expedida pela Câmara Municipal a Henrique Ritter Filho para que ele suspendesse a construção que estava fazendo em frente à praça da Igreja Matriz, porque tal construção estaria fora do alinhamento. Na sessão do dia 31 de dezembro de 1879, “A Camara resolveu que os Senhores Fiscal e procurador municipal cumprão as Posturas e disposições legaes a esse respeito, intimando o proprietário do terreno e obra projectada para não edificar fora do alinhamento” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1879] 1876-1886b, f. 52v); e, finalmente, c) que esse Código, enquanto uma lei, não pode ser encarado como um espaço de consenso, sendo muito mais um espaço de conflito, no qual suas definições e regras legais entram em choque com normas alternativas (THOMPSON, 1987, p. 352). A resistência de muitos indivíduos em cercar os terrenos ocupados pelo gado – uma contravenção muito comum às posturas – revela a resistência à aceitação de uma norma que entrava em choque com uma prática comum à população, que era de deixar o gado livre pastando.

esforço da elite paulistana em promover a modernização da cidade – e dos comportamentos –, “empenhando-se em investir contra tudo aquilo que mantinha a população paulistana aferrada ao seu modo de vida tradicional” (CAMPOS, 2007, p. 108).

Se, pois, a Lei de 1º de outubro de 1828 restringia o papel da Câmara Municipal às simples funções administrativas, o Código de Posturas atuava como um elemento que ampliava suas prerrogativas. O Código de Posturas, como bem demonstrado por Moehlecke, acabou por ampliar as atividades e responsabilidades da Câmara no século XIX (MOEHLECKE, 2006, p. 32).¹⁰³ Acreditamos, pois, que mesmo diante da imposição de uma legislação de caráter centralizador que predominou tanto no Império, quanto no início do período republicano – período abarcado por nossa análise –, e que diminuía o papel das Câmaras Municipais como representantes legais dos interesses locais ou, mais especificamente, das facções locais, estas ainda conseguiram criar e manter meios de garantir algum grau de autonomia e legitimidade de suas ações.

Vencer uma eleição municipal significava, então, garantir o controle da população e da economia locais, garantir boas relações com instâncias superiores de poder e, ainda, garantir poder de barganha nas negociações com as esferas superiores de poder.¹⁰⁴ No capítulo seguinte trataremos de um grupo específico da elite política local: os vereadores, aqueles que venceram os disputados pleitos imperiais e republicanos. Antes, entretanto, de tratar especificamente de um grupo definido a partir de critérios pré-estabelecidos, propomos colocar tais critérios em tensão e demonstrar que, se para ser elite local a presença na Câmara Municipal era importante, este não era o único meio.

A discussão que propomos no próximo item visa, portanto, remeter à problemática dos critérios de definição da elite a ser estudada. Para Duma, o sucesso das reflexões acerca da temática de elites entre os historiadores não está livre de tensões e debates (DUMA, 2003, p. 90). Se por um lado, a própria definição de elite está permeada de uma imprecisão conceitual, como observou Heinz (2006b, p. 7-8), por outro lado, dificuldades também se impõem no tocante aos critérios de definição dos indivíduos que compõem dada elite. Assim, a discussão

¹⁰³ Esta percepção em relação ao papel desempenhado pela Câmara Municipal no século XIX difere da apresentada por Zenha (1948) que a entende como parte do aparelho do estado burocrático que não possuía papel de peso nas decisões. O autor finaliza sua obra avaliando que “A lei de 1º de outubro de 1828 foi o golpe de misericórdia sobre a velha agremiação. A fim de evitar qualquer dúvida, seu artigo 24 declarava, expressamente: ‘As câmaras são corporações meramente administrativas, e não exercerão jurisdição alguma contenciosa’” (ZENHA, 1948, p. 172).

¹⁰⁴ A ideia que sustentamos não é de um controle absoluto, por parte da elite política do município, da população e economia locais. Entendemos que ao vencer uma eleição municipal, dado indivíduo passava a ter acesso a uma série de mecanismos de regramento e normatização tanto da economia quanto do comportamento da população. A elaboração das tabelas de impostos e do Código de Posturas Municipais são exemplos de mecanismos que a elite política detentora dos cargos camarários detinha.

que segue busca evidenciar que alguns indivíduos, mesmo não estando na Câmara Municipal – a presença na Câmara foi o critério que estabelecemos para a delimitação do grupo em análise, como especificaremos melhor mais adiante – desempenharam importante papel na política municipal, atuando efetivamente e assumindo o papel desempenhado por uma elite política local.

2.6 Uma elite que já era elite: a busca por espaço político em um novo contexto

Sobre a elite política de São Sebastião do Caí, pode-se afirmar, a partir da análise realizada acerca da eleição de 1875, que esta não surgiu com a criação do novo município, uma vez que indivíduos que tiveram importante papel na primeira eleição, como é o caso de João Daniel Collin e Francisco Trein, já possuíam destacada atuação no contexto político local. E é, justamente, a partir das trajetórias políticas destes dois personagens, que pretendemos analisar a atuação prévia – e inserção no campo da política local – desta elite. São as distintas atuações e trajetórias destes imigrantes que evidenciarão que, no campo da política, sucesso e fracasso são dependentes das escolhas feitas no campo das relações e das ações.¹⁰⁵

Francisco Trein¹⁰⁶ chegou a São Leopoldo, em 1825, aos nove anos de idade. Acompanhado dos pais, João Francisco Trein e Maria Jacobina Moog, e mais dois irmãos – Felipe Carlos e Maria Carolina – Francisco se estabeleceu, com a família, em Bom Jardim, interior da Colônia de São Leopoldo (HUNSCHE, 1975, p. 283). Anos depois, em 1847 – ano em que se casou com Catarina Kessler – fundou uma casa de negócios em São José do Hortêncio. Em duas décadas o negócio prosperou de tal modo que, em 1869, Trein abriu uma filial de sua casa comercial na povoação de Porto do Guimarães (ROCHE, 1969, p. 435).

Também imigrante, natural de Ludweiler, na Prússia, Johann Daniel Collin – ou João Daniel Collin – estabeleceu-se em Linha Nova, São José do Hortêncio. Quando em 1845 casou-se com Elisabetha Küch, também imigrante, natural de Mühlheim, Nova Prússia, era,

¹⁰⁵ No artigo *A presença teuta na política local: família e poder em São Sebastião do Caí no final do século XIX* trabalhamos questões relacionadas à participação política de imigrantes e teuto-brasileiros no âmbito municipal, assim como discutimos a importância das relações familiares para sua trajetória política. Servem de fios condutores para a análise o episódio do primeiro pleito eleitoral no município e a trajetória política de dois imigrantes instalados em São Sebastião do Caí, Francisco Trein e João Daniel Collin (MARTINY, 2009b, p. 68-69).

¹⁰⁶ Hunsche se refere a Francisco Trein como Francisco Pedro Trein (HUNSCHE, 1975, p. 283). Entretanto, como na documentação consultada este aparece sem o nome Pedro, utilizaremos apenas Francisco Trein, sabendo tratar-se do mesmo indivíduo.

de acordo com os registros deste casamento, colono, o que nos sugere, então, que se dedicava, sobretudo, à agricultura de subsistência, atividade comum nas pequenas propriedades pertencentes aos imigrantes (LIVROS, [1845] 2003, f. 15).¹⁰⁷ Entretanto, quando em 1890 João Daniel Collin é arrolado como votante na lista de qualificação do município de São Sebastião do Caí, sua ocupação já tinha se modificado, pois é identificado como negociante (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1890, f. 30v-31).

Estes dois imigrantes, antes mesmo de São Sebastião do Caí tornar-se município, participaram ativamente da política local. João Daniel Collin havia sido vereador no município de São Leopoldo. Francisco Trein, quando da criação do município de São Sebastião do Caí, já era Juiz de Paz da paróquia de São José do Hortêncio.

Assim, a eleição de 1875 comprovaria a rivalidade entre dois líderes políticos da paróquia de São José do Hortêncio, que, aliás, já havia se manifestado na eleição ocorrida em 1873 para Juiz de Paz da paróquia. Nesta, os dois imigrantes concorreram diretamente, mas foi Francisco Trein quem saiu vitorioso na disputa, sendo eleito Juiz de Paz da paróquia e adquirindo, assim, o direito de presidir a mesa na eleição de 1875. Trein recebeu 131 votos enquanto Collin, que foi o segundo mais votado, havia recebido 112 votos (SÃO LEOPOLDO, [1875] 1873-1881b). A disputa acirrada pode ser traduzida em números: de um total de 925 votos Collin recebeu praticamente 12%, pouco menos que os 14,2% de Francisco Trein. A vitória naquele pleito de 1873 tinha significado importante, afinal, como vimos anteriormente, ser Juiz de Paz garantia o controle da mesa eleitoral. Tanto Trein, quanto Collin, muito provavelmente estavam cientes desta importância. Presidir a mesa, entretanto, por mais que facilitasse a vitória, não era garantia total. A oposição não se furtaria de buscar, de todas as maneiras, defender seus interesses. Como já vimos, se, em 1873 Trein derrotou Collin na disputa, em 1875, Collin conseguiu anular a eleição presidida por Trein em São José do Hortêncio.

O que fez com que Collin, então vereador de São Leopoldo, contestasse a eleição ocorrida em São Sebastião do Caí? Quais seriam seus interesses? A anulação da eleição interessava a Collin por duas razões: a) muito possivelmente, o partido a que se encontrava filiado – o Partido Conservador – estava em desvantagem na disputa – se considerarmos que a

¹⁰⁷ O termo “colono” encontrado neste registro matrimonial pode ter diversos significados. Pode, por exemplo, referir-se à condição de imigrante do indivíduo, já que a maior parte dos imigrantes entraram no Rio Grande do Sul como “colonos” apesar de, em seguida, terem se dedicado a outras atividades. É possível também que “colono” refira-se a sua condição de habitante da região colonial. Mas, é muito provável que, neste caso específico do registro matrimonial, “colono” corresponda à própria atividade ocupacional de João Daniel Collin: agricultor. Isto porque, ao consultarmos os registros matrimoniais imediatamente anteriores e posteriores ao de Collin, realizados pelo pastor Wilhelm Klenze, constatamos que, em todos os casos, o pastor mencionava a atividade ocupacional do noivo, mesmo no caso de imigrantes (LIVROS, [1845] 2003, f. 15).

mesa era presidida por um liberal; e b) havia sido impedido de participar do pleito, nem como elegível, nem como eleitor.¹⁰⁸

De fato, João Daniel Collin possuía interesses muito particulares para protestar contra a eleição de São Sebastião do Cai. Segundo Dreher (2006, p. 120), João Daniel Collin foi vereador em São Leopoldo de 1865 até 1876, representando a Picada Portuguesa, primeira denominação de São José Hortêncio. Isto, em boa medida explica porque Collin estava interessado no pleito que ocorria em São Sebastião do Caí: com a criação do novo município e na condição de morador da localidade de Linha Nova, no Distrito de São José do Hortêncio, deveria restringir sua atuação política a São Sebastião do Caí, emancipado de São Leopoldo. Collin, portanto, via nesta eleição uma oportunidade de projeção política em um município em franca estruturação administrativa, especialmente para ele que já possuía um envolvimento na vida política local. E, como revelavam seus adversários políticos, essa era efetivamente a sua intenção: José Ferreira Bastos, no contraprotesto que apresentou à Câmara Municipal de São Leopoldo, na Sessão extraordinária de 15 de novembro de 1875, alegou que Collin havia requerido a nulidade da eleição anterior, por ter sido derrotado (SÃO LEOPOLDO, [1875] 1873-1881a).

Depois do episódio da eleição de outubro de 1875, a única referência que encontramos sobre a atuação política de Collin é um registro da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí que, em Ata de 2 de maio de 1877, justificava não ter convocado o suplente João Daniel Collin a comparecer à sessão, porque este se encontrava – a passeio – fora da província (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1877] 1876-1886, f. 7-7v). Tal informação revela que com a anulação da primeira eleição, Collin não somente passou a figurar como eleitor, como também conseguiu eleger-se suplente de vereador. Porém, este é o único registro que temos do envolvimento de Collin com a política local, não constando que tenha atuado em nenhum momento como vereador. Seu nome, nem sequer consta nos registros de receita da Câmara Municipal de 1875 a 1876, onde, caso tivesse atuado no município como negociante durante esse período, deveriam constar os pagamentos de impostos que incidiam sobre sua atividade comercial (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1885). Quanto à presença de seu nome nas listas eleitorais, verificamos que Collin, após sua exclusão da lista de 1875, reaparece na de 1876 (SÃO LEOPOLDO, 1876, f. 6v-7). No entanto, não mais o localizamos em outro

¹⁰⁸ A mesa de São José do Hortêncio, na Ata de apuração das cédulas, declarou que “não pode aproveitar-se os votos que obtiverão nesta Paróquia” de quatro indivíduos, a saber, Jacob Ely e Frederico Schütz, por terem se mudado da paróquia; João Simon, por ser estrangeiro; e João Daniel Collin, por ter sido eliminado na última qualificação, já que residia na cidade de Porto Alegre. Assinaram a ata: Lourenço de Alencastro Guimarães, secretário; Francisco Trein, Juiz de Paz Presidente; João Adão Martini; Manoel Luiz Padilha; José Ferreira Bastos; Lourenço de Alencastro Guimarães e Francisco Coelho de Souza (SÃO LEOPOLDO, 1875d).

arrolamento eleitoral consultado referente aos anos finais da década de 1870 e nos da de 1880 (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1880).

Em 1881, encontramos referência ao nome de Collin em um requerimento, no qual aparece como fiador de João Roberto Lehmann na arrematação da ponte do Passo Grande no distrito de Aldeia dos Anjos, atual Gravataí (COLLIN, 1881).¹⁰⁹ Diante de tais evidências, reforçou-se a hipótese de que Collin realmente não morava mais no município, como haviam acusado seus adversários políticos. As suspeitas em relação ao domicílio de Collin foram confirmadas pela sua presença, na condição de cidadão qualificado, na Lista Geral da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, em Porto Alegre, em 1880 (PORTO ALEGRE, 1880)¹¹⁰ e pelas informações constantes em uma nota do jornal *O Conservador*, de 16 de dezembro de 1887, e que dizia o seguinte:

Continuam a andar fugidos há mais de 1 ano, de sua fazenda rural na Linha Nova, os escravos Ambrósio, com 40 anos e Eva de 18 anos, ambos cor preta e fallam alemão; foram vistos em Porto Alegre, quem agarrar ou der notícias será gratificado e quem occultá-los será punido com as penas da lei. Pode-se dar notícias ou levar os mesmos à rua Voluntários da Pátria n.25 ou em sua fazenda na Linha Nova do Hortencio. São José do Hortencio, 28 de dezembro de 1886. João Daniel Collin (*O CONSERVADOR*, 1887, p. 4).

Como se pode constatar, João Daniel Collin possuía duas propriedades: uma em São José do Hortêncio – na localidade de Linha Nova –, e outra, na capital da Província, situada à rua Voluntários da Pátria, que foi, provavelmente, o seu domicílio a partir de 1875. Diante de todos estes “indícios” – para usar a expressão cunhada por Carlo Ginzburg acerca do método indiciário¹¹¹ – confirma-se a suposição de que Collin morasse, de fato, em Porto Alegre, e não

¹⁰⁹ Sabemos que se trata do mesmo João Daniel Collin, porque na documentação da primeira eleição de São Sebastião do Caí consta que ele mudou-se para Porto Alegre e a caligrafia da assinatura do requerimento coincide com sua assinatura nas atas da Câmara Municipal de São Leopoldo (COLLIN, 1881).

¹¹⁰ A planilha com os dados deste alistamento eleitoral foi gentilmente cedida pelo Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.

¹¹¹ O método indiciário, cuja utilização é proposta por Ginzburg para o campo da História, fundamenta-se em uma análise de caráter qualitativo, através da qual, indícios mínimos podem ser assumidos, algumas vezes, como elementos reveladores de fenômenos mais gerais, contrapondo-se, então, a um pretendido cientificismo fundado na análise puramente quantitativa, que sacrifica o conhecimento do elemento individual em favor da generalização. Traços, sinais, detalhes secundários, ou seja, “os pormenores mais negligenciáveis”, os “indícios imperceptíveis para a maioria” podem “remontar a uma realidade complexa não experimentada diretamente” (GINZBURG, 1989, p. 144, 145, 152). Ao remontar a trajetória de João Daniel Collin – baseada em indícios deixados em diferentes fontes documentais – não temos a pretensão de utilizar o método indiciário proposto por Ginzburg em sua essência, ou seja, revelar fenômenos mais gerais através dos indícios mínimos. Neste caso, em particular, nos servimos apenas de um procedimento que compõe tal método, que é o de reunir indícios

mais em São José do Hortêncio. A manutenção de uma propriedade no município – por ele visitada esporadicamente – parece, não apenas ter servido de pretexto para a contestação da exclusão de seu nome da lista de votantes por ocasião da primeira eleição municipal, como também explicar a inclusão de Collin em listas de votantes posteriores, como no alistamento de eleitores de São Sebastião do Caí de 1890.

Esclarecida a questão do local de moradia de Collin, outra questão continuou nos intrigando. Por que, afinal, Collin teria deixado de residir em São José do Hortêncio, apesar do seu interesse na política local, como deixara evidente no episódio da eleição de 1875? Para entendermos suas motivações, remontamos ao episódio dos Mucker, no qual João Daniel Collin teve atuação direta, como nos relata Dreher:

Em 26 de junho de 1874, João Daniel Collin chefiou a reação organizada de colonos de São José do Hortêncio contra famílias Mucker. À frente de 80 homens armados, pôs fogo às casas e às plantações de cinco famílias: João Jacó Fuchs, Cristiano Fuchs, Pedro Studt, Jacó Grebin e Jacó Noé. Collin propôs, ainda, ao Chefe de Polícia da Província ser nomeado Subdelegado e solicitou-lhe o envio de armas e munições para enfrentar os Mucker que encontrasse na região. De fato, chegou a receber 30 carabinas e 1800 cartuchos, com a ordem de entrega-los ao delegado de Polícia de São João do Monte Negro. A violência do grupo liderado por Collin foi tão forte que o próprio Coronel Genuíno Olympio Sampayo, comandante das tropas que atacariam o Ferrabrás, denunciou-o como ladrões, assassinos e incendiários. Abriu-se inquérito mas nada foi apurado. A ação mais violenta de Collin se deu contra 16 mulheres e crianças e um idoso, que foram presos e encerrados na casa de Collin. Maria Elisabeth Noé foi ameaçada de enforcamento, sendo-lhe presa corda ao pescoço. (DREHER, 2006, p. 120)

Além de Dreher, Hunsche e Amado também destacam a atuação de Collin no conflito. Carlos H. Hunsche transcreve parte do diário do Pastor Heinrich W. Hunsche sobre o episódio Mucker para destacar o papel central de Collin: “O plano diabólico dos Mucker de incendiar diversas casas em São José do Hortêncio foi frustrado por interferência do Senhor Collin” (HUNSCHE apud HUNSCHE, 1981, p. 102).¹¹²

Já Janaína Amado, na obra *A Revolta dos Mucker*, descreve Collin como “um abastado comerciante da colônia” que chefiou, a 26 de junho de 1874, a reação de cerca de 80 homens

constantes nas mais diversas fontes e, através do cruzamento destes, apreender a trajetória. O método indiciário é trabalhado por Carlo Ginzburg no artigo *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário* (1989, p. 143-179).

¹¹² Pela narrativa do pastor, a ação de Collin obtinha sua aprovação, o que é compreensível por ser Collin membro da comunidade evangélica de São José do Hortêncio. Conforme aponta Carlos Hunsche, o nome de João Daniel Collin consta entre a nominata dos 32 fundadores da Igreja Evangélica da Freguesia de São José do Hortêncio, registrada em 1858 no Livro Eclesiástico (HUNSCHE, 1981, p. 54-5).

armados que incendiaram casas e plantações de Mucker. Novos ataques liderados por Collin se repetiriam a 27 de junho e a 29 do mesmo mês (AMADO, 2002, p. 281).

Assim, acreditamos que a mudança de Collin para a capital possa ter se dado em função de seu envolvimento com o conflito, como a cronologia dos fatos nos levar a supor.

Mas, por que Collin teria se envolvido no conflito contra os Mucker, agindo, inclusive, de forma violenta? A hipótese que sustentamos é a de que esta teria sido a forma encontrada por Collin para apagar o peso dos laços familiares¹¹³ que o ligavam a alguns dos integrantes da seita. Segundo Dreher, Collin era padrinho de Ana Maria Fuchs¹¹⁴, prima de João Jorge Maurer, marido de Jacobina Mentz, e padrinho de João Daniel Arend, filho de Daniel Arend que seria acusado de por fogo na casa de Miguel Fritsch em São José do Hortêncio (DREHER, 2006, p. 118-121).¹¹⁵

Mas, porque o envolvimento de Collin com o episódio Mucker o levou a transferir sua residência para Porto Alegre? Duas hipóteses são plausíveis. É possível que Collin tenha se afastado de São José do Hortêncio para evitar que a população local, ou mesmo as autoridades, fizessem alguma associação de sua pessoa com o movimento Mucker, tendo por base seus laços de parentesco. Entretanto, a transferência de Collin para a capital da província, e o conseqüente afastamento da política local, podem ter sido motivados, também, por fatores de outra ordem, como o caráter violento que caracterizou sua atuação no conflito e que pode ter desagradado a população local e as próprias autoridades.

¹¹³ Entendemos família como parte de um parentesco no sentido que João de Pina Cabral e Antônia Pedroso de Lima concedem ao termo: “[...] processo de integração entre a reprodução biológica e a constituição social da pessoa” (CABRAL; LIMA, 2005, p. 366). O importante, segundo os autores, é atentar para a relevância dos laços, para além de sua mera identificação. Entretanto, destacamos que isto não significa considerar todo e qualquer laço social como uma relação familiar, o que seria por demais simplificador. Tomamos, pois, o conceito de família a partir do contexto no qual este se insere de acordo com o objeto em estudo, evidenciando que para o século XIX família não se reduz à noção de família nuclear, baseada exclusivamente em laços consanguíneos, mas compreende também uma variedade de relações, como as afetivas. Neste sentido, as relações de compadrio são centrais no século XIX, como depreendemos do caso de João Daniel Collin.

¹¹⁴ Ana Maria Fuchs era filha do Mucker João Nicolau Fuchs e de Maria Elisabete Voltz. Segundo Carlos Hunsche e Maria Astolfi, a família de João Nicolau Fuchs teve papel central como Mucker: “Com exceção do genro Jacó Spindler [...] todos os demais genros e filhos do velho João Nicolau Fuchs foram Mucker ardorosos, dizimados nos acontecimentos de 1874” (HUNSCHÉ; ASTOLFI, 2004, p. 757-8).

¹¹⁵ Dreher, no artigo *A Câmara Municipal de São Leopoldo e o Conflito Mucker*, estabelece uma relação entre o envolvimento de Collin com o caso Mucker e a sua não reeleição para a Câmara de São Leopoldo. Para Dreher, o caso de Collin é muito semelhante ao do vereador João Georg Schreiner, uma vez que ambos haviam sido vereadores no quadriênio em que ocorreu o episódio Mucker e ambos possuíam laços de parentesco com famílias Mucker. No caso de Schreiner, este era primo-irmão de Jacobina Mentz Maurer, peça-chave do conflito (DREHER, 2006, p. 118-121). Entretanto, ressaltamos que, no caso de Collin, a relação familiar com os Mucker não é suficiente para explicar o seu desaparecimento do cenário político de São Leopoldo, uma vez que é preciso considerar que, com a criação do município de São Sebastião do Caí, Collin não mais poderia atuar politicamente em São Leopoldo. Contudo, as relações familiares de Collin com os Mucker podem constituir explicação plausível para o seu fracasso na tentativa de inserção na política de São Sebastião do Caí.

Assim como Dreher, Janaína Amado também destacou a ação violenta de Collin: “Neste mesmo dia, João Daniel Collin propôs ao chefe de polícia assumir a subdelegacia local porque o subdelegado residia longe, e pediu ao presidente da província armas e munição para enfrentar os *mucker* que encontrasse” (AMADO, 2002, p. 281). Pedido este que foi aceito, já que a 29 de junho, Collin recebeu 29 carabinas e 1800 cartuchos embalados, “mas com ordens de entregá-los ao delegado de São João de Monte Negro e não fazer uso deles pessoalmente”, o que, porém, não ocorreu, uma vez que Collin, antes de entregar as armas, juntamente a outros colonos, atacou e destruiu propriedades abandonadas dos Mucker. Em represália à ação de Collin, o Presidente da Província teria retirado a autorização de retirada das armas anteriormente concedida a ele (AMADO, 2002, p. 281).

Duas situações, em particular, nos interessam neste episódio. A primeira tem relação com o pedido feito por Collin ao Presidente da Província para a obtenção de armas, que, como vimos, logrou sucesso. O outro aspecto a ser destacado está relacionado ao fato de que, por desobedecer as ordens do Presidente da Província, Collin não mais obteve a autorização para receber as armas, o que demonstra que as relações entre a elite local e as instâncias superiores de poder poderiam não somente ser ajustadas por constantes negociações como também, caracterizadas por uma permanente instabilidade. Como já afirmamos, parece-nos muito provável que Collin liderou a campanha contra os Mucker, a fim de provar que, apesar de possuir laços consanguíneos com integrantes da seita, não era um deles. Para negar seus laços, Collin decidiu colocar-se do outro lado, ou seja, combatê-los. A estratégia de Collin foi bem sucedida, tanto é que as autoridades superiores lhe enviaram armamentos. Entretanto, quando este agiu com violência extrema, descumprindo inclusive ordens superiores, os vínculos com as instâncias superiores foram rompidos. O erro cometido por Collin, na relação que mantinha com instâncias superiores de poder, foi o de não ter respeitado a hierarquia vigente.¹¹⁶

Segundo Fragoso, os governantes agem cientes de que sua autoridade não se sustenta apenas pela força física. Para governar, é preciso ter o “consentimento da sociedade, [...] ser reconhecido como membro de um grupo de *qualidade* superior” (FRAGOSO, 2001, p. 58), sendo esta condição a motivação da constante ampliação e manutenção de redes de alianças, que mudam de acordo com as necessidades das partes envolvidas. Uma ação violenta poderia significar a quebra de vínculos de lealdade e a perda da legitimidade do poder. A necessidade do reconhecimento do poder de uma minoria por uma maioria também é citada por Pierre

¹¹⁶ Amado, referindo-se aos acontecimentos em 1874, aponta para a existência de uma clara divisão entre as autoridades locais, de tal modo que o coronel Genuíno Olympio de Sampaio, comandante do 12º batalhão da infantaria, denunciava Collin e alguns Guardas Nacionais de liderar ataques e provocar indisciplina entre os homens que estavam sob seu comando (AMADO, 2002, p. 291).

Bourdieu, para quem a questão do reconhecimento do poder perpassava o nível do simbólico. Para Bourdieu, o poder simbólico é um “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização”. (BOURDIEU, 1989, p. 14). A opção que Collin fez ao utilizar a força como estratégia de relação pode ter lhe custado a perda do reconhecimento da legitimidade de seu poder. É Bourdieu que destaca, neste sentido, que a “violência aberta”, acaba sempre por esbarrar na “reprovação coletiva”, que leva, então, ao “aniquilamento da própria relação” (BOURDIEU, 2006, p. 206).¹¹⁷ As referências que encontramos de Collin, tanto na bibliografia consultada, quanto na documentação referem-se, sempre, à sua atuação política, destacando-o como vereador em São Leopoldo ou como personagem atuante no conflito Mucker, o que deve ter, sem dúvida, repercutido em sua trajetória política.

Se foram seus laços familiares com os Mucker, ou sua atuação violenta contra estes que determinaram sua saída, não sabemos ao certo, mas acreditamos que ambos fatores concorreram de alguma forma. Não mais contando com o respaldo de instâncias superiores de poder e com o apoio da população local, Collin transferiu sua residência, o que lhe custou a participação política em São Sebastião do Caí.

Mesmo que na década de 1890, Collin tenha participado da política local na condição de eleitor, como comprova seu reaparecimento na lista de eleitores de 1890 – como negociante, morador do 4º quarteirão de São José do Hortêncio, contando, então, com 72 anos (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1890, f. 30v-31) –, certo é que ele não conseguiu exercer qualquer cargo político em São Sebastião do Caí, falecendo, ainda, na década de 1890.¹¹⁸

Collin parece representar, assim, parte da elite local que não conseguiu se afirmar politicamente no novo município. Os motivos que levaram ao seu desaparecimento da política local podem ter sido muitos. Como já havia se mudado para Porto Alegre, após o episódio, ele pode ter resolvido abandonar todas as intenções políticas em São Sebastião do Caí. Seu afastamento também pode ter sido motivado pela derrota de seu partido na instância municipal nesta primeira eleição. Seus laços familiares com membros Mucker e sua atuação violenta na repressão ao grupo – que acarretou perda de prestígio – também podem ter sido determinantes. Sorte melhor teve a família de Francisco Trein, opositor político de Collin, que não somente prosperou economicamente, ampliando o empreendimento iniciado por

¹¹⁷ É por isso que a violência simbólica que, segundo Bourdieu, é “branda, invisível, desconhecida como tal”, é escolhida e suportada (BOURDIEU, 2006, p. 206).

¹¹⁸ Não temos confirmada a data do falecimento de João Daniel Collin, mas estimamos que tenha falecido entre 1890 e 1896, pois sua mulher, Elisabetha Collin, faleceu a 22 de junho de 1896, já viúva, morando em São José do Hortêncio (COLIN; BLAETH, 1898).

Francisco Trein em São José do Hortêncio, como também esteve presente no cenário político local.

Francisco Trein, Juiz de Paz de São José do Hortêncio no episódio da primeira eleição, perdeu a disputa travada com Collin naquela ocasião. Afinal, a eleição fora anulada. Entretanto, outros membros da família Trein estiveram presentes na Câmara Municipal no último quarto do século. Seu filho, Felipe Carlos Trein, acabou fazendo parte da primeira Câmara de São Sebastião do Caí (1877-1880). Outro filho, Christiano Jacob Trein seria eleito para compor o primeiro Conselho Municipal de São Sebastião do Caí no período Republicano (1892-1896).

O modo distinto como são feitas as referências a esses dois importantes personagens da política neste momento inicial de vida autônoma de São Sebastião do Caí revela que os motivos que poderiam levar um homem a adquirir destacada posição na política local foram bastante diversos. O reconhecimento de Collin advinha, muito provavelmente, do fato de que ele já era um político renomado, alguém que construía uma carreira política. A carreira política era, entretanto, pouco estável, já que um episódio seria suficiente para levar um indivíduo ao ostracismo político, como ocorrera com Collin. No caso de Trein, acreditamos que o reconhecimento de seu poder possa ter conexão direta com sua atuação econômica no município. Trein é, invariavelmente, destacado pela historiografia em função do sucesso de seus empreendimentos comerciais. Tanto Hunsche e Astolfi (HUNSCHE; ASTOLFI, 2004, p. 1614, nota 37), quanto Roche se referem a ele como um grande comerciante: “Em 1869, Trein, que se tornara abastado com a expansão de seu negócio rural, abre uma filial em Pôrto dos Guimarães (Caí)” (ROCHE, 1969, p. 435).

Não é nossa intenção discutir, neste momento, os meios através dos quais a elite se tornava elite e nem os meios empregados para o reconhecimento de sua condição – até porque este será um dos motes dos capítulos seguintes – mas queremos chamar a atenção, através destes dois exemplos de trajetórias políticas – para a existência de lideranças locais – que estavam dispostas a se tornar ou a se manter como a elite política local – antes mesmo da criação do município de São Sebastião do Caí. Eram, pois, indivíduos que já atuavam politicamente muito antes de 1875.¹¹⁹ Como procuramos evidenciar, a consolidação de uma

¹¹⁹ Utilizamos aqui dois casos paradigmáticos para exemplificar essa ligação com a vida política local anterior à própria existência do município. São eles: Collin, que deixou de ser parte da elite política local, e Trein, que garantiu presença constante de sua família na vida pública. Entretanto, outros casos podem ser apontados. Nos registros referentes à Câmara Municipal de São Leopoldo podem ser encontrados outros indivíduos, membros de famílias que, após 1875, passaram a fazer parte da elite política de São Sebastião do Caí. Antônio José da Silva Guimarães, pai do vereador Pedro de Alencastro Guimarães, foi vereador em São Leopoldo de 1861 a 1862. João Álvares Ferraz d’Eilly, mesário em Santana do Rio dos Sinos e contestador da eleição em 1875, foi

elite no período posterior à emancipação esteve relacionada à atuação política que alguns indivíduos tiveram no período precedente. Se observarmos a lista de votação de Juiz de Paz, de 1873, de São José do Hortêncio, notaremos que três dos indivíduos que foram eleitos em 1875 estavam entre os dez cidadãos mais votados para Juiz de Paz da paróquia naquela ocasião: César José Centeno, João Weissheimer e João Jacob Schmidt. E estes mesmos indivíduos marcariam presença na Câmara Municipal nos anos que se seguiriam.

Mas quem eram, afinal, esses homens que disputavam tão ferrenhamente os cargos camarários? Este é o mote do capítulo seguinte, no qual buscamos apresentar estes indivíduos e identificar um perfil do grupo capaz de caracterizar, então, o que denominamos de elite política local. O próximo capítulo centra-se naqueles que obtiveram sucesso político, ascendendo à Câmara Municipal. Alguns deles conseguiram manter-se no cargo, havendo, também, aqueles que conseguiram construir uma carreira política local. Outros, porém, tiveram rápida passagem pela Câmara. Estes são os personagens do capítulo seguinte.

vereador em São Leopoldo nos anos de 1849, 1850, 1851 a 1855 e 1861 a 1872. Leandro Pires Cerveira, tio do vereador caiense Tomé Pires Cerveira, foi vereador de 1849 a 1852. Na obra *A história da Câmara e a Câmara na história* encontramos a listagem dos vereadores de São Leopoldo (SILVA; HARRES, 2006, p. 174-176).

3 A ELITE POLÍTICA LOCAL: A CARACTERIZAÇÃO DE UM GRUPO DE PODER



Figura 5 - Região do cais do porto, junto à vila de São Sebastião do Caí, sede municipal¹

Fonte: Acervo AHMBM

De tempos em tempos, a população de São Sebastião do Caí elegia aqueles que, por um determinado período, ocupariam os cargos camarários. Este capítulo toma por objeto de análise aqueles indivíduos que, de 1877 a 1900, ocuparam-se da administração municipal constituindo, pois, uma elite política municipal.

¹ A fotografia data aproximadamente da década de 1890.

3.1 Ser elite

Nascido em 1773, na freguesia de São Miguel de Creixomil, conselho de Guimarães, Portugal, filho de Josefa Maria e João Manuel da Silva, Antônio José da Silva Guimarães, acabou transferindo-se para Lisboa, onde, por alguns anos, trabalhou como caixeiro de uma casa comercial na freguesia de Madalena. De Lisboa acabou emigrando ao Brasil, mais precisamente, Porto Alegre, onde em 1798 casou-se com Maurícia Antônia de Oliveira, natural da freguesia de Triunfo (RS), filha do Capitão Felisberto Pinto Bandeira. Em Porto Alegre era proprietário da “Chácara do Cristal”, tendo tido 14 filhos, dentre os quais Antônio José da Silva Guimarães Júnior e Quintino José da Silva Guimarães (NUNES, 1975, p. 6), que encontraremos como proprietários em São Sebastião do Caí em meados do século XIX. Em 1873, estes dois filhos de Antônio e Maurícia se envolveriam na disputa pela doação de terras para a construção da Igreja Matriz do povoado, desejosos de demarcar sua influência na escolha do santo que daria nome a ela. Foram também estes dois membros da família Guimarães os que a viajante belga Maria van Langendonck conheceu assim que chegou, em 1857, a Porto do Guimarães. Conforme o relato da belga, ela hospedou-se juntamente com seus filhos, em “dois grandes quartos no prédio das lojas”, “uma vasta construção ainda não acabada”, que era venda e taberna de propriedade do major Guimarães e administrada pelo irmão do major: “Este estabelecimento comercial era administrado pelo irmão do major, que mandara construir uma pequena casa perto da grande: morava nela com sua mulher e sua filhinha de sete anos. Sua mulher tinha vinte e dois anos [...]” (LANGENDONCK, [1862] 2002, p. 39). O “major Guimarães” a que se refere Maria van Langendonck era, muito provavelmente, Antônio José da Silva Guimarães Júnior e o “irmão do major”, Quintino José da Silva Guimarães, casado com Amália Gomes Paiva, e que tinha uma filha, Maria da Glória Guimarães.² O Mapa de População do quarteirão de Porto do Guimarães, provavelmente datado de 1868, parece confirmar as informações da belga. Nele, os irmãos aparecem como moradores do mesmo quarteirão, morando, portanto, muito próximos um do outro, constando serem, ambos, negociantes (JUNG, 1868?).

² Apesar das idades não coincidirem, ao cruzarmos as informações da belga van Langendonck com as contidas no Mapa de População, acreditamos que ambos tratam da mesma família. Langendonck, em 1857, afirma que a mulher do irmão do major Guimarães tinha então 22 anos e sua filha sete anos (LANGENDONCK, [1862] 2002, p. 39). No Mapa de população de 1868, entretanto, Amália Gomes Paiva Guimarães aparece com 36 anos e a filha, Maria da Glória Guimarães, com 15 anos, quando deveriam ter, respectivamente, 33 e 18 anos se as informações da belga estiverem corretas. Acreditamos, porém, que as idades constantes no mapa de população podem ser falhas, já que muitas vezes eram indicadas as idades aproximadas pelo próprio inspetor de quarteirão que os elaborava (JUNG, 1868?).

Antônio José da Silva Guimarães Júnior nasceu em Porto Alegre em 1809. Casou-se três vezes. De seu primeiro matrimônio, com Deolinda Antônia Rodrigues, não teve filhos. Casou-se novamente com Guilhermina Tomásia da Silva Reis, nascida em Montevideu e falecida em 1844. Deste matrimônio nasceu Antônia Guilhermina da Silva Guimarães. Do terceiro matrimônio, ocorrido na Igreja de Santana do Rio dos Sinos, em 1848, com Maria Faustina de Alencastro³, filha de Inácio José de Alencastro e de Luciana de Alencastro Centeno, nasceram 8 filhos: Lourenço, Luciano, Leopoldina, Inácio, Antônio, Alfredo, Pedro e Esperidião (NUNES, 1975, p. 6). Em meados do século, Antônio José da Silva Guimarães Júnior adquiriu uma grande porção de terras no povoado então conhecido como Porto do Mateus (MASSON, 1940, p. 9). De acordo com o Mapa de População do quarteirão de Porto do Guimarães – antes Porto do Mateus –, de 1868, Antônio José da Silva Guimarães Júnior, que então aparece não acrescido do “Júnior”, com 59 anos, morava juntamente de três filhos, Antônio de Alencastro Guimarães, Alfredo de Alencastro Guimarães e Pedro de Alencastro Guimarães. Maria Faustina, sua esposa, não aparece mais no levantamento, pois havia falecido em 1866.⁴

Se atentarmos para o relato de Maria van Langendonck, percebemos que a família Guimarães era uma das poucas que residiam no local: “Nós nos espantávamos ao ver este enorme sortimento de coisas em meio a um deserto, pois, exceto pela fazenda do major, não havia outras habitações em um raio de várias léguas” (LANGENDONCK, [1862] 2002, p. 38-39). Tal descrição corrobora o caráter pioneiro que Masson confere à família Guimarães na constituição do povoado:⁵

Entre os primeiros habitantes do lugar onde hoje se acha a sede do município de Caí, contava-se Antônio José da Silva Guimarães, tronco de tradicional família ramificada em todo o Brasil. Por volta de 1850, Antônio Guimarães adquiriu grande

³ Maria Faustina de Alencastro era neta do Sargento-Mor Jerônimo de (Alem) Castro, que por ser natural da freguesia de Santa Eulália de Fafe, bispado de Guimarães, arcebispado de Braga, acrescentou ao seu nome o de sua cidade natal, passando, então, a assinar como Jerônimo de Alencastro Guimarães (BARATA; BUENO, 1999, p. 1157). Entretanto, seus 16 filhos não assinavam o topônimo Guimarães, o que explica o fato do pai de Maria Faustina não ser Guimarães. Porém, foi graças à união de Maria Faustina de Alencastro, nascida em 1823, em Triunfo (RS), com o Tenente Antônio José da Silva Guimarães Júnior que originou-se o ramo Alencastro Guimarães no Rio Grande do Sul. Segundo Ruben Nunes, Maria Faustina descendia também, tanto pelo lado paterno quanto materno, de Jerônimo de Ornelas (NUNES, 1975, p. 6).

⁴ Nunes (1975, p. 6) informa que Maria Faustina de Alencastro Guimarães faleceu em 1866 na cidade de Porto Alegre.

⁵ Apesar de não ser nosso objetivo a análise do processo de ocupação da região junto ao rio Caí, consideramos importante ressaltar o pioneirismo da família Guimarães para que se possa efetivamente dimensionar o que representava a presença de Pedro de Alencastro Guimarães na Câmara Municipal que assumia em 1887.

porção de terras no local, tornando-se um dos maiores proprietários da região (MASSON, 1940, p. 9).

O pioneirismo da família Guimarães não se restringiu ao povoamento da região. A família passou a integrar uma elite que ocupava importantes cargos na burocracia imperial a nível local. De acordo com Raul Róis Shefer Cardoso, em 1874, Antônio José da Silva Guimarães Júnior “encontra-se inserido na estrutura de poder Imperial, servindo a burocracia provincial (2º escriturários da Tesouraria da Fazenda) e com posto na Guarda Nacional (Tenente Quartel mestre do 1º B. de I.), apesar de ser no serviço ativo” (CARDOSO, 2005, p. 42). Segundo Cardoso, a trajetória política de Antônio Guimarães Júnior foi marcada pelo sucesso, já que “No ano de 1887, Guimarães já ocupava a patente de Tenente-Coronel da GN [Guarda Nacional]. Ele circulou pelos corredores do poder em São Leopoldo, exercendo os cargos de subdelegado e vereador” (CARDOSO, 2005, p. 43). O sucesso político do pai parece ter influenciado os filhos – se não todos, ao menos dois, Pedro e Lourenço – que estiveram presentes nos círculos de poder de São Sebastião do Caí.

No dia 7 de janeiro de 1887, Pedro de Alencastro Guimarães tomava posse do cargo de vereador para o quadriênio de 1887 a 1890. Na ocasião, além de Pedro Guimarães, João Diehl Júnior, Carlos Berto Círio, Henrique Ritter Filho, Ernesto Warmann e Carlos Guilherme Schilling realizaram o juramento segundo o artigo 17 da Lei de 1º de Outubro de 1828 (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1887] 1886-1890a, f. 23v-24v). Assim, trinta anos depois de Langendonck ter se hospedado na casa do Major Guimarães, um dos filhos deste era eleito vereador de São Sebastião do Caí. Pedro de Alencastro Guimarães, na condição de filho do Major Guimarães, representava, nesta composição camarária, o que se poderia chamar de uma “elite tradicional” de São Sebastião do Caí. Não possuímos muitas informações sobre Pedro Guimarães, pois sabemos apenas que era proprietário e morador da vila de São Sebastião. Seguiu, pois, os passos do pai, acumulando negócios particulares e públicos.

Pedro de Alencastro Guimarães representava um determinado grupo da sociedade local, formado por famílias de origem luso-brasileira que haviam ocupado a região junto ao rio Caí ao longo da primeira metade do século XIX.⁶ Entretanto, esta foi a única vez em que a Câmara de São Sebastião do Caí contaria com um vereador da família Guimarães. Contudo,

⁶ Quando afirmamos que Pedro de Alencastro Guimarães era representante de um determinado grupo da sociedade local, não estamos querendo supor que ele representava na Câmara somente os interesses da parcela da população local formada por famílias luso-brasileiras pioneiras na região. Até porque isto somente poderia ser afirmado a partir da análise de suas ações como vereador, o que não é objeto de nosso estudo.

se por um lado, os Guimarães tiveram pouca participação política – através da ocupação de cargos camarários – por outro lado, ocuparam importantes cargos judiciais na comarca de São João do Cahy⁷. Entre 1879 e 1889, Pedro de Alencastro Guimarães exerceu os cargos de 3º suplente de delegado, 1º suplente de delegado e delegado. Seu irmão, Lourenço de Alencastro Guimarães, neste mesmo período, exerceu o cargo de delegado, Contador e Distribuidor do Termo e 1º suplente de Juiz Municipal (KAUTZMANN, 1978, p. 270-272). O exercício de tais cargos não somente representava o reconhecimento do poder e prestígio da família Guimarães junto a outras esferas de poder – uma vez que tais cargos eram nomeados –, como também garantiam aos membros desta família a manutenção de importantes mecanismos de poder.

Mas não foram somente membros de uma dada “elite tradicional” luso-brasileira que ocuparam postos na Câmara de São Sebastião do Caí. Henrique Ritter Filho, outro membro da Câmara que assumiu em 1887, era membro de uma família de origem germânica. Seu pai, Georg Henrich Ritter (Jorge Henrique Ritter) chegou ao Brasil em 1846, estabelecendo-se em Linha Nova, povoado que então pertencia a São Leopoldo e que, a partir de 1875, havia sido integrado ao município de São Sebastião do Caí (HUNSCHE, 1975, p. 167-168). Henrique Ritter Filho era negociante em Linha Nova. Segundo Ana Cristina Pires Beiser, a família Ritter, instalada na localidade de Linha Nova, dedicou-se à fabricação de cerveja (BEISER, 2009, p. 9-11), o que é confirmado pelos registros de Receita da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1885, f. 12v). Em 1878, Henrique Ritter – e aqui não temos como saber se era o pai ou o filho, já que em muitos registros eleitorais encontramos Jorge Henrique Ritter denominado apenas como Henrique Ritter – pagou o imposto de dez contos de réis à Câmara Municipal pela “fábrica de cerveja” que possuía em Linha Nova. Assim, Henrique Ritter Filho, negociante, fabricante de cerveja, filho de um imigrante alemão, em 1887 figurava como parte da elite política do município.

⁷ A Comarca de São João do Cahy foi criada pela lei nº 995 de 1º de maio de 1875, reunindo os municípios de São João do Monte Negro e de São Sebastião do Caí, tendo então ficado o primeiro como sede da comarca (KAUTZMANN, 1978, p. 279).



Figura 6 - Henrique Ritter Filho
Fonte: Beiser (2009, p. 10).

Pedro de Alencastro Guimarães representa, então, somente um dos perfis sociais presentes na Câmara Municipal de São Sebastião do Caí. Se, de um lado, temos um proprietário de origem lusa, membro de uma das primeiras famílias povoadoras do local e morador da sede municipal, de outro, temos Henrique Ritter Filho, cujo perfil é bastante distinto do de Guimarães. Ambos, entretanto, compõem um grupo, e será o perfil deste grupo que buscaremos caracterizar ao longo do capítulo, sem deixar de chamar a atenção para a especificidade das características dos indivíduos que o compõem.

Assim, neste capítulo propomos evidenciar o perfil dos vereadores de São Sebastião do Caí num momento muito especial: o do início da estruturação político-administrativa do município. Para tanto, nos valemos, sobretudo, dos pressupostos metodológicos oferecidos pelo método prosopográfico que, segundo Jean Duma, torna possível “a reunião de um certo número de características destes indivíduos [que] permite extrair uma visão global do grupo estudado” (DUMA, 2003, p. 102). Também Heinz aponta para a funcionalidade do método para o estudo de determinados grupos sociais:

As biografias coletivas ajudam a elaborar perfis sociais de determinados grupos sociais, categorias profissionais ou coletividades históricas, dando destaque aos

mecanismos coletivos – de recrutamento, seleção e de reprodução social – que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos (HEINZ, 2006b, p. 9).

Buscamos, conseqüentemente, identificar o perfil do que denominamos – de uma forma mais generalizada – de *elite política* de São Sebastião do Caí. Vale ressaltar que estamos conscientes de que, ao privilegiarmos – para fins de análise – os vereadores do último quartel do século XIX, estaremos contemplando apenas uma parcela de um conjunto maior de indivíduos que compunha a elite política do município⁸ e que, também, não ignoramos que indivíduos que nunca foram vereadores, atuando como juizes de paz, juizes de órfãos, delegados, chefes de polícia, ou mesmo líderes comunitários exerceram importante papel político no município. O próximo item enfocará os vereadores, grupo representativo da elite política de São Sebastião do Caí, aqueles que, invariavelmente, deliberavam acerca de questões de interesse local, como já visto no capítulo anterior.

3.2 “presentes os Senhores vereadores”⁹: um perfil da elite política de São Sebastião do Caí

O período de 1875 a 1900 que analisamos cobre um total de sete composições distintas de vereadores, descontadas as duas primeiras formações – a primeira que nem chegou a tomar posse, a segunda que tomou posse, mas atuou por um curto período, sendo dissolvida em função das irregularidades que envolveram sua eleição – e uma Junta da qual não foram encontradas as respectivas atas. Das sete composições que se formaram, quatro delas correspondem às Câmaras Municipais vigentes durante o período imperial. As outras três se constituíram, portanto, já no período republicano. Destas últimas, uma formação corresponde à Junta Municipal, nomeada pelo Governador do Estado a 3 de fevereiro de 1890 para administrar provisoriamente o município. Esta era composta por três integrantes. As outras duas correspondem a dois Conselhos Municipais, instituição que, então, equivalia à Câmara e administrava o município conjuntamente ao Intendente Municipal.

⁸ Estamos conscientes dos limites que a opção por um grupo pré-definido nos traz, na medida em que esta implica, invariavelmente, a exclusão de alguns indivíduos do grupo analisado. Ressaltamos, no entanto, que esta se deu muito mais por razões metodológicas do que conceituais.

⁹ A expressão funciona como parte da nota de abertura da maioria das atas das sessões da Câmara de São Sebastião do Caí analisadas (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1886; 1886-1890; 1892-1900).

O leitor poderia indagar as razões para desconsiderarmos as duas primeiras formações camarárias. Como já exposto anteriormente, nossas reflexões estão fundamentadas em Bourdieu (1989; 2006), razão pela qual defendemos que uma elite só pode deter poder e status se estes forem reconhecidos pelos demais, sejam estes os outros setores da população, sejam as instâncias maiores de poder. As duas primeiras composições – cabe lembrar – não foram consideradas legítimas pelas instâncias superiores de poder. Além do mais, os eleitos em outubro de 1875 nem sequer chegaram a tomar posse, enquanto os eleitos no segundo pleito assumiram a vereança por um curto espaço de tempo – realizando apenas sete sessões entre os meses de novembro de 1876 e janeiro de 1877 – razão pela qual, consideramos sua atuação administrativa como irrelevante. Diante destas condições, optamos por não incluir essas duas primeiras composições na análise prosopográfica.

Assim, a análise contempla as Câmaras 1877-1880, 1881-1882, 1883-1886 e 1887-1890, a Junta Municipal que assumiu em fevereiro de 1890, sendo que acompanhamos sua atuação até 28 de junho deste mesmo ano¹⁰, e mais os dois Conselhos Municipais, de 1892 a 1896 e o de 1896 a 1900. Esclarecemos que os anos de 1891 e 1892 carecem de registros administrativos, razão pela qual os pesquisadores recorrem às informações contidas na obra de Alceu Masson (1940, p. 94-95, 204-206). Entretanto, dada a imprecisão de algumas informações fornecidas pelo autor, consideramos mais adequada a inclusão apenas das formações camarárias das quais há registros das sessões.

Para o período que cobre o último quartel do século XIX encontramos no Arquivo Histórico Municipal Bernardo Mateus (AHMBM), de São Sebastião do Caí, o primeiro livro de atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, que abrange o período de 1876 a 1886, e o livro de atas do Conselho Municipal de São Sebastião do Caí, referente ao período de 1892 a 1900. Já o segundo livro de atas da Câmara Municipal, referente ao período de 1886 a 1890 – e que, portanto, compreende também os registros das sessões da Junta Municipal de 1890 –, foi localizado junto ao acervo da Câmara Municipal de Vereadores de São Sebastião do Caí. Assim, a partir dos registros, ou seja, das Atas das sessões da Câmara Municipal, Junta Municipal e Conselho Municipal realizamos o levantamento dos indivíduos que exerceram o cargo de vereador. Para tanto, utilizamos, como um primeiro critério, a eliminação dos vereadores que se fizeram presentes em menos de cinco sessões – que assumiram, eventualmente, em função da suplência – pois acreditamos que não interferiam significativamente nas decisões tomadas pela Câmara.

¹⁰ Esclarecemos que esta é a data da última ata da sessão da Junta que localizamos. As sessões posteriores a esta data não foram localizadas.

Concluído o levantamento feito nas Atas das Câmaras, da Junta e dos Conselhos Municipais, constatamos que as sete formações camarárias envolveram cinquenta e cinco (55) vereadores. Entretanto, muitos destes exerceram mais de um mandato, de modo que estaremos analisando, prosopograficamente¹¹, trinta e oito (38) indivíduos. Essa redução de 55 para 38 indivíduos parece apontar para certo grau de concentração de poder nas mãos de alguns indivíduos no município.

Na continuidade, convém retomar as razões para termos escolhido os vereadores para traçar o perfil da elite política local. A primeira decorre da afirmação de Conniff, de que “Todas as sociedades organizadas selecionam elites para administrar os negócios públicos e tomar decisões que afetam suas populações” (CONNIFF, 2006, p. 99). Neste sentido, a Câmara constituiu-se, desde o período colonial, em importante órgão de variadas funções no âmbito da administração local. A opção que fizemos está ligada ao fato de que foram os vereadores os que se ocuparam diretamente da administração municipal, funcionando como mediadores dos interesses locais junto ao governo provincial/estadual e do Império/da República.

Esta mesma percepção tem Comissoli que, ao analisar a Câmara Municipal de Porto Alegre, de final do século XVIII e início do XIX, constatou que a instituição camarista foi “palco de manifestação de elites locais, possibilitando um canal de diálogo e negociação entre o poder monárquico de Portugal e as diversas elites ultramarinas que compunham o império lusitano” (COMISSOLI, 2008, p. 25). Cumpre lembrar que, mesmo com a criação da figura do Intendente, após a instituição da República, e a conseqüente diminuição dos poderes e atributos da Câmara Municipal, esta continuou a ser importante órgão legislativo, sendo de sua competência, por exemplo, as discussões orçamentárias. Neste sentido, acreditamos que os pressupostos de análise considerados por José Murilo de Carvalho para a compreensão da atuação da elite imperial podem ser estendidos à análise que pretendemos fazer da elite política municipal, já que, também “Estamos supondo [...] com as cautelas mencionadas, que o grupo que estaremos analisando inclui a quase totalidade dos homens que tomavam decisões dentro do governo” municipal (CARVALHO, 2007, p. 57).

Assim, na tabela abaixo apresentamos a relação nominal dos vereadores, com alguns de seus dados. É importante, no entanto, esclarecer os critérios que orientaram a elaboração da

¹¹ O método prosopográfico é que nos permite contemplar os aspectos da vida de um dado grupo social, no caso do grupo de indivíduos que exerceu o cargo de vereador durante o período por nós estudado. O método das biografias coletivas, como também é conhecida a prosopografia, permite-nos elaborar um perfil econômico, social e político da elite política caiense, a partir da sistematização e cruzamento de informações constantes em uma variada gama de documentos. Flávio M. Heinz discute o método prosopográfico e sua contribuição para o estudo de grupos sociais em um dado momento histórico (HEINZ, 2006b, p. 7-15).

tabela abaixo. A origem étnica foi determinada a partir do sobrenome do indivíduo, como detalharemos mais adiante ao tratar da origem étnica dos vereadores. A identificação da profissão exercida resultou de um cruzamento de dados entre os mais diversos documentos utilizados, optando-se, no mais das vezes, pela mais recorrente. O mesmo critério de cruzamento de fontes – alistamentos eleitorais e inventários – foi utilizado para determinar o local de residência. Já no que diz respeito à patente militar, consideramos apenas a menção feita a sua existência, sem especificarmos quando esta foi concedida. A identificação da idade com que tais indivíduos assumiram seu primeiro mandato, também baseada no cruzamento de diferentes fontes, foi mais difícil. Como o desencontro de informações entre uma e outra fonte documental foi frequente, consideramos mais pertinente indicar uma idade aproximada. Com base em tais critérios foi possível elaborar a tabela que segue.

Tabela 5 - Quadro geral dos vereadores de São Sebastião do Caí (1877-1900)

Nome do vereador	Origem étnica	Período camarista em que foi vereador	Profissão	Patente militar (Guarda Nacional)	Idade com que assumiu pela 1ª vez a vereança (aproximada, em alguns casos)	Local de residência
Agostinho de Souza Loureiro	Luso	1877-1880	Fazendeiro	Major	49	Santana do Rio dos Sinos
Alberto Thomaz Scherer	Teuto	1897-1900	Ferreiro	-	40	Vila
Antonio Jose da Rocha Junior	Luso	1877-1880 1881-1882	Fazendeiro	Tenente coronel	58	Santana do Rio dos Sinos
Antonio Otto Rühee	Teuto	1897-1900	Carreteiro	Capitão	44	Vila
Antonio Pires Cerveira	Luso	1877-1880 1883-1886 1887-1890	Lavrador	Tenente	41	Santana do Rio dos Sinos
Augusto José Fernandes	Luso	1883-1886	Fazendeiro	Capitão	33	Santana do Rio dos Sinos
Carlos Berto Cirio	Luso	1883-1886 1887-1890	Negociante	Capitão	44	Santana do Rio dos Sinos
Carlos Eckert	Teuto	1881-1882	Lavrador	-	42	São José do Hortêncio

continua

continuação

Nome do vereador	Origem étnica	Período camarista em que foi vereador	Profissão	Patente militar (Guarda Nacional)	Idade com que assumiu pela 1ª vez a vereança (aproximada, em alguns casos)	Local de residência
Carlos Guilherme Schilling	Teuto	1887-1890	Maquinista (Náutico)	-	39	Vila
César Augusto Góes Pinto	Luso	1883-1886	Lavrador	-	36	Vila
Cesar José Centeno	Luso	1877-1880 1881-1882 1883-1886	Negociante	Major	41	Vila
Conrado Hoerlle	Teuto	1877-1880	Negociante	-	37	São José do Hortêncio
Christiano Jacob Trein	Teuto	1892-1896	Negociante	Tenente coronel	42	Vila
Christiano Sauer	Teuto	1877-1880 1887-1890	Proprietário	Capitão	47	Vila
Ernesto Warmann	Teuto	1887-1890	Negociante	-	s/i	Vila
Felipe Carlos Trein	Teuto	1877-1880	Negociante	-	29	Vila
Frederico Arnaldo Engel	Teuto	1892-1896	Negociante	-	58	Vila
Guilherme Zirbes	Teuto	1881-1882	Negociante	-	48	Vila
Henrique Henzel	Teuto	1887-1890	Serreiro	Tenente	47	Vila
Henrique Ritter Filho	Teuto	1887-1890	Negociante	-	39	São José do Hortêncio
João Diehl Junior	Teuto	1883-1886 1887-1890 1890	Marceneiro	Capitão	32	Vila
João Jacob Schmidt	Teuto	1877-1880 1881-1882	Negociante	Capitão	38	São José do Hortêncio
João Stoffels	Teuto	1897-1900	Negociante	Capitão	57	Picada Feliz
João Weissheimer	Teuto	1877-1880	Negociante	-	47	Picada Feliz

continua

continuação

Nome do vereador	Origem étnica	Período camarista em que foi vereador	Profissão	Patente militar (Guarda Nacional)	Idade com que assumiu pela 1ª vez a vereança (aproximada, em alguns casos)	Local de residência
Jorge Pedro Jung	Teuto	1892-1896	Ferreiro	Capitão	50	Vila
Justino Antonio da Silva	Luso	1877-1880	Lavrador	-	47	Santana do Rio dos Sinos
Lourenço Dexheimer	Teuto	1887-1890 1890	Negociante	Tenente coronel	33	Vila
Mathias Steffens	Teuto	1897-1900	Professor público	Major	32	São José do Hortêncio
Orestes José Lucas	Luso	1897-1900	Lavrador	Tenente coronel	44	Santana do Rio dos Sinos
Paulino Ignácio Teixeira	Luso	1881-1882 1883-1886 1890	Negociante	Tenente coronel	38	Santana do Rio dos Sinos
Pedro de Alencastro Guimarães	Luso	1887-1890	Proprietário	Capitão	27	Vila
Pedro Filippsen	Teuto	1892-1896 1896-1900	Negociante	Capitão	54	Santana do Rio dos Sinos
Pedro Franzen Filho	Teuto	1877-1880 1881-1882	Negociante	-	32	Vila
Pedro Michaelsen	Teuto	1892-1896 1897-1900	Negociante	Tenente coronel	37	Vila
Pedro Noll	Teuto	1883-1886 1897-1900	Negociante	Tenente	45	Santa Catarina da Feliz
Reinhold Feix	Teuto	1897-1900	Negociante	tenente coronel	39	Santa Catarina da Feliz
Tomé Pires Cerveira	Luso	1881-1882	Lavrador	Capitão	49	Santana do Rio dos Sinos
Tristão Rodrigues da Silva	Luso	1881-1882	Lavrador	-	51	Santana do Rio dos Sinos

Elaborado pela autora com base em: São Sebastião do Caí (1876-1886; 1886-1890; 1892-1900); São José do Hortêncio (1879); Sanatana do Rio dos Sinos (1878); São Sebastião do Caí (1890); Inventários do Acervo do APERS; Documentação do Fundo Guarda Nacional do AHRGS (CENTENO, 1881; SANTANA DO RIO DOS SINOS, 1860); Fuchs (1870); Jung (1868?); Finkler (1870).

Como se pode observar pela tabela, dos 38 vereadores em questão, 25 assumiram o cargo somente uma vez (65,79%), 9 foram vereadores por duas vezes (23,68%), e somente quatro exerceram o cargo por três vezes (10,53%), o que demonstra um grau elevado de renovação da Câmara.

A fim de estabelecermos uma comparação com os dados apresentados por Jonas Vargas sobre a elite provincial de 1868 a 1889, reduzimos a análise da frequência dos mandatos dos vereadores somente para o período imperial. As Câmaras Municipais formadas no período imperial em São Sebastião do Caí contabilizaram um total de 38 vereadores (considerados também os suplentes que compareceram a pelo menos 5 reuniões), mas foram apenas 27 indivíduos que ocuparam o cargo camarário, já que destes 27, um total de 18 exerceram o mandato apenas uma vez (66,67%), 7 foram vereadores em duas composições (25,92%) e 2 o foram em três composições da Câmara (7,41%). A primeira constatação é que estes dados parciais não diferem muito dos dados apresentados para todo o período em análise. Entretanto, comparando-se com os dados apresentados por Vargas para os 169 deputados provinciais entre 1868 e 1889, pode-se concluir que, a nível municipal, a frequência nos cargos era muito menor do que a nível provincial (VARGAS, 2007, p. 85).¹²

O que poderia explicar essa situação? A hipótese que levantamos é a de que os membros da elite municipal de São Sebastião do Caí não encaravam a carreira política da mesma forma como os envolvidos nas tramas da política da Província e da Corte. Não encontramos, por exemplo, entre os vereadores de São Sebastião do Caí que analisamos indivíduos que tenham galgado cargos na política provincial/estadual ou geral. Seu âmbito de atuação restringiu-se à esfera local, sendo que, inclusive, para muitos, a possibilidade de integrar a Câmara Municipal não era encarada como prioridade. Afirmar que o âmbito de atuação desta elite era a esfera local, não significa, entretanto, desconsiderar que esta integrava um sistema de dependências e trocas que pode ser tido como próprio do clientelismo que viria ser institucionalizado com a República, através do coronelismo.

Quanto às Câmaras Municipais – ou melhor, a Junta e os dois Conselhos Municipais – do período republicano, estas contabilizaram um total de 17 vereadores, sendo que estes correspondem a 15 indivíduos, já que destes 15, dois exerceram o mandato em duas composições: Pedro Michaelsen e Pedro Filippsen, que exerceram o cargo nas composições de

¹² Segundo Jonas Moreira Vargas, dos 169 deputados provinciais entre 1868 e 1889, “90 deputados (53%) tiveram apenas 1 mandato durante o período. Com 2 mandatos têm-se 41 deputados (24%) e com 3 ou 4 mandatos, 28 parlamentares (17%). Conclui-se que apenas 10 políticos (6%) passaram de 5 mandatos dentro da Casa”. Vargas demonstra como o poder político da província esteve concentrado nas mãos de poucos indivíduos. Dos parlamentares que exerceram o mandato por mais de 5 vezes, estão políticos que eram deputados gerais, senadores ou ministros, portanto, “homens que acumulavam mandatos na Corte” (VARGAS, 2007, p. 85).

1892-1896 e 1896-1900. Vale ressaltar que ambos não haviam exercido o cargo durante o período imperial, entrando, portanto, na cena política municipal, somente com o advento da República. Conforme demonstrado na tabela 6, no período republicano, as formações camarárias eleitas seguiram a tendência de elevada renovação da elite municipal que já vinha sendo observada no período imperial. A única que não apresentou qualquer renovação do quadro de dirigentes municipais foi a Junta Municipal de 1890, nomeada pelo novo governo republicano, tendo mantido em seus quadros antigos líderes políticos do período imperial.

Tabela 6 - Percentual de renovação por composição camarária¹³

Período	Nº total de vereadores	Nº de vereadores que já haviam exercido o cargo anteriormente	Nº de vereadores estreates	Percentual de renovação
1877-1880	11	-	-	-
1881-1882	9	4	5	55,6%
1883-1886	8	3	5	62,5%
1887-1890	10	4	6	60,0%
1890	3	3	0	0%
1892-1896	5	0	5	100%
1897-1900	9	3	6	66,67%

Elaborado pela autora com base nas Atas camarárias (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1886; 1886-1890; 1892-1900).

Adriano Comissoli, ao analisar a flutuação da ocupação de ofícios camarários de 1767 a 1808 para o caso de Porto Alegre¹⁴, encontrou também altos índices, que variavam de 48,1 até 61,8% (COMISSOLI, 2008, p. 64). A análise que fizemos revelou que os maiores percentuais de renovação ocorreram na República – 100% e 66,67%. Essa renovação, no entanto, pode levar à falsa ideia de que, com o regime republicano, a elite política imperial tenha dado espaço a uma nova elite, o que não corresponde à realidade já que não houve, efetivamente, o seu desaparecimento. Afinal, durante a década inicial da República, a Intendência – criada pelo novo

¹³ A tabela evidencia que nem sempre o número de edis foi o mesmo, o que pode ser explicado pelo número maior ou menor de suplentes que compuseram a Câmara em cada período. Com exceção da Junta de 1890, composta pelos três membros que foram nomeados, por ofício nº 755 de 3 de fevereiro de 1890, pelo Governador do Estado, ofício este que dissolvia a Câmara que então legislava para nomear uma comissão para “administrar provisoriamente os negócios deste município, com as mesmas atribuições conferidas às Camaras”, todas as demais composições foram eleitas (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1890] 1886-1890e, f. 138v). A elaboração desta tabela foi inspirada em quadro semelhante elaborado por Comissoli (2008, p.64) para analisar a renovação camarária de Porto Alegre.

¹⁴ Comissoli observa que de 1763 a 1773 a Câmara esteve localizada em Viamão. O ano de 1773 corresponde então a sua transferência para Porto Alegre. Como o historiador só dispôs das atas da Câmara em Viamão a partir de 1767, é este o marco inicial da análise que faz da flutuação da ocupação dos ofícios camarários (COMISSOLI, 2008, p. 63-64).

regime – esteve nas mãos de Paulino Ignácio Teixeira, que já havia sido vereador em duas formações camarárias do período. Além do mais, a Junta Municipal que foi nomeada pelo governador do Estado a 3 de fevereiro de 1890 – para administrar provisoriamente o município – era composta por três indivíduos que já haviam sido vereadores durante o Império. Neste sentido, a mudança de regime político no país não significou uma completa mudança dos “donos” do poder municipal.

A renovação do quadro de vereadores que observamos para São Sebastião do Caí, além de ilusória para o período republicano, em função da permanência de líderes imperiais no poder, também pode ser contestada se levarmos em conta as relações estabelecidas por estes indivíduos. Como abordaremos com mais profundidade no próximo capítulo, inúmeras poderiam ser as naturezas dos laços que ligavam indivíduos e famílias. Tomemos como exemplo, novamente, a família Trein. Francisco Trein, como se pode observar pela tabela 5, nunca se elegeu para a Câmara Municipal de São Sebastião do Caí. Entretanto, dois de seus filhos foram vereadores. O filho mais velho, Felipe Carlos Trein foi vereador já na primeira Câmara Municipal (1877-1880) e Christiano Jacob Trein o foi no primeiro Conselho Municipal do período republicano (1892-1896). Assim, temos a presença da família Trein na Câmara Municipal tanto no período imperial, quanto no republicano. Entretanto, ambos exerceram o cargo em somente uma ocasião. Por outra via, se considerarmos as uniões matrimoniais firmadas pela família Trein, veremos que sua presença na Câmara Municipal foi muito maior. Tais alianças matrimoniais também nos ajudam a entender a rede de relações estabelecida e os benefícios dela decorrentes.

Francisco Trein Filho, terceiro filho de Francisco Trein, casou com Margarida Zirbes, filha de Guilherme Zirbes, vereador na Câmara de 1881-1882. Outros dois filhos de Francisco Trein uniram-se à família de João Jacob Schmidt, que fora vereador por duas ocasiões – 1877 a 1880 e 1881 a 1882 –; Júlio Trein casou, em primeiras núpcias, com Maria Cristina Schmidt, filha de João Jacob Schmidt, e Maria Matilda Trein casou com João Jacob Schmidt Filho. Mas a família Trein esteve ligada também à família de Henrique Ritter Filho, vereador de 1887-1890. Felipe Carlos Trein, Cristiano Jacob Trein e Frederico Guilherme Trein, ambos filhos de Francisco Trein, casaram com irmãs de Henrique Ritter Filho, respectivamente, Guilhermina Ritter (segundas núpcias de Felipe Carlos), Elisabete Ritter e Catarina Ritter. Pela via matrimonial, os Trein também estabeleceram relações com a família do vereador Pedro Noll, já que Frederico Trein casou-se com Carolina Noll, sobrinha do vereador. Assim, ao invés da família Trein ter tido apenas dois representantes seus como vereadores na Câmara Municipal, a “família ampliada de Francisco Trein” possuiu, na realidade, seis representantes na edilidade municipal.

Acreditamos que através desta breve incursão que fizemos nas relações mantidas pela família Trein, confirmamos a importância do procedimento recomendado por muitos pesquisadores: de que para entender a atuação de determinados indivíduos no âmbito do poder, deve-se ampliar o olhar, transcender o indivíduo e tomá-lo como parte de uma estrutura vincular, na qual as relações que estabelece são centrais – sobretudo, as familiares –, como procuramos demonstrar. Cabe ressaltar que estamos cientes do fato de que o pertencimento a uma mesma família poderia não significar o compartilhamento por todos os membros das mesmas idéias políticas, ou que todos tivessem os mesmos interesses e que não houvesse divergências entre estes. Esta questão será tratada no próximo capítulo que, se valendo da diversidade da natureza documental trabalhada, se deterá nas diversas relações e redes que esses indivíduos teceram e acionaram. Neste momento, interessa-nos somente chamar a atenção para o quão relativos podem ser os dados acerca da renovação camarária apresentados na tabela 6.

Para o caso de São Sebastião do Caí, a renovação parece ter se dado de forma bastante gradual. Novos elementos foram somados aos já existentes, sem que a elite imperial desaparecesse com a mudança de regime. No capítulo que segue, buscaremos identificar as estratégias empregadas por esta elite imperial para manter-se nesta condição apesar da mudança de regime político.

Muitos autores já se dedicaram ao estudo das elites que estiveram no poder no Brasil e no Rio Grande do Sul no final do século XIX. Trabalhos como os de José Murilo de Carvalho (2007) e Maria Fernanda Vieira Martins (2007) nos ajudam a esclarecer a dinâmica envolvida na ocupação de cargos no período imperial na Corte brasileira. Para o caso sul-rio-grandense, Jonas Vargas (2007) traça um perfil da elite política provincial, demonstrando que esta era dotada de especificidades que não permitem sua inclusão no modelo maior proposto por Carvalho.¹⁵ Joseph Love (1971) e Gunter Axt (2001a) analisam o contexto republicano de atuação da elite, destacando as especificidades da realidade rio-grandense. Assim, como já demonstrado por Axt

¹⁵José Murilo de Carvalho destaca algumas importantes características que diferenciavam os dois partidos imperiais – Liberal e Conservador – tendo por base a origem e idéias que defendiam (tendo o partido Conservador surgido a partir de uma coligação entre ex-moderados e ex-restauradores, propondo a centralização, e os membros do Partido Liberal, em oposição, sendo defensores de leis descentralizadoras) e a relação entre ocupação e filiação partidária, de tal modo que afirma que “os dados [sic] mostram a tendência nítida de se concentrarem os funcionários públicos no Partido Conservador e os profissionais liberais no Partido Liberal.” (CARVALHO, 2007, p. 211). Vargas, entretanto, analisando o caso da província de Rio Grande de São Pedro, aponta para os erros de tal generalização que busca enquadrar os membros de partidos de acordo com alguma região e/ou atividade sócio-profissional: “Qualquer tentativa de se criar um modelo rígido para compreender o comportamento político-partidário destas elites deve evitar estas armadilhas. Havia negociantes, charqueadores e estancieiros com posições políticas conservadoras, liberais e posteriormente republicanas em todas as regiões da Província onde estas atividades econômicas eram realizadas” (VARGAS, 2007, p. 93). O autor conclui que para o caso rio-grandense “[...] não havia um partido que representasse exclusivamente as elites proprietárias da campanha. Se tal fato existiu, foi somente no nível discursivo, pois na prática, muitas famílias dividiam-se entre ambos os partidos” (VARGAS, 2007, p. 95).

(2001a) e Vargas (2007), a análise que fizemos da documentação camarária de São Sebastião do Caí revelou que, apesar das similaridades, existiram sutis diferenças entre a elite municipal e a elite brasileira e sul-rio-grandense. Na continuidade, identificamos alguns aspectos que caracterizam esta elite municipal, e que não são usualmente revelados, sobretudo, quando o foco se concentra nas instâncias maiores de poder.

Tratar do menor nível de poder, o municipal, a partir, exclusivamente, da ótica da política sul-rio-grandense e/ou brasileira, pode nos levar a incorrer em equívocos de generalização, negligenciando assim as específicas condições políticas locais. Tomemos a afirmação de José Murilo de Carvalho de que a formação e a atividade ocupacional dos membros da elite imperial funcionaram como fatores que garantiriam sua unidade: esta proposição, no nosso entendimento, não é válida para as elites locais. Para o historiador, a educação superior funcionava como “Elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial”, afinal, quase a totalidade da elite possuía estudos superiores, que então se concentravam na formação jurídica – o que conferia à elite conhecimentos e habilidades comuns – e em algumas poucas regiões.¹⁶ De acordo Carvalho, “Havia um verdadeiro abismo entre essa elite e o grosso da população em termos educacionais”, afinal a maior parte da população brasileira era analfabeta (CARVALHO, 2007, p. 79). Assim, a elite brasileira poderia ser descrita como “uma ilha de letrados num mar de analfabetos” (CARVALHO, 2007, p. 65), que garantia a unificação ideológica através de fatores como:

A concentração temática e geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes das várias capitâneas e províncias e inculcia neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil (CARVALHO, 2007, p. 65).

De acordo com dados apresentados pelo autor, cerca de 91% dos Ministros do Império possuíam educação superior. O percentual é ainda maior quando levados em conta somente os Ministros do período 1871-1889: 95,46%. No caso dos Senadores o alto índice se mantém. Como aponta Carvalho, 85% dos Senadores ao longo do Império tiveram educação superior. Assim também ocorria com os conselheiros de Estado: “entre os 72 que compuseram o segundo Conselho de Estado (1840-1889), somente dois não tinham educação superior”. Já o

¹⁶ Até a Independência, a formação superior se concentrava na Universidade de Coimbra. Após, concentrou-se, na área do Direito, em duas capitais provinciais. Em 1827, foram criados dois cursos de Direito, um em São Paulo e outro em Olinda, sendo este último transferido para Recife em 1854 (CARVALHO, 2007, p. 65, 74).

nível educacional dos deputados gerais era, segundo Carvalho, bastante semelhante ao dos Senadores (CARVALHO, 2007, p. 79). O estudo realizado por Jonas Moreira Vargas corrobora esta constatação, ao demonstrar que 93% dos deputados gerais pelo Rio Grande do Sul, entre 1868 e 1889, possuíam formação superior (VARGAS, 2007, p. 72). Mas, ao analisar o perfil dos deputados provinciais, Vargas constatou que para estes, a tese de Carvalho não se aplica. Ao contrário do que ocorria com os Senadores, Ministros e Deputados Gerais sul-rio-grandenses, a formação superior não constituía traço comum: “praticamente metade não possuía formação superior” (VARGAS, 2007, p. 79). Somente 58% dos deputados provinciais, das duas últimas décadas do Império, possuíam formação superior, número que contrasta com os 93% dos deputados gerais da província (VARGAS, 2007, p. 79-80).

E a elite municipal? O que poderíamos dizer sobre o seu nível de formação no âmbito do Rio Grande do Sul? No período de 1832 a 1889 formaram-se 163 estudantes sul-rio-grandenses, a maioria proveniente da região charqueadora (VARGAS, 2007, p. 80). No entanto, poucos deles atuaram na política municipal e, se o fizeram, foi por pouco tempo, usando-a apenas como um degrau político já que sua ambição era, na maioria das vezes, a política provincial/estadual ou nacional. Assim, não deve nos causar espanto o dado de que, se entre os deputados provinciais quase a metade não possuísse instrução superior, esta fosse ainda mais rara entre os vereadores.

Lavradores e negociantes, marceneiros e ferreiros, como os que encontramos atuando como vereadores em São Sebastião do Caí, não haviam frequentado cursos superiores. Sua realidade era, em boa medida, bem distinta da elite do país. Talvez, se tivéssemos que apontar algo que os distinguisse de boa parte da população, seria o fato de que sabiam ler e escrever. De acordo com dados do Censo de 1872, 75,94% da população do Rio Grande do Sul não sabia ler e escrever (FEE, 1981, p. 80). Em 1890, os altos índices de analfabetismo se mantêm no Rio Grande do Sul, acompanhando os dados do restante do Brasil; assim 74,71% da população sul-rio-grandense era analfabeta. No caso de São Sebastião do Caí, não possuímos os dados sobre a instrução da população, mas os alistamentos eleitorais nos fornecem indícios. Como já apontamos no capítulo anterior, dos 932 votantes no município ao final do Império, 80,36% eram alfabetizados. Tal percentual, bastante elevado entre os votantes, nos faz crer que em São Sebastião do Caí o grau de analfabetismo possa ter sido menor que o total da Província. Os dados do alistamento eleitoral, é importante lembrar, referem-se apenas àqueles que detinham o direito de voto de modo que, muito provavelmente, o índice de analfabetismo era muito maior que os 19,64% obtidos a partir desta fonte. Mas, é bastante

provável que no município de São Sebastião do Caí, assim como em outros tantos municípios da zona colonial,¹⁷ o índice de analfabetismo fosse bem menor do que a média do Rio Grande do Sul. Interessantes são os dados que encontramos na obra de Joseph Love, na qual o historiador aponta para a diferença – em termos de alfabetização – entre o que chamou de “o Rio Grande urbano e dos colonos, de um lado, e o Rio Grande das estâncias, de outro”. Segundo o autor, enquanto Porto Alegre possuía 58% de população analfabeta e São Leopoldo 54,7%, em São Borja o percentual de analfabetos alcançava 84% dos habitantes (LOVE, 1971, p. 59).

Estes dados parecem demonstrar que não é possível generalizar teses explicativas para dar conta de realidades distintas. A elite de São Sebastião do Caí, como veremos mais adiante, mantinha relações com a elite provincial – aquela que Jonas Vargas descreveu – e com a elite imperial – de que nos fala Carvalho. Entretanto, apesar de ambas estarem inseridas em um complexo sistema de poder – inicialmente o sistema imperial e, depois, o republicano – a elite caiense adquiriu características muito próprias, compatíveis com o contexto econômico, social e político municipal.

Tendo isto presente, definimos algumas questões que guiarão a análise da elite política local que desenvolveremos na continuidade: Quem compunha a elite caiense? Como esta elite pode ser caracterizada? Qual o perfil deste reduzido grupo? Quem eram esses homens que ocuparam as cadeiras camarárias ao final do século XIX, no momento em que São Sebastião do Caí se formava administrativamente? Houve modificações no perfil desta elite ao longo do período estudado e, mais particularmente, com a instituição do regime republicano? Que fatores atuavam para que um indivíduo se tornasse membro da elite local? Acreditamos que elas nos ajudarão a perceber que a homogeneidade de que fala José Murilo de Carvalho era, de fato, muito sutil e envolvia, no caso municipal, outros atributos que não a formação educacional e se encontravam para além da atividade ocupacional.

Certamente, estamos tratando de uma elite local que, em muitos aspectos, difere de muitas outras elites locais. A proposta, entretanto, é chamar a atenção para o papel fundamental desta elite no jogo político e para a importância do contexto local – econômico e social – para a definição e caracterização desta elite.

¹⁷ Segundo Joseph Love, a região da Serra é subdividida em Zona Colonial, Planalto Central e Distrito das Missões. A primeira delas – a zona colonial – compreende a porção leste da região da Serra, “que foi povoada por colonos alemães e italianos, ligados à policultura, no século XIX” (LOVE, 1971, p. 7).

3.3 Entre teutos e luso-brasileiros

Como já apontamos anteriormente, São Sebastião do Caí constituía local de convergência de diferentes etnias: os primeiros povoadores foram famílias luso-brasileiras, o que fica atestado nos mapas de população, nas listas eleitorais, e mesmo nas nominatas de vereadores, em que encontramos sobrenomes como Lucas, Guimarães, Centeno e Teixeira, além de muitos outros que demonstram o peso destas famílias na região. Entretanto, também era grande a presença de alemães e seus descendentes, em decorrência do processo de imigração oitocentista. Sobrenomes como Weissheimer, Schmidt, Ely, Simon e Collin são, juntamente a tantos outros, presença constante nos registros documentais consultados. Os distritos de São José do Hortêncio, Santa Catarina da Feliz e Nova Petrópolis contavam com significativa parcela da população de origem germânica. O Censo de 1872¹⁸ revela que, em São José do Hortêncio, de uma população total de 7005 habitantes, 1853 eram imigrantes, o que corresponde a 26,45% da população total (DECON, 2006). Já na colônia de Nova Petrópolis, a maioria dos habitantes eram imigrantes. Em fala à Assembléia Provincial em 1876, o Dr. José Antônio de Azevedo Castro, então presidente da província, afirma que na Colônia de Nova Petrópolis a população era de 1469 indivíduos, sendo 663 nacionais, 794 alemães, 29 holandeses e 23 franceses, de modo que os alemães representavam mais da metade populacional da colônia (CASTRO, 1876, p. 38). Se faziam presentes, ainda, neste mosaico demográfico, os italianos, que, chegados, sobretudo, no último quartel do século, eram moradores do distrito caiense da Colônia de Santa Tereza de Caxias, ou simplesmente, da Colônia de Caxias. A concentração de imigrantes na região era, neste sentido, bastante elevada, contando que no Rio Grande do Sul os estrangeiros não chegavam a somar a décima parte da população, segundo dados do Censo de 1872.¹⁹

Certamente, para os italianos que recém haviam chegado à região, uma investida na vida política poderia ser bem mais difícil. Entretanto, para muitos imigrantes alemães e para seus descendentes, que já se encontravam a mais tempo instalados na região, a política, sobretudo no âmbito da Câmara Municipal, se apresentava como um campo promissor para a representatividade de seus interesses.

¹⁸ Sobre o Censo de 1872, afirma Carvalho que é “reconhecidamente o mais bem-feito do século XIX” (CARVALHO, 2007, p. 96). Apesar de este censo contemplar um período um pouco anterior a nossa análise, ele permite um parâmetro de comparação válido.

¹⁹ Segundo dados do Censo de 1872, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul possuía uma população total de 443116 habitantes. Destes, 400654 eram nacionais e 42462 eram estrangeiros. Censo de 1872, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Dados constantes na planilha em formato Microsoft Excel *População considerada em relação às profissões* (DECON, 2006).

Alguns estudos mais recentes sobre imigração e política no século XIX, como os de Marcos Justo Tramontini e Marcos Antônio Witt, vêm demonstrando que, apesar de uma legislação restritiva no tocante à cidadania, muitos estrangeiros souberam burlar os obstáculos legais. Marcos Tramontini argumenta que, mesmo antes da lei que possibilitou a naturalização de imigrantes, não era possível aceitar “a interpretação de que a vida na colônia foi marcada pela apatia política, por um isolamento individualista, senão anti-social dos colonos, como a que perpassa significativa parcela da bibliografia” (TRAMONTINI, 2003, p. 305), chamando a atenção, então, para a capacidade de organização dos imigrantes. Witt, seguindo a mesma linha de interpretação, utiliza o exemplo de um colono alemão que, em 1829, foi eleito Juiz de Paz em Torres, para demonstrar como imigrantes e descendentes não somente participavam politicamente, como também chegavam a assumir cargos políticos (WITT, 2008, p. 247-250). Nossa análise aproxima-se, neste sentido, da proposta de Witt, na medida em que nos concentraremos, especificamente neste capítulo, nos indivíduos que se destacaram dos demais, um grupo minoritário, dentre os quais, existiram muitos descendentes de imigrantes.

Os dados que possuímos sobre a naturalidade dos camaristas de São Sebastião do Caí são fragmentários. Uma pesquisa documental de maior fôlego, contemplando as famílias destes vereadores, a consulta a registros de entradas de imigrantes, de batismos, casamentos e óbitos seria necessária para coletar dados mais completos. Como tal investimento não foi possível de ser realizado, achamos válido determinar a origem étnica destes indivíduos a partir da origem de seu sobrenome, cientes das falhas e imprecisões que tal procedimento poderia acarretar. Assim, ao analisar os sobrenomes dos 38 vereadores de São Sebastião do Caí em estudo, verificamos que destes, 13 eram de origem portuguesa, o que corresponde a 34,21%, enquanto a maioria, 65,79%, ou 25 indivíduos, eram teuto-brasileiros. Dentre os vereadores que apresentamos como sendo de origem teuta, temos informações de que pelo menos seis eram estrangeiros: Pedro Noll, Christiano Sauer, Guilherme Zirbes, João Stoffels, Frederico Arnoldo Engel e Reinhold Feix.

Apesar de não ser nossa intenção aprofundar a discussão em torno do caráter apolítico atribuído aos imigrantes alemães pela historiográfica clássica sobre o tema, não podemos nos furtar de informar que os dados que obtivemos da consulta à documentação relativa ao município de São Sebastião do Caí atestam que os imigrantes e seus descendentes não só se interessaram por questões políticas, como efetivamente buscaram ocupar cargos políticos.²⁰ Se, ao nível da política provincial, a ocupação de cargos políticos por imigrantes foi mais restrita – de 1881 a 1889,

²⁰ O artigo *A elite política local de uma região marcada pela imigração (final do século XIX)*, publicado nos Anais do XXV Simpósio Nacional de História, sintetiza a análise tratada neste tópico, a partir do estudo prosopográfico dos vereadores de São Sebastião do Caí no último quartel do século XIX (MARTINY, 2009a).

apenas cinco teuto-brasileiros foram deputados provinciais (DREHER, 2008, p. 58) – no âmbito municipal, eles se fizeram presentes no principal órgão administrativo local que era a Câmara Municipal.²¹ Já na primeira Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, que tomou posse em 1º de maio de 1877, a maior parte dos vereadores – seis dos onze - eram teuto-brasileiros. A presença de teuto-brasileiros se repetiria nas demais formações, como evidencia o Gráfico 1.

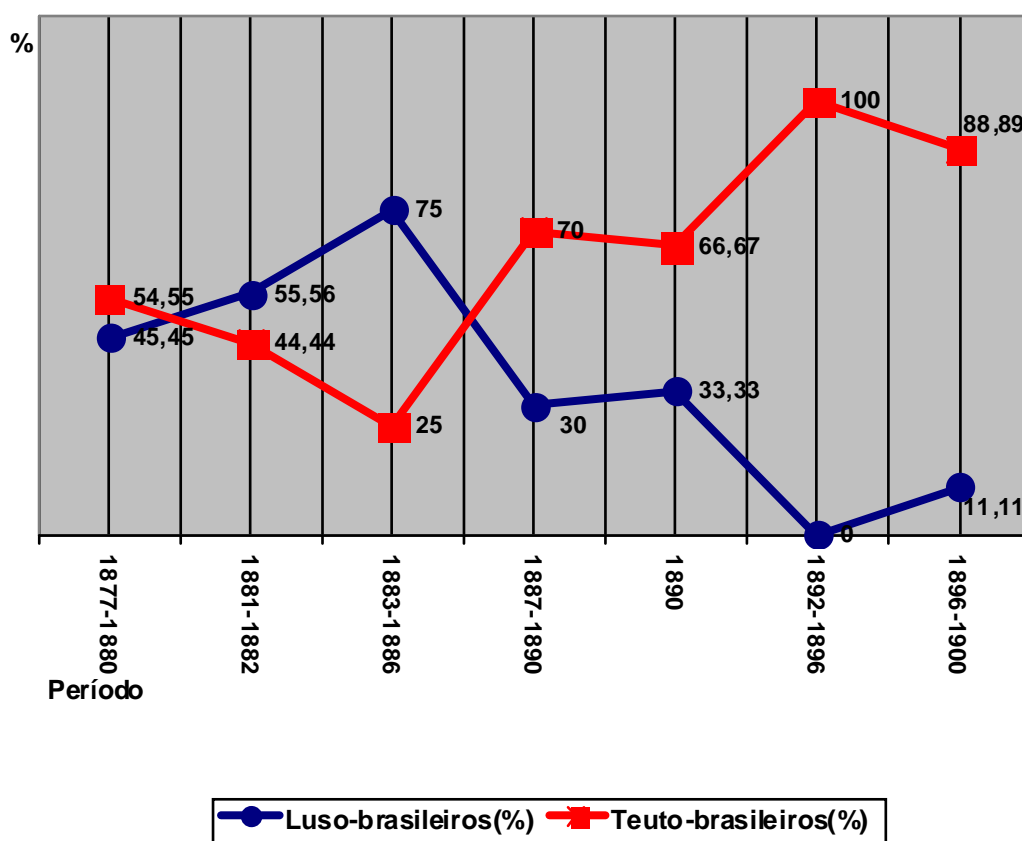


Gráfico 1 - Origem dos vereadores por composição camarária (em %)

Elaborado pela autora com base nos livros de atas das sessões camarárias (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1886; 1886-1890; 1892-1900)

Como demonstra o gráfico, nas duas primeiras composições da Câmara Municipal houve um maior equilíbrio entre a presença de teuto-brasileiros e luso-brasileiros. Entretanto, este equilíbrio se desfez a partir da terceira composição, quando, então, a presença luso-brasileira elevou-se a 75,00%. Esta, porém, foi a última vez, no período em análise, em que luso-brasileiros seriam maioria na Câmara. Na última Câmara do período imperial (1887-

²¹ Um pequeno, mas interessante, artigo sobre a presença teuta na Assembléia do Rio Grande do Sul é o de Miguel Frederico do Espírito Santo, *Representantes teutos na Assembléia Rio-Grandense (1887-1896)* (ESPÍRITO SANTO, 1995, p. 165-171).

1890), a presença teuto-brasileira chegava a 70,00%. Mesmo na Junta Municipal, nomeada pelo governo estadual em 1890, dos 3 membros, dois eram teuto-brasileiros. Como evidencia o gráfico, ao final do Império, os teuto-brasileiros garantiram a maioria na Câmara Municipal, mantendo-a assim pelos primeiros anos da República.

Assim, se Francisco Trein, por ocasião do primeiro pleito ocorrido em outubro de 1875 em São Sebastião do Caí, ao desempenhar a função de Juiz de Paz, demonstrou que a origem étnica não constituía barreira para o envolvimento na política municipal, os dados apresentados no gráfico só vêm referendar a participação de teuto-brasileiros na política local. Entretanto, é fundamental levar em conta que se, durante a República, os teuto-brasileiros garantiram maioria no Conselho Municipal, durante este período, a Intendência foi ocupada por um luso-brasileiro, Paulino Ignácio Teixeira, que se manteve no cargo até 1900, quando, então, seria substituído por outro luso-brasileiro, Orestes José Lucas.

Chamou-nos a atenção um curioso dado: a predominância de teuto-brasileiros na Câmara Municipal não ocorreu no momento de mudança de regime político, mas no período anterior, de 1887 a 1890. Se em 1883-1886 os teuto-brasileiros representavam somente 25% da Câmara, em 1887 passaram a representar 70%. O que poderia explicar tal mudança? A primeira hipótese é de que esta seria uma consequência da Lei eleitoral de 1881, conhecida como Lei Saraiva, que excluiu os analfabetos do direito de voto. Acreditamos que a exclusão dos analfabetos do sistema eleitoral tenha tido pouco impacto entre os teuto-brasileiros, isto porque a educação constituía uma das preocupações centrais para os imigrantes e seus descendentes. Segundo Martin Dreher, é possível constatar, na zona colonial, uma maior presença de estabelecimentos de ensino, pois entre os imigrantes “havia já há três séculos a convicção de que a escola é instância importantíssima para o processo educacional”, sendo ela uma “iniciativa comunitária” (DREHER, 2008a, p. 23). Dreher aponta que cada picada possuía uma área destinada à escola, já que esta era parte da atividade comunal da própria picada.²² Foi isto que ocorreu em São José do Hortêncio, colônia fundada em 1827 e que, a partir de 1845, passou a contar com uma escola comunitária e, em Picada Feliz, fundada como colônia oficial em 1846, e que, dois anos depois já contava com uma escola privada (DREHER, 2008a, p. 39). Já no capítulo anterior, ao analisarmos o impacto da Lei Saraiva

²² Martin Dreher define picada como uma forma de organização social, designação que pode ser substituída por linha, Lajeado, Travessa ou Travessão. Se de início a picada correspondia à “forma básica de penetração na floresta subtropical, na qual se busca abrir com os instrumentos disponíveis vias, ao longo das quais vão sendo instalados imigrantes, em lotes que lhes são designados”, lotes estes demarcados de acordo com a natureza topográfica, servindo algum rio ou afluente de limite de um lado, e outro lote de limite em outro lado, em pouco tempo cada picada se tornava “orientadora e organizadora da vida comunal”, constituída por templo, escola, cemitério, salão de festas comunitárias, vendas e outros estabelecimentos que visavam garantir a auto-suficiência da picada (DREHER, 2008a, p. 33-34).

em São Sebastião do Caí, apontamos que esta trouxe poucas consequências na paróquia de São José do Hortêncio, que contava com a grande maioria da população de descendência teuta e com um elevado grau de alfabetismo (lembramos que em 1879, 94,4% dos votantes de São José do Hortêncio sabiam ler e escrever), sendo que, para o caso da paróquia de Santana do Rio dos Sinos, com população predominantemente luso-brasileira, seu impacto foi maior, excluindo do direito de voto cerca de 20% dos votantes, segundo dados do alistamento de 1878.

Apesar de considerarmos esta hipótese plausível, ela, em nosso entendimento, supõe uma correspondência direta – e equivocada – entre origem étnica dos votantes e origem étnica dos vereadores, levando-nos a acreditar que luso-brasileiros votassem em luso-brasileiros, o mesmo ocorrendo entre os teuto-brasileiros. A distribuição dos votos da eleição ocorrida em 1875 parece comprovar que esta correspondência não é válida: na paróquia de Santana do Rio dos Sinos, dos 7 mais votados, 3 eram teuto-brasileiros, sendo que estes concentraram 40,92% do total de votos dos 7 mais votados e 24,38% do total de votos da paróquia. Já na Paróquia de São José do Hortêncio, com grande presença teuto-brasileira, dos 7 mais votados 4 eram luso-brasileiros, que juntos somaram 55,55% dos votos do grupo dos 7 mais votados e 45,84% dos votos totais.

Assim, não estamos supondo que teuto-brasileiros votassem exclusivamente em teuto-brasileiros e luso-brasileiros elegeassem luso-brasileiros. Tampouco estamos afirmando que os vereadores de origem portuguesa defendiam os interesses da população luso-brasileira, e os de origem teuta, os da população teuto-brasileira. Também, diferentemente do que fez Tramontini, não estamos procurando indícios de uma capacidade de organização dos teuto-brasileiros. A análise das atas camarárias não permite tal inferência. Também é importante ressaltar que não estamos agrupando os vereadores em dois grupos étnicos distintos, homogêneos e opostos. Tanto é assim que teremos luso-brasileiros que se opunham a outros luso-brasileiros, ocorrendo o mesmo com os teuto-brasileiros, pois em ambos partidos do período imperial – Liberal, Conservador e Republicano – havia representantes das duas etnias. Dos 15 vereadores sobre os quais temos informações acerca de sua filiação partidária no período imperial, 12 eram liberais, 2 eram conservadores e um deles – Antônio José da Rocha Júnior, luso-brasileiro – atuou ora junto a liberais, ora junto a conservadores. Dos 12 liberais, 8 eram de origem luso-brasileira e 4 de origem teuto-brasileira. Sobre os conservadores, não podemos fazer inferências, dado o número ínfimo de informações que temos sobre apenas um luso-brasileiro e um teuto-brasileiro. Quanto aos republicanos, correspondências enviadas a Júlio de Castilhos e a lista de presentes nas reuniões do Clube

Republicano 14 de Julho, fundado em 1900 no município, nos revelam a filiação republicana de alguns vereadores. Do grupo de 15 indivíduos que foram vereadores no período republicano, sabemos que ao menos 10 eram republicanos: César José Centeno, Christiano Jacob Trein, Jorge Pedro Jung, Justino Antônio da Silva, Lourenço Dexheimer, Mathias Steffens, Orestes José Lucas, Paulino Ignácio Teixeira, Pedro Michaelson e Reinhold Feix. Sendo assim, a identidade étnica, a partir dos dados que apresentamos, não nos parece ter sido um fator agregador da elite política do município de São Sebastião do Caí.

No próximo item, nos dedicaremos a desvendar a possível vinculação entre o domicílio e a atuação profissional destes indivíduos com o seu prestígio político e participação dos quadros da Câmara Municipal.

3.4 “Afirmar que o major acumulava funções públicas e negócios particulares”

O rio que levava nosso barco, nossas pessoas, nossas bagagens e nossas esperanças era o Jacuí. Quando embarcamos, a água estava tão calma que eu a acreditei sem corrente. O tempo estava soberbo, e segundo todas as possibilidades devíamos chegar, em dois dias, à casa de **um oficial de polícia, que acumulava a suas funções os ofícios de fazendeiro, comerciante e mercador de escravos**, para de lá nos conduzir, por terra, à colônia de Santa Maria de Soledade (LANGENDONCK, [1862] 2002, p. 32, grifo nosso).

Mais uma vez, é a viajante belga que nos ajuda – com suas anotações de viagem – a introduzir a temática deste tópico. Como sabido, o destino de Maria van Langendonck era uma das colônias fundadas e administradas pela Sociedade Montravel, Silveira & Cia. A caminho de Santa Maria da Soledade, fundeu no Porto do Guimarães, tendo sido recepcionada pelo próprio Guimarães, a quem o nome do povoado fazia referência. A partir da descrição que Madame van Langendonck faz de Guimarães, sabe-se que o “major acumulava funções públicas e negócios particulares” (LANGENDONCK, [1862] 2002, p. 38), já que era um oficial de polícia, fazendeiro, comerciante e mercador de escravos.

Na verdade, a descrição do Major Guimarães feita em 1857 pode ser estendida ao grupo que, no último quartel do século XIX, ocupava-se de “negócios particulares” e exercia “funções públicas”, integrando a Câmara Municipal. Por não serem pessoas unicamente dedicadas ao emprego público, conciliavam suas atividades particulares com estes cargos, que lhes garantiam prestígio social e, muitas vezes, potencializavam seus ganhos econômicos.

Não encontramos, para o caso de São Sebastião do Caí, nenhum indivíduo que dependesse exclusivamente da política para sobreviver, como constatou Carvalho em relação a alguns membros da elite política imperial (CARVALHO, 2007, p. 112-113).²³ Como pudemos observar através da análise dos inventários *post-mortem*, os vereadores em São Sebastião do Caí dependiam – financeiramente – de suas atividades ocupacionais. Os cargos políticos podiam trazer vantagens a estes indivíduos, até mesmo vantagens econômicas, mas não os tornavam dependentes destes financeiramente.²⁴ Quais seriam, então, as atividades que garantiam o sustento destes indivíduos? Quais as atividades ocupacionais exercidas pelos vereadores de São Sebastião do Caí?

No primeiro capítulo, no qual nos debruçamos sobre as motivações para a transferência da sede da freguesia de São José do Hortêncio para São Sebastião do Caí – e a posterior criação do município – apontamos a existência do porto no povoado de Porto do Guimarães e o crescimento de um excedente produtivo exportável como fatores determinantes. Ao levantarmos as profissões dos vereadores, pudemos constatar que, realmente, o setor comercial foi o que mais cresceu no município, explicando o fato de que dos 38 vereadores, 20 eram negociantes, correspondendo a 52,63%, ou seja, mais da metade do total de vereadores em estudo.

O levantamento das profissões destes vereadores tornou-se um grande desafio por inúmeras razões. Primeiramente, porque um mesmo indivíduo apareceu, em ocasiões ou documentos distintos, com profissões diferentes. Ocorreu, ainda, que um indivíduo mudou de profissão ou a informou de maneiras distintas. Um dos traços marcantes desta elite é que atuava em diversas atividades produtivas. Um fazendeiro poderia, por exemplo, ao transportar com sua carreta o excedente da sua produção – e mais o de seus vizinhos, conhecidos e parentes – vir a desempenhar, com o passar do tempo, a função de carreteiro, não estando longe a possibilidade da abertura de uma pequena casa de negócio no povoado em que vivia. Este pode ser o caso de João Stoffels, vereador no quadriênio de 1887-1890. No mapa de

²³Carvalho apresenta alguns casos em que fica clara a dependência em relação ao cargo público, quando então os políticos “viviam para a política, mas também da política”. Um dos exemplos apresentados por Carvalho é o do Visconde de Sinimbu, “líder liberal, filho de senhor de engenho e senhor de engenho ele próprio, vivia ao final do Império apenas de seus vencimentos de magistrado aposentado e de senador vitalício, o que levou o novo governo republicano a conceder-lhe uma pensão”. Este é o caso de outros tantos senhores de engenho que, num contexto desfavorável para a economia açucareira, passaram a depender financeiramente dos cargos públicos que ocupavam, o que explica, segundo Carvalho, a desvinculação entre a classe de origem e os interesses defendidos à frente de um cargo público (CARVALHO, 2007, p. 112-113).

²⁴ Esclarecemos que a defesa que fazemos da existência de certa independência financeira desta elite não implica ignorar a importância advinda de possuir tais cargos, como já mencionado ao final do capítulo anterior. Importância, sobretudo, social e relacional, já que o cargo político poderia garantir e revelar o prestígio que determinado indivíduo possuía na sociedade local, assim como com relação a políticos regionais e outras instâncias de poder.

população de 1870, João Stoffels, natural da Prússia e morador da “Picada Kronenval”²⁵, parte do que viria a ser o distrito de Santa Catarina da Feliz, aparece como moleiro (FINKLER, 1870). Já no alistamento de eleitores de 1890, o mesmo aparece como negociante (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1890, f. 44v-45), sendo proprietário, segundo consta no Livro de Receitas e Despesas da Câmara Municipal, de uma casa de negócios, incluindo taberna e loja de fazendas (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1885, f. 65v).

Outro complicador na definição da atividade ocupacional deve-se ao fato de que um mesmo indivíduo poderia exercer mais de uma atividade, o que não é incomum para o período. Assim, mesmo tornando-se um negociante, é muito provável que Stoffels continuou com seu moinho em atividade. O mesmo pode ter ocorrido com Antônio Otto Rühle, morador do Termo da Vila, que aparece no alistamento dos eleitores de 1890 tendo como profissão a de “carreteiro” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1890, f. 1). No Livro de Receitas e Despesas da Câmara Municipal referente ao ano de 1885 consta como tendo pago o imposto de 2\$500 réis para sua carreta de frete (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1885, f. 77v). Entretanto, ao consultar seu inventário, datado de 1921, constatamos que era dono de uma casa de negócio, avaliada em um conto de réis, o que equivalia a 15,63% de todos os seus bens (RÜHEE; RÜHEE, 1921).²⁶

José Murilo de Carvalho já havia observado o fenômeno: “Trata-se da freqüente ocorrência do fenômeno da ocupação múltipla, isto é, a mesma pessoa exercendo mais de uma ocupação” (CARVALHO, 2007, p. 95). Assim, um negociante poderia, além de sua casa de negócio, ser um carreteiro e dedicar-se à agricultura. João Weissheimer, por exemplo, vereador nos anos de 1887 a 1890, morador do distrito de Santa Catarina da Feliz, aparece no alistamento eleitoral de 1890 (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1890, f. 37v-38) como negociante, que de fato era, pois segundo seu inventário, possuía no distrito em que morava uma casa comercial que em 1900 somava um capital de 21:248\$500 contos de réis (WEISSHEIMER; WEISSHEIMER, 1900). Entretanto, não era somente da casa de negócios que Weissheimer se ocupava. No mapa de população de 1868, João Weissheimer aparece como lavrador, constando nas observações que era também negociante (BARTEL, 1868). Segundo o inventário, em 1900, ele também possuía uma criação de 20 porcos, o que pode estar vinculado à participação – no valor de 2 contos de réis – que tinha na Fábrica de Banha Oderich. Além do mais, o fato de estarem arroladas em seu inventário três carretas e 35

²⁵ “Picada Kronenval” é encontrada, em outros documentos, também sob a grafia “Picada Kromenthal”.

²⁶ O total de bens avaliados no inventário de Antônio Otto Rühle era de 4\$500 réis, já deduzidas as dívidas passivas (RÜHEE; RÜHEE, 1921).

bestas, sendo 23 “bestas de carga”, parece sinalizar que Weissheimer atuava também como carreteiro e tropeiro, ou seja, realizava o transporte de produtos a serem comercializados (WEISSHEIMER; WEISSHEIMER, 1900). Por outro lado, é preciso destacar que a distinção entre as atividades ocupacionais nas diversas fontes consultadas era, no mais das vezes, bastante tênue. Como diferenciar, por exemplo, “lavradores” de “fazendeiros”, se encontramos reconhecidos “grandes proprietários de terras” referidos como “lavradores”?

Tendo em vista estes condicionantes, optamos – para o levantamento das ocupações dos vereadores – por atribuir, primeiramente, a profissão constante nas listas eleitorais ou, então, aquela resultante do cruzamento de informações das listas eleitorais com os inventários. No caso de a ocupação mudar de uma lista para outra, optamos pela mais recorrente. É o caso de Pedro Franzen Filho, que no alistamento eleitoral de São José do Hortêncio, do ano de 1879, aparece como tendo a profissão “Agências”. Entretanto, em alistamentos eleitorais de 1876 e 1880, ele consta como “Negociante”, o que nos fez optar por esta última designação. Como entre os 38 havia apenas um que constava como carreteiro e que era dono também de uma casa comercial – no caso, Antônio Otto Rühle, já mencionado –, optamos por incluí-lo entre o grupo de negociantes, até porque não era raro que os assim denominados negociantes também possuíssem carretas, o que nos leva a crer que eram, também, muitas vezes, carreteiros. Jean Roche, ao referir-se à associação comércio-transporte, afirmou que “Em tôdas as colônias, a regra constituiu a associação do comércio e do transporte nas mãos de uma única pessoa: o comerciante local” (ROCHE, 1969, p. 423). Já para o caso de fazendeiros e lavradores, optamos pelo agrupamento destes em uma só categoria – “Fazendeiros”. Isto porque, a partir da análise da renda anual destes indivíduos – constante nos alistamentos eleitorais –, acreditamos que estes diferenciavam-se da maioria da população que nos alistamentos eleitorais possuía renda muito inferior e estava classificada como lavradores. Esta diferenciação de caráter econômico também fica evidente no montante de suas fortunas, constante nos inventários *post-mortem*. Consequentemente, o agrupamento de lavradores e fazendeiros em uma mesma categoria – a de “Fazendeiros” – visa demarcar sua diferenciação em relação ao grupo majoritário de pequenos lavradores existentes no município.²⁷ Assim, considerando que, depois de realizados estes

²⁷ Flávio Heinz, ao analisar o conjunto de dirigentes da CRB e SRB de fins da década de 1940 a fins da década de 1960, constatou a dificuldade de definição da profissão agrícola. Segundo ele, “mesmo que *fazendeiro* traduza uma representação mais fundiária e ‘política’, e *lavrador* ou *criador* expressem uma condição, sobretudo, ‘econômica’, vê-se com freqüência esses termos serem usados para qualificar a atividade de um mesmo indivíduo” (HEINZ, 2006a, p. 135). Apesar de referir-se a um período posterior ao de nossa análise, o estudo de Flávio Heinz reforça a nossa constatação quanto ao emprego indiscriminado dos termos *fazendeiro* e *lavrador* nos alistamentos eleitorais que analisamos. Acreditamos que a imprecisão decorria, sobretudo, da percepção do indivíduo que produzia o alistamento, ou da vontade de cada indivíduo de qualificar-se como fazendeiro ou lavrador.

“ajustes” nas qualificações ocupacionais dos vereadores, a variação das atividades ocupacionais do grupo não contemplava um número tão grande de categorias, achamos por bem mantê-las e não agrupá-las em grupos maiores.

Levando-se em conta a diferente origem étnica dos vereadores, sua atividade ocupacional e o distrito de origem, elaboramos a Tabela 7 em que constam sistematizadas estas informações.

Tabela 7 - Distribuição dos vereadores por atividade ocupacional, distrito e origem étnica

Atividade ocupacional	Distrito								Totais	
	Vila		Santana do Rio dos Sinos		São José do Hortêncio		Santa Catarina da Feliz			
	Nº		Nº		Nº		Nº		Nº	%
	Luso	Teuto	Luso	Teuto	Luso	Teuto	Luso	Teuto		
Negociante	1	9	2	1	-	3	-	4	20	52,63
Fazendeiro	1	-	8	-	-	1	-	-	10	26,32
Proprietário	1	1	-	-	-	-	-	-	2	5,26
Ferreiro	-	2	-	-	-	-	-	-	2	5,26
Marceneiro	-	1	-	-	-	-	-	-	1	2,63
Serreiro	-	1	-	-	-	-	-	-	1	2,63
Maquinista/Náutico	-	1	-	-	-	-	-	-	1	2,63
Professor público	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2,63
Total (nº)	3	15	10	1	-	5	-	4		
Total (%)	16,67	83,33	90,91	9,09	0	100,0	0	100,0		
Total geral (nº)	18		11		5		4		38	
Total geral (%)	47,37		28,95		13,16		10,53		100,01	

Elaborado pela autora com base em São Sebastião do Caí (1890), São José do Hortêncio (1879), Santana do Rio dos Sinos (1878), Bartel (1868), Finkler (1870), Fuchs (1870), Jung (1868?) e dados dos Inventários localizados no APERS.

Como evidencia a tabela, a maior parte dos vereadores – 20 no total – estava envolvida com atividades comerciais, sendo que parte significativa – 9 negociantes – residia na própria Vila de São Sebastião do Caí. É inegável, assim, o peso político dos negociantes a nível local. Lembremos que dois dos principais atores do episódio da primeira eleição da Câmara, Francisco Trein, Juiz de Paz de São José do Hortêncio, e João Daniel Collin, o vereador de São Leopoldo e morador de São José do Hortêncio – e que havia contestado a validade do pleito –, eram, ambos, comerciantes, sendo que os dois juntos, na eleição para Juiz de Paz naquela paróquia, em 1873, somaram 25,8% do total de votos (SÃO LEOPOLDO, [1875] 1873-1881b), percentagem significativa se considerarmos que o restante de votos foi dividido entre outros 46 indivíduos. O que também nos chamou a atenção foi o fato de que, dos

vereadores que exerceram o mandato mais de uma vez, 69,23% (ou 9 de um total de 13) eram negociantes.

Se levarmos em conta a população total do município em 1872 – 10532 habitantes –, somadas as populações das freguesias de São José do Hortêncio e Santana do Rio dos Sinos – constatamos que os negociantes representavam apenas 2,39% do total desta população (DECON, [1872] 2006).²⁸ O sucesso que tiveram no campo político é atestado pelo fato de o grupo representar 52,63% do total de vereadores. Se, por um lado, isto evidencia que esta elite era pouco representativa, em termos ocupacionais, da população em geral, por outro, a disparidade entre estas proporções parece demonstrar que os negociantes eleitos para a Câmara tiveram o apoio eleitoral de outros grupos ocupacionais. Fenômeno semelhante foi observado por José Murilo de Carvalho em relação ao recrutamento da elite imperial brasileira. Segundo o historiador, de um grupo que representava 0,1% da população total “saiu em torno de 95% dos ministros, 90% dos deputados, 85% dos senadores, 100% dos conselheiros de Estado” (CARVALHO, 2007, p. 98).

Carvalho adotou outros critérios de distribuição das profissões dos membros da elite imperial, agrupando-os em três grandes categorias, que denominou de “Governo”, “Profissões” e “Economia” (CARVALHO, 2007, p. 95-117). O mesmo fez Vargas, baseando-se na classificação de Carvalho. A especificidade da composição profissional da população de São Sebastião do Caí exigiu, entretanto, uma classificação distinta. Carvalho, por exemplo, agrupou na categoria “Economia” tanto os fazendeiros, quanto os comerciantes. Se utilizássemos o mesmo critério, a análise seria prejudicada, dada a enorme distinção entre os dois setores tanto no que diz respeito ao número existente de cada profissão na população, quanto ao número de votantes e ao número de vereadores. Assim, adotamos outros critérios e outra classificação, tendo em vista a especificidade da realidade analisada, marcada pela pequena propriedade rural e por uma intensificação comercial, decorrente, sobretudo, de um incremento da produção artesanal e agromanufatureira.

Apesar de os critérios de classificação por categorias das profissões que adotamos serem distintos dos empregados por Carvalho e por Vargas, acreditamos que seja possível o estabelecimento de uma comparação. Carvalho demonstrou que, ao final do período imperial, de 1871 a 1889, ministros e senadores eram, em sua maioria, provenientes do setor que denominou de “Profissões”, em especial, advogados. Já entre os deputados gerais, constatou que, além da grande presença de advogados, nas décadas de 1870 e 1880, havia um

²⁸ Dados contantes na planilha *População considerada em relação às profissões. Paróquias de S. José do Hortêncio e de Sant’Anna do Rio dos Sinos* (DECON, [1872] 2006).

significativo percentual de bacharéis, a maioria deles formados em Direito, mas sem ter conseguido se estabelecer como advogados (CARVALHO, 2007, p. 103-108). Tal cenário distingue-se do que ocorria a nível municipal, onde a política era dominada pelos setores ligados à terra e ao comércio.

Distinções também podem ser traçadas se compararmos os setores profissionais em que era recrutada a elite provincial. De acordo com Jonas Vargas, a maior parte dos deputados provinciais, nas duas últimas décadas imperiais, provinha do que ele denominou de setor das “Profissões”, que corresponderia ao grupo dos profissionais liberais, no caso, professores, advogados, jornalistas, médicos e engenheiros. Este setor profissional, entretanto, não correspondeu sempre à maioria da Assembléia. Na verdade, foi somente na segunda metade do século XIX que estes passaram a ser maioria entre os deputados provinciais gaúchos, uma vez que antes, de 1831 a 1853, profissionais burocratas, estancieiros e negociantes compunham sempre mais de 70% da Assembléia Provincial (VARGAS, 2007, p. 86).²⁹ Este perfil profissional da elite provincial, assim como o perfil da elite da Corte, difere muito daquele que encontramos, a nível municipal, em São Sebastião do Caí.

Os Gráficos 2 e 3 relacionam os percentuais de representação na Câmara por ocupação com a representação profissional do grupo de votantes, já apresentada nas tabelas 3 e 4 (do capítulo anterior). Assim, comparamos as composições camarárias do Império com os alistamentos eleitorais de 1876 e 1879 e as composições do período republicano com o alistamento de 1890, excluindo, deste último, os eleitores do distrito de Caxias. Alertamos para o fato de que não é nossa intenção que tais dados sejam tomados como absolutos, afinal, as inúmeras mudanças na legislação eleitoral ao longo do período abarcado podem ter provocado modificações no quadro de votantes. Neste sentido, o esforço comparativo pretende evidenciar as relações possíveis – em termos representativos – entre os dados relativos à população, aos votantes e aos eleitos.

A fim de simplificar, agrupamos em uma só categoria os vereadores “fazendeiros” e os referidos como “proprietários”. Na categoria “Outros” foram agrupados os vereadores que tinham a profissão de “ferreiro”, “serreiro”, “marceneiro”, “maquinista” e “professor público”. Para comparar o percentual de representação, as categorias elaboradas com base nos

²⁹ Jonas Vargas agrupa os deputados provinciais da província sul-rio-grandense em quatro períodos, e, então, analisa a ocupação profissional dos deputados que exerceram o mandato dentro de cada período. Para o período de 1831-1840 apresenta a seguinte composição: 35,16% do setor “Burocracia”, 14,80% do setor “Profissões” e 48,14% do setor “Economia”, setor este formado por Estancieiros/Negociantes. Para o período 1840-1853 a distribuição é a seguinte: 41,74% Burocracia, 28,57% Profissões e 29,67% Economia. Para o período 1853-1871: 28,36% Burocracia, 43,81% Profissões e 24,61% Economia; e, por fim, para o período 1871-1889: 14,25% Burocracia, 46,72% Profissões e 36,36% Economia (VARGAS, 2007, p. 86).

alistamentos eleitorais de 1878, 1879 e 1890, antes indicadas como “Atividades mecânicas e prestadores de serviços” e “Profissionais liberais” também foram agrupadas na categoria nomeada “Outros”. O gráfico 2 se vale dos dados sobre a população de São Sebastião do Caí constantes no Censo de 1872, e nos permite compará-los com as ocupações profissionais dos votantes e vereadores do município no período em estudo.

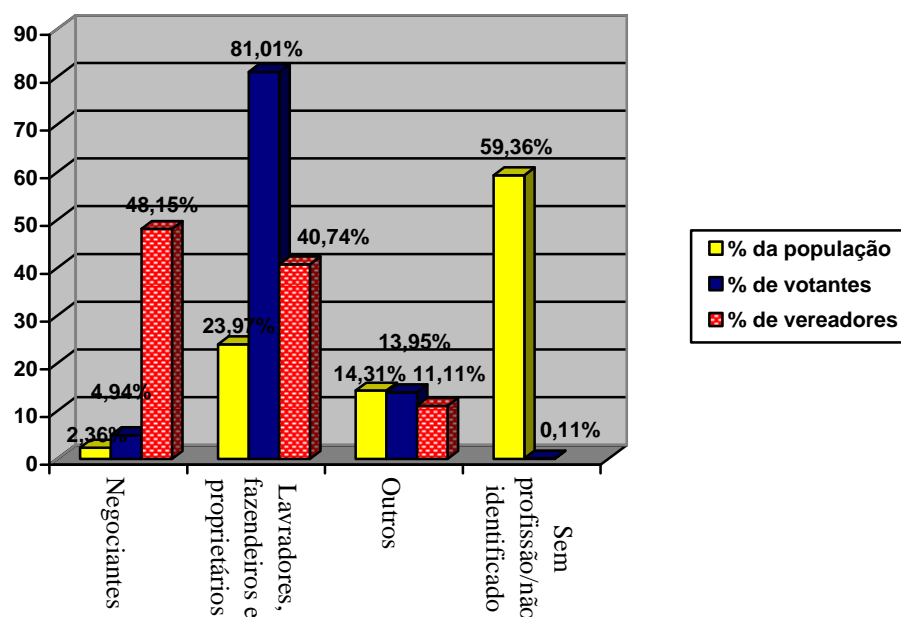


Gráfico 2 - Percentual de representação camarária – por profissão – no Império
Elaborado pela autora com base em São Sebastião do Caí (1890), São José do Hortêncio (1879), Santana do Rio dos Sinos (1878), Bartel (1868), Finkler (1870), Fuchs (1870), Jung (1868?), Decon ([1872] 2006)³⁰ e dados dos Inventários localizados no APERS.

Mesmo sendo muito alta a porcentagem de indivíduos denominados pelo Censo como “Sem profissão”³¹, podemos ter uma idéia da distribuição econômica do restante da população, sendo, portanto, a maioria, 23,97%, composta de proprietários, lavradores e criadores, enquanto o grupo dos negociantes representava a minoria da população (2,36%).

³⁰ Dados constantes na planilha *População considerada em relação às profissões*. Paróquias de S. José do Hortêncio e de Sant’Anna do Rio dos Sinos (DECON, [1872] 2006).

³¹ José Murilo de Carvalho, com base nos dados do Censo de 1872, constata que, no caso da população brasileira, a categoria “sem profissão” é constituída de 42% do total, porcentagem esta que “corresponde mais ou menos à soma da população com menos de 16 anos de idade e com mais de 60 anos, cuja porcentagem total é de 41,9%” (CARVALHO, 2007, p. 96). Entretanto, para o caso de São Sebastião do Caí – ou melhor, das paróquias de São José do Hortêncio e Santana do Rio dos Sinos, então correspondentes ao território do município – tal relação não é válida já que os “sem profissão” somavam 59,36% enquanto os habitantes com idade menor de 16 anos e maior que 60 anos somavam apenas 42,45%. Para realizar esta comparação utilizamos os dados constantes nas planilhas *População considerada em relação às profissões* e *População considerada em relação às idades*, das Paróquias de S. José do Hortêncio e de Sant’Anna do Rio dos Sinos (DECON, [1872] 2006).

Essa mesma tendência se observa entre os votantes de São Sebastião do Caí durante o Império. Os lavradores compõem a absoluta maioria (81,01%), ao passo que os negociantes representam apenas 4,94% dos votantes. No que diz respeito à representação obtida por cada categoria na Câmara Municipal, observa-se uma inversão de papéis entre fazendeiros e proprietários com negociantes. Na Câmara, os negociantes foram maioria (48,15%), enquanto que o grupo ligado à terra e às propriedades representavam 40,74% dos vereadores do período 1877 a 1889, e as demais profissões somente 11,11%.

O Gráfico 3 analisa a distribuição das profissões na Câmara e as compara com o percentual de votantes, por profissão, segundo o alistamento eleitoral de 1890.

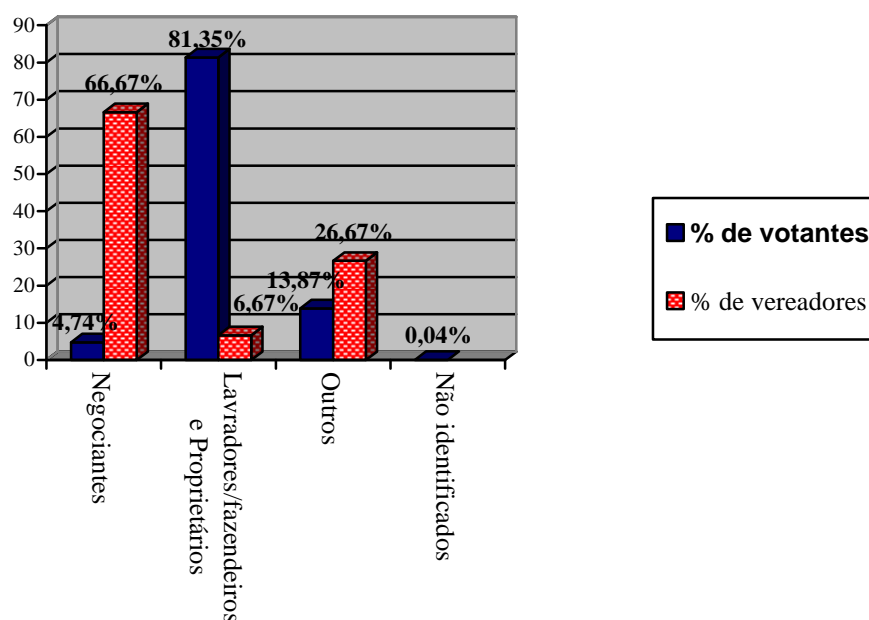


Gráfico 3 Percentual de representação camarária – por profissão – na República
Elaborado pela autora com base em São Sebastião do Caí (1890), São José do Hortêncio (1879), Santana do Rio dos Sinos (1878), Bartel (1868), Finkler (1870), Fuchs (1870), Jung (1868?) e dados dos Inventários localizados no APERS.

Como se pode constatar, após a Proclamação da República, a composição dos eleitores em São Sebastião do Caí modificou-se muito pouco, na medida em que lavradores, fazendeiros e proprietários mantiveram-se como os que predominavam entre os votantes (81,35%). Mas, se entre os votantes, os negociantes eram poucos (4,74%), sua presença na Câmara aumentou consideravelmente, passando a ser de 66,67% no período republicano. Situação bastante distinta era a dos lavradores, fazendeiros e proprietários, pois apesar de

manterem o maior percentual entre os votantes, reduziram significativamente sua presença na Câmara. Se no período imperial, 40,74% dos vereadores eram fazendeiros e proprietários, no período republicano apenas um fazendeiro conseguiu eleger-se, o que fez cair o percentual da categoria para 6,67%. Por outro lado, percebe-se um significativo aumento da categoria “Outros” nas câmaras republicanas. Mesmo que o seu percentual de votantes permaneça praticamente inalterado, a presença destas outras categorias profissionais teve um significativo aumento, passando de 11,11% para 26,67%, indicando, pois, o crescimento da importância política de um setor mais diversificado da economia local.³²

Faltam, é importante destacar, estudos prosopográficos sobre a elite política brasileira e sul-rio-grandense – governadores, deputados estaduais e federais – para este período inicial da República, a exemplo dos realizados por Carvalho (2007) e Vargas (2007) para o período imperial.³³ Referindo-se à elite política do Rio Grande do Sul na Primeira República, Joseph Love afirmou que, “A despeito do crescente e ativo papel da população colonial nas atividades econômicas do Estado, os colonos desempenhavam um papel menor na política”, pois “A grande maioria dos líderes oficiais e opositoristas do Rio Grande era membro da classe proprietária de terra” (LOVE, 1971, p. 139). Se esse perfil da elite política estadual demonstra a predominância dos interesses da mais tradicional economia do estado, é preciso relativizar a percepção de Love acerca dos ocupantes do poder a nível municipal. Segundo ele, “Em nível municipal, o PRR, que continuava a deter um quase-monopólio dos cargos políticos, era habitualmente dirigido por um estancieiro” (LOVE, 1971, p. 140). Tal afirmação é desconectada de uma contextualização espacial, na medida em que se isto pode ser verdadeiro para a região Sul do Rio Grande do Sul, não é aplicável para a zona colonial, por exemplo. Em São Sebastião do Caí, como observamos no gráfico 3, o poder local estava concentrado nas mãos de negociantes que, mesmo tendo, em alguns casos, boa parte de sua fortuna investida em terras, não podem ser considerados estancieiros no sentido com que tal designação é utilizada para referir-se aos grande latifundiários da parte Sul do estado. Paulino Ignácio Teixeira, Intendente Municipal durante o período republicano que analisamos, era proprietário de considerável extensão de terras em Santana do Rio dos Sinos. No inventário

³² Assim como observado para o período imperial, a composição profissional da elite municipal distinguia-se consideravelmente em relação à elite federal e estadual. Nos primeiros anos republicanos, a presença de militares é muito grande frente aos principais cargos da governança do país e do estado. O ciclo militar se fecha no Brasil somente em 1894, com o governo de Floriano Peixoto. A eleição do paulista Prudente de Moraes, em 1º de março de 1894 marcava o fim da presença de militares na Presidência da República.

³³ Joseph Love realizou um estudo prosopográfico da elite paulista entre 1889 e 1937, definindo como elite política aquela “composta pelos ocupantes dos cargos mais importantes no governo e nos partidos dominantes, tanto a nível estadual como federal” (LOVE, 1982, p. 215). A análise prosopográfica da elite republicana paulista é realizada no capítulo 5 de sua obra *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937* (LOVE, 1982, p. 215-247).

realizado por ocasião do falecimento de sua esposa, em 1891, 82,63% de seus bens concentrava-se em imóveis. Se parte significativa correspondia a imóveis rurais, entre terras, casas e benfeitorias, outra importante parcela correspondia a terrenos e propriedades no Termo da Vila de São Sebastião do Caí, na povoação de São João de Monte Negro e em Porto Alegre, sinalizando para uma tendência mais urbana de investimentos imobiliários. O mesmo também se pode constatar no inventário de Reinhold Feix, reconhecido pelo próprio Júlio de Castilhos como líder republicano local.³⁴ Nos autos do processo que se iniciaram em 1906, ano de sua morte, 64,82% de seus bens correspondiam a pedaços de terras e lotes coloniais. Mas Feix era negociante, de modo que 30,17% de seus bens correspondiam à casa comercial que possuía em Kronenthal, no distrito de Santa Catarina da Feliz.

Os gráficos 2 e 3 demonstram também que não havia uma representação profissional na Câmara Municipal. Lavradores, por exemplo, não votavam exclusivamente em lavradores, visando obter representação de seu grupo no poder municipal. Tanto isso é verdade, que os negociantes – com a maior presença na Câmara, mas a menor entre os votantes – angariavam votos entre outros setores profissionais.

Além do elevado número de negociantes³⁵, o que mais nos chama a atenção é que estes eram, na quase totalidade, descendentes ou mesmo imigrantes alemães. Dos 20 negociantes, 17 eram de origem teuta, o que corresponde a 85,00% do total de negociantes. Marcos Witt, ao debruçar-se sobre os colonos alemães que se destacaram pelo papel político que exerceram em suas comunidades, constatou “que praticamente todos os ‘exponenciais’ investigados neste trabalho tiveram alguma ligação com as vendas” (WITT, 2008, p. 174).

³⁴ Júlio de Castilhos reconhecia Reinhold Feix (ou Reinoldo Feix) como importante correligionário do PRR. Em 24 de agosto de 1901 Feix enviava a Júlio de Castilhos, a quem denominava de “Ilustre Chefe Dr. Julio de Castilhos”, uma correspondência do seguinte teor: “*Saudações. Mais uma vez venho encomodar lhe por causa do meu negocio com o governo. V. Sx^a. sabe que ja faz três annos que eu espero uma decisão, e eu Vivo muito aborecido com este negocio, Peço o grande favor a V. Sx^a, me ajudar p^a. que fique despaxado meus papeis mais breve possivel, Peço ao meu Chefe não levar a mal meu pedido, e mande suas ordens sempre*”. Não temos maiores informações acerca de a que “*negocio com o governo*” Feix se refere. Entretanto o que nos chamou a atenção nessa correspondência – mais do que o pedido de Feix, que por si só demonstra uma certa proximidade com Júlio de Castilhos – foi o comentário redigido pelo próprio Castilhos junto à mesma correspondência e endereçado a Medeiros (Borges de Medeiros). Escreveu Castilhos: “*Este Feix, que é correligionário dedicado e chefe da “Picada da Feliz”, merece um despacho equitativo, cuja demoriada [sic] protelação tem decorrido da troca de notas entre o Martins Costa e Parobé, apesar da simplicidade do assumpto, que data de 1898. Os papeis estão encalhados nas mãos do Martins. Julio*”. Abaixo do comentário de Júlio, novo comentário, agora de Borges de Medeiros: “*Resolvi o caso sem demora, relevando o recorrente da pena pecuniária que lhe fora imposta, como era de equidade. O despacho respectivo já foi publicado. 1-12-1901. Medeiros*”. Como se pode perceber pela sequência de anotações feitas na correspondência, o pedido de Feix foi atendido – em pouco mais de três meses – devido ao empenho de dois dos maiores chefes republicanos do Estado, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, que reconhecem em Feix uma importante figura política local (FEIX, 1901, doc. n. 709).

³⁵ As atividades comerciais exercidas pelos “*negociantes*” serão analisadas mais detalhadamente no próximo capítulo, visando evidenciar o quanto estas relações econômicas eram fundamentais e determinantes para a manutenção de seu status político.

Observação semelhante fez Hilmar Kannenberg, ao assinalar que, desde 1881, alemães e descendentes adquiriram o direito de participar do processo político-partidário, mas “Em termos gerais, a atuação políticas dos imigrantes alemães, em nível municipal, está nas mãos dos comerciantes” (KANNENBERG, 1987, p. 23-24). A tabela 7 confirma esses dados. Dos 38 vereadores, 25 eram de origem teuta. Destes, 17, ou seja, 68,00% eram negociantes.

Entretanto, como já apontado, não foram somente comerciantes teuto-brasileiros que compuseram esta elite no município de São Sebastião do Caí. Proprietários, fazendeiros, ferreiros, marceneiros, serreiros, maquinistas/náuticos e, inclusive, um professor de origem teuta também se fizeram presentes na Câmara, mesmo que em menor número. Em relação ao último, tratava-se de Mathias Steffens, professor público, morador do distrito de São José do Hortêncio e major da Guarda Nacional, que foi eleito vereador para o período de 1896 a 1900. Mas o que poderia explicar a presença de um professor de origem teuta entre este grupo que constituía a elite local?

Steffens integrava, ao final do século XIX, um ínfimo grupo profissional. Segundo dados do Censo de 1872, havia no Rio Grande do Sul 591 “Professores e Homens de Letras” (DECON, [1872] 2006)³⁶, o que correspondia a 0,16% do total da população. São Sebastião do Caí contava, então, entre sua população, com 9 “Professores e Homens de Letras” (DECON, [1872] 2006)³⁷, o que representava somente 0,08% da população do município. Na região colonial, parte destes professores lecionava em escolas comunitárias, fundadas e mantidas pelos próprios imigrantes e descendentes. Assim, mais restrito ainda se tornava o grupo profissional ao qual pertencia Mathias Steffens, se considerarmos somente os professores públicos. Como aponta Martin Dreher, apesar de já previsto na Constituição do Império de 1824 que “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos” (BRASIL, [1824] 2002, p. 221), no Rio Grande do Sul tal determinação não foi posta em prática. Em 1834, o Ato Adicional delegou à Província a responsabilidade acerca da educação. Entretanto, foi somente após a Revolta Farroupilha (1835-1845) que se deu a maior expansão do ensino no Rio Grande do Sul, a despeito da falta de professores e de recursos (DREHER, 2008a, p. 30-31).³⁸

Ser professor, no século XIX, era uma profissão financeiramente rentável. Informações dos alistamentos eleitorais das Paróquias de Santana do Rio dos Sinos e São José

³⁶ Dados da planilha *População considerada em relação às profissões* (DECON, [1872] 2006).

³⁷ Dados das planilhas *População considerada em relação às profissões* das Paróquias de S. José do Hortêncio e de Sant’Anna do Rio dos Sinos (DECON, [1872] 2006).

³⁸ De toda a forma, em 1849 a Província contava com 80 escolas que atendiam 3571 alunos (DREHER, 2008a, p. 30-31). Para maiores informações sobre a história e a situação do ensino no Rio Grande do Sul, em especial, do ensino privado, ver a obra de Dreher, *Breve História do Ensino Privado Gaúcho* (2008a).

do Hortêncio confirmam uma melhor condição financeira dos professores, se comparada a de outros segmentos da população. Os dois professores alistados em 1878 em Santana do Rio dos Sinos possuíam uma renda de 800 mil-réis, renda esta bastante elevada, considerando-se que dos 431 eleitores da paróquia apenas 15 possuíam renda igual ou superior a 800 mil réis. Já para o caso de São José do Hortêncio, dos 5 professores públicos alistados, três possuíam renda de 800 mil-réis e dois de 600 mil-réis, diferenciando-se dos dois professores particulares constantes no alistamento cuja renda era de 300 e 400 mil-réis, isto tudo em um contexto em que 71,66% dos votantes foram alistados com renda de 200 mil-réis. Se o exercício do magistério trazia vantagens de ordem econômica, também garantia o status de cidadão político para quem o exercesse, afinal, a renda anual de um professor atendia à exigência da legislação eleitoral imperial. Dos 7 professores alistados em São Sebastião do Caí na década de 1870, somente um não possuía a renda anual mínima para tornar-se elegível. Um caso exemplar de como a renda de um professor podia garantir a sua condição de eleitor é trazido por Vargas em sua Dissertação de Mestrado. Ele refere-se ao cearense Antônio Lourenço da Silva Castro, morador de São Leopoldo, que conseguia qualificar-se graças à renda de 500 mil-réis anuais de sua esposa Brinulfa, que era professora em São Leopoldo. Quando, no início da década de 1860, dona Brinulfa faleceu, Antônio acabou sendo eliminado da lista de votantes de São Leopoldo (VARGAS, 2007, p. 120).

Acreditamos, no entanto, que outros fatores podem ter facilitado a entrada de Steffens no grupo da elite política de São Sebastião do Caí, já que o quesito renda não mais constava na legislação eleitoral no período em que assumiu como vereador. O fato de Steffens ser major da Guarda Nacional – o que, como veremos mais adiante, garantia a ele algum prestígio – e, principalmente, professor podem ter contribuído para seu reconhecimento político. Jonas Vargas também observou, a partir do caso de Antônio Lourenço de Castro, o quão importante poderia vir a ser o cargo de professor público no “mundo da paróquia”, por este exercer grande influência sobre a população local (VARGAS, 2007, p. 119-120). É muito provável que muitos outros – direta ou indiretamente – tenham tido reconhecimento político devido ao exercício do magistério. Dentre alguns deles, destacamos Pedro Michaelsen, cujo sucesso nas eleições municipais pode ter sido decorrente da profissão de seu pai, Frederico Michaelsen, que era professor em Nova Petrópolis. Para tornar mais evidentes as atividades ocupacionais dos vereadores no município de São Sebastião do Caí no período de 1877 a 1900, elaboramos o gráfico que segue.

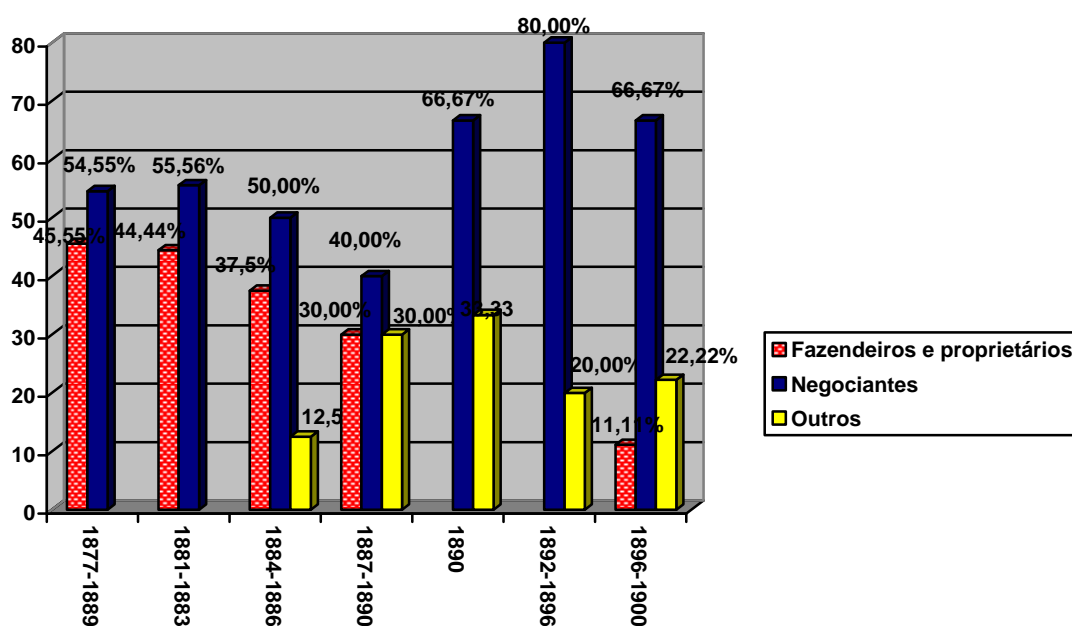


Gráfico - 4 - Composições camarárias por atividade ocupacional dos vereadores

Elaborado pela autora com base nas Atas da Câmara Municipal (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1886; 1886-1890; 1892-1900), das listas eleitorais (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1890; SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO, 1879; SANTANA DO RIO DOS SINOS, 1878) e nos Mapas de População (BARTEL, 1868; FINKLER, 1870; FUCHS, 1870; JUNG, 1868?).

Além de o gráfico corroborar a já apontada predominância de negociantes entre os vereadores por todo o período estudado, dele pode-se deduzir outras características desta elite municipal. Dos 15 indivíduos que estiveram na Junta e nos Conselhos Municipais após a proclamação da República, 10 eram negociantes, dos quais 5 moradores da Vila, 2 do distrito de Santana do Rio dos Sinos e 3 de Santa Catarina da Feliz. A predominância de negociantes provenientes do Termo da Vila e do distrito de Santa Catarina da Feliz corrobora a importância destes dois locais para o comércio da região. Do porto existente na Vila de São Sebastião até o porto localizado junto ao distrito de Santa Catarina da Feliz a navegação era possível em períodos de cheia do rio Caí, numa extensão de 154 km (REINHEIMER, 2007, p. 150). Assim, era facilitado o transporte de mercadorias com origem e com destino não somente a Picada Feliz como também à Nova Petrópolis e às colônias italianas localizadas na Serra. Desta forma, Picada Feliz atuava como ponto intermediário de passagem de carreteiros e tropeiros que iam e vinham da região serrana. No relatório que a Câmara Municipal de São Sebastião do Caí enviou à Assembléia Provincial, em 1878, um dos assuntos tratados foi o da

necessidade de remoção da sede da Freguesia de Santo Ignácio para o povoado de Passo da Esperança, que então deveria denominar-se freguesia de Santa Catarina. O motivo para tal remoção foi assim explicitado pelos vereadores:

A bem do desenvolvimento commercial e industrial torna se urgente a remoção da Sede da freguesia de Santo Ignácio (de que trata a Lei nº 1047 de 20 de Maio de 1876) para o povoado do – Passo da Esperança – na bifurcação das estradas da – Picada Feliz – Pirajá – e desta Villa por ser ponto mais proprio e obrigatorio ao commercio” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1878] 1878, f. 4).

Em abril do mesmo ano, a Câmara de São Sebastião do Caí pedia providências ao Governo Provincial no sentido de promover melhoramentos na estrada que ligava a Vila à Colônia de Santa Thereza de Caxias. A ligação se dava, então, por estrada que passava pela Picada Feliz, e que, então, atuava como importante via comercial, como deixa claro este trecho da correspondência:

Está situada neste município a Colonia do Estado com a denominação – Caxias – [...].
Essa colonia na distancia de 6 ½ legoas desta Villa e seu porto, não obstante os defeitos de sua administração, promette concorrer para vir a ser esta grande Província o abundante celleiro de todo o Imperio e dos Povos do Rio da Prata. O plantio do trigo que ahi se faz de preferencia está em condições de prosperar, e assim tambem a cultura da vinha e de cereais. A utilidade dos productos será, porem, escassa, ou nenhuma pelas difficuldades dos transportes. Assim é que existe instante e urgente a necessidade de melhorar a actual via de comunicação pela sobredita Picada Feliz e continua-la devidamente da povoação do Campo dos Bugres até sahir a mesma estrada nos ricos campos da Freguesia de S. Francisco de Paula de Cima da Serra. Ficarão por este meio estabelecidas avultadas relações de commercio entre tão fucturoza região e a não menos da Vaccaria e o importante porto desta Villa. [...] O fucturo da referida povoação digo da referida colonização pende do melhoramento dessa grande estrada, que sem maiores despesas poderá ser de rodagem. Por ella se fará ainda o commercio de bestas e gados dos vastos campos de Cima da Serra e Vaccaria. [...] (TREIN et al., 1878, f. 8v-9).

Tanto o Relatório da Câmara Municipal, quanto a correspondência por ela enviada evidenciam a importância do povoado de Picada Feliz como uma via comercial entre a sede do município de São Sebastião do Caí e a região serrana de colonização. Como se pode constatar, Santa Catarina da Feliz desenvolvia-se significativamente e o comércio se tornava, inclusive, uma importante atividade local.

Já a tabela 7 nos traz importantes informações sobre o distrito de origem dos vereadores de São Sebastião do Caí: dos 13 vereadores de origem luso-brasileira, 10 moravam no distrito de Santana do Rio dos Sinos, o que corrobora a idéia de que esta freguesia era um reduto das famílias luso-brasileiras, que primeiro colonizaram o Vale do Rio Caí. De acordo com Alceu Masson (1940, p. 76), o território que, mais tarde, se tornaria a paróquia de Santana do Rio dos Sinos foi a primeira a ser ocupada por famílias luso-brasileiras. Santana era, portanto, área de mais antiga ocupação, o que poderia conferir-lhe proeminência ante os demais distritos.³⁹

No caso dos vereadores de origem teuta, a maior parte provinha da própria vila: dos 25 vereadores de origem teuta, 15 moravam na Vila (ou seja, 60,00%). Lembramos, pois, que a vila correspondia, antes da sua emancipação, ao povoado de Porto do Guimarães, que pertencia à freguesia de São José do Hortêncio, na qual se concentrou, numa primeira fase, o assentamento de imigrantes alemães a partir de São Leopoldo. Se formos considerar essa antiga e extensa área da freguesia de São José do Hortêncio, então somente um vereador de origem germânica não se originou desta área. Com exceção de Pedro Felippsen, proprietário de uma taberna e loja de fazendas na Costa da Serra, distrito de Santana do Rio dos Sinos, todos demais vereadores de origem teuta eram moradores da Vila, São José do Hortêncio e Santa Catarina da Feliz.

Por fim, vale ressaltar que os dados apresentados na tabela 7 nos revelam que, mesmo que o município fosse composto por diversos distritos – cuja composição foi se modificando ao longo do período estudado – nem todos possuíam a mesma representação na administração municipal. Se a Vila, naturalmente, lograva maiores vitórias ao garantir representantes na instituição camarária, a representação dos distritos era muito desigual. Santana do Rio dos Sinos teve, ao longo do período, mais que o dobro da representação de São José do Hortêncio e quase o triplo de Santa Catarina da Feliz. Nova Petrópolis nem consta na tabela, pois, o único representante que teve, nem sequer permaneceu morador do distrito. Se no alistamento eleitoral de 1876, Pedro Michaelsen constava como morador da Colônia de Nova Petrópolis, no alistamento de 1890 – portanto, anterior ao seu primeiro mandato na Câmara Municipal –

³⁹ No Rol de Confessados da paróquia de Bom Jesus do Triunfo de 1758, encontramos, num local denominado “Do Rio dos Sinos até o do Cahy”, a casa de José Leite de Oliveira. Naquela ocasião, José vivia com sua mulher, Fabiana Barbosa, três filhos, Mateus, Ana Maria e José, mais sete escravos e seis agregados. No alistamento eleitoral da paróquia de Santana do Rio dos Sinos de 1878, encontramos, morando no 9º quarteirão, Luís Leite Oliveira, um senhor de 50 anos, lavrador, filho de José Leite Oliveira, que acreditamos ser o filho do primeiro José Leite Oliveira, que encabeçava a casa no Rol de Confessados de 1758. O que nos indica que o Rol de 1758 abarcava exatamente a região de Santana do Rio dos Sinos (TRESLADO, 1758).

ele já constava como morador da vila.⁴⁰ Michaelsen está longe de ser um caso isolado. Como veremos no capítulo seguinte, os membros da elite política caiense, mesmo residindo em distritos do interior, procuraram, de alguma forma, fazerem-se presentes na sede municipal, não sendo raros os indivíduos – ou famílias – que adquiriram terrenos e construíram casas ou estabelecimentos na vila. O gráfico que segue procura demonstrar a representação de cada distrito municipal na Câmara.

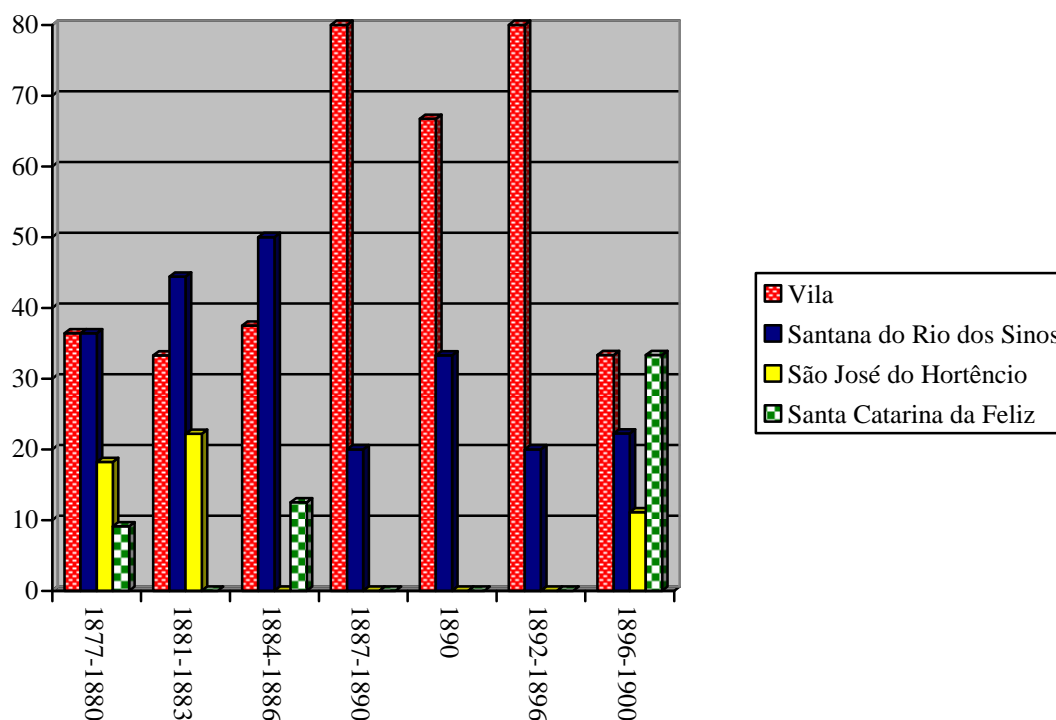


Gráfico 5 - Representação na Câmara dos distritos municipais de São Sebastião do Caí (em %) Elaborado pela autora com base nas Atas da Câmara Municipal (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1886; 1886-1890; 1892-1900), das listas eleitorais (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1890; SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO, 1879; SANTANA DO RIO DOS SINOS, 1878), nos Mapas de População (BARTEL, 1868; FINKLER, 1870; FUCHS, 1870; JUNG, 1868?) e nos Inventários localizados no APERS.

Como se pode perceber, na maioria das formações camarárias era o Termo da Vila que obtinha a maior representação, seguida pelo distrito de Santana do Rio dos Sinos. Na última Câmara do regime imperial, um dado curioso: esta foi monopolizada por indivíduos que residiam ou no Termo da Vila ou no distrito de Santana do Rio dos Sinos.

A partir dos gráficos e tabelas até aqui apresentados, podemos afirmar, com certa segurança, que grande parte da homogeneidade da elite política de São Sebastião do Caí

⁴⁰ Pedro Michaelsen foi vereador de 1892 a 1896 e de 1906 a 1900.

advinha de sua atividade ocupacional e do local em que residiam. De acordo com José Murilo de Carvalho (2007), no Brasil oitocentista, a educação superior e a ocupação profissional foram as que mais contribuíram para forjar a unidade da elite imperial.⁴¹ Como já apontamos, as difíceis condições de acesso à educação superior, em especial, para os habitantes das áreas mais remotas das províncias, como é o caso da área colonial do rio Caí, não deram à elite local possibilidades de acesso à educação superior. Sendo assim, consideramos que foi a atividade ocupacional o que garantiu maior unidade à elite política caiense, “Na medida em que o recrutamento de uma determinada elite política se limite aos membros de algumas poucas ocupações, aumentarão os índices de homogeneidade ideológica e de habilidades e interesses” (CARVALHO, 2007, p. 95), fator este que esteve associado ao local de residência. Parece ter sido isto o que ocorreu com a elite política de São Sebastião do Caí, predominantemente ligada às atividades comerciais que acabaram por concentrar-se na Vila, onde se localizava o porto e o aparato administrativo municipal. O fato de ser negociante e estar presente no distrito-sede do município trazia vantagens sobre outros indivíduos. Como veremos no capítulo seguinte, muitos dos indivíduos que compunham a elite local pareciam ter consciência da importância de se fazerem representar na Vila – a sede municipal –, através de estratégias que poderiam ser múltiplas.

Vale destacar que um dos distritos – que desempenhava a função de sede de uma das companhias da Guarda Nacional – teve 11 representantes na Câmara Municipal no período analisado, o que acabou por conferir à elite caiense certa peculiaridade, na medida em que estes, concomitantemente às suas atividades ocupacionais, ocupavam postos de oficiais na Guarda Nacional. Esta condição particular de alguns vereadores será explorada no próximo item.

3.5 A presença de oficiais da Guarda Nacional na Câmara Municipal

A 8 de novembro de 1888, Carlos Berto Círio, em decorrência do falecimento de sua esposa Narcisa Amélia Círio, passava procuração ao advogado João Francisco de Aguiar Júnior para representar seus interesses na tramitação do processo de inventário. Nesta, Berto Círio se apresentava como “Carlos Berto Círio Capitão da Guarda Nacional desta Comarca de São João do Cahy” (CIRIO; CIRIO, 1888, f. 5), o que parece demonstrar a consciência que ele tinha do prestígio e, conseqüentemente, do poder

⁴¹ É este o mote das análises de Carvalho nos capítulos 3 e 4 da obra *A construção da ordem* (2007, p. 63-118).

simbólico, de que estava investido o indivíduo que o possuía. Este aspecto é referido por Raul Róis Cardoso, para quem “as elites investiam na presença na Guarda Nacional, em função do capital simbólico que esta guarnição possuía, sendo recrutada entre os homens de bem do período” (CARDOSO, 2005, p. 42).

A partir da consulta a diferentes documentos, procuramos identificar quais os vereadores de São Sebastião do Caí que possuíram alguma patente da Guarda Nacional. Procedemos, então, um levantamento dos vereadores que, em algum documento consultado, foram referidos como portadores de patente militar. Em relação a alguns desses vereadores, encontramos, na própria documentação da Guarda Nacional, o registro de sua patente. Para outros, servimo-nos de sua assinatura, acompanhada da menção da patente em Atas da Câmara ou em correspondências desta. Em outros casos, foram os próprios Autos de Inventário ou o seu registro em um alistamento eleitoral que revelaram a patente.

Criada em 1831, em pleno avanço liberal, a Guarda Nacional constituía uma milícia cidadã que tinha por função primordial manter a ordem local.⁴² Segundo Castro, a atuação da Guarda Nacional concentrou-se no município e, quando fora da Província, “em Corpos destacados para o serviço de guerra, medida que o governo usou fartamente durante as rebeliões regenciais” (CASTRO, 1977, p. 24). A Guarda Nacional, uma milícia composta por todos aqueles que eram considerados cidadãos – ou seja, que participavam do processo eleitoral, uma vez que somente poderiam participar da Guarda Nacional os cidadãos que auferissem o mesmo mínimo de renda exigido para ser eleitor, 100 mil-réis⁴³ –, exercia praticamente o papel policial nos municípios, realizando tarefas como rondas, transporte de criminosos para julgamento e captura de criminosos. Os postos básicos da Guarda Nacional eram ocupados pelos setores sociais mais baixos, enquanto os grandes postos eram reservados aos integrantes das elites, de modo que esta estrutura refletia “a sociedade em seus graus hierárquicos” (GRAHAM, 2001, p. 37).

Tendo sido criada como instrumento institucional para favorecer a centralização do poder tornou-se, por outra via, importante instrumento de fortalecimento das aristocracias

⁴² Importantes estudos que enfocam a Guarda Nacional são os de Jeanne Berrance de Castro (1977), Fernando Uricochea (1978), José Iran Ribeiro (2005) e André Fertig (2006).

⁴³ José Iran Ribeiro (2005), em seu trabalho *Quando o serviço os chamava: milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)* aponta que, se, por um lado, a exigência do critério de renda limitava o acesso, por outro lado, garantia uma maior participação racial, uma vez que, teoricamente, um negro liberto, atendendo à renda exigida, poderia integrar a Guarda Nacional. Por outro lado, o mesmo autor demonstra que, apesar de alguns negros terem servido na Guarda Nacional, a possibilidade era menor, já que dependiam dos agentes de recrutamento, sobretudo no que diz respeito a galgar altos postos, uma vez que para isso dependiam da nomeação do Presidente da Província, isto porque os setores sociais tidos como mais perigosos e ameaçadores da ordem eram recrutados para a 1ª linha, o Exército (RIBEIRO, 2005, p. 200-204).

locais, uma vez que era organizada pelos próprios proprietários de terra. José Iran Ribeiro destaca a situação paradoxal vivida por esta instituição: se por um lado, atendia aos objetivos centralizadores do governo central, se fazendo presente em todo o Império; por outro, ao ser formada, a partir dos municípios, acabava por legitimar os poderes locais, reconhecendo o poder político e econômico dos grupos locais, “que se colocavam como defensores da ordem e da tranqüilidade pública” (RIBEIRO, 2005, p. 140).⁴⁴ Além do mais, os cargos de oficiais eram escolhidos por meio de eleições, das quais participavam todos os guardas nacionais, o que aumentava o poder dos senhores locais.⁴⁵ Entretanto, tal situação modificou-se, em épocas distintas, nas diversas províncias. No Rio Grande do Sul, a partir de 1837, os oficiais da Guarda Nacional passaram a ser de escolha do Presidente da Província, num claro movimento de centralização (RIBEIRO, 2005, p. 152). Em 1850, a Reforma da Guarda Nacional, expressando os desejos dos conservadores, deixou clara a idéia de subordinação desta milícia ao poder central, determinando a nomeação dos oficiais pelo Ministério da Justiça ou pelos Presidentes de Província. Mesmo com a República, a concessão de patentes da Guarda Nacional continuou nas mãos do poder central, que podia utilizá-las como fator de barganha e troca de favores com os mandatários locais. Farinatti, no entanto, nos adverte de que muitos dos nomeados pelo Presidente da Província para cargos do oficialato da Guarda Nacional partiam de indicações dos “Comandantes da Fronteira”. Assim, é importante relativizar a centralização, pois, mesmo que a nomeação partisse do centro, ela se fazia levando em consideração as redes de compromissos tecidas com os potentados locais (FARINATTI, 2007, p. 185). Baseados em Axt, podemos afirmar que a mesma proposição é válida para o período republicano. O historiador gaúcho afirma que as patentes da Guarda Nacional “eram concedidas pelo governo federal, a partir das indicações estaduais”, e o controle sobre as mesmas “era fundamental para as facções, pois, além de uma fonte de autoridade, concediam ao titular a imunidade em face de certos processos-crime” (AXT, 2001b, p. 111).

⁴⁴ Ainda segundo Ribeiro, ao garantir uma espécie de “acordo” entre o governo central e os locais, a Guarda Nacional promoveu a unidade nacional (RIBEIRO, 2005, p. 140). Entretanto, o caráter local da instituição teria provocado problemas no âmbito local e na própria organização das milícias. A organização nem sempre era tarefa fácil, afinal, como ficava a cargo dos poderes locais, era pautada por disputas entre facções políticas locais, como demonstrou Ribeiro para o caso do Rio Grande do Sul. Para Ribeiro, “Talvez essa questão explique o porquê, em algumas localidades, as unidades de guardas nacionais demoraram certo tempo para serem organizadas” (RIBEIRO, 2005, p. 141).

⁴⁵ Os Coronéis e Majores da Guarda Nacional eram escolhidos pelo governo, enquanto os demais oficiais eram escolhidos por eleições em que votavam os guardas nacionais. Uma vez eleitos, exerciam o posto pelo prazo de quatro anos, podendo ser reeleitos no fim deste prazo. Já os oficiais nomeados, serviam pelo tempo que o governo desejasse (RIBEIRO, 2005, p. 134; 149).

Assim, mesmo após o fim da eletividade dos oficiais e da diminuição de seus poderes, a ligação da Guarda Nacional com questões da política local não cessou. Pelo contrário, “a imbricação dos que ocupavam altos postos na Guarda Nacional com a política local parece ter aumentado ao longo do século”, uma vez que autoridades provinciais contavam com os comandantes militares como angariadores de votos nas localidades do interior (FARINATTI, 2007, p. 185). De acordo com Victor Nunes Leal, mesmo dispensada de suas funções policiais após 1873 e “reduzida à condição de instituição honorária” com o advento da República, a Guarda Nacional continuou conservando uma importante função, que era a de prevenir rebeldias e premiar devoções durante a República (LEAL, 1975, p. 215-216). Concordando com Leal, André Fertig afirma que a Guarda Nacional foi, efetivamente, um mecanismo central para o clientelismo político do século XIX, já que, através desta instituição, “os poderosos locais mediam a sua força política e a sua consequente influência, principalmente, pela extensão de suas clientelas e pela capacidade de mobilizá-las quando fosse necessário” (FERTIG, 2005, p. 92).

Certo era que tais indivíduos – ou, ao menos, boa parcela deles – possuíam grande influência sobre os eleitores municipais. Afinal, como observamos em São Sebastião do Caí, a política local era um meio de inserção destes indivíduos, para além de suas atividades profissionais e sua atuação militar. Como aponta Fertig, a Guarda Nacional era “uma instituição de forte caráter clientelista” uma vez que os oficiais desta milícia se utilizavam de suas prerrogativas sobre a população local para privilegiar seus próprios interesses, com fins políticos e eleitorais (FERTIG, 2006, p. 73).

Assim, dos 38 indivíduos que de 1877 a 1900 foram vereadores em São Sebastião do Caí, temos informações de que pelo menos 24 (63,16%) possuíam patente na Guarda Nacional. Este elevado número é explicado pela presença, na região e no próprio município, de destacamentos dessa milícia. Segundo Becker, a Guarda Nacional de São Leopoldo foi reorganizada em 1851, sob o comando do Dr. João Daniel Hillebrand, contando com uma Seção de Infantaria e mais dois corpos de cavalaria. O 11º Corpo de Cavalaria tinha sua sede em Santana do Rio dos Sinos, então distrito de São Leopoldo, enquanto o 12º Corpo de Cavalaria estava sediado na vila de São Leopoldo (BECKER, 1968, p. 11-13).⁴⁶

⁴⁶ Na documentação relativa ao 11º Corpo da Cavalaria de Santana do Rio dos Sinos em 1874 encontramos referência a José Maria de Alencastro como sendo o Tenente Coronel Comandante (ALENCASTRO, 1874), enquanto na documentação anterior, referente ao 12º Corpo da Cavalaria de São Leopoldo do ano de 1865, quem assina é o Tenente Coronel Comandante Antônio José da Rocha Júnior (ROCHA JÚNIOR, 1865a), ambos figuras ilustres em São Sebastião do Caí. Becker, referindo-se ao tenente Coronel Comandante Rocha Júnior caracteriza-o como um “déspota local” em função da prática de recrutamento forçado que este realizava (BECKER, 1968, p. 14-15).

Alguns outros dados dos que levantamos podem ajudar no desvendamento da composição das Câmaras e do perfil dos indivíduos que a ocupavam. Dos 24 vereadores que possuíam patente da Guarda Nacional, 10 eram de origem lusa (41,67%) e 14 de origem teuto-brasileira (58,33%), o que reforça a idéia de que a identidade étnica pode não ter constituído obstáculo intransponível para o acesso aos mais altos grupos sociais e militares, refletindo-se na política local.

Inspirados em Farinatti – que, visando relativizar a associação direta entre elite agrária e altos comandos militares na Campanha do Rio Grande do Sul, demonstrou que nem sempre os mais ricos possuíam alguma patente militar – procuramos identificar a correspondência entre patentes militares e atividade ocupacional dos vereadores de São Sebastião do Caí. A análise dos dados revelou que dos 24 oficiais-veredores, 12 deles eram negociantes; e, ainda, que entre os 20 vereadores que tinham o comércio como atividade ocupacional, 60,00% eram oficiais da Guarda Nacional, o que parece evidenciar que os altos postos militares eram efetivamente desempenhados por membros da elite local, em sua maioria, membros de uma elite comercial.

Mas, se por um lado, um posto militar tornava-se uma fonte de prestígio para estes indivíduos, por outro lado, acarretava também ônus. José Iran Ribeiro chama a atenção para a dificuldade decorrente do acúmulo de ocupações, já que muitos exerciam, simultaneamente, suas ocupações profissionais e as tarefas que lhes cabiam como oficiais da Guarda Nacional (RIBEIRO, 2005, p. 143).⁴⁷ Assim, em 1865, o fazendeiro de Santana do Rio dos Sinos, Antônio José da Rocha Júnior, teve de abandonar seus negócios particulares para comandar o 12º Corpo da Cavalaria de São Leopoldo, lotado em Rio Pardo, na condição de Tenente Coronel Comandante (ROCHA JÚNIOR, 1865b) título este que sustentou nas ocasiões em que assumiu os ofícios camarários em 1877.

Se, durante o Império, a presença de oficiais era significativa – 55,56% do total de indivíduos que exerceram o cargo de vereador eram oficiais –, a percentagem só cresceu com a República, quando então 86,67% dos indivíduos que foram vereadores possuíam alguma patente. Mesmo que, como aponta Castro, “depois da Guerra do Paraguai, a Guarda Nacional praticamente desapareceu” já que a ênfase maior foi dada ao Exército permanente, “com reservas treinadas e profissionalização de sua oficialidade” (CASTRO, 1977, p. 11), a

⁴⁷ O fato de não serem militares profissionais acabava onerando os que exerciam a função de oficiais da Guarda Nacional, pois enquanto estivessem atuando em destacamentos, precisavam abandonar seus ofícios, atividades e interesses. Os soldos e vencimentos – recebidos, quase sempre em atraso, em moedas desvalorizadas de cobre quando os destacamentos excedessem três dias – não compensavam o ônus do afastamento (RIBEIRO, 2005, p. 217- 219).

importância de ter uma patente a nível local ainda era significativa, como se pode constatar pelo elevado percentual de oficiais entre os vereadores. No Gráfico 6 apresentamos dados sobre a participação de oficiais da Guarda Nacional nas diferentes composições da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, compreendendo o período de 1877 a 1900.

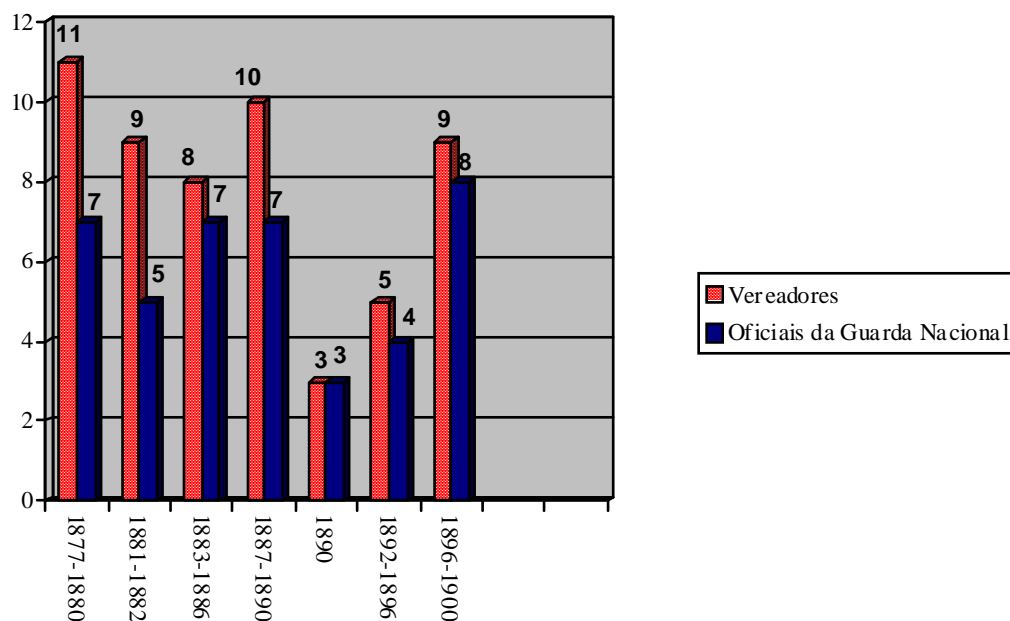


Gráfico 6 - Número total de vereadores e número de vereadores com patente da Guarda Nacional por Câmara Municipal (em nº)

Elaborado pela autora com base nos Livros de Atas da Câmara, Junta e Conselho Municipal (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1886; 1886-1890; 1892-1900), nas listas de qualificação eleitoral (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1890; SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO, 1879; SANTANA DO RIO DOS SINOS, 1878), na documentação referente à Guarda Nacional (CENTENO; TEIXEIRA; GUIMARÃES, 1881; SANTANA DO RIO DOS SINOS, 1860) e nos Inventários localizados no APERS.

Como se pode observar, a presença de oficiais foi constante, tanto nas Câmaras Municipais durante o período imperial, quanto na Junta e nos Conselhos municipais no período republicano. Essa presença tão evidente – e significativa em termos percentuais – de oficiais nas Câmaras Municipais leva-nos a crer que homens que optavam pela carreira militar encontravam facilidades para ingressar na política municipal. Fazer carreira na Guarda Nacional poderia, assim, significar acesso facilitado à política local. Esta mesma observação foi feita por Jonas Moreira Vargas que, ao analisar as condições que levaram homens sem formação superior a ingressarem na seleta elite política provincial, constatou que “Boa parte deles [deputados] adquiriu importância política como oficial da Guarda Nacional. Dos 65

deputados sem formação superior, pelo menos 38 (60%) possuíam estas patentes” (VARGAS, 2007, p. 82). Assim, na ausência de instrução, a patente militar poderia ser o diferencial que garantia a entrada no universo da política local, mesmo porque a elite política de São Sebastião do Caí não se caracterizava pela sua educação superior. Sabe-se que tanto no Brasil colonial, quanto no monárquico, as patentes de Milícias e da Guarda Nacional foram utilizadas como símbolo de prestígio, o que parece ter adquirido ainda maior importância no contexto belicoso sul-rio-grandense.

Tendo em vista que “A praxe nos documentos oficiais era a de explicitar a patente do sujeito sempre que se fosse referir seu nome” (FARINATTI, 2007, p. 179), recorreremos aos inventários, processos-crimes, correspondências oficiais, registros camarários, alistamentos e atas eleitorais, considerando que

Brigadeiro, Coronel, Major, Capitão eram expressões que traziam, implícitas, uma história de reconhecimento por parte de instâncias superiores quanto ao valor e às qualidades da pessoa, e também traziam a suposição quanto às possibilidades que tais senhores tinham de proteger seus aliados. Ao invés de uma designação “profissional” das forças armadas, eram formas de expressar um modo de hierarquização social, construído a partir dos cabedais militares de cada um (FARINATTI, 2007, p. 179).

Analisando esta documentação, outras duas questões nos ocorreram: teriam sido esses indivíduos – os ocupantes das cadeiras camarárias – homens com uma faixa etária mais elevada? O alto percentual de patentes militares dos vereadores poderia sugerir que fossem homens com larga experiência militar? Para dar conta destas indagações, elaboramos uma tabela em que apresentamos a idade com que estes vereadores assumiram pela primeira vez o cargo de vereador, sua origem étnica e se possuíam ou não patente militar. Mantivemos na tabela os valores em número, acompanhado das percentagens, porque em alguns casos, o número reduzido, quando representado em percentagem, pode levar a uma falsa idéia.

Tabela 8 - Vereadores por idade, origem étnica e patente militar

FAIXA ETÁRIA	LUSO-BRASILEIROS				TEUTO-BRASILEIROS				TOTAIS por faixa etária	
	Com patente		Sem patente		Com patente		Sem patente			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Menos de 40 anos	3	20,00	1	6,67	6	40,00	5	33,33	15	39,47
Igual ou mais que 40 anos	7	31,82	2	9,09	8	36,36	5	22,73	22	57,90
s/inf.	-	-	-	-	0	-	1	100,0	1	2,63
Total por origem étnica	10	76,92	3	23,08	14	56,00	11	44,00		
Total geral	10	26,32	3	7,89	14	36,84	11	28,95	38	100,00

Elaborado pela autora com base nas Atas da Câmara Municipal (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1886; 1886-1890; 1892-1900), nas listas eleitorais (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1890; SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO, 1879; SANTANA DO RIO DOS SINOS, 1878), nos Mapas de População (BARTEL, 1868; FINKLER, 1870; FUCHS, 1870; JUNG, 1868?) e nos Inventários localizados no APERS.

Em relação à suposição – de que possivelmente a elite local fosse enquadrada em uma faixa etária mais elevada – pudemos constatar que um número significativo de vereadores contava com idade igual ou superior a 40 anos: correspondendo, no total, a 22 vereadores, ou 57,90%, portanto, a maioria. Entretanto, nenhum dos 38 vereadores assumiu o cargo pela primeira vez com mais de 60 anos de idade. Os mais velhos possuíam 58 anos. Um era Frederico Arnoldo Engel, negociante, vereador somente no período republicano (1892-1896), morador do Termo da Vila de São Sebastião. Engel não possuía patente militar e era de origem teuta. Outro era Antônio José da Rocha Júnior, Tenente Coronel da Guarda Nacional, vereador por duas ocasiões no período imperial (1887-1880 e 1881-1882), fazendeiro, morador do distrito de Santana do Rio dos Sinos. Isto nos leva a concluir que não existia, ao menos para o caso de São Sebastião do Caí, uma relação direta entre a faixa etária e a patente militar ocupada pelos cidadãos do município.

Considerando que não encontramos qualquer estudo acadêmico que tenha levado em conta esta possível relação e nos quais pudéssemos nos basear, optamos por levantar possibilidades de interpretação dos dados que apresentamos na tabela 8. Constatamos que, dentre os vereadores caienses, os que possuíam mais de 40 anos concentraram as patentes militares. Dos 24 vereadores com patente militar, 15 estavam incluídos na faixa etária mais elevada (o que corresponde a 62,5%). A idade, conseqüentemente, não parece ter sido determinante, já que é significativo o número de oficiais mais jovens. Como a oficialidade não dependia de méritos militares, decorrendo das relações individuais e familiares mantidas

– portanto, do poder de influência que tais indivíduos poderiam ter para decidir uma eleição – acreditamos que a idade não se constituiu em critério importante para a concessão de patente.

Se nos detivermos na relação patentes militares/origem étnica, a tabela acima pode ser elucidativa. Tanto no caso de luso-brasileiros, quanto de teuto-brasileiros, independente da idade, a percentagem de militares era considerável, confirmando que assim como na política, no campo militar a presença de teuto-brasileiros foi significativa. Entretanto, não poderíamos deixar de chamar a atenção para o fato de que muitos dos vereadores assumiram o cargo na Câmara Municipal ainda jovens, uma vez que 39,47% foram vereadores pela primeira vez com menos de 40 anos. Alguns deles, como Pedro de Alencastro Guimarães, assumiu aos 27 anos, e Felipe Carlos Trein, aos 29 anos. Guimarães possuía patente militar; Trein não. Guimarães era proprietário; Trein negociante. Ambos moravam na Vila, o que, como já apontamos, era fator facilitador para entrada na política local. Mas, acreditamos que a entrada destes dois jovens na política pode decorrer do fato de que ambos pertenciam a duas importantes e já tradicionais famílias locais. Pedro era membro da família Guimarães, tradicional por ter sido uma das primeiras a povoarem a região junto ao porto; já Felipe, pertencia à família Trein, uma das mais importantes no ramo comercial do município e, como vimos anteriormente, presente na política local há mais tempo. A centralidade do papel da família no século XIX é apontada por Pilar Muñoz López, que observa que “los individuos son identificados en función de la familia a la que pertenecen y son las familiares las primeras e probablemente las más importantes relaciones que pueden establecer” (LÓPEZ, 2001, p. 15). Assim, a eleição de membros da família Trein e Guimarães pode estar diretamente relacionada ao papel desempenhado por estas famílias no contexto político, econômico e social de São Sebastião do Caí. Mais uma vez, comprova-se o que já observamos para o acesso à oficialidade no âmbito das milícias: o exercício de cargo na Câmara Municipal estava condicionado muito mais às relações estabelecidas do que a critérios como idade ou origem étnica.

Considerando as análises que desenvolvemos nos itens 3.4 e 3.5, podemos caracterizar a elite política de São Sebastião do Caí como um grupo que, prioritariamente, se dedicava a atividades comerciais; desempenhava funções militares; era composto, em sua maioria, por homens mais velhos – apesar da presença significativa de uma geração mais jovem – e de moradores que, em sua grande maioria, residiam na sede do município. Parece-nos que nos cabe, ainda, indagar se esta elite política era também uma elite econômica, o que será tratado no próximo tópico deste capítulo.

3.6 Fortunas, Bens e Investimentos

Ao definir elite, Fábio Kühn afirma que “De fato, uma elite se define por três atributos essenciais: riqueza, status e poder”.⁴⁸ No capítulo três discutiremos mais detidamente tais atributos, mas por hora nos debruçaremos sobre o primeiro, e sobre o qual Kühn afirma: “O primeiro aspecto é o mais óbvio de todos, condição preliminar para a própria existência do grupo” (KÜHN, 2006a, p. 226). De fato, a riqueza criava condições favoráveis aos indivíduos que estavam à frente dos cargos de poder político, pois lhes permitia o acesso, por exemplo, a meios diversos de sociabilidade⁴⁹, dava condições maiores de distribuição de favores, de possuir um maior número de dependentes e, assim, participar mais ativamente do caráter clientelista das relações políticas.

Assim, num primeiro momento, nossa análise visa identificar a existência da correlação entre elite política e elite econômica no município de São Sebastião do Caí. Para tanto, recorreremos a uma fonte que, apesar de nem sempre corresponder à realidade do momento em foco, pode nos oferecer parâmetros gerais acerca do acúmulo de riquezas do grupo em estudo: os inventários *post-mortem*. Neles podemos encontrar o arrolamento dos bens pertencentes ao falecido e sua família, assim como a avaliação destes no momento de elaboração do inventário, que é o que, neste momento, mais nos interessa. Infelizmente, não conseguimos localizar os inventários de todos os 38 vereadores em questão. Encontramos inventários de 23 vereadores, como demonstra a tabela abaixo, o que significa que possuímos os inventários de 60,53% dos vereadores em estudo. Para alguns vereadores contamos apenas com o inventário de sua esposa; de outros, apenas o inventário do próprio vereador; e, em alguns poucos casos, do vereador e da esposa.⁵⁰ Para elaboração da tabela, fizemos uso não do

⁴⁸ O conceito de elite que apresenta Fábio Kühn está baseado na definição de Peter Burke, presente na obra *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII* (1991), para quem elites são grupos superiores definidos por três critérios: *status*, poder e riqueza (BURKE, 1991, p. 16). Kühn identifica estes três atributos na sociedade sul-rio-grandense do século XVIII (KÜHN, 2004, p. 62).

⁴⁹ Entendemos sociabilidade no sentido dado por Agulhon: “*la aptitud de vivir en grupos y consolidar los grupos mediante la constitución de asociaciones voluntarias*”, sendo necessário considerar tanto as formas de associação formal (que estão reguladas, como o são as associações) quanto informal (baseadas em relações tecidas pelos indivíduos no cotidiano) (AGULHON, 1994, p. 55). Sandra Fernández especifica a utilização do conceito no âmbito da História e nos ajuda a compreender o sentido das relações tecidas pelos indivíduos no final do século XIX: “[...] ¿qué entendemos por sociabilidad? Dentro de la Historia Social, el término sociabilidad remite a las relaciones internas que se dan entre los grupos donde se crean pertenencias, solidaridades, dependencias, y alrededor de los cuales se construye en sistema de lazos de solidaridad, que alimentan, regulan y sustentan tales relaciones” (FERNÁNDEZ, 2006, p. 9).

⁵⁰ O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) possui fichamentos com informações dos inventários que têm sob sua guarda. Assim, iniciamos por um levantamento dos 1784 inventários do município de São Sebastião do Caí, de 1868 a 1935, existentes no APERS, especificando para cada qual o nome do inventariado, do(s) inventariante(s), o número do processo, maço, cartório e ano. Em seguida, elaboramos uma

valor do monte-mor dos inventários, mas sim da soma total dos bens arrolados e inventariados. Tal opção se explica pelo fato de que, em alguns casos, do valor do monte-mor já estavam deduzidas as custas do processo, e como buscamos a fortuna destes indivíduos antes da morte, consideramos mais pertinente realizar a soma de seus bens.

Tabela 9 -Soma dos bens arrolados nos inventários *post-mortem* de vereadores e/ou de suas esposas

Vereador inventariado	Ano	Total de bens deduzidas as dívidas	Esposa de vereador inventariada	Ano	Total de bens deduzidas as dívidas
Agostinho de Souza Loureiro	-	-	Emília Angélica L. Loureiro	1876	13:243\$840
Aberto Thomaz Scherer	1908	5:719\$200	-	-	-
Antônio José da Rocha Junior	1884	10:801\$560	-	-	-
Antonio Otto Rühle	1921	4:500\$000	-	-	-
Antonio Pires Cerveira	-	-	Bernardina Maria Pires	1917	5:000\$000
Augusto José Fernandes	-	-	-	-	-
Carlos Berto Círio	-	-	Narcisa Amélia Círio	1888	3:731\$888
Carlos Eckert	-	-	Luisa Eckert	1878	6:560\$000
Carlos Guilherme Schilling	-	-	-	-	-
Cesar Augusto Góes Pinto	1890	3:004\$850	-	-	-
Cesar José Centeno*	-	-	-	-	-
Conrado Hoerlle	-	-	-	-	-
Christiano Jacob Trein	-	-	-	-	-
Christiano Sauer	1898	17:632\$500	Reginalda Sauer**	1898	16:331\$000
Ernesto Warmann	-	-	-	-	-
Felipe Carlos Trein	1899	166:999\$560	Henriqueta Trein	1878	24:979\$030
Frederico Arnaldo Engel	1904	27:338\$440	-	-	-
Guilherme Zirbes	1915	8:100\$000	-	-	-
Henrique Henzel	1898	14:624\$000	-	-	-
Henrique Ritter Filho	-	-	-	-	-
João Diehl Junior	1925	4:800\$000	Anna Selbach Diehl	1922	18:000\$000
João Jacob Schmidt	1890	13:751\$460	Margarida Schmidt	1885	35:434\$510
João Stoffels	1903	8:640\$000	-	-	-
João Weissheimer	1900	62:862\$500	-	-	-
Jorge Pedro Jung	-	-	-	-	-
Justino Antônio da Silva	1891	4:056\$700	-	-	-
Lourenço Dexheimer	-	-	-	-	-
Matias Steffens	-	-	-	-	-
Orestes José Lucas	-	-	-	-	-
Paulino Ignácio Teixeira	1891	71:669\$486	-	-	-
Pedro de Alencastro Guimarães	-	-	-	-	-
Pedro Filippesen	-	-	-	-	-
Pedro Franzen Filho	1881	8:228\$000	-	-	-
Pedro Michaelsen	-	-	-	-	-
Pedro Noll	1899	210:899\$500	-	-	-

continua

planilha com todos esses dados, o que facilitou a seleção daqueles inventários em que apareciam ou o nome de um dos vereadores ou de sua esposa como inventariados(as), de modo, que ao final, passamos a trabalhar com um número reduzido de 27 inventários.

continuação

Vereador inventariado	Ano	Total de bens deduzidas as dívidas	Esposa de vereador inventariada	Ano	Total de bens deduzidas as dívidas
Reinhold Feix	1906	21:600\$000	-	-	-
Tomé Pires Cerveira	-	-	-	-	-
Tristão Rodrigues da Silva	-	-	Luiza Leite da Silva	1886	8:149\$237

*No inventário de César José Centeno não consta a avaliação dos bens. Acreditamos que o processo não foi concluído em virtude da existência de um suposto herdeiro ilegítimo de Centeno.

**O Inventário de Reginalda Sauer não foi julgado porque durante o processo o viúvo Christiano Sauer veio a falecer – a 19 de março de 1899 –, sendo aberto outro processo com base em novo arrolamento de bens. Entretanto, como já havia sido feita a avaliação dos bens antes do falecimento de Christiano Sauer, foi possível efetuar o cálculo para o inventário de Reginalda Sauer.

Elaborado pela autora com base em informações dos Inventários referentes ao município de São Sebastião do Caí (1868 a 1935) localizados no APERS.

A primeira constatação importante acerca dos 23 inventários trabalhados foi a de que 12 (52,17%) eram inventários de negociantes, o que já sinaliza para a importância deste grupo na economia local. Outro dado que nos chama a atenção é o de que dos 23 vereadores dos quais temos inventários, 15 (ou 65,22%) eram teuto-brasileiros, o que demonstra que, não raro, imigrantes ou seus descendentes conseguiram alcançar sucesso econômico. Se utilizarmos como padrão de análise os critérios de Jean Roche, que classificou os colonos imigrantes em duas categorias, as dos pobres e a dos abastados – sendo que os primeiros eram os que possuíam um patrimônio inferior a 2 contos de réis, enquanto os abastados eram os que tinham um patrimônio superior a tal quantia – constatamos que a elite política caiense era formada por homens de muitas posses, constituindo-se, efetivamente, numa elite econômica. Se levarmos em conta o cálculo feito por Roche de que, em 1870, o valor médio dos patrimônios dos colonos abastados girava em torno de 3 contos de réis, a tabela 9 demonstra que entre os vereadores caienses – tanto os teuto-brasileiros, quanto os luso-brasileiros – a fortuna ultrapassava, e muito, na maior parte dos casos, os 3 contos de réis aos quais Roche se refere (ROCHE, 1869, p. 561- 562).

Por outro lado, como evidencia a tabela, em termos econômicos, a elite caiense não era homogênea. Se alguns vereadores possuíam o que se pode chamar de uma grande fortuna, como é o caso de Felipe Carlos Trein e Pedro Noll, atestado no elevado capital na casa das centenas de contos de réis, outros vereadores não possuíam sequer 10 contos de réis, como é o caso de Antônio Thomaz Scherer e Carlos Berto Círio. Entretanto, é importante destacar, que possuir cerca de 5 contos de réis era, para a época, uma fortuna considerável, como observou Roche.

No Gráfico 7 agrupamos os vereadores por nível de fortuna, de modo que fica bastante claro que esta era uma elite pouco homogênea em termos econômicos. Para os casos em que possuímos dois inventários – o do vereador e o de sua esposa –, optamos por utilizar o que apresentava o maior capital, critério mantido em toda análise.

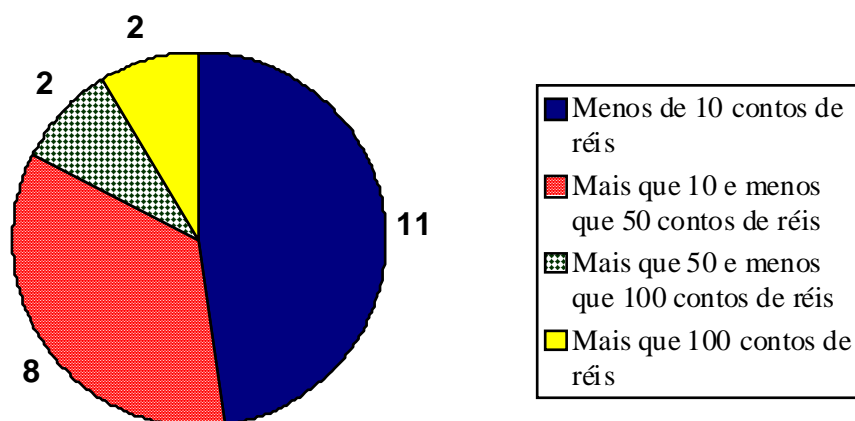


Gráfico 7 - Níveis de fortunas dos vereadores de acordo com o total de bens arrolados nos inventários *post-mortem* (em nº)
Elaborado pela autora com base nos Inventários *post-mortem*, São Sebastião do Caí (1868 a 1935) localizados no APERS.

O gráfico, apesar de basear-se numa fonte que nada mais é do que uma *fotografia* dos bens de um indivíduo em um dado momento – o momento de sua morte –, o que nos priva de saber o que este possa ter feito antes, de que forma administrou ou mesmo distribuiu previamente sua fortuna, é válido para termos ao menos uma noção do que representava economicamente esta elite política no município. Sabemos que muitas práticas e estratégias de concentração de riqueza poderiam ser levadas a cabo por famílias que desejavam manter intactos seus patrimônios, ou mesmo como forma de ampliá-los. Como já demonstrado por Farinatti, mesmo que a legislação previsse uma divisão igualitária dos bens entre os herdeiros – a metade (“meação”) para o (a) viúvo(a) e a outra metade dividida “entre seus herdeiros necessários (descendentes e, se estes não existissem, os ascendentes)” -, muitos chefes de famílias buscavam, antes mesmo de morrer, beneficiar um ou outro filho para garantir a continuidade do poder econômico da família. Práticas de antecipação de herança são

apontadas pelo historiador como muito comuns (FARINATTI, 2007). Também Marcos Witt observou que imigrantes alemães levaram a cabo “mecanismos de transmissão e concentração de bens na figura de uma só pessoa” com o intuito de assegurar “o *status de ‘exponencial’*” (WITT, 2008, p. 130).⁵¹

Ao que parece, a família Trein fez uso de uma destas estratégias de antecipação de herança visando preservar a unidade do patrimônio. Sabemos que Francisco Trein abriu, em 1847, uma casa de negócios em São José do Hortêncio, e uma filial, em 1869, junto à povoação de Porto do Guimarães. Entretanto, com seu falecimento a 8 de janeiro de 1883, seguiu-se a abertura do processo de seu inventário, no qual, porém, não consta nem a casa de negócios de São José do Hortêncio, nem a localizada em Porto do Guimarães, então já Vila de São Sebastião do Caí. O inventário faz referência apenas a armários e balcões da casa de negócio, assim como a uma balança decimal com pesos, 125 kg de banha, latas e sacos, provavelmente pertencentes à casa de negócios de São José do Hortêncio (TREIN; TREIN, 1883). E as demais mercadorias, porque não foram arroladas? E a casa de negócio existente na Vila? Tudo nos leva a supor que Francisco Trein já tivesse passado, ainda em vida, tais propriedades a seus filhos. De acordo com Jean Roche, à frente da filial de Porto do Guimarães estava o filho Christiano Jacob Trein (ROCHE, 1969, p. 435). Já na casa comercial de São José do Hortêncio, é possível que Frederico Guilherme Trein ou João Jacob Trein, ou ambos, tivessem passado a administrar os negócios, já que esses dois filhos de Francisco Trein aparecem no alistamento eleitoral de 1890 como negociantes moradores de São José do Hortêncio (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1890, f. 27v - 29). O mesmo podem ter feito os vereadores Carlos Berto Círio, Pedro Franzen Filho e Guilherme Zirbes, todos negociantes, mas que não têm arrolado em seu inventário o valor de bens constantes na casa comercial, o que nos leva a crer que estes tenham feito a transferência desta, ainda em vida, para algum filho ou herdeiro.

Entretanto, mesmo que tais mecanismos possam ter reagrupado a fortuna de famílias de diferentes maneiras, impedindo que possam ser capturados a partir das informações constantes nos inventários, estes ainda constituem fonte de importantes informações. Assim, os inventários analisados revelam que os quatro vereadores com maior valor de bens arrolados eram negociantes, o que demonstra que, entre a elite política de São Sebastião do Caí, os

⁵¹ Ao analisar os inventários das famílias Voges e Grassmann, Witt constatou um “redirecionamento dos bens”, de modo que as propriedades se concentrassem nas mãos de poucos, não sendo divididas, mantendo assim o poder econômico e simbólico da família (WITT, 2008, p. 130-135).

negociantes – não todos, já que havia negociantes com capital que não chegava a 5 contos de réis – eram os mais abastados do município.

Apesar de todas as problemáticas que uma análise baseada em inventários possa apresentar, no nosso caso, eles são fundamentais para demonstrar que a elite política de que tratamos faz parte de um conjunto maior que corresponde à elite econômica municipal. Ela é composta pelos indivíduos que detêm as maiores fortunas, que ocupam e controlam os postos-chave da vida econômica local, no caso de São Sebastião do Caí, os que controlam a produção e comercialização de bens agro-manufaturados e importam outros bens de consumo então vendidos à população local. Considerando que “os inventários *post mortem* são uma fonte que tende a sobre-representar as camadas mais favorecidas da sociedade” (FARINATTI, 2007, p. 91), e levando em conta que tivemos acesso aos inventários de 23 dos 38 vereadores, podemos afirmar – com boa margem de acerto – que a elite econômica de São Sebastião do Caí, ao final do século XIX, era também uma elite política.⁵²

Como uma maneira de testar as informações contidas nos inventários, elaboramos o Gráfico 8, tendo como fonte os alistamentos de votantes do período imperial – em que constavam, ainda, a variável renda anual, uma exigência da legislação eleitoral até 1881. As rendas constantes nos alistamentos – o de 1878, para Santana do Rio dos Sinos, e 1879, para São José do Hortêncio, – foram agrupadas em quatro categorias para facilitar a análise. Do grupo de 38 vereadores, encontramos alistados 29, os quais serviram para a composição do gráfico.

⁵² Esclarecemos que nossa busca se restringiu aos cartórios de São Sebastião do Caí, considerando que nosso objetivo foi o de evidenciar a atuação política de determinados indivíduos neste município, no quartel final dos oitocentos. Acreditamos que alguns dos indivíduos, cujos inventários não localizamos, possam ter mudado de cidade ao longo das primeiras décadas do século XX, razão pela qual o processo de inventário pode não ter ocorrido em São Sebastião do Caí.

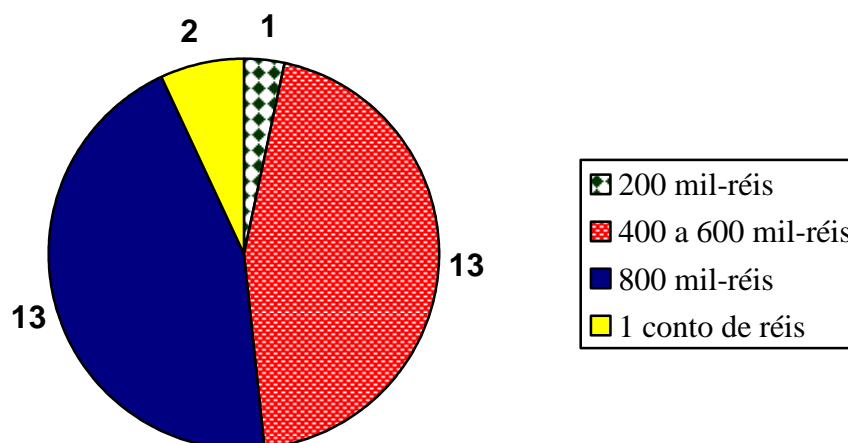


Gráfico 8 - Vereadores agrupados de acordo com a renda anual identificada em alistamentos eleitorais (em nº)
Elaborado pela autora com base em Santana do Rio dos Sinos (1878) e São José do Hortêncio (1879).

Se compararmos este gráfico com o anterior, constatamos que são bastante semelhantes, revelando, por um lado, a heterogeneidade econômica desta elite política, e, por outro, suas condições econômicas favoráveis, já que pertenciam a um estrato privilegiado economicamente. Como se pode constatar, a grande maioria dos vereadores estava qualificada com uma renda de, pelo menos, 800 mil-réis (15 indivíduos do total de 29). O único a ser alistado com uma renda muito inferior foi Antônio Otto Rühle. Qualificado em 1879 com uma renda anual de 200 mil-réis, Rühle nem sequer encontrava-se entre o reduzido grupo de elegíveis do município – cuja renda mínima exigida era de 400 mil-réis, a partir de 1846 – que participavam das duas fases do processo eleitoral. Entretanto, é muito provável que ao integrar o Conselho Municipal no período de 1896-1900, o patrimônio de Rühle já tivesse aumentado consideravelmente. Assim, se no alistamento de 1879, Rühle constava como carreteiro, em seu inventário aparecerá como proprietário de uma casa de negócios na vila, o que parece apontar, não apenas para uma significativa melhoria de suas condições econômicas, como também para uma possível ampliação de suas relações, que podem ter facilitado seu sucesso político.

A partir dos alistamentos eleitorais, foi possível traçar um perfil econômico da população votante de São Sebastião do Caí, de modo que a tabela abaixo revela como estava distribuído, em termos econômicos, o grupo de votantes do município.

Tabela 10 - Distribuição dos votantes de São Sebastião do Caí em função da renda anual

Renda com que foi qualificado	Santana do Rio dos Sinos		São José do Hortêncio		Total do Município	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
200\$000	299	69,37	359	71,66	658	70,60
300\$000	4	0,93	38	7,58	42	4,51
400\$000	79	18,33	53	10,58	132	14,16
500\$000	18	4,18	4	0,80	22	2,36
600\$000	14	3,25	15	2,99	29	3,11
800\$000	7	1,62	27	5,39	34	3,65
1:000\$000	8	1,86	4	0,80	12	1,29
1:600\$000	-	-	1	0,20	1	0,11
Sem inf.	2	0,46	-	-	2	0,21
TOTAL	431	100,00	501	100,00	932	100,00

Elaborado pela autora com base em Santana do rio dos Sinos (1878) e São José do Hortêncio (1879).

Como se pode constatar na tabela, em relação à renda anual dos votantes, a situação das paróquias de São José do Hortêncio e de Santana do Rio dos Sinos era bastante semelhante: a grande maioria dos votantes era qualificada com renda anual de 200 mil-réis, a menor renda exigida para participar dos pleitos. Tal qualificação não dava a esse universo absoluto de cidadãos o direito de serem eleitos, já que segundo o previsto pela legislação eleitoral, para poder eleger-se a cargos municipais era necessária uma renda mínima de 400 mil-réis. Assim, somando os eleitores qualificados com menos de 400 mil-réis, três terços dos votantes estariam fora da esfera dos chamados “elegíveis”, enquanto que do total de votantes apresentados na tabela, somente 24,89% poderiam ser eleitos. Cruzando os dados destes alistamentos eleitorais com os números do Censo de 1872, temos que a elite política de São Sebastião do Caí – os vereadores – estavam restritos a um grupo que representava somente 2,18% da população, ou seja, aqueles que participavam do processo eleitoral como elegíveis.

Mas, do que se constituía a fortuna destes indivíduos? Mais uma vez os inventários nos servem de fonte.⁵³ Através do arrolamento e da avaliação dos bens constantes nestes processos podemos ter acesso a importantes informações de como vivia e o que possuía esta elite política. Certamente, as perspectivas surgidas com a criação do município e a possibilidade de um maior envolvimento com a administração municipal, levou a um enraizamento de alguns destes indivíduos em São Sebastião do Caí, refletindo-se em

⁵³ Em sua Tese, Fábio Kühn faz uso dos inventários para determinar a fortuna do grupo em análise, mas também para desvendar seus bens materiais e seus hábitos, assim como para entender o funcionamento da prática costumeira do dote no Rio Grande do Sul do século XVIII (KÜHN, 2006b). Também Marcos Ferreira de Andrade se vale dos inventários para “destacar alguns aspectos do cotidiano das famílias da elite do sul de Minas, seguindo os passos do que antropólogos e arqueólogos definem como *cultura material*” (ANDRADE, 2008, p. 115, grifo do autor).

investimentos e aquisição de bens locais, assim como na aquisição de bens que lhes garantissem uma diferenciação social capaz de manter seu pretendido status de “elite”. Afirmar que estes indivíduos buscaram manter um status compatível com o de uma “elite” é atribuir-lhes consciência de que constituíam a elite de São Sebastião do Caí. E é exatamente esta a hipótese que sustentamos: de que os homens envolvidos com a política municipal não somente tinham consciência do status diferenciado que possuíam e desfrutavam, como também empregaram meios diversos para mantê-lo. A tabela abaixo busca discriminar a riqueza destes indivíduos, de acordo com a natureza dos bens constantes em seus inventários.

Tabela 11 - Distribuição da fortuna dos vereadores de acordo com a natureza de seus bens (em %)

Vereador	Imóveis	Móveis	Ani- mais	Escra- vos	Negó- cios ⁵⁴	Ações	Conta corrente	Dívida ativa	Total
Agostinho de S. Loureiro	59,34	4,21	14,75	21,71	-	-	-	-	100,01
Alberto T. Scherer	75,19	2,71	0	-	22,1	-	-	-	100,00
Antônio J.da R. Jr.	96,27	2,03	0,99	0,71	-	-	-	-	100,00
Antônio Otto Rühee	84,38	0	0	-	15,63	-	-	-	100,01
Antônio P. Cerveira	91	8	1	-	-	-	-	-	100,00
Carlos B. Círio	90,65	2,29	1,43	-	-	-	-	5,63	100,00
Carlos Eckert	99,31	0,36	0	-	-	3,05	-	-	100,00
César A. G. Pinto	89,94	3,99	3,02	-	-	0,33	-	-	100,00
Christiano Sauer	75,43	3,78	0	-	-	-	-	20,79	100,00
Felipe C. Trein	19,31	1,69	0,4	-	63,67	-	12,84	2,1	100,01
Frederico A. Engel	77,55	1,54	0	-	20,91	-	-	-	100,00
Guilherme Zirbes	100,00	0	0	-	-	-	-	-	100,00
Henrique Henzel	96,07	3,45	0,48	-	-	-	-	-	100,00
João Dihel Jr.	80,5	2,5	2	-	-	-	-	15	100,00
João J. Schmidt	70,84	2,46	3,62	-	23,08	-	-	-	100,00

continua

⁵⁴ A categoria negócios engloba tanto as mercadorias da casa comercial quanto os utensílios, balcões, armários em balanças, dependendo do arrolamento de bens realizado em cada inventário. Em casos em que há capital investido em fábricas, como no caso de João Weissheimer, que possuía parte na fábrica de banha de Adolpho Oderich, este também está incluído nesta categoria.

continuação

Vereador	Imóveis	Móveis	Semo- ventes	Escravo s	Negó- cios	Ações	Conta corrente	Dívida ativa	Total
João Stoffel	93,82	2,57	2,63	-	0,97	-	-	-	99,99
João Weissheimer	51,26	2,81	7,04	-	36,98	1,91	-	-	100,00
Justino A. da Silva	91,33	0,53	7,03	-	-	-	-	1,11	100,00
Paulino I. Teixeira	82,63	2,21	6	-	9,16	-	-	-	100,00
Pedro Franzen Fº	63,97	4,79	1,03	-	-	-	-	30,21	100,01
Pedro Noll	67,43	1,07	1,42	-	3,82	1,33	3,32	21,62	100,00
Reinhold Feix	64,82	1,81	1,81	-	30,17	-	-	1,39	100,00
Tristão R. da Silva	93,72	0,40	0,97	-	-	-	-	4,91	100,00

Elaborado pela autora com base nos Inventários *post-mortem* do município de São Sebastião do Caí, 1868 a 1935, localizados no APERS.

Como se pode perceber na tabela 11, a maior parte dos bens destes indivíduos estava concentrada em imóveis. Face a esta constatação, seria interessante podermos identificar o percentual da riqueza que estes indivíduos investiram em terras, afinal, no contexto do século XIX, a propriedade rural ainda era um importante elemento de distinção social. Não fosse assim, talvez João Daniel Collin não tivesse mantido sua propriedade em Linha Nova, São José do Hortêncio, depois de mudar-se para Porto Alegre na década de 1870. Entretanto, esta tarefa torna-se bastante difícil, uma vez que nos inventários, as terras apareciam, na grande maioria das vezes, avaliadas de forma conjunta com as casas de moradia e outras benfeitorias. Porém, o altíssimo percentual de riqueza concentrada em imóveis e a constatação de que, em muitos casos, entre estes imóveis havia terras cultiváveis, terras de mato e campos, demonstram que boa parte de suas fortunas estava concentrada em bens rurais. Mesmo entre os negociantes, que representam pouco mais de 52% do total de inventários analisados, o investimento em imóveis é bastante significativo. Dos 12 negociantes presentes na tabela, somente um não tinha a maior parte da riqueza investida em imóveis. Era Felipe Carlos Trein que, entre todos os analisados, possuía a menor parte de bens investida em imóveis (19,31%) e a maior parte investida na sua casa de negócios (63,67%) (TREIN; TREIN, 1899). É interessante notar, também, que os demais 12 negociantes – sobre os quais se tem informações a partir dos inventários – tinham uma percentagem bastante pequena da riqueza correspondente aos seus negócios. É o caso de João Stoffels, negociante de Kronenthal, no

distrito de Santa Catarina da Feliz, que, ao falecer, em 1903, tinha menos de 1% do total de bens referido à casa de negócios que mantinha, enquanto 93,82% do total de seus bens aparecem convertidos em imóveis (STOFFELS; STOFFELS, 1903). Assim, é possível supor que os negociantes, em sua maioria, convertiam o capital que adquiriam no comércio para a aquisição de imóveis, entre terras rurais, terrenos urbanos, prédios residenciais e benfeitorias.

Constatamos que poucos eram os indivíduos que possuíam capital em espécie arrolado em seus inventários, pois encontramos referência a capital em conta corrente em apenas dois dos que analisamos. É o caso de Pedro Noll e Felipe Carlos Trein, ambos negociantes. Noll possuía 7 contos de réis, o que representava 3,32% do total de seu patrimônio, depositado no Banco da Província (NOLL; NOLL, 1899, f. 52). Já Trein, possuía uma quantia bem maior, 21:443\$490 réis, correspondentes a 12,84% de seus bens, depositados em conta corrente com Edmundo Dreher & Cia, de Porto Alegre, a 6% de juros ao ano (TREIN; TREIN, 1899, f. 54). O interessante é que nos dois únicos casos em que há referência a dinheiro depositado em contas correntes, ambos eram negociantes, apontando para uma diferenciação importante quanto ao poder econômico e ao espírito investidor destes. Segundo Witt, tal procedimento [o depósito em dinheiro em conta corrente], “não estava ao alcance da maioria dos colonos em virtude das exigências e do conhecimento que o futuro cliente deveria ter para abrir a sua conta”. Witt completa que “Essa dificuldade ou temerosidade – de abrir conta bancária – chegou até a década de 1990” quando muitos, ao invés de o fazerem optavam por confiar quantias de dinheiro “aos donos da venda *mais forte* do lugarejo”, que então abatia da quantia as compras que o colono fazia na venda (WITT, 2008, p. 122, grifo do autor).

Mas os inventários informam, também, que pelo menos 4 vereadores (10,53% do total de vereadores ou 17,39% dos vereadores com inventários) possuíam algum capital investido em ações. A natureza das ações variava. César Augusto Góes Pinto possuía uma ação da Estrada de Ferro de São Leopoldo, desvalorizada em 1890 a 100 mil réis (PINTO; PINTO, 1890, f.3). Já Carlos Eckert, possuía 2 ações do Vapor Barão do Cahy, que juntas valiam 200 mil-réis (ECKERT; ECKERT, 1878, f. 12). Mas quem investiu o maior capital em ações foram Pedro Noll e João Weissheimer, ambos comerciantes no distrito de Santa Catarina da Feliz. Weissheimer possuía 4 ações na Companhia de Navegação Cahy, que juntas somavam 800\$000 réis e 2 ações na Sociedade Irmãos Corrêa & Cia, no valor total de 400\$000 réis, sociedade esta que tinha por objetivo construir uma ponte junto ao passo existente naquele distrito (WEISSHEIMER; WEISSHEIMER, 1900, f. 13-13v). Já Pedro Noll possuía 5 ações na Companhia de Navegação Cahy, totalizando 1:250\$000 réis; 4 ações na mesma Sociedade Irmãos Corrêa & Cia, a 800 mil-réis; e 20 ações na Sociedade de Atiradores de Feliz, com

valor total de 1 conto de réis. Além destas, possuía ainda 5 ações na Companhia de Melhoramentos Cahy, uma companhia que tinha por finalidade melhorar as condições do rio Caí, para facilitar a navegação, e 3 ações na Estrada de Ferro Novo Hamburgo, todas estas sem valor em 1899, quando da abertura dos autos do inventário de Pedro Noll (NOLL; NOLL, 1899, f. 15-15v). A natureza das ações revela o espírito investidor destes homens. Os dois negociantes em questão investiram diretamente em ações relacionadas a sua atividade, como é o caso das ações na Sociedade Irmãos Corrêa & Cia., na Companhia de Navegação Cahy e na Companhia de Melhoramentos Cahy, todas relacionadas ao transporte de mercadorias pelo rio Caí. A aquisição de ações de estradas de ferro, no caso da estrada de ferro Novo Hamburgo e da estrada de ferro São Leopoldo, revelam, segundo observado por Marcos Witt, “a importância desse novo veículo de comunicação entre a capital da província e a Colônia-Mãe [São Leopoldo], já expandida até Novo Hamburgo” (WITT, 2008, p. 116). Witt, ao observar os investimentos feitos por Jacob Diefenthaler na aquisição de papéis de estrada de ferro, deduziu que este pudesse ter “vislumbrado o crescimento econômico que a nova forma de deslocamento poderia proporcionar ao mundo colonial em que estava inserido”, já que até então o rio constituía a via principal de transporte de mercadorias, concluindo então que “Portanto, adquirir ações e títulos poderia ser uma forma de contribuir e garantir a conclusão da obra ferroviária” (WITT, 2008, p. 116).

Para além de uma possível orientação dos investimentos para o benefício do município, a aquisição destas ações deve ter sido feita, muito provavelmente, para gerar lucros, o que efetivamente não ocorreu, como se percebe pelos inventários de César Augusto Góes Pinto, em que a ação da estrada de ferro São Leopoldo aparece desvalorizada, e no de Pedro Noll, em que constam que suas três ações na estrada de ferro Novo Hamburgo não possuíam qualquer valor. Talvez nas ações que Pedro Noll e João Weissheimer tinham na Sociedade Irmãos Correa & Cia. possamos encontrar mais nitidamente esse espírito colaborador a que se refere Witt. Conforme foi possível acompanhar através de correspondências, relatórios e atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí era premente a necessidade de uma ponte junto ao Passo da Boa Esperança, na povoação de Picada Feliz. Por diversas vezes, moradores locais – em especial, negociantes – e a Câmara Municipal solicitaram a construção de tal ponte ao governo provincial, sem que tal empreendimento fosse realizado. Assim, ao que parece, a construção de tal ponte deu-se por volta de final do século XIX e início do XX, através de uma sociedade da qual tomaram parte muitos moradores locais, interessados na realização da obra, como é o caso de Weissheimer e

Noll, que, como negociantes locais, dependiam desta para melhor transportar suas mercadorias.

A figura abaixo é da ponte de ferro, trazida da Bélgica, e que foi construída junto ao passo da Boa Esperança, sobre o rio Caí, em 1900. Cabe esclarecer que no momento em que foi feita a fotografia, a ponte ainda não se encontrava liberada para o tráfego, razão pela qual a balsa continuava sendo utilizada como meio de transporte. A construção da ponte traria um maior dinamismo ao comércio e transporte local, pois “Mesmo que a barca do local tivesse a capacidade de atravessar uma carroça carregada com sete a oito animais atrelados, as carroças que chegavam eram obrigadas a esperar muitas vezes por horas a sua vez” (VERBAND DEUTSCHER VEREINE, 1999, p. 277).

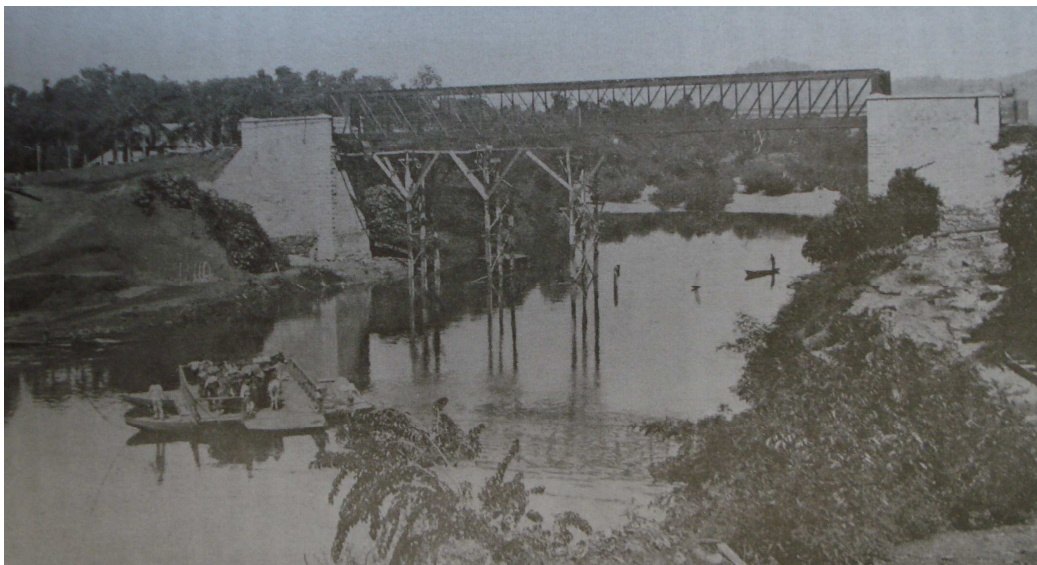


Figura 7 - Ponte de ferro, construída em 1900, junto ao passo em Picada Feliz

Fonte: Verband Deutscher Vereine (1999, p. 275).

Em relação às ações que Pedro Noll possuía junto à Sociedade de Atiradores de Feliz, adiantamos que estas revelam uma faceta da sociabilidade desta elite, questão que analisaremos no próximo capítulo.

A análise mais detalhada da composição das fortunas destes homens leva a crer que o investimento em novas terras, sobretudo lotes coloniais, tornou-se uma estratégia de aumento

de riqueza. Witt observou que a expansão dos núcleos iniciais de colonização, o surgimento de companhias particulares de colonização, associados à própria “pressão demográfica e a procura de novas terras, ampliaram e valorizaram o mercado imobiliário” (WITT, 2008, p. 116-117). Possivelmente, muitos dos indivíduos dentre os que analisamos compravam lotes coloniais com a finalidade de uma posterior revenda, mesmo porque a terra continuava sendo encarada como aquela capaz de gerar mais riquezas, razão pela qual procuraram aproveitar-se do processo de colonização para aplicar e multiplicar seu patrimônio.

3.6.1 Novas colônias, novas riquezas

Não seria exagero descrever o século XIX como o século da imigração no Rio Grande do Sul. A vinda dos primeiros alemães a São Leopoldo inaugurou uma nova fase no processo de colonização da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Em 1824, o governo imperial fundou a Colônia de São Leopoldo, a primeira de muitas das colônias que, a partir de então, surgiriam em território sul-rio-grandense. Muitas colônias foram fundadas por iniciativa oficial, ou seja, fundadas e organizadas sob os auspícios do governo, como é o caso da colônia de São Leopoldo. Entretanto, tantas outras foram fundadas por iniciativas de particulares. Roche aponta que, de meados do século até a década de 1870, diversas colônias fundadas por particulares surgiram: “Durante êsse mesmo período, as colônias provinciais foram ligadas entre si por novos estabelecimentos, fundados por particulares e povoados por agricultores de origem alemã” (ROCHE, 1969, p. 112-113). Para estes particulares, que compravam terra e passavam a vender lotes aos colonos que chegavam, o empreendimento colonial parecia tornar-se um negócio bastante lucrativo.

A vinda da já referida Maria van Langendonck ao Brasil esteve relacionada a um destes empreendimentos particulares de colonização. Langendonck vinha acompanhada de seus dois filhos, que haviam migrado a fim de trabalhar como agrimensores na colônia Harmonia, junto ao rio Caí. A Colônia Harmonia era um empreendimento do belga Conde de Montravel que, através da Sociedade Montravel, Silveira e Cia., investiu no projeto de colonização da província do sul do país.⁵⁵ De acordo com Muzart,

⁵⁵ Udo Ingo Kunert, no texto *A colônia de Santa Maria da Soledade (considerações gerais)*, traz importantes informações sobre a colonização de Harmonia pela Sociedade Montravel, Silveira e Cia. (KUNERT, 1976).

A Sociedade Montravel, Silveira e Cia., fundada em 1855, assumiu o compromisso de introduzir na Província do Rio Grande do Sul 1.440 colonos, mediante um adiantamento de 15 mil réis por colono, conforme tivesse esse mais ou menos de 12 anos de idade, além de um empréstimo de 57 contos de réis. A colônia foi autorizada como empreendimento particular pelo governo imperial em 1855 (MUZART, 2008, p.1065).⁵⁶

Mas não foram somente estrangeiros, como o conde de Montravel, que tomaram para si a iniciativa de colonização. Moradores da província também viram oportunidade de enriquecimento através da fundação de colônias. Este é o caso de Pedro Ely Filho. Filho de imigrante, Pedro Ely Filho, morador de São Sebastião do Caí havia sido eleito vereador na primeira eleição para a Câmara Municipal ocorrida em 1877. Entretanto, não chegou a exercer o mandato já que, como vimos no capítulo anterior, esta eleição acabou por ser anulada. Depois deste episódio, Ely nunca mais figurou entre os vereadores de São Sebastião do Caí. O que pode explicar seu afastamento? Difícil determinar as razões, mas é possível que seus investimentos econômicos o tenham afastado de São Sebastião do Caí.

Em 1878, portanto no ano seguinte à primeira eleição para a Câmara de São Sebastião do Caí, Pedro Ely Filho, juntamente a Jacob Ely, seu irmão, e Pedro Weber⁵⁷, formaram uma sociedade de compra e venda de terras. Assim, foram adquirindo terras e começaram a fundar colônias. A Sociedade Ely, Weber & Cia fundou, na década de 1870, três colônias: a Colônia ou Picada São Pedro, que se tornaria o município de Poço das Antas; a Colônia ou Picada São Jacó, depois Boa Vista; e a Colônia ou Picada Novo Paris. Roche aponta que “[...] nos últimos intervalos livres que subsistiam entre as antigas colônias alemãs e as primeiras italianas” foram fundadas colônias particulares. Poço das Antas, no Vale do Taquari, foi fundada, segundo Roche, em 1875, pela Sociedade Ely Weber & Cia (ROCHE, 1869, p. 129; 143). Em 1882 terminava a sociedade de compra e vendas de terras existente entre os Ely e Pedro Weber. Em 1891 Pedro Ely Filho comprou da Baronesa do Jacuhi, viúva do barão do Jacuhi, e de seus filhos, 46 colônias de 100 mil braças quadradas cada uma, no município de São João do Monte Negro, pelo valor de 600 mil-réis cada, somando um total de 27 contos e 600 mil-réis e passou a revendê-las a colonos que aí quisessem se estabelecer (KNOB, P.; OFM; KNOB, D., 1998, p. 63).

⁵⁶ Esta descrição da Sociedade Montravel, Silveira e Cia. encontra-se na nota nº 14 do artigo de Zahidé Lupinacci Muzart. Ver MUZART (2008, p.1065).

⁵⁷ Pedro Weber era casado com Elisabetha Müller, com quem teve 7 filhos. O mais velho, Pedro Weber Filho, casou-se com Maria Ely, irmã de Pedro Ely Filho e Jacob Ely, existindo, portanto, laços que uniam estas duas famílias que juntas fundaram a Sociedade Ely, Weber & Cia (KNOB; P., OFM; KNOB, D., 1998, p. 41-42).



Figura 8 - Pedro Ely Filho, sócio da Sociedade Ely, Weber & Cia
Fonte: Knob, P., OFM; Knob, D. (1998, p. 41).

Entre os vereadores de São Sebastião do Caí também encontramos alguns que viram na compra de lotes coloniais a oportunidade de realizar bons negócios. É este o caso de pelo menos seis dos 38 vereadores. Carlos Eckert possuía 2 colônias no fim da linha São Salvador e meia colônia em Santo Amaro, no Termo de Taquari (ECKERT; ECKERT, 1878, f. 11v-12). Já Frederico Arnoldo Engel era proprietário de 3 e meia colônias de terra cultivada no primeiro distrito do município de Taquara do Mundo Novo (ENGEL; ENGEL, 1904, f. 4v). Reinhold Feix, aparece, no seu inventário, como dono de um quarto do lote colonial nº 9 da ex-colônia de Santa Maria da Soledade, no município de Montenegro (FEIX; FEIX, 1905, f. 3v-4).

Mais interessante nos parece ser o caso de Pedro Noll que, além de um elevado número de colônias em Taquara do Mundo Novo – 16 no total –, era proprietário de um pedaço de terra em São Vincenzo, na primeira légua de Caxias, portanto, em território de imigração italiana (NOLL; NOLL, 1899, f. 10-10v).

Entretanto, esse negócio nem sempre resultava em lucros. Pelo contrário. Para João Weissheimer e Felipe Carlos Trein, a compra de colônias resultou em prejuízos. Weissheimer havia comprado 3 colônias em Lajeado e acabou descobrindo que estas não existiam, como esclarece seu inventário: “O finado foi como muitos outros vítima de uma cavalheiro de industria que, na qualidade de procurador de pessoa que talvez nem exista vendeu lhes tres

colônias que dizia sítas no município de Lageado, mas cuja existência é igualmente problemática” (WEISSHEIMER; WEISSHEIMER, 1900, f. 14v). Já a casa comercial que Trein tinha em sociedade com Adolfo Oderich havia adquirido, em 6 de março de 1899, 30 colônias de Ernesto Mehring, situadas na Barra Funda, segundo distrito de Lajeado, pelo significativo valor de 8 contos de réis. Tais colônias, entretanto, eram fictícias. Segundo Guilhermina Trein, viúva de Felipe Carlos Trein, o mesmo ocorrera com “muitos outros que compraram terras deste indivíduo, que não existem” (TREIN; TREIN, 1899, f. 14).

De todo modo, lucrativos ou não, os negócios de compra de lotes coloniais realizados por alguns dos vereadores de São Sebastião do Caí os inserem num contexto de expansão do mercado imobiliário, em função da constante chegada e instalação de imigrantes europeus

3.6.2 Criação de animais: diversidade de investimentos e utilidade comercial

A chuva caía fina, mas fria, na manhã seguinte. O vento Sul corria atrás das nuvens no céu cinzento que nem sequer pensava em azular. Uma tropa de mulas encontrava-se na frente da venda com as cangalhas, ou como diz o colono, com a forca nas costas, isto é, com simples albardas nas costas, em cima das quais eram pendurados os sacos de milho. Com uma corrente que saía da cabeçada, cada animal estava preso na cilha do outro, e quando o grupo de doze mulas se punham em movimento, todas caminhavam presas uma a outra, em fila. Na frente, ia o Mico, puxando atrás de si uma égua, a “Madre”, em cujo pescoço tilintava um sininho. É sabido que as mulas seguem mansas a égua. No fim da caravana, vinha Christian, que montava uma mula. Esse tipo de “transporte de mulas” vai muito lento, especialmente com caminhos tão ruins, e o arriero passa boa parte de sua vida meditando atrás da caravana. Certamente, não se trata de sonhos altaneiros; de fato é uma pachorra, da qual se é tirado, de quando em vez, pela lentidão e resistência de um orelhudo (ROTERMUND, [1883/84] 1997, p. 12-13).

No conto *Os dois vizinhos – Cenas da colônia*, o pastor luterano Wilhelm Rotermund nos descreve a atividade do transporte de mercadorias feito no lombo de mulas pelo filho de um vendeiro. A tropa de mulas que era conduzida, à frente pelo negro Mico e, seguida pelo próprio filho do vendeiro, é apontada por Rotermund como a melhor opção de transporte em estradas, muitas vezes, quase intransitáveis.

Certamente, este tipo de transporte foi muito utilizado pelos comerciantes de São Sebastião do Caí, como podemos constatar na tabela abaixo, que apresenta informações

relativas a semoventes – arrolados nos inventários que analisamos – e que aparecem distribuídos de acordo com o tipo de rebanho.⁵⁸

Tabela 12 - Distribuição de semoventes por tipo de rebanho nos inventários (em %)

Vereador e atividade ocupacional	Cavalos e éguas	Reses, vacas e terneiros	Boi/vacas mansos	Ovelhas	Porcos	Mulas e bestas	Total
Agostinho de S. Loureiro Fazendeiro	20,12	37,68	24,53	14,72	2,94	-	99,99
Antônio J. da Rocha Jr. Fazendeiro	42,86	-	42,86	-	-	14,28	100,00
Antônio P. Cerveira Fazendeiro	100,00	-	-	-	-	-	100,00
Carlos B. Círio Negociante	23,08	-	76,92	-	-	-	100,00
Carlos Eckert Fazendeiro	48,48	51,52	-	-	-	-	100,00
Felipe C. Trein Negociante	100,00	-	-	-	-	-	100,00
Henrique Henzel Serreiro	-	-	100,00	-	-	-	100,00
João J. Schmidt Negociante	1,95	-	13,26	-	2,92	81,87	100,00
João Stoffels Negociante	-	26,09	-	-	21,74	52,17	100,00
João Weissheimer Negociante	5,42	0,68	1,58	-	4,52	87,80	100,00
Justino A. da Silva Fazendeiro	5,26	59,65	35,09	-	-	-	100,00
Paulino I. Teixeira Negociante	7,71	81,63	4,99	-	0,57	5,10	100,00
Pedro Franzen Fº Negociante	100,00	-	-	-	-	-	100,00
Pedro Noll Negociante	6,68	14,52	-	-	5,01	73,79	100,00
Reinhold Feix Negociante	-	17,95	-	-	5,13	76,92	100,00
Tristão R. da Silva Fazendeiro	21,74	-	78,26	-	-	-	100,00

Elaborado pela autora com base em Inventários *post-mortem* de São Sebastião do Caí, 1868 a 1935, localizados no APERS.

Como é possível perceber, com exceção de Antônio José da Rocha Júnior, fazendeiro, todos os demais inventários que possuíam bestas ou mulas eram inventários de negociantes, o que aponta para a utilização destes animais no transporte de mercadorias. Roche já havia observado

⁵⁸ Esclarecemos que o inventário de João Diehl Júnior não foi incluído, pois nele não há qualquer discriminação dos tipos de rebanhos dos semoventes, que foram avaliados em 400 mil-réis (DIEHL; DIEHL, 1922).

que muitos comerciantes atuavam como transportadores e que as dificuldades de transporte impostas pelas condições, muitas vezes, precárias das estradas fazia com que estes recorressem a formas variadas de transporte: “Quanto às colônias do Planalto, foram, tanto como as da borda da Serra, dependentes do animal de carga e da carroça [...]. O transporte dos produtos em lombo de mula, depois em carroça, entre as linhas e a estação [no caso das colônias que passaram a contar com vias férreas a partir de fins do século XIX], organizou sempre o próprio comerciante” (ROCHE, 1969, p. 423). Nota-se, assim, uma similaridade do comércio na zona colonial sul-riograndense com o de outras regiões do Brasil. Detendo-se na região da Campanha da Princesa, Minas Gerais, Marcos Ferreira de Andrade observou que “Os burros e as bestas de carga eram essenciais para a comercialização dos produtos das fazendas e estavam presentes em praticamente todos os inventários dos grandes proprietários” (ANDRADE, 2008, p. 98).⁵⁹

Vale ressaltar que na tabela aparecem diferenciados reses, vacas e carneiros, de bois e vacas mansos, pois optamos por manter a distinção feita nos próprios inventários, e que parece indicar a utilização destes últimos também como meios de transporte. Note-se que quatro negociantes possuíam os assim denominados animais mansos, sendo que os mesmos também eram proprietários de carroças e/ou carretas, como evidenciam seus inventários. Já a aquisição de reses, vacas e carneiros dava-se, na maior parte das vezes, atendendo à finalidade de criação para abate, constituindo o investimento preferencial de fazendeiros. É, também, considerável a presença, em boa parte dos inventários (81,25% dos inventários com bens semoventes e 56,52% do total de inventários), de cavalos e éguas que, em muitos casos, poderiam servir como meio de transporte.

Mas, não eram somente animais destinados ao transporte que compunham os bens semoventes destes homens de elite. Na realidade, em nenhum dos inventários em que constam animais, estes se concentravam somente em animais de transporte. Mesmo entre os negociantes, observa-se a posse de outros animais, como porcos e ovelhas.

Dos 23 inventários analisados, encontramos registro de posse de animais em 17 (73,91%). Entretanto, apesar da presença constante, os semoventes representam uma parcela bastante ínfima do total de bens, como se pode constatar na tabela 10, variando de menos de 1% a pouco mais de 7%. Temos somente um caso em que essa percentagem é mais elevada, correspondendo a 14,75%. É o caso do vereador Agostinho de Souza Loureiro, morador de Santana do Rio dos Sinos, e classificado, nos alistamentos eleitorais do município, como fazendeiro. Em 1876,

⁵⁹ Andrade identifica, nesta região mineira, a presença de um tipo social bastante peculiar: o “fazendeiro/negociante”, definido como o fazendeiro “que comercializava parte de sua produção” (ANDRADE, 2008, p. 21). No caso de São Sebastião do Caí, percebemos a concentração destes animais de carga nas mãos dos próprios comerciantes, que então monopolizavam o transporte de produtos agrícolas e demais mercadorias.

quando do falecimento de sua esposa, Emília Angélica Loureiro, Agostinho Loureiro possuía 70 éguas, 64 reses de criar, 25 bois mansos, 10 cavalos mansos, 150 ovelhas e 10 porcos, tudo somando 2:038\$000 réis (LOUREIRO; LOUREIRO, 1876, f. 12).

O maior capital investido em semoventes, na amostra de inventários com que trabalhamos, corresponde ao de dois negociantes. Mesmo representando apenas 7,04% do total de todos seus bens, era o negociante João Weissheimer que possuía o maior capital investido em animais, 4:425\$000 réis, seguido de outro negociante, Paulino Ignácio Teixeira, que possuía, em bens semoventes, 4:410\$000 réis, o que equivalia a 7,03% do total de seus bens. Nem de longe esses pequenos rebanhos alcançavam a média dos rebanhos apontada por Farinatti para Alegrete, durante a década de 1860, cuja média era superior a mil vacuns. Mesmo para a região do vale do rio Caí, esses não estavam entre os maiores rebanhos. Raul Cardoso, ao analisar os inventários da região do vale do rio Caí, correspondente ao período de 1875 a 1888, constatou que, entre os cinco maiores rebanhos da região, dois correspondiam a rebanhos que ultrapassavam o valor de 10 contos de réis. O maior era o rebanho de João Alvarez Ferras de Elly, morador de Santana do Rio dos Sinos, cujo rebanho foi avaliado em 10:205\$000 réis e o segundo maior era o rebanho de Serafim da Rocha Gil, também de Santana do Rio dos Sinos, cujo valor correspondia a 10:055\$000 réis. Os outros três possuíam rebanhos que variavam de 5 contos a pouco mais de 8 contos de réis, portanto, valores significativamente superiores aos de Weissheimer e Teixeira (CARDOSO, 2005, p. 50-51). A maioria das propriedades rurais – pelo caráter diversificado da produção de subsistência – possuía alguns poucos animais. Mesmo entre os fazendeiros membros da elite política – e, conseqüentemente, membros, também, da elite econômica do município – a média de animais era muito pequena. Na realidade, a análise dos inventários *post-mortem* revelou que estes possuíam menos animais do que muitos comerciantes.

O fato de serem comerciantes e não fazendeiros os que possuíam o maior capital investido em semoventes aponta para uma diversificação de investimentos e atividades ocupacionais, estratégia comum empregada para evitar perda de capital frente a possíveis crises que viessem a se abater sobre algum setor,⁶⁰ como também para o seu caráter complementar às atividades

⁶⁰ Para Helen Osório, a diversificação dos negócios era uma estratégia utilizada pela elite mercantil do período colonial tanto na América, quanto na Europa. Afirmar a historiadora gaúcha que “A diversificação dos ramos de negócio foi, simultaneamente, uma das principais características da elite mercantil, uma das explicações de seu sucesso e uma necessidade. Ela estava presente tanto nos negociantes de grosso trato da Europa pré-industrial, quanto nos da América colonial e respondia às características destes mercados. A rapidez das mudanças conjunturais e a instabilidade do mercado pré-capitalista obrigavam o negociante a diversificar suas atividades como medida de segurança. Assim, a crise em determinado negócio, produto ou região, era compensada pelas outras aplicações, reduzindo os prejuízos dos negociantes e proporcionando-lhes certa estabilidade” (OSÓRIO, 2007, p. 302). É muito provável que, mesmo em um contexto diferente em muitos aspectos daquele enfrentado pelos grandes comerciantes coloniais a que se refere Osório, a estratégia de pequenos negociantes locais –

comerciais. João Weissheimer possuía 23 bestas de carga, 23 bestas de tiro, 3 cavalos, 1 boi manso, 2 terneiros e 20 porcos de criar. Já entre os animais de Teixeira contavam-se 300 reses, 50 éguas, 10 cavalos e 25 porcos. As bestas de carga constantes no inventário do negociante Weissheimer, muito provavelmente, serviam-lhe como meio de transporte das mercadorias. Já os porcos, presentes em ambos os inventários, poderiam ser utilizados para a fabricação de banha, vendida em suas casas de negócio e, em alguns casos, exportada para a capital da Província, tendo o mesmo destino, a carne e o couro vacuum. No caso dos porcos do inventário de João Weissheimer, estes poderiam ter relação com a fábrica de banha de Adolfo Oderich, da qual Weissheimer era acionista.

É oportuno esclarecer que algumas informações – absolutas em termos percentuais – constantes da tabela 11 precisam ser relativizadas. Tomemos o caso de Henrique Henzel, serreiro, que aparece na tabela como tendo 100% de seus bens semoventes concentrados na categoria “Boi/vacas mansos”, o que nada nos diz acerca da quantidade de animais que possuía. Na verdade, Henzel era proprietário de apenas uma vaca, o que parece sinalizar para a posse de animais com vistas à subsistência, sem qualquer finalidade comercial. Este também é o caso de Felipe Carlos Trein, que aparece na tabela possuindo 100% de seus semoventes categorizados como “Cavalos e éguas” quando, na verdade, possuía apenas um cavalo de raça. Assim, também o fazendeiro Tristão Rodrigues da Silva não pode ser considerado um grande proprietário de animais, já que possuía apenas um cavalo e 3 bois de carreta.

A tabela, no entanto, demonstra a variedade de animais presentes nas propriedades desta elite política caiense, assim como aponta para a finalidade variada que estes possuíam, destacando sua importância comercial, num contexto em que constituíam praticamente o único meio de transporte que conduzia produtos e pessoas de um povoado a outro.

É importante lembrar que estes animais, tanto os de criação, quanto os que serviam ao transporte não eram bens inacessíveis para a grande maioria da população. A tabela seguinte relaciona os animais constantes nos inventários analisados e o preço menor e maior com que foram avaliados.

pequenos se comparados à elite mercantil de que fala Osório – com vistas a obter maior segurança e garantir maiores rendimentos tenha sido também a diversificação dos negócios.

Tabela 13 - Valor dos semoventes (menor e maior) de acordo com os inventários (em mil-réis)

Semovente	Valor menor	Valor maior
Besta	50\$000	180\$000
Boi manso	4\$000	70\$000
Cavalo	5\$000	100\$000
Cavalo de raça	670\$000	670\$000
Égua	5\$000	30\$000
Égua com cria	100\$000	100\$000
Mula	25\$000	130\$000
Novilho	45\$000	45\$000
Ovelha	2\$000	2\$000
Porco	1\$000	15\$000
Reses	10\$000	17\$000
Terneiro	15\$000	20\$000
Vaca	35\$000	40\$000
Vaca com cria	30\$000	100\$000
Vaca mansa	70\$000	70\$000

Elaborado pela autora com base em Inventários *post-mortem* de São Sebastião do Caí, 1868 a 1935, localizados no APERS.

A diferença entre o menor e o maior valor pode ter relação com a valorização (ou desvalorização) do tipo de rebanho em dado momento, como também pode estar relacionado à idade e à condição do animal no momento da avaliação. De todo o modo, a tabela evidencia que, cavalos, éguas, ovelhas e porcos poderiam ser animais acessíveis à boa parte da população. Um cavalo poderia ser adquirido a 5 mil-réis, valor de um dos cavalos de Carlos Berto Círio. Obviamente, um cavalo de raça como o que possuía Felipe Carlos Trein, avaliado em 670 mil-réis, já se tornava um bem de luxo, do qual nem todos poderiam dispor. Já as mulas e bestas, animais por excelência destinados ao transporte de cargas, por possuírem um valor maior, possivelmente só eram acessíveis a quem detivesse um capital maior e que destes necessitasse para seus negócios.

Os dados relativos à posse de semoventes evidenciam, portanto, o papel que esta desempenhava na diferenciação da elite política – e econômica – em relação à maioria da população do município. Se esta distinção pode ser percebida através da propriedade de um número determinado de animais, as casas de moradia por ela ocupadas – e, também, os dados sobre sua mobília – poderão, com certeza, nos ajudar na caracterização da elite caiense no período de transição do Império para a República.

3.6.3 Entre o habitual e o diferencial: o modo de vida da elite caiense

Como já pudemos demonstrar, inúmeros aspectos da vida desta elite que vivia em São Sebastião do Caí, sobretudo, de seu espaço privado, podem ser revelados através da análise dos inventários.⁶¹ Valendo-se dos inventários, Fábio Kühn demonstrou que o temor da guerra na década de 1770 – quando espanhóis ainda ameaçavam tomar território do Rio Grande – levou a uma rusticidade no padrão das moradias, já que “investir em imóveis residenciais era ainda uma aventura temerária”. O fim do conflito e a significativa melhoria no padrão econômico resultaram em moradias mais sofisticadas, a partir da década de 1780, nos Campos de Viamão (KÜHN, 2006b, p. 142).

Para o período em questão, o último quartel do século XIX, o temor da guerra não era eminente, principalmente, após o término da Farroupilha em 1845. O povoamento da região do vale do rio Caí, ao longo do século XIX, inseriu-se em um projeto maior de colonização encabeçado pelo governo imperial. Aliado a estes fatores, o desenvolvimento da região, ao longo da segunda metade do século XIX conferiu não somente mais confiança na prosperidade do povoado, como também resultou em uma melhoria nos padrões sócio-econômicos da população.

Ao analisarmos as características das casas ocupadas pela elite política caiense, percebemos uma significativa melhoria nos padrões de moradia, pelo menos no que concerne a este setor da sociedade local. Algumas das residências aparecem descritas como construídas de pedra. É o caso da casa de moradia de Pedro Noll, no distrito de Santa Catarina da Feliz: “construída de pedra, coberta com telhas de barro e de zinco, forrada e assoalhada com 20m de frente e 13,2m de fundo; com 2 portas e 6 janellas na frente”. Tal construção constitui um imóvel típico de um indivíduo de significativas posses, afinal, foi avaliado em 15 contos de réis (NOLL; NOLL, 1899, f. 8).

Mas, muito comuns, neste final do século XIX e início do XX, eram as casas construídas de tijolos. Assim era a casa de Alberto Thomaz Scherer, na Vila de São Sebastião do Caí e a de Justino Antônio da Silva em Costa da Serra, no distrito de Santana do Rio dos Sinos. A cobertura das casas ou era feita de telhas de barro ou então de zinco. Algumas, inclusive, combinavam estes dois tipos de cobertura em um mesmo imóvel. Essa maior

⁶¹ Procedimento semelhante foi adotado por Jurandir Malerba, para “observar ‘esses índices de civilidade’, constituídos por objetos de uso cotidiano” da elite imperial no Rio de Janeiro no início do século XIX (MALERBA, 2000, p. 148); por Fábio Kühn (2007), com a finalidade de desvendar aspectos do modo de vida nos Campos de Viamão no século XVIII; e por Marcos Ferreira de Andrade (2008), para caracterizar a vida material da elite de Campanha da Princesa, Minas Gerais, na primeira metade do século XIX.

incidência de casas feitas de paredes de tijolos e cobertas com telhas de barro podem ser representativas da existência de um número significativo de olarias no município. Somente no primeiro trimestre de 1885, cinco impostos sobre olaria foram pagos à Câmara Municipal (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1885).

Como este estudo não visa uma análise exaustiva de aspectos arquitetônicos das residências da elite caiense – o que requer conhecimentos específicos e um maior investimento em pesquisa documental, sobretudo iconográfica – pretendemos apenas chamar a atenção para alguns elementos que, através delas, denotam o poder político e social e também econômico de algumas famílias do município.⁶²

Nos inventários que analisamos, a maioria das residências é descrita como sendo “fornadas e assoalhadas”, denotando que tais condições constituíam um diferencial em relação à construção de outras. Para o caso de São Leopoldo e Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Marcos Witt também constatou que três itens – ser construída “de pedra, fornada e assoalhada” – identificavam que se tratava de uma residência que estava acima dos padrões da maioria das ocupadas pelos colonos. (WITT, 2008, p. 115). Dos inventários em que constam descrições dos imóveis, somente em três deles encontramos referências a sobrados, que, definitivamente, eram os mais bem avaliados. É o caso das residências de Frederico Arnoldo Engel, Pedro Franzen Filho e Felipe Carlos Trein, ambos residentes na Vila de São Sebastião do Caí. Engel possuía um sobrado avaliado em 15 contos de réis, enquanto Trein era proprietário de dois sobrados também no Termo da Vila, adquiridos após o falecimento de sua primeira esposa, Henriqueta Trein, em 1878.⁶³ Juntos, os dois sobrados valiam 27 contos de réis, ou seja, 16,17% de todos os bens de Trein. Somente a avaliação do sobrado de Pedro Franzen Filho destoa da dos demais, pois este foi avaliado em apenas 1 conto e 200 mil-réis, o que pode denotar uma considerável diferença entre as condições desta construção em relação

⁶² Para uma análise exaustiva dos aspectos arquitetônicos das residências seria necessário considerar não somente aspectos da arquitetura brasileira como também a influência da arquitetura alemã, já que esta era uma zona de colonização teuta. Na obra *A arquitetura no Rio Grande do Sul*, organizada por Günter Weimer, dois artigos trazem informações importantes para compreendermos a arquitetura na zona colonial. O primeiro deles trata-se do artigo de Francisco Riopardense de Macedo, *Arquitetura luso-brasileira*, no qual o autor reconstitui historicamente a evolução da arquitetura luso-brasileira desde o período colonial, destacando as mudanças ocorridas em função das necessidades impostas pelo contexto (MACEDO, 1983, p. 53-94); e o segundo, é de autoria de Weimer, *A arquitetura rural da imigração*, em que focaliza as tendências arquitetônicas importadas de diversas regiões germânicas, dada a procedência distinta dos imigrantes, e as suas adaptações à realidade brasileira (WEIMER, 1983, p. 95-119).

⁶³ Não sabemos precisar a forma de aquisição destes imóveis por Felipe Carlos Trein, pois trabalhamos apenas com os cruzamentos de informações entre o inventário de Henriqueta Trein, sua primeira esposa, datado de 1878, quando então os sobrados não são arrolados entre os bens, e o inventário do próprio Felipe Carlos Trein, que data de 1899 e em que constam entre seus bens dois sobrados que se comunicavam entre si na Vila de São Sebastião do Caí.

aos demais sobrados, ou estar diretamente relacionado à não incomum prática de subavaliação do valor dos bens com vistas ao pagamento de taxas de impostos menores.⁶⁴

O número de portas e janelas dos imóveis, muitas vezes precisadas na descrição dos inventários, dá-nos uma idéia da grandiosidade de muitas das residências. Um dos sobrados de Felipe Carlos Trein possuía 1 porta e cinco janelas de frente. O sobrado de Frederico Engel possuía uma porta que fazia ângulo com a esquina da rua Tiradentes com a rua General Câmara e 4 janelas em cada frente, segundo informações do inventário do próprio Engel, e que podem ser confirmadas pela fotografia do sobrado.



Figura 9 - Sobrado de Frederico Arnoldo Engel na Vila de São Sebastião do Cai⁶⁵
Fonte: Acervo AHMBM

De acordo com Mara Regina Kramer Silva, que analisa o simbolismo dos traços arquitetônicos das residências da elite republicana nos Campos de Cima da Serra (RS), a concentração de aberturas na fachada principal “conota receptividade para com os visitantes”

⁶⁴ Muito possivelmente, essa segunda opção – a de subavaliação dos bens – é o que pode explicar o valor menor com que é avaliada a casa assobradada de Franzen, pois no inventário deste constam acusações de que tal prática teria ocorrido.

⁶⁵ Fotografia sem data.

(SILVA, 1996, p. 118). Se considerarmos esta perspectiva de análise, as duas fachadas principais do sobrado de Engel podem apontar para a sua condição de líder comunitário, aspecto que será analisado no próximo capítulo.

Em relação à residência da família Guimarães, sobre a qual não temos qualquer descrição por escrito, pudemos constatar, através de uma fotografia datada de 1984, que a mesma também possuía grande quantidade de aberturas.



Figura 10 - Solar da família Guimarães na Vila de São Sebastião do Cai⁶⁶
Fonte: Acervo AHMBM

É interessante notar que as duas residências, uma de família luso-brasileira e outra de um imigrante alemão, possuíam características arquitetônicas em comum. Através das fotografias, é possível constatar que tanto o sobrado de Engel, quanto o solar dos Guimarães, possuíam um porão alto, o que, segundo Reis Filhos, consistia em uma característica de casas abastadas típicas da primeira metade do século XIX (REIS FILHO, 1970, p. 40). Em ambas as edificações também podem ser observadas características da arquitetura luso-açoriana, como as janelas retangulares emolduradas externamente por um friso.

Mas as grandes e imponentes residências não se restringiam à vila, já que casa de Antônio

⁶⁶ O solar da família Guimarães foi construído em meados do século XIX. A foto data de 1984, sendo que hoje a edificação já não existe mais.

José da Rocha Júnior, em Santana do Rio dos Sinos, possuía 7 janelas de frente, e a de Justino Antônio da Silva, no mesmo distrito, possuía 4 portas de frente e 3 janelas.

Para além do caráter simbólico das aberturas, é preciso considerar que tinham a função de garantir a incidência do sol e a ventilação no interior das edificações, sobretudo em regiões marcadas por um inverno mais rigoroso (SILVA, 1996, p. 116), havendo, inclusive prescrições fixadas no Código de Posturas do município – como já apontado no capítulo anterior – em relação às medidas que deveriam ser observadas nas portas e janelas das construções localizadas na Vila.

Se foi possível observar traços da arquitetura lusitana nas residências do município, não podemos deixar de referir a influência da arquitetura germânica em muitas delas, mesmo porque muitos dos vereadores eram imigrantes ou descendentes de alemães. Ela pode ser constatada na residência de Georg Henrique Ritter, pai do vereador Henrique Ritter Filho, em Linha Nova, através do característico estilo enxaimel, herança da arquitetura westfaliana (WEIMER, 1983, p. 110).



Figura 11 - Casa de Jorge Henrique Ritter em Linha Nova⁶⁷
Fonte: foto atual

⁶⁷ Apesar da foto ser atual, a casa ainda conserva as características da casa construída por Jorge Henrique Ritter em 1864.

Poucos são os inventários que descrevem e realizam a avaliação das casas de moradia em separado dos terrenos em que estas estavam construídas, o que, então, dificulta a determinação do valor destas residências. O que se pode observar, entretanto, é que as casas construídas no Termo da Vila eram melhor avaliadas em comparação à maioria das residências construídas em distritos do interior, em zona propriamente rural. A casa de Paulino Ignácio Teixeira, no distrito de Santana do Rio dos Sinos, mesmo sendo uma ampla casa, composta de diversas peças, e avaliada conjuntamente ao terreno e mais benfeitorias não ultrapassou o valor de 4 contos de réis. Muitas das residências destes vereadores denotavam, pois, sua melhor condição econômica. Apesar de serem muito distintas dos pesados e sólidos sobrados patriarcais descritos por Freyre (1977, p. 77), as casas da elite caiense, quer se localizassem no meio rural, quer no meio urbano, destacavam-se no conjunto de residências do município, aspecto que foi também constatado por Silva, que observou, inclusive, a existência de distinções significativas entre as residências de membros da própria elite republicana por ela estudada.⁶⁸

Mas também os móveis – funcionais ou decorativos – existentes nas residências podem revelar os padrões de vida desta elite que buscamos caracterizar. Entretanto, como se pode perceber em alguns dos inventários que analisamos, a descrição dos bens móveis era, muitas vezes, subestimada. Ou, simplesmente, não eram arrolados, sendo divididos entre os herdeiros antes da abertura do processo de inventário ou, então, descritos de forma a serem desvalorizados, como se pode constatar no uso de termos como “velho”, “em mau estado”, “usado” ou mesmo “em estado de ruína” a eles atribuídos.⁶⁹ Desta maneira, eram descritos tanto bens imóveis, quanto os móveis, o que poderia constituir uma estratégia levada a cabo pela família do inventariado para diminuir o valor dos impostos a serem pagos. Assim, da análise dos bens móveis pode-se depreender que esta elite, no geral, não possuía muitos bens e conforto. Como demonstra a tabela 10, apenas uma pequena parte da fortuna destes

⁶⁸ Em sua Dissertação, Mara Silva analisou duas fazendas na região dos Campos de Cima da Serra (RS) – a Fazenda Estrela, do Coronel Libório Rodrigues, e a Fazenda Branca, de propriedade do Coronel Avelino Paim – com o intuito de “decifrar a linguagem simbólica relativa à construção, manutenção e legitimação do poder de seus proprietários junto a seus subordinados, objetivando verificar a interferência da arquitetura nas relações de força” (SILVA, 1996, p. 99). Ao analisar a cobertura das duas casas-sede, Silva constatou a existência de um padrão nos dois casos analisados – ambas seguem o modelo de telhado quatro águas, característico do sobrado na arquitetura colonial brasileira – que as distingue das edificações de outros membros da elite econômica da região: “A grande maioria das demais residências rurais contemporâneas, por nós trabalhadas, embora também pertencentes à oligarquia rural, exibem uma cobertura de duas águas com inclinações laterais” (SILVA, 1996, p. 113-114).

⁶⁹ Nos inventários de Antônio Otto Rühée e de Guilherme Zirbes, por exemplo, não há qualquer bem móvel arrolado, fato que, supomos, possa ser atribuído a uma distribuição – feita previamente ao inventário – entre os herdeiros (RÜHEE; RÜHEE, 1921; ZIRBES; ZIRBES, 1915).

indivíduos estava aplicada em bens móveis. Em nenhum dos inventários a percentagem de bens móveis ultrapassou 5% do total dos bens listados.

Muitos dos bens arrolados, que se repetiam constantemente nos diversos inventários, eram bens que poderíamos denominar de “primeira necessidade”, tais como utensílios de cozinha, camas, mesas e cadeiras. Em alguns casos, no entanto, pode-se identificar a presença de objetos mais sofisticados, denotando um maior poder aquisitivo, bem como um status social mais elevado. Cômодas, marquesas, aparadores e mobélias apareceram em muitos dos arrolamentos de bens dos inventários. Essa presença, em uma mesma residênciа, de artigos muito simples e de bens de luxo foi percebida e descrita por Malerba que, ao analisar os bens da elite carioca, nas primeiras décadas dos oitocentos, no contexto da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, constatou que: “Mas se há, mesas com tampo de pedra ou colunas torneadas, é significativo constarem ao lado de referências singelas, como ‘caixas’ ou ‘dois barris’, ou ‘duas gamelas pequenas’” (MALERBA, 2000, p. 149).

A heterogeneidade econômica desta elite política local, verificada através dos gráficos 7 e 8, é referendada pela composição dos bens móveis destes indivíduos, nas quais pode-se perceber distintos padrões de vida, já que algumas residências aparecem mais sofisticadas que outras. Alguns inventários chamam a atenção por apresentarem os bens móveis avaliados em mais de 2 contos de réis, diferenciando-se de outros que possuíam apenas 22 ou 100 mil-réis em bens móveis. Felipe Carlos Trein, por exemplo, possuía 2:816\$000. Sua casa na vila de São Sebastião do Caí era bem localizada e, com certeza, chamava a atenção dada a sua imponência, pois se tratava de uma casa assobradada, tendo à frente uma porta e cinco janelas, localizada à rua Tiradentes esquina com a Praça Ramiro Barcelos. Em seu interior, podiam ser encontradas duas mobélias estofadas – que juntas valiam 750 mil-réis –, camas, bidê, armários – inclusive, armário para livros! –, guarda-roupas, mesa e cadeiras. Além da mobéilia, a casa contava com artigos decorativos, como relógios, quadros, tapetes e cortinas que encobriam as janelas (no inventário estão listados 4 pares de cortinas que juntos foram avaliadas em 210 mil-réis) (TREIN; TREIN, 1899, p. 21-22v).

Já a casa de Carlos Berto Círio, em Santana do Rio dos Sinos, era bem mais modesta. Podiam ser encontradas nela mesas, cadeiras de pau, uma cadeira de balanço, baús, armário para louças e uma velha cômодa (CIRIO; CIRIO, 1888, f. 12). Entretanto, nenhum artigo de decoração como as cortinas, os quadros e tapetes existentes na casa de Felipe Trein. E, se acaso existiram, não constaram no arrolamento, provavelmente por não possuírem valor monetário significativo.

Apesar de residir no interior do município, Paulino Ignácio Teixeira não se furtou de ter artigos de luxo em sua casa. Residente em Santana do Rio dos Sinos, Teixeira possuía uma casa térrea, bastante ampla – com sala, alcovas, varanda e cozinha – feita de paredes de pedra e coberta de telha, sendo a edificação forrada e assoalhada. Junto à casa, que ficava em terreno cercado, encontravam-se algumas benfeitorias, como casa de atafona, paiol e um galpão para guardar as carretas. Dentre a mobília, destacavam-se um sofá feito de madeira e palhinha, duas cadeiras de braço e duas de encosto feitas de palhinha, uma mesa redonda, dois consolos com pedra de mármore e dois grandes espelhos. Castiçais, tapete, caixinha de música e piano, artigos estes de luxo, completavam a decoração (TEIXEIRA; TEIXEIRA, 1891, f.24-26). A presença de tais objetos pode ser representativa do processo de aumento das importações de bens de consumo destinados a consumidores endinheirados – semiduráveis, duráveis, supérfluos – descrito por Luiz Felipe de Alencastro como característico da segunda metade do século XIX. Assim, jóias, objetos de ouro e prata, relógios de algibeira e piano se tornaram mais comuns, segundo Alencastro, nas residências da elite imperial (ALENCASTRO, 1997, p. 36-37).

Na segunda metade do século XIX, o piano tornou-se “A mercadoria-fetice dessa fase econômica e cultural”, símbolo da “virada na música e nas danças imperiais”, numa tentativa de opor-se à hegemonia afro-brasileira na música e dança (ALENCASTRO, 1997, p. 45-46). Se até 1850, a posse de tal “mercadoria-fetice” era muito rara, mesmo entre a elite⁷⁰, na segunda metade do século o acesso tornou-se facilitado pelo “progresso da tecnologia industrial”, que tornou o instrumento mais sólido e menos propenso a reparos e afinações, viabilizando, assim, seu transporte com segurança, da Europa ao Brasil (ALENCASTRO, 1997, p. 46).⁷¹ Apesar de o piano ter sido muito comum na Corte brasileira – assim como outros produtos de luxo importados – ainda era “objeto acessível apenas a uma parcela da elite, em geral por ser um artigo caro e importado” (ANDRADE, 2008, p. 138), o que reforçava a distinção social que este conferia àqueles que o tivessem. Segundo Alencastro, a aquisição do piano dava-se menos pela necessidade e pelo uso e mais pelo status que este conferia a seu proprietário, “porque era moda, *a moda*” (ALENCASTRO, 1997, p. 47, grifo do autor). A presença do piano nas salas das residências da elite brasileira tornava-se, assim, uma forma de mostrar – através do instrumento e do gênero musical – o fim das influências

⁷⁰ Luiz Felipe de Alencastro ressalta que, mesmo entre a elite brasileira, antes de 1850, “o piano só entrara em poucos sobrados do Rio, de Recife e da Bahia, sendo praticamente desconhecido noutras partes” (ALENCASTRO, 1997, p. 45).

⁷¹ A maioria dos pianos comprados pela elite brasileira a partir da segunda metade do século XIX era importada da Europa, apesar da existência de duas pequenas fábricas de pianos existentes no país, uma em Recife e outra na Corte (ALENCASTRO, 1997, p. 46).

africanas no Brasil e uma abertura à ocidentalização, à europeização. Dos 64 inventários de membros da elite de Campanha da Princesa, Minas Gerais, analisados por Andrade, em apenas dois há menção à existência de pianos. No nosso caso, dos 27 inventários analisados, em apenas um – o inventário de Isolina Lopes Mariante Teixeira, esposa de Paulino Ignácio Teixeira, datado de 1891 – constatou-se referência a um piano. O fato de termos encontrado um piano entre os bens arrolados num inventário de uma família luso-brasileira, não significa que famílias teuto-brasileiras não adquirissem este instrumento. Nos inventários de famílias teuto-brasileiras do município de São Sebastião do Caí que analisamos, não encontramos qualquer piano entre bens arrolados. Ângela Tereza Sperb, no entanto, ao analisar o inventário do imigrante João Pedro Schmitt, comerciante em Hamburgo Velho (RS), encontrou um piano – em mau estado – avaliado em 150 mil-réis entre os bens arrolados (SPERB, 1987, p. 25). A mesma autora observou, muito apropriadamente, que no caso da família Schmitt, o piano não constituía apenas um objeto de luxo, pois “Havia realmente interesse e gosto por música na família de J. Pedro Schmitt”, o que pode ser atestado pelo envolvimento de um de seus filhos na fundação do coro *Gesangverein Frohsinn*, em Hamburgo Velho (SPERB, 1987, p. 25, nota 27).

Além do alto custo que implicava a aquisição de um piano – no caso do que foi adquirido pelo casal Teixeira, o valor a ele imputado nos autos do inventário foi de 120 mil-réis, valor este bastante significativo –, devem ser consideradas as dificuldades para o transporte deste tipo de mercadoria, já que, em sua maioria, “vinham em lombos de burros” como aqueles que se dirigiam para o “sul de Minas” (ANDRADE, 2008, p. 138). Para o caso de São Sebastião do Caí, as facilidades de acesso podem ter favorecido sua aquisição, já que pelo rio Caí circulavam vapores que transportavam a mais diversificada carga de mercadorias. Mas, com certeza, não deve ter sido muito fácil realizar o seu transporte do porto junto à sede da vila até a casa de Teixeira, localizada em Santana do Rio dos Sinos, interior do município, dadas as condições da estrada de acesso. Vale lembrar que, referindo-se a São Leopoldo, Roche afirmou que, mesmo depois de meados do século XIX, o acesso a muitas picadas só podia ser feito mediante animais de carga, situação que melhorou apenas quando as condições das estradas passaram a permitir a passagem de carretas (ROCHE, 1969, p. 58).

Assim, além de atender ao entretenimento de familiares e convidados em reuniões e bailes realizados na casa, o piano trazia consigo um “signo de modernidade e diferenciação social, distinguindo as famílias que o possuísem” (ANDRADE, 2008, p. 138). Este aspecto foi também observado por Malerba, para quem muitos dos bens de propriedade da elite nada mais eram do que “bens de prestígio” (MALERBA, 2000, p. 148). Mas a distinção não

decorria exclusivamente da propriedade do instrumento, resultando, principalmente, da habilidade de tocá-lo (MUAZE, 2006, p. 273).⁷² Vale lembrar que a instrução feminina – apesar de limitada, não devendo avançar os limites socialmente definidos – abria “uma importante janela para o convívio e a sociabilidade”, razão pela qual o aprendizado musical era bastante estimulado entre as jovens (MUAZE, 2006, p. 273).

Na segunda metade do século XIX, um novo ritmo de vida na Corte imperial – imposto especialmente pelo *ir e vir* dos navios ingleses abarrotados de mercadorias – acabou por exigir um maior controle do tempo. Assim, não deve causar estranheza a crescente presença – e necessidade – do relógio no cotidiano dos homens da segunda metade do século XIX. Essa mudança dos costumes foi constatada por Alencastro: “Horas e minutos da regularidade diurna dos trópicos, cuja medida costumava parecer aleatória e desnecessária aos luso-brasileiros, começam a poder ser marcados passo a passo, de cebolão na mão, nas casas, nas fazendas, nas estradas, nos rios, nos portos do litoral” (ALENCASTRO, 1997, p. 38-39). A realidade, no entanto, não era a mesma para todos os recantos do Império.⁷³ Se na Corte o relógio assumiu uma função utilitária, o mesmo não ocorreu em todas as províncias. Na Província de Minas Gerais, por exemplo, o tempo “continuava sendo regido pelo romper da aurora e o pôr-do-sol e, dependendo da atividade, poderia varar a noite” (ANDRADE, 2008, p. 138). Neste caso, a aquisição do relógio poderia estar relacionada muito mais à influência dos costumes vigentes na Corte imperial, do que à introdução e opção por uma nova forma de controle do tempo. Já para o caso de São Sebastião do Caí, acreditamos que a presença do relógio, constante na amostra de inventários que analisamos⁷⁴, pode ter relação com a necessidade do controle do tempo, sobretudo em função das atividades comerciais de

⁷² A partir dos Cadernos de Assentamento financeiro das despesas e rendimentos mensais da fazenda da família Ribeiro de Avellar, correspondente aos anos de 1870/1876, apresentados por Muaze no Anexo 2 de sua Tese, verifica-se, entre as despesas, gastos com pianos/afinação de piano, revelando não somente a posse deste instrumento como também a utilização deste na fazenda dos Ribeiro de Avellar (MUAZE, 2006, p. 394-398).

⁷³ Ao tratarmos da presença do piano entre os bens importados pela elite, já havíamos chamado a atenção para o fato de não podermos transferir os padrões vigentes no Rio de Janeiro para a realidade das outras províncias brasileiras. Mais uma vez, em se tratando da utilidade e do significado do relógio como bem utilitário ou de prestígio, observamos a necessidade de levarmos em conta as especificidades de cada região/local. Neste sentido, muito pertinente é a observação feita por Lilia Schwarcz que, ao analisar a vida social na Corte, constatou o caráter dúbio por ela desempenhado, já que, ao mesmo tempo em que se comportava como um centro irradiador de novos costumes, sobretudo europeizados, encarregava-se de manter o peso rural e a tradição escravista do Brasil: “Contudo, não era apenas a escravidão que ofuscava os projetos civilizatórios do Império; não se pode esquecer o caráter isolado da corte e dos poucos centros urbanos. Com efeito, o peso da população rural era enorme quando comparado ao da urbana. [...] Percebe-se, portanto, ao mesmo tempo, a importância da corte como centro irradiador mas também seu caráter de exceção. A moda era para poucos.” (SCHWARCZ, 1998, p. 117).

⁷⁴ Dos 27 inventários, encontramos referências a relógios em 15 (55,56%). Se considerarmos apenas um inventário por indivíduo – e, então, optamos pelo critério já anteriormente estabelecido, o de utilizar o inventário com maior valor total de bens –, correspondendo então a 23 inventários, relógios aparecem arrolados em mais da metade da amostra (65,22%).

importação e exportação de mercadorias. Para um comerciante como Pedro Noll, por exemplo, que possuía sua casa comercial em Picada Feliz, a presença do relógio era fundamental, já que era importante para ele saber a hora em que chegavam, à Vila de São Sebastião do Caí, os vapores vindos da capital da província carregados de mercadorias que ele revenderia em seu negócio. Entretanto, apesar de comuns entre os bens da elite, relógios de parede e relógios americanos nem sempre eram bens de fácil acesso. Se alguns relógios valiam apenas 8 mil-réis, sendo, portanto, mais acessíveis, outros custavam 25 mil-réis e alguns ainda muito mais. No inventário de Felipe Carlos Trein, de 1899, aparecem arrolados dois relógios, que juntos foram avaliados em 120 mil-réis, o que, inegavelmente, tornava-o um artigo de luxo, enquanto que no de Pedro Franzen Filho, é mencionado um relógio de ouro com corrente e medalha avaliado em 100 mil-réis. Mesmo que tais relógios não tivessem sido adquiridos por compra, mas derivados de alguma herança, sua posse fazia com que esses homens se destacassem socialmente, pois “Embora os relógios de algibeira fossem se tornando cada vez mais comuns e fizessem parte da indumentária dos brasileiros, os exemplares que a elite possuía representavam, muitas vezes, uma jóia de família, passada para as gerações seguintes” (ANDRADE, 2008, p. 132).

A centralidade da religião para a família do século XIX já foi apontada por Gilberto Freyre, que observou a presença constante nas casas de famílias de elite do oratório com imagens de santos, em torno do qual as famílias, parentela e “toda a escravaria doméstica” se reuniam para oração (FREYRE, 1977, p. 83-84). Em dois dos inventários que analisamos encontramos referência a oratório entre os bens móveis: no de Christiano Sauer está arrolado um oratório avaliado em 20 mil-réis, e no da esposa de Agostinho de Souza Loureiro, de “Um oratorio com dez Imagens pequenas, duas com resplendor de prata” avaliado em 16 mil-réis. Também foram arrolados “Oito Castiçais de prata, com trinta e duas onças de peso” valendo 51 mil e 200 réis (LOUREIRO; LOUREIRO, 1876, f. 14v). Mais uma vez, torna-se necessário considerar as especificidades locais para compreender o significado da posse de determinados bens, pois, se, em muitas casas da elite mineira, “Os oratórios poderiam figurar como peças de decoração e até mesmo de ostentação, embora tivessem muito mais a ver com a tradição religiosa mineira, que remonta ao século XVIII” (ANDRADE, 2008, p. 136), no caso de São Sebastião do Caí, acreditamos que a presença de oratório nas residências se devia ao parco atendimento religioso existente em tão grande território. Cabe lembrar que a Igreja Matriz de São Sebastião do Caí só foi construída na década de 1870, de modo que antes disto os rituais religiosos eram realizados em casas de particulares, especialmente, de pessoas de prestígio na comunidade. Mais do que ostentação, o oratório parece possuir, neste caso, uma

função muito mais religiosa do que de busca por prestígio social. O padre jesuíta Teodoro Amstad, em suas memórias autobiográficas, caracteriza a paróquia de São Sebastião do Caí como a “mais desajeitada” em 1885:

Vejam só a paróquia que lá se acha! [...] Como tem os limites horrivelmente desajeitados! [...] Eis uma faixa estreita ao longo do rio, com 5 paróquias de cada lado e, para cúmulo de tudo, o centro paroquial dela situa-se no recanto extremo de sua parcela mais sulina! (AMSTAD, 1981, p. 146).

Além da grande extensão do município, outras dificuldades, sobretudo as relacionadas ao relevo, se impunham ao trabalho religioso:

A Vila de São Sebastião situava-se no recanto extremo do sul, dali distando apenas 1/2 hora a cavalo de seus limites. Mas, para chegar ao ponto norte mais distante ou avançado da Colônia de Nova Petrópolis, ao menos se precisava cavalgar umas doze horas.

No âmbito de nossas considerações deve incluir-se forçosamente a configuração do terreno. Assim, Nova Petrópolis, com a sua extensão de 10 léguas quadradas, achava-se dividida pelo curso do Rio Caí em duas partes. Para atingir de uma parte a outra, tinha que gastar-se uma hora inteira, descendo o declive íngreme até o Caí de um lado e, noutro, importava subir-se, como que trepando, uma hora inteira no lombo da cavalgada.

Dava-se assim que eu, num só atendimento de enfermo, tivesse que descer duas vezes a serra e também houvesse que subir por duas vezes a cavalo, naturalmente indo e voltando. (AMSTAD, 1981, p. 147).

Dadas as dificuldades para o atendimento espiritual de tão “desajeitada” paróquia, muitos de seus moradores, com certeza, procuraram formas alternativas para realizar suas obrigações religiosas, sendo o oratório, a solução encontrada por aqueles que tinham condições de adquiri-lo. Considerando que muitas casas particulares serviam para a realização de cerimônias religiosas – como missas, batizados e casamentos –, os oratórios passaram a ser, também, peças-chave para a distinção social, já que traduziam o status de muitas famílias.

Mas não eram somente imóveis, bens móveis e animais que podiam traduzir o status superior da elite caiense. Não se deve desconsiderar o fato de que esta elite, mesmo vivendo em uma zona colonial – o que, muitas vezes, foi utilizado pela historiografia como motivo para que fosse negada a posse de escravos por colonos imigrantes –, encontrava-se inserida em uma lógica social escravista. Isto foi demonstrado por Witt que, ao analisar o caso da

família Voges, de São Leopoldo, constatou que, a exemplo de muitas outras estabelecidas na região colonial, os Voges compravam e mantinham escravos em suas propriedades (WITT, 2008, p. 43). Raul Róiz Shefer Cardoso, detendo-se especificamente sobre a região do vale do rio Caí, observou que a presença escrava foi significativa nesta região:

Localizamos, no Vale do Caí, a presença de várias fazendas, algumas das quais destacaram-se pela sua extensão ou pela representatividade de seus proprietários na região, pelos bens arrolados nos inventários ou pelo expressivo número de escravos encontrados na matrícula de registro ou na partilha dos bens inventariados. Sobressaíram-se na nossa pesquisa as fazendas: Carioca, Demanda, Morretes, Boa Vista, Estrela, Rio dos Sinos, das Palmas (CARDOSO, 2005, p. 40).

Esta presença pôde ser confirmada em dois inventários da amostra de 27 que analisamos, sendo estes de dois vereadores de origem luso-brasileira. Outras fontes documentais que acessamos demonstram que tal presença não era rara⁷⁵: nas receitas da Câmara Municipal, encontramos arrolados como compradores de escravos – e, portanto, pagantes de 2% do valor do escravo em imposto – Antônio Pires Cerveira e Paulino Ignácio Teixeira. Cerveira comprou em 1880, de José Fernandes Vieira a escrava Leopoldina, por quem pagou a quantia de 1:200\$000. Já Paulino Ignácio Teixeira comprou em 1883 de Joaquim Pires da Cruz a escrava Izabel pelo valor de 500 mil-réis (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1885, f. 30v).

Se todas as fontes até agora referidas trazem luso-brasileiros como proprietários de escravos, o Mapa de População do primeiro quarteirão de Porto Guimarães demonstra que imigrantes e descendentes teutos também possuíam bens de tal natureza. De acordo com o Mapa de População, datado, provavelmente, de 1868, Guilherme Zirbes era proprietário de um escravo, de naturalidade brasileira, 24 anos, chamado Gregório (JUNG, 1868?). No mesmo documento, encontramos dados sobre a família de Christiano Sauer. Nele, além da menção ao pardo Panciano Francisco Santos – que, acreditamos possa ter sido uma espécie de agregado da família Sauer, já que não está arrolado como escravo – encontramos a

⁷⁵ Os inventários em que constam escravos arrolados entre os bens são os de Emília Angélica Loureiro, esposa de Agostinho de Souza Loureiro, e o de Antônio José da Rocha Júnior. Quando da morte de sua esposa Emília Angélica Loureiro, em 1876, Agostinho de Souza Loureiro possuía 4 escravos. Jorge, “preto velho” e Manoel, também descrito como “preto velho”, avaliados em 600 mil-réis cada; o “criolo moço” Marcos, que valia 1:200\$000 e o “Crioulinho” Olimpio, de 600 mil-réis (LOUREIRO; LOUREIRO, 1876). Já no inventário de Antônio José da Rocha Júnior, datado de 1884, consta como sendo de sua propriedade a preta Luiza, que lhe prestava serviços e fora avaliada em 100 mil-réis (ROCHA JÚNIOR; ROCHA, 1884).

informação de que Christiano Sauer era proprietário do escravo Stefânio, preto, brasileiro de 18 anos (JUNG, 1868?).

Assim, valendo-nos de diferentes fontes documentais, podemos afirmar que, dos 38 vereadores, temos informações de que pelo menos 6 foram donos de escravos. Entretanto, acreditamos que este número possa ter sido muito mais elevado, já que as fontes de que nos valemos – listas de população, receitas da Câmara Municipal e inventários – não são propriamente as mais adequadas para isso. Os últimos, por si só, não são suficientes, afinal, a grande maioria dos inventários é do período pós-abolição, de modo que não podemos saber se, antes disto, o indivíduo possuía ou não escravos. Já no caso das receitas da Câmara, estas só nos revelam a propriedade de escravos no caso de uma transação comercial, ocasião em que o comprador tinha que, necessariamente, pagar uma taxa aos cofres públicos.

Obviamente, não encontramos nenhuma escravaria como as existentes em outras regiões do Brasil e mesmo em outras regiões do Rio Grande do Sul, como foi observado também por Cardoso:

[...] A opção dos grandes proprietários de terras da freguesia de Santana do Rio dos Sinos foi a de utilizar-se da mão-de-obra escrava. Para os parâmetros das Charqueadas do Rio Grande do Sul, o contingente escravo não era tão significativa. Contudo, foi o escravo o personagem que ocupou, em maior número, essas grandes fazendas, trabalhando como cozinheiro, lavrador, campeiro e costureira, entre outras atividades” (CARDOSO, 2005, p. 31-32)

O maior número de escravos que localizamos – 28, no total – eram de propriedade de Antônio José da Silva Guimarães Júnior, pai do vereador Pedro de Alencastro Guimarães.⁷⁶

A utilização de inventários *post-mortem*, associados a outras fontes documentais, revelam-nos facetas do modo de vida da elite política caiense e apontam para características que garantiam diferenciação em relação aos demais setores sociais, denotando seu status superior de “elite”. O fato de esta elite residir em um município que não possuía traços de um grande centro urbano – uma vez que, no máximo, podia ser considerado um entreposto comercial – não impediu que ela buscasse através da aquisição – e da manutenção – de bens

⁷⁶ Dos 28 escravos de Antônio José da Silva Guimarães (Júnior), 19 eram homens e 9 eram mulheres. Os 4 mais velhos, Manoel, 61 anos, Matheus e Ignácio, ambos de 59 anos e Caetano, 58 anos eram pretos africanos. Todos os demais haviam nascido no Brasil. Quatro escravos tinham idade na casa dos 30 anos. Um possuía 25 anos. Romão, Ladislau, Marinho e Prudêncio tinham entre 16 e 19 anos. Os demais escravos eram crianças com idade entre 1 e 11 anos. Entre as escravas, todas eram brasileiras. Cinco possuíam idade adulta entre 22 e 41 anos. As demais 4 eram crianças de 1 e 2 anos (JUNG, 1868?).

móveis, mais do que conforto, a garantia de prestígio. Esta mesma constatação foi feita por Mariana Muaze que, ao analisar a relação dos objetos comprados pela família Ribeiro de Avellar, quando de sua transferência da Corte para a fazenda Pau Grande, no interior do Rio de Janeiro, percebeu que “apesar de abrir mão da vida na cidade [...], a família Ribeiro de Avellar não pretendia fazer o mesmo no que se referia a sua vida material e ao cultivo de objetos de prestígio que correspondessem ao seu lugar social diferenciado” (MUAZE, 2006, p. 164).

Neste capítulo nos propusemos a evidenciar traços característicos de uma elite local, buscando, quando possível, comparar com características que a aproximavam ou a diferenciavam de outras elites locais, da elite provincial/estadual e da elite brasileira. Assim, ao final deste capítulo, pode-se concluir que a elite política que ocupava os postos da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí provinha não apenas de diferentes distritos, mas desempenhava variadas profissões, possuía diferentes origens étnicas e era muito distinta enquanto grupo econômico. Se, por um lado, algumas condições, tais como as de ser negociante, morar na vila, ser oficial da Guarda Nacional e pertencer a uma família tradicional – ou bem sucedida economicamente – podiam aumentar, e muito, a possibilidade de integrar a elite política municipal, por outro lado, era preciso – para garantir um lugar na Câmara Municipal – obter o reconhecimento da população local. Para tanto, era de vital importância angariar o maior número possível de aliados que garantissem o êxito na empreitada eleitoral. A ampliação da parentela mediante laços matrimoniais, a formação de uma clientela, em função de uma casa de negócios, e a distribuição de benesses poderiam, também, se transformar em estratégias importantes para a obtenção de um posto na Câmara Municipal. Certo está que, para esta elite – que ocupava os cargos camarários –, a política imiscuía-se nas próprias relações cotidianas e delas extraía o seu reconhecimento. Este será o tema do próximo capítulo.

4 CRIANDO, MANTENDO E AMPLIANDO RELAÇÕES: INVESTIMENTOS E ESTRATÉGIAS PARA A FORMAÇÃO DE REDES DE PODER



Figura 12 - Edifício construído em 1883 para ser Casa da Câmara, Cadeia e Quartel de Polícia¹
Fonte: Acervo AHMBM.

Se as eleições eram pautadas por disputas acirradas entre as diferentes facções existentes no município, a vitória no pleito significava o acesso ao poder. Neste capítulo analisaremos estratégias e ações da elite local – especificamente dos vereadores municipais – em duas circunstâncias específicas: dentro e fora da Câmara Municipal. Primeiramente, analisamos as estratégias utilizadas por estes indivíduos fora do âmbito da Câmara Municipal, quando, então, sua condição econômica, sua influência social e as relações que criaram e ampliaram foram fundamentais para garantir o acesso e a manutenção do poder. Em razão disso, a ação cotidiana e as relações – tanto as horizontais, quanto as verticais – ganham destaque em nossa análise, na medida em que oportunizam a visualização da inversão de ganhos econômicos e sociais para o campo político. Na sequência, analisamos as estratégias

¹ Após 1889, com a proclamação da República, tornou-se o edifício da Intendência Municipal. Atualmente, abriga a Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí. Ver no Anexo B foto atual do edifício.

utilizadas por estes homens – a partir da ocupação de cargos na Câmara Municipal –, analisando alguns dos momentos em que tais indivíduos colocaram, efetivamente, em funcionamento as redes de alianças que construíram, garantindo, assim, benefícios para si e seus aliados e, sobretudo, a manutenção de um lugar privilegiado na rede de poder em que estavam inseridos.

Este capítulo contempla, pois, a diversidade de relações mantidas pelos membros da elite e os diversos espaços por ela ocupados enquanto estratégias que lhe garantiam o acesso e a manutenção do poder. Como observado por Raoul Girardet, “O aparelho político e administrativo não constitui mais a sua única aposta. Esta se expande para todos os domínios da vida coletiva, quer se trate dos costumes, da organização familiar, como também do sistema educacional ou dos mecanismos econômicos” (GIRARDET, 1987, p. 38-39). Assim, a Câmara Municipal corresponde a apenas um dos focos de análise das ações e das relações mantidas pelos vereadores

4.1 “Nesta família seguia-se a regra ‘um por todos, todos por um’”: o papel da família e seus laços

Por muito tempo, boa parte da historiografia encarou as relações entre indivíduos – ou os laços por eles estabelecidos – a partir da família, entendendo esta como constituidora de redes sociais. A família tem sido tomada, em muitas análises, como espaço privilegiado de sociabilidade, a partir do qual e no qual laços de dependência e inter-relação são tecidos e constantemente reiterados.² Certo é que a família constituía-se, no século XIX, em importante meio para a conservação e ampliação de riquezas, de poder e de importância social.³

² Cabe esclarecer que, apesar de não apresentarmos uma exaustiva revisão bibliográfica do conceito e de como a temática da família tem sido abordada, consideramos importante mencionar alguns trabalhos que tomamos como referência para a compreensão do funcionamento das redes que a elite política de São Sebastião do Caí acionou, tanto para ter acesso ao poder, quanto para mantê-lo e ampliá-lo, a partir das relações familiares. Neste sentido, o leitor observará que, ao longo deste subcapítulo, os trabalhos de Michel Bertrand e Jean-Paul Zuñiga tornar-se-ão essenciais para o balanço crítico das possibilidades de análise por nós proposto. Neste subcapítulo, buscamos destacar algumas questões que devem orientar o trabalho do historiador quando este se dedica à análise do papel dos vínculos familiares. A primeira está relacionada ao papel que os laços familiares assumem enquanto parte de uma rede social. E a segunda, de caráter complementar, visa discutir as limitações e os problemas que uma análise das relações, a partir unicamente da família, pode gerar quando o intento é o de analisar as redes sociais. No tocante à revisão bibliográfica da temática, recomendamos a leitura da Introdução da Tese de Mariana Muaze. Nela, a historiadora convida o leitor a “um breve passeio pela historiografia que, de uma forma ou de outra, se debruçou sobre a questão da família no Brasil”, fazendo, então, um detalhado mapeamento de como a temática foi tratada, em distintos períodos historiográficos, com diferentes enfoques e por diferentes autores (MUAZE, 2006, p. 8-26). Outro enfoque pode-se encontrar em Nuno G. Monteiro que, ao analisar os sistemas

Considerando o nosso propósito de compreender o funcionamento das redes que a elite política de São Sebastião do Caí acionou tanto para ter acesso ao poder, quanto para mantê-lo e ampliá-lo a partir das relações familiares, selecionamos três acontecimentos que revelam a importância dos vínculos familiares como estratégia de manutenção de prestígio, preservação de riqueza e constituição de uma rede de poder.⁴

O primeiro desses acontecimentos ocorreu pouco antes da criação do município de São Sebastião do Caí. O outro, alguns anos depois, e o terceiro, já no início do século XX. Todos envolvem aspectos concernentes ao âmbito familiar e suas relações, demonstrando, por um lado, a diversidade dessas relações familiares, e por outro, que estas podem ter – quando entendidas como estratégias familiares – um significado extra-familiar, exercendo influência no campo político, social e econômico.⁵

familiares portugueses no Antigo Regime, destaca as contribuições para os avanços do conhecimento histórico sobre a família, alcançados a partir de estudos baseados em duas vertentes metodológicas: a quantitativa e a qualitativa. Em relação a essa primeira vertente apontada por Monteiro, são expressivas as contribuições da demografia histórica. Monteiro cita como avanços significantes desta vertente a descoberta do casamento feminino tardio e do predomínio, ao menos quantitativo, da família nuclear desde o início da modernidade. Entretanto, o autor não deixa de chamar a atenção para a limitação de estudos fundados em metodologia quantitativa, afirmando acerca do uso desta metodologia que lhe é intrínseca “a tendência para inferirem sentidos uniformes de comportamentos que podiam ter diferentes significados para os seus protagonistas”. Já para o caso de estudos com característica qualitativa, as contribuições também são importantes, sobretudo àquelas concernentes aos estudos dos sentimentos e sentidos atribuídos pelos indivíduos às relações e aos comportamentos familiares. Se estudos qualitativos vêm contribuindo para revelar as mudanças ocorridas socialmente no tocante ao plano dos sentimentos e idéias, tal também não está livre de limitações, como a “dificuldade em precisar cronologicamente com rigor essa mudança” (MONTEIRO, 1993, p. 280).

³ Marcos Witt ressalta a importância da análise das relações familiares – intra e extra grupo – para a compreensão da história da imigração (WITT, 2008, p. 72). O mesmo historiador observa que, mesmo que a historiografia clássica da imigração alemã tenha se dedicado à reconstrução genealógica e familiar dos núcleos coloniais, “há ainda, muito o que pesquisar e escrever sobre as relações familiares” (WITT, 2008, p. 71).

⁴ Estes acontecimentos também nos chamam a atenção para os cuidados necessários quando os vínculos familiares são tomados como esteio para a compreensão de uma estrutura de poder – tanto no âmbito interno da instituição-família quanto no tocante à estrutura de poder do Estado.

⁵ O conceito de estratégia aqui utilizado é influenciado por trabalhos de micro-história como o de Giovanni Levi (2000) que entende estratégia como a tomada de decisões e ações racionais dentro de um dado universo de possibilidades. Em relação à noção de estratégia social, redefinida pelos micro-historiadores, que buscaram dotá-la de um caráter antifuncionalista, Jaques Revel aponta que o corte microhistórico busca privilegiar em suas análises a pluralidade de destinos particulares, reconstituindo o que denomina de “um espaço dos possíveis – em função dos recursos próprios de cada indivíduo ou de cada grupo no interior de uma configuração dada” (REVEL, 1998, p. 26). Entretanto, a utilização do conceito não está livre de críticas. Jean-Paul Zuñiga considera a utilização do termo estratégia como problemática, sobretudo no que diz respeito ao conceito de estratégia familiar, e apresenta três razões para tal. A primeira está relacionada ao fato de que “La palabra *estrategia* presupone la existencia de un consenso tácito sobre una supuesta *estrategia familiar*”, ou seja, um envolvimento de toda uma família, inclusive em casos em que o fim desejado pressupõe o envolvimento de mais de uma geração, de modo que existe a necessidade de alguém coordenar os esforços de todo o grupo familiar, sendo que em alguns casos é apenas um indivíduo deste grupo que capitaliza os ganhos imediatos (o exemplo utilizado neste caso pelo autor é a estratégia familiar para a obtenção de algum título de nobreza, que então recai sobre um indivíduo da família). A segunda razão, segundo Zuñiga, está no fato de que o termo estratégia cobre práticas e comportamentos muitas vezes diversos e contraditórios. Neste caso, por exemplo, o investimento de parte significativa do capital com o fim de beneficiar um indivíduo da família, afetando a própria economia familiar, põe em dúvida ser esta uma estratégia coletiva de fato. E, por fim, destaca que o conceito de estratégia familiar supõe que os laços de parentesco são relações positivas por definição, o que não corresponde à realidade se

4.1.1. “[...] sem que houvesse impedimentos matrimoniais”: uniões estratégicas

O primeiro desses acontecimentos foi uma festa de casamento que ocorreu a 2 de setembro de 1874, no então povoado de Porto do Guimarães, segundo os registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, evento que, dada a pompa que envolveu a cerimônia, deve ter, com certeza, se transformado naquilo que Mariana Muaze denominou de “acontecimento social” (MUAZE, 2006, p. 51). Afinal, não era um casamento qualquer. Estavam se unindo, naquele dia, duas importantes famílias de negociantes locais: Trein e Zirbes. Francisco Trein, terceiro filho de Francisco Pedro Trein e Catharina Kessler, então com 22 anos e negociante como o pai, casava-se com Margaretha Zirbes, 17 anos, filha de Guilherme Zirbes e Magdalena Müller. (LIVROS, [1874] 2003, f. 22).⁶

Evidentemente, a união matrimonial entre Trein e Zirbes resultava em vantagens econômicas para as duas famílias. Francisco Trein era filho de um dos maiores negociantes da região, sendo evidente para os Zirbes que se o filho já seguia os passos do pai nos negócios, sucesso não lhe faltaria, e sua filha teria um bom futuro assegurado. Já o patriarca da família Trein parece ter buscado assegurar, através do casamento de filhos e filhas, uma espécie de sociedade comercial com potenciais concorrentes nos negócios⁷, assim como garantir a permanência de sua família no círculo de poder político local. Do ponto de vista econômico, o casamento de Francisco Trein e Margaretha Zirbes não fugia à regra que orientou todos os demais casamentos dos filhos de Francisco Pedro Trein. Além da ligação com a família

considerarmos episódios de assassinatos familiares e litígios por sucessões (ZÚÑIGA, 2000, p. 52-54). Edoardo Grendi aponta outra crítica frequente à utilização do conceito de estratégia: a hiper-racionalidade que esta pode supor. Segundo Grendi, o conceito pode levar à premissa de que todas as decisões e ações dos indivíduos são tomadas a partir e, unicamente, de estratégias meticulosamente pensadas e avaliadas pelos atores, sem qualquer influência emocional, apenas racional (GRENDI, 1998, p. 253). Entretanto, é o próprio Giovanni Levi quem demonstra que esta racionalidade da estratégia é, na verdade, uma racionalidade limitada, visto que o indivíduo – ou a família, no caso de ser uma estratégia familiar – vê-se condicionado a agir dentro de conjunturas e estruturas específicas. Na obra *A Herança Imaterial* (2000) Levi trabalha com noções de fracasso, incerteza e racionalidade limitada que matizam as estratégias das famílias de Santena em contextos específicos.

⁶ Os padrinhos que testemunharam a união foram Friedrich Weingaertner e Júlio Trein, este último, irmão do noivo.

⁷ Não estamos supondo aqui, através deste exemplo, que as relações entre os integrantes da família Trein eram relações características de uma família patriarcal, no sentido de que as relações eram pautadas em uma “submissão constante e necessária de todos os membros a um chefe com poderes senhoriais” (HAMEISTER, 2006, p. 41). Consideramos, antes, que esta foi uma estratégia utilizada pela família Trein dentro de um contexto possível, no sentido de uma racionalidade limitada tal qual Levi a caracteriza (LEVI, 2000). Lembremos, por exemplo, que, como elite, tais famílias muito provavelmente frequentavam os mesmos locais de sociabilidade, mantinham relações mais próximas, o que aumentavam as chances de união entre si, união esta que lhes pareceu vantajosa. Mas não se deve desconsiderar o importante papel que a família assume para os imigrantes. Para Cacilda Machado o ato de imigrar conferiu à família o importante papel de mediadora das relações do indivíduo com o meio social (MACHADO, 1997). Assim, torna-se mais compreensível o sentido da estratégia matrimonial dos Trein, enquanto uma estratégia familiar e não individual.

Zirbes, encontramos referências a uniões matrimoniais com a família Ritter, cujo patriarca, Georg Henrique Ritter era cervejeiro e vendeiro em Linha Nova; com a família do negociante de São José do Hortêncio, João Jacob Schmidt e com a família Noll, de comerciantes de Picada Feliz. Com essas uniões, as famílias envolvidas visavam concentrar todo o capital econômico e simbólico que até então haviam acumulado nos novos casais que então se formavam.⁸ A estratégia matrimonial da família Trein se estenderia para a próxima geração, como mostram alguns dos casamentos de filhos de Christiano Jacob Trein, representados no diagrama 1. Sua filha Catarina acabou casando-se com Frederico Mentz que, junto ao sogro, administrou a casa comercial que este herdara do pai. Outra filha de Christiano Trein, Matilda Trein, casou-se com Antônio Jacob Renner (A. J. Renner), nascido em 1884, natural da localidade que hoje constitui o município de Alto Feliz – então parte do distrito caiense de Picada Feliz –, filho de Jacob Renner e Clara Fetter. A. J. Renner trabalhou, inicialmente, com seu pai, na fábrica de banha que este possuía e, em seguida, em Porto Alegre, na Joalheria Foernges, onde aprendeu o ofício de ourives. Aos 18 anos transferiu-se para o município de São Sebastião do Caí, abrindo sua própria ourivesaria. Em 1905, após casar-se com Matilda Trein, tornou-se sócio de seu sogro, e seis anos depois, sócio do empreendimento têxtil Frederico Engel & Cia, que acabou tornando-se a empresa A. J. Renner & Cia. Apesar da fábrica de tecidos ter permanecido em São Sebastião do Caí até 1914, a fábrica de fiação foi logo transferida para Porto Alegre, com o objetivo de facilitar os contatos comerciais com a fronteira através da linha férrea Porto Alegre - Uruguaiana (REICHEL, 1978, p. 41). Uma vez transferida para a capital do estado, a A.J. Renner & Cia. passou a atuar também no comércio, sob a denominação de Lojas Renner.⁹ O diagrama 1 detalha melhor os laços matrimoniais estabelecidos pela família Trein.

⁸ Esta mesma interpretação já foi feita por Marcos Witt acerca do casamento de Carlos Frederico Voges Sobrinho e Philipina Risina Schmitt (WITT, 2006, p. 98).

⁹ Na página on-line das Lojas Renner, encontramos um breve histórico que vincula sua origem ao grupo A. J. Renner: “O ano de 1965 marca o início da história de Lojas Renner como uma empresa verdadeiramente independente. Até então, a Lojas Renner existia como parte do grupo A. J. Renner, indústria fabril instalada no bairro Navegantes, em Porto Alegre (RS). Foi como parte integrante do grupo A. J. Renner que a Lojas Renner inaugurou em 1922, na capital gaúcha, seu primeiro ponto-de-venda para a comercialização de artigos têxteis. Em 1940, ainda como empresa pertencente ao grupo, o mix de produtos foi ampliado e a Lojas Renner passou a operar como uma loja de departamentos. Em 1965, devido ao seu crescimento e evolução, o grupo A. J. Renner optou por tornar independentes as diferentes empresas que o formavam, ocasião em que foi então constituída a companhia Lojas Renner S.A.” (LOJAS RENNER, Disponível em: <<http://www.lojasrenner.com.br/>>). A indústria têxtil gaúcha, em especial, o grupo A. J. Renner, foi objeto de análise de Heloísa Reichel, em sua Dissertação de Mestrado defendida na UFRGS, em 1978, e publicada no mesmo ano, sob o título *A Indústria Têxtil no RS: 1910-1930* (REICHEL, 1978).

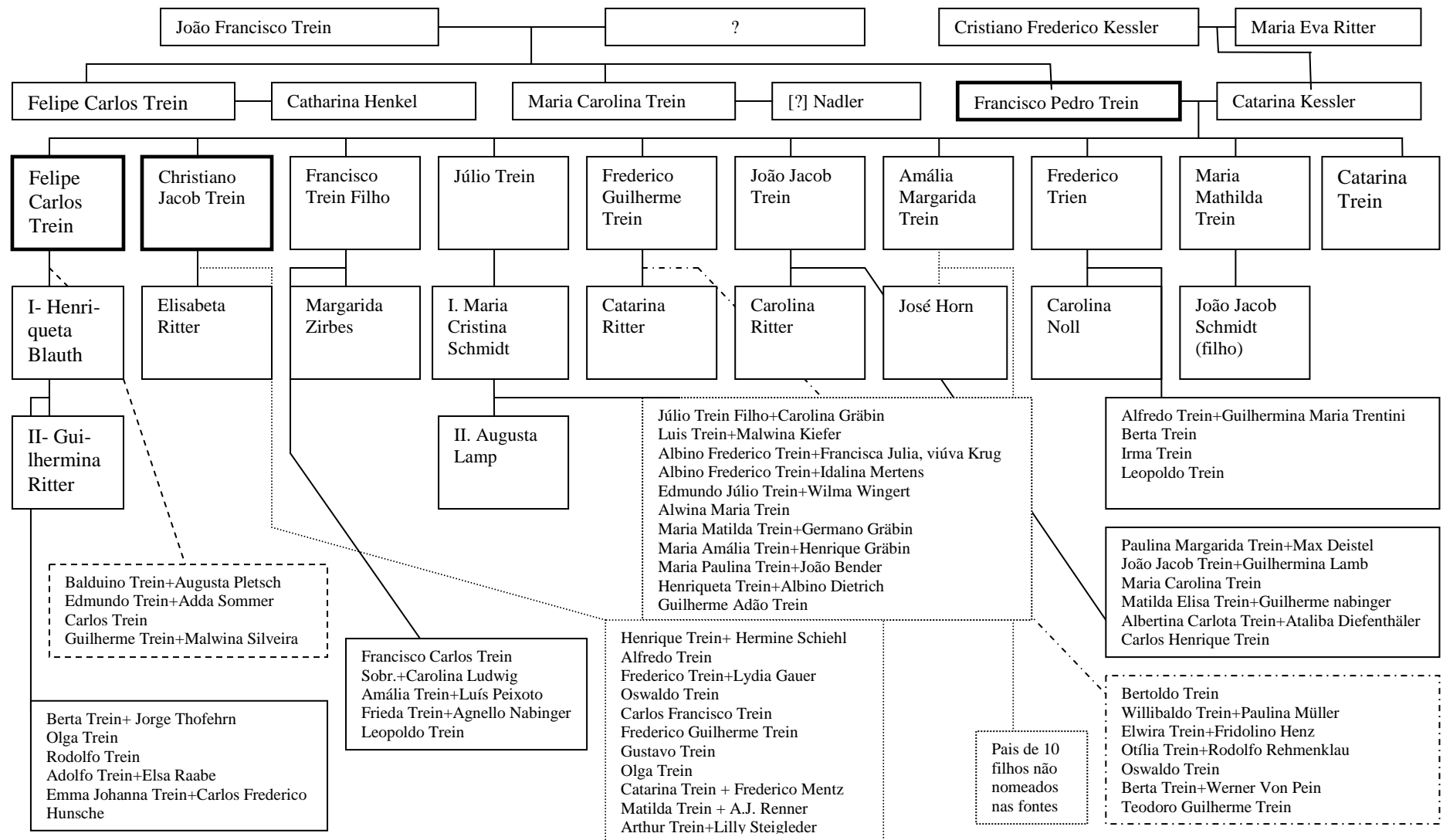


Diagrama 1 – Relações parentais da família Trein

Elaborado pela autora com base em Hunsche (1975, p.283-285) e nos Inventários da família Trein (TREIN; TREIN, 1878; TREIN; TREIN, 1883; TREIN; TREIN, 1899).

Fica evidente, assim, que os casamentos da família Trein basearam-se em uma estratégia familiar que buscava, predominantemente, atender a anseios econômicos. No entanto, pudemos constatar que os casamentos também visavam a manutenção do prestígio social e da posição política das famílias que se uniam através deles. Para o caso dos Trein, em especial, prestígio e capital político parecem ter sido fundamentais. Como já apontamos no capítulo anterior, dos 10 filhos de Francisco Pedro Trein, ao menos oito se casaram com membros de outras famílias de prestígio que ocuparam cargos na Câmara Municipal de São Sebastião do Caí.¹ Marcos Witt observa, neste sentido, que “arranjos familiares eram imprescindíveis para o funcionamento da sociedade como um todo, mas, inclusive, nas relações de poder tanto públicas quanto privadas” (WITT, 2006, p. 81).²

Tal estratégia matrimonial parece observar regras e valores próprios de uma sociedade em que a igualdade social e o prestígio eram fundamentais para a consolidação da união entre famílias de elite. O casamento, longe de ser uma escolha individual ainda, ao final do século XIX, constituía um negócio de família, na medida em que dele dependiam a sobrevivência e o sucesso financeiro e social de toda a família.³ Assim, se o período alvo de nosso estudo – o final do século XIX – corresponde a um momento de influxo de novas idéias – vindas, sobretudo, da Europa, tais como o racionalismo, o cientificismo, o positivismo – que incidiam sobre o comportamento e as posturas da elite brasileira, por outro lado, nele se observa a permanência de certos valores e idéias – sobretudo no tocante às relações pessoais – próprios do período que denominamos de Antigo Regime. Certo é que, se conjunturalmente, mudanças vinham ocorrendo – e a mudança de regime político é bem sintomática disto – as mudanças

¹ Entendemos que a presença na Câmara Municipal se constituía em meio de expressão do prestígio que dado indivíduo possuía ante os demais membros da sociedade. O poder simbólico de que nos fala Bourdieu, ou seja, o poder que dissimula a violência que é intrínseca a toda forma de poder (BOURDIEU, 1990a, p. 194), é o poder da representação, ou seja, o poder que dado indivíduo – mandante ou representante – possui para falar e agir em nome de uma coletividade – mandatários ou representados (BOURDIEU, 1990a, p. 189). No artigo *A delegação e o fetichismo político* (1990a) Pierre Bourdieu aborda a ilusão que se instala quando o poder do mandatário, do representando ou porta-voz é considerado pelos representados e por si próprio como *causa sui*, ou seja, quando não é mais possível identificar o lugar de onde emana o poder na relação circular entre representantes e representados, quando não é mais possível saber se o grupo existe porque existe o representante ou se o representante existe em função da coletividade que representa. Segundo o sociólogo francês, “*em aparência* o grupo faz o homem que fala em seu lugar, em seu nome – este é o pensamento em termos de delegação –, ao passo que *na realidade* é quase tão verdadeiro dizer que é o porta-voz quem faz o grupo. É porque o representante existe, porque *representa* (ação simbólica), que o grupo representado, simbolizado, existe e faz existir, em retorno, seu representante como representante de um grupo” (BOURDIEU, 1990a, p. 189, grifos do autor).

² A análise que empreendemos se inspira nos trabalhos de Muaze (2006) e de Witt (2008), que entendem também as alianças matrimoniais como estratégias familiares que visavam à manutenção e ampliação do capital simbólico e econômico das famílias envolvidas.

³ Maria Beatriz Nizza da Silva observa que, durante o Antigo Regime, o princípio de igualdade social foi a regra que norteou as escolhas matrimoniais (SILVA, 1993, p. 47).

estruturais não eram totais e radicais.⁴ É o que se poderia chamar de permanências em um contexto de transformações! Se, por um lado, o século XIX assistiu à emergência do indivíduo como produto de uma sociedade capitalista em estruturação, forjadora de uma “concepção individualista do mundo” (MUAZE, 2006, p. 232), por outro, no Brasil, as ideias advindas da Europa foram resignificadas, buscando “conciliar modernidade e ideal aristocrático, liberalismo e escravidão, indivíduo e família patriarcal” (MUAZE, 2006, p. 234). Assim, segundo a historiadora,

A família oitocentista sobreviveu enquanto cânone fundador que conjugava patrimônio, riqueza, parentela e valores patriarcais. Contudo, se viu exposta às novas influências do individualismo, romantismo e do discurso médico-científico. Da mistura entre esses novos e velhos sentidos surge o que é próprio do Brasil oitocentista (MUAZE, 2006, p. 234).

É inegável que para as famílias envolvidas nas uniões matrimoniais, o casamento constituía-se em “um negócio de família, um contrato que consolidava redes de aliança e solidariedade econômicas, políticas e sociais”, que poderia levar anos⁵, sendo esta uma estratégia e escolha familiar mais do que individual (MUAZE, 2006, p. 50-51). Neste mesmo sentido, Mary Del Priore observa que, no século XIX,

Apesar dos espaços de encontros se terem multiplicado, embora jovens pudessem se conhecer, trocar emoções e mesmo “namorar” – palavra que não tinha, na época, o mesmo sentido que lhe emprestamos mais tarde –, os motivos do casamento continuavam a passar longe do coração. [...], nas classes média e alta rígidos códigos barravam a espontaneidade dos gestos (DEL PRIORE, 2005, p. 156).

⁴ Esta visão de que um momento de crise não necessariamente representa um momento de ruptura radical e total tem sido especialmente trabalhada na historiografia latino-americana. Conforme aponta Bertrand, análises como a de F. X. Guerra sobre o período das independências latino-americanas têm questionado tal idéia até então corrente na historiografia, demonstrando “la dificultad de hallar o dibujar, en el caso de América Latina, una línea divisoria y continua entre una Modernidad que arrasaría posteriormente a las independências y um Antiguo Régimen correspondiente al período colonial y que acabaría inevitablemente con él” (BERTRAND, 2002b, p. 112). Assim, entendemos que, de modo muito semelhante a esta perspectiva de análise do período de independências no contexto latino-americano, podemos analisar o período final do século XIX no Brasil, em que se deu a implantação do regime republicano de governo, caracterizando-o não como momento de completas rupturas, mas de transições.

⁵ No caso da união matrimonial entre Joaquim Ribeiro de Avellar Jr e Mariana Velho da Silva, estudada por Mariana Muaze, a negociação entre as famílias durou sete anos (MUAZE, 2006, p. 50).

Isto, no entanto, não significa afirmar que todos os casamentos eram arranjos baseados em uma racionalidade que buscava auferir sempre as maiores vantagens possíveis. Marcos Witt bem observou que “Todavia, as famílias não eram exclusivamente manipuladas por interesses materiais” (WITT, 2008, p. 85), existindo a possibilidade de uniões virem a ser realizadas puramente por sentimentos afetivos. Entretanto, podemos afirmar que estes se constituíam em exceção entre as famílias dos setores privilegiados da sociedade, já que a regra era assegurar benefícios através dos casamentos. Apesar de não podermos, convictamente, afirmar que os casamentos dos membros da família Trein foram arranjos pelo patriarca – prática muito comum no século XIX, como observado por Mary Del Priore (DEL PRIORE, 2005, p. 157)⁶ – acreditamos que o patrimônio e os atributos daqueles que ingressaram na família Trein pela via do matrimônio, apontem para o empenho de Francisco Pedro Trein em dirigir as escolhas de seus filhos. O fato é que – como procuramos mostrar –, as uniões matrimoniais firmadas pela família Trein – e por tantas outras famílias – evidenciam o emprego de uma estratégia que visava, fundamentalmente, manter e ampliar seu prestígio, tanto em termos econômicos, quanto em termos políticos e sociais.

As informações obtidas através dos registros paroquiais, com certeza, poderiam ter nos ajudado na identificação dos vínculos matrimoniais dos indivíduos e das famílias em estudo, bem como das estratégias por eles intentadas para a obtenção de sucesso no campo econômico.⁷ Este levantamento, no entanto, implicaria não apenas considerar um período mais alargado de tempo, como também as paróquias católicas e evangélicas de São José do Hortêncio, Santana do Rio dos Sinos, São Sebastião do Caí, Nova Petrópolis e Feliz, razão pela qual optamos por não consultar tais fontes documentais. Assim, as informações que

⁶ Segundo Mary Del Priore, “Com honrosas exceções em alguns grupos da elite, a mentalidade das relações familiares e sociais era profundamente marcada pelo ambiente rural que predominava até então. Uma rede de solidariedades, deveres e obrigações mútuas a consolidava. O consentimento dos mais velhos continuava abençoando as uniões e cabia ao pai decidir e determinar o futuro dos filhos sem lhes consultar, [...]” (DEL PRIORI, 2005, p. 157).

⁷ Este é o caso das Teses de Fábio Kühn e de Mariana Muaze. Kühn (2006b), no capítulo 2 de sua Tese, analisa estratégias matrimoniais de algumas famílias da elite dos Campos de Viamão (RS), ao longo do século XVIII e início do XIX, demonstrando ter sido esta utilizada como uma estratégia familiar para alcançar prestígio, riqueza e poder. Já no âmbito da política matrimonial ao longo do Império, portanto, avançando nos oitocentos, Mariana Muaze (2006) analisa as estratégias matrimoniais das famílias Ribeiro de Avellar e Velho da Silva, demonstrando como estas foram fundamentais não somente na constituição de uma riqueza como também para a inserção nos círculos da Corte. A união das duas famílias analisada por Muaze é especialmente interessante, pois mostra como havia interesses distintos em jogo por parte das duas famílias. No caso da família Ribeiro de Avellar, o casamento do filho com Mariana Velho da Silva abria portas para que esta pudesse adentrar para o círculo privilegiado de uma elite social imperial, frequentadora da Corte, enquanto que, para a família Velho da Silva, a união com a família Ribeiro de Avellar representava a oportunidade de pertencer a uma elite econômica. Utilizamos estas duas análises como exemplo para demonstrar que a temática das alianças matrimoniais, enquanto estratégia familiar, tem sido frequentemente utilizada na produção historiográfica de períodos distintos da história brasileira.

possuímos acerca das relações familiares da elite política caiense estão condicionadas às fontes que consultamos. Para recompor as famílias dos vereadores, contamos com informações contidas na própria documentação utilizada, tais como inventários, listas de qualificação de votantes e mapas de população. Foram, também, importantes os levantamentos genealógicos realizados por Carlos Hunsche e Maria Astolfi, bem como a compilação dos Livros de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, disponível no CD-ROOM organizado por Martin Dreher. O resultado, no entanto, constitui-se em importante avanço na elucidação das relações estabelecidas por estes indivíduos. O diagrama abaixo reconstitui as relações familiares que foram estabelecidas por e entre alguns dos vereadores que são alvo do nosso estudo.

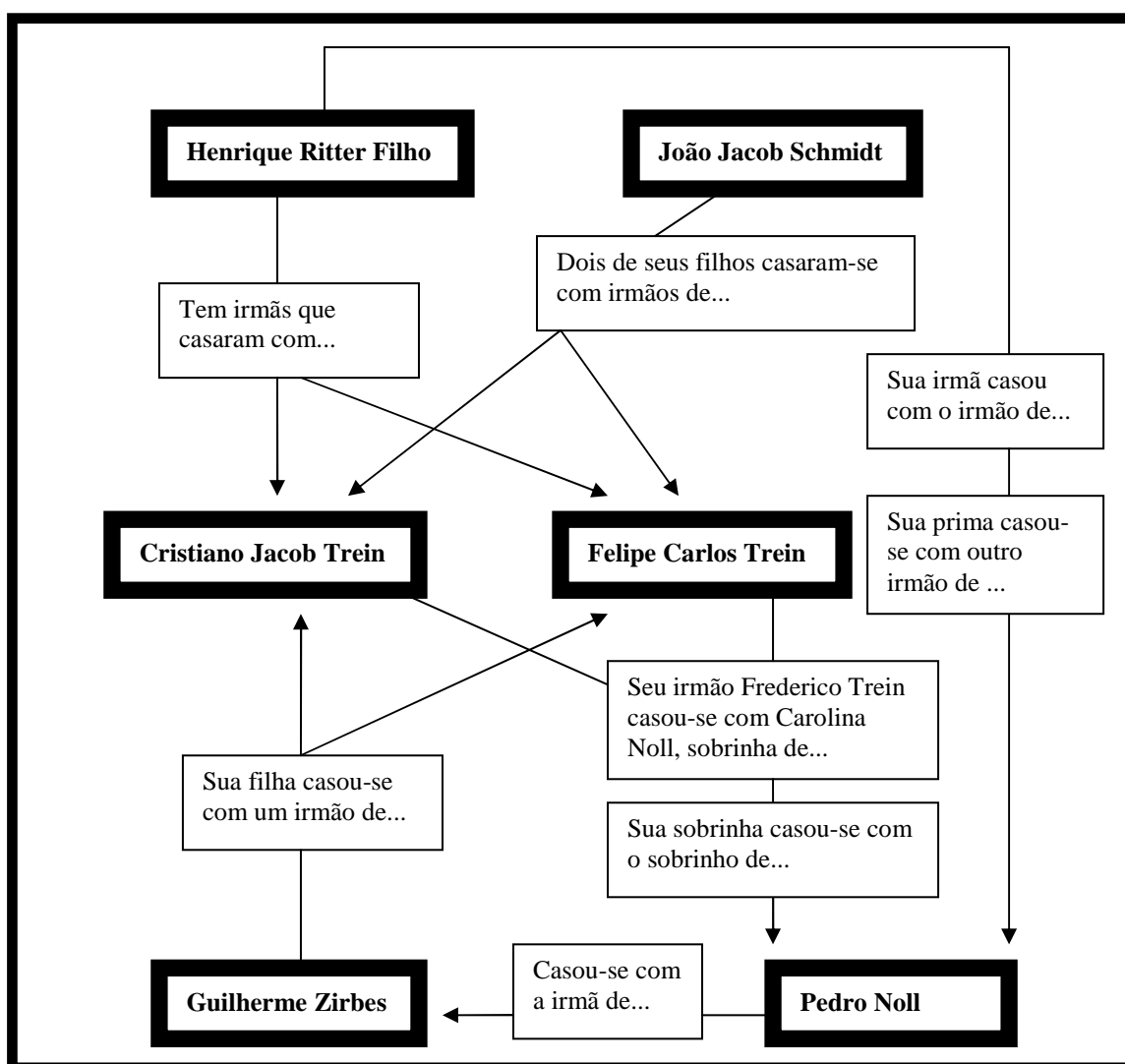


Diagrama 2 - Laços matrimoniais entre famílias da elite política

Elaborado pela autora com base em informações da Árvore genealógica de Christian Noll (ARVORE, 2005), dos Inventários do Acervo do APERS (TREIN; TREIN, 1878; TREIN; TREIN, 1883; TREIN; TREIN, 1899; NOL; NOL, 1899; ZIRBES; ZIRBES, 1915; SCHMIDT; SCHMIDT FILHO, 1890; SCHMIDT; SCHMIDT, 1885; RITTER; RITTER, 1889) e na obra de Carlos Hunsche (1975).

No diagrama podem ser encontrados seis – dos trinta e oito vereadores em análise – que apresentam algum tipo de relação familiar derivada de uma aliança matrimonial. A direção das setas deixa evidente que os membros da família Trein ocupavam posição central nesta teia de relações, em que todos os envolvidos eram negociantes e pertenciam a famílias de ascendência germânica. A endogamia étnica também é observável nos casamentos contraídos pelos filhos de Francisco Pedro Trein, uma vez que todos os filhos do patriarca imigrante uniram-se a outras famílias de origem germânica.

Quanto ao grupo total de vereadores em análise, os dados são mais fragmentados. Dos 38 vereadores em questão, temos dados sobre a origem étnica das esposas de 12 – incluindo os irmãos Trein. As 12 uniões matrimoniais analisadas se deram dentro do mesmo grupo étnico, sendo tal observação válida tanto para vereadores de origem germânica, quanto para os de origem lusitana. No caso de famílias luso-brasileiras, destacamos a família Guimarães, já que todas as uniões firmadas pelos filhos de Antônio José de Silva Guimarães Júnior se deram com membros de famílias luso-brasileiras, como se pode observar no diagrama 3 abaixo.

Assim, se por um lado, corrobora-se a tendência inicial de famílias imigrantes se fecharem a partir de alianças matrimoniais – como bem demonstram os estudos de Sérgio Nadalin e Cacilda Machado (MACHADO, 1997)⁸ – por outro lado, cabe ressaltar que a endogamia étnica não foi um recurso utilizado somente por imigrantes alemães e seus descendentes, mas também por luso-brasileiros.

⁸ A partir de um estudo de caso – a família Strobel, estabelecida em Curitiba (PR) desde 1854 –, Cacilda Machado analisa as formas de sociabilidade postas em prática por imigrantes alemães luteranos e seus descendentes, atentando para as estratégias matrimoniais e o perfil profissional dos membros desta família para demonstrar que, de uma geração a outra, a sociabilidade foi essencial para alterar a tendência das escolhas de cônjuges. Assim, se para a primeira geração dos Strobel, Machado observa que foram os vínculos profissionais os viabilizadores de uma endogamia étnica absoluta, na segunda geração estes vínculos deixam de ter tanto peso e a manutenção da endogamia étnica passa a ser sustentada pela “ampliação da rede de relações sociais, via parentesco, vizinhança e laços de amizade”, decorrentes do fato de que, diferentemente do que ocorreu com a primeira geração, estes já se encontravam estabelecidos no novo país e integrados a um meio urbano. Mas é necessário ressaltar que, mesmo diante dos diferentes condicionantes determinantes para definir o padrão de união matrimonial observada para cada geração, Cacilda Machado destaca a predominância dos casamentos dentro da mesma etnia. Segundo a autora, até 1939, “as porcentagens relativas aos casamentos intra-étnicos eram sempre superiores a 80%” (MACHADO, 1997).

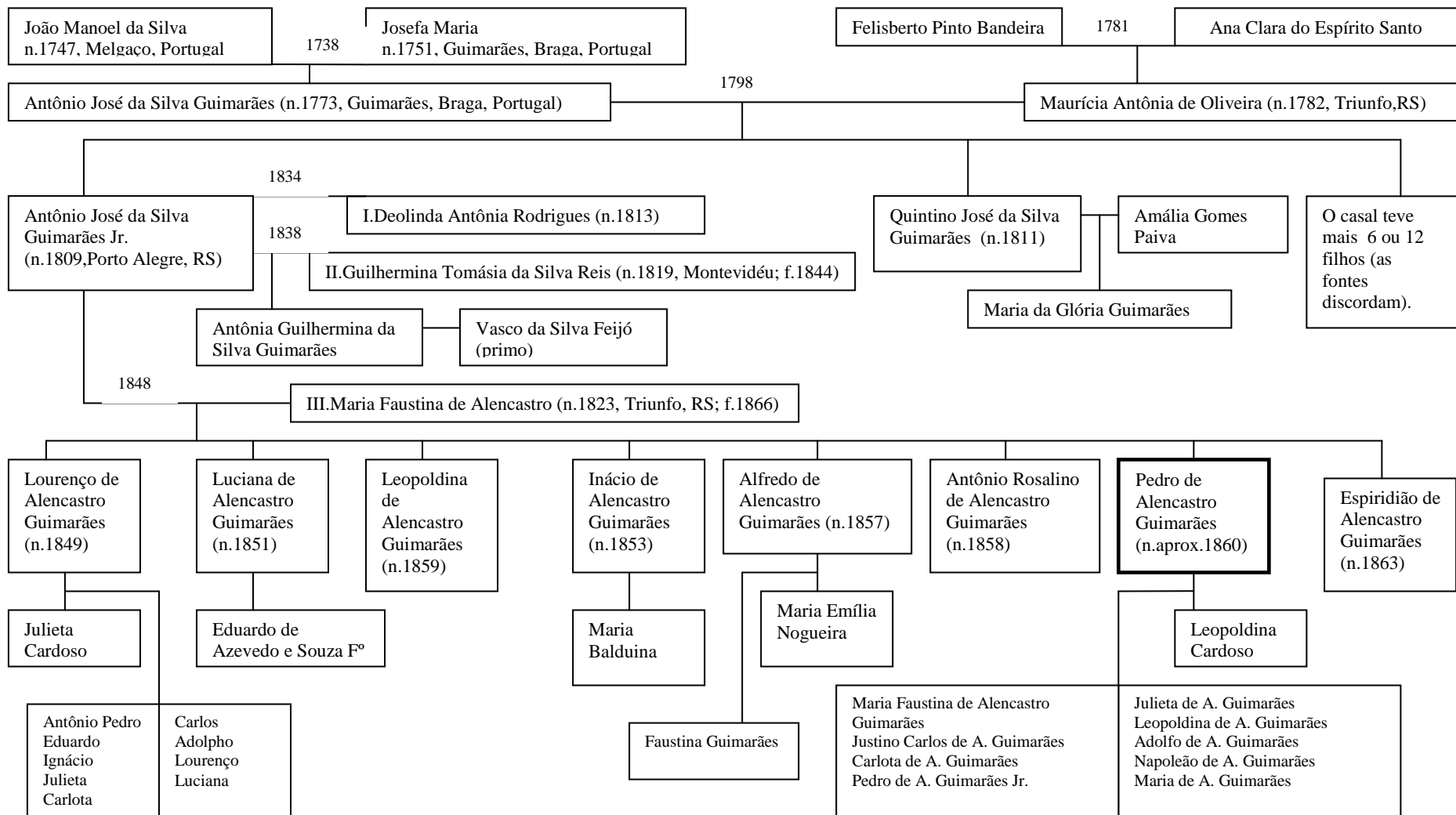


Diagrama 3 - Relações parentais da família Guimarães

Elaborado pela autora com base em informações de Nunes (1975, p. 6), nas listas de qualificação eleitoral (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1890; SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO, 1879; SANTANA DO RIO DOS SINOS, 1879), nos Inventários (GUIMARÃES; GUIMARÃES, 1886; GUIMARÃES; GUIMARÃES, 1878; GUIMARÃES; GUIMARÃES, 1892) e na Genealogia da Família Alencastro Guimarães (ANCESTRY.COM COMMUNITY).

Já casos de endogamia familiar, que visavam, fundamentalmente, à manutenção da riqueza dentro da própria família, bastante recorrentes entre a elite brasileira, foram mais raros entre a elite caiense. O único caso de que temos notícia ocorreu entre os Pires Cerveira, tendo o Capitão Tomé Pires Cerveira, vereador e irmão do também vereador Antônio Pires Cerveira, se casado com sua prima Maria Higina Pires Cerveira, filha de seu tio, Leandro Pires Cerveira.

Identificamos, assim, algumas tendências de união matrimonial das famílias da elite política caiense. O casamento dentro de um mesmo grupo profissional e étnico e dentro de um mesmo círculo de famílias com acesso ao poder parece ter sido predominante, com o objetivo de “não deixar a riqueza familiar se dissipar” (MUAZE, 2006, p. 51). Porém, a motivação das uniões matrimoniais não pode limitar-se apenas a aspectos econômicos, sendo fundamentais os ganhos sociais e políticos que destas poderiam derivar.

Entretanto, tal consideração não pode levar a generalizações e, muito menos, a conclusões precipitadas. Segundo a historiadora Mariana Muaze, o casamento endógeno – em termos de família, profissão ou etnia – nem sempre foi a estratégia escolhida pela família. A aquisição de laços externos ao grupo familiar, econômico ou étnico, muitas vezes, revelava-se como uma estratégia possível e mais vantajosa. Seria falso, neste sentido, supor que todos os membros da elite política de São Sebastião do Caí fechavam-se completamente nas relações que estabeleciam com base nestes três critérios e, ainda, que todos os indivíduos da elite observavam tais critérios.

Quanto à primeira suposição, a análise das relações estabelecidas – sobretudo, no campo econômico – pela elite de São Sebastião do Caí revela exatamente o contrário na medida em que ela buscou uma diversificação nas relações, sem a observância de qualquer critério de exclusão/inclusão, como evidenciaremos mais adiante. Quanto à segunda proposição, se, realmente, parece ter havido uma preferência por casamentos endogâmicos no tocante à origem étnica e profissional, consideramos relevante salientar que não possuímos dados acerca das uniões firmadas por todos os 38 vereadores. Além do mais, o casamento parece não ter sido sempre a opção desejada ou intentada, como atestam os dados que obtivemos sobre os vereadores Pedro Franzen Filho e César José Centeno, que permaneceram solteiros. Neste sentido, vale lembrar que, se Cacilda Machado – ao analisar as uniões matrimoniais de uma família germânica, os Strobel, estabelecida em Curitiba (PR) – observou uma endogamia étnica muito forte, complementada por vínculos profissionais, não deixou de considerar que “uma tradição cultural por si só não parecia suficiente para unir as pessoas” (MACHADO, 1997), mesmo porque outros fatores, tais como o trabalho, a vida cotidiana e a

condição sócio-econômica passaram a ter significativo peso na composição dos vínculos relacionais.

4.1.2 “Em São Sebastião era quaze proverbial a paternidade dos Franzen”: desavenças familiares

Passamos, agora, a analisar o segundo acontecimento que selecionamos, com ênfase nos seus desdobramentos. Trata-se de um falecimento e que envolveu outra família que integrava a elite caiense, a família Franzen, apresentada no diagrama nº 4.

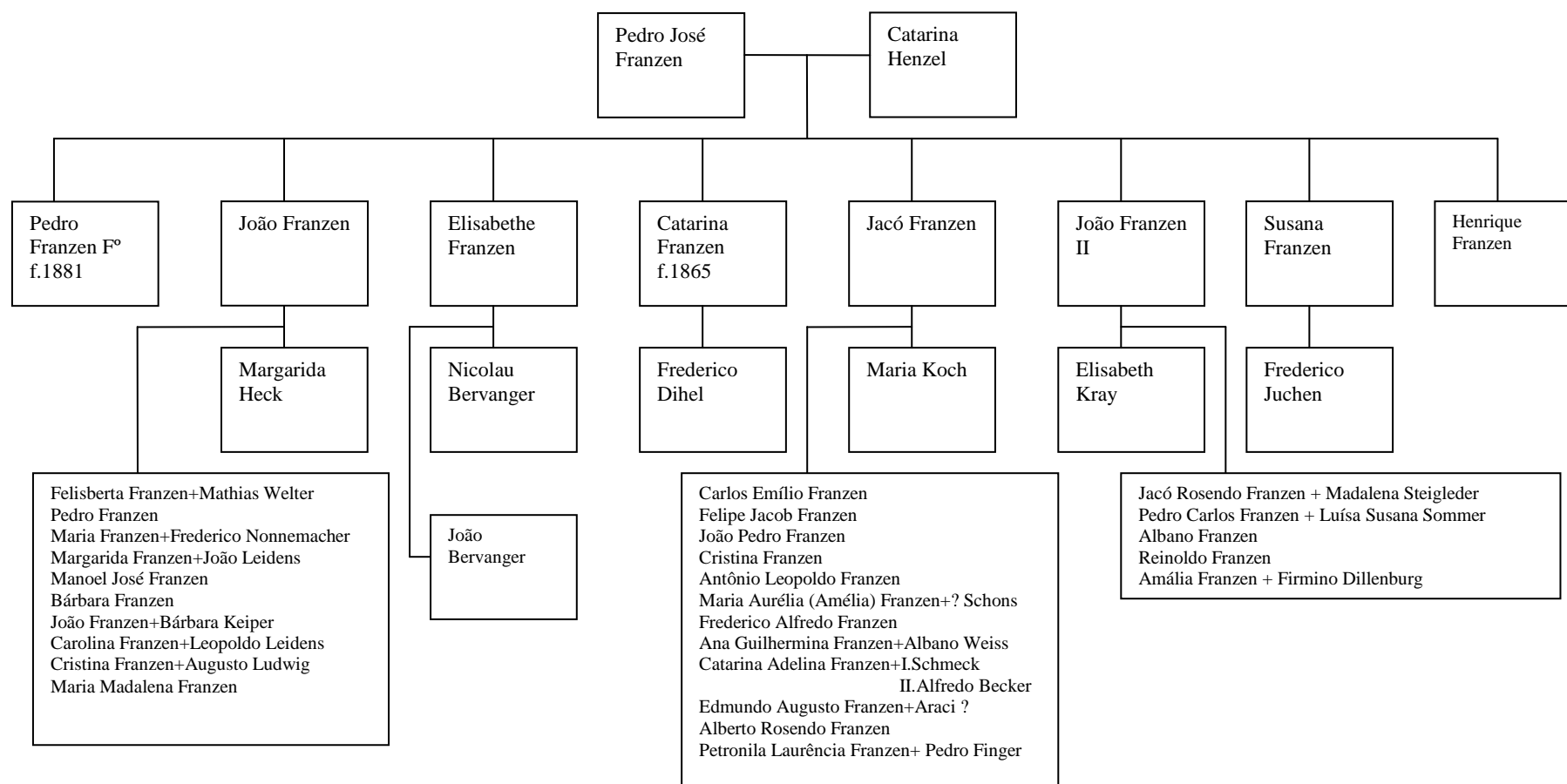


Diagrama 4 - Relações parentais da família Franzen

Elaborado pela autora com base na obra de Hunsche e Astolfi (2004, p.721-730) e em informações de listas de qualificação eleitoral (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1890; SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO, 1879; SANTANA DO RIO DOS SINOS, 1879) e em Inventários (FRANZEN FILHO; FRANZEN, 1881; FRANZEN; FRANZEN 2º, 1879).

A 21 de outubro de 1881 faleceu Pedro Franzen Filho, negociante, morador da Vila de São Sebastião e, então, vereador do município. Era esta a segunda vez que Franzen estava exercendo um mandato na Câmara Municipal, já que havia participado também da primeira formação camarária (1877-1880), na condição de vereador suplente. Como nas eleições de 1880 atingira o número de votos necessários para exercer o cargo de vereador, assim o fazia desde o dia 7 de janeiro de 1881, dia da posse dos novos vereadores eleitos (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1881] 1876-1886a, f. 68v-69). Entretanto, Franzen não cumpriu todo o mandato, pois que veio a falecer em outubro daquele mesmo ano.

Aquele foi, sem dúvida, um dia triste para a família Franzen. Como Pedro Franzen Filho era solteiro e seus pais já haviam falecido, naquele dia, muito provavelmente, estavam reunidos, chorando sua morte, seis de seus sete irmãos, já que sua irmã, Elisabetha Franzen Bervanger¹, falecera em 1865, aos 29 anos. Entretanto, segundo João Francisco de Aguiar Júnior, curador *ad litem* do inventário de Pedro Franzen Filho, um fato inusitado teria ocorrido no dia do falecimento de Pedro Franzen Filho, já que “no mesmo dia do falecimento de Pedro Franzen Filho, o inventariante chorando disse a sua mulher que também chorava. Não chores Maria porque agora a casa é nossa outra vez” (FRANZEN FILHO; FRANZEN, 1881, f. 61v-62). O inventariante a que se refere Aguiar Júnior era Jacob Franzen, irmão do falecido. Segundo o curador, a afirmação tinha uma explicação bastante plausível: Jacob Franzen teria vendido ao irmão Pedro uma casa e os terrenos que esta ocupava na Vila de São Sebastião. Pedro Franzen Filho teria pago ao irmão o preço constante no contrato, mas a escritura pública nunca teria sido passada, de modo que, com o falecimento de Pedro Franzen Filho, Jacob acreditava ter direitos de tomar para si os terrenos e a casa vendidos ao irmão.

As acusações contra Jacob Franzen não partiam somente de João Francisco de Aguiar Júnior. O curador geral de órfãos, César José Centeno, sob a alegação de que estava a defender os interesses de um menor herdeiro envolvido no processo – João Bervanger, filho de Elisabetha e de Nicolau Bervanger – acusava o inventariante de estar sonhando do arrolamento de bens, os terrenos existentes na vila de São Sebastião do Caí e que pertenciam ao inventariado. O curador *ad litem* João Francisco de Aguiar Júnior não apenas confirma as acusações feitas por Centeno, em parecer encaminhado ao Juiz de Órfãos, como informa que já no inventário de Pedro José Franzen, pai de Pedro Franzen Filho e Jacob Franzen, teria havido sonegação de bens, provando que os terrenos ora em questão já não lhe pertenciam:

¹ Apesar de Hunsche e Astolfi utilizarem a grafia “Berwanger”, mantemos “Bervanger” pois é assim que consta no inventário de Pedro Franzen (FRANZEN; FRANZEN, 1879, f. 8v; 21).

Esse herdeiro inventariante entrou em acordo com a maioria dos mais herdeiros e assim apenas fez um simples inventário de pobreza, do qual apesar de fortemente acusado, excluiu aqueles bens de grande valor acima nomeados, sob o falso pretexto de não pertencerem á herança do inventariado e que os terrenos sítos nesta Villa éráo pertencentes ao herdeiro Pedro Franzen Filho (FRANZEN FILHO; FRANZEN, 1881, f. 61).

Os bens a que se refere o curador *ad litem* eram:

Uma bem sortida casa de negócio de seccos e molhados, tropa de mulas arreadas, carro e bois manços, moveis, documentos de dinheiro a juros, como fosse de 600\$000 cobrados depois de seu falecimento, dividas activas constante de livros e borrador de uma casa de negócio e vários terrenos sítos nesta Villa (FRANZEN FILHO; FRANZEN, 1881, f. 61).

Ainda de acordo com o curador, “Se nesse inventário de pobreza os terrenos sítos nesta Villa não éráo do inventariado, mas sim de Pedro Franzen Filho como é que agora no inventário dos bens deste elles não forão descriptos, que fim levarão?” (FRANZEN FILHO; FRANZEN, 1881, f. 61v). Assim, além de acusar as irregularidades cometidas por Jacob Franzen no inventário de Pedro Franzen Filho, Aguiar Júnior apresentava informações sobre distorções havidas no inventário do pai de ambos, Pedro José Franzen, por ocasião de sua morte em 1879.

Sobre a acusação de sonegação no inventário do pai, Jacob inquiriu o curador se este “Não sabe que Pedro Franzen pai distribuía tudo que possuía ainda em vida? não sabe que elle quis ser seu próprio inventariante?” (FRANZEN FILHO; FRANZEN, 1881, f. 50). Sabe-se que distribuição da herança – ou de parte dela – ainda em vida, como já apontamos no capítulo anterior, era uma prática muito comum no século XIX, e parece que Jacob Franzen recorreu a ela para defender-se da acusação que recaía sobre ele. Em relação ao inventário de Pedro Franzen Filho, Jacob argumentou que os terrenos em que havia sido edificada a casa de seu irmão falecido de fato lhe pertenciam, tendo permitido que o irmão edificasse nos terrenos, em respeito ao sentimento de união que sempre reinara na família, e que chegava a causar admiração, pois “Em São Sebastião era quaize proverbial a paternidade dos Franzen” e que “Nesta família seguia-se a regra ‘um por todos, todos por um!’ (FRANZEN FILHO; FRANZEN, 1881, f. 57v).

O interessante neste processo não é o fato de Jacob Franzen ter recorrido a uma suposta união familiar como argumento para sua defesa. O singular aqui é que, tanto o

inventário de Pedro Franzen Filho, quanto o de Pedro José Franzen, o pai, parecem deixar evidentes que essa aludida união familiar não existia. Os detalhes fornecidos por João Francisco de Aguiar Júnior sobre a fraude ocorrida no inventário de Pedro José Franzen comprovam a existência de um desentendimento familiar:

Esses bens sonogados forão depois particularmente repartidos somente entre os herdeiros entrados em combinação; pois disso forão excluídos o referido orphão neto e duas herdeiras casadas, sendo uma com Frederico Jochen, a quem n'um bello dia o respectivo inventariante declarou lhe que nada herdava na repartição feita particular por ter sido abelhudo indo accusalos á justiça a respeito dos sonogados (FRANZEN FILHO; FRANZEN, 1881, f. 61-61v).

Contrariamente ao primeiro acontecimento que analisamos – o casamento de Francisco Trein Filho – que demonstrou a existência de laços positivos unindo os membros de uma família, o caso da família Franzen demonstra que nem sempre os laços familiares são laços de solidariedade. Segundo Michel Bertrand, supor que toda a relação familiar está imbuída de uma valoração positiva, e que “Sea cual fuera su calidad o su contenido, su fuerza o su estrechez, esta relación se traduce ‘naturalmente’ en términos de solidaridad” (BERTRAND, 2000, p. 69), pode levar os pesquisadores a ignorarem a força e frequência com que ocorrem os conflitos familiares. Concordando com Bertrand, Jean-Paul Zúñiga afirma que, muitas vezes, uma “rede familiar” simplesmente não funciona como uma rede, não havendo uma mobilização de todos os envolvidos na família em torno de um objetivo comum (ZÚÑIGA, 2000, p. 54). É exatamente isto que procuramos demonstrar a partir dos desdobramentos de um acontecimento que envolveu a família Franzen, e que evidenciou a existência de litígios e desentendimentos entre seus membros. Martha Hameister, ao debruçar-se sobre a questão da família no século XVII, já observou que

Havia, portanto, também internos a essas famílias, tensões e conflitos de interesses que tiveram que ser administrados, combatidos, elididos ou dissimulados para que, essa estrutura familiar se preservasse, assim como também se preservasse a própria existência dessas famílias (HAMEISTER, 2006, p. 40).

Acreditamos que para João Franzen, muito mais importante era livrar-se das acusações que sobre ele recaíam do que efetivamente preservar a estrutura familiar e a própria existência

da família Franzen. Entretanto, os argumentos por ele utilizados em sua defesa – fundamentados na união familiar – revelam que este parecia estar consciente dos valores vigentes na sociedade em que estava inserido. Vale lembrar que na passagem do século XIX ao século XX, a família ainda mantinha-se como instituição central, “apesar da República e das mudanças que estavam ocorrendo, a vida continuou girando em torno da família” (SAMARA, 2002).

Os dois eventos que analisamos – e que envolveram, especificamente, as famílias Trein e Franzen – evidenciam a necessidade de levarmos em conta o dinamismo destas relações familiares² – que não são sempre e somente positivas – e, sobretudo, de que elas são apenas uma parte, e não a rede propriamente dita. Apesar de ambos darem conta da discussão acerca da importância e dos problemas que envolvem uma análise das redes sociais a partir da família e atenderem plenamente os objetivos deste capítulo, agregamos a eles mais um interessante episódio que, no nosso entendimento, complexifica ainda mais a discussão acerca dos vínculos familiares e de seus significados.

4.1.3 “em atenção aos divellos e carinhos com que tem sido tractada por elle”: para além da consangüinidade

A 5 de julho de 1901, o notário Damásio Henrique de Carvalho comparecia à residência de Orestes José Lucas, onde então se encontrava Felisberta Fausta de Oliveira Leite – nascida em Alegrete, mas moradora no distrito de Santana do Rio dos Sinos, no município de São Sebastião do Caí –, para que esta pudesse fazer seu testamento. Nele, a viúva de Antônio Leite de Oliveira, então com setenta e seis anos, sem filhos, destituída de herdeiros ascendentes e descendentes, instituía como “seu unico e universal herdeiro o seu parente e afilhado Tenente Coronel Orestes José Lucas”. As motivações que a teriam levado a declarar Lucas como seu herdeiro são por ela explicadas no próprio testamento: “em atenção aos divellos e carinhos com que tem sido tractada por elle” (LEITE; LUCAS, [1901] 1902, f. 4). A proximidade de relações entre Lucas e a viúva – destacada por Felisberta em seu testamento e deduzida pela relação de compadrio e pela própria presença dela na casa de Orestes Lucas – pode ter sido reforçada pelo fato de os dois serem vizinhos, como evidencia a descrição dos

² Bertrand afirma que é preciso levar em conta a evolução das relações familiares: buscar observar a passagem de relações familiares a não familiares, medir o impacto das rupturas e dos enfrentamentos entre o sistema relacional (BERTRAND, 2000, p.71-72).

bens no inventário *post-mortem* consultado. Assim, o “lavrador”, morador de Santana do Rio dos Sinos, Tenente Coronel Orestes José Lucas herdou, depois do falecimento de Felisberta, a 13 de março de 1902, um total de 900 mil-réis, referentes a um quinhão de terras de campo, avaliado em 250 mil-réis, uma casa “velha, já cahindo as paredes que são parte de tijollos e parte de barro” que valia 50 mil-réis e outro pedaço de terras, avaliado em 600 mil-réis (LEITE; LUCAS, 1902, f. 12v, 18). A situação que se criou, a partir da decisão de Felisberta Leite de deixar sua herança a Lucas, expressa em seu testamento, provoca algumas reflexões. A primeira está relacionada a um dos problemas que historiadores que analisam redes sociais, a partir unicamente de famílias, têm tido que enfrentar: a definição do modelo de família com que estão trabalhando. Apesar dos inegáveis méritos dos primeiros trabalhos feitos por estudiosos sobre a família brasileira, deve-se considerar que ao elegerem as fontes paroquiais como aquelas que melhor podiam revelar os laços existentes entre os indivíduos, acabaram reduzindo a análise relacional ao âmbito de um tal modelo familiar (BERTRAND, 2000, p. 67), na medida em que estas fontes tratam de um modelo específico de família – a família nuclear. Do mesmo modo, a adoção do modelo de família patriarcal, tal qual descrito por Gilberto Freyre na obra *Casa grande & senzala* (1977) tornou-se insuficiente e limitado, já que supunha uma relação de dependência de autoridade. Giovanni Levi, na obra *A herança imaterial*, chama a atenção para a problemática da adoção de um modelo familiar limitador da análise, sustentando a necessidade de afastarmo-nos um pouco de “uma definição de família como unidade de residência ou como um agrupamento ao redor do fogo para cozinhar” (LEVI, 2000, p. 98) já que a estratégia de muitas famílias – no caso por ele estudado, no Piemonte – “estava exatamente na separação das residências e na unidade dos negócios” (LEVI, 2000, p. 100). Assim, Levi define família “no sentido de grupos não-co-residentes, mas interligados por vínculos de parentela consanguínea ou por alianças e relações fictícias” (LEVI, 2000, p. 98-99). Se a consanguinidade é, para Levi, um dos elementos definidores da família, também o são as relações afetivas. A centralidade que assumem as relações para além da consanguinidade enquanto definidoras da família, também são observadas por Marta Hameister, que afirma a necessidade de tratar a família “de um modo mais dinâmico, dotado de movimento, pois, qualquer definição que venha a defini-la, não pode, doravante, prescindir do termo ‘relação’” (HAMEISTER, 2006, p. 41). A historiadora concluiu que, se a família constitui um conjunto de relações – e não sendo a relação algo estático –, mas sim mutável, também as famílias apresentam variações (HAMEISTER, 2006, p. 41).³

³ Apesar de a historiadora ter se debruçado sobre um período anterior ao nosso, consideramos as conclusões que chegou também válidas para o final do XIX.

A segunda questão que surge tem relação com a natureza e a motivação das relações entre indivíduos. Notemos, pois, que, mesmo que Orestes José Lucas tivesse algum grau de parentesco com a testadora, como ela mesma especifica que era “seu parente e afilhado”, o que a motivou a torná-lo seu herdeiro foi o caráter das relações pessoais que este mantinha com ela, marcada por “divellos e carinhos”. Portanto, mais do que a identificação de laços familiares, é a natureza das relações – tão difícil de ser apreendida na documentação, ou muitas vezes desconsiderada pelo historiador – que torna possível o estabelecimento e funcionamento de uma rede social.

Este é, segundo Bertrand, outro problema que surge quando se toma o grupo familiar como centro dos estudos acerca das relações mantidas pelos indivíduos. A centralidade com que são encaradas as relações de âmbito familiar, segundo o autor, impede muitas vezes que sejam vistas aquelas que se dão fora do âmbito familiar, e que são até mais importantes e duradouras que as primeiras (BERTRAND, 2000, p. 69). O problema, portanto, no caso das análises que buscam identificar o funcionamento de redes sociais está menos no modelo de família de que parte a análise e mais na centralidade que lhe é conferida pelo historiador.

Obviamente não se pode descartar a análise dos laços familiares para entender o funcionamento das redes sociais. A família segue sendo espaço fundamental para que se concretizem as relações, mas como muitos estudos vêm apontando e demonstrando, esta não pode mais ser tomada como única e central. Ela divide importância com uma série de relações de mais distinta natureza que são constituídas entre indivíduos. Relações de trabalho, relações clientelísticas, relações de amizade, de sociabilidade ou por interesses específicos que juntas tornam possível a constituição de redes sociais, mobilizadas em favor de um dado objetivo.

Cientes de todas estas questões, reafirmamos o papel central desempenhado pela família, entendida aqui no seu sentido extenso, nas divisões políticas e nas disputas eleitorais. Graham é enfático ao apontar um dos traços definidores da política brasileira do século XIX: “[...] os cidadãos dividiam-se politicamente não por causa de lealdades partidárias, muito menos por considerações ideológicas, mas devido a laços pessoais – de família, neste caso – tornando os rótulos partidários enganadores, tanto em nível local, como no nacional.” Ele completa: “O que predominava era a lealdade a uma pessoa e não a um partido ou programa” (GRAHAM, 2003, p. 8).⁴ Na esteira dos estudos feitos por Graham, Jonas Moreira Vargas, ao

⁴ Deriva desta concepção de família – como centralidade dos rumos da política imperial – a grande crítica que é feita a José Murilo de Carvalho por Jonas Vargas. Segundo Vargas, sua análise busca criticar “[...] um tipo de fatalismo metodológico que tende a deduzir (e posteriormente reduzir) comportamentos políticos somente através de alguns indicadores como profissão e curso de formação, como fez José Murilo de Carvalho, sem levar em conta a existência de outros tão ou mais importantes, como as vinculações familiares e as redes de relações

analisar a elite política rio-grandense do Segundo Reinado – em que concede especial atenção às ligações políticas que se estabeleceram entre as paróquias e a Corte – reabilita a importância do papel das famílias no jogo político. Segundo Vargas, a família, em termos das relações estratégicas por ela estabelecidas, sejam estas relações verticais, para cima ou para baixo, ou horizontais, se torna a chave para o entendimento do funcionamento da política no século XIX, quando, mais do que os partidos, eram as famílias e as relações dela derivadas que determinavam a própria organização da elite política local. A importância política desempenhada pela família no século XIX fica evidente quando Vargas demonstra como o Partido Conservador venceu eleições na região da Campanha – apontada pela historiografia tradicional como uma região de domínio político Liberal. A explicação para a vitória conservadora, segundo o historiador, estava na força política da família Ribeiro de Almeida no município, força que era estendida a outros municípios através do estabelecimento de uma complexa rede de relações (VARGAS, 2007, p. 235-241).⁵ As composições familiares oitocentistas são encaradas, assim, tanto por Graham, quanto por Vargas, como principais agentes políticos do país, uma vez que eram elas que funcionavam como mediadores entre o poder central e o poder local.

Neste sentido, pode-se entender a centralidade que Graham confere à família dentro do sistema clientelista, por exercer o papel de “unidade básica da sociedade” (GRAHAM, 1997, p. 302) e de eixo de sustentação da política clientelista, na medida em que “A família e o lar formavam o alicerce de uma estrutura de poder socialmente articulada” uma vez que “O potentado local e seus seguidores trabalhavam para ampliar essa rede de dependência” (GRAHAM, 2003, p. 1). Assim, “A família era uma fonte importante de capital político” e

sociais com outros setores” (VARGAS, 2007, p. 67). A crítica refere-se à análise que faz José Murilo de Carvalho, ao destacar características que diferenciavam os dois partidos imperiais, como a origem, as idéias que defendiam e a relação entre ocupação e filiação partidária. Segundo a análise de Carvalho, “os dados [sic] mostram a tendência nítida de se concentrarem os funcionários públicos no Partido Conservador e os profissionais liberais no Partido Liberal.” (CARVALHO, 2007, p. 211). Vargas, entretanto, analisando o caso da província de Rio Grande de São Pedro, aponta para os equívocos produzidos por tal generalização que busca enquadrar os membros de partidos de acordo com alguma região e/ou atividade sócio-profissional: “Qualquer tentativa de se criar um modelo rígido para compreender o comportamento político-partidário destas elites deve evitar estas armadilhas. Havia negociantes, charqueadores e estancieiros com posições políticas conservadoras, liberais e posteriormente republicanas em todas as regiões da Província onde estas atividades econômicas eram realizadas” (VARGAS, 2007, p. 93). O autor conclui então, que “[...] não havia um partido que representasse exclusivamente as elites proprietárias da campanha. Se tal fato existiu, foi somente no nível discursivo, pois na prática, muitas famílias dividiam-se entre ambos os partidos” (VARGAS, 2007, p. 95). A crítica de Vargas se assenta na análise que fez das eleições em Alegrete, demonstrando que, mesmo na região da Campanha, apontada pela historiografia tradicional como reduto do partido liberal, políticos conservadores também venceram as eleições, graças às articulações clientelares que se formavam em torno de uma família.

⁵ O importante papel desempenhado pelas famílias da elite política local é abordado por Vargas no Capítulo 3 de sua Dissertação, com maior ênfase no item 3.4 - “O voto em família”: os Ribeiro de Almeida, os Nunes de Miranda e outros senhores anônimos (VARGAS, 2007, p. 235-241).

suas fronteiras “iam bem além do núcleo familiar” (GRAHAM, 2003, p. 2) incluindo, portanto, além de laços consangüíneos, as alianças matrimoniais, os laços de parentesco espiritual e os laços de proteção. Todas estas conexões familiares, de alguma forma, eram regidas por relações de obrigação de ajuda mútua, por trocas dentro da lógica do dom e contra-dom, formando-se assim, uma extensa rede clientelar, que no campo político, como veremos mais adiante, poderia demandar e resultar em empregos e vantagens.⁶

Considerando os objetivos do capítulo – que são os de analisar as relações estabelecidas pela elite e de verificar como estas influíam em sua atuação política a partir da Câmara Municipal – a discussão que realizamos neste subcapítulo demonstrou que a presença na Câmara Municipal representou, para os indivíduos da elite caiense, um empreendimento familiar mais do que uma conquista individual. Assim, para compreender a relação família-poder político vale destacar a constatação feita por Maria Fernanda Vieira Martins, ao estudar o Conselho de Estado: “Nomes muitas vezes obscuros no cenário político têm sua presença justificada no círculo de relações que se estrutura em torno do Conselho, em virtude de suas alianças familiares e sua ampla concepção da idéia de parentesco [...]” (MARTINS, 2007, p. 185).

Entretanto, os laços estabelecidos no âmbito familiar correspondiam a apenas um tipo de vínculo – entre os tantos outros que os indivíduos estabeleciam – determinante na constituição de uma estrutura maior de relações que formava sua rede de sociabilidade e poder. Como pretendemos demonstrar, além das relações familiares, também as relações estabelecidas no campo social e econômico foram importantes meios de conquista de aliados políticos.

⁶ A grande crítica que José Murilo de Carvalho faz a Richard Graham está na noção de clientelismo por ele empregada. Segundo Carvalho, o clientelismo refere-se sempre a uma “troca entre atores de poder desigual”, de modo que, no clientelismo político, o Estado é sempre “a parte mais poderosa”. Segundo J. M. de Carvalho, o brasileiro teria se equivocado ao considerar “o Estado como clientela do senhorio”, retomando “a tese da hegemonia e o predomínio dos senhores de terra sobre o Estado” (CARVALHO, 1997). Não devemos, no entanto, desconhecer que no texto clássico de Graham encontramos argumentos para refutar a crítica feita por Carvalho, na medida em que o brasileiro afirma que o chefe local – o senhorio – é tanto patrão, quanto cliente, inserido em uma rede: “O chefe via-se enredado em um sistema que o tornava cliente de alguém que dependia de outros, numa série de elos que alcançava a corte imperial. Por seu lado, os gabinetes exerciam sua autoridade não contra os líderes locais, mas por meio deles. Os senhores de terra, por sua vez, tentavam não se opor ao governo, mas participar dele [...]” (GRAHAM, 2003, p. 2). Este duplo papel de patrão e cliente fica expresso, também, na afirmação de que “Os chefes locais precisavam da designação para cargos de autoridade para ampliar sua clientela e avançar dentro da hierarquia de poder e status (GRAHAM, 2003, p. 5).

4.2 Quando o ter se torna ser: ampliando relações a partir do campo econômico

Enquanto no restante do Brasil, a ascensão da lavoura cafeeira imprimiu novas características à economia brasileira, incidindo sobre a política e a sociedade,⁷ no Rio Grande do Sul os reflexos da reestruturação da economia nacional serão sentidos, de forma mais acentuada, ao final do século XIX.⁸ Integrado à economia brasileira desde os tempos coloniais, na condição de fornecedor de produtos agropecuários para o mercado interno⁹ – com destaque para o charque –, o Rio Grande do Sul manteve, na segunda metade do século, esse caráter econômico complementar, agregando a exportação de produtos agrícolas provenientes das áreas de imigração que vinham se desenvolvendo no território sul-rio-

⁷ O deslocamento do eixo produtivo do país do Nordeste para o Sudeste – desde a década de 1840, o café assumiu a liderança na pauta das exportações brasileiras – teve reflexos na política e sociedade do período. Na política, assistiu-se o progressivo domínio dos interesses de cafeicultores e comerciantes do Sudeste no governo imperial. José Murilo de Carvalho demonstra, ao analisar as despesas do Império ao longo do Segundo Reinado, que houve uma nítida preocupação por parte do governo central em atender aos interesses agrários, como comprovam as altas despesas com a construção de estradas de ferro (CARVALHO, 2007, p. 278), que atestam o esforço por parte do governo em atender às demandas de aprimoramento de infra-estrutura pelo setor exportador, em especial, daquele ligado à cafeicultura (CARVALHO, 2007, p. 285-286). Em termos sociais, pode-se apontar como reflexo deste contexto econômico, o deslocamento de contingente populacional para a região cafeeira entre as décadas de 1850 e 1870 – lembrando que como consequência da Lei Eusébio de Queirós, de 1850 – que proibiu o tráfico de escravos – houve o incremento do tráfico interno, quando escravos antes empregados na produção açucareira nordestina foram realocados para as lavouras cafeeiras do Sudeste (COSTA, 1999, p. 299-301). Deve-se, também, considerar – em termos da nova configuração social do país – o impacto provocado pelo ingresso de imigrantes como mão-de-obra alternativa à escrava.

⁸ Autores como Mertz, Grando e Targa apontam que “Durante a República Velha (1889-1930), coexistiram no Rio Grande do Sul três sistemas agrários distintos: o da pecuária extensiva, o da policultura colonial e o da agricultura comercial do arroz” (MERTZ; GRANDO; TARGA, 2007, p. 203). No que concerne ao sistema agrário da policultura colonial, os autores consideram que foram as mudanças havidas na economia brasileira que proporcionaram o desenvolvimento deste setor da economia gaúcha: a utilização de mão-de-obra assalariada nas lavouras cafeeiras do Sudeste brasileiro, na segunda metade do século XIX, como alternativa à importação de escravos africanos – interrompida progressivamente por leis abolicionistas – teria provocado uma alteração na demanda de produtos destinados à alimentação dos trabalhadores. Nesse sentido, segundo os autores, “A expressiva entrada de italianos em São Paulo, engendrada pela economia do café, difundiu novos hábitos alimentares, favorecendo a expansão dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul, intensificada com o fluxo de imigrantes italianos dirigido à zona de colonização agrícola. A agricultura familiar aí estabelecida estava em condições de fornecer alimentos ao novo contingente de trabalhadores italianos, de acordo com o que havia de mais próximo de seus hábitos alimentares de origem” (MERTZ; GRANDO; TARGA, 2007, p. 215). Dalva Reinheimer demonstrou, em sua Tese de Doutorado, como grande parte da produção agrícola da região colonial dirigia-se a Porto Alegre e da capital era exportada para outras regiões do Brasil. Os dados apresentados pela historiadora indicam que se, por um lado, o porto de Rio Grande dominou a exportação de charque e couro do Rio Grande do Sul na década de 1860, foi essencialmente do porto de Porto Alegre que saíram os produtos coloniais para outras regiões da província e para outros locais do país. Ver especialmente Tabela 3 – Exportação do Rio Grande do Sul em 1861 na Tese de Dalva Reinheimer (2007, p. 47).

⁹ João Fragoso chama a atenção para a importância de considerarmos a participação do mercado interno na avaliação do desempenho da economia brasileira nos séculos XVIII e XIX – enfatizando que “a economia colonial é um pouco mais complexa que uma *plantation* escravista, submetida aos sabores das conjunturas internacionais” (FRAGOSO, 1998, p. 21) – e que, em alguns momentos, a produção destinada ao consumo doméstico chegou a superar aquela voltada à exportação.

grandense.¹⁰ Mesmo que o charque e o gado em pé tenham se mantido como principais produtos exportados, com a implantação da empresa colonizadora o Rio Grande do Sul passou a produzir gêneros alimentícios em quantidade suficiente para abastecer não somente o mercado local como também parte do mercado nacional. Neste sentido, Zarth considera que “no último quartel do século XIX, a produção de alimentos assumiu grande importância na pauta das exportações” (ZARTH, 2006, p. 207), de modo que “O peso dos produtos coloniais foi adquirindo cada vez maior expressão na pauta das exportações gaúchas durante o Império”, como indicado por Pesavento (PESAVENTO, 1980, p. 162).

Neste contexto, o surgimento de pequenas indústrias ligadas ao setor agropecuário é decorrente, segundo Eugênio Lagemann, da dinâmica econômica colonial, ou seja, de uma inversão parcial de capitais acumulado pelo desenvolvido setor comercial¹¹, expressão, então, do desenvolvimento da economia sul-rio-grandense ao final do século XIX (LAGEMANN, 1980, p. 134). Esta mesma perspectiva de desenvolvimento da indústria sul-rio-grandense é apontada por José Maria Dias Pereira e Marcelo Arendt, que consideram que “A partir da acumulação de capital comercial, resultado das exportações dos minifúndios coloniais para o mercado do sudeste brasileiro, é que se geraram as pré-condições para investimentos em indústrias” (PEREIRA; ARENDT, 2002, p. 5). Neste sentido, a implantação de uma indústria de fabricação de banha por Adolpho Oderich, no ano de 1892, em São Sebastião do Caí, acompanhou um processo que vinha se generalizando em todo o estado.¹² Esse processo inicial de industrialização, ocorrido ao final do século no Rio Grande do Sul, apresentou, segundo Reichel, “certos particularismos decorrentes da posição periférica, mas estratégica, que o Estado assumiu no contexto nacional” (REICHEL, 1979, p. 256), de modo que se pode observar, neste período, o surgimento de diversas pequenas empresas empregando pequeno volume de capital, baixo nível tecnológico e uma estrutura quase artesanal de produção.

Após esta breve exposição do processo de transformações da economia brasileira e sul-rio-grandense na segunda metade do século XIX, consideramos importante esclarecer que

¹⁰ Pode-se, então, afirmar que o Rio Grande do Sul se inserirá na economia brasileira como parte do processo identificado por Fragoso como de formação de um mercado interno e de desenvolvimento de uma produção a ele voltada. Especificamente, em relação à produção agrícola voltada ao atendimento do mercado interno nacional, Dalva Reinheimer observa que “o ressurgimento das atividades agrícolas no Rio Grande do Sul deu-se a partir da instalação dos imigrantes alemães em São Leopoldo e sua expansão pelas áreas adjacentes da Encosta da Serra”. Segundo a historiadora, este processo dividiu-se, ao longo do século XIX em duas fases distintas: se até 1840 a agricultura colonial voltou-se “à produção de gêneros para a subsistência” (REINHEIMER, 2007, p. 40), a partir de 1860 “a agricultura da região centro-norte do estado estava voltada para a exportação, sendo assim inserida num processo econômico mais amplo” (REINHEIMER, 2007, p. 47).

¹¹ Esse “desenvolvido setor comercial” a que nos referimos corresponde tanto aos comerciantes que atuavam na zona colonial, quanto àqueles que concentravam suas atividades em Porto Alegre.

¹² A historiadora Sandra Pesavento, por exemplo, observou a expansão de fábricas de cervejas por todo o Rio Grande do Sul nas décadas finais do Império e no início da República (PESAVENTO, 1983, p. 125-141).

a preponderância de referências feitas à historiografia regional e o diálogo que mantemos com estudos considerados clássicos sobre a imigração, ao longo deste subcapítulo, visam destacar a condição específica da região em estudo, sobretudo, do processo de desenvolvimento econômico observado na Vila de São Sebastião do Caí – inserida numa área de colonização alemã – e que favoreceu o fortalecimento de um grupo profissional em especial – o dos negociantes.

O foco da análise se concentrará, portanto, nas relações gestadas pela elite caiense, a partir de sua atuação econômica – não somente no município, mas, também, fora dos seus limites –, na medida em que seus membros participaram ativamente do processo exportador e mercantil ao qual nos referimos anteriormente. Buscaremos, em razão disso, identificar a posição que a elite política caiense ocupava nesta estrutura econômica, pois entendemos que, assim como as relações familiares, as posições ocupadas nesta estrutura foram fundamentais para que tais indivíduos garantissem presença na Câmara Municipal. Mas, em que sentido a atividade econômica destes homens pode ter contribuído para que eles pudessem integrar o grupo que denominamos de elite política local?

Acreditamos que as relações proporcionadas pelo exercício da profissão constituem a chave explicativa para tal questão. Vale lembrar que a profissão destes vereadores contribuiu para que pudessem acumular o que Pierre Bourdieu chamou de “capital pessoal de ‘notoriedade’ e de ‘popularidade’”, que, segundo ele, advém tanto da reputação de uma pessoa, quanto do fato desta possuir algumas qualificações específicas que lhe garantem a “boa reputação”. Em outros termos, o sociólogo explica que este capital é “produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios” como, por exemplo, em profissões (BOURDIEU, 1989, p. 190-191).

É com base no mapeamento das relações estabelecidas pela elite política de São Sebastião do Caí e da atividade ocupacional desempenhada por seus membros que nos dedicaremos – neste subcapítulo – à análise dos mecanismos facilitadores da ampliação do seu *campus relacional*. Por certo, os indivíduos que no último quartel do século XIX foram eleitos vereadores fizeram uso da influência decorrente do exercício de suas atividades ocupacionais para angariar aliados e formar uma clientela que lhes garantisse apoio eleitoral e, conseqüentemente, sustentasse seu poder. Afinal, como ensina Bourdieu, todo o poder necessita de legitimidade e esta só pode ser obtida através do reconhecimento (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Dentre os membros desta elite política, vale ressaltar a situação peculiar de Mathias Steffens, professor público em São José do Hortêncio, que, com certeza, deve ter acumulado o

capital simbólico que a profissão lhe proporcionava – afinal, era alguém que detinha conhecimento e o ensinava, exercendo influência sobre os demais –, sendo, conseqüentemente, reconhecido como uma “autoridade” na e pela comunidade local. Quanto às atividades mecânicas desempenhadas por Alberto Thomaz Scherer, Jorge Pedro Jung, Henrique Henzel e João Diehl Júnior – os dois primeiros ferreiros e os demais serreiro e marceneiro, respectivamente – é preciso considerar a importância e o prestígio de tais profissões no mundo colonial, pois, como aponta Dreher, muitos dos imigrantes alemães que chegaram ao Rio Grande do Sul ao longo do século XIX eram artesãos, contribuindo significativamente para o desenvolvimento das picadas. A produção agrícola, por exemplo, “exigiu o surgimento da ferraria” com vistas à produção dos “implementos agrícolas necessários para as lides diárias”, enquanto que a grande quantidade de madeira – afinal as picadas eram instaladas em regiões de muita mata – permitiu o funcionamento de serrarias e marcenarias (DREHER, 1999, p. 56). As informações trazidas por Dreher dimensionam a importância e confirmam o prestígio que os quatro artesãos-veredores acima citados adquiriram na sociedade local.

Já os fazendeiros, graças à variedade de benfeitorias que possuíam em suas propriedades – muitas das quais muito dificilmente existiam nas pequenas propriedades coloniais – contavam com facilidades para estabelecer relações de dependência com os demais moradores locais, dependentes destes, em muitos momentos, para o beneficiamento de seus produtos. Tristão Rodrigues da Silva, fazendeiro, morador do distrito de Santana do Rio dos Sinos é um bom exemplo. Era proprietário de um moinho para moer grãos, quatro prensas de caixão, três prensas de barril, dois fornos e máquinas de torrar farinha de mandioca, uma casa de engenho e duas casas de atafona¹³, sendo que em uma delas estavam instalados os

¹³ Cardoso (2005, p. 51) esclarece que a atafona era um estabelecimento coberto de telha de barro que comportava um maquinário – forno, prensa, tolha – utilizado na fabricação da farinha de mandioca, biju, polvilho ou amido. No contexto do século XIX, a atafona poderia ser um empreendimento rentável, o que explica a grande presença desta em inventários da elite. Por um lado, como demonstram os Registros de Receita da Câmara Municipal, parte de produção de farinha de mandioca poderia ser destinada à exportação. Em 1878 o município exportou 2954 sacos de farinha de mandioca (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1885). A região provavelmente acompanhava a tendência geral da Província, que também registrou o crescimento da produção de farinha de mandioca, pois se “Na década de 40, o Rio Grande do Sul deixou de importar o produto [...] em 1856, já exportava para outras províncias brasileiras” (REINHEIMER, 2007, p. 39). Por outro lado, a produção das atafonas poderia atender à necessidade de alimentar as tropas instaladas ou de passagem pela região. Helen Osório (2006, p. 164), entretanto, aponta o uso das atafonas também para a moagem do trigo. Francisco Riopardense de Macedo, ao analisar a estrutura das estâncias sul-rio-grandenses, aponta que, ao longo do século XIX, as atafonas ganham importância como “verdadeiras bases industriais, fornecedoras da população urbana” (MACEDO, 1983, p. 80), o que justificaria sua presença na maioria das estâncias. No caso de São Sebastião do Caí, a existência de um número significativo de atafonas pode ter duas justificativas plausíveis. Primeiramente, pode-se considerar que, em vista da quantidade significativa de sacos de farinha exportados pelo município – constatado nos registros de Receita da Câmara – a produção havia se tornado um rentável negócio. Por outro lado, o fato do 11º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional ter estado sediado no distrito de Santana do Rio dos

moinhos – movidos a água – de moer grãos e fazer farinha de mandioca (SILVA; SILVA, 1886). Já Justino Antônio da Silva, também fazendeiro, possuía uma engenhoca e um alambique, para destilar aguardente (SILVA; FLORES, 1891). Toda esta estrutura formada por benfeitorias, como observou Andrade para o caso de Minas Gerais, “era vital para o funcionamento dos empreendimentos agropastoris e estava intimamente relacionada ao que se produzia, comercializava e consumia no dia-a-dia das fazendas” (ANDRADE, 2008, p. 117).

Não deve causar estranheza, portanto, que em propriedades de negociantes tais benfeitorias também estivessem instaladas, já que estes, muitas vezes, possuíam grandes quantidades de terras cultiváveis e beneficiavam a produção, visando a comercialização na própria casa comercial e/ou para exportação. É este o caso do negociante João Stoffels, proprietário de uma loja de fazendas e de uma taberna no distrito de Santa Catarina da Feliz, arrolado no Mapa de População de 1870, como moleiro (FINKLER, 1870). Do mesmo modo, Paulino Ignácio Teixeira, negociante em Santana do Rio dos Sinos, possuía uma casa de atafona (TEIXEIRA; TEIXEIRA, 1891), e Pedro Noll, negociante de Picada Feliz, era proprietário de um moinho movido a água (NOLL; NOLL, 1899).

Entretanto, se o simples fato de possuir essas benfeitorias em suas propriedades já garantia certa diferenciação social em relação ao restante da população, vale considerar o apontado por Marcos Witt, em relação à realidade vivenciada no Litoral Norte do Rio Grande do Sul e que nos leva a conjecturar sobre a possibilidade de fazendeiros e negociantes delas se utilizarem – como fator de barganha – para angariar votos nas eleições e garantir a ampliação de sua clientela.

Quanto à atafona e ao engenho, é sabido da importância em possuir esses recursos e como essa posse elevava o proprietário das *engenhocas* acima dos demais colonos que eram obrigados a negociar – às vezes, se sujeitar – com o dono para obter a farinha de mandioca e a moagem dos grãos (WITT, 2008, p. 120-121).

Mas, a partir da documentação trabalhada, podemos afirmar que eram os negociantes que possuíam meios mais diversificados de ampliação de relações, assim como meios eficazes de cooptação de aliados. Se dos 38 indivíduos que foram vereadores, 20 eram negociantes, como apontado no capítulo anterior, podemos então supor que existia alguma relação entre a atividade comercial a que se dedicavam e o sucesso político alcançado pelos negociantes.

Sinos, faz-nos crer que parte da produção de farinha de mandioca – que, segundo Osório, era também conhecida como “farinha de guerra” – era destinada para a alimentação das tropas (OSÓRIO, 2006, p. 164).

Certamente, dirigir uma casa de negócio permitia-lhes construir um leque grande e variado de relações, que muito bem poderiam ser convertidas em ganho quando o assunto era política. Acreditamos que um olhar mais acurado sobre as casas de negócios e sobre suas atividades poderá nos revelar algumas das facetas das relações mantidas por estes homens, fundamentais para compreendermos os mecanismos de acumulação de poder por eles empregados.¹⁴

4.2.1 Construindo relações a partir de *secos e molhados*

“Casa de comércio”, “casa de comércio e taberna”, “loja de fazendas”, “venda” e “lojas de secos e molhados” são algumas das denominações que encontramos, tanto na documentação, quanto na historiografia, para referir um empreendimento comercial que realizava uma infinidade de funções. Ângela Sperb, ao analisar o inventário do comerciante João Pedro Schmitt, de Hamburgo Velho, destaca a múltipla funcionalidade do empreendimento comercial:

A venda é seguramente o lugar de maior movimento na colônia, e toda Picada tinha pelo menos uma. Era o lugar onde se realizavam as trocas comerciais, onde o produto dos colonos era cotado e onde estes podiam adquirir gêneros que não produziam. Lugar onde entre um charuto, um copo de vinho ou aguardente e uma

¹⁴ Para tanto, buscamos inspiração na perspectiva analítica inaugurada pela Micro-história italiana, que, na década de 1970, se colocou como renovadora dos estudos da história social atenta ao macro. Segundo Revel, a grande crítica dos micro-historiadores italianos à história social dominante – que se definiu na França em torno dos *Annales* – era a de que, ao organizar dados em categorias que então permitiam uma agregação ampla, a história deixava de explorar os comportamentos, as experiências sociais. Esta nova História social tinha, pois, como proposta central, estar “atenta aos indivíduos percebidos em suas relações com os outros indivíduos” uma vez que “a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social” (REVEL, 1998, p. 21). Nesta perspectiva, economia, política e sociedade são compreendidas como variáveis inter-relacionadas de um mesmo processo. Só a título de exemplificação desta interdependência e para comprovar a influência das relações sociais sobre a economia, Levi em *A herança imaterial*, demonstra que os preços das terras no Piemonte do século XVII variavam de acordo com as relações parentais, concluindo que “O preço era, assim, uma equivalência determinada segundo as condições da situação social concreta e não somente fruto do jogo impessoal da demanda e da oferta de bens escassos” (LEVI, 2000, p. 148). Cabe ressaltar, ainda, que, no âmbito da historiografia brasileira, essa nova perspectiva da História social passou a ser adotada por historiadores, sobretudo, a partir da década de 1990. Um caso exemplar desta perspectiva são as análises de João Fragoso acerca do período colonial brasileiro. O historiador carioca busca, à luz das relações sociais sobre a política e economia, reavaliar as relações político-econômicas entre colônia e metrópole, assim como o papel das elites coloniais. João Fragoso inaugurou, a partir de sua Tese – que se constituiu em um marco nos estudos acerca das relações econômicas e políticas do Antigo Regime no Brasil – um eixo interpretativo que busca demonstrar que a economia não é somente regida por forças e regras de mercado, mas é também influenciada por relações político-sociais. Neste sentido, referindo-se ao período do Antigo Regime, “onde a política tinha um papel decisivo”, Fragoso assevera a validade da relação de dependência entre estes dois campos: “Portanto, aquele comércio estava longe de ser regulado pela livre concorrência. As alianças entre negociantes/oficiais e as mercês concedidas pelo rei consistiam, entre outros, em móveis do mercado imperial” (FRAGOSO, 2002a, p. 42).

rapadura se discutia e ficava sabendo de todas as novidades, desde políticas até religiosas, onde seguramente também se fazia mexericos da vida dos vizinhos e se realizavam negócios e transações entre freqüentadores. Lugar que podia se transformar, num fim de semana, num salão de baile, possibilitando reuniões de famílias, o encontro de jovens casadoiros (SPERB, 1987, p. 17-18).



Figura 13 - Armários e balcão da casa de negócios de Jorge Henrique Ritter em Linha Nova
Fonte: fotografia atual

Era do balcão de sua casa de negócios – ainda hoje preservado, como demonstra a fotografia acima – que Jorge Henrique Ritter – imigrante, originário de Kempfeld, na região conhecida como Hunsrück (BEISER, 2009, p. 9; HUNSCHE, 1961, p. 11), e instalado no Rio Grande do Sul desde 1846 – atendia seus clientes. Além dos gêneros agrícolas produzidos no próprio município, como milho, feijão, ervilha e amendoim, Ritter, provavelmente, também comercializava produtos agro-manufaturados como manteiga, banha, farinhas e aguardente. À disposição de seus clientes deveriam estar, com certeza, também produtos adquiridos na capital da província, inicialmente trazidos por terra, via São José do Hortêncio, e, posteriormente, importados até São Sebastião do Caí, via rio Caí. Mas a casa comercial funcionava também como uma taberna, reunindo, diariamente, além de moradores locais,

viajantes, tropeiros e mascates para beber e conversar. Em algumas ocasiões, Jorge Ritter promovia bailes, que reuniam, no salão de sua casa, uma quantidade significativa de pessoas.

No entanto, o que diferenciava a casa comercial de Ritter das demais é que nela podia ser adquirida a cerveja fabricada pelo próprio negociante, que era também cervejeiro. Sobre o patriarca Ritter, afirma Ana Cristina Pires Beiser: “Georg Henrich Ritter tornou-se o patriarca de uma família que se destacaria na produção de cerveja no final do século XIX e início do século XX” (BEISER, 2009, p. 9). Segundo Beiser, foi no porão da casa construída em 1864, que Georg Henrique Ritter iniciou, em 1868, “a primeira fábrica de cerveja do Rio Grande do Sul”, pondo em prática os ensinamentos que havia adquirido, ainda jovem, com um tio materno na França (BEISER, 2009, p. 9).

A casa comercial de Ritter, uma típica construção enxaimel (figura 11), era muito parecida com outras construções que funcionavam como venda e residência. Na parte principal do edifício funcionava a venda, identificada pelos enormes armários que cobriam as paredes, forrados de mercadorias (figura 13). Junto a esta parte principal da construção, um enorme espaço que, durante o período de safra, servia como depósito para os grãos adquiridos pelo comerciante e, quando vazio, poderia funcionar como um salão de bailes. Na parte superior ficavam os quartos e demais espaços ocupados pela família como moradia. Em um anexo – que no caso da casa de Ritter era o porão – poderiam ser beneficiados produtos depois destinados à comercialização (figura 14).¹⁵ Não raro, como já observamos, encontramos em propriedades de negociantes, atafonas, moinhos, engenhos, alambiques, prensas e outras benfeitorias que permitiam o beneficiamento de matérias primas. Essa complementaridade entre o mundo agrário e o mercantil foi também observada por Marcos Ferreira de Andrade para a região de Campanha da Princesa, em Minas Gerais. Andrade, a partir da análise dos bens dos comerciantes, comprovou que “a figura marcante no cenário sul-mineiro é a do fazendeiro/negociante, pois grande parte da elite agrária atuava direta ou indiretamente na comercialização do produto de suas fazendas” (ANDRADE, 2008, p. 84).

¹⁵ No Anexo C constam fotografias atuais do interior da casa de Jorge Henrique Ritter. Chamamos a atenção para a parte superior da casa – o sótão – em que podem ser vistas algumas das repartições internas, preservando o que deveriam ser os quartos da família, e, também, para o porão da casa, onde funcionava a cervejaria de Ritter.



Figura 14 - Vista lateral da casa de Jorge Henrique Ritter, em Linha Nova, com a entrada para o porão, onde funcionava a cervejaria

Fonte: fotografia atual

O sortimento de produtos existentes nas casas comerciais era grande. Como se pode constatar pelo balanço da casa comercial que João Jacob Schmidt possuía em São José do Hortêncio, este comercializava desde farinhas, açúcar, café em grão, banha, querosene até louças, ferragens, peças de tecido, roupas e chinelos (SCHMIDT; SCHMIDT, 1885). Maior sortimento de produtos poderia ser encontrado na casa comercial que Felipe Carlos Trein possuía na vila de São Sebastião do Caí. O balanço da casa comercial de Trein, realizado quando do falecimento de sua primeira esposa, Henriqueta Blauth, revela que a casa possuía uma grande variedade de produtos, divididos, neste balanço, em cinco categorias: fazendas, drogas, ferragens, molhados e louças (TREIN; TREIN, 1878). Dentre os tecidos vendidos encontravam-se o riscado Oxford, o riscado francês, diversos tipos de algodão e a casimira. Completavam a oferta de produtos, botões, colarinhos, punhos, carretéis de linha, rendas e elástico, itens indispensáveis para a confecção de roupas, algo muito comum naquele período. Mesmo entre a elite era comum que as roupas fossem costuradas em casa, como se pode deduzir pela presença constante da máquina de costura em inventários. Em 11 dos 27

inventários analisados, encontramos referências a máquinas de costura, sendo possível afirmar que algumas eram já bastante antigas, como a que possuía João Stoffels, avaliada em 20 mil-réis (STOFFELS; STOFFELS, 1903), e a de Reinhold Feix, avaliada em 30 mil-réis (FEIX; FEIX, 1905). Outros, entretanto, eram proprietários de máquinas mais novas e modernas, como é o caso da máquina que possuíam Reginalda e Cristiano Sauer, avaliada em 80 mil-réis (SAUER; SAUER; OLIVEIRA, 1898), e a que era de propriedade de Felipe Carlos Trein, avaliada em 100 mil-réis (TREIN; TREIN, 1899).

Itens de vestuário como jaquetas, mantas, xales de lã, saias barradas e camisas, chinelos e sapatos também se encontram relacionados no balanço acima mencionado, além de adereços como lenços e chapéus de variados tipos e para vários gostos, tais como lenços de linho e lenços de renda; chapéu de sol, chapéus de feltro, chapéus finos. Entre os itens classificados como “Drogas” pode-se encontrar desde vidros de óleo para cabelo, água de cheiro e extratos até pacotes de chá da Índia, óleo para lombriga, purgante de sal amargo e vidros de essências como “Essencia da vida” e “Essencia maravilhosa”. Dentre as ferragens vendidas no estabelecimento comercial de Trein, encontramos itens muito variados: lápis de carpinteiro, fechaduras, machadinhos, fivelas para calças, facas, parafusos, moinhos para moer café, cachimbos, pólvora para caça, correntes de relógio de prata, esporas, baldes, panelas de ferro e fósforo. Já na categoria “Molhados” constam desde produtos coloniais produzidos no município, como banha e farinha até produtos importados como charutos, velas, sabão, fumo e sardinhas. Entre as louças, encontramos pratos, tigelas, bacias, leiteiras, copos e açucareiros. É válido supor que os moradores de São Sebastião do Caí – dada a variedade de produtos postos à venda na casa comercial de Felipe Carlos Trein – não mais se dirigissem a São Leopoldo ou a Porto Alegre para adquiri-los, já que nela encontravam tudo o que buscavam.

Era, pois, em empreendimentos comerciais semelhantes aos de Jorge Henrique Ritter, João Jacob Schmidt e Felipe Carlos Trein, que 20 dos vereadores caienses do quartel final do século XIX – incluindo Schmidt e Trein – exerciam diariamente suas atividades, garantindo o sustento de suas famílias, a ampliação de sua riqueza e a construção de um capital simbólico de relações e prestígio. Este foi o caso de Henrique Ritter Filho. Seguindo os passos do pai, o primogênito Henrique Ritter Filho, nascido a 15 de abril de 1848, tornou-se também negociante e cervejeiro. Segundo Beiser, o filho mais velho do imigrante Ritter dedicou-se por muito tempo ao comércio, mas foi como cervejeiro que mais se destacou: “A partir de 1877, já casado com Paulina Kessler Ritter, Henrique Ritter dedicava-se ao comércio em São Lourenço do Sul, (...) Em 1880, Henrique Ritter firmou sociedade com o cunhado Christian

Jakob Trein, casado com Elisabeth Ritter Trein,” (BEISER, 2009, p. 10) na casa comercial que, segundo Alexandre Fortes, “dominou a atividade comercial em São Sebastião do Caí” entre 1870 e 1910 (FORTES, 2004, p. 180), passando o empreendimento a chamar-se Trein & Ritter (BEISER, 2009, p. 10). Em 1888, Henrique Ritter desfez a sociedade com Trein, transferindo-se, para Porto Alegre, a fim de auxiliar sua prima-irmã, Elisabeth Ritter Becker e o esposo desta, Guilherme Becker – que se encontrava doente – na administração de uma cervejaria que estes possuíam na capital da província desde 1879. Depois do segundo casamento da prima-irmã, Henrique Ritter Filho afastou-se dos negócios, fundando sua própria cervejaria, em 1894, no bairro Moinhos de Vento, na capital (BEISER, 2009, p. 12).¹⁶ Já ao final do século era possível encontrar, entre os produtos vendidos pela grande casa comercial que Felipe Carlos Trein possuía em sociedade com Adolpho Oderich, na vila de São Sebastião do Caí, a Cerveja Ritter (TREIN; TREIN, 1899, f. 75v).¹⁷

Antes, entretanto, de transferir-se para a capital da província, Henrique Ritter Filho foi eleito vereador em São Sebastião do Caí, cargo que assumiu em 1887.¹⁸ Considerando as atividades profissionais exercidas por Henrique Ritter Filho – antes mesmo de ter assumido o cargo camarário – cabe a pergunta: teriam elas contribuído para que fosse eleito vereador? Parece bastante provável que a profissão do pai e sua própria profissão tenham sido fundamentais para que Ritter angariasse número expressivo de votos. A acumulação prévia realizada por seu pai, o conhecimento das práticas mercantis e as redes já constituídas por Jorge Henrique Ritter podem ter sido fundamentais, tanto para o sucesso econômico, quanto político de Henrique Ritter Filho, pois, como observado por Antônio Carlos Jucá de Sampaio,

¹⁶ Na obra *Frederico Augusto Ritter: de Cervejeiro a Doceiro*, de Ana Cristina Pires Beiser, pode-se encontrar um histórico empresarial da família Ritter que sintetizamos aqui: formado na Alemanha como Mestre cervejeiro, Frederico Augusto Ritter, filho mais velho de Henrique Ritter Filho, de volta ao Brasil em fins de 1903 e início de 1904, passou a trabalhar na cervejaria de seu pai. Entre 1904 e 1905, com um empréstimo realizado junto a Carlos Ritter, irmão de Henrique Ritter Filho e proprietário da Cervejaria Carlos Ritter e Irmãos, de Pelotas, nova fábrica foi construída no bairro Navegantes, em Porto Alegre, então inaugurada como cervejaria H. Ritter e Filhos. Em 1924 as cervejarias Bopp Irmãos, Bernardo Sassen e Filhos e H. Ritter e Filhos se uniram, surgindo, então, a Cervejaria Continental, que em 1946 acabou sendo comprada pela Brahma. Antes, porém, em 1918, Frederico Augusto Ritter adquiriu a Granja Esperança, uma propriedade localizada na freguesia da Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos de Gravatahy. Um ano depois, então, foi inaugurada na Granja Esperança, uma pequena indústria de leite e laticínios. Nas décadas de 1930 e 1940 as atividades concentraram-se na fabricação de queijo, manteiga, nata e creme de leite e desde então eram realizados experimentos com cogumelos e molho inglês para sopas. Depois, a fábrica dedicou-se a duas linhas de produção: uma de conservas salgadas (pepinos, cebolinhas, etc.) e outra de doces, como geléia, compotas, caramelos e biscoitos. É a linha de doces criada por Frederico Augusto Ritter que, então, teve continuidade no que hoje é a Ritter Alimentos (BEISER, 2009, p. 14-22).

¹⁷ Localizamos a cerveja Ritter entre os bens arrolados no Balanço da Casa Commercial de Carlos Trein & Cia (TREIN; TREIN, 1899, f. 75v).

¹⁸ Entretanto, por circunstâncias familiares e devido as suas atividades econômicas Henrique Ritter Filho afastou-se da política caiense. Em 1887 participou de 24 das 25 sessões da Câmara Municipal realizadas e em 1888 participou de 25 de um total de 29 sessões daquele ano. Em 1889 participaria de apenas 9 das 24 sessões, o que demonstra que a partir de então, não mais residia em São Sebastião do Caí.

para o caso do século XVIII e, também aplicável ao XIX, família e negócios tornam-se elementos indissociáveis, de modo que “Filhos de negociantes contavam com enormes vantagens quando decidiam dedicar-se à mesma atividade” (SAMPAIO, 2007, p. 246), herdando, desta maneira, não somente o capital econômico, como também o capital simbólico e relacional do pai. Certamente, a casa de negócios permitiu-lhes acumular “boa reputação”, “popularidade” e “notoriedade” – no sentido empregado por Bourdieu – como capital simbólico reconvertido para o campo político (BOURDIEU, 1989, p. 190-191). Em seu estudo sobre João Schmitt, de Hamburgo Velho, Ângela Sperb constatou que o exercício da atividade comercial podia, efetivamente, transformar o vendeiro em um “homem de prestígio”, garantindo-lhe, muitas vezes, o exercício de cargos de caráter político¹⁹, o que vem corroborar os dados que levantamos para São Sebastião do Caí e que demonstram o sucesso político alcançado pelos negociantes.

Neste sentido, também Marcos Witt ressalta a importância da ocupação com o comércio e das relações mantidas por um indivíduo na determinação do papel político por ele desempenhado. Ao analisar o caso de um colono alemão que foi eleito Juiz de Paz em Torres em 1829, Witt constatou que tanto a sua profissão – era comerciante – quanto a sua rede de relações podem ter sido fundamentais para que fosse eleito (WITT, 2008, p. 247-250), na medida em que facilitaram o acesso aos círculos de poder. Se, por um lado, Witt concorda com a interpretação do viajante suíço Carl Seidler, para quem a causa da vitória deste colono alemão nas eleições resultou de sua posição econômica – que viabilizou a compra de votos, artifício muito comum nas eleições oitocentistas (GRAHAM, 1997, p. 183-185)²⁰ –, por outro lado, ressalta que o êxito do Juiz de Paz alemão pode ter decorrido das boas relações que ele mantinha com autoridades superiores (WITT, 2008, p. 248-249).²¹ Estas, por sua vez, reconheciam a importância dos comerciantes e os tinham como importantes aliados locais, aspecto que foi destacado por Ângela Sperb, sobretudo, em relação ao poder que o vendeiro detinha:

¹⁹ No caso do vendeiro João Schmitt, de Hamburgo Velho, analisado por Angela Sperb, este exerceu a função de inspetor das colônias de Estância Velho, Bom Jardim e Campo Bom (SPERB, 1987, p. 20).

²⁰ Graham aponta que a compra de votos com dinheiro, além de condenada por muitos políticos do século XIX, era preterida em relação à negociação de cargos políticos. Isto, no entanto, não impediu que fosse utilizada, arruinando, inclusive, muitas fortunas (GRAHAM, 1997, p. 184).

²¹ No caso do comerciante Juiz de Paz de Torres, Witt afirma que “Tudo indica que o candidato conseguiu cooptar o apoio do administrador da Colônia alemã das Torres, Tenente Cel. Paula Soares” (WITT, 2008, p. 249).

Sem nenhuma dúvida era o vendeiro a pessoa mais bem informada de toda a região e também aquele que de uma certa forma podia decidir sobre os destinos de um grande grupo de pessoas. Era ele que estabelecia as regras nas transações comerciais com os colonos. (SPERB, 1987, p. 18).

Quanto ao primeiro aspecto apontado por Sperb, de que o vendeiro era a pessoa mais bem informada de toda região, é preciso considerar que, além das ligações que estabelecia a partir de sua venda – enquanto ponto de encontro, de transmissão e circulação de informações – costumeiramente, este indivíduo mantinha contatos também com a capital da província, para onde se dirigia, de tempos em tempos, com a finalidade de adquirir mercadorias a serem revendidas. Este pode ter sido o caso do negociante de Santana do Rio dos Sinos Carlos Berto Círio que contraiu dívidas com os negociantes José Francisco da Silva Nunes e Antônio Lourenço da Rosa, ambos de Porto Alegre, e com a firma comercial Brito & Neves, também da capital. Sobre esta última dívida, que somava 1:315\$280 (1 conto, 315 mil, 280 réis), Carlos Berto Círio, na condição de inventariante de sua falecida esposa, Narcisa Amélia Círio, esclarece:

A dívida activa de 1:315\$280 rs e juros pertencente a Brito & Neves é verdadeira e provem de generos commerciaes pelo casal do inventariante comprados para revender na casa de negócio que teve na freguesia de Sant'Anna do Rio dos Sinos, neste município, por isso deve ser paga na forma requerida pelos suplicantes Brito & Neves (CIRIO; CIRIO, 1888, f. 20v).

Já o inventário do negociante Antônio Otto Rühée demonstra que a ligação com a capital podia se dar através de um representante comercial. Em seu inventário encontramos uma fatura datada de 1921, referente à aquisição de velas e açúcar adquiridas junto à firma de importação e exportação Miller Irmãos, localizada na rua Voluntários da Pátria em Porto Alegre (RÜHEE; RÜHEE, 1921).²² No caso desta compra, ela foi realizada por intermédio

²² Conforme apontado por Reinheimer, as casas comerciais de importação da capital se localizavam em locais estratégicos, sendo a rua Caminho Novo, depois denominada Voluntários da Pátria, uma das ruas preferidas. Além desta, as ruas Sete de Setembro e Rua da Praia também concentravam tais empreendimentos comerciais, preferências que se davam pela sua localização, pois eram próximas ao Guaíba, facilitando a utilização da via fluvial na realização de negócios com a região colonial. Para a historiadora, muitas dessas casas comerciais da capital – que intermediavam a ligação produção colonial/exportação – eram estabelecimentos de comerciantes teuto-brasileiros ou alemães: “A maior parte dessas casas estabeleceu-se ao longo da rua Voluntários da Pátria até a altura do Bairro Navegantes. À margem do Guaíba tinham seus depósitos e trapiches, onde os barcos atracavam, trazendo produtos coloniais ou as mercadorias provenientes dos navios estrangeiros.” (REINHEIMER, 1999, p. 76-77).

do representante Gabriel Coirollo, o que nos leva a supor que, muito provavelmente, Rùhee não tenha ido à capital, mas apenas feito a encomenda. De todo o modo, a relação que mantinha com o representante por si só já lhe garantia informações que outros moradores não teriam.

Ângela Sperb sintetiza, dessa maneira, o poder do comerciante local: “O estar bem informado, acrescido do controle econômico que exercia, faziam-no um sujeito de prestígio e poderoso na povoação” (SPERB, 1987, p. 18). A atividade comercial – como se pode constatar através destes exemplos – muito favoreceu o estabelecimento de relações, que passaram a ocupar papel estratégico para o reconhecimento e o prestígio que desfrutavam os negociantes.

Quanto ao segundo aspecto apontado por Sperb – de que era o comerciante quem “estabelecia as regras nas transações comerciais com os colonos” – algumas considerações são necessárias. Tal aspecto já foi, de certa forma, bastante explorado pela historiografia, que colocou o comerciante local como aquele que determinava os preços dos produtos no momento da negociação com os colonos. Sandra Pesavento, além de apontar como uma das características da formação econômico-social do Rio Grande do Sul “a subordinação da agropecuária colonial ao capital comercial/industrial de origem imigrante” (PESAVENTO, 1983, p. 69), enfatiza a intermediação comercial praticada pelo comerciante:

Essa intermediação comercial praticamente isolava o produtor direto dos estímulos do mercado, assumindo os comerciantes uma função oligopólica/oligopssônica, controlando a venda dos artigos não-coloniais e a compra dos produtos da região. Nesta medida estabelecia-se um intercâmbio desfavorável com relação aos colonos pequenos proprietários, uma vez que o comerciante acumulava em cima da diferença entre os preços da compra e venda e no custo do frete dos produtos até o mercado (PESAVENTO, 1983, p. 75).

Neste sentido, tanto Amado, quanto Reis concordam com Pesavento, na medida em que reafirmam a posição privilegiada do comerciante nessas negociações, pois ele exercia o domínio sobre o agricultor, detendo o controle sobre o sistema de preços. Neste sistema, o colono encontrava-se diretamente dependente do comerciante, que determinava o preço a ser pago pelo produto agrícola entregue pelo produtor e fixava os preços das mercadorias adquiridas por estes na casa comercial (REIS, 1987, p. 114-115; AMADO,

2002, p. 85).²³ Esse controle exercido pelos comerciantes sobre os preços dos produtos – a que Reis e Amado se referem – precisa, contudo, ser relativizado, pois os comerciantes locais eram dependentes de uma rede comercial maior, já que revendiam muitos produtos agrícolas ao mercado da capital e nele adquiriam produtos a serem comercializados, estando, pois, dependentes daqueles negociantes maiores. Roche já havia observado que “As tabelas dos preços correntes nos mercados de Pôrto [sic] Alegre foram, portanto, a base de tôdas [sic] as trocas de produtos coloniais” (ROCHE, 1969, p. 404).²⁴ Também Maria de Lourdes Flores Soares Reis, ao descrever o funcionamento do sistema comercial que ligava os povoados do interior aos grandes centros comerciais, demonstra como esse era um sistema complexo, cuja ligação entre produtor e mercado da capital estava condicionada à ação de intermediários:

[...] o produtor levava sua produção ao comerciante de venda rural que por sua vez encarregava-se de levar a mercadoria por terra ou pelo rio ao comerciante da venda do núcleo mais central. Este por sua vez comercializava com Porto Alegre. O caminho dos produtos não coloniais percorria o caminho inverso: da cidade até a colônia levado pelos mesmos intermediários (REIS, 1987, p. 115).²⁵

Além do mais, é preciso considerar que os preços dos produtos também estavam sujeitos às flutuações do mercado e aos gastos com o transporte, estes últimos, muitas vezes, exorbitantes. Segundo Roche, o custo do transporte era “*frequentemente mais do que proporcional à distância*, dadas as dificuldades de expedição”, o que refletia no preço pago ao

²³ Janaína Amado, ao analisar a organização econômica da colônia de São Leopoldo, observou a supremacia dos comerciantes sobre os demais setores da sociedade no último quartel do século XIX: “Em 1874, os verdadeiros donos de São Leopoldo eram os comerciantes. Eles tinham se transformado nos mais ricos, poderosos e influentes habitantes da ex-colônia” (AMADO, 2002, p. 85). A razão para tal supremacia é explicada pela própria autora que destaca que “Quando São Leopoldo deu o grande salto para o desenvolvimento, a partir de 1845 os comerciantes foram os únicos a estarem preparados para saltar junto, e abocanhar a melhor parte das novas conquistas econômicas” (AMADO, 2002, p. 85). A explicação para esses sucessos – da colônia e do próprio grupo de comerciantes – é atribuída por Amado ao fato de que foram os comerciantes os responsáveis pela abertura das portas da economia local às leis da economia de mercado, atuando como mediadores entre a área produtora e Porto Alegre (AMADO, 2002, p. 85).

²⁴ Mesmo tomando o período colonial como objeto e marco temporal de análise, a observação de Fragoso – acerca da existência de uma hierarquia dentro do sistema mercantil – pode ser observada ainda ao final do século XIX. Segundo Fragoso, era o capital mercantil que financiava a produção nos séculos XVIII e XIX e este financiamento “funcionava mediante uma cadeia de dependência” que então traduzia a hierarquia existente dentro do sistema mercantil, já que muitos comerciantes que custeavam a produção, no caso analisado por Fragoso, eram tributários dos grandes negociantes do Rio de Janeiro (FRAGOSO, 1998, p. 256-257).

²⁵ A distinção que Sperb faz entre “comerciante da venda rural” e “comerciante da venda do núcleo mais central” nem sempre existia. No caso de São Sebastião do Caí, por exemplo, o comerciante do núcleo mais central – da vila de São Sebastião – podia adquirir o produto diretamente do colono. Por outro lado, também é possível encontrar em São Sebastião do Caí, comerciantes das vendas rurais, como é o caso de João Stoffels, Pedro Noll e João Weissheimer, todos de Picada Feliz, exportando diretamente, evitando o atravessamento do comerciante do núcleo mais central. Ver detalhamento destas informações na tabela 14.

produtor, sempre muito reduzido (ROCHE, 1969, p. 406, grifo do autor).²⁶ Mesmo assim, quando consideradas as relações colono-comerciante local, são válidas as afirmações de Reis e Amado no que toca à supremacia deste último.

Como se pode perceber, a questão do transporte dos produtos adquire grande relevância quando tratamos das relações mantidas entre comerciante e produtores. Como Roche bem observou, comércio e transporte eram, muitas vezes, atividades inseparáveis, já que “Em tôdas as colônias, a regra constituiu a associação do comércio e do transporte nas mãos de uma única pessoa: o comerciante local” (ROCHE, 1969, p. 423). Já Witt, ao analisar questões relacionadas ao funcionamento da venda da família Voges, constatou “que comércio e transporte eram percebidos como negócios inseparáveis” (WITT, 2008, p. 223). Assim, criava-se um elo de dependência do produtor em relação ao comerciante, já que, como ressalta Becker, o primeiro dependia do último para transportar suas mercadorias até Porto Alegre, caso quisesse garantir a colocação de seus produtos coloniais no mercado da capital (BECKER, 1978, p. 102).²⁷

Dada a distância e a dificuldade dos transportes, essa dependência era praticamente inevitável, aspecto que, aliás, já foi apontado no capítulo anterior, em que afirmamos que os comerciantes eram, muitas vezes, também tropeiros e carreteiros, possuindo os animais e carretas necessárias para o transporte de produtos. Diante destas condições, tornava-se mais vantajoso ao colono entregar parte da colheita – ou do valor desta – a um transportador, do que efetuar ele próprio o transporte, já que a “a posse de um meio de transporte era o fundamento do comércio” (ROCHE, 1969, p. 423), o que parece explicar a frequente presença de mulas, carroças e carretas entre os bens dos negociantes analisados. Na tabela abaixo, ao demonstrar o envolvimento de negociantes-vereadores na atividade exportadora do município, corrobora essa situação de dependência que descrevemos.

Ao consultar os registros de Receita da Câmara Municipal, referentes aos anos de 1878 e 1879, encontramos o nome de sete negociantes-vereadores entre os pagadores do imposto sobre exportação de produto agrícola e/ou agromanufaturado (SÃO SEBASTIÃO

²⁶ Segundo Roche, os preços pagos ao produtor não atingiam a metade dos preços alcançados pelo produto em Porto Alegre (ROCHE, 1969, p. 407).

²⁷ Porto Alegre constituía, na segunda metade do século XIX, o principal mercado dos produtos exportados pela zona colonial. Assim como Becker, Reinheimer também destaca a dependência das áreas de produção agrícola em relação ao mercado da capital. Segundo a historiadora, Porto Alegre, enquanto capital da Província, polarizava as relações com as regiões produtoras do interior (REINHEIMER, 1999, p. 75-86). Entretanto, apesar de destacar a inegável dependência das colônias em relação a Porto Alegre, Reinheimer não deixa de observar que a ligação entre as duas regiões – capital e zona colonial – foi fundamental para que Porto Alegre adquirisse aspectos de cidade grande. Tal discussão está contemplada no capítulo 2, item 2.3 *Porto Alegre na segunda metade do século XIX: cidade comercial e centro de exportação* de sua Dissertação de Mestrado (REINHEIMER, 1999).

DO CAÍ, 1876-1885, f. 4v-21v). Além dos sete negociantes, encontramos também Cristiano Sauer e Carlos Guilherme Schilling entre os relacionados como exportadores de produtos coloniais. Cabe lembrar que nos alistamentos eleitorais, Schilling aparece tendo como profissão “marítimo/náutico” e “maquinista/náutico”²⁸, enquanto Sauer consta como proprietário, sem qualquer especificação do ramo em que atuava. Sabe-se, contudo, que dentre as embarcações que partiam de São Sebastião do Caí estavam as que pertenciam “à Navegação Schilling e de Sauer” (REINHEIMER, 2007, p. 150), o que revela que os dois vereadores em questão dedicavam-se ao transporte de mercadorias pelo rio Caí. Assim, na tabela abaixo, apresentamos as quantidades e os produtos exportados pelos nove vereadores em questão – os sete negociantes acrescidos de Sauer e Schilling – com os objetivos de: a) de demonstrar a atuação de negociantes no setor exportador; b) de evidenciar a participação da elite política local no setor econômico em expansão no município – que era a exportação de produtos coloniais –; e, c) destacar um dos meios de acesso a relações exteriores ao município – no caso, através do comércio exportador, com a capital da província.

Tabela 14 - Produtos exportados por nove vereadores nos anos de 1878 e 1879

Vereador	Ano	Produto exportado	Quantidade
Christiano Sauer	1878	Feijão	229 sacos
Christiano Sauer	1878	Milho	490 sacos
Christiano Sauer	1878	Farinha de mandioca	1200 sacos
Christiano Sauer	1878	Banha	298 arrobas
Christiano Sauer	1878	Toucinho	56 panos
Christiano Sauer	1878	Couros vacuns	52 unidades
Carlos Guilherme Schilling	1878	Feijão	650 sacos
Carlos Guilherme Schilling	1878	Milho	300 sacos
Carlos Guilherme Schilling	1878	Farinha de mandioca	100 sacos
Carlos Guilherme Schilling	1878	Amendoim	130 sacos
Carlos Guilherme Schilling	1878	Farinha de milho	40 sacos
Carlos Guilherme Schilling	1878	Banha	60 arrobas
Carlos Guilherme Schilling	1878	Menteiga	4 arrobas
Carlos Guilherme Schilling	1878	Couro vacuum	70 unidades
Christiano Jacob Trein	1879	Feijão e milho	530 sacos
Christiano Jacob Trein	1879	Amendoim	104 sacos
Christiano Jacob Trein	1879	Farinha	23 sacos
Christiano Jacob Trein	1879	Couros	56 unidades
Christiano Jacob Trein	1879	Banha	1777 quilos

continua

²⁸ No alistamento eleitoral de São José do Hortêncio, de 1879, Carlos Guilherme Schilling consta como tendo por profissão “marítimo”. Já no Alistamento dos Eleitores de São Sebastião do Caí, de 1890, o mesmo Schilling aparece como sendo “maquinista”. Apesar da distinção das profissões, é muito possível que Schilling não fosse somente um trabalhador da navegação como também proprietário de embarcações, o que pode, em alguma medida, explicar a utilização de ambos os termos. É preciso lembrar ainda que, como a fonte de informações foi, neste caso, os alistamentos eleitorais, a denominação da profissão dependia de quem elaborava esses alistamentos, ou mesmo de uma auto-intitulação.

continuação

Vereador	Ano	Produto exportado	Quantidade
Christiano Jacob Trein	1879	Cabelo	16 quilos
Christiano Jacob Trein	1879	Manteiga	46 quilos
Conrado Hoerlle	1879	Banha	2973 quilos
Conrado Hoerlle	1879	Toucinho	359 quilos
Conrado Hoerlle	1879	Manteiga	24 quilos
Conrado Hoerlle	1879	Couros	8 couros
Conrado Hoerlle	1879	Feijão	483sacos
Conrado Hoerlle	1879	Amendoim	19 sacos
Felipe Carlos Trein	1879	Feijão e milho	407 sacos
Felipe Carlos Trein	1879	Farinha	12 sacos
Felipe Carlos Trein	1879	Manteiga	7,5 quilos
Felipe Carlos Trein	1879	Couros	35 unidades
Felipe Carlos Trein	1879	Banha	1642 quilos
Guilherme Zirbes & Filhos	1879	Couros	168 unidades
Guilherme Zirbes & Filhos	1879	Cabelo	112 quilos
Guilherme Zirbes & Filhos	1879	Manteiga	30 quilos
Guilherme Zirbes & Filhos	1879	Banha	298 quilos
Guilherme Zirbes & Filhos	1879	Feijão	127 sacos
Guilherme Zirbes & Filhos	1879	Farinha	65 sacos
João Stoffels	1879	Banha	748 quilos
João Weissheimer	1879	Manteiga	41 quilos
João Weissheimer	1879	Feijão e milho	734 sacos
João Weissheimer	1879	Amendoim	33 sacos
João Weissheimer	1879	Banha	1211 quilos
Pedro Noll	1879	Banha	1193 quilos
Pedro Noll	1879	Feijão	367 sacos

Elaborado pela autora com base no Livro de Receitas e Despesas da Câmara Municipal (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1885).

Além de evidenciar o papel desempenhado pelos comerciantes e pela elite política no setor exportador, a tabela também é bastante elucidativa no tocante a três outros aspectos da economia municipal: a) ele evidencia que não há uma especialização no tocante à exportação, ou seja, um mesmo exportador poderia exportar uma variedade grande de produtos, o que confirma a hipótese de que estes comerciantes atuavam como intermediários entre os colonos produtores e o mercado da capital; b) que as quantidades exportadas de um só produto por um indivíduo poderiam ser bem expressivas, indicando que a produção para exportação adquiria, já no último quartel do século XIX, certa independência em relação à produção de subsistência, apesar de estarmos cientes da necessidade de mais elementos para confirmar tal hipótese; e, c) que, além da exportação de produtos agrícolas, eram também exportados agro-manufaturados como a manteiga e a banha, indicando um beneficiamento de matérias-primas.²⁹

²⁹ De todos os produtos constantes na tabela, o que mais nos chama a atenção é a grande quantidade de banha que é exportada, demonstrando que o beneficiamento de banha era bastante próspero no município. Isto se

Tendo como base os demais registros de exportação referentes ao ano de 1879 – o que nos leva a considerar apenas os sete negociantes-veredores, excluindo Sauer e Schilling que, de acordo com os registros, não teriam exportado naquele ano – podemos estabelecer a participação dos vereadores em questão na atividade exportadora do município, através do gráfico abaixo:

confirmou, em 1892, com a fundação da Adolpho Oderich & Cia (MASSON, 1940, p. 64), uma empresa de refinamento de banha, que então tinha como sócios três dos vereadores analisados neste trabalho: Felipe Carlos Trein, Pedro Noll e João Weissheimer. A sociedade, entretanto, não era igualitária. Oderich, provavelmente, possuía a maior parte do capital, seguido então por Trein, que quando falece, em 1899, possuía 15:970\$000 mil-réis de capital investido na fábrica de banha; Pedro Noll, que em 1899 possuía 7 contos de réis nela investidos e, João Weissheimer, cuja participação, em 1900, somava 2 contos de réis. A elevada quantidade exportada de banha revela duas características importantes para a economia municipal neste período: por um lado, atesta o desenvolvimento, em larga escala, de uma agromanufatura, e, por outro lado, demonstra uma maior dedicação, por parte de proprietários rurais ou mesmo comerciantes à suinocultura. Além da banha, o feijão aparece também, nas Receitas municipais, como importante gênero de exportação de São Sebastião do Caí. Segundo Reinheimer, “A área do Caí se constituiu em ‘celeiro do feijão’ para todo o país. A exportação era feita por Porto Alegre, contribuindo para a reativação da economia da cidade para uma intensa movimentação nas localidades onde era produzido e para o agricultor representava a principal fonte de renda” (REINHEIMER, 2007, p. 39). Ao analisarmos as Receitas da Câmara Municipal, constatamos que o feijão estava entre os principais produtos exportados pelo município. Entretanto, a afirmação de Reinheimer nos parece um pouco exagerada. Se, em 1878, foram exportados pela província 90 638 sacos de feijão, naquele mesmo ano saíram de São Sebastião do Caí apenas 2 772 sacos deste produto, o que, proporcionalmente, equivalia a apenas 3,05% de todo feijão exportado pelo Rio Grande do Sul. No ano seguinte, apesar da exportação municipal superar o crescimento da exportação provincial do produto – a exportação municipal cresceu mais de 100% enquanto a exportação provincial teve um crescimento de 72% - a percentagem de participação de São Sebastião do Caí no total exportado cresceu apenas 0,5%, representando apenas 3,55% do total exportado pelo Rio Grande do Sul (enquanto a província exportou 156 339 sacos de feijão, de São Sebastião do Caí foram exportados 5552 e ½ sacos do produto). A obtenção destes dados foi obtida a partir da comparação entre os produtos exportados pelo município constante no Livro de Receitas e Despesas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, encontrado no AHMBM (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1885) e os dados referentes às quantidades de produtos agrícolas exportados pela província, disponíveis no site do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pelotas, que reproduz os dados, em formato Microsoft Excel, da obra de Renato Antônio Dalmazo (2004). Ver planilhas *Quantidade e valor dos principais produtos agrícolas exportados pelo Rio Grande do Sul – 1848-1900* e *Número e valor da Exportação de banha do Rio Grande do Sul – 1866-1900* disponíveis em < <http://ich.ufpel.edu.br/economia/conteudo.php?pagina=16> >.

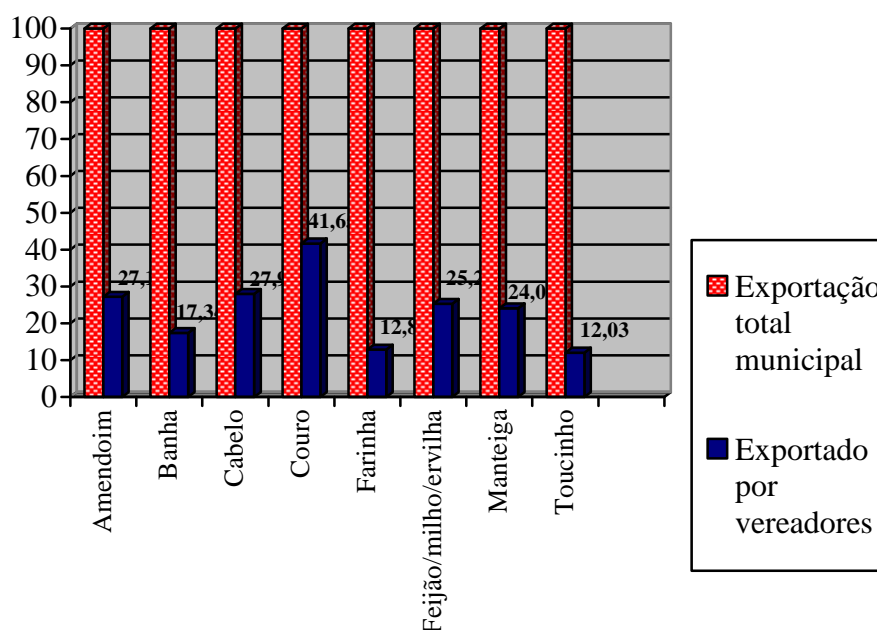


Gráfico 9 - Participação de sete vereadores no quadro geral de exportação municipal em 1879 (em %) Elaborado pela autora com base no Livro de Receitas e Despesas da Câmara Municipal (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1885).

Tanto a tabela, quanto o gráfico confirmam o que Witt observou para o caso do Litoral Norte do Rio Grande do Sul: o vendeiro transformou-se em atravessador, já que “tinha potencial econômico para comprar de agricultores e revender em centros consumidores maiores, como Porto Alegre”, transação que se transformou em fonte de riqueza, uma vez que com ela “obtinha lucros razoáveis, que serviam de suporte para outros empreendimentos” (WITT, 2008, p. 191).³⁰ Assim, parece ficar evidente que, no século XIX, a abrangência dos negócios de um comerciante não se reduzia à sua venda.

Outro importante mecanismo à disposição dos comerciantes para a conquista de aliados políticos – e, portanto, para a formação de uma clientela – foram os sistemas de troca e de concessão de crédito praticados em suas casas comerciais:

Da venda, para onde trouxe alguns produtos, o colono leva sua contrapartida em artigos fabricados ou em gêneros alimentícios. Traz um saco de feijão, uma lata de

³⁰ Como vimos no capítulo anterior, a maior parte da riqueza dos vereadores-negociantes sobre os quais obtivemos informações estava concentrada em imóveis, entre os quais pedaços de terras e campos. Transformados também em produtores agrícolas, era de suas próprias terras que saía, portanto, parte dos produtos que comercializavam em suas vendas e que exportavam. A outra parte, pois, advinha das negociações realizadas com os produtores rurais.

banha ou uma dúzia de ovos se apenas precisa de pouca coisa; traz mais se prevê grandes compras. As trocas fizeram-se, pois, de início, à vista. Depois, certos comerciantes abriram contas-correntes a seus fregueses acreditados. Levavam, na receita, os ovos ou o toucinho, e, na despesa, o sal, o açúcar, o café ou os tecidos; era já um embrião do crédito (ROCHE, 1969, p. 411)
 [...] pêlo [sic] jogo do mecanismo da conta-corrente, não somente êle [sic] [o comerciante] foi levado a conceder crédito aos seus fregueses (à taxa de 12%), mas também se tornou seu banqueiro. Os colonos efetuavam, como no guichê de um banco, verdadeiros depósitos na caixa do comerciante (ROCHE, 1969, p. 422).

A importância do sistema de crédito é também constatada por Sampaio, que observa a possibilidade das relações pessoais entre credores e devedores serem tão fundamentais, a ponto de, inclusive, “distorcer[em] as características não só do mercado de crédito em particular como da economia em geral” (SAMPAIO, 2002, p. 35).

Esta mesma modalidade de sistema de crédito de que trata Roche foi identificada por Witt, ao analisar o funcionamento das vendas no Litoral Norte sul-rio-grandense, e ao comprovar que a atividade bancária do vendeiro – que emprestava e guardava o dinheiro de clientes – era prática usual num período bem anterior ao apontado por Janaína Amado. Se, para Amado – baseada nas informações que Roche oferece –, foi somente após 1890 que o comerciante tornou-se “banqueiro”, guardando o dinheiro do colono e concedendo crédito sob uma taxa de 12% (AMADO, 2002, p. 125, nota 27), para Witt, tal atividade já era realizada por comerciantes do Litoral Norte na década de setenta do século XIX.³¹ Entretanto, como demonstrado por Antonio Carlos Jucá de Sampaio, este sistema existia já bem antes disso na economia brasileira. No caso do Rio de Janeiro, já no século XVII, podem-se observar as atividades de uma pequena elite envolvida com o capital mercantil, atuando no sistema creditício, sistema que, segundo o historiador, sustentava a dependência do produtor ao comerciante, já que “o comerciante adiantava para o produtor as mercadorias de que esse necessitava, em geral em troca de sua safra futura” (SAMPAIO, 2002, p. 31).

Considerando os inventários que analisamos, podemos afirmar que esta era uma prática comum também nas casas de negócio de São Sebastião do Caí, e, ainda, que tal sistema, pela abrangência e pelas relações de confiança que pressupunha, criou possibilidades de ampliação de relações e de criação de laços de dependência que poderiam ser utilizados a favor do comerciante no campo político.

³¹ Ao analisar o livro de escrituração do estabelecimento comercial que, muito provavelmente, pertenceu a Luiza Voges, Carlos Frederico Voges Sobrinho e Christóvão Schmitt, Marcos Witt constatou que já em 1871 tais empréstimos a juros eram realizados (WITT, 2008, p. 194).

De um total de 27 inventários, 14 deles têm relação com vereadores-negociantes, sendo que em 6 deles encontramos referências às dívidas ativas que suas casas comerciais possuíam. É este o caso dos inventários de Henriqueta Trein, esposa de Felipe Carlos Trein; do próprio Felipe Carlos Trein; de Frederico Arnoldo Engel; de João Weissheimer; de Isolina Lopes Mariante Teixeira, esposa de Paulino Ignácio Teixeira; e de Pedro Noll. O fato de não termos encontrado dívidas ativas nos inventários dos demais negociantes não significa que estas não existissem. É preciso lembrar que alguns podem ter passado a propriedade de sua casa comercial, ainda em vida para algum herdeiro, o que pode explicar o fato de esta nem sequer constar na relação de bens, ou mesmo de que tais dívidas podem não ter sido, propositalmente, listadas pela família no momento do arrolamento, visando evitar o pagamento das taxas cobradas por ocasião do inventário.

Para demonstrar a amplitude das relações que os negócios comerciais permitiam a um indivíduo – e a título de exemplo –, apresentamos, na tabela abaixo, as dívidas que constavam no inventário de Felipe Carlos Trein, referente à casa comercial Carlos Trein & Cia. Se, em 1878, quando Henriqueta Blauth, esposa de Felipe Carlos Trein falece, a casa comercial Trein apresentava um montante de 5:196\$800 (5 contos, 196 mil e 800 réis) no balanço de dívidas ativas (TREIN; TREIN, 1878), após 21 anos, quando um novo processo de inventário é aberto – por ocasião da morte do próprio Felipe Carlos Trein, em 1899 –, o valor das dívidas ativas chegou ao impressionante valor de 66:841\$930 (66 contos, 841 mil e 930 réis) (TREIN; TREIN, 1899). O elevado valor que as dívidas ativas da casa Carlos Trein & Cia. alcançaram ao final do século revela, não somente o crescimento dos negócios, como também uma ampliação dos serviços usurários oferecidos pela casa comercial. A tabela abaixo informa os valores e os nomes dos devedores da casa comercial Carlos Trein & Cia. no ano de 1899.

Tabela 15 - Dívidas ativas da Casa Comercial Carlos Trein & Cia em 1899 (em mil-réis)

Devedor ³²	Valor da dívida
Luiz Curzo	1:185\$160
Bisol Giuseppe	50\$440
Mario Marsiay	172\$800
Sesmino Antônio D'Oliveira	1:067\$370
Biarzi Antônio	349\$720
César José Centeno	4\$500
Batistão Domenico	3:027\$850
Rigoni Aníbal	74:700
Anselmo Carpergiani & Irmão	339\$410

continua

³² Mantivemos a grafia dos nomes conforme constante no Inventário.

continuação

Devedor	Valor da dívida
José Caldesari	72\$910
Jacob Fuchs	9\$400
Conrad Schreiber	39\$600
Lino Sartori & Irmão	33\$000
Floreano Pressi	140\$510
Letti Steffano & Cia	328\$540
Bridi Domenico	48\$830
Vohs Giuseppe	91\$810
Sugari Victorio	48\$110
Viúva Chiesa e Filhos	1:575\$900
Adamy Fratelli	517\$770
Antonio Hibner	57\$470
Isidoro Fachini	580\$770
Fernando Bacchi & Cia	273\$980
Felice Laner	504\$620
Quinato Pedro	163\$760
Tonetto Antonio	139\$930
Frederico Paganelli	476\$250
Rosetti Ítalo	387\$180
Escaim Raymundo	83\$090
Ambrosio Bonaluma	99\$760
Arcádio Pessi	2:922\$400
Luppi Giovanni	768\$630
Osvaldo Artigo	63\$000
Dalpônt Giovanni	1:677\$180
Pagamini Domenico	586\$460
Rossato Paulo & Irmão	68\$930
Ludovico Sartori	28\$480
Malagi Giovanni	100\$250
Felippe Guth	412\$880
Henrique Cantergiani	1:484\$710
Setti Luigi	1:839\$960
Jano Belaonde	2:631\$960
Frederico Zimmermann	1:167\$560
Cura Pedro	4:840\$000
Soldatelli Luigi	1:781\$250
Battastini Giovanni	1:074\$320
Mantuani Victorio	3:533\$830
Augusto Einsfeld	7:843\$320
Henrique Knaak	2:191\$110
Henrique Kappe	1:720\$500
Burgueti Ângelo	4:693\$610
Antonelli Ângelo & Irmão	196\$420
Benetti Giovanni	433\$210
João Diehl Jr.	109\$160
Leonço Domenico	818\$110
Diesel & Cia	2:960\$900
Antonio Lourenço	2::449\$230
Tonetto Antonio	1:500\$000
Leonço Domenico	1:000\$000
Raphael Lourenço	3:999\$420
TOTAL	66:841\$930

Fonte: Inventário de Trein e Trein (1899, f.76-77).

A tabela parece comprovar que a origem étnica não interferia nas relações comerciais estabelecidas pelos negociantes, já que nele evidencia-se a presença, tanto de indivíduos de origem luso-brasileira, quanto teuta e italiana. A bem sucedida inserção de negociantes em regiões de diferentes grupos étnicos – e as boas relações mantidas indistintamente – podem explicar as expressivas votações obtidas por alguns teutos em áreas predominantemente luso-brasileiras, assim como as expressivas votações de luso-brasileiros em áreas de imigração alemã, como observado por ocasião da primeira eleição municipal de São Sebastião do Caí. A tabela também reforça a idéia de que o comerciante – no caso, Felipe Carlos Trein, que utilizamos como exemplo – atuava como credor, fornecendo mercadorias sem pagamento imediato ou emprestando dinheiro, como sugerem as dívidas cujos valores atingem vários contos de réis.

Tal prática aponta para o estabelecimento de relações de confiança e dependência que uniam negociantes e fregueses, relações estas que poderiam ser convertidas em ganhos no campo político. O credor podia, através do empréstimo fornecido, ganhar a simpatia do cliente; ou então, poderia fornecer o crédito mediante a cooptação do cliente como aliado político. Como apontado por Sampaio, o controle do crédito, além de garantir a definição das “feições das relações econômicas no interior da sociedade”, era também “estratégico numa sociedade com baixa liquidez” (SAMPAIO, 2002, p. 44), se mantendo ativo nas zonas coloniais em fins do século XIX.

Por fim, mais um importante aspecto acerca dos negócios comerciais merece ser destacado, já que estes eram, muitas vezes, empreendimentos familiares e, como tais, mobilizavam diversos recursos e estratégias para garantir seu sucesso. Se os casamentos realizados entre as famílias da elite política caiense serviram para consolidar sua presença nos círculos do poder local – como abordado no item 4.1. da Dissertação –, as atividades comerciais que realizavam também foram fundamentais para viabilizar a aproximação entre os membros dessa elite, conformando um emaranhado de relações que os aproximava do círculo de poder. Ressaltamos que a opção que fizemos de analisar separadamente as alianças matrimoniais e as relações familiares oriundas das atividades econômicas neste item constituiu-se em mero recurso analítico e que não desconhecemos que ambas se encontravam inter-relacionadas, como procuramos demonstrar através da análise das sociedades estabelecidas por Christiano Jacob Trein e Felipe Carlos Trein.

4.2.2 Trocando alianças: as casas comerciais Christian J. Trein & Cia e Carlos Trein & Cia

Quando, em 1878, é realizado o inventário dos bens do casal Trein, devido ao falecimento de Henriqueta Blauth, a casa comercial que Felipe Carlos Trein possuía – e que já podia ser considerada uma das maiores do município – teve o capital – em mercadorias e bens móveis – avaliado, em 14:216\$730 (14 contos, 216 mil, 730 réis). Se somarmos as dívidas ativas, que acreditamos serem da casa comercial – mesmo que o inventário não esclareça a origem destas dívidas – o negócio de Trein valia, ao final da década de 1870, algo em torno de 20 contos de réis (o valor exato, somando mercadorias, bens móveis e dívidas ativas, alcançava 19:702\$503) (TREIN; TREIN, 1878). Entretanto, duas décadas depois, quando foi aberto novo inventário devido ao falecimento de Felipe Carlos Trein, a casa comercial atingira um sucesso inquestionável diante dos números apresentados pela avaliação. Agora, o capital do empreendimento somava, em mercadorias, móveis, dívidas ativas, terras, ações e dinheiro a expressiva quantia de 175:710\$140 (175 contos, 710 mil, 140 réis), dos quais apenas a metade pertencia a Felipe Carlos Trein, já que o empreendimento correspondia a uma sociedade com Adolpho Oderich (TREIN; TREIN, 1899).

Certamente, a expansão dos negócios deveu-se, em grande parte, ao crescimento do mercado consumidor local e à abrangência que as atividades comerciais alcançaram em termos geográficos. Quanto ao primeiro aspecto, deve-se notar que de 1872 a 1900 observa-se um crescimento da população do município de São Sebastião do Caí superior a 131%. Se em 1872, conforme dados do Censo daquele ano, a população municipal era de 10 532 habitantes, o Censo de 1900 revela que o município contava então com 24 346 habitantes (FEE, 1981, p. 109).³³ Quanto ao segundo aspecto – a maior abrangência que suas atividades comerciais alcançaram –, este pode ser comprovado através da relação de devedores da casa comercial Carlos Trein & Cia., pois, ao final do século, muitos de seus clientes eram imigrantes italianos, diferentemente do que ocorria na década de 1870. Se entre os listados no inventário de Henriqueta Blauth Trein, em 1878, não constam sobrenomes de origem italiana entre os que haviam contraído dívidas ativas, na relação de devedores de 1899 aparecem sobrenomes como Rossetti, Pagamini, Saldatelli, Battastini, Antonelli e Benetti, evidenciando a atuação comercial de Trein na região de colonização italiana, localizada mais ao norte de São Sebastião do Caí.

³³ Dado constante do Quadro 1.4.9 População, por sexo, segundo os municípios do Rio Grande do Sul (FEE, 1981, p. 109).

Acreditamos, no entanto, que, além do incremento demográfico e da expansão dos negócios, as relações familiares que Trein estabeleceu após a morte de sua primeira esposa foram determinantes para um crescimento tão significativo nos negócios (observe-se que de 1878 a 1899 o capital avaliado da casa comercial cresceu mais de 891%). O segundo matrimônio de Felipe Carlos Trein foi com Guilhermina Ritter, filha de Jorge Henrique Ritter, e, muito provavelmente, levou à aproximação de Trein com Adolpho Carlos Oderich, casado com Henriqueta Ritter, sua cunhada. A aproximação familiar se refletiu nos negócios – ou foi refletida pelos negócios, não temos como determinar isto exatamente por falta de informações – surgindo então a sociedade entre Felipe Carlos Trein e Adolpho Oderich, tanto nos negócios comerciais de Trein, quanto na fábrica de banha de Oderich, fundada em 1892.³⁴

Também no caso dos negócios de Christiano Jacob Trein podemos constatar uma sociedade que decorreu de relações familiares. Mesmo não tendo conseguido localizar o inventário de Christiano Trein, pudemos contar com informações de algumas obras já clássicas sobre a temática da imigração, como é o caso do trabalho de Jean Roche (1869), no qual a firma que Christiano herdara de seu pai, Francisco Pedro Trein, é correntemente utilizada como exemplo de empreendimento de sucesso dirigido por imigrantes e descendentes germânicos. Como já referido anteriormente, Christiano Jacob Trein casou-se com Elisabete Ritter, outra filha de Jorge Henrique Ritter (transformando-se, assim, em concunhado de seus irmãos Felipe Carlos e Guilherme, casados com outras filhas de Ritter). O casamento ocorreu em 27 de janeiro de 1874 (HUNSCHE; ASTOLFI, 2004, p. 753) sendo que, seis anos depois, em 1880, Christiano firmava sociedade com Henrique Ritter Filho, seu cunhado. Como relatado por Beiser,

O estabelecimento, situado nessa cidade portuária [São Sebastião do Caf], que teve importante papel no escoamento de mercadorias coloniais no início do século XX, e que fora fundado em 1869 por Franz Peter Trein, pai de Christian Jacob Trein, passou a chamar-se “Trein e Ritter” a partir da chegada do novo sócio (BEISER, 2009, p. 10).

³⁴ O inventário de Felipe Carlos Trein revela que ele possuía, em 1899, 15:970\$000 (15 contos, 970 mil-réis) como parte da fábrica de banha de Adolpho Oderich, enquanto metade do capital da casa comercial Carlos Trein & Cia pertencia ao mesmo Oderich. Para mais informações sobre o desenvolvimento dos negócios da família Oderich, ver a descrição que Masson faz da constituição dos “Frigoríficos Nacionais Sul Brasileiros Ltda., que teve na fábrica de banha de Adolpho Oderich sua precursora (MASSON, 1940, p. 64-67).

Em 1888, Ritter deixaria a sociedade, e a casa comercial passou a chamar-se, apenas, Christian Jacob Trein & Cia. Entretanto, como aponta Roche, a empresa comercial de Trein era, fundamentalmente, familiar, uma “dinastia comercial”, de modo que, depois da saída de Ritter, foi com os genros A.J. Renner e Frederico Mentz que Trein estabeleceu sociedade a partir de 1898. Porém, como Renner³⁵ deixou a sociedade em 1911, para dedicar-se a sua empresa têxtil, coube a Trein e Mentz a abertura de uma filial da casa comercial em Caxias e a transferência de sua sede para Porto Alegre. À frente da administração da casa comercial de São Sebastião do Caí – que então se tornara uma filial –, ficou Christiano Jacob Trein, até seu falecimento, em 1916 (ROCHE, 1969, p. 436).

Através do diagrama 5, buscamos demonstrar como as relações econômicas e matrimoniais dos irmãos-vereadores Felipe Carlos e Christiano Jacob Trein foram complementares, servindo para reforçar sua posição econômica e suas relações com outros membros da elite política.

³⁵ Lembramos que no item 3.1.1 deste capítulo já enfocamos a trajetória empresarial de A. J. Renner.

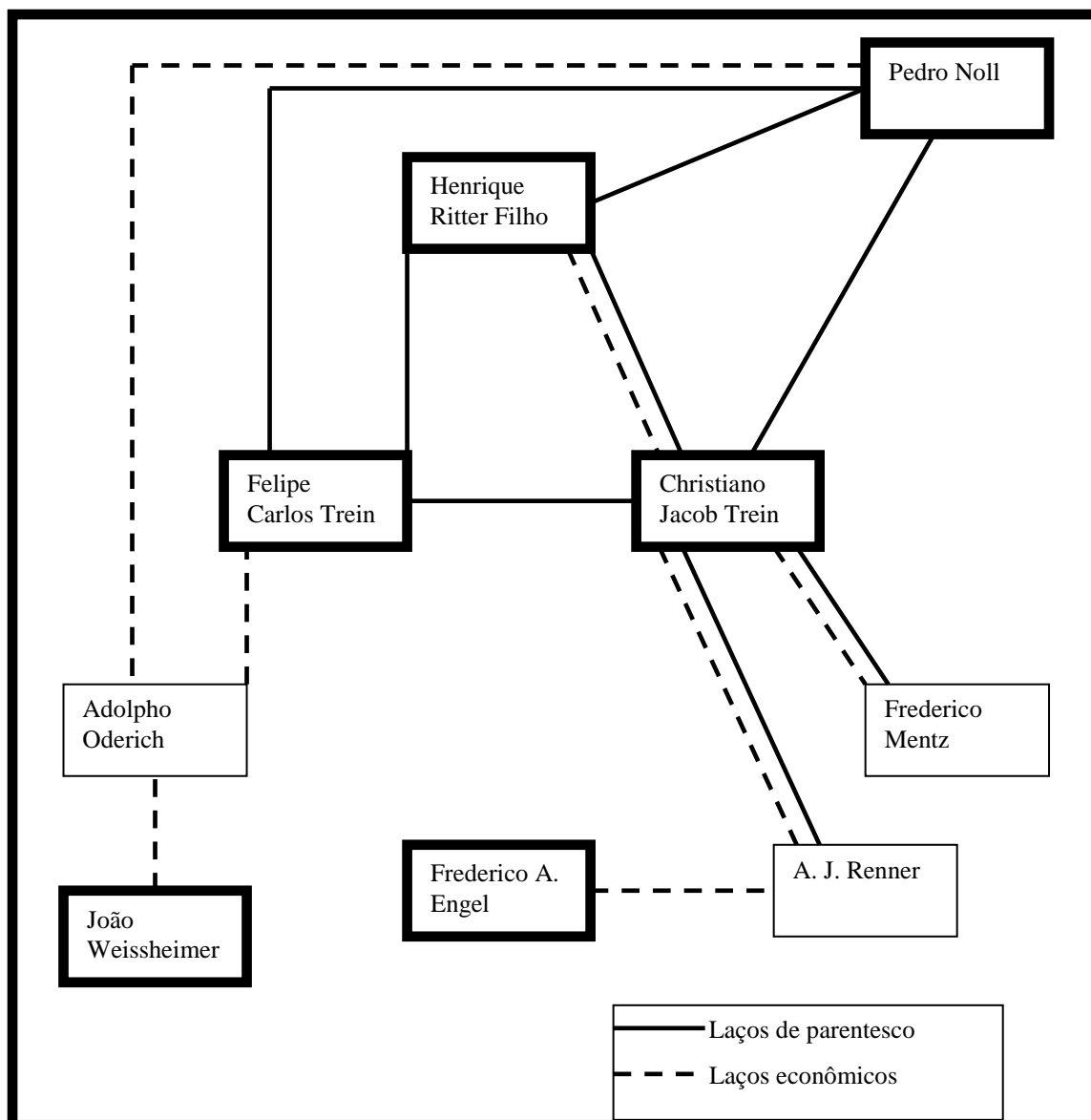


Diagrama 5 - Relações familiares e econômicas dos irmãos Trein
 Elaborado pela autora com base em informações de Beiser (2009), de Roche (1969), de Masson (1940) e de Inventários do acervo do APERS (TREIN; TREIN, 1878; TREIN; TREIN, 1883; TREIN; TREIN, 1899; NOL; NOL, 1899; RITTER; RITTER, 1889; WEISSHEIMER; WEISSHEIMER, 1900; ENGEL; ENGEL, 1904).

Assim, como atestado pelo diagrama acima, relações econômicas serviram para reforçar relações familiares, sendo válido também o inverso. Tais relações levaram a uma maior unidade da elite local, uma vez que proporcionaram uma maior homogeneidade de interesses.

Se, como procuramos demonstrar, relações familiares e econômicas foram centrais para o acesso e para a manutenção da posição privilegiada ocupada por membros da elite política, no próximo subcapítulo abordamos a importância que adquiriram os espaços de

sociabilidade para a manutenção de um status superior e para a sedimentação de relações mantidas por determinados indivíduos e famílias de São Sebastião do Caí.

4.3 Uma elite entre dois espaços: o físico e o simbólico

No primeiro capítulo dessa dissertação, procuramos destacar o processo de transformação de um povoado que, descrito como “deserto” por Langendonck, em meados do século XIX (LANGENDONCK, [1862] 2002, p. 38-39), tornou-se uma vila – dotada de um centro administrativo e de diversas casas comerciais e prestadores de serviços – em menos de cinco décadas.³⁶ Em decorrência desse processo de desenvolvimento e dessa urbanização observou-se tanto um movimento da elite caiense no sentido de garantir presença neste espaço central do município que é o Termo da Vila, quanto a multiplicação de espaços de convivência e de possibilidades de sociabilidade.

Constituem objetivos deste subcapítulo a caracterização da presença da elite caiense na sede municipal – uma presença tanto física, quanto simbólica – e a identificação de alguns dos espaços de convivência e sociabilidade por ela frequentados. Cabe ressaltar que a noção de espaço social – enquanto espaço relacional³⁷ – é central na caracterização que pretendemos expor, na medida em que os entendemos enquanto cenário que viabiliza e dá visibilidade às estratégias da elite. A presença na vila e em espaços de sociabilidade é, por isso, entendida como ação de representação individual e coletiva. Representação individual porque tomada como estratégia de “apresentação de si” e de manipulação da “imagem de si” e “de sua posição no espaço social”, ou seja, de constante reafirmação de sua posição dentro do grupo social. Representação coletiva enquanto estratégia para tornar manifesto o grupo, “sua força, sua coesão, fazê-lo existir visivelmente” (BOURDIEU, 1990b, p. 161-162).

Se família e negócios foram fundamentais para que a elite política caiense consolidasse sua posição de destaque no corpo da hierarquia social – ao capitalizar recursos

³⁶ Como se pode depreender a partir das profissões dos eleitores de 1890, as casas de comércio e de serviços eram numerosas e variadas na vila de São Sebastião do Caí. Só para citar alguns dos alistados moradores do Termo da Vila, para aquele ano: quatro açougueiros, 29 negociantes, cinco ourives e um relojoeiro, um chapeleiro, oito sapateiros, seis alfaiates, dois advogados, um hoteleiro e dois músicos, o que, apesar de não representar com exatidão o número de estabelecimentos existentes, fornece uma boa dimensão do grau de desenvolvimento da sede municipal (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1890). Os dados referem-se somente àqueles que tinham direito de voto, de modo que é bem provável que o número para cada profissão seja superior.

³⁷ A noção de espaço social que empregamos é a proposta por Pierre Bourdieu, para quem ela corresponde às próprias relações, como um modo de aproximação entre os membros de um seletivo grupo social (BOURDIEU, 1990b, p. 153).

de outras áreas para o campo político – também a aquisição – e a preservação – de seu status de deus através do espaço ocupado tanto no plano físico, quanto no plano do simbólico. Pode-se dizer que a presença no Termo da vila – um espaço físico – manifestava-se assim, como uma representação individual da posição privilegiada ocupada no espaço social.

4.3.1 Ser visto: a presença no Termo da Vila

Pode-se afirmar que o “morar na Vila” constituiu-se, sem dúvida, em uma das estratégias utilizadas pela elite caiense para destacar-se socialmente. Afinal, residir na Vila significava “ser visto”, garantindo o reconhecimento pelos demais setores da sociedade e, conseqüentemente, legitimando uma posição de destaque. Pudemos constatar que, ao menos para dezoito dos trinta e oito vereadores, o fato de “morarem na Vila” – no distrito-sede – colaborou para que estes conquistassem um posto político.

Na figura 15 apresentamos uma representação do espaço físico ocupado pela elite no termo-sede do município. Como se pode perceber pelo esquema montado através do cruzamento de informações constantes em inventários *post-mortem* com a planta da vila de São Sebastião do Caí, os membros da elite municipal estavam conscientes da importância da presença neste espaço que era central no município, espaço (físico) símbolo da autoridade, já que era na vila que estava centralizada a administração do município.

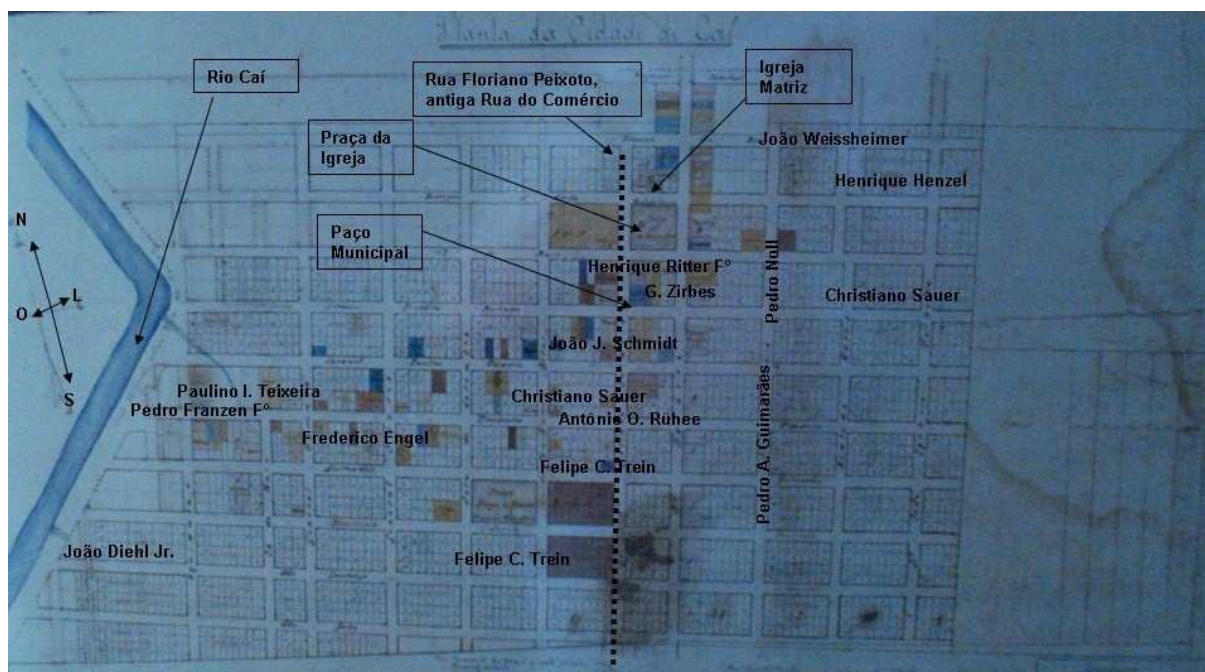


Figura 15 - Planta da Vila de São Sebastião do Caí com localização de algumas propriedades da elite municipal (1890)³⁸

Elaborado pela autora com base em planta da Vila de São Sebastião do Caí, pertencente ao Acervo Secretaria da Fazenda, Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí e com dados de Inventários do acervo do APERS e de atas camarárias (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1886).

Como se pode observar, a partir dos nomes constantes na planta, apesar de alguns dos vereadores que possuíam propriedade na vila serem originários de distritos do interior, não se furtaram de adquirir propriedades neste espaço privilegiado. Ao consultar os inventários *post-mortem* dos vereadores moradores de distritos do interior, observamos que estes buscaram adquirir bens de raiz no termo da Vila de São Sebastião do Caí. Assim, por exemplo, Paulino Ignácio Teixeira, morador de Santana do Rio dos Sinos, possuía um terreno na Vila, próximo ao rio Caí (TEIXEIRA; TEIXEIRA, 1891, APERS). Já João Jacob Schmidt, morador de São José do Hortêncio, era proprietário de metade de um sobrado na vila, de uma estrebaria e mais quatro terrenos, localizados próximos ao Paço Municipal (SCHMIDT; SCHMIDT FILHO, 1890, APERS). Por sua vez, Henrique Ritter Filho, também originário da paróquia de São José do Hortêncio, construiu uma casa em frente à praça da Igreja (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1880] 1876-1886, f.53-53v). Outros dois vereadores, moradores do distrito de Santa Catarina da Feliz também possuíam imóveis no termo-sede. Pedro Noll era proprietário de um terreno avaliado em sete contos de réis (NOLL; NOLL, 1899, APERS) e João Weissheimer,

³⁸ Cabe esclarecer que a figura contempla as propriedades sobre as quais foi possível obter informações mais precisas e refere-se a apenas alguns vereadores, razão pela qual, a presença da elite, com certeza, era ainda maior na sede municipal do que sugere a figura que apresentamos.

por sua vez, era dono de metade de cinco terrenos na vila e de uma pequena casa (WEISSHEIMER; WEISSHEIMER, 1900, APERS). Assim, mesmo mantendo suas propriedades nos distritos de origem, estes membros da elite adquiriram bens imóveis na vila de São Sebastião do Caí.

O que mais chama a atenção nesta planta é a localização das propriedades. Apesar da dificuldade em localizar com precisão as quadras em que estavam localizados os bens imóveis – afinal, nem sempre os inventários descreviam com exatidão a sua localização, ao que se somou a diversidade de denominação de ruas e sua alteração ao longo dos anos – conseguimos, ao menos de maneira aproximada, identificar os locais que, preferencialmente, foram ocupados pela elite. Constatou-se, portanto, uma maior ocupação em torno da área em que estava localizada a Igreja Matriz, a praça principal (em frente à Igreja) e o Paço municipal. A rua localizada do lado oeste da Igreja e da Praça – que se encontra destacada na planta por um pontilhado – também aparece como área em que estavam localizadas muitas das residências da elite. Esta rua denominada Floriano Peixoto na planta que data de 1890, originalmente, recebeu o nome de rua do Comércio, provavelmente, em alusão à natureza das atividades que nela se concentravam. Também se constata a presença da elite na área próxima ao rio Caí, junto ao porto ali localizado, o que pode ser justificado pelo intenso movimento comercial.

Mara Silva, ao analisar o sentido simbólico da ocupação da área central da cidade, tomando por objeto de estudo a região de Campos de Cima da Serra (RS), aponta que, em fins do século XIX e início do XX, a praça principal de uma cidade ainda se constituía em elemento central do ordenamento urbano, já que era em torno dela que se encontravam edificados os elementos mais importantes do espaço urbano, a saber: a Igreja, o Paço Municipal e as casas de membros da elite. A praça, segundo Mara Silva, desempenhava, neste contexto, uma função simbólica, já que se constituía em “espaço no qual se contrapõe, em um singular equilíbrio, dois poderes políticos: a igreja e a autoridade” (SILVA, 1996, p. 131), cada qual localizado, no caso de São Sebastião do Caí, em uma das quadras laterais da praça, uma ao norte e outra ao sul. A tendência de ocupação do espaço pela elite caiense corresponde, portanto, à significação simbólica a que se refere Silva, mas também à funcionalidade do local, por ser a área próxima à Igreja, um setor da povoação privilegiado em termos de “concentração de gente, de atividades e de negócios”, como já observado por Marx para a ocupação das cidades no período colonial (MARX, 1991, p. 27).

Identifica-se, assim, uma clara distinção entre o status decorrente da inserção no espaço urbano e aquele obtido no espaço rural, na medida em que o primeiro trazia

reconhecimento social e prestígio político. No caso do Rio de Janeiro, Muaze constatou que o espaço urbano adquiriu a função de “vitrine social” para as famílias que habitavam o espaço mais rural (MUAZE, 2006, p. 211). Do mesmo modo, Ana Maria Mauad destaca a posição de centralidade que a Corte – enquanto espaço urbano – adquiria para aqueles que viviam em fazendas: “para os negócios do café, tratamentos de saúde, compras na rua do Ouvidor, idas ao teatro e aos salões, a corte sempre era a referência do espaço de excelência dos fazendeiros” (MAUAD, 1997, p. 211-212). Assim, também no caso de São Sebastião do Caí, observamos uma contraposição entre o espaço mais urbano e central – a Vila – e o espaço mais rural e periférico – os demais distritos – compreendendo, assim, que para a elite local a compra de imóveis na vila funcionava, utilizando as palavras de Muaze, como um “investimento em diferencial social, prestígio e cabedal familiar” (MUAZE, 2006, p. 211) e ainda uma ampliação na possibilidade de estabelecer novas relações.³⁹

Verifica-se, deste modo, que são os elementos do sistema político e econômico que determinaram a estruturação do espaço da Vila. A preferência de ocupação da elite era a área central, influenciada pelo simbolismo político que esta área condensava, e a área próxima ao rio, denotando a importância econômica – local de mais intenso movimento comercial – desta região. Eloísa Ramos, a partir do caso de Pelotas, observa um processo de “transferência da elite rural para as cidades, no século XIX”, decorrente, em grande medida, dos “investimentos que a elite fez para dotar o centro urbano de espaços de representação condizentes com o seu grau de riqueza” (RAMOS, 2006, p. 428). Cabe lembrar que já nos referimos a esse fenômeno no capítulo anterior, quando tratamos das casas de moradia, dos imponentes sobrados e das residências que se destacavam das demais por sua refinada arquitetura e simbolismo. A partir da localização urbana das casas da elite evidenciada na figura 10 referendamos a observação feita por Ramos: “É possível dizer, então, que as casas eram carregadas da simbologia do poder econômico e político. Elas tinham, além da função de abrigo, a de serem representações do poder e do prestígio de seu dono” (RAMOS, 2006, p. 428).

Mas, não era somente fisicamente que esta elite queria se fazer e, efetivamente, se fazia presente no Termo-sede. O fato ocorrido numa sessão da Câmara Municipal no ano de

³⁹ Assim, também é possível compreender a compra de imóveis em Porto Alegre, capital da província e depois do estado, como um meio de estabelecer relações exteriores e conquistar uma sociabilidade mais ampliada, que, então, poderia aumentar o prestígio da família. Mas, também era este um meio da elite “atualizar-se no tocante à moda, comportamento, cultura e política”, já que a capital funcionava não só como centro administrativo, mas também comercial, para onde primeiramente afluíam as tendências importadas da Corte (MUAZE, 2006, p. 209). Esta é a interpretação que Muaze faz para a compra efetuada por Joaquim Ribeiro de Avellar de uma residência na Corte. Segundo a historiadora, com esta aquisição o Visconde de Ubá passou a possuir duas residências. Uma na vila de Paty do Alferes, onde estava situada a fazenda Pau Grande e outra no Rio de Janeiro, na Rua do Catete (MUAZE, 2006, p. 209).

1882 dá-nos a dimensão das inúmeras estratégias que estes indivíduos empregavam, sobretudo a partir do lugar privilegiado que ocupavam – na Câmara Municipal –, para garantir presença, para ser visto e ser lembrado.

No dia 26 de agosto de 1882, estavam reunidos, no Paço da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, os vereadores Tenente Coronel Paulino Ignácio Teixeira, Major César José Centeno, Coronel Antônio José da Rocha Júnior, Carlos Eckert e Guilherme Zirbes. Como havia ocorrido várias vezes naquele ano, os vereadores reuniram-se para discutir e decidir sobre questões relativas ao município. Naquele dia, questões orçamentárias, ofícios da Presidência da Província e requerimentos da população integravam a pauta da reunião camarária. Ao lermos a Ata da sessão, chamou-nos a atenção o fato de que, naquele dia, os vereadores decidiram mudar o nome de algumas ruas do município, como se pode constatar no trecho que abaixo transcrevemos:

A Camara, sob indicação do Senhor Presidente, resolveu dar nova denominação as ruas e praças desta Villa, a saber: Rua do digo a saber: Praça da Igreja por praça dom Pedro Segundo; rua do Commercio por rua do Conselheiro Gaspar Martins; rua de Santo Antonio por rua do Tenente Coronel Guimarães; rua do presidente por rua Dr.º Pantaleão Paulo Pereira; rua Sete de Setembro por rua Dr.º Camargo; rua de São Pedro e São Paulo por rua do general Ozório; rua do fiscal por rua do general Camara; rua de São Luiz por rua do Visconde do Rio Branco; rua de São Francisco por rua do senador Henrique d'Avila; rua de São Bernardo por rua de Bernardo Matheus; rua Clara por rua **Coronel Rocha Junior**; rua do Rosário por rua do Tenente **Coronel Paulino Ignácio Teixeira**; continuando com as mesmas denominações as ruas da Praia, do Riachuello, de São Lourenço, ficando a rua do banhado com o nome de rua Sete de Setembro, ficando o Senhor procurador autorizado a fazer a necessária despeza para ser levada a effeito a mesma resolução (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1882] 1876-1886d, f. 113v-114, grifo nosso).⁴⁰

A resolução da Câmara, à primeira vista, não causa estranheza, já que era de sua alçada dar nome às ruas. Que a Praça da Igreja passasse a ser denominada Praça Dom Pedro Segundo, é compreensível, afinal, era uma homenagem ao então Imperador do Brasil; do mesmo modo, a mudança de rua do Comércio para rua Conselheiro Gaspar Martins reflete o contexto político vivenciado, já que à época, o Partido Liberal detinha a maioria nas composições camarárias, sendo grande a admiração que os liberais do município tinham por Gaspar Silveira Martins, o líder deste partido.⁴¹

⁴⁰ Assinaram a ata desta sessão os vereadores Paulino Ignácio Teixeira, na condição de Presidente da Câmara, César José Centeno, Carlos Eckert, Antônio José da Rocha Júnior e Guilherme Zirbes.

⁴¹ Entre os cinco vereadores presentes naquela sessão, temos informação acerca da filiação partidária de três, todos membros do Partido Liberal, o que esclarece a opção pelo nome de Silveira Martins.

O mesmo é válido em relação à rua São Francisco que, a partir de, então, passou a ser rua Senador Henrique d'Ávila, uma homenagem ao liberal que entre 1880 e 1881 foi Presidente da Província. Já a explicação para a alteração de denominação da rua Santo Antônio para rua Tenente Coronel Guimarães, parece-nos consistir em homenagem a um ilustre de uma das primeiras famílias de origem luso-brasileira que se estabeleceu no local no início do século XIX. A mesma justificativa pode ser dada à troca de nome da rua São Bernardo por rua Bernardo Matheus, também um dos primeiros moradores da região. Mas, o que chama mais a atenção na decisão da Câmara foi que duas ruas passaram a receber o nome de vereadores daquela legislatura: Coronel Rocha Júnior e Tenente Coronel Paulino Ignácio Teixeira.

Qual teria sido a intenção dos vereadores em aprovar a nova denominação para duas ruas do município? Apesar de os vereadores não terem registrado em Ata quais foram as suas motivações, pode-se supor que, com tal decisão, estivessem criando um referencial simbólico para o município, pois como observa José Murilo de Carvalho, “Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua um panteão cívico” (CARVALHO, 1990, p. 55).

Com muita propriedade, Tahis Nívia de Lima e Fonseca aponta que tanto a criação, quanto o enraizamento de mitos políticos⁴² “devem ser entendidos na concretude das experiências e das referências sociais que “naturalizam” a sua aceitação, permitindo sua circulação, seu reconhecimento e facilitando sua apropriação” (LIMA E FONSECA, 2002, p. 440). No caso específico dos dois vereadores, a construção do mito poderia ter uma clara intenção: ao ter seu nome como denominação de alguma rua da vila – e lembremos que a vila constituía a sede municipal, local de grande circulação de pessoas – os dois vereadores iriam garantir um lugar na memória dos eleitores. Além do mais, o fato de constarem como nome de rua de certo modo legitimava seu poder diante da população que assim os reconheceria como pessoas importantes no município, equiparados que estavam, então, às tradicionais famílias Matheus e Guimarães e a líderes políticos como Silveira Martins e General Osório, que também foram homenageados.

A intenção aqui não é a de discutir o êxito que tal tentativa de mitificação possa ter tido, afinal, para tal análise necessitaríamos de um olhar na longa duração, uma vez que os

⁴² Segundo Girardet, o mito corresponde a uma “fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real” (GIRARDET, 1987, p. 13), de modo que não significa que seja uma mentira. Na realidade, como bem observado por Araújo, “o mito não é necessariamente um discurso que procura ‘falsear’ a realidade”, sendo, antes de mais nada, caracterizado por seu “caráter essencialmente histórico”, ou seja, vinculado ao presente (ARAÚJO, 2010, p. 30). Lynn Hunt, por sua vez, nos oferece uma inovadora proposta de análise da Revolução Francesa, privilegiando o simbólico, os rituais e os gestos, afirmando que “O exercício do poder sempre requer práticas simbólicas”, denotando que “Não é possível governar sem história, sinais e símbolos que, de inúmeros modos tácitos, transmitam e reafirmem a legitimidade de governar” (HUNT, 2007, p. 78).

mitos, entendidos enquanto representação “são parte integrante das experiências sociais, culturais e políticas” (LIMA E FONSECA, 2002, p. 441), que não podem ser analisadas a partir de um curto recorte temporal.⁴³ Queremos, apenas, apontar que a elite fez-se presente na vila também no plano do simbólico, através do qual buscou definir, como no caso de uma mitificação de Rocha Júnior e Teixeira, o segmento social componente da elite do município: um setor ligado ao comércio ou oriundo de famílias proprietárias de terras e que sustentava títulos militares.⁴⁴

Assim, como pudemos constatar, a presença na vila fez-se não somente fisicamente, mas também simbolicamente. E foi, também, através de distintas formas de sociabilidade que estes mesmos indivíduos ampliaram suas relações com outros setores sociais, reforçando os laços internos ao próprio grupo.

4.3.2 Explorando espaços de sociabilidade

Clubes étnicos ou políticos, casas de bailes e comunidades religiosas constituíram-se, ao final do século XIX, em espaços relacionais nos quais os membros da elite podiam reafirmar seu pertencimento ao grupo hegemônico, assim como expressar o prestígio acumulado e ampliar as relações para além dos limites municipais. Baseados no conceito de sociabilidade, tão em voga na historiografia que busca atentar para as ações dos indivíduos no

⁴³ Acreditamos que a eficácia da construção mítica de Paulino Ignácio Teixeira pode ser inferida na manutenção – até os dias de hoje – da denominação que foi dada à rua do Rosário, em 1882, ocasião em que passou a chamar-se rua Paulino Ignácio Teixeira. Já no caso da Rua Coronel Rocha Júnior, alguns poucos anos depois, em 1890, esta teve seu nome alterado para Rua Pinheiro Machado. É importante ressaltar que a eficácia do mito depende diretamente de sua aceitação social. Refletindo sobre a questão da recepção do mito político, Araújo considera que sua aceitação ou rechaço “estão intimamente vinculados à sua compreensão. Por esse motivo, todo mito político possui um caráter essencialmente histórico, relacionando-se com o meio presente ao qual é veiculado” (ARAÚJO, 2010, p. 30), tal qual o entende Girardet, para quem o mito “exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos” (GIRARDET, 1987, p. 13). Ao entender o mito político como um “empreendimento manipulador”, Girardet considera que este só pode esperar atingir seus objetivos onde existir, “nos setores da opinião que ele se esforça por conquistar, uma certa situação de disponibilidade, um certo estado prévio de receptividade. O que significa, entre outras coisas, que em sua estrutura, em sua forma como em seu conteúdo, a mensagem a ser transmitida deve, para ter alguma possibilidade de eficácia, corresponder a um certo código já inscrito nas normas do imaginário” (GIRARDET, 1987, p. 51). Esta idéia de existência de um espírito receptor de que fala Girardet está presente na interpretação que faz Giovanni Levi na obra *A herança imaterial*, ao explicar o entusiasmo camponês diante das pregações de Chiesa. Para Levi, a pregação de Chiesa teve aceitação naquele contexto, em função do sistema cultural existente, dos conceitos de sanidade e doença imperantes no século XVII (LEVI, 2000, p. 75-75).

⁴⁴ Este corresponde, pois, em parte, ao perfil que traçamos no capítulo anterior para a elite política caiense do quartel final do século.

cotidiano, buscamos identificar e analisar o papel desempenhado por alguns dos possíveis espaços de sociabilidade frequentados pelos membros da elite caiense ao final do século XIX.

4.3.2.1 Considerações introdutórias

Cabe esclarecer que, ao propormos esta incursão nos espaços de sociabilidade no município de São Sebastião do Caí, num período que abrange, essencialmente, as quatro décadas finais do Oitocentos, estávamos conscientes, tanto dos desafios que enfrentaríamos para demarcar alguns dos espaços de sociabilidade frequentados pela elite caiense – dada a escassez de informações a este respeito nas fontes que consultamos –, quanto das possibilidades que esta abordagem poderia oferecer para a análise das estratégias que permitiram que estes indivíduos adentrassem nos círculos de poder.

O conceito de sociabilidade tem se modificado ao longo dos anos, sobretudo a partir de uma maior aproximação com as demais Ciências Sociais, que levou os historiadores a encararem, efetivamente, a sociabilidade como uma categoria de análise (CALDO; FERNÁNDEZ, 2008, p. 81-82).⁴⁵ Se, no campo da Sociologia, a reflexão sobre o conceito deve-se, entre outros a Simmel, Gurvitch, Gofmann e Weber, como apontado por Navarro, no campo da historiografia, foi Maurice Agulhon que, na década de 1960 passou a utilizar o conceito.⁴⁶ Trabalhando com as mudanças das formas e espaços de sociabilidade, Agulhon

⁴⁵ Javier Navarro chama a atenção para o fato de é preciso levar em consideração a dupla condição do termo sociabilidade. Primeiramente, como categoria normativa historicamente datada, “usada por actores del pasado (y que nos sitúa em los orígenes de la modernidad)”; e, por outro lado, como categoria analítica, utilizada pelas Ciências Sociais no século XX (NAVARRO, 2006, p. 100). Enquanto categoria normativa, Navarro aponta que a palavra sociabilidade aparece na França no século XVII e no século XVIII, se difunde para outros países. O conceito era, neste contexto, utilizado para dar conta “tanto de las relaciones cotidianas sino del objetivo que ellas deben perseguir; la compañía o la convivencia con otros. La sociabilidad es el fundamento de la vida común; el lazo racional y la cortesía aparecen así como constituyentes del vínculo social”. Navarro ainda completa que “La Ilustración insistirá em la sociabilidad natural del hombre y en ésta como fundamento de una comunidad” (NAVARRO, 2006, p. 101). Enquanto categoria analítica, a aparição do conceito na História está diretamente relacionada à reestruturação da disciplina a partir da História Social. O conceito encontrou, logo de início, grande resistência entre os historiadores, sendo que alguns o consideravam uma “moda” historiográfica fadada a não vingar. Outros consideravam que o conceito poderia ser coberto por outros conceitos como associacionismo e redes. Cláudia Quaquarelli, no artigo *Sociabilidades e relações afetivas entre os gêneros do universo popular*, aponta, baseada em Jean Baechler as inúmeras formas como autores definiram o uso deste conceito: alguns, como “princípio das relações entre os indivíduos e a capacidade de formação de grupos”; outros, como “relações específicas estabelecidas em associações particulares”; e, mais recentemente, como redes derivadas das relações entre indivíduos (QUAQUARELLI, 1999, p. 39-40).

⁴⁶ Em 1966, Agulhon lançava a primeira edição de *La sociabilité méridionale*, obra na qual o autor, ao tratar da sociabilidade provincial, abre a discussão acerca do conceito e indica “un atajo conceptual innovador por donde acceder y enriquecer com nuevas luces tanto la historia social como la política” (CALDO; FERNÁNDEZ, 2009, p. 4). Partindo das críticas que lhe foram dirigidas a partir desta obra, Agulhon reformulou o conceito, de modo

ampliou o conceito para “una acepción mas extensa y abierta, incorporando no solamente las asociaciones, sino también otros aspectos menos formalizados de la vida social y asimilándose finalmente al estudio de ámbitos como, por ejemplo, el de la vida cotidiana” (NAVARRO, 2006, p. 104). Como aponta Baechler, para Agulhon, então, “a sociabilidade indica seja a capacidade associativa em geral, seja as associações particulares que são os salões, os círculos, os clubes, os cafés, onde os homens encontram um meio de serem sociáveis”, ou seja, capazes de manter relacionamentos com os seus semelhantes, de procurar companhia (BAECHLER, 1995, p. 65). Assim, baseados em Maurice Agulhon e nas concepções que, mais recentemente, Sirinelli tem atribuído à sociabilidade⁴⁷, é que procuramos analisar mais alguns aspectos da capacidade relacional da elite caiense.

4.3.2.2 Festas, clubes e bailes

No dia 9 de novembro de 1889, cerca de três mil pessoas participaram da festa organizada pelo governo imperial no Rio de Janeiro para receber um ministro e os oficiais da marinha chilena. Tratava-se do Baile da Ilha Fiscal que, nas palavras de Ana Maria Mauad, “assinala o fim do Império”, tendo se tornado um grande acontecimento social, merecendo comentários nos jornais do dia 16, mesmo depois de proclamada a República (MAUAD, 1997, p. 229).

Este foi, sem dúvida, apenas mais um dentre os tantos eventos sociais que marcaram a vida na Corte, ao longo da segunda metade do século XIX. Durante o Segundo Reinado, a sociedade brasileira, segundo Wanderley Pinho, “se tomou da febre das reuniões, dos bailes,

que as associações não são mais tomadas como sinônimo de sociabilidade, mas passam a ser tomadas como uma forma específica de sociabilidade. É a dissociação entre sociabilidade e associacionismo que permite, então, a Agulhon, analisar as diversas possibilidades de sociabilidade, desde a da nobreza e a burguesa, até a sociabilidade popular, como faz em *Historia Vagabunda*, cuja primeira edição data de 1988. Conforme Caldo e Fernández, “desde Agulhon la sociabilidad refiere a los sistemas de relaciones cuya naturaleza, el nivel de sujeción de los miembros, número de integrantes, estabilidad no se hallan estrictamente pautadas, pero que provocan la vinculación y la gestación de sentimientos de pertenencia-solidaridad entre los integrantes. Así, el concepto se iba a distinguir por la amplitud y la ambigüedad haciendo coincidir em él, tanto las experiencias de sociabilidade recreadas em asociaciones formales – con estatutos, comisiones directivas, locales fijos de reunión, etcétera – como así también situaciones de agrupamiento informal como los cafés, las tabernas, los paseos públicos, etcétera” (CALDO; FERNÁNDEZ, 2009, p. 4).

⁴⁷ Segundo Sirinelli, “a palavra sociabilidade reveste-se, portanto, de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular” (SIRINELLI, 2003, p. 252-253). Neste sentido, para Sirinelli, segundo aponta Mansur Barata, “o espaço de sociabilidade é, ao mesmo tempo, ‘geográfico’ e ‘afetivo’ [...]” (BARATA, 2006, p. 23). Geográfico, no sentido de que as relações, pautadas na adesão e/ou rejeição dão-se num espaço comum, em que é criada uma “coesão ideológica”; e afetivo porque se refere aos laços – muitas vezes, sentimentais – que unem um dado grupo (SIRINELLI, 2003, p. 253).

dos concertos, das festas”, e em cada bairro eram organizados clubes e sociedades (PINHO, 1959, p. 105). Para Lilia Schwarcz, foi a partir das décadas de 1840 a 1860 “que se cri[ou] uma febre de bailes, concertos, reuniões e festas” e os teatros passaram a se tornar locais “para ver e ser visto” (SCHWARCZ, 1998, p. 111). Tais costumes refletiam a influência das modas européias, sobretudo, de países como França e Inglaterra, sobre a elite brasileira.

Ao analisar as formas de sociabilidade do Rio Grande do Sul oitocentista, Eloísa Ramos não deixa de observar esta influência, mas ressalta a necessidade de considerarmos as especificidades que a sociabilidade assume em cidades bastante distintas. Neste sentido, afirma que

Considerando que a sociabilidade está imbricada nas condições econômicas e políticas dos habitantes, é mister ter em conta que ela vem no bojo dessas condições, mas é acrescida de distintas bagagens culturais e de costumes que poderiam ser inscritos na história de longa duração, que também acompanha os diferentes atores sociais urbanos. Em cada vila ou cidade do Rio Grande do Sul, no século XIX, é possível perceber esse processo de integração/segregação (RAMOS, 2006, p. 444).

Assim, as formas de sociabilidade da elite caiense eram, em grande medida, muito diferentes daquelas vivenciadas pela elite brasileira frequentadora da Corte. Mesmo em relação a Porto Alegre ou a cidades então mais desenvolvidas do Rio Grande do Sul, como Pelotas – alvo da análise feita por Ramos – é possível observar significativas diferenças. Nesta última, conforme Ramos, espaços de sociabilidade já existiam desde a primeira metade do século (RAMOS, 2006, p. 428).⁴⁸

Então, diante de tal cenário, quais teriam sido os possíveis espaços de sociabilidade frequentados pela elite caiense? Primeiramente, deveríamos destacar aquilo que Mauad denomina de “eventos relativos aos momentos especiais do cotidiano” (MAUAD, 1997, p. 212), como casamentos, aniversários, batizados e velórios, momentos que proporcionavam o encontro daqueles que compartilhavam um mesmo espaço social, que mantinham relações – sejam elas familiares, de negócios, de amizade ou pautadas em outros interesses. Mas, encontros de sociabilidade também podiam se dar no dia-a-dia, mediante a frequência a alguma taberna ou casa de negócios. Como já destacamos anteriormente, a casa de negócios, e também as tabernas, constituíram-se em importantes pontos de encontro, de troca de ideias, de conversas e aproximações não somente entre os moradores locais, mas também entre estes e

⁴⁸ É de 1833 o Teatro Sete de Abril e datam das décadas de 1870 e 1880 os Clubes Comercial e Caixeiral (RAMOS, p. 428).

aqueles que estavam de passagem, como viajantes, carreteiros e tropeiros. A venda não era um espaço frequentado somente pela elite, proprietária destes estabelecimentos comerciais, mas também pelos demais setores da população, de modo que era neste ambiente, dentre tantos outros, que a elite podia estabelecer relações com outros segmentos da sociedade.⁴⁹

Apesar de não serem tão frequentes, os bailes constituíam um dos principais eventos sociais que movimentavam a sociedade local, tanto na vila, quanto nos demais distritos do município. A partir da consulta aos registros de Receita da Câmara Municipal, constatamos que no ano de 1878 foram realizados, em todo o município, 11 bailes e, no ano seguinte, 12. Para o ano de 1885, temos apenas informação do primeiro trimestre, quando então ocorreram 4 bailes. Apesar de não tão expressivo, esse número de bailes expressa uma das opções que tanto a elite, quanto os demais setores sociais dispunham para divertir-se. Alguns deles, inclusive, eram promovidos por membros da elite política, como nos apontam os mesmos registros de Receita da Câmara: no ano de 1878, o comerciante Conrado Hoerlle promoveu um baile na localidade de Arroio Bonito, São José do Hortêncio (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1885, f. 12v); enquanto que em 1879, foi o comerciante Pedro Noll quem o promoveu (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1885, f. 18v). Cabe lembrar que ao tratarmos da casa comercial de Jorge Henrique Ritter, apontamos que a edificação comportava, além de sua moradia e venda, um salão de bailes. Pelo que pudemos perceber, a existência deste ambiente junto às casas de negócio era bastante comum e, como muitos dos membros da elite política eram negociantes, justifica-se o seu envolvimento em tais eventos.

Quanto aos Clubes, pode-se afirmar que alguns já existiam na década de 1870. Nas Receitas da Câmara Municipal localizamos o registro do pagamento de 24 mil-réis de impostos, efetuado por José Vieira, em março de 1879, referentes a duas noites de espetáculos ginásticos na vila, revelando, assim, uma faceta da vitalidade da vida social em São Sebastião do Caí (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1885, f. 15v). Helena Fortes, por sua vez, em obra alusiva ao centenário de São Sebastião do Caí, refere a existência de uma Sociedade de Atiradores Alemã na vila de São Sebastião, fundada em 1880 (FORTES, 1975, p. 47). A partir do inventário de Pedro Noll, datado de 1899, foi possível constatar também a existência de um clube em um distrito do interior. Trata-se da Sociedade Alemã de Tiro – *Deutscher Schützen Verein* – fundada a 15 de novembro de 1890, da qual Noll, sócio-fundador, possuía

⁴⁹ A ideia de que a elite necessitava constituir relações não somente internas ao grupo hegemônico de que fazia parte, mas, também, externas, com outros setores da sociedade, aparece também na análise de Ilmar Rohloff de Mattos. O autor afirma que a manutenção da *Ordem* e a difusão da *Civilização*, objetivos da elite dirigente saquarema no século XIX, “impunham, assim, àqueles que pretendiam exercitar uma direção o estabelecimento de nexos com as famílias que compunham a ‘boa sociedade’, assim como, embora secundariamente, com aqueles segmentos sociais subalternos” (MATTOS, 1987, p. 283).

20 ações no valor de 50 mil-réis (NOLL; NOLL, 1899).⁵⁰ Ao analisar a sociabilidade em Pelotas, no século XIX, Beatriz Ana Loner considera que a participação em clubes – como uma alternativa de sociabilidade – “poderia ampliar o universo de relações das pessoas que os integravam, ampliando seu capital social e trazendo lucros posteriores” (LONER, 2002, p. 8).

Mais ativamente, a elite caiense participou da constituição de comunidades religiosas. Até a década de 1870, diante da falta de um templo para a realização de missas e ministérios sacerdotais, estes eram realizados nas casas de importantes famílias da povoação, como a da família Guimarães (RABUSKE, 1985, p. 19-20). A realização dos ofícios religiosos nas casas de membros do que já se delineava como uma elite local – pelo seu prestígio – servia para denotar a posição de destaque que estas famílias ocupavam. Já na década de 1870, período em que se deu a construção da Igreja Matriz de São Sebastião do Caí, pode-se observar o envolvimento de membros da elite na construção do templo. A família Guimarães envolveu-se diretamente, pois, segundo Piccolo (1989, p. 134), foi Antônio Guimarães quem doou o terreno para a construção da Igreja Matriz. Quando em 1872, o bispo D. Sebastião Dias Laranjeiras nomeou uma comissão para tratar da edificação de uma capela em Porto do Guimarães, entre os membros desta estavam o Tenente Coronel Antônio José da Silva Guimarães (Júnior) – como presidente da comissão – e Christiano Sauer.⁵¹ O mesmo Sauer e César José Centeno – ambos eleitos vereadores posteriormente – integraram, em 1878, a comissão – nomeada pela Câmara Municipal – encarregada de receber do governo provincial a renda da loteria que deveria auxiliar na construção da Matriz (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1878] 1876-1886c, f. 24v).

Acreditamos que seja fundamental também considerar que o contexto imigratório imprimiu à região uma outra característica peculiar, diferenciando-a das vilas luso-brasileiras, isto porque a afluência de imigrantes alemães para a região ao longo do século XIX não somente transformou etnicamente a população, como também inseriu um novo credo religioso, a religião luterana. Assim, não demorou para que surgissem, também em São Sebastião do Caí, comunidades luteranas, e foi à frente de tais comunidades que encontramos uma parcela – teuta e luterana – da elite caiense. Quando em 1860 foi inaugurado o edifício da igreja evangélica de Linha Nova, o tesoureiro da comunidade era Jorge Henrique Ritter que, antes da construção da casa paroquial, havia hospedado em sua própria residência – em

⁵⁰ A partir de 1917, a Sociedade Alemã de Tiro passou denominar-se Sociedade Esportiva; em 1968, seu nome passou a ser Sociedade Cultural e Esportiva Feliz (SOCEF), denominação mantida até hoje (SOCEF, 2006).

⁵¹ A comissão nomeada pelo Bispo D. Sebastião Dias Laranjeira era formada pelo Tenente Coronel Antônio José da Silva Guimarães Guimarães (Júnior), Francisco Anschau, Lino José dos Santos Machado, Cristiano Sauer e Luís Halbappé (RABUSKE, 1985, p. 60-61).

que também funcionava a venda – o pastor Heinrich W. Hunsche, encarregado do atendimento espiritual daquela comunidade (HUNSCHE, 1981, p. 43). Já em São José do Hortêncio, foi Francisco Pedro Trein quem assinou em 5 de fevereiro de 1868 – na condição de presbítero da comunidade de São José do Hortêncio – a Ata que nomeava Heinrich Hunsche pastor daquela comunidade (HUNSCHE, 1981, legenda figura 14).

Mas a liderança comunitária, algumas vezes, ia muito além da fundação de comunidades religiosas locais. No caso de Jorge Henrique Ritter e Frederico Arnoldo Engel, suas atuações nos Sínodos luteranos exprimem não somente a capacidade de liderança que haviam adquirido localmente – que poderia reverter em vantagem no campo político – como também revela sua capacidade de estabelecer relações que extrapolavam os limites do município.

Em 1868 foi realizado o 1º Sínodo da Igreja Evangélica do Rio Grande do Sul, sob a liderança do Pastor Dr. Hermann Borchard (HUNSCHE, 1981, p. 184). Após o fracasso desta primeira tentativa de unificação da Igreja Evangélica no Rio Grande do Sul – tendo as discussões e desacordos que giraram em torno da adesão ao Conselho Diretor Evangélico de Berlim (OKR) – um novo Sínodo foi realizado em São Leopoldo, em 1886⁵², por iniciativa do Pastor Wilhelm Rotermund.⁵³ No Sínodo de 1868, representando a comunidade evangélica de Linha Nova, esteve o negociante e cervejeiro, Jorge Henrique Ritter – pai do vereador Henrique Ritter Filho – enquanto que no Sínodo de 1886, Frederico Arnoldo Engel representou a comunidade de São Sebastião do Caí.

⁵² Este novo Sínodo diferenciava-se, em linhas gerais, do Sínodo de 1868 pelos posicionamentos defendidos por seus líderes. Segundo Hunsche, em 1868, o Pastor Borchard defendia “uma ordem sinodal enérgica”, destituindo as comunidades de qualquer autonomia, enquanto que o Sínodo presidido pelo Pastor Wilhelm Rotermund “Dava agora toda autonomia às comunidades obrigando-as, assim, a assumir responsabilidades” (HUNSCHE, 1981, p. 190)

⁵³ Segundo Martin N. Dreher, Wilhelm Rotermund emigrou para o Brasil em 1874, com o objetivo de tornar-se pastor da Comunidade de São Leopoldo, tarefa que assumiu de 1874 a 1918 (DREHER, 1984, p. 89). Acerca do Sínodo de 1886, escreve Gertz: “[...] veio a tornar-se, por muitos anos, a organização eclesiástica que congregou a maior parte dos luteranos do Rio Grande do Sul, e que em 1949 se associou a sínodos de outros estados brasileiros, na Federação Sinodal, denominada desde 1952 de Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; em 1968, os sínodos se fundiram, definitivamente, numa só igreja nacional luterana, com o mesmo nome (IECLB)”. Ainda segundo Gertz, o Sínodo de 1886 “representou uma certa institucionalização da atividade eclesiástica luterana no estado” (GERTZ, 2002, p. 29). Para mais informações sobre o Sínodo Rio-Grandense ver Dreher (1984, p. 89-125) e Hunsche (1981, p. 184-192).



Figura 16 - Pastores e representantes comunitários por ocasião do Sínodo de 1886⁵⁴
 Fonte: Dreher (1984, p. 95).

A presença destes dois líderes comunitários nos Sínodos parece revelar mais uma faceta da atuação da elite que estamos analisando. Assim como a profissão, a liderança comunitária – e religiosa – pode ter sido utilizada por tais indivíduos para promover também ganhos políticos, sendo, conseqüentemente, válido o entendimento que Bourdieu (1989, p. 190-191) faz sobre a possibilidade de reconversão do capital acumulado em um dado domínio – no caso, a liderança religiosa e comunitária – para outros domínios, como a política.

4.3.2.3 *Um clube republicano: entre a política e a sociabilidade*

A 25 de setembro de 1900 era fundado o Clube Republicano “14 de julho” no município de São Sebastião do Caí. O nome do Clube é uma referência à data da promulgação da Constituição Rio-Grandense de 1891, texto que tinha por base o próprio projeto de Júlio de

⁵⁴ Lamentavelmente, não foi possível identificar Frederico Arnoldo Engel na fotografia.

Castilhos.⁵⁵ Em um primeiro momento, pode parecer que o clube tinha exclusivamente fins políticos, como se depreende do artigo 1º de seu Estatuto, aprovado a 14 de novembro de 1900: “[...] tem por fim, no município, a união e o engrandecimento do partido republicano que obedece á suprema direcção do Dr. Julio Prates de Castilhos” (CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO, 1900, f. 1). Entretanto, ao analisarmos melhor o Estatuto, podemos constatar que sua função excedia o âmbito estritamente político para constituir-se em um promotor de sociabilidade entre seus membros, como evidenciado no Artigo 2º:

Art. 2º. O Club, sempre que julgar conveniente, encarregar-se-á da qualificação e fiscalização eleitoraes, nomeando as commissões districtaes que julgar necessárias; e promoverá, a juizo da Directoria, e sempre que os recursos permittirem saraus e divertimentos aos seus associados, e admitirá os jogos permittidos (CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO, 1900, f. 1v).

Assim, além da finalidade política – evidente, afinal, o clube atuaria diretamente na qualificação e fiscalização eleitorais – também era sua função constituir-se em espaço de sociabilidade, ou seja, através do clube, os sócios poderiam exercer sua “aptitude de viver em grupos” (AGULHON Apud CALDO; FERNANDEZ, 2008, p. 83). Wanderley Pinho, referindo-se à Corte na segunda metade do século XIX, destacou essa estreita ligação entre sociabilidade e política: “Os salões do segundo reinado exerceram êsse [sic] grande papel de moderadores do canibalismo das facções, e não poucas vezes favoreceram, dentro dos partidos, as conciliações, prevenindo rompimentos, cicatrizando dissidências, mantendo a unidade disciplinada dos grandes corpos políticos, sem a qual não era possível o regime representativo parlamentar” (PINHO, 1959, p. 12).

Como pudemos constatar, o Clube 14 de Julho atuou efetivamente como promotor de uma sociabilidade cultural no município, já que entre suas funções estiveram a de promover saraus e divertimentos (CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO, 1900, f. 1v, Artigo 2º), além da formação de uma biblioteca (CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO, 1900, f. 5, Artigo 18).⁵⁶

⁵⁵ Se tomarmos o conceito de Agulhon para uma associação formal – ou seja, uma associação com sede, estatuto e regras rígidas (AGULHON, 1994, p. 56) – constataremos que o Clube 14 de Julho pode ser classificado em tal categoria, já que possuía tais características, como analisaremos mais adiante.

⁵⁶ No artigo 18 do estatuto ficava explícito que o Clube teria uma Biblioteca, já que determinava as funções do Bibliotecário do Clube: “I. Organisar a biblioteca, zelar pela sua conservação e promover o augmento; II. Catalogar os livros; III. Ter sob sua guarda os livros, revistas e jornais” (CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO, 1900, f. 5). Infelizmente, não possuímos maiores informações sobre os livros, jornais e revistas que formavam o acervo dessa biblioteca. Mas, podemos deduzir que a biblioteca fosse importante para o clube já que possuía, além do bibliotecário, um funcionário adjunto que, na ausência do primeiro, exercia suas funções.

Acreditamos que esta faceta mais cultural pode ter sido uma forma de atrair a participação de mais membros da sociedade caiense e, assim, reforçar o partido a nível municipal. Isto parece mostrar também que, por mais que o Clube 14 de Julho tenha tido fins políticos – ou que estes tenham sido os de maior relevância – havia a preocupação de promover e/ou facilitar o acesso ao conhecimento aos seus associados. Como bem aponta Marco Morel, “Uma das premissas profundas é perceber que as associações não são sempre unifuncionais, mas podem cumprir simultaneamente várias funções sociais”, de modo que, não raro, “As dimensões econômica, filantrópica, pedagógica, corporativa, política e cultural podem encontrar-se imbricadas numa mesma instituição” (MOREL, 2001, p. 5).

Mas, quem participava ou podia participar deste clube? Clubes, círculos e associações, sobretudo, as formais, que possuem um estatuto com regras e normas, são caracterizados por pautarem-se em princípios de inclusão e exclusão de seus membros. No caso do Clube 14 de Julho não há qualquer cláusula no seu estatuto que condicione diretamente a participação no clube à filiação no Partido Republicano. Entretanto, quando o Artigo 3º afirma que “Com exceção dos menores de 21 annos, só podem ser socios os cidadãos eleitores, de reconhecida idoneidade moral” (CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO, 1900, f. 1v), pode-se entender que esta dita “idoneidade moral” estava condicionada também à filiação partidária, já que “A proposta para admissão de sócios deve ser assignada por dous sócios e apresentada á Directoria a quem cabe aceitar ou rejeitar, com recurso, porem do proponente, para a Assembléia geral” (CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO, 1900, f. 2v, Artigo 6º). Assim, mesmo que no artigo 3º não esteja claro que o clube aceitava sócios em função da filiação ou simpatia partidária, no artigo 8º, que versa sobre a eliminação de sócios, esta condição parece estar explicitamente imposta nesta passagem: “Serão eliminados os sócios que se declararem ostensivamente hostis ao partido e os que votarem cidadãos adversários do mesmo partido” (CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO, 1900, f. 2v).⁵⁷ Em relação a este princípio de exclusão de sócios, Sandra Fernández alerta que a condição de sócio de uma associação, no contexto do século XIX, tinha muito em comum com o pensamento liberal, para quem a cidadania não era outorgada de forma igualitária para todos os membros da sociedade. Assim, ao analisarmos associações existentes neste período não devemos pensar que fossem abertas, democráticas e justas na incorporação dos membros. Por certo, o Clube 14 de Julho era frequentado essencialmente por uma parcela da elite local – parcela esta simpática ao Partido

⁵⁷ O Artigo 8º do Estatuto do Clube Republicano 14 de Julho de São Sebastião do Caí revela uma prática eleitoral muito corrente durante a Primeira República brasileira e que decorria do fato de o voto não ser secreto e da forte pressão exercida sobre os eleitores.

Republicano. Assim, dos 38 vereadores que analisamos, encontramos apenas cinco assinando o Livro de presenças do clube: Orestes José Lucas, Lourenço Dexheimer, Reinhold Feix, Pedro Michaelson e César José Centeno (CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO, 1900-1901).

Do mesmo modo, Fernández aponta que uma característica muito forte das associações, clubes e círculos do século XIX era a hierarquização interna, aspecto que podemos observar no caso do Clube 14 de Julho de São Sebastião do Caí. O Clube era presidido por uma diretoria, havendo diferentes funções para seus membros.⁵⁸ Mesmo que a diretoria concentrasse boa parte do poder de decisão, não é possível afirmar que os sócios em geral estivessem desprovidos de participação, afinal a eles cabia eleger anualmente a diretoria, aprovar a reforma dos estatutos e, em caso da diretoria recusar a entrada de algum indivíduo, era à Assembléia Geral que cabia a decisão final (CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO, 1900, f. 5v-6, Artigo 21).

Mas, além desta hierarquização Diretoria-Sócios, havia outra hierarquização quanto à natureza dos sócios. No Capítulo II, Artigo 3º do Estatuto do clube, os sócios são distinguidos em quatro categorias: sócios fundadores; beneméritos; honorários e contribuintes. Os primeiros reduzem-se aos grupos que haviam assinado a Ata de instalação do Clube, somados aos que haviam se feito representar. Já os beneméritos correspondiam aos que “prestarem relevantes serviços ao partido”; os honorários aos que “prestarem serviços relevantes ao Club, em particular”; e os contribuintes abarcavam, então, todos os demais sócios (CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO, 1900, f. 1v-2, Artigo 3º).

Havia, obviamente, vantagens tanto materiais, quanto simbólicas decorrentes da inserção em um ou outro grupo de sócios. Os sócios fundadores, por exemplo, estavam isentos de pagar – no ato da admissão – a quantia de 5 mil-réis que os demais deveriam pagar ao Clube (CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO, 1900, f. 2, Artigo 4º). Outra diferenciação decorria, curiosamente, do local de residência do associado que determinava o valor da

⁵⁸ A Direção do clube era composta por um presidente, um vice-presidente, dois secretários, um orador, um tesoureiro, um bibliotecário, um adjunto e um procurador. Esta diretoria era eleita anualmente, com exceção do bibliotecário e do adjunto que eram de livre nomeação e demissão da diretoria (CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO, 1900, f. 3, Artigo 11). O presidente tinha importantes funções entre as quais a de presidir as sessões, convocar a Assembléia Geral, autorizar as despesas do clube e nomear e demitir seus funcionários (CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO, 1900, f. 3-3v, Artigo 12). Era do vice-presidente a competência de auxiliar e substituir quando necessário o presidente (CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO, 1900, f. 3v-4, Artigo 13). Os dois secretários concentravam boa parte dos trabalhos burocráticos como fazer as listas dos sócios e as atas das sessões (Artigos 14 e 15). O orador constituía figura central pois era de sua competência “Fazer propaganda, pela palavra, das idéias do Club, sustentando-as quer nas sessões quer nas conferencias publicas” (CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO, 1900, f. 4v, Artigo 16).. A importância deste papel de orador baseia-se, sobretudo, no fato de que, para um clube que tem fins claramente políticos, torna-se central a propaganda e divulgação de seus ideais.

mensalidade e ser paga pelo sócio, como determinava o Artigo 5º: “Os sócios que residirem na villa pagarão a mensalidade de dous mil reis e os que residirem fora da villa pagarão um mil reiz mensaes”. No parágrafo único deste mesmo artigo ficava determinado que “Os cidadãos que residirem fora do município e que quiserem fazer parte do Club pagarão somente no acto da admissão a joia de cinco mil réis”, de modo que estariam isentos de uma mensalidade (CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO, 1900, f. 2). Como interpretar esta diferenciação? Dentre as possibilidades de explicação, acreditamos que a mais plausível seja a de que consistiu em estratégia empregada para angariar sócios em localidades de todo o município – e não somente junto aos residentes na sede – como também fora do município, visando o fortalecimento do clube. O artigo 9º criava mais uma diferenciação, ao determinar que também os sócios honorários estavam “isentos de qualquer contribuição”, assim como passavam a ter “asento e voto na Assembléia geral” (CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO, 1900, f. 2v).

Entretanto, como já apontado, as vantagens de pertencer a um ou outro grupo de sócios estava circunscrita também a benefícios simbólicos. Os sócios beneméritos e os honorários teriam seus nomes inscritos “em um quadro de honra que se conservará no salão mais nobre do Club”, constituindo-se em reconhecimento de prestígio desfrutado dentro do próprio grupo social (CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO, 1900, f. 2v-3). Reconhecimento que era fundamental, uma vez que:

todo membro do grupo tem interesse em sua manutenção e na melhoria de sua posição individual. Assim, cada novo indivíduo agregado ao grupo representa um risco em potencial, tanto para a configuração interna das forças, quanto para a manutenção das características definidoras do grupo e de sua própria situação na sociedade (LONER, 2002, p. 2).

Mas, o que levava os indivíduos, durante o século XIX, a associarem-se a clubes, fossem eles político-partidários ou não? No caso específico do Clube 14 de Julho, os interesses políticos parecem ter sido significativos. Para Sandra Fernández, dentre as motivações para a associação, estava a possibilidade de

los distintos sectores de la población podían intentar satisfacer necesidades concretas surgidas de las nuevas relaciones económicas y sociales: construir lazos de pertenencia y solidaridad; representar y defender intereses sectoriales; desarrollar

actividades recreativas, festivas, y culturales; actuar colectivamente en el espacio público (FERNÁNDEZ, 2006, p. 15-16).

Se, nem sempre eram as motivações materiais que orientavam a associação, contava muito fortemente o prestígio que a filiação a uma determinada organização conferia. Como apontado por Fernández, muitas das associações, sobretudo as de elite, tinham muito cuidado na admissão de sócios, possuindo estatutos que regulamentavam claramente o perfil dos seus sócios, criando assim normas de inclusão e exclusão (FERNÁNDEZ, 2006, p. 16-17).⁵⁹

Apesar das escassas informações que obtivemos da documentação que consultamos, pudemos constatar que o período alvo de nossa análise foi, na verdade, o momento de criação e de organização dos espaços de sociabilidade e de lazer em São Sebastião do Caí. Tendo em vista os objetivos deste subcapítulo, priorizamos a identificação dos espaços sociais frequentados pela elite caiense – espaços que, além de favorecerem as relações intra e extra-elite, reafirmaram e demarcaram a sua posição de superioridade – e das estratégias por ela utilizadas – promoção de bailes, criação de clubes e a atuação comunitária – para a manutenção de seu prestígio e a ampliação das relações sociais.

No próximo item, faremos uma incursão nas teias que a elite tramou a partir de sua atuação na Câmara Municipal. Se, como vimos até agora, a natureza das relações mantidas por essa elite foi bastante diversa, a análise que segue se concentrará na sua atuação no âmbito da Câmara Municipal, enfocando a distribuição de benesses, a busca de vantagens para si, enfim, a utilização de mecanismos, tanto junto à população do município, quanto junto às instâncias superiores de poder, que visavam a sua manutenção enquanto elite política. Se, até aqui, destacamos alguns dos recursos empregados para a *construção de redes* que facilitaram o acesso de determinados indivíduos ao poder, a partir de agora, o *locus* de análise passará a ser a própria Câmara Municipal, na medida em que a partir dela, a elite acionou suas redes, a fim de capitalizar recursos para seu próprio benefício.

⁵⁹ Isso parece explicar porque muitas das instituições tinham exclusivamente homens no quadro de seus associados, como foi o caso do Clube 14 de Julho.

4.4 As relações tecidas a partir do poder público: a Câmara Municipal como espaço relacional institucionalizado

A elite local necessitava ter seu poder reconhecido – e, portanto, legitimado – tanto pela população local, quanto pelas autoridades superiores. O reconhecimento pela população local fazia-se, fundamentalmente, através dos pleitos eleitorais. Tanto Victor Nunes Leal (1975, p. 105-134), quanto Richard Graham (1997, p. 103-104) já apontaram para a tradição da eletividade no sistema brasileiro.⁶⁰ O fato de ser reconhecido pelo conjunto de cidadãos locais referendava seu prestígio e sua capacidade de acumular aliados – afinal, como lembra Graham, “O tamanho da clientela era a medida de um homem” (GRAHAM, 1997, p. 40) –, ou seja, referendava o poder que estes indivíduos detinham, já que era um poder que lhes era concedido por delegação.⁶¹ Já o reconhecimento pelas esferas mais elevadas de poder dependia, em grande medida, da inserção das lideranças locais em uma hierarquia clientelista maior e de sua capacidade de negociação com aqueles que estavam em níveis mais elevados desta hierarquia.⁶² Para angariar o número necessário de votos e, assim, ter acesso aos cargos camarários, os homens da elite caiense fizeram uso de diversas estratégias já discutidas no segundo capítulo, tais como compra de votos e fraudes eleitorais. Mas, dentre todas as estratégias, interessa-nos, neste momento, analisar uma que se vincula diretamente com a temática das relações – objeto deste capítulo –, qual seja, a distribuição de benesses e a troca de favores enquanto práticas “clientelistas” oportunizadas pelo exercício do cargo camarário. Deste modo, o objetivo deste subcapítulo que encerra a Dissertação é analisar algumas das relações que a elite teceu a partir da Câmara Municipal.

Se analisarmos mais detidamente o final do século XIX – momento em que o Brasil já contava com uma estrutura administrativa constituída e os valores liberais se impunham – fica

⁶⁰ Em interessante artigo que busca avaliar a função do voto dentro da política autoritária borgista, Gunter Axt demonstra como, apesar das inúmeras intervenções promovidas pelo governo estadual nas eleições municipais, estas foram mantidas – com suas variáveis legais e extralegais –, já que tinham por função expressar o consenso que dava legitimidade ao governo e poderiam servir para “a projeção da política regional no cenário nacional” (AXT, 2001b, p. 210). Neste artigo, Axt explicita como funcionavam as eleições no período da República Velha, destacando a legislação vigente, os processos de qualificação de eleitores e os inúmeros mecanismos utilizados pelo governo republicano para garantir a vitória nos pleitos (AXT, 2001b, p. 175-216).

⁶¹ Esta questão já foi tratada no item 4.1.1, a partir da compreensão de Bourdieu (1990a).

⁶² No capítulo 3 – Eleições e Clientelismo – da obra *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*, Richard Graham demonstra como as instâncias mais elevadas do governo eram dependentes da política local (GRAHAM, 1997, p. 103-136). Inserir-se na hierarquia clientelista, neste sentido, correspondia à capacidade dos líderes locais em tornar sua própria existência imprescindível a Ministros, Conselheiros e Deputados, ou seja, era provando sua capacidade de angariar votos a nível local, garantindo a vitória nas eleições daqueles indicados pelo poder central, que as lideranças locais passavam a assumir importante papel na rede de relações clientelistas, exigindo em troca, o atendimento de suas reivindicações.

muito difícil imaginar que as relações de poder estavam unicamente baseadas no que Xavier e Hespanha denominam de uma “economia do dom”, ou seja, onde *o dar, receber e restituir* eram atos que “cimentavam a natureza das relações sociais e, a partir destas, das próprias relações políticas”, de modo que “o dom podia acabar tornando-se um princípio e epifania de Poder” (XAVIER, HESPANHA, 1993, p. 382). Se, por um lado, a economia do dom, que regeu as relações no Antigo Regime, não era mais a lógica aceita pelos novos valores vigentes, por outro, a lógica *do dar, receber e retribuir* sobreviveu em algumas práticas e estratégias da elite neste período. Foram, pois, as práticas clientelistas que permitiram a sobrevivência de relações pessoais no âmbito do poder político.

De fato, o clientelismo – enquanto relação desigual entre indivíduos, que pressupõe a existência de trocas, laços de dependência e proteção, baseada na distribuição de favores – foi, sem dúvida, a marca maior da política brasileira no século XIX. Richard Graham, que dedicou importante obra à análise desta prática, sustenta que “O clientelismo constituía a trama de ligação política do Brasil no século XIX e sustentava virtualmente todo o ato político” (GRAHAM, 1997, p. 15), demonstrando, pois, como esta prática estava inserida na própria estrutura das relações pessoais e institucionais brasileiras.

Alguns contemporâneos otimistas, acreditando na moralização da política brasileira, devem ter acreditado que, com a derrocada do Império e de seu modelo de organização da estrutura administrativa, a prática teria sucumbido. Ledo engano. Afinal, mesmo com um novo modelo de organização estatal, baseado no federalismo, as práticas clientelistas não só foram mantidas como, inclusive, institucionalizadas em um sistema então denominado coronelismo.⁶³ No Rio Grande do Sul, em que o período inicial da República foi marcado por

⁶³ No clássico *Coronelismo, Enxada e Voto* (1975), cuja primeira edição data de 1949, Victor Nunes Leal define o coronelismo não como sobrevivência de um hipertrofiado poder privado colonial, mas sim como uma “forma peculiar de manifestação do poder privado” (LEAL, 1975, p. 20). José Murilo de Carvalho, ao trabalhar com os conceitos de coronelismo e clientelismo, toma-os como fenômenos relacionados, mas não sinônimos, estabelecendo entre eles diferenças pontuais. Apoiado na análise do clássico trabalho de Victor Nunes Leal, Carvalho aponta o coronelismo como um sistema político “datado historicamente”, já que resultante da combinação de um fato político – o federalismo da Primeira República – com a conjuntura econômica (de decadência dos fazendeiros), tendo este contexto alterado as relações de forças entre Estado e proprietários rurais, resultando no fortalecimento do poder do primeiro (CARVALHO, 1997, p. 1-2). Victor Nunes Leal entende, pois, o coronelismo “como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”, complementado que “é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil” (LEAL, 1975, p. 20). Assim, se, por um lado, coronelismo é um sistema político, Carvalho aponta que o clientelismo, ao contrário, não constitui um sistema político, mas sim um tipo de relação entre atores políticos. Expoente em estudos sobre clientelismo, Richard Graham sustenta que este sistema constitui-se, na verdade, em uma cultura política quando afirma que “O clientelismo, como forma de cultura política, continua a talhar ainda hoje as decisões no Congresso, no judiciário e nas atividades cotidianas de todos os níveis da administração pública”. (GRAHAM, 2003, p. 1). Esta opinião é compartilhada por Alexandre Mendes Cunha

grande instabilidade política, em decorrência das disputas acirradas entre republicanos e federalistas, foi a prática coronelista que em grande medida garantiu a sustentação no poder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR)⁶⁴ que, quando da proclamação da República em 1889, contava com uma pequena quantidade de adeptos.⁶⁵

e Marcelo Magalhães Godoy que consideram a cultura política como conceito central para entender o clientelismo, uma vez que é ela que pode explicar sua permanência no tempo (GODOY, CUNHA, 2004, p. 10). Uma segunda diferenciação entre coronelismo e clientelismo está relacionada à sua circunscrição temporal: enquanto o primeiro tem sua existência delimitada ao contexto da Primeira República, sucumbindo após 1930, o clientelismo constitui um tipo de relação que se estende por toda história política brasileira, portanto não restrito a um período. No livro *A Gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático* (1999), Edson Nunes trabalha com os padrões institucionalizados de relação entre sociedade e o Estado no Brasil, tendo por foco de estudo o período pós-1930. Para o autor, existiram quatro modelos de relação – por ele denominados de gramáticas – sendo elas o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos. Se as três últimas gramáticas nomeadas são entendidas por Nunes como tendo emergido nos anos 1930, por outra via, o autor define o clientelismo como parte da tradição brasileira, pressupondo sua existência para relações que remontam a períodos anteriores da história do Brasil e que ainda permanecem no século XX. Outra diferença fundamental: o clientelismo dispensa a presença de um coronel, um chefe local que articule as relações: “As relações clientelísticas, neste caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. [...] À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística.” (CARVALHO, 1997, p. 2-3). Por outro lado, apesar de podermos diferenciar clientelismo de coronelismo, estes estão relacionados. Carvalho especifica bem a relação existente: “Não há dúvida de que o coronelismo, no sentido sistêmico aqui proposto, envolve relações de troca de natureza clientelística. Mas, de novo, ele não pode ser identificado ao clientelismo, que é um fenômeno muito mais amplo” (CARVALHO, 1997, p. 2). Entendemos clientelismo e coronelismo, pois, como formadores de redes de poder, sendo que ambos têm como característica comum a existência de uma hierarquia interna às relações, ou seja, as trocas e contatos fazem-se sempre entre desiguais. A hierarquia, então, é intrínseca à própria existência de uma rede de poder, uma vez que implica em “um acerto entre as partes envolvidas e pressup[õe] um conjunto de obrigações morais recíprocas” (GOUVÊA, FRAZÃO, SANTOS, 2004, p. 99).

⁶⁴ Ao final deste capítulo, buscaremos identificar como se deu essa negociação entre o poder republicano castilhistas e os poderes locais, tomando por objeto de análise o caso de São Sebastião do Caí.

⁶⁵ Por muito tempo vigorou, na historiografia hegemônica sul-rio-grandense, a idéia de que o sistema coronelista inexistiu no Rio Grande do Sul, afinal, em terras sulinas não existiram os “coronéis” a exemplo daqueles encontrados em outros estados brasileiros. Entretanto, um revisionismo historiográfico tem trazido à luz a prática coronelista gaúcha, de modo que hoje, é mais do que aceito que no Rio Grande do Sul este também foi um sistema vigorante na Primeira República. Loiva Otero Félix e Gunter Axt são, pois, os expoentes desta discussão. A grande contribuição destes dois historiadores foi a de mostrar que o coronelismo é, pois, um sistema e não pode ser reduzido à figura do “coronel”, de modo que é possível identificar também no Rio Grande do Sul, dominado na Primeira República pela política castilhistas, práticas coronelistas definidoras das relações entre poderes e entre estes e os indivíduos. Loiva Otero Félix afirma que “O RS não só viveu a instituição coronelista, da mesma forma que as demais regiões do Brasil na I República, como a teve de forma peculiar, por seu comprometimento com a classe pecuarista gaúcha, ao contrário da maior parte dos casos conhecidos que estão ligados a uma estrutura agrária” (FÉLIX, 1992, p. 69). Gunter Axt também referenda a existência do sistema coronelístico no Rio Grande do Sul: “Eram muitos os dispositivos de compressão, jurídicos e extralegais, esgrimidos por Borges de Medeiros, mas as redes de compromissos coronelísticos, dentro e fora do partido dominante, também usufruíam seus trunfos, fazendo com que o próprio líder palaciano fosse parte delas” (AXT, 2001a, p. 159). O mesmo autor ainda aponta que “o PRR não passou de um somatório de facções dirigidas por comandos pessoais, em torno dos quais se articulavam redes de compromissos” (AXT, 2001a, p. 104). Portanto, reduzir o sistema coronelista à existência da figura do coronel – a liderança intrínseca ao próprio sistema, segundo Leal (1975, p. 21-22) – seria por demais limitador da complexidade de relações que o coronelismo envolve. Entretanto, é preciso assinalar que se esta interpretação é aceita e vigora hoje como hegemônica, ainda não existe consenso na historiografia gaúcha. Na *Apresentação* de uma obra recente, os organizadores Gunter Axt e Ana Luiza Reckziegel afirmam que, ainda hoje, é possível encontrar, divergências de opiniões no que diz respeito à existência deste sistema no Rio Grande do Sul: “O leitor atento encontrará divergências de interpretação entre os autores. Enquanto alguns afastam a tese de que o sistema coronelista de poder também viveu no Rio Grande do Sul, outros reconhecem que ele esteve presente ao nível das relações de poder, pautando o dia-a-dia do fazer-se política” (RECKZIEGEL; AXT, 2007, p. 11).

Se, até este momento, nos dedicamos à análise das relações mantidas pela elite no cotidiano, privilegiando os espaços familiar, econômico e social, nosso objetivo, neste subcapítulo, é o de analisar as relações da elite política municipal a partir de sua atuação na Câmara Municipal. Para tanto, a análise se divide em dois momentos distintos. Primeiramente, buscamos identificar e analisar alguns dos mecanismos de que dispunham os homens que se ocupavam da vereança municipal para garantir a manutenção dessa rede de favores e dependência. Num segundo momento, analisaremos como essa mesma elite relacionou-se com aqueles que estavam em posição superior na hierarquia do poder, destacando a importância da negociação – como estratégia dessa elite – para a manutenção do poder, sobretudo, em um momento singular como a troca de regime político no Brasil em 1889. Destacamos, em especial, a prática da barganha política, decorrente da posição privilegiada ocupada na sociedade local por esta elite municipal, na relação que manteve com as instâncias mais elevadas de poder.

A extensão de sua rede de relações – ou mesmo a consolidação desta, através da ação camarária – garantia à elite municipal um importante mecanismo de negociação clientelista, cuja existência já foi assinalada por Richard Graham: “Praticamente todo cargo público tinha, por definição, poder para exercer sanções ou conceder recompensas” (GRAHAM, 1997, p. 121). Essa “negociação clientelista”, entretanto, não é de fácil apreensão, uma vez que, muitas vezes, passava por atos tão sutis que são quase despercebidos, sendo de certo modo difícil provar o uso pessoal e eleitoreiro de tais cargos. De todo o modo, a existência de alguns “fragmentos de informações” (GRAHAM, 1997, p. 121), indicando a existência da distribuição de benesses e de negociação entre elite e população e entre elite e instâncias de poderes e líderes maiores permite-nos desvendar alguns destes mecanismos que só os homens que ocupavam a Câmara detinham. A Câmara Municipal revela-se, então, como importante espaço para a análise das redes de poder criadas no âmbito institucional. A partir de “fragmentos de informações” deixados por aqueles que ocuparam cargos na Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, no quarto final do século XIX, analisaremos algumas das prerrogativas que a elite dispunha e das quais se valia – ou a elas recorria com frequência –, procurando, então, identificar alguns destes momentos de prática “clientelística”.

4.4.1 Vantagens para usufruir e benesses a distribuir: práticas clientelistas na constituição de redes de poder

Como vimos no segundo capítulo, mesmo que a Câmara Municipal estivesse inserida em uma estrutura maior de poder, tanto no período imperial, quanto no republicano, a elite política, ao ocupar os cargos camarários, garantia o controle da economia e da sociedade locais. Conseqüentemente, aqueles que integravam a Câmara desfrutavam de uma série de privilégios que garantiam não só a ampliação dos seus próprios ganhos, como a distribuição de benesses àqueles que formavam sua clientela, reforçando, desta forma, seu poder e sua posição simbólica privilegiada. Na continuidade, nos deteremos na análise dos meios empregados pelos vereadores para a consolidação de suas redes de poder e de sua posição de destaque.

4.4.1.1 “por ser negócio de seu particular interesse”: angariando vantagens

Um dos principais problemas enfrentados pelas primeiras formações camarárias de São Sebastião do Caí foi a falta de uma infra-estrutura local que atendesse às necessidades da administração do município. A Câmara nem sequer possuía um edifício no qual poderia realizar suas funções. Mas, além deste, eram necessários também locais que abrigassem a cadeia municipal e o quartel de polícia. O crescimento demográfico e econômico, observado nestes primeiros anos, exigiu a construção de um cemitério e de um matadouro públicos, medidas estas fundamentais para a garantia da saúde pública.⁶⁶ Se, pois, a falta de infra-estrutura foi uma das dificuldades que os vereadores tiveram de enfrentar, as soluções por eles encontradas foram, muitas vezes, utilizadas em benefício próprio ou como forma de ampliar suas redes de poder.

⁶⁶ No Relatório da Câmara Municipal à Assembléia Legislativa Provincial, de 7 de março de 1878 a administração pública apontava que uma das grandes necessidades da vila era a construção de cemitério municipal pois “o que existe é sito em outra freguesia a distancia de 3 legoas, mais ou menos, da mesma Villa”, referindo-se, neste caso, ao cemitério existente na freguesia de Santana do Rio dos Sinos (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1878] 1878, f. 4v). Do mesmo modo que o cemitério, a existência de um matadouro público tornou-se premente como evidencia um episódio ocorrido em 1883, quando o fiscal da Câmara intimou o açougueiro Jacob Fetter, proibindo-o de matar gado junto a sua casa dentro da vila. O açougueiro, não aceitando a intimação, requereu à Câmara que esta construísse um matadouro público e, enquanto isto não fosse feito, pediu autorização à Câmara para continuar abatendo o gado no mesmo lugar, o que a Câmara não permitiu (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1883] 1876-1886, f. 144).

Assim, quando foram realizadas as primeiras reuniões da Câmara Municipal, em novembro de 1876, como não havia um local próprio para que os vereadores pudessem se reunir, a Câmara alugou uma casa, no Termo da Vila, na qual passaram a ser realizadas suas sessões. Depois que esta Câmara foi dissolvida em janeiro de 1877, os novos vereadores que assumiram em maio daquele ano aceitaram a proposta feita pelo proprietário daquele imóvel e mantiveram o aluguel da propriedade. A decisão foi tomada na sessão de 25 de agosto, tendo deixado de tomar parte da votação o vereador César José Centeno “por ser negócio de seu particular interesse” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1877] 1876-1886d, f. 15v), já que era ele o proprietário do imóvel alugado pela Câmara. Com o aluguel, o vereador obtinha grandes vantagens: o local que Centeno alugava à Câmara por um período de quatro anos a 50 mil-réis ao mês – um “salão grande e uma salla e dois quartos ao lado para as sessões da camara e reunião dos jurados” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1877] 1876-1886d, f. 15v) – rendia-lhe 2:400\$000 ao final de quatro anos, quantia bastante significativa.⁶⁷

Este não é o único caso em que podemos encontrar os membros da elite política obtendo vantagens econômicas ao realizar negócios com a Câmara Municipal. Naquele mesmo ano, a Câmara alugava, também na vila de São Sebastião, um edifício no qual instalou a cadeia e o quartel de polícia municipais, pagando 20 mil-réis mensais de aluguel. O proprietário deste imóvel era Guilherme Zirbes, que se elegeria vereador no quadriênio seguinte (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1877] 1876-1886e, f. 18). Eram também de Zirbes os terrenos que a Câmara Municipal adquiriu para a instalação do cemitério público (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1890] 1886-1890e, f. 138) e para a construção do matadouro municipal (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1890] 1886-1890a, f. 149).

Em 1881, terminado o contrato de aluguel da sala – para a realização das sessões – firmado com Centeno, editais foram lançados para que a Câmara pudesse alugar um novo espaço. Dois concorrentes se apresentam na sessão de 28 de junho: João Minabervy que, na condição de arrendatário do edifício de Centeno, oferecia o local para a Câmara pelo valor de

⁶⁷ Para mensurar o significado deste valor, utilizamo-nos de algumas avaliações de bens constantes nos inventários de Emília Angélica Loureiro, esposa do vereador Agostinho de Souza Loureiro, datado de 1876 (LOUREIRO; LOUREIRO, 1876), e de Henriqueta Trein, primeira esposa de Felipe Carlos Trein, datado de 1878 (TREIN; TREIN, 1878) – por corresponderem ao período em questão – cientes de que deste exercício resulta uma comparação apenas aproximada. Assim, com os 2:400\$000 que Centeno adquiria em quatro anos com o aluguel do imóvel para a Câmara ele poderia comprar, por exemplo, dois escravos jovens (Manoel, escravo moço, foi avaliado no inventário de Loureiro em 1:200\$000), ou 80 éguas (avaliadas em 30 mil-réis) ou ainda 1200 porcos (que então valiam 2 mil-réis cada). Caso desejasse investir o capital adquirido com o aluguel na aquisição de imóveis, poderia comprar mais 6 terrenos muito bem localizados no Termo da Vila, próximos à Igreja Matriz. Cabe ressaltar que Trein teve os terrenos que possuía próximo à Igreja na Vila de São Sebastião do Caí avaliados em 400 mil-réis cada.

40 mil-réis mensais⁶⁸, e Luís Manoel Weck, morador da Vila, que propunha alugar sua casa, localizada na esquina da praça da Igreja, mediante o aluguel de 60 mil-réis mensais. Depois de examinar as duas propriedades, os vereadores Pedro Franzen Filho, João Jacob Schmidt, Carlos Eckert e Guilherme Zirbes decidiram, em sessão de 8 de julho de 1881 – com voto contrário de Tristão Rodrigues da Silva e abstenção de César José Centeno, por ser assunto de seu interesse – pela propriedade de Luís Manoel Weck, definindo o valor do aluguel em 50 mil-réis, já previsto no orçamento para tal despesa (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1881] 1876-1886b, f. 83-83v). A decisão tomada pelos vereadores – de preterir a oferta feita por Centeno – além de ser um indicativo das prováveis disputas partidárias e individuais existentes no âmbito da Câmara Municipal, pode também demonstrar a prática de favorecimento e de extensão de benefícios a aliados, como é o caso de Luís Manoel Weck, que – como pudemos depreender da análise do conjunto documental consultado – mantinha boas relações com alguns membros da elite política local, como, por exemplo, João Diehl Júnior que, como veremos adiante, foi seu fiador por ocasião de arrematações de impostos por ele executadas.

Mas, a Câmara tratou de construir um prédio próprio para suas sessões e durante esse processo, tanto a elite, quanto sua clientela obtiveram benefícios.⁶⁹ Em 6 de maio de 1881, através da Lei Provincial nº 1299, a Câmara ficava autorizada a emitir apólices, no valor de 100 mil-réis, ao juro máximo de 8% ao ano, para a construção de um edifício para suas sessões e que também servisse de quartel de polícia e cadeia (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1881] 1876-1886c, f. 78v-79). Na “Conta demonstrativa da despesa da Junta Municipal de São Sebastião do Cahy”, relativa ao pagamento dos juros das apólices, encontramos, entre aqueles que adquiriram apólices financiando a construção do Paço Municipal, os irmãos Lourenço e Pedro de Alencastro Guimarães. O primeiro adquiriu 69 apólices no valor de 100 mil-réis cada, o que lhe rendia, por ano, 552 mil-réis de juros; já Pedro adquiriu 11 apólices,

⁶⁸ Infere-se que esta possa ter sido uma estratégia de Centeno para alugar sua propriedade sem provocar protestos. Como era vereador naquele quadriênio, arrendou a João Minabervy o lance da propriedade em que funcionava a Câmara, para que este, então, oferecesse o local à administração pública.

⁶⁹ Em agosto de 1884, a Câmara decidiu iniciar a construção do prédio da Câmara Municipal, que abrigaria também quartel de polícia e a cadeia municipal. A construção se deu de acordo com a planta feita pelo Engenheiro José da Costa Gama (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1884] 1876-1886b, f. 163v). O pedreiro e carpinteiro Secundino Afonso Abbadim foi contratado para executar a obra, num prazo de 18 meses, pela quantia de 20:319\$218 (20 contos, 319 mil e 218 réis) (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1884] 1876-1886c, f. 165v; SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1884] 1876-1886a, f. 170v), de modo que a 13 de março de 1886, a Câmara recebia as chaves do edifício (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1886] 1876-1886, f. 198v-199). Notamos que no Livro de Registro Patrimonial da Prefeitura de São Sebastião do Caí consta que o edifício foi construído em 1883 (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1938, f. 1). Entretanto, como vimos, as atas das sessões da Câmara Municipal revelam que foi somente em fins de 1884 que se iniciou a construção, findada em fins de 1886. Acreditamos que a data registrada no Livro de Registros Patrimoniais refere-se, pois, ao ano em que a Câmara efetivou a compra dos terrenos de Christiano Sauer.

que lhe rendiam, por ano, 88 mil-réis. Estas informações atestam que membros da elite beneficiaram-se – no caso, a vantagem que desfrutaram foi econômica – durante o processo de estruturação do município. Mas, a construção do Paço Municipal foi também vantajosa para Christiano Sauer, que vendeu para a Câmara três terrenos que possuía na Vila por 2:500\$000 (2 contos e 500 mil-réis), onde então foi construído o Paço Municipal (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1882] 1876-1886, f. 106).

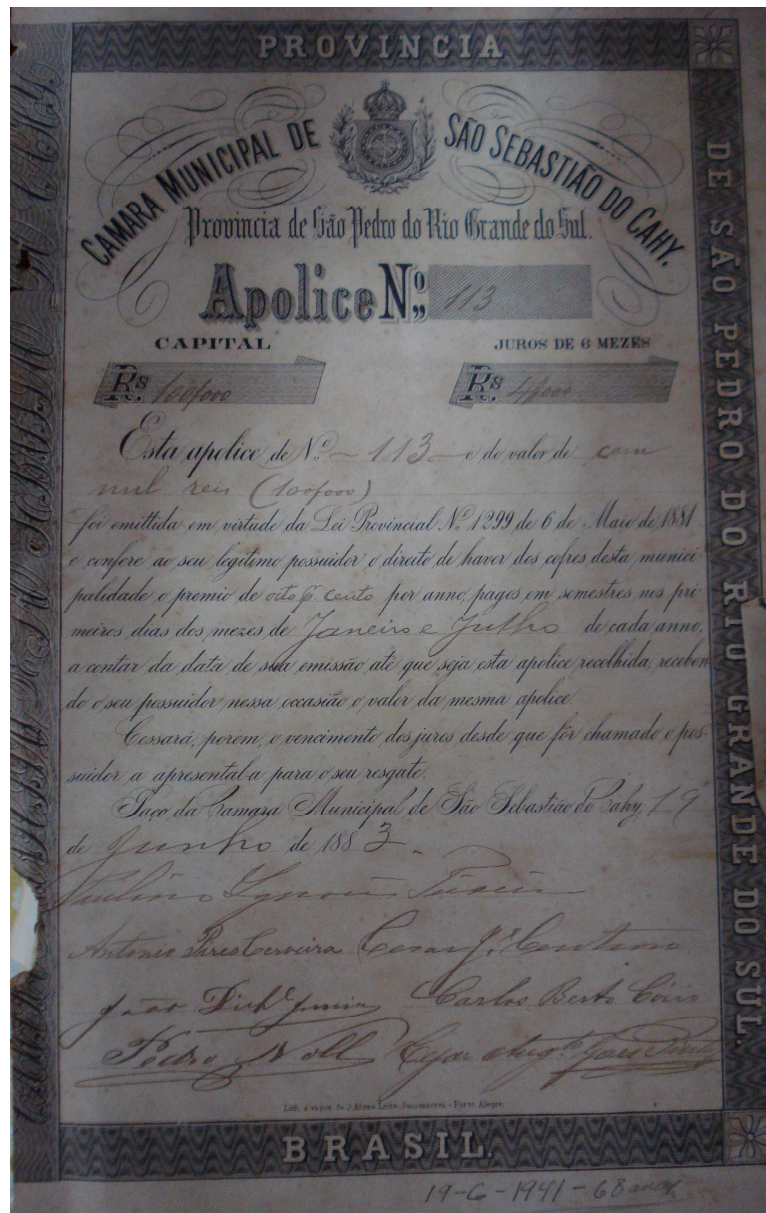


Figura 17 – Apólice no valor de 100\$000 (100 mil-réis) emitida pela Câmara Municipal de São Sebastião do Caí em 1883 para arrecadar verba para a construção da Casa da Câmara, Quartel de Polícia e Cadeia.

Fonte: Acervo AHMBM

Estes exemplos evidenciam que a elite local conseguiu, efetivamente, angariar vantagens para si e para seus aliados ao longo do processo de estruturação do novo município. Além das vantagens econômicas advindas de aluguéis e vendas de terrenos, também a constituição de um aparato burocrático-administrativo para auxiliar no *bom governo* municipal foi essencial. O poder de nomear funcionários garantiu aos vereadores que concentrassem em suas mãos mais um importante mecanismo de manifestação do poder que acumulava.

4.4.1.2 “mediante retribuição razoável”: o poder de nomear os empregados da Câmara

Assim como a necessidade de construção de toda uma infra-estrutura que garantisse a boa governabilidade – Casa da Câmara, Quartel de Polícia, Cadeia, Matadouro Municipal e Cemitério Público – a Câmara também necessitava de empregados que lhe auxiliassem na administração do município. Procurador⁷⁰, secretário, fiscais, médico e vacinador, arruador, porteiro e zelador eram os principais auxiliares dos vereadores. Como foi possível acompanhar a partir das atas camarárias, não existiam critérios específicos para a escolha destes empregados – com exceção do médico, que possuía formação específica – de modo que essas contratações se davam muito mais em função de indicações e preferências pessoais e partidárias dos próprios vereadores do que por critérios de competência. Foi, pois, por indicação do vereador Antônio José da Rocha Júnior que, em 1877, a Câmara Municipal contratou Antônio Maciel da Silva para ser seu secretário (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1877] 1876-1886a, f. 7). A documentação que analisamos revelou que contratações por indicação foram muito frequentes, apontando para a prática corrente do empreguismo pelos membros da Câmara.

O primeiro secretário da Câmara foi Carlos Octaviano de Paula, casado com Emília Loureiro, portanto, genro do vereador Agostinho de Souza Loureiro. Octaviano de Paula deixaria logo o cargo, que veio a ser assumido por Lourenço de Alencastro Guimarães, irmão

⁷⁰ O cargo de procurador municipal era um dos mais importantes, afinal era ele quem respondia pelas finanças do município, sendo o responsável por receber os valores pagos dos impostos e efetuar os pagamentos das despesas. Seu salário variava de acordo com a Receita municipal, uma vez que recebia uma porcentagem sobre a arrecadação realizada. Assim, por exemplo, em 1877, José Ferreira Bastos, procurador da Câmara, recebia 10% sobre o imposto que arrecadava ele próprio e 5% do valor dos impostos que haviam sido arrematados a particulares pela Câmara. Essa quantia era, muitas vezes, bastante significativa. Assim, em 1884, Antônio Raymundo da Silva Flores, então procurador municipal, recebeu em ordenado naquele ano o valor de 1:006\$746 (1 conto, 6 mil e 746 réis), equiparando-se quase ao salário que recebeu naquele ano o secretário da Câmara, que era de 1:200\$000 (1 conto e 200 mil-réis) (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1876-1885, f. 54-64).

do vereador Pedro de Alencastro Guimarães. Como pudemos apurar, outros membros da família Guimarães seriam nomeados para o exercício de serviços públicos. Em sessão da Câmara de 10 de janeiro de 1888, os vereadores incumbiam a Ignácio de Alencastro Guimarães, “mediante retribuição razoável”, de promover o alinhamento e a marcação das ruas do Termo da Vila, contando, para tanto, com o auxílio do arruador e do fiscal da Vila (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1888] 1886-1890c, f. 60).

A nomeação de funcionários nem sempre era decidida de forma unânime pela Câmara. O caso da contratação de Henrique Henzel, para o cargo de procurador, revela as discórdias internas e a mobilização de redes de poder dentro do órgão camarário. Em sessão da Câmara de 12 de agosto de 1878, o procurador José Ferreira Bastos pediu demissão do cargo que exercia desde 1876, para poder assumir novo cargo de Tabelião da Vila de São Sebastião do Caí. Na mesma sessão, a Câmara recebia um requerimento de Henrique Henzel, serreiro na Vila, no qual ele pedia para ser nomeado procurador no lugar de Bastos, que acabara de deixar o cargo. O pedido de Henzel foi aceito, mas provocou discussão entre os edis. O vereador Antônio José da Rocha Júnior votou contra, enquanto Justino Antônio da Silva e Antônio Pires Cerveira “declararão que não tomarão parte na citada nomeação e nem se responsabilizarão pelo resultado della visto que não será o nomeado de suas confianças” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1878] 1876-1886a, f. 28v). Votaram a favor da nomeação de Henzel os vereadores Felipe Carlos Trein, então na condição de presidente da Câmara, João Jacob Schmidt, Conrado Hoerlle e João Weissheimer.

Desvendar o motivo da oposição que se instalara na Câmara naquela sessão é tarefa difícil. Não temos informações acerca da filiação partidária de todos os vereadores em questão para sustentar que o que ocorreu foi uma disputa partidária. Também não temos conhecimento de nenhuma discórdia entre esses indivíduos para sustentar a hipótese de que foram questões de ordem pessoal que dividiram as opiniões dos vereadores. Apenas podemos afirmar que, em 1877, Henrique Henzel foi nomeado procurador não por unanimidade, mas por uma maioria de votos, o que foi possível graças ao funcionamento de uma rede de poder. Lembramos, aqui, ao leitor que quando tratamos das relações familiares e econômicas, demonstramos as inúmeras alianças que a família Trein estabeleceu com outros membros da elite caiense, entre os quais os vereadores Schmidt e Weissheimer. Naquela sessão da Câmara de 1877, percebemos, pois, a mobilização destas relações, funcionando efetivamente como uma rede de poder para garantir a nomeação de Henzel.

Um segundo episódio envolvendo o procurador Henrique Henzel ocorreu em 1882, colocando novamente os vereadores em situação de confronto de posições. Na ocasião,

compunham a Câmara Municipal os vereadores Paulino Ignácio Teixeira, na condição de presidente, César José Centeno, Thomé Pires Cerveira, Tristão Rodrigues da Silva, Antônio José da Rocha Júnior, João Schmidt e Carlos Eckert. O vereador Rocha Júnior – o mesmo que se opôs à contratação de Henzel em 1877 – propôs a demissão do procurador, como registrado na Ata:

Sendo o procurador desta Camara muito demorado a prestar suas contas e apesar de ser bastante rendoso o imposto de exportação do município, como se vê dos tres ultimos exercícius arrematados, ao passo que a administração nos exercícius anteriores a Camara apenas recebeu muito pouco, succedendo o mesmo quanto aos outros impostos; por tudo isto é porque o dito procrador vive desde manhã até a noite constantemente occupado atesta de uma serraria que o distrahe do cumprimento d'aquelles deveres, proponho que seja elle demittido e quanto antes chamado à contas de tudo quanto deve a esta Camara sob as penas da lei (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1882] 1876-1886b, f. 110v).

O presidente da Câmara, vereador Paulino Ignácio Teixeira, pôs a matéria em votação, sendo que todos os vereadores, com exceção de Teixeira, “que não tomou parte na votação”, decidiram pela exoneração de Henzel do cargo e pela nomeação de Antonio Raymundo da Silva Flores, “ficando o ex-procurador obrigado a prestar contas e a pagar o que legalmente estiver a dever a esta municipalidade, dando-se, sob indicação do mesmo Senr. Vereador Coronel Rocha Júnior, disto parte ao Dr. Juiz de Direito da Comarca” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1882] 1876-1886b, f. 111). Isto parece evidenciar que, em 1882, não mais atuava a rede que, em 1877, havia sido mobilizada na Câmara para contratar Henzel. Daquela rede, somente Schmidt permanecia como vereador e, mesmo ele, acabou votando a favor da exoneração.

O fato, mesmo sendo grave, já que dele resultou até um processo judicial, parece não ter abalado o prestígio político de Henzel. Na eleição municipal para o quadriênio de 1887 a 1890, Henzel acabou sendo eleito suplente de vereador, sendo que, se no primeiro ano – 1887 – só assumiu como vereador em duas sessões, nos anos seguintes, até a dissolução da Câmara pelo governo republicano em 1890, atuou efetivamente como vereador.

Diante deste quadro, consideramos oportuna a reflexão de Edmundo Zenha que, apesar de restringir sua investigação ao período colonial, remete para a importância que o acesso à Câmara Municipal poderia representar para a elite local. O autor afirma que “Se os cidadãos notáveis da Colônia não se furtaram ao ônus do cargo edílico é de crer-se que assim agiram porque a instituição que os reclamava era realmente útil” (ZENHA, 1948, p. 138).

Como não recebiam ordenado pelas funções camaristas, as vantagens auferidas pela presença na Câmara poderiam ser de outra ordem, como aqui apontamos. Garantir presença na Câmara Municipal era não somente uma forma de externar o prestígio que dado indivíduo possuía, como também a maneira de concentrar novos meios que potencializassem o acúmulo de vantagens econômicas e políticas. Era a partir do lugar ocupado na Câmara que a elite exercia o ato de “dar” que, nas palavras de Xavier e Hespanha, correspondia a “um investimento de poder, de consolidação de certas posições sociais ou a uma estratégia de diferenciação social” (XAVIER, HESPANHA, 1993, p. 388), referendando, assim, a afirmação de Graham de que “Os políticos do século XIX estavam principalmente (mas não totalmente) preocupados com o favor, distribuindo-o ou buscando-o, ou freqüentemente ambas as coisas” (GRAHAM, 2003, p. 2).

3.4.1.3 “a quem melhores vantagens oferecesse”: o sistema de arrematação

A concessão de serviços públicos a particulares é prática herdada da própria administração portuguesa, como aponta a historiadora Helen Osório:

A prática vigente nas monarquias do Antigo Regime europeu, de ceder a particulares, por meio de contratos que eram arrematados, a prerrogativa de cobrar direitos, negociar com exclusividade algum produto ou abastecer alguma região ou instituição, foi trasladada às colônias. Essas operações fiscais e comerciais implicavam a concessão de um privilégio, de um monopólio, [...] (OSÓRIO, 2001, p. 109-110).

A prática reservava à administração pública uma série de vantagens como “[...] a execução e fiscalização da cobrança de impostos por territórios geograficamente vastos e dispersos [...]” vendo-se livre assim do ônus da “[...] montagem de um aparelho burocrático mais amplo [...]” (OSÓRIO, 2001, p. 109), além de poder contar antecipadamente com a renda paga à vista ou em prestações pelo arrematante. Isto facilitava, também, uma melhor projeção e planificação do orçamento que estaria à disposição da gestão municipal naquele período administrativo. Esta modalidade de cobrança de impostos municipais foi também adotada pela Câmara Municipal de São Sebastião do Caí nos tempos iniciais de seu funcionamento, momento em que contava somente com o procurador como agente autorizado

para realizar tal serviço. Assim, se no ano financeiro de 1877-1878 foi o procurador da Câmara quem efetuou a cobrança de impostos, nos demais anos a Câmara lançou editais, colocando seus impostos em arrematação “a quem melhores vantagens oferecesse” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1877-1889, f. 19v), como pode-se observar pela tabela abaixo.

Tabela 16 - Arrematação dos impostos do município de São Sebastião do Caí

Ano financeiro	Valor do contrato	Arrematante	Fiador (es)
1877-1878 (15 meses e 13 dias)	5:945\$000	Procurador da Câmara efetuou cobrança	
1879-1880	7:600\$000	Luís Manoel Weck	João Diehl Júnior
1880-1881	8:555\$000	Luís Manoel Weck	João Diehl Júnior
1881-1882	12:165\$000	José da Silva Monteiro	Crescêncio Leite de Oliveira Major Antônio José Silveira
1882-1883	12:180\$000	José da Silva Monteiro	Desidério José Flores Crescencio Leite de Oliveira César Augusto Góes Pinto Major Antônio José Silveira
1883-1884	16:550\$000	Ernesto Pires Cerveira	José Narciso Pires Capitão Thomé Pires Cerveira Januário Antônio de Carvalho
1884 (somente 1 semestre, de 1º de julho de 1884 a 31 de dezembro de 1884)	7:500\$000 (excluindo a freguesia de Santa Thereza de Caxias)	José Narciso Pires	Luís Narciso Pires Justino Antônio da Silva Januário Antônio de Carvalho

Elaborado pela autora com base nas informações do Livro de Contratos da Câmara (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1877-1889).

A tabela revela o crescimento demográfico e econômico do município, já que a cada ano financeiro houve um significativo aumento dos valores das arrematações. Observa-se que, num período de 6 anos, houve a concentração da arrematação dos impostos municipais em apenas 3 famílias locais: Weck, Monteiro e Pires Cerveira. Ernesto Pires Cerveira, arrematante em 1883-1884, era filho de José Narciso Pires, que foi um de seus fiadores e arrematante no segundo semestre de 1884. É interessante observar que em cinco das seis arrematações, um dos vereadores de São Sebastião do Caí, no último quartel do século, aparece como fiador do arrematante. João Diehl Júnior é fiador de Luis Manoel Weck, que arrematou os impostos municipais de 1879 a 1881, período em que Diehl ainda não era vereador, comprovando sua condição econômica privilegiada. Na segunda arrematação de impostos feita por José da Silva Monteiro quem aparece na relação de fiadores é César Augusto Góes Pinto, vereador no quadriênio de 1883-1886. Entre os fiadores de Ernesto Pires Cerveira, arrematante em 1883-1884, estava o Capitão Thomé Pires Cerveira, seu tio, e que já

havia sido vereador no município (o foi na composição de 1881-1882). Por fim, como fiador de José Narciso Pires aparece Justino Antônio da Silva, vereador na primeira composição camarária, no período de 1877 a 1880.

Outro imposto arrecadado – e que era posto em arrematação – correspondia à cobrança de pedágio para passagens em rios. Uma viagem realizada de uma freguesia para outra, podia impor diversas dificuldades aos viajantes, uma vez que as condições das estradas não eram muito boas e, para completar, havia diversos locais em que os caminhos eram interrompidos pela passagem de algum rio.⁷¹ Nestes locais, então, eram instalados passos, que se constituíam em locais de travessia – de um a outro lado do rio – com balsas. Tais passos eram municipais, mas, como a Câmara não possuía condições para fornecer as balsas e lanchões necessários e, ainda pagar a empregados pelo serviço, a solução encontrada foi a de arrematar a particulares os direitos de dar passagem. Pelos contratos firmados, o direito era concedido ao arrematante que melhor proposta oferecesse à Câmara e que fornecesse as balsas e lanchões necessários para efetuar a travessia com segurança.

Para aqueles que arrematavam passos e impostos, as vantagens eram obviamente econômicas, já que a atividade rendia inegáveis lucros. Elas, no entanto – e, sobretudo no caso das arrematações dos pedágios de passos nos rios do município –, também podiam se transferir para o campo político. Uma vez arrematado o direito de passagem, a população local passava a depender do arrematante para efetuar a travessia, que, obviamente, poderia utilizar-se deste serviço para obter aliados políticos, enfim, conceder passagem gratuita em troca da garantia de voto nas eleições. Assim, não seria de estranhar que os vereadores buscaram garantir que aliados seus arrematassem os direitos de dar passagem. Como podemos perceber na tabela abaixo, em muitos casos, o fiador do arrematante era um membro da elite política.

Através das atas camarárias, do livro de registro de contratos da Câmara Municipal e da correspondência que esta manteve com instâncias do governo provincial⁷², foi possível

⁷¹ Além do rio Caí o rio Cadeia também cortava o município.

⁷² Araújo aponta a grande quantidade de documentação oficial existente como um indício da importância dos contratos (ARAÚJO, L., 2006, p. 155). No caso dos contratos municipais, estes assumiram importante papel, tanto para o município – já que os contratos correspondiam a uma grande percentagem das Receitas anuais –, quanto para a elite e para os arrematantes, como parece comprovar a significativa quantidade de documentação relacionada. Além do Livro de Contratos, existem vários registros relacionados às arrematações nas atas e nas muitas correspondências trocadas entre a edilidade municipal e o governo provincial/estadual. Araújo, no entanto, chama a atenção para os cuidados que o historiador deve ter ao analisar os contratos de arrematação pois, como a análise é baseada em documentos oficiais, estes, “Produzidos com o objetivo de atender a exigências formais da administração, poderiam muitas vezes, numa primeira leitura, contribuir menos para revelar as intenções dos envolvidos nas arrematações e mais para ocultar os interesses em jogo” (ARAÚJO, L., 2006, p. 156).

constatar que o município de São Sebastião do Caí possuía pelo menos 12 locais em que a travessia de rios era feita pelo sistema de balsas ou lanchões. Selecionamos cinco destes passos – adotando o critério do envolvimento de algum vereador ou de sua família na arrematação – para compor a tabela abaixo. Dos cinco passos que aparecem na tabela, quatro correspondem aos passos de maior movimento de travessia, como se pode depreender pelo alto valor das arrematações. Na tabela abaixo constam dados sobre o ano da arrematação, o tempo de contrato realizado entre Câmara e arrematante, o valor do contrato e o nome dos arrematantes e de seus fiadores.

Tabela 17 - Arrematações do direito de cobrança de pedágio pelo serviço de travessia oferecido em passos do município de São Sebastião do Caí

Ano de realização do contrato	Tempo de contrato	Valor do contrato (em mil-réis)	Arrematante	Fiadores
PASSO DO CADEIA				
1877	Por 3 anos	100\$000	João Carlos de Miranda Filho	Jacob Ely
1880	Por 3 anos	810\$000	João Carlos de Miranda	João Adams
1883	Por 3 anos	1:233\$000	João Carlos de Miranda	Henrique Ritter Filho
1887	Por 3 anos	2:115\$000	Feliciano Ignácio Fernandes	Pedro Frederico Dieffenthaler
1891	Por 3 anos	2:145\$000	Feliciano Ignácio Fernandes	Não consta arrematante
PASSO DA ESPERANÇA				
1877	Por 3 anos	226\$000	Manoel João Teixeira	Israel Alves de Moraes
1880	Por 3 anos	1:058\$333	Amâncio Gonçalves da Rosa	Capitão Antônio José Silveira
1883	Por 3 anos	2:350\$000	Francisco Dill	Jacob Ruschel
1886	Por 10 anos	10:000\$000	Carlos Noll e companheiros	João Weissheimer e Jacob [?]
PASSO DO SELBACH				
1877	Por 3 anos	50\$000	Augusto Knapp	Pedro Wiltgen
1880	Por 3 anos	625\$500	Pedro Pinto Guerreiro	Major Joaquim Rodrigues Jacques
1883	Por 3 anos	900\$000	Antônio Ferreira Bastos Sobrinho	Pedro de Alencastro Guimarães e Israel Rodrigues Machado
1887	Por 3 anos	628\$000	Jacob Knapp	Pedro Wiltgen
1889	Por 10 anos	3:000\$000	Jacob Knapp	Pedro Wiltgen
PASSO DO VELHO SPINDLER				
1877	Por 3 anos	10\$000	Cristiano Hoerlle	André Hoerlle
1880	Por 3 anos	22\$000	João Franzen 3º	Christiano Sauer
1883	Por 3 anos	51\$000	João Franzen 3º	Não consta fiador

continua

continuação

Ano de realização do contrato	Tempo de contrato	Valor do contrato (em mil-réis)	Arrematante	Fiadores
PASSO DA VILA				
1877	Por 3 anos	863\$000	Florindo Gomes de Aguiar	Manoel Gomes de Aguiar
1880	Por 3 anos	1:625\$999	Amâncio Gonçalves da Rosa	Capitão Antônio José Silveira
1883	Por 3 anos	3:555\$000	Crescêncio Leite de Oliveira	Lourenço de Alencastro Guimarães e Pedro de Alencastro Guimarães
1887	Por 3 anos	3:225\$000	Crescêncio Leite de Oliveira	Lourenço de Alencastro Guimarães
1891	Por 3 anos	5:055\$000	Manoel Gomes de Aguiar	Narciso Antônio da Silva

Elaborado pela autora com base nas informações do Livro de Contratos da Câmara (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 1877-1889).

A partir das tabelas, podemos inferir que a contratação de arrematantes para a cobrança de impostos municipais e de pedágio em passos pela Câmara era prática que se dava, muitas vezes, a partir da mobilização de redes sociais ligadas aos próprios vereadores. Se, na tabela 16 identificamos quatro vereadores atuando como fiadores dos arrematantes (destacados em negrito na tabela), o mesmo ocorre na tabela 17, na qual os vereadores Christiano Sauer, João Weissheimer, Pedro de Alencastro Guimarães e Henrique Ritter Filho aparecem como fiadores. Se levarmos em conta relações familiares dos vereadores, a presença é ainda maior: André Hoerlle, irmão de Conrado Hoerlle e Lourenço de Alencastro Guimarães, irmão de Pedro de Alencastro Guimarães, também estiveram no papel de fiadores, ao passo que Carlos Noll, irmão de Pedro Noll foi arrematante. Como a relação entre arrematante e fiador era baseada na confiança, pode-se, evidentemente, supor que existiam laços muito fortes que os uniam. Como bem demonstrou Araújo, os contratadores, muitas vezes, não passavam de “testas de ferro” dos verdadeiros donos ou interessados nos contratos (ARAÚJO, L., 2006, p. 156).

Como visto, os vereadores não poderiam conceder livremente – a quem desejassem – o direito de cobrança dos impostos municipais ou de cobrança de pedágio em rios. Existiam, pois, normas determinadas para a execução da arrematação: primeiramente, a Câmara lançava editais chamando arrematantes; estes deveriam apresentar sua proposta em carta fechada; e, por fim, a Câmara deveria escolher a proposta que oferecia as melhores vantagens. Entretanto, não é difícil imaginar que a elite política – que, como vimos, também era econômica – buscou assegurar a vitória daqueles que pertenciam ao seu círculo de relações

nesses processos de arrematação. Assim, mesmo que o arrematante não fosse alguém de muitos cabedais econômicos, seu fiador, muitas vezes, o era. As estratégias utilizadas para beneficiar aliados, driblando as normas de arrematação eram diversas, sendo que uma delas pôde ser constatada através de um episódio ocorrido em 1877, na arrematação de contrato do direito de passagem no passo do Cadeia, ao sul da Vila.

Na sessão da Câmara de 26 de setembro daquele ano foram apresentadas as propostas dos passos públicos do município entregues em carta fechada. Para o passo do rio Cadeia foram apresentadas cinco propostas. Dionísio José Bernardes oferecia 755\$500 réis; João Carlos de Miranda, 1:050\$000; João Rodrigues d'Aguiar, 1:202\$000; Alfredo Luís de Azevedo, 1:324\$800 réis; sendo a maior proposta a de Feliciano Ignácio Fernandes, que oferecia a quantia de 2:055\$000. A proposta preferida pela Câmara foi a de Alfredo Luís de Azevedo, mesmo que esta fosse bem menor que a de Fernandes, pois, segundo alegação da edilidade:

Deixou a Camara de preferir a proposta de Feliciano Ignácio Fernandes de 2:055\$000 para arrematar o pedágio do passo do rio Cadêa ao sul desta Villa não só porque não legalizou devidamente a sua pretensão com o prévio pagamento do imposto devido de licença, como porque não se reputou seus bens suficientes para garantir o contracto, não tendo dado fiador algum a respeito, alem de outras faltas (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1887] 1886-1890e, f. 48v).

A Câmara expressava clara preferência por Azevedo. Muito provavelmente, a rede de relações envolvendo Azevedo e a importante e influente família Trein – já que Frederico Guilherme Trein era seu fiador – possam explicar essa preferência. Entretanto, a enorme discrepância entre os valores ofertados por Azevedo e Fernandes fez com que o Presidente da Província recusasse o contrato da Câmara com Azevedo, solicitando que esta colocasse a cobrança de pedágio no passo do Cadeia novamente em praça. E foi o que a Câmara fez. Na sessão de 30 de novembro de 1887 foram apresentadas novas propostas de arrematação daquele passo, sendo que dos cinco primeiros proponentes, somente três apresentaram novas propostas. Alfredo Luís de Azevedo aumentou sua proposta para 1:809\$600 réis; João Carlos de Miranda ofereceu 2 contos de réis, e Feliciano Ignácio Fernandes, 2:115\$000 réis. A Câmara, então, decidiu aprovar a proposta de Fernandes, já que esta era, indiscutivelmente, a mais vantajosa (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1887] 1886-1890f, f. 55).

Assim, mesmo que, nem sempre as estratégias tivessem sucesso – afinal, os prejudicados recorriam a instâncias maiores para denunciar o ocorrido –, tais casos demonstram que esse processo podia ser corrompido – e, efetivamente, era o que ocorria – para satisfazer aos interesses da elite local. Assim, mediante o cruzamento de informações constantes nos próprios contratos com as discussões presentes nas Atas e nas correspondências da Câmara Municipal, pode-se perceber não somente as disputas que envolviam tais contratos, como também os jogos de interesses presentes, inclusive, de importantes membros da elite política local.

Ao envolverem-se na construção da infra-estrutura municipal, na contratação de funcionários e na arrematação de impostos, os vereadores de São Sebastião do Caí acabaram transformando a Câmara Municipal em um espaço, no qual puderam reforçar os laços já existentes, mediante mecanismos de dependência – orientados pela lógica do *dar, receber e retribuir* – que a atividade camarária lhes oportunizava. Mas, as relações desta elite local não se restringiram ao espaço territorial do município e nem se circunscreveram a sua população. Para que pudessem legislar, estes indivíduos precisavam contar com o apoio de instâncias maiores de poder, e são essas relações externas, verticais ascendentes, que passaremos a analisar no próximo tópico.

4.4.2 A Proclamação como momento crucial: o saber negociar

A notícia da queda da Monarquia chegou à Câmara Municipal de São Sebastião do Caí cinco dias depois de proclamada a República no Rio de Janeiro. Em 20 de novembro de 1889, os vereadores presentes na sessão tomaram conhecimento do fato através de uma circular enviada à Câmara pelo Governador do Estado:

Estado do Rio Grande do Sul. Palacio do Governo em Porto Alegre, 18 de Novembro de 1889. Pelo Governo provizorio acclamado no Rio de Janeiro fui nomeado Governador Político deste Estado do Rio Grande do Sul. Como tal, tendo recebido já de muitas partes do Estado geraes adhesões, cabe-me communicar a V Mces. que por decreto de 15 do corrente foi proclamada como fórma de governo da Nação Brasileira a Republica Federativa, constituindo as províncias os Estados Unidos do Brasil. Pedro de Alcantara, imperador deposto, partiu hontem com sua familia no paquete Alagoas para a Europa, fornecendo-lhe o Governo 5000 contos para occorrer ás despezas, e mais o subsidio de 800 contos até que sobre este ponto se pronuncie a proxima Assembléa Constituinte. Conto com a leal coadjuvação de

V Mces., a quem Deus Guarde. Visconde de Pelotas (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1889] 1886-1890b, f. 129v-130).

Quem enviava o comunicado à Câmara era o Visconde de Pelotas, então Governador provisório do estado.⁷³ O Marechal José Antônio Corrêa da Câmara – segundo Visconde de Pelotas – foi Senador pelo Rio Grande do Sul, de 1880 a 1890, como membro do Partido Liberal, tendo se aproximado dos republicanos somente nos anos finais da Monarquia (FRANCO, 1996, p. 60). Então, como explicar que, proclamada a República, fosse um antigo membro do Partido Liberal conduzido a assumir o comando do Governo Provisório, por indicação dos próprios líderes republicanos Júlio de Castilhos e Ramiro Barcellos? Ana Luiza Reckziegel nos ajuda a compreender essa aparente incongruência. De acordo com a historiadora gaúcha, assim que foi instituído o Governo Provisório, os secretários de estado promoveram “uma série de atos administrativos” que retiraram os poderes do presidente provisório em benefício do Chefe de Polícia (RECKZIEGEL, 2007, p. 25-26). Além do mais, Castilhos estava à frente da Secretaria do governo estadual, garantindo assim o controle dos atos do novo governo. Para explicar a nomeação do Visconde de Pelotas para o cargo é preciso considerar, também, que, em novembro de 1889 – por ocasião da Proclamação da República – os republicanos ainda constituíam minoria no Rio Grande do Sul. Assim, parecia bastante prudente colocar à frente do governo um político como Corrêa da Câmara, que desfrutava de grande prestígio na província.

Se por um lado, “o PRR mostrou uma postura sectária e contrária aos adesistas de última hora”, como aponta Reckziegel (2007, p. 25), por outro, é necessário considerar que, na condição de minoria, o partido se viu forçado a fazer certas concessões e a se utilizar da negociação como estratégia para garantir o controle político do Rio Grande do Sul. Foi, pois, através de concessões e negociações que o PRR garantiu a supremacia republicana também em São Sebastião do Caí, município que, em 1889, não possuía sequer um Clube Republicano.⁷⁴

Nos próximos tópicos nos deteremos na atuação política da elite local no momento-chave da mudança de regime, ao final da década de oitenta do século XIX. Para tanto,

⁷³ O governo do Visconde de Pelotas, entretanto, não durou três meses, devido aos problemas internos que culminaram na nomeação de Aquiles Porto Alegre para o cargo de Inspetor da Alfândega de Rio Grande, o que desagradou a executiva republicana. Castilhos e um grande número de republicanos deixaram o governo, posicionando-se contra o Visconde de Pelotas, que se aproximava, novamente, dos *gasparistas*. A 9 de fevereiro, o marechal Deodoro da Fonseca nomeou Júlio de Castilhos para governador do Estado. Este, porém, preferiu que o cargo fosse ocupado pelo general Júlio Anacleto Falcão da Frota, nomeado a 11 de janeiro de 1890.

⁷⁴ O Club Republicano “14 de Julho”, como já referido, foi fundado em São Sebastião do Caí, somente em 1900.

priorizaremos a análise de alguns dos mecanismos utilizados pela elite caiense – remanescente do período imperial – para manter-se no poder. A adesão de última hora baseada no prestígio acumulado e na capacidade de mobilizar as redes de relações como fator de barganha nas negociações e a reafirmação simbólica de sua postura política foram alguns dos mecanismos que garantiram à elite política caiense a manutenção de seus cargos e o reconhecimento de seu poder.

4.4.2.1 De “membros e representantes do partido liberal” a “republicanos convictos”

A circular transcrita acima foi enviada pelo governador Visconde de Pelotas no dia 18 do mês de novembro de 1889, portanto, três dias depois da Proclamação da República no Rio de Janeiro. A mesma, foi lida pelos vereadores Henrique Henzel, João Diehl Júnior, Pedro de Alencastro Guimarães, Carlos Guilherme Schilling, Christiano Sauer e Lourenço Dexheimer no dia 20 e nos parece que a reunião da Câmara daquele dia foi convocada em caráter de urgência, para deixar todos os edis a par do acontecido.⁷⁵

De pronto, a Câmara decidia, por unanimidade, “adherir ao Governo Provisório proclamado no Rio de Janeiro, e bem assim ao Governo de V. Excia. que vem abrir uma nova éra a Pátria Brasileira”. Entretanto, nota-se, através da leitura da Ata da sessão camarária, que os vereadores de São Sebastião do Caí não dimensionavam ainda o significado do ato ocorrido na capital do Brasil. Por sugestão do vereador Pedro de Alencastro Guimarães – e que foi acolhida pelos demais – a Câmara decidiu “officiar ao Exmo. Sr. Governador Provisório do Estado, digo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, pedindo a sua benevolência no sentido de ser posto em liberdade o Doutor Gaspar Silveira Martins” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1889] 1886-1890b, f. 130). Como se pode perceber, mesmo antes da chegada do comunicado oficial do governo – que ocorreu somente em 20 de novembro –, a elite caiense já estava informada sobre a mudança de regime político e evidenciava a sua filiação partidária predominantemente liberal ao pedir pela libertação de Silveira Martins.⁷⁶

⁷⁵ Acreditamos que a sessão ocorreu em caráter de urgência, porque ao final da sessão anterior, ocorrida no dia 6 de novembro, os vereadores haviam marcado como data para a realização da sessão seguinte, o dia 27 daquele mês. Além do mais, os únicos assuntos da pauta da sessão do dia 18 de novembro foram o comunicado enviado pelo Visconde de Pelotas e as medidas que a Câmara tomaria mediante a nova situação.

⁷⁶ Gaspar Silveira Martins contava com grande prestígio no município de São Sebastião do Caí e, também, entre a elite caiense. Na sessão da Câmara de 6 de agosto de 1882, por exemplo, os vereadores decidiram homenageá-lo, através da denominação de uma rua da área central da Vila como rua Gaspar Silveira Martins (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1882] 1876-1886d, f. 113v).

Entretanto, em poucos meses, ficava evidente à elite caiense que a hegemonia no Rio Grande do Sul pertencia, então, ao PRR, apesar da resistência dos liberais em aceitar a nova situação. Tanto elite local – que visava garantir a permanência no poder –, quanto o PRR estadual – que pretendia manter a hegemonia e a estabilidade política no estado –, tiveram que adaptar-se à nova realidade, negociando e fazendo concessões. Assim, como já apontado no terceiro capítulo, quando em fevereiro de 1890, o governo republicano dissolveu a Câmara e, em seu lugar, nomeou uma Junta Municipal – composta por Lourenço Dexheimer, Paulino Ignácio Teixeira e João Diehl Júnior – os nomeados para compor a Junta não eram desconhecidos da vida pública, uma vez que os três já haviam sido vereadores no período anterior.⁷⁷ Chamou-nos a atenção o fato de que dois membros dessa Junta eram liberais – Teixeira e Diehl Júnior. Em 1883, Paulino Ignácio Teixeira chegou, inclusive, a assinar – na condição de presidente do partido Liberal da freguesia de Santana do Rio dos Sinos – um abaixo assinado, no qual “membros e representantes do partido liberal nesta localidade” felicitavam Silveira Martins pela nomeação ao cargo de Presidente da Província (TEIXEIRA, 1883).

A nomeação de Teixeira, Diehl e Dexheimer para a Junta Municipal parece sugerir que, diante da ausência de um quadro republicano que pudesse vir a ocupar os postos de poder no município, o governo republicano estadual optou pela cooptação daqueles que poderiam ser seus potenciais adversários, dada a condição de liderança que ocupavam em nível local. Mas, se esta pode ser encarada como uma estratégia de dominação do PRR – ou como o recurso que lhe restou –, por outro lado, pode-se considerar que ao aceitarem a nomeação, e, portanto, ao abandonarem sua antiga filiação político-partidária, esses membros da elite aderiram ao novo partido como meio de manter-se no poder. Seja como for, a necessidade de governar foi o que pautou as negociações entre membros da elite caiense, o PRR e o governo castilhista. Se, para os membros da elite caiense, “tornar-se republicano” era um meio de não perder a posição ocupada, para o PRR, contar com líderes locais fortes e influentes – quando ainda não possuíam os seus próprios – era uma maneira de não tê-los como adversários e de não pôr em risco a estabilidade do sistema.⁷⁸

⁷⁷ A substituição de Câmaras Municipais eleitas por Juntas Municipais nomeadas é apenas uma das muitas intervenções do governo castilhista no âmbito municipal, pois, como observou Axt, “as intervenções de Castilhos e Borges de Medeiros nos Municípios foram constantes”. Sobre o período pós-proclamação, Axt aponta que “Castilhos aproveitara a Revolução Federalista e o apoio do Exército para consolidar nos comandos políticos locais chefias de sua confiança” (AXT, 2001b, p. 186).

⁷⁸ Este quadro que acabamos de descrever leva-nos a discordar – ou, ao menos, a relativizar – da afirmação de Ana Luiza Setti Reckziegel, para quem, após a Proclamação da República, “Os liberais resignaram-se a contragosto com a nova situação” (RECKZIEGEL, 2007, p. 25), postura de resignação que não encontramos, por

Não se deve acreditar, contudo, que esses líderes locais tiveram facilidade em impor, no município, a posição política republicana, então dominante no estado. Como revelou Francisco Hilebrand, em correspondência a Paulino Ignácio Teixeira, então Intendente Municipal, a população local demorou a aceitar a transição e a aderir ao novo partido. As posições assumidas por líderes locais em alguns distritos e a própria simpatia pelo partido Liberal, manifestada por ocasião da Revolução Federalista, ainda fazia-se sentir em 1899. A correspondência a que nos referimos foi enviada a 8 de abril de 1899, por Francisco Hilebrand, que, pelo que pudemos inferir, era um líder republicano, aliado de Teixeira, no 5º distrito municipal, em Nova Petrópolis. Nela, Hilebrand justificava ao Intendente Municipal as razões da não ocorrência no distrito do pleito eleitoral previsto para aquele dia. Segundo Hilebrand, o não comparecimento da população votante – já que compareceram “apenas os mesarios das duas mesas e seis eleitores” – teria se dado por vários motivos. Dentre eles, foram relacionados: a falta de tempo hábil para avisar os eleitores, já que o aviso sobre a eleição chegou bem tarde; o “grande indiferentismo” da população do distrito que “não querem sacrificar nem um dia útil para cumprir um dever pariotico”; e a repercussão, entre a população, do processo de um morador de Linha Olinda, João Wazlarnich, sobre o qual, infelizmente, não conseguimos obter maiores informações. Mas, segundo o mesmo Hilebrand, o maior motivo tinha relação com a posição partidária da população local, pois

nota-se desde muito tempo pouca afluencia nas eleições que sempre diminuiu, principalmente desde os tempos da revolução. Houve então muitos, como é sabido, que acompanharão os revolucionários em seus sentimentos, a maior parte dos quais ainda que não tentão conspirar retem-se das urnas, mostrando-se indiferentes. São ainda hoje animados para este procedimento pelos conhecidos antigos chefes locais. Em geral porem todos attribuiam pouca importancia a eleição de hoje disendo que como não há opposição nas urnas e havendo só um candidato este seria eleito a li sem os votos deste districto (HILEBRAND, 1899, doc. n. 949).⁷⁹

exemplo, na postura assumida por Paulino Ignácio Teixeira – que aderiu imediatamente ao PRR – e na postura da população eleitora de Nova Petrópolis – que, em protesto, deixou de participar dos pleitos.

⁷⁹ Esse cenário político descrito por Francisco Hilebrand parece contrastar com os dados apresentados por Borges de Medeiros acerca da filiação dos eleitores de São Sebastião do Caí, apenas alguns anos depois, em 1905. Sérgio da Costa Franco, no artigo *O Partido Federalista*, apresenta uma espécie de censo partidário do Rio Grande do Sul, correspondente ao ano de 1905, tendo por base as informações expedidas por Borges de Medeiros ao Senador Pinheiro Machado, em 4 de julho daquele ano. Neste “censo”, São Sebastião do Caí aparece como possuindo 1798 eleitores, sendo 1583 republicanos (ou 88,04%) e apenas 215 federalistas (ou 11,96) (FRANCO, 2007, p. 150). Ao menos no que diz respeito ao distrito de Nova Petrópolis, a ampla predominância republicana parece não se confirmar, o que demonstra as dificuldades que líderes republicanos do município deveriam enfrentar para garantir as vitórias eleitorais.

Como se pode observar, a população não somente resistiu em aderir ao PRR, como também denunciava as fraudes que envolviam o processo eleitoral e a “ditadura de um só partido” em que se transformara a política sul-rio-grandense.⁸⁰

As correspondências enviadas pela Intendência Municipal de São Sebastião do Caí ao governo estadual ao longo do período em que vigorou o clima revolucionário no estado, revelam também que as repercussões da Revolução Federalista foram muito fortes em São Sebastião do Caí, o que pode ter deixado suas marcas tanto em republicanos, quanto naqueles que permaneciam fiéis ao Partido Liberal. A 9 de março de 1893, o Intendente Municipal, Paulino Ignácio Teixeira solicitava ao “Muito Digno Presidente do Estado”, o Dr. Júlio Prates de Castilhos, armamentos para a milícia composta por cem homens organizada no município de São Sebastião do Caí, sob o comando do Tenente Coronel Orestes José Lucas. A necessidade do armamento fazia-se, segundo o Intendente, para que a milícia pudesse “fazer exercícios e tornar-se apta para qualquer emergencia” visto o perigo eminente que existia de que “do município vizinho de S. Francisco de Paula de Cima da Serra” entrassem os “inimigos da Republica devastando e assolando em sua passagem, como acontece por onde passam esses inimigos das instituições” (TEIXEIRA, 1893a). O pedido de Teixeira foi atendido – ou melhor, parcialmente atendido –, já que a 4 de outubro, o mesmo Intendente, em correspondência ao Chefe de Polícia do Estado, acusava o recebimento de armamento para os municípios de São Sebastião do Caí e Caxias, mas solicitava o envio de novas espoletas “de boa qualidade”, já que as recebidas “não prestão” (TEIXEIRA, 1893b). A organização da milícia não se deu sem motivos, como comprova a correspondência enviada por Teixeira ao Chefe de Polícia do Estado, na qual informava sobre o envio de uma escolta de 40 homens para o distrito de Nova Petrópolis, pois haveria “grupos de federalistas percorrendo aquela Colônia” (TEIXEIRA, 1893c). Assim, também em outubro daquele ano, Paulino Ignácio Teixeira escrevia ao Presidente do Estado Júlio Prates de Castilhos, referindo o depoimento de Sebastião Antonio Machado, morador no distrito de São José do Hortêncio, que relatava uma invasão ocorrida no povoado por “bandidos” maragatos que haviam promovido saques e levado o terror à população local. Apesar de não termos a intenção de analisar mais detidamente as repercussões da Revolução Federalista em São Sebastião do Caí, os acontecimentos que destacamos visam demonstrar que, neste município, também se fez

⁸⁰ De acordo com Gunter Axt, tanto no período castilhista, quanto no borgista pode-se verificar a correlação entre ideologia autoritária e prática política, uma vez que “Com a Proclamação da República e as dissidências do período da institucionalização do novo regime, o PRR deixou de realizar as convenções internas, para converter-se numa estrutura tendente à chamada ‘*chefia unipessoal*’” (AXT, 2001b, p. 186, grifo do autor).

sentir o clima de disputa política que envolvia o estado, preocupando aqueles que estavam à frente da administração municipal.⁸¹

Se, os membros da elite municipal aceitaram fazer concessões diante da nova conjuntura instalada na década de 1890 – e, inclusive, abandonar as bandeiras partidárias que, supostamente, defendiam até então –, não se deve pensar que isto significou que estivessem, pura e simplesmente, curvando-se às vontades do centro ou do governo castilhistas. Não nos faltam evidências de que tais indivíduos souberam fazer uso do prestígio que haviam acumulado ao longo do período imperial, utilizando-o como fator de barganha nas negociações com as autoridades superiores. Os líderes locais estavam bem conscientes da importância que desempenhavam dentro do novo sistema e não se furtavam de afirmá-la constantemente. Assim, a 13 de agosto de 1899, Paulino Ignácio Teixeira, na condição de Intendente Municipal de São Sebastião do Caí, enviava a Júlio de Castilhos uma correspondência na qual expunha as dificuldades que vinha enfrentando para governar o município de São Sebastião do Caí:

Agora ainda outras dificuldades embaraçam á minha gestão de chefe, taes como a remoção de meu cunhado do cargo de Juiz Districtal e divisão do cartório do Snr. Sergio Nogueira, os quaes ultimamente só procuram ambaraçar a política da localidade sendo todos íntimos do celebre Menna Bastos, que em toda a parte e a vista destes atira-me baldões e sençuras, calinnias e injurias, já no tribunal do júri e já em outros lugares públicos (TEIXEIRA, 1899, doc. n. 320).

⁸¹ Muito distintas são as visões encontradas na historiografia acerca do envolvimento de regiões de colonização teuta – como o era a região do Vale do Caí – na Revolução Federalista. Carlos Hunsche, baseado no diário do Pastor Heinrich Hunsche, descreve o envolvimento da região na revolução como sendo passivo. Assevera ele que “De todas as revoluções, foi talvez a menos compreendida pela colônia alemã por carecer de objetivos ideológicos ou econômicos”. Carlos Hunsche atribui, portanto, aos motivos de natureza exclusivamente políticos, o envolvimento menos direto dos colonos alemães, referendando a idéia sustentada pela historiografia clássica da imigração de que os imigrantes não possuíam interesse por questões políticas. Os trechos que o historiador transcreve do diário do pastor buscam comprovar que o envolvimento dos moradores da região foi passivo. Carlos Hunsche considera que “Estes valores políticos de ‘recíprocos agravos’ eram, porém, inexistentes para um grupo étnico, politicamente não integrado; os colonos levavam, de ambos os lados da revolução, somente a parte passiva: medo, prejuízo e sofrimento” (HUNSCHE, 1981, p. 80-81). Entretanto, pesquisas mais recentes têm demonstrado o envolvimento da população teuta no conflito, mesmo que nele “as populações das regiões coloniais não foram personagens centrais, localizando-se os epicentros do confronto fora delas, mas a ‘colônia’ acabou sendo atingida e envolvida” (GERTZ, 1995, p. 98). Como percebemos através das correspondências da municipalidade caiense, o envolvimento da região do vale do Caí com a Revolução Federalista não só existiu como também gerou preocupações às autoridades municipais. Pelos relatos das autoridades, maragatos estavam presentes em São José do Hortêncio e Nova Petrópolis, regiões predominantemente de população teuta. Para análises da Revolução Federalista em regiões de colonização teuta ver os artigos de José Alfredo Schierholt (1995, p. 83-96), Martin Norberto Dreher (1995, p. 69-81) e René E. Gertz (1995, p. 97-113).

O texto da correspondência deixa evidente o apoio que Teixeira daria a Castilhos, caso fossem contornadas as dificuldades, ilustrando a prática de barganha política:

Por todas estas rasões, não poderei mais alem de doente, continuar no exercicio dos cargos que acima fica dito, salvo se forem removidas todas estas difficuldades, [...]. Se [...] achar justos os motivos expostos ainda me animarei á continuar embora doente, não só obedecendo-vos, como a prestar meus fracos serviços (TEIXEIRA, 1899, doc. n. 320).

Teixeira, certamente, sabia que seu apoio era fundamental para as vitórias do PRR no município, e não deixava de lembrar ao chefe político do estado que sua ação, sua capacidade de liderar localmente, de acionar as redes de relações que construía ao longo de 28 anos de vida política eram indispensáveis naquela conjuntura política:

Bem comprehende o meu velho e leal amigo, que não é uma imposição que venho fazer, e pelo contrario ouvirei com toda a attenção os vossos salutaes conselhos e os cumprirei fielmente segundo a illimitada confiança que sempre me tem depositado. Bem sabe o meu amigo que militando na política há mais de 28 longos anos conheço a localidade e sei os grandes remédios para os grandes males e é por isso que venho pedir providencias para ellas, porque á desmoralização da minha pessoa affecta a política e até ao próprio chefe (TEIXEIRA, 1899, doc. n. 320).

Parece-nos que Orestes José Lucas, também importante líder político em São Sebastião do Caí, auxiliou Teixeira nas tratativas com os líderes estaduais do PRR, fazendo uso, igualmente, de seu prestígio político. A 8 de agosto do mesmo ano – portanto, pouco antes de Teixeira enviar a correspondência a Castilhos – Lucas expressava à Comissão Executiva do Partido Republicano seu apoio a Teixeira. Em correspondência que justificava sua ausência na reunião que trataria da renúncia de Teixeira ao cargo de Intendente Municipal e de chefe de partido, Orestes José Lucas declarava:

não acceito a renuncia e com ella não concordo e declaro desde já que se deixar esses cargos o illustrado chefe Cl. Paulino I. Teixeira, considero-me desde esse momento exonerado dos cargos que me estão confiados recolhendo-me ao meu lar e continuando unicamente como soldado republicano (LUCAS, 1899, doc. n. 959).

Acreditamos que a ameaça de afastamento que Lucas fazia deve ser entendida como uma forma de pressão sobre a executiva do partido e o governo republicano para que concedessem o apoio que Teixeira desejava.

Assim, se Teixeira não era unanimidade em São Sebastião do Caí – afinal havia sido esta a motivação da correspondência enviada a Castilhos – ele ainda representava o poder de um chefe local. Parece-nos que nesta correspondência Teixeira reivindica para si o papel de liderança local inquestionável, capaz de mobilizar aliados e controlar a política local.⁸². Afinal, já havia exercido dois mandatos na Câmara Municipal (1881-1882 e 1883-1886), além de ter sido nomeado membro da Junta Municipal, em 1890, e ocupado o cargo de Intendente municipal por um período de oito anos. Paulino tinha, pois, uma longa história de vida pública e seu poder não poderia ser desprezado. Apesar das contestações que sofria no município, ainda contava com o apoio dos republicanos de São Sebastião do Caí, como se depreende de um abaixo-assinado, datado de 3 de abril de 1900, no qual 296 eleitores que se autodenominavam “republicanos convictos”, pediam pela permanência de Paulino Teixeira no cargo de Intendente. O abaixo-assinado, dirigido ao chefe do PRR, Júlio Prates de Castilhos, por intermédio do escrivão do Juiz Distrital de Santana do Rio dos Sinos, Tenente Coronel Franklin Augusto de Amaral, dizia o seguinte:

Exm^o. Snr. Dr. Julio Prates de Castilhos, digno e benemérito chefe do partido republicano do Estado. A presença de Vx^a. comparecem por suas assignaturas, os eleitores abaixo republicanos convictos, não com o fim de agitar candidatura antes da autorisada palavra de VEx^a., mas tão somente com a intenção que Julgar alias justa, de fazer em apello a VEX^a. Em protesto de adhesão, que correm no município, em favor de Candidatos ao Cargo de Intendente Municipal tem sido esquecido, sem motivo justificado, o nome de um homem coberto de serviços ao município. Este

⁸² A correspondência revela também outros aspectos das relações estabelecidas entre elites locais e instâncias superiores de poder. No caso da relação de Teixeira – líder local – com Castilhos – chefe maior do PRR e do estado –, a correspondência evidencia que essa relação poderia ultrapassar as fronteiras do público – ou seja, do que é relativo a uma relação entre chefes políticos – para denotar uma relação pessoal e própria do espaço privado. Por várias vezes, pode-se observar Teixeira referindo-se a Castilhos como seu “amigo”, um “velho e leal amigo”, revelando uma característica própria das relações políticas vigentes no período imperial e que seriam mantidas após a Proclamação da República: a indistinção entre o público e o privado. Na verdade, o sistema coronelista, que institucionalizou as relações clientelistas que desde tempos marcaram a política brasileira, tem nas relações pessoais uma de suas marcas. Outro aspecto que merece ser destacado são as muitas reclamações de Teixeira sobre a dificuldade que teve para comunicar-se com Castilhos – por duas vezes, tentou audiência, tendo que recorrer a um amigo em comum para conseguir entregar suas reclamações. O que Teixeira parece expressar é um certo descontentamento por ter sido relegado a uma situação secundária. Por fim, esta correspondência nos revela que a nomeação de cargos políticos dependia de negociações entre os líderes estaduais e os chefes locais, como se depreende deste trecho da carta no qual Teixeira pede pela remoção de um promotor: “Deve o amigo saber que desde longa data insisto pela remoção do promotor Adolpho de Amaral Lisboa, e ainda não esqueci a conferencia, que tive a respeito em vossa casa no arraial da Glória e em outras muitas vezes fazendo igual pedido ao Exmo. Dezembargador Borges de Medeiros” (TEIXEIRA, 1899, doc. n. 320).

nome Exm^o. Snr. é o Coronel Paulino Ignácio Teixeira. Os seus serviços publicos e politicos, estão de certo modo ligados a prosperidade do município que seria difficil ennumerar-os e não merem contestação. Assim pois Exm^o. Snr. sejam permittidos appellar para V. Ex^a. a fim de que o Coronel Paulino Ignácio Teixeira continue administrando no futuro quadriênio este rico e prospero município. Saude e fraternidade (CENTENO, 1900, doc. n. 19).

Sabemos que o pedido encaminhado por estes republicanos não foi atendido, pois, como nos informa Alceu Masson, “Em 11 de agosto de 1900 assumiu o cargo de intendente o sr. Orestes José Lucas” (MASSON, 1940, p. 95). Se a permanência de Teixeira como Intendente em São Sebastião do Caí, de 1892 a 1900, aponta para um certo continuísmo e estabilidade política no município – algo que Bakos não observou para o caso de Porto Alegre⁸³ – parece ter sido isto o que, efetivamente, os abaixo-assinados desejavam.

Mas porque Teixeira não foi reconduzido à Intendência como queriam seus correligionários? Teria sido esta uma decisão tomada por Castilhos? Teria sido expressão da vontade do próprio Teixeira? Infelizmente, não localizamos respostas para tais questões na documentação consultada. Cabe, no entanto, ressaltar que, se é possível observar certa estabilidade na ocupação de cargos a nível municipal no período que se seguiu à Proclamação da República, é preciso também considerar que esta era também muito frágil, na medida em que dependia de acordos entre as diferentes instâncias de poder, entre a própria elite política local e entre esta e o conjunto da população.

4.4.2.2 *O simbolismo da adesão*

A sessão do Conselho Municipal que ocorreu em 15 de novembro de 1899, na sala da Intendência Municipal, na Vila de São Sebastião do Caí, foi uma sessão, no mínimo, distinta das demais, quer pelo número de presentes, quer pelo motivo da reunião. Diferentemente de outras sessões do Conselho Municipal, nesta fizeram-se presentes, não somente os conselheiros municipais. A sala estava, muito provavelmente, quase lotada com os 51

⁸³ Segundo a historiadora, de 1890 a 1897 “Porto Alegre possuiu sete chefes executivos: três presidentes da Junta Municipal, um administrador, dois intendentos nomeados pelo presidente do estado e um eleito de forma indireta” (BAKOS, 2007, p. 173). A explicação para tal período de instabilidade política, que só seria contornado, no caso de Porto Alegre, a partir de 1897 – quando então a intendência municipal foi assumida por José Montauray de Aguiar Leitão que se manteve no cargo até 1924 –, segundo Bakos, estaria na “polarização dos gaúchos em torno de dois partidos políticos bem organizados, entre os quais se instalou uma luta pelo poder” (BAKOS, 2007, p. 173).

presentes. O motivo? A sessão, que se iniciara pela manhã daquele dia era solene e nela se realizou a inauguração dos retratos “do ilustre Sr. Presidente do Estado Desembargador Antonio Augusto Borges de Medeiros e do inolvidavel Marechal Floriano Peixoto, o Consolidador da República”. Depois de inaugurados os dois retratos, ao som do Hino Nacional, e de realizados alguns discursos, entre os quais o do subchefe de polícia Coronel José Bento Porto, que o fizera na condição de orador oficial, o Intendente Municipal, Coronel Paulino Ignácio Teixeira convidou todos os presentes para participar dos festejos campestres que tiveram continuidade à tarde (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1899] 1892-1900, f. 159v).⁸⁴

A escolha do dia para a inauguração destes dois retratos no prédio da Intendência não foi sem propósito. Muito pelo contrário. A sessão-evento ocorria no dia em que se completavam dez anos da Proclamação da República. Tal data não poderia ser ignorada por aqueles que se diziam, então, fervorosos republicanos, admiradores e seguidores do líder republicano que há dois anos já figurava em um retrato na sala principal do Paço Municipal: o Dr. Júlio de Castilhos.⁸⁵

A prática de colocar retratos de importantes líderes do regime em salas do Paço Municipal não foi exclusividade do período republicano. Na verdade, o retrato de Júlio de Castilhos e aqueles inaugurados em 1899 viriam a ocupar o lugar de outro retrato – que exposto durante o período imperial, havia sido retirado a 21 de novembro de 1889, um dia depois de a Câmara Municipal ter recebido, do Visconde de Pelotas, o comunicado sobre a Proclamação da República. Tratava-se do retrato do Imperador D. Pedro II, doado pelo Coronel Antônio José da Rocha Júnior à Câmara Municipal, em 28 de novembro de 1876. Naquela ocasião, “a Camara acceitou e mandou louvar o patriótico procedimento de tão

⁸⁴ O acontecimento que narramos de inauguração dos retratos ocorrido por ocasião do aniversário da República, em 1899, pode ser compreendido a partir da definição que Guarinello dá para o “evento singular”, denominado de “festa”: um acontecimento “laboriosamente e materialmente preparad[o]”; que conta com a participação coletiva; que interrompe o tempo social, quando então os participantes deixam de lado suas atividades rotineiras para participar; que articula-se em torno de um objeto focal que atua como motivação para a festa; e, por fim, que funciona como produtor de uma identidade coletiva entre os participantes (GUARINELLO, 2001, p. 971-972). Acerca deste último aspecto, Iara Lis Carvalho Souza, ao tratar do caráter cívico das festas no Primeiro Reinado, também considera que estas reiteravam “o pacto entre o governante e o governado” garantindo, assim, a estabilidade e harmonia da ordem social, aproximando dos súditos o rei. O episódio que analisamos, mesmo ocorrendo no início do período republicano, parece fundar-se na idéia de uma festa cívica, de aproximação de dois importantes governantes – o então presidente do Estado, Borges de Medeiros, e um dos fundadores da República, Floriano Peixoto – da população caiense. Segundo Souza, a festa reiterava, “em tese, a obediência e a fidelidade” (SOUZA, 2001, p. 549). Também Kraay destaca a função cívica dos rituais, ao entender que “Rituais cívicos fornecem uma perspectiva extremamente rica sobre os processos complexos de constituição do Estado – e da nação – bem como sobre a formação de identidades coletivas (KRAAY, 2007, p. 10).

⁸⁵ Na sessão extraordinária de 23 de janeiro de 1897, o Conselho Municipal autorizava o Intendente “a despender a quantia precisa com a compra de mobília para o edifício da Intendência, inclusive reposteiros e outros objetos para ornamentação das salas; cuja autorização fica incluída a aquisição de um retrato do Exmo. Snr. Dr. Julio Prates de Castilhos, presidente do Estado, a fim de ser colocado na sala principal do edifício” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1897] 1892-1900, f. 101v-102).

prestimoso cidadão” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1876] 1876-1886, f. 2). Treze anos depois da doação, a Câmara decidia que “o retracto do ex imperador D. Pedro Segundo seja retirado do lugar que antes ocupava, visto a mudança do Governo Monarchico para o de Republica Federativa” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1889] 1886-1890a, f. 130v).

Assim como os retratos, a Junta Municipal também tratou de substituir os símbolos imperiais existentes nos prédios públicos por símbolos republicanos. Na sessão da Junta Municipal de 1º de maio de 1890, a Junta ordenava ao fiscal da freguesia de Caxias e ao procurador municipal que providenciassem a retirada e recolhimento das “actuaes taboletas” existentes nas escolas públicas para substituí-las por “nova pintura com as Armas da República” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1890] 1886-1890c, f. 146-146v).

Ao referirmos as substituições de retratos e de símbolos nos prédios públicos, queremos chamar a atenção para a necessidade sentida pela elite local de reafirmar a adesão ao novo regime. Essa adesão simbólica também se dava através do ato de nomeação de ruas do município. A 25 de março de 1893, o Conselho Municipal comunicava a Antônio Antunes Ribas, chefe de polícia do estado⁸⁶ que, por ato de 12 de março, a rua Pantaleão Paulo Pereira passava a denominar-se rua Dr. Antônio Antunes Ribas, “em signal do maior serviço por vós sempre prestados em prol da Lei, da Justiça e da República (TEIXEIRA, 1893d). Assim, percebe-se que a prática de homenagear autoridades – utilizada durante o Império por autoridades municipais – manteve-se também no período republicano. Deste modo, se, em 6 de agosto de 1882, os homenageados que tiveram seus nomes designados para denominar ruas e praças do município foram Gaspar Silveira Martins, Henrique D’Ávila, General Osório e D. Pedro II (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1882] 1876-1886d, f. 113v), em abril de 1890, os homenageados foram os republicanos Júlio de Castilhos, Benjamin Constant e Ramiro Barcellos (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1890] 1886-1890d, f. 145).⁸⁷

O simbolismo que reveste tais atos – a doação de retrato do Imperador e a sua retirada do mais importante prédio do poder municipal para a realização da solenidade de inauguração dos retratos de importantes figuras republicanas e a homenagem prestada a autoridades locais através da denominação dada a ruas do município – constituiu uma das formas encontradas pelos membros da elite local de São Sebastião do Caí para expressar sua adesão a um ou a

⁸⁶ Antônio Antunes Ribas foi chefe de polícia do estado entre novembro de 1892 e fevereiro de 1895, portanto, durante o período da Revolução Federalista.

⁸⁷ Nesta mesma sessão, os membros da Junta Municipal decidiram que a Praça D. Pedro II passaria a chamar-se Praça 15 de Novembro; a Rua Tenente Guimarães se chamaria Rua do Generalíssimo; a Rua Bernardo Mateus, de Rua 13 de Maio, e a Rua da Praia seria Rua Tiradentes, em alusão ao personagem que seria alçado à condição de herói no panteão republicano (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1890] 1886-1890d, f. 145). Sobre a construção da simbologia republicana, ver José Murilo de Carvalho (1990, p. 55-73), Tahis Nivia de Lima e Fonseca (2002) e Elisabete da Costa Leal (2006).

outro regime de poder. Não demorou, pois, para que aqueles que eram ferrenhos admiradores e defensores do Imperador passassem a defender aqueles que o haviam expurgado do poder.

O quartel final do século XIX revela-se, assim, propício para a análise do comportamento da elite política local, considerando-se ter sido este um período de mudanças conjunturais que a obrigaram a redefinir posições, acionar suas redes de relações e, sobretudo, fazer uso do capital simbólico que havia acumulado anteriormente, tendo em vista a manutenção do poder municipal. Manutenção esta que dependia do reconhecimento de seu poder pela população local – o que vem justificar as inúmeras estratégias relacionais constituídas no cotidiano –, e, também, pelas instâncias superiores de poder, com as quais – como pudemos demonstrar – manteve relações marcadas por uma dependência mútua.

Se, por um lado, fica evidenciado que, no período republicano, a elite local passou a depender do reconhecimento do governo e da executiva estadual do PRR para permanecer no poder, por outro, pudemos constatar que o governo e a executiva estadual do PRR precisaram contar – para poder garantir a dominação e a estabilidade política – com o apoio das lideranças municipais. Assim, se as novas condições impostas pela mudança de regime político não modificaram a composição da elite local – ou a alteraram muito lentamente –, provocaram, inevitavelmente, uma redefinição das posturas político-partidárias assumidas pelos membros da elite de São Sebastião do Caí, sem comprometimento das redes de relações que mantinham e do uso estratégico da barganha para a manutenção de seu prestígio e poder político.

Se, no capítulo anterior demonstramos – a partir da análise prosopográfica – que o perfil da elite caiense pouco se modificou com a mudança de regime político em 1889, pois se manteve heterogênea em termos étnicos e constituída, basicamente, por representantes dos setores comerciais e agro-exportadores do município e por residentes no distrito-sede do município, neste último capítulo constatamos a manutenção e a ampliação das redes de relações mantidas localmente por esta elite, na medida em que, além de lhe conferirem poder, prestígio e status de liderança local, lhe permitiam barganhar com as autoridades centrais e, assim, manter-se em seus postos de poder, a despeito das disputas políticas.

Foi, sem dúvida, o capital simbólico e relacional desses indivíduos – construído cotidianamente, através de relações familiares, profissionais e sociais, dos mecanismos de controle empregados e dos privilégios que o exercício da função camarária proporcionava – que garantiu que se mantivessem na condição de elite, apesar das mudanças conjunturais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A bandeira brasileira

1. Me agrada a bandeira
Auri-verde do Brazil;
Não é falsa nem faceira, -
Genuína e gentil!
2. Campo verde, esfera d'ouro,
Com a cruz, que diz da fé,
Na armilla, bom agouro,
Se estrellas muitas vê.
3. São provinciais as estrellas!
E as folhas em redor?
Fallam das riquezas n'ellas:
Fumo e café em flôr!
4. A coroa diz, o pólo,
Que por um imperador
É regido todo solo,
Apoiado por amor!
5. Olhem todos á bandeira
Brazileira, se não é
Realmente verdadeira,
Dá de sua terra fé!
6. Verde é a natureza:
O gigante, o Brazil,
Tem pois matos á surpresa
E o prado mais subtil!
7. Essa terra tem o ouro,
Os metaes sem igual,
Mostra tanto fructo louro,-
Terra rica sem rival!
8. Puro deve ser o ouro,
Nobre todo coração,
Com progresso duradouro,
Esperanças a nação!
9. Deve ser um paradeiro
Para todos em geral,
Onde vê o brasileiro
Auri-verde um signal!
(ENGEL, 1885, p. 1-2)

O poema *A bandeira brasileira*, de autoria de Frederico Arnoldo Engel, foi publicado, em 1885, no livro *Horas de Recreio: poesias allemans* (ENGEL, 1885), editado em São

Leopoldo pela Typographia da Livraria Evangélica.¹ Neste livro, Engel reúne uma série de poemas alemães – por ele traduzidos para o português – e mais 13 poemas de sua autoria, entre os quais está o que transcrevemos acima.² Se por um lado, a tradução de poemas demonstra sua intenção de preservar aspectos da cultura germânica entre descendentes teutos ou mesmo divulgá-la na nova terra, por outro, alguns dos poemas de sua autoria permitem-nos inferir que Engel já estava plenamente inserido na sociedade brasileira³ e que, inclusive, intentava difundir o sentimento patriótico que lhe animava.⁴ No caso específico do poema

¹ Tivemos acesso a este livro por intermédio do prof. Martin Dreher, a quem agradecemos pela gentileza.

² O livro *Horas de Recreio* foi dedicado à irmã de Engel, Lina, como podemos constatar na dedicatória “*Meiner teuren Schwester Lina Engel!*”, que se encontra na parte inicial do livro. No texto introdutório, Engel agradece à irmã por tê-lo auxiliado na tradução dos poemas para o português, e destaca as dificuldades de tal empreitada, uma vez que as ideias presentes nos poemas nem sempre puderam ser traduzidas literalmente.

³ Outro poema – *Mate chimarrão* – também da autoria de Engel, revela a assimilação pelo autor de costumes próprios do Rio Grande do Sul, como a bebida tipicamente sulina do chimarrão:

Mate Chimarrão

(Original)

[Canto acompanhado pela viola; o cantor em traje do serrano, com a cuia e a chocolateira ao lado]

Oh, escutem meu canto!
Logo quando me levanto
Me alembro de mais nada,
Pois que muito me agrada
Me conserva sempre são:
Máte, Máte Chimarrão!

Todo dia minha gente
Há de ter a agua quente,
Cuia, bomba e a herva
Sempre juntos se reserva,
São as cousas que me dão
Máte, Máte Chimarrão!

Quantas vezes ser por dia
Que me dá a regalia
Esse nectar? Estou agora
Em apuros, mas embora
Chamo eu ser chupão:
Máte, Máte Chimarrão!

Agua só dá-nos fraqueza,
Sendo sim de barateza,
Vinho ou cerveja, gente,
Faz-nos tonto, muito quente,
Quero bem de coração:
Máte, Máte Chimarrão!
(ENGEL, 1885, p. 45)

⁴ É possível, inclusive, supor uma intenção didática na publicação deste livro, já que se percebe o envolvimento da família Engel em questões relacionadas à educação. Conforme, Kannenberg, em 1886, as irmãs Amalie e Lina Engel criaram, no povoado de Hamburgo Velho, na freguesia de Nossa Senhora da Piedade, uma escola interna para meninas, com capacidade para o atendimento de nove internas. Não demorou para que esta se tornasse uma instituição educacional de referência para a elite da região e a ampliação do local só foi possível graças a ajuda que Amalie e Lina tiveram de seu irmão Fraderico Arnoldo Engel, apontado por Kannenberg como “um próspero comerciante, que mora em São Sebastião do Caí, então chamada de Porto Guimarães”, para

transcrito, evidencia-se que Engel não era um imigrante alheio à política brasileira, pois demonstra um profundo conhecimento dos símbolos nacionais e das riquezas existentes no país, além de expressar seu sentimento de lealdade ao Imperador. A inserção do imigrante Frederico Engel deu-se também no campo político – e, inclusive, de forma bastante participativa –, através do exercício da função camarária, decorrente de sua eleição para o Conselho Municipal de São Sebastião do Caí em 1892.

Evocamos o caso de Frederico Arnoldo Engel, por considerarmos que ele representa muito bem o perfil da elite local que analisamos ao longo da Dissertação, e, também, por demonstrar que a origem étnica não representava empecilho para a participação política e, inclusive, para o exercício de cargos políticos, ao menos, em nível municipal. Assim como muitos dos indivíduos cujas histórias relatamos nessa Dissertação, Engel exercia a atividade de negociante, integrando o setor produtivo que deteve a maior representação na Câmara Municipal no quarto final do século XIX. Tanto a sua casa de negócios, quanto a sua residência localizavam-se no Termo-sede do município, numa área próxima ao porto da Vila de São Sebastião do Caí, o que, certamente, trazia facilidades, tanto para a atividade de importação e exportação de mercadorias, quanto para a afluência de pessoas ao seu estabelecimento comercial. Sua residência, um sobrado de esquina, com certeza, não deixava de chamar a atenção da população local, expressando de forma simbólica o seu prestígio. Assim, a presença deste indivíduo ilustre e influente se dava, portanto, tanto física, quanto simbolicamente na Vila.

Como negociante, Engel estabeleceu importantes relações com a sociedade local, atuando, muito provavelmente, como comprador de excedentes produtivos das propriedades rurais e como fornecedor de mercadorias a crédito, relacionando-se, diariamente, com seus clientes a partir do balcão de sua casa de negócios. Já a sua participação no Sínodo Rio-Grandense, na condição de representante da comunidade de São Sebastião do Caí, em 1886, revela que suas relações extrapolavam os limites da sociedade caiense e que ele desfrutava do

a aquisição de um prédio maior para o funcionamento da escola (KANNENBERG, 1987, p. 19). Em 1895, diante das condições que se impunham, já que as irmãs Engel estavam com idade avançada e não mais poderiam dar continuidade ao trabalho na escola-internato, Frederico Arnoldo Engel inicia as negociações com o Pastor Friedrich Pechmann, Presidente do Sínodo Rio-Grandense, para a doação da escola “com todo o seu patrimônio e benfeitorias ao Sínodo Rio-Grandense, à Igreja Evangélica, com a condição de que seja mantida e ampliada de acordo com as necessidades” (KANNENBERG, 1987, p. 27). O Sínodo resolve, então, aceitar a doação das irmãs Engel e transforma a “Fundação Amalie-Lina” em Fundação Evangélica, nome que mantém até os dias de hoje (KANNENBERG, 1987, p. 29).

prestígio próprio das lideranças comunitárias que, facilmente, poderia ser – e, muito provavelmente, o foi – reconvertido para o campo político.⁵

Entretanto, se Engel é representativo de um perfil da elite caiense do período em análise, lembramos que esta não pode ser apresentada como um grupo de todo homogêneo. O caso que aqui tomamos é de um membro cuja origem era teuto-brasileira, mas também não poucos foram os luso-brasileiros que ocuparam os postos de poder. Também é preciso ressaltar que nem todos os vereadores que referimos ao longo da Dissertação moravam na Vila de São Sebastião do Caí, e que muitos deles, mesmo tendo adquirido alguma propriedade no Termo-sede do município, não deixaram de residir em seus distritos de origem. Se a atividade comercial predominou entre a elite caiense, também fazendeiros – sobretudo, aqueles que mantinham alguma ligação com a atividade agro-exportadora –, profissionais mecânicos e um professor obtiveram representação na Câmara Municipal. Acreditamos, portanto, que a inserção de Engel no minoritário grupo da elite caiense deveu-se a uma combinação de atributos pessoais e elementos facilitadores e, especialmente, ao uso simbólico que deles foi feito. Uma vez na Câmara, tais atributos poderiam ser reforçados, potencializando as chances de manutenção no grupo da elite política municipal.

Vale ressaltar que, assim como Frederico Arnoldo Engel – que destacamos a título de exemplificação –, qualquer outro dos demais vereadores analisados poderia ter sido utilizado para ilustrarmos a constituição de uma elite política no município de São Sebastião do Caí. Foram, por certo, as transformações econômicas – sendo a dinamização produtiva, comercial e exportadora do município a mais significativa –, as sociais – decorrentes do incremento demográfico provocado pelo processo imigratório alemão e italiano – e as políticas – derivadas da formação de lideranças locais que pleiteavam maior poder e autonomia –, que acabaram por definir qual o grupo que viria a ocupar o poder ao final do século XIX.

Ao analisarmos o episódio da primeira eleição municipal, não apenas caracterizamos o processo eleitoral no século XIX – permeado por disputas e fraudes –, como demonstramos a articulação de facções rivais no município – existentes antes mesmo de sua criação –, o que apontou para a existência prévia de uma elite política local. Indivíduos que ocuparam cargos de Juiz de Paz, que participavam de mesas eleitorais, ou que já haviam integrado – como

⁵ Expressões de suas relações exteriores podem ser o próprio envolvimento de Engel na ampliação da escola-internato de suas irmãs, e a posterior negociação por ele conduzida com o Sínodo Rio-Grandense para a doação da escola. Mas, é também possível apontar para outra estratégia relacional de Engel: no seu inventário *post-mortem*, datado de 1905, encontramos arrolado entre seus bens imóveis um terreno na povoação de Novo Hamburgo, segundo distrito de São Leopoldo (ENGEL; ENGEL, 1905). Como vimos no terceiro capítulo, a aquisição de terrenos em outros municípios, inclusive em Porto Alegre, era prática muito comum entre os membros da elite. Entretanto, chama-nos a atenção, no caso de Engel, o fato de que seu terreno fazia divisa com terras de Frederico Pechmann, pastor com quem negociara a doação da escola de suas irmãs para o Sínodo.

vereadores – a Câmara Municipal de São Leopoldo, vislumbraram na criação do município de São Sebastião do Caí a oportunidade de controlar a nova estrutura burocrático-administrativa que então se formava, garantindo, assim, a hegemonia sobre os demais setores da população local e a ocupação de cargos que lhes permitiam negociar com instâncias superiores de poder. Alguns indivíduos, entretanto, mesmo nunca tendo sido eleitos para a Câmara Municipal, não deixaram de exercer o papel de elite municipal neste final de século XIX, seja garantindo a presença de seus familiares e aliados na Câmara ou exercendo outros postos-chave da política local. É este o caso de Francisco Trein, cuja família foi personagem recorrente ao longo da Dissertação. Se Francisco Trein nunca foi eleito vereador em São Sebastião do Caí, teve filhos e genros presentes em diversas composições camarárias e atuou como Juiz de Paz paroquial, presidindo as mesas eleitorais nos momentos de qualificação eleitoral e de votação, atribuições que ampliaram significativamente seu prestígio político no município.⁶

Ao privilegiarmos a análise do processo de constituição de uma elite política, não desconhecemos que ela também atuava como uma elite econômica. Assim, ao tratarmos do processo de criação do município de São Sebastião do Caí, procuramos demonstrar que a agricultura não foi a única atividade econômica da região na qual se insere o município. Neste sentido, ressaltamos que, se ao descrevermos o desenvolvimento econômico da zona colonial, o associamos à agricultura de subsistência – visão consagrada pela historiografia tradicional –, não devemos desconsiderar o desenvolvimento agromanufatureiro destas regiões, sua dinamização comercial e sua gradativa integração à economia provincial/estadual.⁷

As acirradas disputas eleitorais existentes no âmbito dos municípios – evidenciadas nos fatos que envolveram a eleição de outubro de 1875, em São Sebastião do Caí – demonstraram que a Câmara Municipal constituía órgão no qual indivíduos de destaque na sociedade intentavam representação, o que nos fez reavaliar seu papel e relativizar a centralização administrativa que caracterizava a estrutura do Estado brasileiro no período imperial e do Estado castilhistas na fase inicial da República. Analisando algumas das ações da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí foi possível constatar que esta exercia importante controle sobre a economia e sobre a população local. As funções que acumulava de determinar os impostos a serem cobrados, o modo como seriam aplicadas as receitas

⁶ Ressaltamos que ao restringir os membros da elite municipal aos vereadores, fizemos uma opção de caráter metodológico, não desconhecendo que o conceito de elite engloba outras categorias de poder local – e que não foram exploradas nesta Dissertação – que merecem um estudo mais aprofundado de nossa parte em outro momento.

⁷ Esta mesma observação já foi feita por Dreher, que afirma que “a atividade agromanufatureira foi mais do que complementar”, portadora, inclusive, de uma autonomia em relação à agricultura, na zona colonial alemã do Rio Grande do Sul (DREHER, 1999, p. 58).

municipais, assim como a elaboração das posturas e a tarefa de zelar pela sua observância são algumas das prerrogativas que garantiam esse controle econômico e social exercido pela Câmara Municipal. Tal análise permitiu-nos, então, dimensionar o significado, muitas vezes mais simbólico do que efetivamente material, que o exercício do cargo camarário tinha para os membros da elite local. Assim, se até o período republicano a função de vereador não era remunerada⁸, eram vantagens de outra ordem – como o poder de distribuir benesses ou de manter o controle da economia e população locais – que levavam à disputa de tais cargos.

A análise do perfil dos vereadores, por sua vez, revelou os setores sociais e econômicos que se faziam representar na Câmara Municipal, levando-nos a concluir que, mais do que questões étnicas, profissionais e ligadas ao domicílio, foram as privilegiadas condições econômicas e a utilização de um capital simbólico construído cotidianamente que possibilitaram o acesso aos cargos públicos e, conseqüentemente, à posição de elite municipal.

Assim, assumiram papel central na constituição e na consolidação de uma elite municipal, tanto as relações mantidas por seus membros nos espaços cotidianos – da família, dos negócios e da sociabilidade –, quanto aquelas que se deram a partir do espaço camarário. As alianças matrimoniais foram essenciais para a efetivação de uma endogamia, tanto profissional, quanto política, permitindo que algumas famílias ligadas por laços parentais se fortalecessem também no campo econômico e político, assegurando, desta forma, sua condição privilegiada em relação aos demais setores. Mas, é importante lembrar que os laços intra-elite – visando uma maior coesão deste grupo – deram-se para além das relações familiares – até porque, como demonstramos, algumas vezes, tais relações podiam ser marcadas pela discórdia –, tendo sido fundamentais também as relações no campo econômico – no estabelecimento de sociedades comerciais, por exemplo – ou através da sociabilidade, que permitia que representantes da elite local se fizessem presentes em um mesmo espaço

⁸ Durante o período imperial, o cargo de vereador não era remunerado, sendo que foi só com a instituição da República que os indivíduos que se ocuparam do Legislativo Municipal passaram a receber alguma remuneração por sua atividade pública. O Artigo 29 da Lei Orgânica do município de São Sebastião do Caí, de 1892, determinava que “Os membros do Conselho perceberão, pelos dias de effectivo trabalho, um subsídio que o Conselho fixará na fôrma do art. 53” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892, f. 5v). O artigo 53, por sua vez, determinava que a remuneração dos membros do conselho, assim como do Intendente, subintendentes e dos empregados municipais deveria ser fixada pelo orçamento municipal (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892, 8v). Ao consultarmos o orçamento municipal fixado pelo Conselho Municipal para o ano financeiro de 1894 observamos que entre as despesas da Intendência, estava fixado o valor de 500 mil-réis destinado ao “Subsídio ao Conselho” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1893] 1892-1900, f. 41 v). Levando em consideração que o Artigo 18 da Lei Orgânica estabelecia que o Conselho deveria ser formado por cinco membros (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1892] 1892, f. 4), deduz-se que cada conselheiro recebia, anualmente, o subsídio de 100 mil-réis, valor pouco significativo se comparado à remuneração do Intendente Municipal que era de 3 contos de réis anuais, ou mesmo dos subintendentes, que recebiam 1:200\$000 (1 conto e 200 mil-réis) anuais.

físico e simbólico. Vale lembrar que estas estratégias relacionais foram também fundamentais para a cooptação de novos aliados políticos. Como pudemos demonstrar, as atividades comerciais muito favoreceram o estabelecimento de relações com indivíduos dos demais setores sociais, que, cooptados, tornaram-se aliados políticos de representantes da elite, dada a relação de dependência criada no campo econômico. O sistema de crédito concebido pelo negociante para empréstimos aos seus clientes e a relação de dependência estabelecida entre produtor e comerciante-exportador, práticas que pudemos constatar na análise que fizemos, atestam que as relações econômicas podiam converter-se em meios importantes de ampliação de clientela.

No tocante às relações estabelecidas no espaço camarário, ficou evidenciado que o cargo público serviu à elite municipal, para o reforço de sua posição privilegiada, na medida em que permitia a acumulação de benefícios para si e a distribuição de benesses para seus aliados. Assim, utilizando-se da antiga prática do *dar, receber e retribuir*, os vereadores potencializaram os ganhos que o exercício do cargo lhes conferia. Valendo-se dos privilégios decorrentes dos cargos ocupados na Câmara, os representantes desta elite adotaram amplamente a prática da negociação com instâncias superiores de poder, amparados, muitas vezes, na sua posição de liderança local. A prática da barganha foi, sem dúvida, a principal estratégia – bem sucedida, na maioria das vezes – adotada pelos membros da elite local para que obtivessem a legitimação e o reconhecimento de seu poder por instâncias superiores, garantindo, desta maneira, a sua manutenção nos cargos políticos, apesar das mudanças conjunturais. Isto significa afirmar que, se, efetivamente, houve alguma mudança no grupo que ocupava o poder municipal com a passagem da Monarquia para a República, esta se deu muito mais em relação à posição política assumida pelos membros da elite – que de liberais passaram a ser republicanos – do que em relação à composição desta elite local. Como pudemos demonstrar, os membros desta elite municipal não se intimidaram em sacrificar ideais partidários e lealdades pessoais a líderes políticos para permanecerem no poder, mantendo-se à frente da administração municipal em função do capital simbólico acumulado, do favorecimento e das condições que dispunham para a prática da negociação.

Amparados na concepção de estratégia de Levi, para quem as estratégias dependem do contexto em que estão inseridas para ter êxito (LEVI, 2000, p. 214), é que analisamos as formações camarárias do município de São Sebastião do Caí, neste momento-chave da política brasileira, marcado pela mudança de regime político. Assim, ao perceberem que o apoio a Silveira Martins não seria vantajoso para as relações com as novas instâncias de poder instaladas a partir de 1889 – para as quais Martins representava um grande inimigo –, muitos

dos líderes políticos do município – antes liberais e admiradores do líder deste partido – não hesitaram em tornarem-se republicanos e apoiar Júlio de Castilhos, com a fim de manterem-se no poder. Evidenciando também essa relação constante entre texto e contexto – lição tomada dos micro-historiadores e que buscamos observar ao longo do trabalho – destacamos que a importância dada a determinados valores morais e aos credos religiosos foi fundamental para que algumas das estratégias postas em prática pela elite obtivessem êxito. Neste sentido, o envolvimento das famílias Ritter e Trein na fundação de comunidades evangélicas em Linha Nova e em São José do Hortêncio, respectivamente, pode ser tomado como exemplo do que afirmamos, já que, muito provavelmente, não teria rendido dividendos políticos se, naquele contexto, a religião não fosse considerada um valor e um fator agregador e de identificação para aquelas comunidades.

Por certo, a caracterização que fizemos da elite municipal de São Sebastião do Caí não contemplou – em função das fontes que privilegiamos e, principalmente, do tempo que dispunhamos para a realização da Dissertação – aspectos como o grau de instrução/a formação – tão importante na análise que José Murilo de Carvalho fez da elite imperial brasileira, por garantir a sua homogeneidade – e que merecerá, com certeza, um olhar mais atento de nossa parte em trabalhos futuros. Se, como apontamos no segundo capítulo, os critérios adotados por Carvalho nem sempre são aplicáveis à análise da elite de São Sebastião do Caí, deve-se reconhecer que uma análise do nível de instrução dos vereadores muito poderia ter revelado acerca das redes relacionais tecidas por essa elite que analisamos. Da mesma forma, muito poderia ter contribuído a inclusão da categoria “confissão religiosa” na caracterização do perfil desta elite municipal, pois acreditamos que na região do vale do rio Caí, a predominância católica e a afluência crescente dos luteranos possam ter delineado também opções políticas de muitos cidadãos, aspectos que podem ser esclarecidos através do cruzamento de informações sobre o perfil religioso da elite e da população votante local com o resultado das eleições municipais.

Chegamos, pois, ao fim desta Dissertação. E, como todo fim, este também requer um ponto final. Entretanto, nos é bastante difícil encerrá-la, uma vez que entendemos que a discussão acerca da dinâmica política local e de seus agentes históricos não se esgota nas questões que trabalhamos. Muitas questões foram apenas abreviadamente analisadas nesta Dissertação e merecem ser aprofundadas em outro momento. Deste modo, essas considerações finais, mais do que retomar as conclusões parciais da investigação que desenvolvemos nos dois últimos anos, buscam apontar para as inúmeras potencialidades que uma documentação como aquela que localizamos no Museu Histórico Vale do Caí – e que

se encontra sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal Bernardo Mateus – pode oferecer. Vale lembrar que, à vasta e qualificada documentação existente neste acervo – e no de muitos outros – se soma aquela que, desconhecida pelos historiadores ou condenada ao desaparecimento pelo mau estado de conservação, muito ainda poderá revelar sobre os homens influentes – ou não – que construíram a história do Rio Grande do Sul através da sua capacidade de articulação.

Nosso desafio será o de, na continuidade, atentar para outros espaços de poder político local, para além da Câmara Municipal, e estabelecer comparações entre essa elite que analisamos e tantas outras, quer dentro da própria zona colonial, quer fora desta e, inclusive com as de outras regiões do Brasil. O município de São Sebastião do Caí serviu-nos, pois, como um fio condutor que permitiu desvendar algumas das características de uma dada elite municipal, de suas ações e estratégias de poder, com o fim de ampliar o conhecimento deste campo ainda tão pouco estudado. Assim, quando, ao longo desta Dissertação, revelamos estratégias, ações e relações da elite caiense, buscamos chamar a atenção do leitor não para o universo restrito de uma elite local específica – a elite caiense –, mas para algumas das possibilidades efetivas que as diversas elites municipais sul-rio-grandenses tinham – de acordo com as especificidades locais e contextuais – para inserir-se numa estrutura ampliada de poder e para garantir o exercício do poder a nível local.

Por fim, acreditamos que um olhar mais atento sobre o simbólico e sobre o cotidiano possa, como já demonstramos em alguns tópicos desta Dissertação, enriquecer ainda mais o conhecimento sobre a história social e política – ou talvez, de uma história social do político – tanto do período imperial, quanto do republicano. Muitos dos indivíduos que formavam as elites municipais sul-rio-grandenses nunca chegaram a ocupar qualquer cargo maior na estrutura de poder do Império ou da República. Seu espaço de atuação restringiu-se ao âmbito local, o que, entretanto, não pode servir de pretexto para a historiografia relegar tais indivíduos ao esquecimento. Mesmo que restritos em sua atuação política ao espaço do município, eles exerceram papel central na condução dos destinos da política sul-rio-grandense e brasileira, pois, além de cooptarem as clientelas para garantir as vitórias eleitorais, serviram de mediadores entre as instâncias superiores de poder e a população local. Eram também eles os responsáveis por garantir a presença – sobretudo simbólica – do governo imperial, e, depois, republicano, no âmbito do município, quer através da nomeação de ruas e da inauguração de retratos de ilustres figuras da elite brasileira e sul-rio-grandense em prédios públicos, quer através da difusão de um sentimento de devoção ao Imperador ou de lealdade à Pátria, como fez Engel em seu poema *A bandeira brasileira*.

REFERÊNCIAS

AGULHON, Maurice. **Historia vagabunda**: etnologia y política en la Francia Contemporánea. México: Instituto Mora, 1994.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luís Felipe de. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: Império – a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2, p.11-94.

AMADO, Janaína. **A revolta dos mucker**. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

AMSTAD, Teodoro. **Memórias autobiográficas**. Tradução de Arthur Rabuske. São Leopoldo: UNISINOS, 1981.

ANCESTRY.COM COMMUNITY. **Genealogia da Família Alencastro Guimarães**. Disponível em: <<http://freepages.genealogy.rootsweb.ancestry.com/~alencastro/pafg01.htm#3>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro**: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ANNINO, Antonio. Introducción. In: ANNINO, Antonio (Coord.). **Historia de las elecciones em Iberoamérica, siglo XIX**: de La formación del espacio político nacional. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1995. p. 7-18.

ARAÚJO, George Zeidan. As correntes republicanas e o imaginário republicano à época da proclamação de 1889: concepções e disputas. **Revista Urutágua DCS/UEM**, n. 20, p. 29-37. jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/7446/5210>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

ARAÚJO, Luís Antônio Silva. Negociantes portugueses: as redes nas arrematações de direitos e tributos régios. In: ALEMIDA, Carla Maria Carvalho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Org.). **Nomes e números**: alternativas metodológicas para a história econômica e social. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006. p. 153-169.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. A capela-mor da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: O HISTORIADOR E SEU TEMPO, 18., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH/SP, UNESP/Assis, 2006. 1 CD-ROM.

ARQUIVO NACIONAL. Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. In: ARQUIVO NACIONAL. **O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003a. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=827&sid=101&tpl=printerview>>. Acesso em: 05 jan. 2010.

ARQUIVO NACIONAL. Música na Bahia. In: ARQUIVO NACIONAL. **O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003b. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=827&sid=101&tpl=printerview>>. Acesso em: 05 jan. 2010.

AXT, Gunter. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (Dir.). **República: República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 89-128, v. 3, t. 1. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

AXT, Gunter. **Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1829)**. 2001. 455 f. Tese (Doutorado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2001a.

AXT, Gunter. Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e justiça no Rio Grande do Sul Borgista. **Justiça & História Revista do Memorial do Judiciário**, Porto Alegre, v. 1, n. 1 e 2, p.175-216, 2001b.

BADDINI, Cássia Maria. Saúde Pública e Poder local: Sorocaba no século XIX. **Mneme Revista de Humanidades**, Caicó (RN), v. 7, n. 17, p. 31-48, ago./set. 2005. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/ed17/161.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2007.

BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidade. In: BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 65-106.

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil 1790-1822**. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. **Dicionário das famílias brasileiras**. São Paulo: Ed. do Autor, 1999. v. 2.

BECKER, Dr Klaus. **Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai**. Canoas: Hilgert & Filhos, 1968.

BECKER, Klaus. A navegação fluvial iniciada pelos colonos alemães. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). **Imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

BEISER, Ana Cristina Pires. **Frederico Augusto Ritter: de cervejeiro a doceiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/fredericoritter.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. **Revista Mexicana de Sociologia**, México, v. 61, n. 2, p. 107-135, abr./jun. 1999.

BERTRAND, Michel. Elite y redes sociales en Guatemala al tiempo de la independencia. In: BERTRAND, Michel (Coord.). **Configuraciones y redes de poder: un análisis de las relaciones sociales en América Latina**. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2002a. p. 111-132.

BERTRAND, Michel. Los modos relacionales de las élites hispanoamericanas coloniales: enfoques y posturas. **Anuário del IEHS**, Tandil, n. 15, p. 61-80, 2000.

BERTRAND, Michel. Redes sociales, poder e identidade em las sociedades latinoamericanas (siglos XVI-XX). In: BERTRAND, Michel (coord.). **Configuraciones y redes de poder: un análisis de las relaciones sociales en América Latina**. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2002b. p. 5-13.

BERTRAND, Michel; MOUTOUKIAS, Zacarías; POLONI-SIMARD, Jacques. Presentación: el análisis de los grupos sociales: balance historiográfico y debate crítico. **Anuário del IEHS**, Tandil, n. 15, 2000. p. 17-21.

BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990a. p. 188-206.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. 3. ed. Porto Alegre: ZOUK, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990b. p. 149-168.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: BERTRAND, 1989.

BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CABRAL, João de Pina; LIMA, Antónia Pedroso. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. **Etnográfica**, v.9, n. 2, p. 355-388, 2005.

CALDO, Paula; FERNÁNDEZ, Sandra. Por los senderos del epistolario: las huellas de la sociabilidad. **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 1-14, 2009. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em: 30 maio 2009.

CALDO, Paula; FERNÁNDEZ, Sandra. Sobre el sentido de lo social: asociacionismo y sociabilidad. Un breve balance. In: FERNÁNDEZ, Sandra; VIDELA, Oscar. **Ciudad oblicua: aproximaciones a temas e intérpretes de la etreguerra rosarina**. Rosário: La Quinta Pata & Camino Ediciones, 2008. p. 81-84.

CAMPOS, Eudes. A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos materiais: obras públicas e arquitetura vistas por meio de fotografias de autoria de Militão Augusto de Azevedo, datadas do período 1862-1863. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 15, n. 1, p.11-114, jan./jun.2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v15n1/a02v15n1.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2007.

CARDOSO, Raul Róis Schefer. **Capítulos de formação de um território negro: a escravidão rural no Vale do Caí (RS- 1870/1888)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2005.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes e refugiados judeus em tempos sombrios: Brasil, 1933-1948. In: GRINBERG, Keila (Org.). **Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 335-374.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania: tipos e percursos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 18, 1996. Disponível em: < http://www.cce.udesc.br/titosena/Arquivos/Artigos_textos_sociologia/Cidadania.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2009.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã**: a Guarda Nacional de 1831 a 1850. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1977.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006a. p. 41-53.

CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006b. p. 19-39.

COMISSOLI, Adriano. **Os ‘homens bons’ e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

CONNIFF, Michael L. A elite nacional. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 99-121.

CORADINI, Odaci Luiz. As elites como objeto de estudos. In: CORADINI, Odaci Luiz (Org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 7-18.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Miguel Ângelo Silva da. **Entre a “flor da sociedade” e a “escória da população”**: a experiência de homens pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880). 2006. Dissertação (Mestrado em História) --Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2006.

CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. Redes clientelares e as listas nominativas de 1831/32 para a província de Minas Gerais: reflexões conceituais e metodológicas. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais ABEP**, Caxambú (MG), set. 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_534.pdf>. Acesso em 03 jul. 2008.

DALMAZO, Renato Antônio. **As relações de comércio no Rio Grande do Sul: do século XIX a 1930**. Porto Alegre: FEE, 2004. Disponível em: <<http://ich.ufpel.edu.br/economia/conteudo.php?pagina=16>>. Acesso em: 30 set. 2007.

DE BONI, Luis A. **La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos**. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: EST, 1977.

DECON - DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Censo de 1872**: Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Pelotas: DECON, 2006. Disponível em: <<http://ich.ufpel.edu.br/economia/conteudo.php?pagina=15>>. Acesso em: 10 set. 2008.

DEL PRIORI, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

DREHER, Martin N. A Câmara Municipal de São Leopoldo e o conflito Mucker. In: SILVA, Haike Roselane da; HARRES, Marluza Marques (Org.). **A História da Câmara e a Câmara na História**. São Leopoldo: Oikos, 2006. p. 115-123.

DREHER, Martin N. **Breve história do ensino privado gaúcho**. São Leopoldo: Oikos, 2008a.

DREHER, Martin N. Espaços políticos. In: GRÜTZMANN, Imgart; DREHER, Martin Norberto; FELDENS, Jorge Augusto. **Imigração alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2008b. p. 58-59.

DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. São Leopoldo: SINODAL; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Ed. Universidade de Caxias do Sul, 1984.

DREHER, Martin N. O desenvolvimento econômico do vale do Rio dos Sinos. **Estudos Leopoldenses - Série História**, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 49-70, 1999.

DREHER, Martin N. O mundo evangélico na Revolução Federalista. In: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero (Org.). **Revolução Federalista e os teuto-brasileiros**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1995.

DUMA, Jean. Sobre as elites: abordagem historiográfica. **História-UNISINOS**, São Leopoldo, v. 7, n. 8, p. 89-103, 2003.

ENGEL, Frederico. **Horas de recreio**: poesias Allemans. São Leopoldo: Typographia da Livraria Evangélica, 1885.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Representantes teutos na Assembléia Rio-Grandense (1887-1896). In: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero (Org.). **A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1995. p. 165-171.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 11 ed. São Paulo: Globo, 1997. v. 1.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). 2007. Tese (Doutorado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

FEE – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul**: censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE/ Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981.

FÉLIX, Loiva Otero. As relações coronelistas no Estado Borgista: discussão historiográfica. **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, v. 28, n. 127, p. 67-85, mai./jun. 1992.

FELIZARDO, Júlia Netto (org.). **Evolução administrativa do Rio Grande do Sul**: criação dos municípios. Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, 1965.

FERNÁNDEZ, Sandra. Las formas de sociabilidad en Santa Fe. In: BARRIERA, Dario (Dir.). **Sociabilidad, corporaciones, instituciones (1860-1930)**. Rosário: Prohistoria/La Capital, 2006. Tomo 7. (Nueva Historia de Santa Fe).

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. História e prosopografia. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E BIOGRAFIAS, 10., 2002, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, UERJ, 2002. Disponível em: < http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=312#indice>. Acesso em: 28 out. 2009.

FERTIG, André. “Espoleta” de todos os partidos: A Guarda Nacional nas eleições do Império do Brasil (1850-1873). **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n.37, p.89-105, jan./jun. 2005. Disponível em < <http://www1.fapa.com.br/cienciaseletras/pdf/revista37/cap05.pdf> >. Acesso em: 14 jan.2010.

FERTIG, André. A Guarda Nacional Rio-grandense: defesa do estado imperial e da nação. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Org.). PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.; Coord.). **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 2, p. 71-91. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

FLECK, Eliane D.; KORNDÖRFER, Ana Paula. Infância, violência urbana e saúde pública – Porto Alegre (1880-1920). **Revista Justiça & História**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, 2003. Disponível em: <http://www.tj.rs.gov.br/institu/memorial/RevistaJH/vol3n5/08-Eliane_Fleck.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2008.

FORTES, Alexandre. **Nós do quarto distrito**: a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul, RS: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. **História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1963.

FORTES, Helena Cornelius. **Reminiscências**: 1875-1975. São Sebastião do Caí: Prefeitura Municipal, 1975.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 29-71.

FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas Notas de pesquisa. **Tempo - Revista do Departamento de História da UFF**, Niterói, v. 8, n. 15, p. 11-35, 2003. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg15-2.pdf>. Acesso em: 15 maio 2009.

FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 41-70, set. 2002a. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a2.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2008.

FRAGOSO; João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRAGOSO, João. Para que serve a história econômica? notas sobre a história da exclusão social no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 29, p.3-28, 2002b.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época.** 4. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (Dir.). **República: República Velha (1889-1930).** Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, t. 1, p. 129-170. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. **Os jesuítas portugueses e espanhóis e sua ação missionária no sul do Brasil e Portugal (1580-1640):** um estudo comparativo. 1998. Tese (Doutorado em História). Universidade de Lisboa, Lisboa, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & sensala.** 18. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

GERTZ, René E. A memória da guerra civil de 1893 nas regiões de colonização alemã. In: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero (org.). **Revolução Federalista e os teuto-brasileiros.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1995. p. 97-113.

GERTZ, René E. **O aviador e o carroceiro:** política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAZÃO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 96-137, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi08/topoi8a3.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2008.

GOUVEIA NETO, João Costa. Hábitos costumeiros na São Luís da segunda metade do século XIX. **Em Tempos de Histórias – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB**, n. 13, Brasília, 2008. p. 7-16. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ih/novo_portal/portal_his/revista/arquivos/edicoes_anteriores/2.2008/3_Joao_Costa_Gouveia_Neto_7-16_2a_Edio_2008.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro 2010.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRAHAM, Richard. Clientelismo na cultura política brasileira: Toma lá dá cá. **Publicações Braudel Papers**, 15. ed. 2003. Disponível em: <<http://www.braudel.org.br/paper15.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2003.

GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. **Diálogos DHI/UEM**, Maringá, v. 5, n. 1, p. 11-47, 2001. Disponível em: <<http://www.dialogos.uem.br/viewarticle.php?id=84&layout=abstract>>. Acesso em 29 nov. 2009.

GRAHAM, Richard. Formando un gobierno central: las elecciones y el orden monárquico en el Brasil del siglo XIX. In: ANNINO, Antonio (Coord.). **Historia de las elecciones em Iberoamérica, siglo XIX**: de La formación del espacio político nacional. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 1995. p. 347-379.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 251-262.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, Trabalho e Cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (org.). **Festa**: cultura & sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Hucitec; Ed. USP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001. v. 2, p. 969-975. (Coleção Estante USP – Brasil 500 Anos).

GUEDES, Roberto. Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (Sécs. XVII-XIX). **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 379-423, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi13/Topoi%2013_artigo%204.pdf>. Acesso em: 20 out. 2009.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). Tese (Doutorado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

HEINZ, Flávio M. Elites rurais entre representação e política: exercício prosopográfico. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006a. p. 123-142.

HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006b. p. 7-15.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

HUNSCHE, Carlos Henrique. **Pastor Heinrich Wilhelm Hunsche e os começos da Igreja Evangélica no Sul do Brasil**. São Leopoldo: Ed. Rotermund, 1981.

HUNSCHE, Carlos Henrique; ASTOLFI, Maria. **O quatriênio 1827-1830 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)**. Porto Alegre: G&W Artes Gráficas, 2004. v. 3.

HUNSCHE, Carlos. **O ano de 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)**. Porto Alegre: Metrópole, 1977.

HUNSCHE, Carlos. **O biênio 1824-25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul. Província de São Pedro**. Porto Alegre: A Nação, 1975.

HUNSCHE, Carlos H. **Ritter/Roth und Kessler**. São Leopoldo, 1961.

HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). **Imigração e Colonização**: Legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001

KANNENBERG, Hilmar. **Fundação Evangélica**: um século a serviço da educação 1886-1986. São Leopoldo: Rotermund, 1987.

KAUTZMANN, Maria Eunice Müller (coord.). **Montenegro de ontem e hoje**. São Leopoldo: Serviço Gráfico de Rotermund S.A., 1978.

KNOB, Frei Pedro; OFM; KNOB, Darcísio. **Poço das Antas**: primeiro lugar no ranking de alfabetização. Porto Alegre: Evangraf, 1998.

KRAAY, Hendrik. “Sejamos brasileiros no dia da nossa nacionalidade”: comemorações da Independência no Rio de Janeiro, 1840-1864. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 9-36, jan.-jun. 2007. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi14/Topoi%2014_artigo%201.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2010.

KÜHN, Fábio. A prática do dom: família, dote e sucessão. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Org.). CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa (Coord.). **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1, p. 225-239. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

KÜHN, Fábio. Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (Org.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. p. 47-74.

KÜHN, Fábio. **Gente de fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII. 2006. Tese (Doutorado em História) -- Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, 2006b.

KUNERT, Udo Ingo. A colônia de Santa Maria da Soledade (considerações gerais). In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL, 2., 1976, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: Rotermund, 1976. p. 215-228.

LAGEMANN, Eugenio. Imigração e Industrialização. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 114-134.

LANGENDONCK, Madame van. **Uma colônia no Brasil**: narrativa de viagem ao Rio Grande do Sul em 1862. Tradução de Paula Berinson. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, [1862] 2002.

LEAL, Elisabete da Costa. O calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista. **História**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 64-93, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v25n2/03.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2010.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA E FONSECA, Thais Nívia. A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p.439-462, 2002.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Metodologia da história quantitativa: balanço e perspectivas. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et al. (Org.). **História quantitativa e serial no Brasil: um balanço**. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

LOJAS RENNER. **Nossa história**. Disponível em < <http://www.lojasrenner.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

LONER, Beatriz Ana. Pelotas se diverte: clubes recreativos e culturais do século XIX. **História em Revista (UFPel)**, Pelotas, v. 8, n. 8, 2002, p.1-16. Disponível em < http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_08_Beatriz_Ana_Loner.pdf>. Acesso 10 fev. 2010.

LÓPEZ, Pilar Muñoz. **Sangre, amor e interes**: la família em la espanha de la restauración. Madrid: UAM Ediciones, 2001.

LOVE, Joseph L. **A Locomotiva**: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Arquitetura Luso-Brasileira. In: BERTUSSI, Paulo Iroquez et al. **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 53-94.

MACHADO, Cacilda da Silva. A família e o impacto da imigração (Curitiba, 1854-1991). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 dez. 2009.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINY, Carina. A elite política local de uma região marcada pela imigração (final do século XIX). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: POR UMA EST(ÉTICA) DA BELEZA NA HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ANPUH, 2009a.

MARTINY, Carina. A presença teuta na política local: família e poder em São Sebastião do Caí no final do século XIX. In: COSTA, Miguel Ângelo S. da; DREHER, Martin N.; CARVALHO, Enildo de M. (Org.). **Explorando Possibilidades: experiências e interdependências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009b. p. 68-98.

MARTINY, Carina. Das presenças e ausências: as Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí (1875 a 1892) como fonte de pesquisa. ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – VESTÍGIOS DO PASSADO: A HISTÓRIA E SUAS FONTES, 9., 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ANPUH/RS, 2008a. Disponível em: < http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212285879_ARQUIVO_CarinaMartinyArtigoEncontroANPUH-RS.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2008.

MARTINY, Carina. **Fazer-se vila: São Sebastião do Caí (1875-1892)**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Curso de História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2007.

MARTINY, Carina. O ordenamento da vila: o Código de Posturas de São Sebastião do Caí (final do século XIX). MOSTRA DE PESQUISA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: PRODUZINDO HISTÓRIA A PARTIR DE FONTES PRIMÁRIAS, 6., 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: CORAG, 2008b. p. 295-318.

MARTINY, Carina. Para além da política: considerações acerca do surgimento da Vila de São Sebastião do Caí (segunda metade do século XIX). In: SCHAUN, Doris Helena Gerber et al. **Imigração: do particular ao geral**. Ivoti: Instituto Superior de Educação Ivoti; Porto Alegre: CORAG, 2009c. p. 422-429.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Nobel; EDUSP, 1991. (Coleção Cidade Aberta).

MASSON, Alceu. **Caí (Monografia)**. São Sebastião do Caí: Tipografia Caiense; Kusminsky e Ely, 1940. (Edição da Prefeitura Municipal de Caí).

MATTOS, Ilmar Ruhloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 181-231.

MERTZ, Marli; GRANDO, Marines Zandavalli; TARGA, Luiz Roberto Pecoits. A agricultura: a organização dos sistemas agrários. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). **República: República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 203-224. (Coleção História do Rio Grande do Sul).

MOEHLECKE, Germano. A Câmara ao Longo dos Tempos. In: SILVA, Haike Roselane Kleberda; HARRES, Marluza Marques (Org.). **A história da câmara e a câmara na história**. São Leopoldo: OIKOS, 2006. p. 25-44.

MONTEIRO, Nuno G. Sistemas familiares. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)**. Portugal: Estampa, 1993. v. 4, p. 279-285.

MOREL, Marco. Sociabilidades entre Luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, 2001, p. 3-22.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

MUZART, Zahidé Lupinacci. A paixão das florestas ou as viagens de Mme. Van Langendonck. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p.1061-1071, set-dez/2008.

NAVARRO, Javier. Sociabilidad e historiografía: Trayectorias, perspectivas y retos. **SAITABI – Revista de la facultat de geografia i història**, Valência, n. 56, p. 99-119, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NUNES, Neila Ferraz Moreira. A Experiência Eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889): Frequência Eleitoral e Perfil da População Votante. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 311-343, 2003.

NUNES, Ruben. O Porto do Guimarães: Achegas à História Inicial de São Sebastião do Caí. **Jornal Correio do Povo**, Porto Alegre, 01 de jun de 1975. Caderno de Sábado, p.6.

OSÓRIO, Helen. As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 107-137.

OSÓRIO, Helen. Estrutura agrária e ocupacional. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloísa (Coord.). **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1, p. 153-170. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

OSÓRIO, Helen. **O Império Português no Sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007. p. 69-81.

PEREIRA, José Maria Dias; ARENDT, Marcelo. **O desenvolvimento da indústria gaúcha no séc. XX**. Porto Alegre: FEE, 2002. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/ mesa_12_pereira_arendt.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010. p. 1-20.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Almuthasib: Considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 42, p.365-395, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. **RS: imigração & colonização**. 3.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 156-194.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (org). **Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1998. v. 1.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **A política rio-grandense no II Império (1868-1882)**. Porto Alegre: UFRGS, 1974.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **Contribuição para a história de Nova Petrópolis: colonização e evolução da colônia**. Caxias do Sul: EDUCS, 1989.

PINHO, Wanderley. **Salões e damas do Segundo Reinado**. 3. ed. São Paulo: Martins, 1959.

PORTO, Aurélio. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

QUAQUARELLI, Cláudia. Sociabilidades e relações afetivas entre os gêneros do universo popular. **História: questões & debates**, Curitiba, n. 30, p. 39-56, 1999.

RABUSKE, Arthur. **São Sebastião do Caí: fase jesuítica da paróquia**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1985.

RAMELLA, Franco, Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María; OTERO, Herán (coord.). **Inmigración y redes sociales en la Argentina Moderna**. Tandil: CEMLA, IEHS, 1995.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. Cidades e sociabilidades (1822-1889). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.). PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (dir. coord.). **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v.2, p. 423-446. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: A Revolução além fronteira. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). **República: República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, t. 1, p.23-56. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter. Apresentação. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). **República: República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3 t. 1, p. 9-18. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

REICHEL, Heloísa Jochims. **A indústria têxtil no RS: 1910-1930**. Porto Alegre: IEL/ Mercado Aberto, 1978.

REICHEL, Heloísa Jochims. A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. **RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

REINHEIMER, Dalva Neraci. **A navegação fluvial na República Velha gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação**. 2007. 238 f. Tese (Doutorado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Rio Grande do Sul, 2007. Tese de Doutorado.

REINHEIMER, Dalva Neraci. **As colônias alemãs, rios e Porto Alegre**: estudo sobre imigração alemã e navegação fluvial no Rio Grande do Sul (1850-1900). 1999. Dissertação (Mestrado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 1999.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, Ed. USP, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

REIS, Maria de Lourdes Flores Soares. Introdução ao estudo do comércio Teuto-riograndense. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL, 4., 1980, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: Gráfica UNISINOS, 1987. p. 107-134.

REVEL, Jacques. A História ao rés-do-chão (Prefácio). In: LEVI, Giovani. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 7-37.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 15-38.

RHODEN, Luiz Fernando. Os traços urbanos. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Org.). CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa. **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1, p. 255-273. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava**: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845). Santa Maria: UFSM, 2005.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RODYCZ, Wilson Carlos. O Juiz de Paz imperial: uma experiência de magistratura leiga e eletiva no Brasil. **Justiça & História - Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 35-72, 2002.

ROTERMUND, Wilhelm. Os dois vizinhos: cenas da colônia. In: ROTHERMUND, Wilhelm. **Os dois vizinhos e outros textos**. Tradução de Martin N. Dreher. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Edições EST, [1883/84] 1997. p. 9-82.

SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? (Da colônia à atualidade). **Psicologia USP**, São Paulo, v. 13, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2009.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Famílias e negócios: a formação da comunidade carioca na primeira metade do setecentos. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Org.). **Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 225-264.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 29, 2002, p. 29-49.

SCHIERHOLT, José Alfredo. Ações militares da Revolução Federalista no Vale do Taquari. In: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero (Org.). **Revolução Federalista e os teuto-brasileiros**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1995. p. 83-96.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Haike Roselane da; HARRES, Marluza Marques (Org.). **A história da Câmara e a Câmara na história**. São Leopoldo: Oikos, 2006.

SILVA, Mara Regina Kramer. **Linguagem simbólica de poder: arquitetura rural gaúcha**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 1996.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil: na época de D. Maria I e de D. João VI**. Lisboa: Estampa, 1993.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Dir.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.231-269.

SOCEF - Associação Cultural e Esportiva Feliz. **Quem somos**. Feliz: 2006. Disponível em: <<http://www.socef.com.br/index.php?op=5>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

SOUTO MAIOR, Armando. **Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do Império**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. Liturgia Real: entre a permanência e o efêmero. **Festa: cultura & sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec; Ed. USP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001. v. 2, p. 545-566. (Coleção Estante USP – Brasil 500 Anos).

SPERB, Angela Tereza. O inventário de João Pedro Schmitt. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL, 4., 1980, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: Gráfica UNISINOS, 1987. p. 17-44.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRAMONTINI, Marcos. **A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850**. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial: a burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no século XIX**. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1978.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**. 2007. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.

VERBAND DEUTSCHER VEREINE. **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1999.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na república rio-grandense: 1889 - 1928**. Santa Maria: Ed. UFSM, 1999.

WEIMER, Günter. A arquitetura rural da imigração alemã. In: BERTUSSI, Paulo Iroquez et al. **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 95-119.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WITTER, Acosta Nikelen. **Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)**. 2007. 276 f. Tese (Doutorado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**: o Antigo Regime (1620-1807). Portugal: Estampa, 1993. , v. 4, p. 381-393.

ZARTH, Paulo Afonso. A estrutura agrária. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PANDOIN, Maria Medianeira (Dir.). **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 2, p. 187-214. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

ZENHA, Edmundo. **O município no Brasil (1532-1700)**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

ZÚÑIGA, Jean-Paul. Clan, parentela, família, indivíduo: ¿Qué métodos y qué niveles de análisis? **Anuário del IEHS**, Tandil, n.15, p. 51-60, 2000.

FONTES PRIMÁRIAS

ALENCASTRO, José Maria de (Tenente Coronel da Guarda Nacional). [Correspondência]. 1874 jul. 10 ao Presidente da Província João Pedro Carvalho de Moraes [Manuscrito].
Localização: Fundo Guarda Nacional, Maço 94, 11º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de São Sebastião do Caí (Santana do Rio dos Sinos), AHRGS.

ALVES, Manoel Bento et al. (Câmara Municipal de São Leopoldo). [Correspondência]. 1875 nov. 22. ao Presidente da Província Drº. José Antônio de Azevedo e Castro. [Manuscrito]. Localização: Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 263, Correspondência Expedida, Câmara Municipal de São Leopoldo, 1873-1881, AHRGS.

BARTEL, Mathias (Inspetor de Quarteirão). **Mappa da população do Quarteirão de Picada Feliz nº. 14**. 1868 ago. [Manuscrito]. Localização: Fundo Polícia, Maço 40, São Leopoldo, 4ª Delegacia de Polícia, 14º Quarteirão, 1868, AHRGS.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil: promulgada em 25 de maio de 1824. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. v. 8, p.199-222.

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 24 de fevereiro de 1891. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. v. 8, p. 525-548.

BRASIL. Decreto nº 511, de 12 de julho 1890. Regulamento Cesário Alvim (Eleição do primeiro Congresso Nacional). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. v. 3, p. 235-249.

BRASIL. Lei de Organização das Câmaras Municipais de 1º de outubro de 1828. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. v.1, p.866-878.

BRASIL. Lei nº 1082, de 18 de agosto de 1860. Alteração da Legislação Eleitoral. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. v. 2, p. 242-244.

BRASIL. Lei nº 2675, de 20 de outubro de 1875. Lei do Terço, Reforma da lei eleitoral. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. v. 2, p. 660-674.

BRASIL. Lei nº 387 de 19 de agosto de 1846. Primeira Lei Eleitoral do Brasil. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. v. 2, p.149-170.

BRASIL. Lei nº 842, de 19 de setembro de 1855. Lei dos Círculos, Alteração da Lei Eleitoral de 1846. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. v. 2, p. 238-241.

BRASIL. Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. In: IOTTI, Luiza Horn (org.). **Imigração e Colonização: Legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001. p. 112-116.

CASTRO, José Antônio de Azevedo (Presidente da Província). **[Fala]**. 1876, dirigida a Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em segunda sessão da 16ª legislatura. Porto Alegre: Typographia do Rio Grandense, 1876. Localização: Fundo Documentação dos Governantes, Relatórios e Falas dos Presidentes de Província. Códice A-7.13, AHRGS.

CENTENO, César José (Inventariado); CENTENO, Alberto Augusto (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1922 [Manuscrito]. Localização: Cartório do Cível, Auto n. 457, Maço n. 8, Ano 1922, APERS.

CENTENO, César José (Major Presidente do Conselho de revisão); TEIXEIRA, Paulino Ignácio (Presidente da Câmara); GUIMARÃES, Lourenço A. (1º suplente de Juiz Municipal). **Lista dos cidadãos compreendidos na matrícula da Guarda Nacionalde cavallaria do serviço da reserva da parochia de Santa Anna do Rio dos Sinos pelo conselho de revisão do termo da Villa de São Sebastião do Cahy**. 1881 ago. 21 [Manuscrito]. Localização: Fundo Guarda Nacional, Maço 85, Conselhos de Qualificação e revisão de São Sebastião do Caí, Guarda Nacional de reserva da Parochia de Santa Anna do Rio dos Sinos, 1881, AHRGS.

CENTENO, Major César José et al. **[Manifesto]**. 1900 abr. 3 ao Exmo. Snr. Drº. Júlio Prates de Castilhos [Manuscrito]. Localização: Arquivo Particular Júlio de Castilhos, Maço 16, Série 03 – Atas, Manifestos, Mensagens e Panfletos, 1900, doc. n. 19, AHRGS.

CIRIO, Narcisa Amélia (Inventariado); CIRIO, Carlos Berto (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1888 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 278, Maço n. 10, Ano 1888, APERS.

CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO. **Estatutos do Club Republicano “14 de Julho”**. São Sebastião do Caí: 1900 nov. 14 [Manuscrito]. Localização: Documentação Avulsa, AHMBM.

CLUB REPUBLICANO 14 DE JULHO. **Livro de presença do Club Republicano “14 de Julho”**. São Sebastião do Caí: 1900-1901 [Manuscrito]. Localização: Documentação Avulsa, AHMBM.

COLIN, Elisabetha (Inventariado); BLAUTH, Guilherme e sua mulher (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1898 [Manuscrito]. Localização: Cartório Cível e Crime, Autos nº 63, Maço 2, Ano 1898, APERS.

COLLIN, João Daniel. **[Requerimento]**. 1881 fev. 14 ao Presidente da Província [Manuscrito]. Localização: Fundo Requerimentos, Maço 199, 1881, Justiça, AHRGS.

DIEHL JÚNIOR, João (Inventariado); DIEHL, João Augusto Edmundo; e outros (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1925 [Manuscrito]. Localização: Cartório do Cível, Auto n. 516, Maço n. 9, Ano 1925, APERS.

DIEHL, Anna Selbach (Inventariado); DIEHL JÚNIOR, João (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1922 [Manuscrito]. Localização: Cartório do Cível, Auto n. 454, Maço n. 8, Ano 1922, APERS.

ECKERT, Anna Maria (Inventariado); ECKERT, Carlos (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1893 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 392, Maço n. 13, Ano 1893, APERS.

ECKERT, Luiza (Inventariado); ECKERT, Carlos (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1878 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 57, Maço n. 2, Ano 1878, APERS.

ENGEL, Frederico Arnaldo (Inventariado); ENGEL, Júlia Carolina (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1904 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 719, Maço n. 23, Ano 1904, APERS.

FEIX, Reinhold (Inventariado); FEIX, Anna Maria (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1906 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 808, Maço n. 25, Ano 1906, APERS.

FEIX, Reinhold. **[Correspondência]**. 1901 ago. 24 ao Ilustre Chefe Dr. Julio de Castilhos [Manuscrito]. Localização: Arquivo Particular Júlio de Castilhos, Maço 42, Série 08 – correligionários, Sub-série 01 – correspondência, 1901, Doc. n. 709, AHRGS.

FINKLER, João (Inspetor de Quarteirão). **Mappa da População do Quarteirão de Picada Kronenvall nº. 14**. 1870 set. 24 [Manuscrito]. Localização: Fundo Polícia, Maço 40, São Leopoldo, 20º Departamento de Polícia, 14º Quarteirão do 5º Distrito de São Leopoldo, 1870, AHRGS.

FRANZEN FILHO, Pedro (Inventariado); FRANZEN, Jacob (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1881 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 122, Maço n. 5, Ano 1881, APERS.

FRANZEN, Pedro (Inventariado); FRANZEN 2º, João (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1879 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 89, Maço n. 3, Ano 1879, APERS.

FUCHS, João Christiano (Inspetor de Quarteirão). **Mappa da população do Quarteirão de Hortêncio nº 5**. [Manuscrito]. Localização: Fundo Polícia, Maço 40, 14ª Delegacia de Polícia de São Leopoldo, 1870, AHRGS.

GUIMARÃES, Adolpho Alencastro (Inventariado); GUIMARÃES, Lourenço Alencastro (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1903 [Manuscrito]. Localização: Cartório do Cível, Auto n. 126, Maço n. 3, Ano 1903, APERS.

GUIMARÃES, Alfredo Alencastro (Inventariado); GUIMARÃES, Maria Emília Nogueira (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1886 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 215, Maço n. 8, Ano 1886, APERS.

GUIMARÃES, Antônio d'Alencastro (Inventariado); GUIMARÃES, Lourenço d'Alencastro (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1878 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 43, Maço n. 2, Ano 1878, APERS.

GUIMARÃES, Julieta Cardoso (Inventariado); GUIMARÃES, Lourenço de Alencastro (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1892 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 373, Maço n. 13, Ano 1892, APERS.

HENZEL, Henrique (Inventariado); HENZEL, Catharina; e outros (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1898 [Manuscrito]. Localização: Cartório do Cível, Auto n. 66, Maço n. 2, Ano 1898, APERS.

HILEBRAND, Francisco. **[Correspondência]**. 1899 abr. 8 ao Intendente de São Sebastião do Caí Coronel Paulino Ignácio Teixeira [Manuscrito]. Localização: Arquivo Particular Júlio de Castilhos, Maço 45, Série 08 – correligionários, Sub-série 02 – correspondência entre correligionários, 1890-1903, Doc. n° 949, AHRGS.

JUNG, J. Pedro (Inspetor de Quarteirão). **Mappa da população do Quarteirão de Porto Guimarães n. 1**. [Manuscrito]. Localização: Fundo Polícia, Maço 40, São Leopoldo, 1° Quarteirão do 5° Distrito de São Leopoldo, [1868?], AHRGS.

LEITE, Felisberta Fausta de Oliveira (testadora); LUCAS, Orestes José (testamenteiro). [Testamento] São Sebastião do Caí, 5 de julho de 1901. In: LEITE, Felisberta Fausta de Oliveira (Inventariado); LUCAS, Orestes José Lucas (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1902, f. 3-8 [Manuscrito]. Localização: Cartório Provedoria, Auto n. 9, Maço 1, Ano 1902, APERS.

LIVROS de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo – Rio Grande do Sul – Brasil (século XIX). Casamento de Johann Daniel Collin e Elisabetha Kűch a 20 de maio de 1845. In: DREHER, Martin Norberto (tradução e edição). **Subsídios para o estudo da história dos primórdios da imigração alemã na Colônia Alemã de São Leopoldo, Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em História (UNISINOS); Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (UNISINOS), 2003. v. 2 Casamentos, n. 13, f. 15. 1 CD-ROM.

LIVROS de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo – Rio Grande do Sul – Brasil (século XIX). Casamento de Franz Trein e Margaretha Zirbes a 2 de setembro de 1874. In: DREHER, Martin Norberto (tradução e edição). **Subsídios para o estudo da história dos primórdios da imigração alemã na Colônia Alemã de São Leopoldo, Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em História (UNISINOS); Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (UNISINOS), 2003. v. 3 Casamentos, n. 17, f. 22. 1 CD-ROM.

LOUREIRO, Emília Angélica (Inventariado); LOUREIRO, Agostinho de Souza (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1876 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 23, Maço n. 1, Ano 1876, APERS.

LUCAS, Orestes José. **[Correspondência]**. 1899 ago. 8 a Ilustre Comissão executiva do partido republicano [Manuscrito]. Localização: Arquivo Particular Júlio de Castilhos, Caixa 10, Maço 45, Série 08 – Correligionários, Subsérie 02 – Correspondência entre correligionários, 1890-1903, doc. n°. 959, AHRGS.

MORAES, João Pedro Carvalho de (Presidente da Província). **[Fala]**. 1873 mar. 1, dirigida à Assembléia Legislativa Provincial na 1ª sessão da 15ª legislatura. Porto Alegre: Typographia do “Constitucional”, 1873. Localização: Fundo Documentação dos Governantes, Relatórios e Falas dos Presidentes de Província. Códice A-7.13, AHRGS.

NOLL, Pedro (Inventariado); NOLL, Elisabetha (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1899 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 561, Maço n. 18, Ano 1899, APERS.

O CONSERVADOR. **[Jornal]**. Porto Alegre, 1887 dez. 16. p. 4.

PINTO, César Augusto Góes (Inventariado); PINTO, Modestina Coutinho dos Santos (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1890 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 308, Maço n. 11, Ano 1890, APERS.

PIRES, Bernardina Maria (Inventariado); CERVEIRA, Antônio Pires (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1917 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 1036, Maço n. 31, Ano 1917, APERS.

PIRES, Bernardina Maria (Inventariado); CERVEIRA, Antônio Pires (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1917 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 1036, Maço n. 31, Ano 1917, APERS.

PORTO ALEGRE. **Lista Geral dos cidadãos qualificados votantes da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário da Cidade de Porto Alegre**. 1880. Localização: EL-01.

RIO GRANDE DO SUL. 4ª Sessão Eleitoral. **Eleição de Vereadores da Camara da nova villa de S. Sebastião**. 1875 nov. 29, [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 263, Correspondência Expedida, Câmara Municipal de São Leopoldo, 1873-1881, AHRGS.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa Provincial. Lei nº 995, de 1º de maio de 1875. Creou o Município de São Sebastião do Caí. In: MASSON, Alceu. **Caí (Monografia)**. São Sebastião do Caí: Tipografia Caiense; Kusminsky e Ely, 1940. (Edição da Prefeitura Municipal de Caí). p. 194-195.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição (1892). Constituição Rio-Grandense: Ato nº 354, de 25 de abril de 1891, aprovada em 14 de julho de 1891. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. v. 8, p. 611-630.

RITTER, Henrique (Inventariado); RITTER, Maria Margarida (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1889 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 288, Maço n. 10, Ano 1889, APERS.

ROCHA JÚNIOR, Antônio José da (Inventariado); ROCHA, Fausta Corte Real da (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1884 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 165, Maço n. 6, Ano 1884, APERS.

ROCHA JÚNIOR, Antônio José da (Tenente Coronel Comandante da Guarda Nacional). **[Correspondência]**. 1865a out. 17 ao Presidente da Província Visconde da Boa Vista [Manuscrito]. Localização: Fundo Guarda Nacional, Maço 94, 12º Corpo de Cavalaria de São Leopoldo em Rio Pardo e Cruz Alta, AHRGS.

ROCHA JÚNIOR, Antônio José da (Tenente Coronel Comandante da Guarda Nacional). **[Correspondência]**. 1865b out. 19 ao Presidente da Província [Manuscrito]. Localização: Fundo Guarda Nacional, Maço 94, 12º Corpo de Cavalaria de São Leopoldo em Rio Pardo e Cruz Alta, AHRGS.

RÜHEE, Antônio Otto (Inventariado); RÜHEE, Maria Júlia L. e outros (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1921 [Manuscrito]. Localização: Cartório do Cível, Auto n. 434, Maço n. 8, Ano 1921, APERS.

SANTANA DO RIO DOS SINOS. Guarda Nacional. **Activa 11º Corpo de Cavallaria da Guarda Nacional: Relação de Conducta**. 1860. [Manuscrito]. Localização: Fundo Guarda Nacional, Maço 94, 11º Corpo de Cavalaria de São Sebastião do Caí (Santana do Rio dos Sinos), AHRGS.

SANTANA DO RIO DOS SINOS. Junta Paroquial da Freguesia de Sant'Anna do Rio dos Sinos. Lista dos cidadãos votantes qualificados pela Junta Municipal do município da Villa de São Sebastião do Cahy, Parochia de Sant'Anna do Sinos. 1878 jul. 12. In: **SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Junta Paroquial da Freguesia de Sant'Anna do Rio dos Sinos. Livro Junta Municipal Qualificação de Votantes da Parochia de Sant'Anna do Rio dos Sinos**. [Manuscrito]. f. 21v- 39. Localização: AHMBM.

SANTANA DO RIO DOS SINOS. Mesa Paroquial de Sant'Anna do Rio dos Sinos. **Cópia de Acta da organização da meza Parochial**. 1875 out. 24. [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 263, Correspondência Expedida, Câmara Municipal de São Leopoldo, 1873-1881a. AHRGS.

SANTANA DO RIO DOS SINOS. Mesa Paroquial de Sant'Anna do Rio dos Sinos. **Cópia da Acta do recebimento das cédulas**. 1875 out. 24. [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 263, Correspondência Expedida, Câmara Municipal de São Leopoldo, 1873-1881b. AHRGS.

SANTANA DO RIO DOS SINOS. Mesa Paroquial de Sant'Anna do Rio dos Sinos. **Cópia da Acta da terceira chamada dos votantes**. 1875 out. 25. [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 263, Correspondência Expedida, Câmara Municipal de São Leopoldo, 1873-1881c. AHRGS.

SANTANA DO RIO DOS SINOS. Mesa Paroquial de Sant'Anna do Rio dos Sinos. **Cópia da Acta de Apuração das Cédulas de Vereadores**. 1875 out. 25. [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 263, Correspondência Expedida, Câmara Municipal de São Leopoldo, 1873-1881d. AHRGS.

SANTANA DO RIO DOS SINOS. Mesa Paroquial de Sant'Anna do Rio dos Sinos. **Cópia da Acta de Apuração**. 1875 out. 26. [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 263, Correspondência Expedida, Câmara Municipal de São Leopoldo, 1873-1881e. AHRGS.

SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO. Junta Paroquial da Freguesia de São José do Hortêncio. Lista geral dos cidadãos qualificados pela junta municipal de votantes, Município da Villa de São Sebastião do Cahy, Parochia de São José do Hortêncio. 1879 jun. 23. In: SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO. Junta Paroquial da Freguesia de São José do Hortêncio. **Livro Junta Municipal para lançar as listas dos Cidadãos qualificados votantes**, [Manuscrito]. f. 24v-44. Localização: AHMBM.

SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO. Mesa Paroquial de São José do Hortêncio. **Cópia de Acta da formação da mesa da Assembléia Paroquial**. 1875 out. 24. [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 263, Correspondência Expedida, Câmara Municipal de São Leopoldo, 1873-1881a, AHRGS.

SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO. Mesa Paroquial de São José do Hortêncio. **Cópia da Acta Segunda**. 1875 out. 24. [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 263, Correspondência Expedida, Câmara Municipal de São Leopoldo, 1873-1881b, AHRGS.

SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO. Mesa Paroquial de São José do Hortêncio. **Cópia da Acta da terceira e última chamada**. 1875 out. 25. [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 263, Correspondência Expedida, Câmara Municipal de São Leopoldo, 1873-1881c, AHRGS.

SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO. Mesa Paroquial de São José do Hortêncio. **Cópia da Acta da Apuração das cédulas**. 1875 out. 25. [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 263, Correspondência Expedida, Câmara Municipal de São Leopoldo, 1873-1881d, AHRGS.

SÃO LEOPOLDO. Câmara Municipal. **Cópia da Ata da Sessão Extraordinária de 13 de Novembro de 1875**. 1875 nov. 13 [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 263, Correspondência Expedida, Câmara Municipal de São Leopoldo, 1873-1881a, AHRGS.

SÃO LEOPOLDO. Junta Municipal da Paroquia de São José do Hortêncio. Lista dos Cidadãos Votantes qualificados pela Junta Municipal Parochia de São José do Hortêncio 5º Distrito de São Leopoldo. 1876 jun. 8. In: SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO. Junta Paroquial da Freguesia de São José do Hortêncio. **Livro Junta Municipal para lançar as listas dos Cidadãos qualificados votantes**, [Manuscrito]. f. 2- 15. Localização: AHMBM.

SÃO LEOPOLDO. Secretaria da Câmara Municipal. **Relação dos Cidadãos que obtiverão votos para Juizes de Paz da Paroquia de São José do Hortêncio na eleição que teve lugar em 1873**. 1875 nov. 30 [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 263, Correspondência Expedida, Câmara Municipal de São Leopoldo, 1873-1881b, AHRGS.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Ata da Sessão de Posse da Câmara Municipal da Villa de São Sebastião do Cahy de 1º de Maio de 1877. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886a, f. 6v-7. [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de 10 de Janeiro de 1877. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886b, f. 5-5v. [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **[Correspondência]**. 1877 abr. 21, ao Vice-Presidente da Província Ilmo. Exmo. Sr. Drº. João Dias de Castro [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço, 267, Correspondências Expedidas, Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, 1877. AHRGS.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **[Relatório]**. 1878 março 7, apresentado aos Deputados da Assembléia Legislativa Provincial. [Manuscrito]. Localização: Livro de Registro Governo da província, 1878, CMVSSC. f. 2-5v.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Acta da Posse dos Senhores Vereadores que tem de servir no quadriennio de 1881 a 1884 do dia 7 de janeiro de 1881. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886a, f. 68v-69 [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Acta da posse dos Senrs. Vereadores que tem de servir no quadriênio de 1887 a 1890 do dia 7 de janeiro de 1887. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890a, f. 23v-24v [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Acta da Sessão de posse da Câmara Municipal da Villa de São Sebastião do Cahy do dia 1º de Maio de 1877. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886c, f. 6v-7 [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Acta da Sessão do dia 20 de Outubro de 1883. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886a, f. 143-144v [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Acta da Sessão do dia 3 de Junho de 1882. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886a, f. 105-106 [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Acta da Sessão do dia 30 de Maio de 1890. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890a, f. 148v-149 [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Acta da Sessão do dia 4 de Dezembro de 1884. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886a, f. 170-171 [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Acta da Sessão do dia 5 de Fevereiro de 1890. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890b, f. 136v-138 [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Acta da Sessão do dia 8 de Julho de 1881. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886b, f. 82v-83v [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Acta da Sessão Ordinária em 15 de Agosto de 1877. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886d, f. 15v [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Acta da Sessão Ordinária em 20 de Dezembro de 1877. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886e, f. 18 [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Acta da Sessão ordinária do dia 30 de Agosto de 1884. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886b, f. 162v-163v [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Acta da Sessão ordinária do dia 13 de Março de 1886. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886, f. 198v-199 [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Acta da Sessão ordinária em 12 de Agosto de 1878. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886a, f. 27v-29 [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Acta da Sessão ordinária do dia 30 de Setembro de 1884. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886c, f. 165-166 [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da 5ª Sessão Ordinária do dia 17 de Agosto de 1878. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886b, f. 31v-32. [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 10 de Janeiro de 1880. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886a, f. 53-53v [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 10 de Abril de 1878.
In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886c, f. 24v-25 [Manuscrito].
Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 12 de Agosto de 1882.
In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886b, f. 110-111v [Manuscrito].
Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 14 de Fevereiro de 1887. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890b, f. 28-29v [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 14 de Março de 1887. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890c, f. 31-32v [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 14 de Abril de 1888. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890a, f. 72-73 [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 14 de Dezembro de 1880. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886b, f. 65v-67v [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Ata da Sessão do dia 15 de Abril de 1878**. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886d, f. 25-26. [Manuscrito].
Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 18 de Agosto de 1884. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886d, f. 162-162v [Manuscrito].
Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 1º de Maio de 1890. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890c, f. 145v-146v [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 23 de Dezembro de 1885. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886a, f. 193-194v [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 25 de junho de 1879. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886a, f. 43-44. [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 25 de Abril de 1890. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890d, f. 144-145v [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 26 de Novembro de 1886. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890, f.20v-22 [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 28 de Julho de 1888. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890b, f.83v-85 [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 28 de Maio de 1881. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886c, f. 78v-79v [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 28 de Novembro de 1889. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890a, f. 130v [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 31 de Março de 1883. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886b, f. 128-129v [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 31 de Dezembro de 1879. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886b, f. 52-53 [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 4 de setembro de 1879. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886c, f. 45v-46 [Manuscrito].
Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 4 de Abril de 1887. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890d, f. 33-34v [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 5 de Abril de 1884. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886e, f. 153v-154 [Manuscrito].
Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 8 de Abril de 1885. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886b, f. 180v-181v [Manuscrito].
Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 9 de Outubro de 1878. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886e, f. 32v-34. [Manuscrito].
Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão extraordinária do sai 10 de Janeiro de 1888. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890c, f. 60 [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal do dia 31 de Março de 1882. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886c, f. 101v-102v. [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão Ordinária de 2 de Maio de 1877. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886f, f. 7-7v [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão ordinária de 26 de Agosto de 1882. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886d, f. 112-114v [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão ordinária do dia 28 de Fevereiro de 1878. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886f, f. 21-21v. [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão Ordinária em 28 de Novembro de 1876. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886, f. 2 [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886, [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890 [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Contratos da Câmara**. São Sebastião do Caí: 1877-1889 [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro para Lançamento das Receitas e Despesas da Câmara Municipal da Vila de São Sebastião do Caí**. São Sebastião do Caí: 1876-1885 [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Sessão do dia 20 de Novembro de 1889. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890b, f. 129v-130 [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Sessão do dia 25 de Setembro de 1887. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890e, f. 47v-49 [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Sessão do dia 28 de Março de 1888. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890d, f. 68v-71 [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Sessão do dia 29 de Fevereiro de 1888. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890e, f. 65-67v [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Sessão do dia 30 de Novembro de 1887. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890f, f. 54-55 [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Sessão em trinta e um de Janeiro de 1887. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890g, f. 26v-28 [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Conselho Municipal. Acta da 5ª reunião da primeira sessão ordinária do Conselho Municipal da Villa de São Sebastião do Cahy do dia 28 de julho de 1892. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Conselho Municipal. **Livro de Actas das Sessões do Conselho Municipal de S. Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1892-1900a, f. 2v-9. [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Conselho Municipal. Acta da primeira reunião da primeira sessão ordinária do Conselho Municipal da Villa de São Sebastião do Cahy do dia 8 de julho de 1892. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Conselho Municipal. **Livro de Actas das Sessões do Conselho Municipal de S. Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1892-1900b, f. 1-1v. [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Conselho Municipal. Ata da 9ª Sessão Ordinária em 14 de Novembro de 1893. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Conselho Municipal. **Livro de Actas das Sessões do Conselho Municipal de S. Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1892-1900, f. 41-45. [Manuscrito]. Localização: AHMBM

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Conselho Municipal. Ata da Sessão de 15 de Novembro de 1899. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Conselho Municipal. **Livro de Actas das Sessões do Conselho Municipal de S. Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1892-1900, f. 159v-160. [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Conselho Municipal. Ata da Sessão Extraordinária em 23 de janeiro de 1897. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Conselho Municipal. **Livro de Actas das Sessões do Conselho Municipal de S. Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1892-1900, f. 101v-102. [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Conselho Municipal. Ata da Sessão Ordinária do dia 4 de Novembro de 1892. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Conselho Municipal. **Livro de Actas das Sessões do Conselho Municipal de S. Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1892-1900c, f. 24-24v. [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Conselho Municipal. **Livro de Actas das Sessões do Conselho Municipal de S. Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1892-1900 [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Conselho Municipal. Posturas Municipais da Villa de São Sebastião do Cahy, 1892. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Conselho Municipal. **Livro de Actas das Sessões do Conselho Municipal de S. Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1892-1900d, f. 27-34v. [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Intendência Municipal. Lei Orgânica do Município de São Sebastião do Cahy. 1892 ago. 11. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Conselho Municipal. **Livro de Actos e Leis da Intendência Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1892, f. 1-9. [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Junta Municipal de São Sebastião do Caí. **Alistamento dos eleitores do Município de São Sebastião do Caí**. 1890 jun. 20 [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Junta Municipal. Acta da instalação da Junta Municipal de 5 de Fevereiro de 1890. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890e, f. 138-139 [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Junta Municipal. Ata da Sessão do dia 5 de Fevereiro de 1890. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890f, f. 136v-138. [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Junta Municipal da Vila. Lista geral dos cidadãos qualificados votantes pela Junta Municipal. São Sebastião do Cahy, Paroquia de São José do Hortêncio. 1880 ago. 1. In: SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO. Junta Paroquial da Freguesia de São José do Hortêncio. **Livro Junta Municipal para lançar as listas dos Cidadãos qualificados votantes**, [Manuscrito]. f. 45-64. Localização: AHMBM.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Prefeitura Municipal. **Registro Patrimonial**. São Sebastião do Caí: 1938 [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

SAUER, Reginalda; SAUER, Christiano (Inventariado); OLIVEIRA, Sérgio Nogueira de (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1898 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 535, Maço n. 17, Ano 1898, APERS.

SCHERER, Alberto Thomaz (Inventariado); SCHERER, Leonor (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1908 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 835, Maço n. 26, Ano 1908, APERS.

SCHMIDT, João Jacob (Inventariado); SCHMIDT FILHO, João Jacob (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1890 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 317, Maço n. 11, Ano 1890, APERS.

SCHMIDT, Margarida (Inventariado); SCHMIDT, João Jacob (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1885 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 209, Maço n. 8, Ano 1885, APERS.

SCHMITT, João (Vereador Presidente da Câmara Municipal de São Leopoldo). **[Correspondência]**. 1875 nov. 30, ao Presidente da província José Antônio d'Azevedo Castro [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 263, Correspondência Expedida, Câmara Municipal de São Leopoldo, 1873-1881. AHRGS.

SILVA, Justino Antônio da (Inventariado); FLORES, Luis da Silva (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1891 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 345, Maço n. 12, Ano 1891, APERS.

SILVA, Luiza Leite da (Inventariado); SILVA, Tristão Rodrigues da (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1886 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 227, Maço n. 9, Ano 1886, APERS.

STEFFENS, Alfredo Nicolau (Inventariado); STEFFENS, Mathias (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1912 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 951, Maço n. 22, Ano 1912, APERS.

STOFFELS, João (Inventariado); STOFFELS, Catharina (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1903 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 693, Maço n. 22, Ano 1903, APERS.

TEIXEIRA, Isolina Lopes Mariante (Inventariado); TEIXEIRA, paulino Ignácio (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1891 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 343, Maço n. 12, Ano 1891, APERS.

TEIXEIRA, Paulino (Intendente Municipal). [**Correspondência**]. 1893 mar. 9 ao Presidente do Estado Drº. Júlio Prates de Castilhos [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 364, Correspondência Expedida, Intendência Municipal de São Sebastião do Caí, 1893a. AHRGS.

TEIXEIRA, Paulino (Intendente Municipal). [**Correspondência**]. 1893 out. 4 ao Chefe de Polícia do Estado Drº. Antônio Antunes Ribas [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 364, Correspondência Expedida, Intendência Municipal de São Sebastião do Caí, 1893b. AHRGS.

TEIXEIRA, Paulino (Intendente Municipal). [**Correspondência**]. 1893 out. 4 ao Chefe de Polícia do Estado Drº. Antônio Antunes Ribas [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 364, Correspondência Expedida, Intendência Municipal de São Sebastião do Caí, 1893c. AHRGS.

TEIXEIRA, Paulino Ignácio (Intendente Municipal). [**Correspondência**]. 1903 mar. 25 ao Ilustre cidadão Drº. Antônio Antunes Ribas [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 364, Correspondência Expedida, Intendência Municipal de São Sebastião do Caí, 1893. AHRGS.

TEIXEIRA, Paulino Ignácio (Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí). [**Relatório**]. 1883 jan. 7 ao Presidente da província Conselheiro José Antônio de Sousa Lima [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 268, Correspondência Expedida, Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, 1883-1885-1886, doc. N. 1. AHRGS.

TEIXEIRA, Paulino Ignácio et al. (Vereadores da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí). [**Correspondência**]. 1886 fev. 27, ao Presidente da Província Desembargador Henrique Pereira de Lucena [Manuscrito]. Localização: Livro Offícios às Autoridades Superiores – Câmara Municipal, f.10v-11. CMVSSC.

TEIXEIRA, Paulino Ignácio et al. [**Correspondência**]. 1883 ago. 8 ao Presidente da Província Conselheiro Drº. José Julio de Albuquerque Barros [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 268, Correspondência Expedida, Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, 1883. AHRGS.

TEIXEIRA, Paulino Ignácio. [**Correspondência**]. 1899 ago. 13 ao Exmo. Ilustrado chefe e amigo Drº. Júlio Prates de Castilhos [Manuscrito]. Localização: Arquivo Particular Júlio de Castilhos, Maço 39, Série 08 – Correligionários, Subsérie correspondência recebida, 1899, doc. nº. 320. AHRGS.

TREIN, Felipe Carlos (Inventariado); TREIN, Guilhermina (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1899 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 545, Maço n. 18, Ano 1899, APERS.

TREIN, Felipe Carlos et al. (Vereadores da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí). **[Correspondência]**. 1878 abr. 15, ao Presidente da Província Ilmo. Exmo. Sr. Doutor Américo de Moura Marcondes de Andrade [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 267, Correspondência Expedida, Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, 1877-1882a, doc. N.16. AHRGS.

TREIN, Felipe Carlos et al. (Vereadores da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí). **[Correspondência]**. 1878 ago. 17, ao Presidente da Província Ilmo. Exmo. Sr. Doutor Américo de Moura Marcondes de Andrade [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 267, Correspondência Expedida, Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, 1877-1882b, doc. N.27. AHRGS.

TREIN, Felipe Carlos et al. (Vereadores da Câmara Municipal). **[Correspondência]**. 1878 abr. 3 ao Presidente da Província Drº. Américo de Moura Marcondes de Andrade [Manuscrito]. Localização: Livro de Registro Governo da província, 1878c, f.8-9. CMVSSC.

TREIN, Francisco (Inventariado); TREIN, Catharina (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1883 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 150, Maço n. 6, Ano 1883, APERS.

TREIN, Francisco (Juiz de Paz presidente da mesa paroquial de São José do Hortêncio). **[Correspondência]**. 1875 out. 26, ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 263, Correspondência Expedida, Câmara Municipal de São Leopoldo, 1873-1881. AHRGS.

TREIN, Henriqueta (Inventariado); TREIN, Felipe Carlos (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1878 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 52, Maço n. 2, Ano 1878, APERS.

TRESLADO do Rol dos Confessados na Nova Parroquia do Bom Iesus do Triunfo no Anno de 1758. Triunfo: 1758. Localização: AHCMPOA.

VILLANOVA, Rodrigo de Azambuja (2º vice-presidente da Província). **[Relatório]**. 1887 out. 27, apresentado a Joaquim Jacintho de Mendonça (3º vice-presidente da Província). Localização: Fundo Documentação dos Governantes, Maço A-7.20. AHRGS.

WEISSHEIMER, João (Inventariado); WEISSHEIMER, Elisabetha (Inventariante).
[**Inventário**]. São Sebastião do Caí, 1900 [Manuscrito]. Localização: Cartório do Cível, Auto n. 92, Maço n. 3, Ano 1900, APERS.

ZIRBES, Guilherme (Inventariado); ZIRBES, Margaria; e outros (Inventariante).
[**Inventário**]. São Sebastião do Caí, 1915 [Manuscrito]. Localização: Cartório do Cível, Auto n. 325, Maço n. 7, Ano 1915, APERS.

**ANEXO A – SOBRADO DE FREDERICO ARNOLDO ENGEL EM SÃO SEBASTIÃO
DO CAÍ**



Foto de 1984

Fonte: Acervo AHMBM.



Foto atual

**ANEXO B – EDIFÍCIO CONSTRUÍDO EM 1883 PARA SER CASA DA CÂMARA,
QUARTEL DE POLÍCIA E QUARTEL, APÓS 1889 TORNOU-SE PRÉDIO DA
INTENDÊNCIA MUNICIPAL E ATUALMENTE ABRIGA A PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**



Fonte: Foto atual

ANEXO C – CASA DE JORGE HENRIQUE RITTER EM LINHA NOVA

Porão onde funcionava a cervejaria
Fonte: Foto atual



Parte superior da casa com os cômodos ocupados pela família.
Fonte: Foto atual